

VALDIRENE CHITOLINA

# OESTE INDÍGENA

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO OESTE CATARINENSE



Fundação  
Catarinense  
de cultura



GOVERNO DE  
**SANTA  
CATARINA**

Proposta Cultural selecionada no Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura – Edição 2025, realizada com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

**EDITORA  
UNOESC**

# OESTE INDÍGENA

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO OESTE CATARINENSE

© 2026 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Fone: (49) 3551-2065 - www.unoesc.edu.br/editora - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação  
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro  
Revisão metodológica: Carlos Libman  
Capa: Guilherme Covesevski  
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C543o Chitolina, Valdirene.

Oeste indígena: patrimônio e memória nas escolas  
públicas do oeste catarinense / Valdirene Chitolina. –  
Joaçaba: Editora Unoesc, 2026.

546 p. : il. ; 23 cm

ISBN: 978-85-8422-336-7

Inclui bibliografia

1. Indígenas - História – Ensino médio. 2. Indígenas  
- História (Ensino fundamental). 3. Indígenas – Santa  
Catarina. Título.

CDD 981.64

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

**Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc**

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Carla Fabiana Cazella

Campus de Xanxerê

Genesio Téo

Pró-reitora de Ensino  
Jaciney Aparecida Danielli

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação,  
Extensão e Inovação  
Kurt Schneider

Diretor Executivo  
Jarlei Sartori

**Conselho Editorial**

Kurt Schneider  
Tiago de Matia  
Aline Pertile Remor  
Marcos Cordeiro Freitas  
Juliano Spuldaro  
Ieda Margarete Oro  
Robison Tramontina

Thais Janaina Wenczenovicz  
Simone Silveira  
Maurício Vicente Alves  
Rodrigo Geremias  
Marconi Januário  
Marilda Pasqual Schneider  
Camila Rostirola



# OESTE INDÍGENA

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO OESTE CATARINENSE



*A Pedro Ignácio Schmitz, meu amigo extraordinário; e aos amores da minha vida: Beto,  
Nessa e Bia, que, aos 18, leu sua primeira tese.*





# OESTE INDÍGENA

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO OESTE CATARINENSE



## AGRADECIMENTOS



Olho para a tela do meu computador enquanto ouço o canto estridente de cigarras e pássaros e penso: “O que escrever para expressar minha gratidão?” Neste momento, sinto um turbilhão de emoções: contentamento, alívio, ansiedade e, especialmente, reconhecimento pelo fato de saber que, sem a generosidade das pessoas ou a colaboração de entidades que mencionarei, nada disso seria possível. Sem dúvida, em maior ou menor grau, essas pessoas são sócias desta pesquisa porque, a cada passo que dei, ampararam-me na jornada. Cito:

- Jacqueline Ahlert, minha admirável e extraordinária orientadora.
- Fabrício José Nazzari Vicoski, Ironita Policarpo Machado, Mirian Carbonera e Ronaldo Bernardino Colvero, quatro “megaprofes”, membros da banca examinadora.
- Adelar Heinsfeld (obrigada pela entrevista brilhante), Alessandro Batistella, Ana Luiza Setti Reckziegel, Diego Bracco (gratidão pela tradução, em espanhol, do resumo da tese), Gizele Zanotto, José María López Mazz e Luiz Carlos Tau Golin, meus professores ímpares – que orgulho conviver com vocês.
- José María López Mazz, pela concessão da entrevista. Mirian Carbonera, pelas entrevistas, indicações bibliográficas e muito mais. Pedro Ignácio Schmitz, por ter me acolhido, informalmente, como orientanda – quanta gratidão! Salvo engano, fui para São Leopoldo três vezes (ao longo de oito anos) e até hoje, via e-mail, mantemos contato frequente. Ele tira as minhas dúvidas mais singelas, como, por exemplo, quando utilizar Tupiguarani ou Tupi-Guarani; como diferenciar um tronco linguístico de uma família linguística, de uma língua – e muito mais. Rafael

Corteletti, pela aula inesquecível de 16 de setembro de 2016. Valeu a pena ficar das 3h (da madrugada) até as 7h na rodoviária de São Joaquim esperando o ônibus com destino a Urubici: saquei todas as roupas da mochila e as vesti desesperadamente: apesar do frio, a geada que encobria a região mais fria do País tinha uma beleza singular. No morro do Avencal, com temperatura abaixo de zero e o Sol pairando no horizonte, generosamente concedeu-me uma entrevista sobre o Jê Meridional, registrada no primeiro capítulo desta tese.

- Almir Antônio de Souza, Arlene Renk, Bruno Picoli, Célia Maria Foster Silvestre, Clovis Brighenti, Elói Giovane Muchalovski, Francimar Petrolí, Luiz Paulo Monteiro, Marcelo Adriam de Souza, Marilze Tavares, Renilda Vicenzi, Silvia Katia Koloske, Valdir Skrzypczak e Vanessa Chitolina: obrigada! A alguns, pelas leituras prévias; a outros, pelas sugestões de bibliografias.
- Ana Cláudia Tasso dos Santos, Jênifer De Brum Palmeiras e Ana Cristhyna Inacio Silveira, secretárias do PPGH da UPF – em tempos diferentes, sempre, em qualquer situação, vocês foram maravilhosas.
- Araceli Pimentel Godinho, que parceria bacana, hein? Há mais de 15 anos na correção das minhas produções.
- Odilar Cortina, meu educador físico, profissional ímpar que me manteve no prumo.
- Minha família: a vida é bela, muito bela, graças a vocês (Dan, obrigada pelos mapas). Adorei o convívio mais intenso nestes anos do doutorado, experiência inédita, pois sempre trabalhei fora desde a infância.
- Meus colegas de classe: Alessandra da Silva, Alex Antônio Vanin, Dhion Carlos Hedlund, Diego José Baccin, Djiovan Vinícius Carvalho, Indaia Dias Lopes, Isabella Czamanski Rota,

Lorilei Secco, Monique Villani, Patrik Carvalho, Tábara Petry e Tiara Cristiana Pimentel dos Santos – saudade imensa.

- Meus amados alunos, simplesmente a razão de tudo.
- Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, pela disponibilização da bolsa FUPF – sem dúvida, essencial.
- Os funcionários do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), pela viabilização do acervo documental utilizado no segundo capítulo.
- Os funcionários da biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), pelos envios on-line de bibliografias raras. Ainda, aos funcionários do Instituto Anchieta de Pesquisa (IAP), também da Unisinos, que intercambiaram bibliografias, imagens e muito mais.
- A Secretaria de Educação e Cultura de Xaxim, pela dispensa na minha carga horária de trabalho nos últimos anos.

Ao escrever estas linhas, há o temor de ter esquecido de mencionar alguém; caso tenha cometido essa injustiça, por favor, desculpem-me. Digo-lhes: não foi nada fácil chegar até aqui, em tempos de pandemia e “pandemônio”, mas tive a sorte, o privilégio e a felicidade de encontrar muitas pessoas que me ajudaram a seguir em frente e concluir este trabalho. Gratidão imensa a todos. Devo muito à Universidade de Passo Fundo (UPF), aos professores, aos que me acolheram como orientanda, aos meus colegas, alunos e às novas pesquisas popularizadas na rede. Assim, fui tentando me libertar das correntes, agarrando-me para ver a luz e deixar para trás as sombras projetadas nas paredes “da tal caverna de Platão”.

# OESTE INDÍGENA

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO OESTE CATARINENSE

Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamados de Brasil, muito antes de ser ‘América’ e muito antes de ter um carimbo de fronteira que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui. (KRENAC, 2019).

**SUMÁRIO**

AGRADECIMENTOS .....	5
APRESENTAÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO .....	13
1 OESTE INDÍGENA: POVOAÇÕES REMOTAS .....	34
1.1 Circunstância de cada entrevista .....	38
1.2 O sul da América e o caçador-coletor .....	40
1.2.1 Caçadores-coletores no oeste catarinense .....	43
1.3 O Jê no planalto meridional .....	58
1.3.1 Processo de expansão .....	59
1.3.2 Tradição Taquara-Itararé .....	67
1.3.3 Subsistência .....	72
1.3.4 Cerâmica .....	76
1.3.5 Sítios com engenharia de terra e outros .....	83
1.3.6 A ancestralidade das línguas Kaingang e Xokleng .....	99
1.3.7 Dinâmicas populacionais e modificações nas paisagens .....	103
1.3.8 Jê e Guarani, o encontro no planalto sul .....	112
1.3.9 O desfecho da população Jê no planalto catarinense .....	117
1.4 O Guarani .....	133
1.4.1 De onde vieram? Para onde foram? .....	133
1.4.2 A subsistência .....	135
1.4.3 A vida na aldeia .....	138
1.4.5 Aspectos culturais .....	140
1.4.6 Nomenclaturas Guarani, Tupiguarani e Tupi-Guarani .....	145
1.4.7 Cerâmica tupiguarani .....	146
1.4.8 Reflexos das reduções jesuíticas no oeste catarinense .....	152
1.5 Caçador-coletor, Jê e Guarani: considerações de Schmitz .....	156
2 UMA REGIÃO DE FRONTEIRA: FRICÇÕES ÉTNICO-HISTÓRICAS E A DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO (ATUAL) OESTE CATARINENSE .....	164
2.1 Oeste catarinense: uma região de fronteira .....	166
2.2 Aurora ocupacional no oeste catarinense .....	169
2.3 A coroa e o botoque: reflexões sobre as Cartas Régias de 5 de novembro de 1808 e de 1º de abril de 1809 .....	171
2.3.1 Carta Régia de 5 de novembro de 1808 .....	181

2.3.2 Carta Régia de 1º de abril 1809 .....	195
2.4 Uma nova estratégia de coerção: os aldeamentos (XIX) .....	212
2.5 A ancestralidade africana regional .....	226
2.6 Caboclos: um entrave à colonização .....	236
2.7 Limites ocidentais catarinenses e o indígena.....	240
2.7.1 Questão de Palmas/Misiones .....	242
2.7.2 Colônia Militar de Chapecó .....	245
2.7.3 Guerra do Contestado .....	248
2.7.4 Território do Iguazu (1943-1946) .....	252
2.8 Avanço colonizatório em direção ao oeste .....	255
2.8.1 Bandeira Konder, 1929 .....	263
3 OS USOS DA MEMÓRIA, DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, CULTURAL E ETNOLINGUÍSTICO INDÍGENA NO OESTE CATARINENSE .....	272
3.1 Múltiplas visões sobre patrimônio e memória.....	274
3.1.1 Reflexões sobre a memória .....	281
3.2 Diferentes legados culturais e patrimoniais .....	288
3.2.1 Lugares de memória .....	294
3.3 Legislação nacional sobre patrimônio arqueológico e licenciamentos ambientais .....	312
3.4 Educação patrimonial na arqueologia consultiva: análise documental sobre ações realizadas no oeste de Santa Catarina (2015-2020) .....	316
3.4.1 O que mostra a documentação .....	319
3.5 Toponímia indígena do oeste catarinense: patrimônio etnolinguístico .....	336
3.5.1 Legado indígena na toponímia do Oeste de Santa Catarina .....	338
4 A TEMÁTICA INDÍGENA E SUAS RELAÇÕES COM A ESCOLA.....	355
4.1 O livro didático e a temática indígena no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.....	358
4.1.1 Ensino Fundamental II .....	360
4.1.2 O antigo e o novo Ensino Médio .....	373
4.2 A temática indígena regional e a multiplicidade de olhares .....	435
4.2.1 O olhar docente .....	437
4.2.2 O olhar discente .....	450
4.3 “Não sei” e as ideias de Bourdieu e Passeron .....	462
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	470
REFERÊNCIAS.....	498
ANEXOS .....	537

## APRESENTAÇÃO



Este livro é derivado da tese intitulada “Patrimônio e memória indígena nas escolas públicas do oeste catarinense”, de minha autoria, defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em História Regional. O trabalho foi desenvolvido no âmbito da Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF).

A obra tematiza o patrimônio e a memória indígena no contexto escolar, configurando-se como uma resposta aos desafios em busca de uma educação intercultural, antirracista e humanizada. A investigação apresenta uma síntese do patrimônio resultante da longa história indígena regional, fundamentada em quatro pilares: as narrativas de pesquisadores sobre os caçadores-coletores, os Jê Meridionais e os Guarani no período pré-colonial; a produção bibliográfica acerca dos processos de formação territorial que, comumente, invisibilizaram esses grupos; os acervos remanescentes que testemunham seu passado; e, por fim, a representação indígena nos livros didáticos de História da Educação Básica.

Partindo da presença milenar dessas ocupações e atravessando o processo colonizador, a obra indaga: como a história indígena é abordada no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio nas escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina? O objetivo central é compreender as abordagens dadas à história indígena de longa duração, observando o passado em conexão com o presente por meio das representações da memória, do patrimônio arqueológico e das ferramentas didáticas.

O estudo justifica-se ao diagnosticar e propor uma abordagem significativa sobre a presença indígena histórica, ancorada nos remanescentes arqueológicos e demais patrimônios dos povos originários.

Metodologicamente, trata-se de uma investigação exploratória e de campo, com tratamento quali-quantitativo, amparada em fontes documentais, visuais, orais e bibliográficas.

Verificou-se que a construção do patrimônio histórico indígena possui diferentes apropriações e que, no oeste catarinense, ela tem servido pontualmente para cumprir a Lei n.º 11.645/2008, sem ser partilhada de maneira efetiva com o público geral e escolar. Conclui-se que a escola, por razões estruturais, muitas vezes não trata essa memória de modo significativo, pois não a reconhece como parte de seus antepassados diretos. Nesse cenário, a temática tende a ser percebida como externa à identidade da comunidade escolar, sendo frequentemente abordada sob uma ótica eurocêntrica. Isso reflete a carência de processos de formação continuada que ofereçam subsídios científicos atualizados aos docentes, somada a materiais didáticos que ainda simplificam a densidade histórica e a complexidade cultural dos povos originários.

## INTRODUÇÃO



A tese pautada inicialmente pelas narrativas de especialistas (pesquisadores) que versam sobre a história dos caçadores-coletores (portadores da tradição Umbu), Jê Meridionais e Guarani, antes da chegada dos europeus; pela produção bibliográfica acerca dos processos de formação territorial que (comumente) invisibilizaram a presença desses grupos; pela existência de acervos remanescentes que testemunham parte de sua história; e pela representação (da história indígena) em livros didáticos de História na Educação Básica – esta tese apresenta uma síntese do patrimônio material<sup>1</sup> resultante da longa história indígena do oeste catarinense. Com base na historicidade da ocupação indígena desta região, indaga-se: como a história indígena é abordada no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio nas escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina?

Objetiva-se compreender as abordagens dadas à história indígena de longa duração no oeste catarinense, observando o passado em conexão com o presente, através das representações da memória e do patrimônio arqueológico e em livros didáticos sobre a história e cultura indígena. Pretende-se, assim, alcançar a dimensão dos conteúdos e das formas como os processos históricos de ocupação indígena do território em tela estão presentes no ambiente escolar. Para tanto, inicialmente, mira-se nas narrativas e estudos de especialistas, na história dos grupos que viveram (ou ainda vivem) no atual oeste catarinense e suas áreas adjacentes. Em Santa Catarina, são quatro as ocupações humanas pré-coloniais: os caçadores-coletores –os primeiros a ocuparem o território, provavelmente compostos por diferentes etnias –, os povos dos sambaquis, os Jê e os Guarani – nessa

<sup>1</sup> Ainda que o patrimônio material esteja vinculado às práticas imateriais, o foco da pesquisa está na remanescente da cultura material, não nas práticas culinárias, de dança, medicinais e religiosas dos grupos indígenas.

ordem. Com exceção dos sambaqueiros, assentados no litoral, os demais integram o recorte espacial estudado nesta tese.

Segue-se, posteriormente, à discussão panorâmica da delimitação geográfica do oeste catarinense, região fronteira com a Argentina, com inúmeros pontos de fricções étnico-históricas (entre indígenas, negros, caboclos, descendentes de europeus e outros), além da percepção popular e pública dessas existências e de sua história. Vale destacar a ‘existência’ (realidade) e a ‘percepção’ que fazem a memória. Identificando os usos da memória, do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena, chega-se à problematização da apropriação desses conhecimentos na Educação Básica, por meio da análise dos livros didáticos e das ações perpetradas na sala de aula de escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina.

A hipótese mais provável para esta pesquisa é a de que a construção da memória e do patrimônio histórico indígena tenha diferentes apropriações. No caso da região Oeste de Santa Catarina, essa construção tem-se prestado para cumprir a legislação (Lei n.º 11.645/2008) e não é partilhada, de maneira efetiva, com o público leitor e nas escolas. Muitas vezes a escola, por razões estruturais que perpassam políticas públicas, não trata essa memória e patrimônio de modo significativo, pois, historicamente, não os considera de seus antepassados diretos (a maioria dos docentes e discentes não é indígena). Logo, a temática se refere a populações “diferentes” e “adversárias”, que tradicionalmente são apresentadas por “olhos eurocêtricos”; os professores têm poucas noções científicas a respeito do assunto; e o material didático que acessam não apresenta a complexidade cultural dos povos indígenas.

Para estudar a ocupação humana, antes de 1500, do interior do Brasil, ou ainda da região do Prata (considerando a posição geográfica do oeste catarinense), optou-se pelos depoimentos e estudos de José María López Mazz, Mirian Carbonera, Pedro Ignacio Schmitz e Rafael Corteletti.

Cada autor utiliza linhas de abordagens diferentes. Mazz traz à luz a cultura material dos caçadores-coletores sul-americanos. Carbonera contribui ao discorrer sobre estudos realizados no oeste catarinense e no seu entorno, sobre os caçadores-coletores, os Jê e, especialmente, sobre os Guarani; este grupo compõe seus estudos acadêmicos mais profundos, como a dissertação defendida em 2008 intitulada “A tradição Tupiguarani no Alto-Uruguai: estudando o acervo Marilandi Goulart”; e a tese de 2015: “A ocupação pré-colonial no alto rio Uruguai/SC: contatos culturais na volta do Uvá”.

Pedro Ignácio Schmitz expõe pesquisas realizadas ao longo de mais de 50 anos de experiência nas áreas da antropologia e arqueologia. Contextualiza os caçadores-coletores, os Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e os Guarani nos aspectos migratórios, econômicos, culturais, entre outros. Várias obras de Schmitz constituem o referencial teórico pertinente, entre elas, o livro *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*, de 2011, organizado juntamente com Carbonera, no qual muitos autores contam a história de sucessivas gerações e sua organização no espaço oestino.

Rafael Corteletti, estudioso dos temas sobre arqueologia pré-histórica, Jê Meridional, casas subterrâneas de Santa Catarina e arqueobotânica, narra com maestria a trajetória do grupo Jê Meridional no planalto sul-brasileiro. Uma obra importante é a sua tese, defendida em 2012: “Projeto arqueológico alto Canoas-Paraca: um estudo da presença Jê no planalto catarinense”.

Para fundamentar a exposição sobre a distribuição dos sítios arqueológicos e dos monumentos construídos pelos Jê no planalto meridional, utiliza-se a obra de Christopher Tilley, *A Phenomenology of Landscape: places, paths and monuments*, de 1994, que trata sobre a influência das sociedades de pequena escala na paisagem. Suas concepções também constam na seção “Toponímia indígena do oeste catarinense: patrimônio etnolinguístico” desta tese, dado o autor considerar o espaço como um lugar socialmente produzido no qual as atividades humanas deixam seu legado.

Nesse caso, o legado deixado são os nomes próprios originários da família linguística Tupi-Guarani e da língua Kaingang dos municípios do oeste catarinense. Além de Tilley, para essa parte, estudos de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick – *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, de 1990, e *Origens históricas da toponímia brasileira, os topônimos transplantados*, de 1992 – orientam a narrativa por apresentarem um modelo teórico acerca da toponímia.

Os depoimentos e as produções bibliográficas dos entrevistados e demais autores, para o conjunto da tese, são importantes porque servirão como parâmetro no entendimento sobre a história indígena regional, anterior à chegada dos europeus na América, ao contato e suas consequências. No capítulo quatro desta tese, investiga-se como a temática indígena é abordada no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio nas escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina, a partir da análise de livros didáticos, da percepção de docentes e discentes sobre o assunto. Dessa forma, pretende-se observar se há ou não a representação e/ou internalização dos conhecimentos expostos por Mazz, Schmitz, Carbonera, Corteletti e demais autores.

Versando sobre o período imperial brasileiro, o processo de invasão e conquista da Coroa portuguesa, que através da guerra e da escravidão indígena, nos Caminhos do Sul, estabeleceu uma rede de favorecidos, além das estratégias indígenas na luta pela posse de seus territórios ancestrais e da continuidade de seu modo de viver, referencia-se a tese defendida em 2012 por Almir Antônio de Souza: “Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX”.

Buscando conformidade entre as fontes primárias utilizadas na tese e referenciais sobre a história indígena, a formação territorial e sociocultural sul-brasileiras, muitas obras de Tau Golin foram fundamentais, entre elas: *A Fronteira*, de 2002; *A guerra guaranítica*, de 2010; *A identidade gentílica e*

*capital simbólico*, de 2007; *O povo do pampa: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades*, de 2004; *Território Kaingang: a conquista do norte-noroeste rio-grandense pelo estado-Nação* e *Notas para conhecer um etnicídio*, de 2020.

Também as obras de Clóvis Antonio Brighenti compõem o referencial teórico. Citam-se a tese defendida em 2012 “O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980” e o artigo publicado em 2015 “Decolonialidade, ensino e povos indígenas: uma reflexão sobre a Lei n.º 11.645/2008”. São pesquisas desenvolvidas junto a comunidades Guarani e Xokleng do sul do Brasil, sobre temáticas fundiárias, políticas indigenistas e educação escolar.

Para além desse autor, ao contextualizar-se a estrutura política e econômica provincial, a formação do Estado, do território e da nação brasileira oitocentista, a tese defendida em 2018 por Francimar Ilha da Silva Petrolí, “Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a ‘questão de limites’ entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889)”, orientou a pesquisa.

Ao voltar-se para a história regional, outra obra que marca a pauta da narrativa é *Chapecó 100 anos: histórias plurais*, publicada em 2017, organizada por Mirian Carbonera, André Luiz Onghero, Arlene Renk e Admir Miguel Salini. Os autores abordam o povoamento pré-colonial da região Oeste, o processo de colonização, a territorialidade, as minorias sociais e outros temas que colocam em perspectiva histórica o município de Chapecó, que em 5 de agosto de 2017 completou um século de administração política. Além dessa obra, estudos e o depoimento de Arlene Renk “Centenário de Chapecó”, proferido em 9 agosto de 2017, na Unochapecó, norteiam as interpretações. Renk realiza pesquisas etnográficas, em âmbito sul-brasileiro, explicando o modo de vida dos caboclos ervateiros que

tiveram sua identidade estigmatizada pelos eurodescendentes no processo colonizador empreendido pelo Estado e pela iniciativa privada, no principiar do século XX, na região Oeste de Santa Catarina.

Ao abordar-se a ancestralidade africana em âmbito regional (em virtude da conexão entre as temáticas afro-brasileira e indígena arroladas pela Lei n.º 11.645/2008), a dissertação defendida em 2014 por José Lucio da Silva Machado, “O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio. Os campos de Palmas – Paraná 1859-1888”; o artigo publicado em 2011 por Valdelirio Pinto do Nascimento e Ricardo Alexandre Ferreira, “O legado quilombola de Palmas e a sala de aula”; e a dissertação defendida em 2017 por Maria Claudia de Oliveira Martins, “Fronteiras fluidas: escravidão e liberdade na comarca de Palmas/PR (1860/1900)”, teorizam a seção por contarem a história de afrodescendentes escravizados em Palmas.

Na seção “Caboclos: um entrave à colonização” e nas seções subsequentes, uma obra importante é a *História da Fronteira Sul*, publicada em 2016, organizada por José Carlos Radin e Delmir José Valentini: sobre a área de abrangência do oeste catarinense, traz à luz reflexões de diversos pesquisadores sobre um conjunto de acontecimentos abordados na tese, especialmente sobre as fricções étnico-históricas e a delimitação geográfica da região fronteira com a Argentina.

Outra chave teórica é a tese defendida em 2001 por Paulo Pinheiro Machado, “Um estudo sobre as origens sociais e formação política das lideranças sertanejas do Contestado (1912-1916)”; além dos seus artigos “A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no planalto serrano e meio-oeste no final do império e início da república”, de 2011; “Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano”, de 2001; “O sertão de Palmas: fronteira agropastoril e conflitos sociais”, de 2007. Essas pesquisas se alinham à presente tese porque refletem sobre as origens sociais e a formação do território em tela.

Outra contribuição importante deriva do depoimento de Adelar Heinsfeld, “Limites ocidentais de Santa Catarina”, disponibilizado em 2021 para o escopo desta tese (anexo b). Também as pesquisas que versam sobre a Questão de Palmas/Misiones, a Colônia Militar de Chapecó, o Território do Iguaçu e o processo colonizador sul-brasileiro, a exemplo da obra publicada em 2017, *Fronteira Brasil/Argentina*. São reflexões que também denotam a presença indígena na formação territorial do oeste catarinense e a estigmatização dessa população que não se “ocidentalizou” nos moldes capitalistas impostos no processo colonizador.

A dissertação defendida em 2020 por Letícia Verson, “Donde se avista o caminho da roça: José Bernardino Bormann e a colônia militar do Xaçepó”, analisa a constituição social, política e geográfica desse núcleo militar criado em 1859, instalado em 1882, na atual região Oeste. Outro enfoque sobre a formação territorial do oeste catarinense é lançado a partir da dissertação defendida em 2002 por Sergio Lopes, “O Território Federal do Iguaçu: no contexto da nacionalização de fronteiras e da ‘Marcha para Oeste’ do Governo Vargas”. A pesquisa trata sobre a constituição do Território do Iguaçu, que se deu entre 1943 e 1946, durante o Estado Novo, período em que Vargas impulsionava a colonização do interior do Brasil, na chamada “Marcha para o Oeste”; dessa forma, o Governo garantia a “Segurança Nacional” nos tempos da Segunda Guerra Mundial. E o indígena não se enquadrava naquele contexto, representava um empecilho.


Ao tratar sobre os diferentes usos da memória e do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena em âmbito regional, reflexiona-se sobre o termo “memória”, tendo em vista que a memória não é história<sup>2</sup>, pois memórias são lembranças individuais ou coletivas, que também podem ser utilizadas como fonte de pesquisa da história, área que necessita de cunho avaliativo, teórico e metodológico para se constituir;

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Jacques Le Goff na obra *História e memória*, de 2003.

diferentemente da memória, que são lembranças compartilhadas em narrativas sobre o passado, reveladas a partir de um espaço e de um tempo, legitimadas e reafirmadas por outros indivíduos.

Em 1993, Pierre Nora, ao escrever *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, criva o termo “lugares de memória”, ou seja, lugares que abrigam a memória social de um grupo. A obra também orienta esta pesquisa na seção que trata sobre a distribuição dos lugares de memória dos grupos indígenas no oeste catarinense, principalmente os museus distribuídos nos 119 municípios que compõem a região.

Além de Nora, ideias de Maurice Halbwachs, em obra de 1990, *A memória coletiva*, embasam a narrativa ao problematizar a memória social como resultado de uma construção coletiva, tendo em vista a intencionalidade e o lugar ocupado pelos narradores. Em obra de 2016, *Memória e identidade*, Joël Candau faz um estudo antropológico sobre a influência da memória na formação identitária de um grupo, ou seja, as relações indissociáveis entre memória e identidade. Em 1989, Michael Pollak, no texto “Memória, esquecimento, silêncio”, entre várias argumentações, escreve que, além da memória oficial/nacional, existem as memórias das minorias, dos excluídos, dos marginalizados, ou seja, as memórias subterrâneas opositoras à memória oficial/nacional. Esse entendimento é importante pelo fato de que a atual população indígena de Santa Catarina, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, compõe-se de uma minoria de 0,2%.




Como visto, a memória tem características próprias, assim como o patrimônio e a identidade; mas os três caminham lado a lado. Pelo fato de esta tese lidar com o patrimônio cultural indígena, o termo “patrimônio” também ganha importância, haja vista ser um elemento significativo na formação da identidade cultural da região Oeste de Santa Catarina. Entre tantos conceitos, registra-se o proferido em 10 de julho de 2019, na entrevista destinada a esta tese, por Pedro Ignácio Schmitz: o patrimônio “[...] nasce

do povo, da comunidade que o identifica, o reconhece como um valor seu e passa a usá-lo como tal. O Estado pode sancioná-lo ou deixá-lo no âmbito da comunidade. Ele é um elemento do passado, que eu consegui entender, que consegui amar e que agora faz parte de minha vida”.

Organizada em 2009 por Pedro Paulo Funari, Sandra Pelegrini e Gilson Rambelli, a obra *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais* trata sobre o imbricamento entre o patrimônio e as memórias individual e coletiva, sobre avanços na proteção de bens patrimoniais, das falhas na preservação da cultura material, imaterial e das paisagens, transpondo antigos conceitos que reconheciam principalmente o patrimônio histórico-militar e seus personagens heroicos. Essa obra dá suporte à seção que trata sobre a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva, desenvolvida pelos arqueólogos em âmbito escolar em decorrência dos licenciamentos ambientais necessários para a implantação dos empreendimentos hidroenergéticos no oeste catarinense.

Ao analisar, na Educação Básica, como a temática indígena é discutida nos livros didáticos e na sala de aula das escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina, os autores que orientam a investigação contemplam em suas pesquisas a história indígena sul-brasileira; a Lei n.º 11.645/2008; o livro didático como ferramenta educacional; peculiaridades sobre o sistema de ensino. Centram-se as interpretações em obras de Clovis Antonio Brighenti, referenciadas anteriormente; além do artigo publicado em 2009 por Edson Machado de Brito, “O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico”. Ainda, a obra publicada em 2020 e organizada por Edson Silva e Maria da Penha da Silva, *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*, assim como o artigo “Interculturalidade e Educação das Relações Étnico-Raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no



Rio Grande do Sul”, publicado em 2015 por Carla Beatriz Meinerz, Claudia Pereira Antunes e Maria Aparecida Bergamaschi.

Publicada em 2015, organizada por Luisa Tombini Wittmann, a obra *Ensino de história indígena* também fornece múltiplos subsídios ao reunir estudos, voltados à Educação Básica, acerca da história indígena brasileira entre os séculos XVI e XX. Mais um estudo importante é o “Relatório de estágio de pós-doutorado História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas”, defendido em 2019 por Thiago Leandro Vieira Cavalcante; as exposições fornecem subsídios contemporâneos acerca da historiografia indígena numa perspectiva decolonial.

Por fim, estudos desenvolvidos por Jean-Claude Passeron e Pierre Bourdieu, na obra *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, de 1992, também foram associados ao último capítulo desta tese, que trata sobre “a temática indígena e suas relações com a escola”. Os autores escrevem que o sistema de ensino, embora autônomo, reproduz a cultura derivada de seu exterior, ou seja, a cultura dominante na sociedade da qual o estudante faz parte. Por vezes, essa cultura dominante exclui culturas desprestigiadas pelos detentores do poder econômico.

Com base nessa ideia, a segunda parte do quarto capítulo desta tese, que trata dos olhares docentes e discentes acerca da temática indígena regional, reflexiona sobre a cultura eurocêntrica, muito prestigiada nos livros didáticos utilizados nas escolas não indígenas do oeste catarinense. Nessa região, 88,1% da população se autodenomina branca, e 0,2%, indígena, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019. Logo, se a história ancestral dessa minoria populacional é invisibilizada nos livros didáticos e/ou não é internalizada pelo público escolar (composto majoritariamente por eurodescendentes/brancos) que frequenta escolas públicas não indígenas de Educação Básica, possivelmente o fenômeno

diagnosticado por Bourdieu e Passeron no sistema de ensino francês nas décadas de 1960 e 1970 também seja contemporâneo em muitas escolas na área de abrangência dessa região.

Os referenciais teóricos que orientam a tese não são neutros; eles estão posicionados a partir do campo de estudos de seus autores: os do primeiro capítulo, no campo da arqueologia e história indígena sul-americana; os do segundo capítulo, no campo da história regional da fronteira sul do Brasil; os do terceiro, no campo da memória e patrimônio indígena; os do quarto capítulo, no campo da temática indígena escolar. São estudos acadêmicos, direcionados especialmente para acadêmicos, com fins científicos, que permitem conhecer e interpretar nuances sobre a milenar história indígena dos caçadores-coletores, dos Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e dos Guarani do oeste catarinense e das áreas adjacentes.

Quanto à metodologia, ressalta-se que esta pesquisa é de natureza diversa. Utiliza-se a abordagem quanti-qualitativa na tradução de informações em percentuais, na descrição dos processos históricos e na interpretação dos múltiplos elementos que levaram à invisibilidade da temática indígena nas escolas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina – amparada num quadro teórico que direciona a coleta e a interpretação dos dados. Do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória, pois abrange entrevistas, questionários, levantamentos bibliográficos e documentais; e explicativa, porque identifica fatores relacionados aos amplos processos históricos que contribuíram para a ocorrência da invisibilidade da temática indígena regional em âmbito escolar.

Sinaliza-se que, ao longo da pesquisa, utiliza-se o conceito “índigenas” com ressalva, porque esta denominação é o “[...] resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha

rumo às Índias, na época uma região da Ásia. [...] o apelido genérico de ‘índios’ ou ‘indígenas’ que até hoje conservam”.<sup>3</sup>

Então, essa “é uma denominação genérica para se referir a povos com singularidades culturais muito diferentes entre si”.<sup>4</sup> Além disso, paralelamente ao termo “caçadores-coletores”, há autores que escrevem “paleoíndios/paleoindígenas” para designar as culturas arqueológicas anteriores aos agricultores-ceramistas. Segundo Eurico Theófilo Miller, seriam “paleoindígenas os sítios com associação de megafauna ou não, com cronologia anterior ao Holoceno”<sup>5</sup>. Na escala de tempo geológico, o Pleistoceno antecede o Holoceno; esta data de aproximadamente 11 mil anos atrás e se estende até a atualidade.<sup>6</sup>

Outro termo utilizado é “colonização”, conforme a ideia de Ironita Policarpo Machado: “O conceito colonização pode ter diferentes significados em diferentes tempos e espacialidades. Colonizar está ligado à ideia de ocupar um lugar, trazendo uma cultura preexistente para ali se instalar.”<sup>7</sup> Outro termo empregado é “território”: para a demografia humana, historiadores e antropólogos, está relacionado com o uso humano, lugar de sociabilidade, de habitar. Por isso, cada grupo possui uma dimensão sobre a sua territorialidade, geralmente na dimensão de “meu lugar”, “onde habito” – Milton Santos tem essa dimensão.<sup>8</sup>

<sup>3</sup> LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD: LACED/Museu Nacional, 2006, p. 29.

<sup>4</sup> LUCIANO, 2006, p. 29.

<sup>5</sup> MILLER, Eurico Theófilo. Resultados preliminares das pesquisas paleoindígenas no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, v. III, p. 483-491. México (1974), 1976, p. 489.

<sup>6</sup> O termo “paleoíndio” também é utilizado por André Prous, na obra de 1992 *Arqueologia brasileira*, por Viviane Pouey Vidal, na tese defendida em 2018 “A ocupação caçadora-recoletora durante a transição Pleistoceno-Holoceno no oeste do Rio Grande do Sul - Brasil: geoarqueologia dos sítios na formação sedimentaria Touro Passo”.

<sup>7</sup> MACHADO, Ironita A. Policarpo. Configurações e significados históricos e jurídicos da propriedade da terra no Brasil do século XIX e XX. In: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana (org.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários**: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 57.

<sup>8</sup> Cf. GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002, *passim*.

Para além dos termos “indígena”, “paleoíndio”, “colonização” e “território”, infere-se sobre os termos “etnia” e “identidade”. Segundo Kabengele Munanga, “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”<sup>9</sup>. Por sua vez, “a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc.”<sup>10</sup>.

Quanto à descrição das fontes e à maneira como foram utilizadas, pode-se inferir que, para o primeiro capítulo, que trata sobre a história dos caçadores-coletores, Jê Meridionais e Guarani, optou-se por entrevistas semiestruturadas, intercambiadas com fontes visuais e bibliográficas. Para a seleção dos expositores, utilizou-se o critério intelectual (são vinculados à arqueologia) e o geográfico (eles desenvolveram pesquisas relacionadas às ocupações indígenas do sul da América do Sul e, conseqüentemente, do oeste catarinense). Acerca das entrevistas, sinaliza-se que Schmitz concedeu duas, em épocas distintas: a primeira, em 2013 – revisada por ele em 2021 –, sobre os Jê Meridionais, a partir de pesquisas realizadas em São José do Cerrito, Lages (SC); a segunda, realizada em 2019 e revisada em fevereiro de 2021, destinada exclusivamente ao escopo desta tese. Corteletti concedeu a primeira entrevista em 16 de setembro de 2016, na cidade de Urubici; quatro anos depois, em 10 de novembro de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, a segunda entrevista foi realizada de forma *on-line*. Assim como Schmitz e Corteletti, Carbonera também concedeu duas entrevistas: a primeira, em 14 de abril de 2015, em Chapecó, revisada em março de 2021 – na ocasião, muitos foram os temas abordados, porém o foco principal foi a contextualização da fase Xaxim, vinculada à unidade arqueológica

<sup>9</sup> MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5 nov. 2003, p. 6. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content>. Acesso em: 23 fev. 2022.

<sup>10</sup> MUNANGA, 2003, p. 8.

Taquara-Itararé; a segunda entrevista foi realizada em janeiro de 2021, por videochamada.

Preferiu-se trabalhar de maneira não convencional; escolheu-se ouvir os especialistas em arqueologia. Dessa forma, entrou-se em contato direto com profissionais que constroem o conhecimento – o mesmo conhecimento que, comumente, acaba invisibilizado em sala de aula. A escola, na maioria das vezes, é um lugar em que a arqueologia regional é estancada; ela para, ela não entra na sala de aula. Pensa-se que, ao entrevistar esses especialistas, seja possível entrar em contato com o conhecimento atualizado para compor uma síntese com uma linguagem acessível ao leitor.

Para o segundo capítulo, utilizam-se fontes documentais: duas Cartas Régias, a de 5 de novembro de 1808 e a de 1º de abril de 1809, de acesso on-line. Ambos os documentos oficiais marcam a pauta do processo de povoamento dos antigos campos de Guarapuava (região da qual o atual oeste catarinense fazia parte) e detalham o projeto de “civilização” destinado aos indígenas da região. Também se analisa o Decreto n.º 2.502, de 16 de novembro de 1859, que trata sobre a instalação da Colônia Militar de Chapecó.

Outra fonte utilizada é a transcrição da palestra ministrada por Arlene Renk sobre o centenário de Chapecó, ocorrida em 2017, na Unochapecó. Conta-se também com uma fonte escrita: um questionário estruturado com quatro questões acerca dos limites ocidentais de Santa Catarina, que foi encaminhado por e-mail, destinado ao historiador Adelar Heinsfeld, professor na Universidade de Passo Fundo, no Programa de Pós-Graduação em História, que atua nas áreas de História do Brasil e da América Latina (anexo b). Há, também, fontes bibliográficas compostas por livros de época: *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*, de Arthur Ferreira da Costa; e *Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*, de José Boiteux. Essas obras registram detalhes sobre a viagem

de 1929 de Adolfo Konder e sua comitiva em visita à região Oeste de Santa Catarina; observa-se no discurso a invisibilidade e (ajuste de coesão) o silenciamento relegados aos indígenas que viviam na região. Ainda, dispõe-se de fontes visuais: mapas e imagens sobre os temas tratados.

Para a composição do terceiro capítulo, na parte sobre os lugares de memória que abrigam acervos com temática indígena regional, utilizam-se diferentes fontes: registros do Cadastro Nacional de Museus (CNM) e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), links sobre o histórico dos 119 municípios do oeste catarinense – compôs-se um quadro destacando aqueles que possuem instituições relacionadas à cultura indígena. Os resultados são apresentados por meio de gráficos e discussões.

Ainda no terceiro capítulo, toma-se como fonte o projeto político-pedagógico da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), do curso de licenciatura em História do *campus* Chapecó, de 2020, bem como imagens e informações cedidas pelo CEOM/Unochapecó acerca do histórico da instituição, para descrever as possibilidades oferecidas sobre a temática indígena na região. Na parte sobre a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva, utilizaram-se fontes documentais divididas entre 25 projetos e relatórios finais dos empreendimentos hidroenergéticos localizados na região Oeste de Santa Catarina, dispostos no CEOM/Unochapecó, entre 2015 e 2020. Quadros comparativos mostram como a arqueologia consultiva realiza os projetos de Educação Patrimonial na região. Leis federais que tratam sobre patrimônio arqueológico são apresentadas de maneira sucinta.

Para compor a parte sobre o patrimônio etnolinguístico indígena regional, utilizaram-se dicionários tupínicos de Silveira Bueno<sup>11</sup>, Nelson França Furtado<sup>12</sup> e Luiz Caldas Tibiriçá<sup>13</sup>. Construíram-se dois quadros: o

<sup>11</sup> BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português**. 4. ed. São Paulo: Brasil, 1986.

<sup>12</sup> FURTADO, Nelson França. **Vocábulo Indígenas na Geografia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 1969.

<sup>13</sup> TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem Tupi**: significado dos nomes geográficos de origem Tupi. São Paulo: Traço, 1985. | TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário Guarani-Português**. São Paulo: Traço, 1989. | TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário Tupi-Português**: com esboço

primeiro apresenta o nome dos 119 municípios da região Oeste de Santa Catarina e o segundo identifica os topônimos de origem indígena, de acordo com o modelo taxonômico de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick<sup>14</sup> – os resultados são apresentados, também, em forma de gráficos e discussões.

Por fim, apresenta-se a metodologia utilizada no capítulo quatro. Na primeira parte, “Livro didático e a temática indígena no Ensino Fundamental II e Ensino Médio”, analisam-se conteúdos e imagens acerca da temática indígena regional (inclusa na escala nacional) e a forma como é contemplada nas coleções de livros didáticos de Educação Básica utilizados em 2021 e 2022 nas escolas públicas não indígenas do oeste catarinense. São quatro coleções da editora FTD: *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, para séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, do antigo Ensino Médio, PNLD 2018-19-20, ainda em circulação em 2021, como, por exemplo, na Escola de Educação Básica Gomes Carneiro, de Xaxim (SC); *Prisma Ciências Humanas*, de Angela Rama e outros, de 2020, aprovada pelo PNLD 2021 para o novo Ensino Médio; e *Multiversos Ciências Humanas*, de Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Junior, de 2020, aprovada pelo PNLD 2021 para o novo Ensino Médio.

As coleções foram selecionadas a partir de dados fornecidos pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), que repassaram as listas nominando a 1ª e a 2ª opção das coleções selecionadas nas escolas da região – CREs de Xanxerê, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Joaçaba, Caçador, Campos Novos e Concórdia. Essa escolha está em consonância com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

---

de gramática de Tupi antigo. São Paulo: Traço, 1984.

<sup>14</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. | DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Origens históricas da toponímia brasileira. Os topônimos transplantados**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.º 24, p. 76-96, 1992.

(FNDE). De acordo com a listagem fornecida, chegou-se às quatro coleções supracitadas.

A coleta consistiu no levantamento de dados localizados nos conteúdos e imagens referentes aos caçadores-coletores, Jê Meridionais (atuais Kaingang e Xokleng) e Guarani, as ocupações humanas constituidoras da história indígena do oeste catarinense. Como principal parâmetro para a análise e a interpretação, utilizou-se a síntese apresentada no primeiro capítulo desta tese: “Oeste indígena: povoações remotas”. Notifica-se que as coleções examinadas são utilizadas pelos mesmos participantes (docentes e discentes) da pesquisa que compõem a segunda parte do capítulo quatro.

Sobre a composição da segunda parte do capítulo quatro, “A temática indígena regional e a multiplicidade de olhares”, expõe-se que se trata de um estudo quanti-qualitativo, derivado de uma amostra não probabilística – pois o critério de escolha dos participantes (docentes e discentes) exige que trabalhem ou frequentem a Educação Básica (do 6º ao 9º ano e/ou Ensino Médio) em escolas públicas não indígenas do oeste catarinense. Essa área é constituída por 119 municípios, dos quais 17 (14%) compõem a amostra: Anchieta, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Joaçaba, Passos Maia, Vargeão, Ponte Serrada, Quilombo, Ipuacu, São Domingos, São José do Cedro, Xanxerê e Xaxim.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e integra o projeto guarda-chuva “Mapeamento dos artefatos arqueológicos da região norte do Rio Grande do Sul”, sob o parecer n.º 4.415.855, o qual propõe a utilização de entrevistas como fonte histórica. A instituição proponente é a UPF/Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (Lacuma).

O aceite do convite para participar da pesquisa deu-se inicialmente pelo contato direto com secretários de educação, diretores ou coordenadores das escolas públicas municipais e estaduais distribuídas nos 17 municípios supracitados. Visitou-se pessoalmente ou contactou-se por telefone esses

profissionais, que forneceram seus números de *WhatsApp*, receberam os *links*<sup>15</sup> dos formulários e os divulgaram para os grupos de suas escolas. Desse modo, a aplicação ocorreu virtualmente, por meio da plataforma *Google Forms*, no período de 7 a 10 de dezembro de 2021. A coleta dos dados foi realizada a partir de dois questionários estruturados com questões objetivas e discursivas. Os formulários dos docentes, com 20 questões, e dos discentes, com 14 questões, tratam do próprio perfil e da visão sobre a temática indígena regional. Ambos os questionários se encontram no Anexo C. Garantiu-se o anonimato dos participantes. Houve um retorno de 167 docentes e de 643 discentes.

Acerca da descrição dos capítulos, infere-se que esta tese foi constituída em quatro capítulos independentes, com problemas particulares, temporalidades e fontes diferentes. Todos os capítulos estão conectados à temática indígena do oeste catarinense.

Os recortes temporais são fragmentados. No primeiro capítulo, a data de 11.700 anos marca a pauta da narrativa com base nos achados arqueológicos dos caçadores-coletores que viviam na “área da foz do rio Chapecó”<sup>16</sup>. No segundo capítulo, o recorte segue de 1808 (Carta Régia de 5 de novembro) até 1940/1950, com a chegada, mais efetiva, de outros grupos étnicos ao oeste catarinense (a colonização) – a história indígena recente não aparece. No terceiro e no quarto capítulos, figura o tempo presente, ao tratar-se, respectivamente, dos usos do patrimônio material indígena e das relações entre a escola e a temática indígena regional.

O primeiro capítulo – “Oeste indígena: povoações remotas” –, com base em entrevistas, fontes bibliográficas e visuais, divide-se em três eixos

<sup>15</sup> CHITOLINA, Valdirene. **A história indígena na escola**: questionário aos estudantes, coleta no Google Forms. Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1A\\_-BUJzBta3CiGBY-ZfVgopsRoHSDV7B](https://docs.google.com/forms/d/1A_-BUJzBta3CiGBY-ZfVgopsRoHSDV7B). Acesso em: dez. 2021a.

<sup>16</sup> CHITOLINA, Valdirene. **A história indígena na escola**: questionário aos docentes, coleta no Google Forms. Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1Uh9-XTOZrM0XpK9oj1L0TpB48\\_vzLn](https://docs.google.com/forms/d/1Uh9-XTOZrM0XpK9oj1L0TpB48_vzLn). Acesso em: dez. 2021b.

<sup>16</sup> O nome do sítio por extenso é “Águas de Chapecó Hidrelétrica, Linha Policial 07 (ACH-LP-07)”.

temáticos: o primeiro trata sobre os caçadores-coletores e é narrado por José María López Mazz, Pedro Ignácio Schmitz e Mirian Carbonera; o segundo eixo refere-se aos Jê Meridionais na ótica de Schmitz, Rafael Corteletti e Carbonera; o terceiro versa sobre os Guarani, com Schmitz e Carbonera compondo a narrativa. Em cada uma das três partes, há subeixos com inferências sobre localização geográfica, processos migratórios, economia, sociedade, política, cultura, entre outros aspectos dos povos indígenas que viviam no planalto sul-brasileiro e argentino, mais especificamente na área que compreende o atual oeste de Santa Catarina.

O valor desse primeiro capítulo para a tese é importante ao aprimorar o conhecimento sobre a história indígena no recorte espacial da pesquisa. As informações auxiliarão no entendimento e na apresentação de grupos humanos comumente (foram ou são) invisibilizados na sala de aula, em comparação a outros fixados pela história tradicional. A história dos caçadores-coletores, dos Jê Meridionais e dos Guarani vai muito além da história desse contato com o “branco”. Esses povos tinham uma cosmologia, uma sociologia, linguagens completamente distintas. Porém, para a maioria dos colonizadores europeus, eles eram “bugres”. Essa é a palavra pela qual os brasileiros meridionais chamavam os indígenas, “por serem não cristãos (originalmente, a palavra ‘bugre’ se aplicou, no século XII, aos hereges cátaros, cuja doutrina se espalhou na Europa a partir da Bulgária, de onde o nome surgiu)”<sup>17</sup>.

O segundo capítulo – “Uma região de fronteira: fricções étnico-históricas e a delimitação geográfica do (atual) oeste catarinense” – apresenta, de forma panorâmica, os processos de formação territorial dessa região que, a oeste, faz fronteira com a Argentina; ao norte, faz divisa com o Paraná; ao sul, com o Rio Grande do Sul. Apresentam-se alguns dados sobre o desfecho das primeiras ocupações humanas e, em seguida, na parte “A coroa

<sup>17</sup> Cf. PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992, p. 320.

e o botoque: reflexões sobre as Cartas Régias de 5 de novembro de 1808 e de 1º de abril de 1809”, analisam-se as duas correspondências redigidas por Dom João VI, príncipe regente do Brasil, sobre ações que Antonio José da Franca e Horta, governador da capitania de São Paulo, deveria tomar contra os indígenas Botocudos (extermínio, cativo, aldeamento) a fim de potencializar a povoação “branca e cristã” dos Campos Gerais de Curitiba e de Guarapuava – uma parcela desses campos, mais tarde, já no século XX, se constituiria na (atual) região Oeste de Santa Catarina.

Logo depois, aborda-se a coerção indígena por meio dos aldeamentos e singularidades relacionadas à ancestralidade africana nos antigos campos de Palmas (PR). Na sequência, argumenta-se sobre a categoria dos caboclos que representavam um “entrave” à colonização e sobre os limites ocidentais catarinenses e o indígena, com ênfase à Questão de Palmas, à Colônia Militar de Chapecó, à Guerra do Contestado e ao Território do Iguazu. Por fim, registra-se o avanço colonizatório em direção ao oeste catarinense.

No capítulo três – “Os usos da memória e do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena no oeste catarinense” –, chega-se às particularidades dos usos do patrimônio arqueológico, da memória e da cultura indígena na região. São temas que proporcionam ao leitor um cabedal de estudos e averiguações sobre os termos “memória” e “patrimônio”, quanto à legislação sobre patrimônio arqueológico e licenciamentos ambientais, Educação Patrimonial na arqueologia consultiva, lugares de memória como museus, o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), integrado à Unochapecó, e o Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia (Lupa), integrado à UFFS *campus* Chapecó; por fim, sobre o legado indígena na toponímia do oeste catarinense. Essa parte mostra que, se a temática indígena é negligenciada na sala de aula, há fora dela múltiplas possibilidades para acessá-la. Entretanto, essa “ponte” seria essencialmente o “conhecimento” e as ações dos educadores, que, por meio de suas próprias visões, impactam no desenvolvimento das capacidades intelectuais, na

aquisição de novos conhecimentos e na formação de habilidades de seus educandos. Porém, muitas vezes tensionados socialmente, sobrecarregados entre o ensino, o tempo e os conteúdos, não proporcionam aos seus educandos experiências sensoriais fora dos muros da escola acerca da arqueologia indígena regional.

No capítulo quatro – “A temática indígena e suas relações com a escola” –, identifica-se e analisa-se como a temática indígena é discutida nos livros didáticos e na sala de aula de escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina, tendo como fontes as coleções de livros didáticos mais utilizadas pelos professores de História da região e os questionários direcionados aos docentes e discentes que mostram suas visões sobre a temática indígena regional. Pretende-se chegar ao entendimento sobre como a história indígena brasileira (em âmbito regional) é tratada na sala de aula. Lembrando que, no oeste catarinense e no seu entorno, os caçadores-coletores portadores da tradição Umbu, os Jê Meridionais e os Guarani (originários dos principais troncos linguísticos à época do contato: o Jê e o Tupi, respectivamente) são os protagonistas da história indígena milenar.

Abrindo alas na composição da tese, segue o capítulo um: “Oeste indígena: povoações remotas”.

## 1 OESTE INDÍGENA: POVOAÇÕES REMOTAS



Este primeiro capítulo constituiu-se como uma viagem. No princípio, simplesmente peguei o carro, com o tanque cheio (as entrevistas) e saí andando sem saber por onde, em que velocidade, por que lugares eu passaria, para fazer o quê – sem um plano de viagem. Passados quase três anos do início da tese, retomei aquele que deveria ter sido (agora é) o primeiro capítulo e desenvolvi o “tal plano”.

Com clareza, posso dizer que agora tenho um objetivo para a “viagem”: mirar na história dos grupos indígenas que viveram, antes da chegada dos europeus à América, no lugar onde hoje é o oeste catarinense e seu entorno, além de alguns raros enfoques sobre as populações indígenas que vivem atualmente nesse lugar. Sabe-se que, em Santa Catarina, são quatro as ocupações indígenas: os caçadores-coletores (paleoíndios), os povos dos sambaquis, os Jê e os Guaraní – nessa ordem de chegada. Com exceção dos sambaquieiros, os demais integram o recorte geográfico estudado nesta tese, embora nenhum desses grupos tenha “nascido no local e seja exclusivo dele”<sup>18</sup>, ou seja, não há população autóctone, no sentido de natural do local, bem como as migrações dos distintos grupos tenham se dado em diversas direções.

Trata-se de uma história milenar, segundo Mirian Carbonera: “a ocupação humana mais antiga na região, composta por caçadores-coletores, data de 11.700 anos atrás, e é menos conhecida comparativamente à dos agricultores ceramistas”<sup>19</sup>. Nessa história indígena, existe um lapso temporal, difícil de documentar, que se estende de “6.000 até 2.000 anos

<sup>18</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. *In*: CARBONERA; SCHMITZ, 2011, p. 75.

<sup>19</sup> CARBONERA, Mirian. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Chapecó, 6 jan. 2021.

atrás, quando chegaram os grupos agricultores vinculados às tradições cerâmicas Tupiguarani e Taquara-Itararé – estes chegaram tardiamente à região, aproximadamente há 1.000 anos atrás”.<sup>20</sup> Os Guarani expandiram-se para a mesma região, porém depois dos grupos Jê. Faz-se uma ressalva: nesse lugar, “ainda vivem indígenas das etnias Guarani e os descendentes dos antigos Jê, os Kaingang/Xokleng”.<sup>21</sup>

As populações remotas deixaram vestígios de sua época, de sua maneira de viver e de ocupar o espaço. Eram grupos completamente diferentes, com línguas diferentes, tradições diferentes, até mesmo biotipos diferentes. Conhecer o modo de vida dessas pessoas que viveram na região possibilitará a percepção da presença ou da ausência dessas informações em âmbito escolar e fundamentará as reflexões do capítulo quatro, que trata sobre “A temática indígena e suas relações com a escola”.

Na Figura 1, apresenta-se um mapa<sup>22</sup> com a localização dos grupos mais remotos do atual oeste de Santa Catarina. De acordo com a legenda, veem-se os sítios de caçadores-coletores, dos ceramistas Guarani e Jê das tradições Taquara-Itararé.

<sup>20</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>21</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. São Leopoldo, 10 jul. 2019.

<sup>22</sup> Há um equívoco no mapa: a flecha indicando os Guarani mostra que eles teriam subido o rio Uruguai, mas, além desse movimento, uma onda migratória também veio de cima (norte). In: CARBONERA, Mirian. **Mapa com a localização dos grupos indígenas pré-coloniais do oeste catarinense**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 1º mar. 2022.

Figura 1 – Mapa com a localização dos grupos indígenas pré-coloniais do oeste catarinense



Fonte: desenho de Marcos Bettú e Gerson Witte (CARBONERA; CECCHIN, 2015, p. 7).

Retomando a ideia de que este capítulo se constitui como uma viagem, é importante nominar os companheiros que fizeram este trajeto anteriormente, aqueles que comentam as suas experiências e são os guias: Carbonera, Corteletti, Mazz e Schmitz. Para além dos discursos desses entrevistados, muitos de seus estudos foram utilizados, em conjunto com os estudos de outros autores que trilharam percursos similares sobre a história indígena na América do Sul.

Complementarmente, as contribuições de Alessandro Portelli referentes à história oral darão o suporte teórico necessário às interpretações inerentes a essa forma de pesquisa. Segundo o autor, “[...] entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. Elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas.”<sup>23</sup> Além disso, “[...] o único e precioso elemento que as fontes orais têm

<sup>23</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Terezina Janine Ribeiro. **Projeto história**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997, p. 31.

sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor”.<sup>24</sup> Essa subjetividade deixa claras as questões intuitivas sobre os temas abordados.

Para a seleção desses expositores, que são os “guias” desta “viagem”, utilizou-se o critério do campo de pesquisa (vinculados à arqueologia) e do recorte geográfico (desenvolveram pesquisas relacionadas às ocupações indígenas do sul da América do Sul). As informações compartilhadas “não serão tratadas como verdades absolutas, mas como fontes de pesquisa, como pontos de vista”.<sup>25</sup> A confiabilidade das informações legitima-se por meio do currículo dos entrevistados.

O conjunto de informações recolhidas entre os quatro guias foi dividido em três eixos temáticos: os caçadores-coletores, os Jê e os Guarani. Dessa forma, em um primeiro momento, serão apresentadas as circunstâncias de cada entrevista. Depois, a história dos caçadores-coletores no sul da América do Sul, localizando-os a partir do oeste catarinense. Adiante, o Jê Meridional marca a pauta, com a apresentação de seu processo de expansão; a diferenciação entre a tradição Taquara-Itararé e seu contexto arqueológico; sua forma de subsistência; as características da cerâmica; os sítios com engenharia de terra e os outros; a ancestralidade das línguas Kaingang e Xokleng; as dinâmicas populacionais, a araucária e os monumentos; o encontro entre o Jê e Guarani no planalto; o desfecho da população Jê Meridional nesse recorte espacial.

Na última parte, sobre o grupo Guarani, são elucidadas suas formas de subsistência; características da vida na aldeia; alguns costumes; diferenças entre os termos “Guarani”, “Tupiguarani” e “Tupi-Guarani”; a fabricação da cerâmica; os reflexos das reduções jesuíticas no oeste catarinense; e, por fim, far-se-á um “diálogo artificial entre as fontes”, para cruzar os

<sup>24</sup> PORTELLI, 1997, p. 31.

<sup>25</sup> PORTELLI, 1997, p. 36.

depoimentos dos entrevistados e perceber as semelhanças, diferenças e complementaridades.

Por meio desta introdução, apresentou-se o “plano de viagem” para o capítulo. Pode-se dizer que aquela motorista testavilhada, num carro com o tanque cheio e sem rumo, só contemplou o caminho graças aos companheiros que conjuntamente fizeram essa viagem, ou parte dela, em tempos diferentes, por estradas diferentes, com paradas e veículos (recursos materiais e intelectuais) diferentes, às vezes concordando, outras vezes discordando sobre pontos importantes do trajeto. Deseja-se que os discursos dos guias desta viagem, as imagens e as citações de inúmeros autores propiciem uma experiência satisfatória àqueles que, porventura, trilhem o caminho. Boa leitura.

## 1.1 CIRCUNSTÂNCIA DE CADA ENTREVISTA

Nesta seção, serão apresentadas as circunstâncias, datas e locais em que as entrevistas foram realizadas. Por meio de tais entrevistas, acessaram-se diretamente os pesquisadores que se debruçam sobre o tema; sendo assim, suas narrativas foram utilizadas como fonte.

Portelli adverte que a “transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretações, embora uma transcrição, assim como uma tradução, verdadeiramente fiel, sempre implique certa quantidade de invenção”.<sup>26</sup> Tal ideia também incide sobre as fontes orais utilizadas neste capítulo. Então, nas próximas seções, registram-se os resultados finais das entrevistas – produto de ambos: narrador e pesquisador – intercambiados com bibliografias.

---

<sup>26</sup> PORTELLI, 1997, p. 26.

Em 10 de julho de 2019, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no Instituto Anchietano de Pesquisa (IAP), padre Ignácio<sup>27</sup>, como habitualmente é chamado, concedeu uma entrevista semiestruturada. Anteriormente, em 7 de maio de 2013, outro diálogo já havia sido registrado, porém o tema abordado se referia apenas aos Jê, portadores das tradições cerâmicas Taquara-Itararé, fase Xaxim. As duas entrevistas foram reeditadas por Schmitz, em fevereiro de 2021.

A entrevista concedida em 2019 tratou sobre os caçadores-coletores, os Jê Meridionais e os Guarani. A conversação foi gravada com uma câmera digital. A transcrição, na íntegra, rendeu 39 páginas, que foram enviadas por e-mail a Schmitz, para qualificação e edição. Dessa forma, os dados respeitam o parecer final do entrevistado.

Com José María López Mazz<sup>28</sup> a entrevista foi realizada em 26 de outubro de 2019, no *campus* I da Universidade de Passo Fundo (UPF), e editada por ele em março de 2021. Na ocasião, o professor Mazz e o professor Diego Bracco estavam ministrando a disciplina Seminário Especial “Povoamento da América meridional: povos originários e colonização”.

Em 14 de abril de 2015, nas dependências do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), Mirian Carbonera<sup>29</sup>

<sup>27</sup> O padre jesuíta Pedro Ignácio Schmitz, 90 anos [2019], é graduado em Filosofia, Geografia, História e Teologia; é livre-docente em Antropologia e doutor em Geografia e História. Foi professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretor do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP) de 1966 a 2009. Atualmente é coordenador da Arqueologia do IAP, pesquisador (desde 1969) do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e editor da revista *Pesquisas*. É também representante perante órgãos de governo como CNPq, Iphan e Capes; realizou e realiza pesquisas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Goiás e no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em teoria antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: arqueologia, Rio Grande do Sul, Pantanal, casas subterrâneas e sul do Brasil. (Texto informado pelo autor.)

<sup>28</sup> José María López Mazz é antropólogo e arqueólogo reconhecido pelas suas pesquisas sobre Charruas, Minuanos-Guenoas, além de laudos em Arqueologia Forense. É professor do Departamento de Arqueologia da Universidad de la República (UDELaR) do Uruguay. Graduado em Ciências Antropológicas pela mesma instituição, fez mestrado em Arqueologia na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, da França; doutorado na Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle), da França; pós-doutorado em Gestión Integral del Patrimonio Arqueológico, na Universidad de Santiago de Compostela, da Espanha. É autor de diversos livros. (ARQUEÓLOGO que exumou o cadáver do presidente João Goulart (palestra). UPF, Passo Fundo, 26 set. 2019.)

<sup>29</sup> Mirian Carbonera é doutora em Arqueologia Brasileira pela USP, mestre em História pela Unisinos e atualmente responsável pelo CEOM/Unochapecó. Como pesquisadora do CEOM e da Unochapecó, tem desenvolvido estudos arqueológicos no alto rio Uruguai e em partes da província de Misiones, bem como

concedeu-me uma entrevista. Na ocasião, muitos foram os temas abordados, porém o foco principal foi a fase Xaxim, vinculada à unidade arqueológica Taquara-Itararé. Em 6 de janeiro de 2021, Carbonera concedeu uma nova entrevista, também relacionada aos três eixos que norteiam este capítulo: os caçadores-coletores, os Jê e os Guarani; entretanto, essa entrevista foi permeada por experiências inéditas: em virtude da pandemia do coronavírus (Covid-19), optou-se pela utilização de meios digitais. Ambas as entrevistas foram revisadas e editadas pela entrevistada.

Em 16 de setembro de 2016, enquanto o Sol dissipava a geada que encobria o planalto serrano catarinense, realizou-se a entrevista com Rafael Corteletti<sup>30</sup>, no morro do Avencal, em Urubici, Santa Catarina, localizado próximo à rodovia SC-110, distante dois quilômetros da cidade. O sítio arqueológico contém grafismos rupestres dos grupos Jê Meridionais desenhados num paredão de rochas areníticas, de onde também é possível visualizar a cascata do Avencal. A entrevista foi revisada pelo entrevistado em março de 2021. Em 10 de novembro de 2020, em modalidade *on-line*, Corteletti concedeu-me nova entrevista, com o intuito de abordar dados de suas pesquisas mais recentes.

## 1.2 O SUL DA AMÉRICA E O CAÇADOR-COLETOR

Inserem-se neste primeiro eixo as narrativas fundamentadas nas entrevistas concedidas por Mazz, Schmitz e Carbonera sobre os caçadores-coletores. Os referenciais bibliográficos, as evidências, as interpretações e

---

atividades de gestão e comunicação do patrimônio arqueológico. (Texto informado pela autora.)

<sup>30</sup> Rafael Corteletti é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e ministra aulas para os bacharelados em Arqueologia e em Antropologia e também no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt). Além disso, atua como pesquisador da Comissão Especial da Agência da Lagoa Mirim (ALM – UFPel). (CORTELETTI, Rafael. **Currículo Lattes**. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/>. Acesso em: 25 nov. 2020.)

o intercâmbio das informações verbalizadas pelos entrevistados marcarão a pauta da exposição.

Iniciando a contextualização, toma-se por base o relato de Mazz. Ele registra que,

[...] ao se olhar a totalidade da existência da humanidade, vê-se que há uma divisão entre a pré-história e a história. A história, no sentido estrito, é o período da humanidade no qual se dispõe de documentos escritos que contam aquilo que aconteceu. A pré-história é o período anterior, onde não há documentos escritos, então a fonte de conhecimento da pré-história é a arqueologia, que se ocupa dos produtos materiais da conduta humana, seja ferramenta, o lixo do que comeram, os acondicionamentos para morar, etc.<sup>31</sup>

Mazz enfatiza que a cultura é

[...] aquilo que se aprende, se mantém e se transmite na sociedade e há padrões claros que se pode identificar, por exemplo, um tipo de ferramenta para caçar, a maneira de explorar o meio ambiente, ou seja, uma cultura bem delimitada. A mais antiga que se conhece é a dos paleoíndios. Sabe-se que na história universal do paleolítico, que é idade da pedra, existe um momento em que a as pessoas começam a mudar a relação com a natureza e começam a fazer uma exploração mais intensiva, e de tanto mexer com as plantas começaram a domesticá-las, com isso mudam completamente as relações existentes; isso, na história universal, se conhece por neolítico.<sup>32</sup>

Ao se observar o discurso de Mazz, percebe-se a importância da arqueologia, que se ocupa do estudo sobre a cultura material e o contexto em que são encontrados os vestígios – restos de alimentos, objetos, construções e outros “lixos” –, para compreender a conduta humana num tempo remoto.

<sup>31</sup> MAZZ, José María López. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Passo Fundo, 26 out. 2019.

<sup>32</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

Assim como a pré-história e a história têm seu marco divisório a partir da escrita, a arqueologia também se divide em arqueologia pré-histórica e histórica, que têm como marco o antes e o depois da chegada dos europeus à América, respectivamente.

Sabe-se que há em curso estudos que tratam do povoamento inicial da América e que envolvem a desconstrução da dicotomia história x pré-história nas Américas. Há propostas relacionadas à ideia de “tempo profundo” e “história profunda”, tema que vem sendo discutido por historiadores, arqueólogos e antropólogos. Outros pontos sobre os quais se tem refletido tratam da incorporação de diferentes formas de narrativas e temporalidades, cuja construção envolveria posições mais simétricas entre os diversos grupos que compõem essa história. A arqueologia convencionalmente chamada de pré-histórica (“pré-colonial” no Brasil), que lida, entre outros temas, com o do povoamento inicial da América, deve ser vista essencialmente como História indígena<sup>33</sup>, ou História da América Antiga.

Esse novo olhar instiga “uma revisão crítica do termo ‘pré-história’, e viabiliza a desconstrução de um rompimento construído e reforçado ao longo do processo de colonização das Américas, consolidado e quase naturalizado pelo discurso científico”.<sup>34</sup> Possivelmente, no decorrer do tempo, a história, a antropologia, a arqueologia e outras ciências desconstruirão “o rompimento criado entre sociedades indígenas pré e pós-invasão europeia, de forma a compreender os processos de continuidade e de mudança”<sup>35</sup>. Entretanto, apesar da proposta de mudança de narrativa para a substituição do termo “pré-história” por “história indígena”, ao longo desta tese, o termo “pré-história” ou “pré-colonial” ocasionalmente será mantido, pelo fato de

<sup>33</sup> BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 14, n.º 2, p. 477-495, maio-ago. 2019, *passim*.

<sup>34</sup> BUENO, 2019, p. 479.

<sup>35</sup> BUENO, 2019, p. 490.

que tanto os entrevistados como os referenciais teóricos acessados registram essas terminologias.

### 1.2.1 Caçadores-coletores no oeste catarinense

Em consonância com os primórdios do povoamento da América, ocorrido há milhares de anos, Carbonera relata que a hipótese mais provável é a de que

[...] a espécie humana surgida na África teria se expandido para a Europa, Ásia e por fim para a América, nessa ordem. A travessia entre a Ásia e a América teria se dado pelo Estreito de Bering, pois dezenas de quilômetros teriam ficado congelados entre a Sibéria e o Alasca, de 27.000 até 10.000 anos atrás, na última era glacial, quando as geleiras avançaram e o mar ficou abaixo do nível atual. Dessa forma, há para toda a América sítios remotos; já no Brasil, na Serra da Capivara, há datações de material com mais de 20.000 anos. Aproximando-se do recorte geográfico do oeste catarinense, sobre os caçadores-coletores que se abrigavam em grutas, vales e nas bordas do rio Uruguai, as datações mais antigas variam entre 11.700 anos atrás, em Águas de Chapecó; 10.000 anos em Palmitos e 9.000 anos em Itá.<sup>36</sup>

Concomitantemente com o discurso de Carbonera, Marcelo Jolkesky escreve que há 10.000 anos estava ocorrendo a transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. Na época, que marcava o fim da última glaciação, “[...] o nível do mar estava a pelo menos 100 metros abaixo do atual e fortes ventos sopravam desde a Patagônia. Tais condições climáticas, agrestes,

<sup>36</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021. | LOURDEAU, Antoine *et al.* Debitagem laminar no Sul do Brasil. **Journal of Lithic Studies**, [s.l.], n.º 4, v. 4, p. 127-143, 2016, *passim*. Disponível em: file://C:/Users/Usuario/Downloads/2017%20Lourdeau. Acesso em: 2 jul. 2021.

forçavam as populações a ocupar as savanas e estepes das regiões baixas, concentrando-se em nichos próximos a arroios cercados de mata ciliar”.<sup>37</sup>

Para a região Oeste de Santa Catarina, as pesquisas arqueológicas ainda têm muito a dizer sobre o povoamento mais remoto: “é uma construção incompleta porque não são muitas as informações existentes, nem todas foram cientificamente elaboradas e não cobrem mais que uma parcela do território”.<sup>38</sup> Sabe-se, até o momento, por meio da literatura, que os caçadores-coletores eram detentores de uma cultura bem delimitada (parafraseando Mazz). Ao que parece, de acordo com as leituras feitas para a constituição deste capítulo e de acordo com as pesquisas mais recentes, na região Oeste de Santa Catarina, a população mais antiga era portadora da tradição Umbu. Essa tradição, para Schmitz, quer dizer um modo de vida “[...] ligado a uma forma de ponta de projétil e seu contexto. Não se sabe quem é o povo que as produziu, não há esqueletos, não se conhece a língua, não se tem nada deles a não ser os materiais líticos que sobraram”.<sup>39</sup>

Significa dizer que é uma cultura onde observa-se “[...] uma forma básica de lascas a pedra para fazer instrumentos. Umbu, então, é uma tecnologia, um instrumental a partir do qual se procura reconstruir cultura, idade e outras coisas, sempre a partir dos artefatos”.<sup>40</sup> Além do que “[...] é uma tradição típica de floresta, da floresta Atlântica ou de floresta do interior. O indicador para isto é sua comida, os animais que eles caçavam”.<sup>41</sup>

Para Schmitz, essa caça não seria da megafauna, porque “[...] não valia a pena. Era menos perigoso pegar um lagarto, um tatu, um veado que se come de uma vez, num dia, do que um bicho enorme, que correria grande

<sup>37</sup> JOLKESKY, Marcelo Pinho Valhery. Reconstrução fonológica e lexical Proto-Jê Meridional. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2010. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. O mundo da caça, da pesca e da coleta. *Arqueologia do Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, Documentos 5, p. 13-30, 2006, p. 25.

<sup>38</sup> SCHMITZ, 2011, p. 73.

<sup>39</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>40</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>41</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

risco para comer uns pedacinhos porque o resto, em poucos dias, estaria podre”.<sup>42</sup> Sobre esse assunto, Arno Kern escreve que:

Essa fauna de grandes mamíferos extinguiu-se com o término da última glaciação, talvez devido ao surgimento das novas condições ambientais do Holoceno. Ela parece ter sofrido também com a chegada de um novo tipo de predador, o homem com seus arcos, flechas e lanças, um eficiente equipamento de caça. Aparentemente, esses caçadores recém-chegados estavam muito bem armados em meio a essa fauna, em grande parte formada por herbívoros. Outros animais de pequeno porte como as emas, as antas, os ratões do banhado e os pequenos cervídeos foram igualmente caçados pelos primeiros grupos pré-históricos que aqui se estabeleceram. Esses caçadores-coletores-pescadores jamais foram apenas caçadores da megafauna, pois provavelmente se alimentavam de moluscos e peixes.<sup>43</sup>

Ao referir-se à região Oeste de Santa Catarina, sobre os portadores da tradição Umbu, Schmitz registra que,

[...] na área da foz do rio Chapecó, na barragem, há datas próximas a 12.000 anos (10.000 a.C.). Os sítios com as datas mais antigas também estão ao longo do rio Uruguai não existem abrigos rochosos ocupados. Então, pelos 12.000 anos atrás deve ser o tempo em que eles começaram a aparecer, na mata Atlântica e ao longo dos rios maiores, em grupos de, no máximo, umas 20 pessoas, mas eles continuam ao menos até 1.000 anos d.C. Na mata Atlântica do leste de Santa Catarina existem ao menos 300 sítios dessas últimas datas, restos de pequenas choupanas agrupadas junto a pequenos arroios, como mostra a tese de Deisi Scunderlick Eloy de Farias. Com relação a estes, discute-se a possibilidade de serem as taperas de antepassados dos índios Xokleng, que são conhecidos na região desde o período do Império.<sup>44</sup>

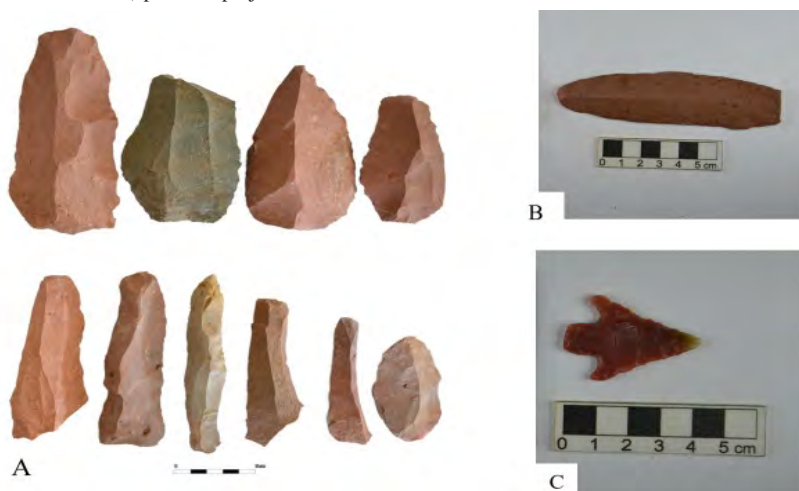
<sup>42</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>43</sup> KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 17.

<sup>44</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

Em consonância com o discurso de Schmitz, Loponte, Carbonera e Silvestre exemplificam que: “a área da foz do rio Chapecó, na barragem de Águas de Chapecó, no sítio ACH-LP-07, no qual foram encontrados os vestígios líticos dos caçadores-coletores, correspondentes a uma data de 11.700 anos”.<sup>45</sup> A Figura 2 contempla vestígios arqueológicos do sítio ACH-LP-07, nível pré-cerâmico.

Figura 2 – Vestígios arqueológicos do sítio ACH-LP-07, nível pré-cerâmico: A) artefatos de lascas; B) lâmina; C) ponta de projétil



Fonte: Projeto Povoaamentos Pré-históricos do alto rio Uruguai, 2015.

Além do sítio ACH-LP-07, para a região do alto rio Uruguai, tem-se outro marcador dessa população remota. Segundo os relatos de Carbonera,

[...] são as pontas “rabo de peixe”, elas fazem parte de um conjunto que também incluía outros artefatos e foram produzidas pelas primeiras ondas de povoadores sul-americanos, já que são

<sup>45</sup> LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian; SILVESTRE, Romina. Fishtail Projectile Points from South America: The Brazilian Record. *Archaeological Discovery*, Beijing, v. 3, n.º 3, p. 1-19, 2015.

encontradas e datadas nos demais países vizinhos, a exemplo da Argentina e do Uruguai. Porém, ainda não se sabe se as populações que produziam essas pontas estariam articuladas com os sítios de Águas de Chapecó; pode ser que os dados mais antigos do ACH-LP-07 sejam vinculados a essas populações, mas será preciso mais escavações nos sítios antigos. Nas escavações do ACH-LP-07 não foram encontradas até hoje esses tipos de ponta, mas para o rio Uruguai, há três exemplares: uma coletada em 1966, pelo padre jesuíta João Alfredo Rohr, em Itapiranga;<sup>46</sup> outra em Mondaí, que pertence a uma coleção particular; e uma que está no acervo do CEOM/Unochapecó, que foi coletada nas margens do rio Irani.<sup>47</sup>

A Figura 3 exemplifica uma dessas pontas de flecha.

Figura 3 – Ponta de flecha estilo “rabo de peixe”



Fonte: CEOM/Unochapecó, 2022.

Carbonera conclui que os dados regionais em relação aos caçadores-coletores são resultantes das atividades no sítio ACH-LP-07, em Águas

<sup>46</sup> ROHR, João A. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. *Pesquisas*, São Leopoldo, n.º 15, 1966.

<sup>47</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021. | LOPONTE *et al.*, 2015.

de Chapecó e do sítio Uruguai 1, em Alpestre, e dos estudos em coleções depositadas em museus, especialmente para as pontas estilo rabo de peixe. “Quanto às datações absolutas realizadas com C<sup>14</sup>, a data que se tem é de 11.700 antes do presente, que possivelmente remete ao período mais antigo da região.<sup>48</sup> “Por outro lado, “as pontas rabo de peixe não têm datação absoluta para o contexto brasileiro, mas nos sítios datados em países vizinhos, elas indicam uma antiguidade de 12.900 e 11.500 anos atrás”.<sup>49</sup>

Voltando a Schmitz, segundo ele, a população portadora da tradição Umbu

[...] se abrigava na beira do rio, onde levantariam uma choupana ou duas pequenas, em que estariam morando, não permanentemente. Era um povo muito móvel que ia caçando, estabelecendo sua choupana de folhas e caçando ao redor dessa mata e não conheciam o cultivo das plantas. Não se sabe como eles sepultavam os mortos nos abrigos, não se sabe como era o esqueleto deles, nem a religião, nem os costumes. Deles apenas se conhece a tecnologia, os instrumentos que faziam, entre os quais predomina a ponta de flecha de pedra, mais algum machado de mão, alguns raspadores; é com isso, basicamente, que foi construída a tradição tecnológica Umbu. Como sobraram restos de alimentos, pode-se dizer o que eles comiam. Eles caçavam tudo o que se move, tanto veados, como antas, tatus, pescavam algum peixe; às vezes aparecia um pequeno anzol de osso, ou uma espinha de peixe.<sup>50</sup>

A arqueologia infere que os portadores da tradição Umbu “não deixaram descendentes historicamente conhecidos”.<sup>51</sup> Em consonância com o discurso de Schmitz, Kern escreve que

<sup>48</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>49</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>50</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>51</sup> JOLKESKY, 2010, p. 8.

[...] os lugares onde esses caçadores-coletores estabeleciam seus acampamentos localizam-se nas margens dos principais rios, seus afluentes e pequenos arroios. Os sítios conhecidos se encontram, na sua maior parte, nas bacias dos rios Uruguai, Jacuí, Paraná, Paranapanema e Ivaí. Os locais escolhidos se encontram nas várzeas, nos terraços e mesmo nos topos de colinas ou platôs. Jamais se encontram afastados das pequenas lagoas, vertentes ou arroios, fontes de obtenção de água. Os rios e arroios, portanto, parecem ter desempenhado um papel fundamental como meios de comunicação, como vias de circulação das populações e das técnicas. Nem todas as áreas abrangidas por vales foram prospectadas pelos arqueólogos.<sup>52</sup>

No passado, a antropologia chamava a população de caçadores-coletores de “bando”; atualmente o termo é obsoleto. Eram “[...] poucas famílias agregadas, sem chefia. Elas se comporiam de duas, três ou quatro famílias aparentadas ou não, que viviam juntas e migravam juntas; mas, do mesmo modo como se juntavam, também se separavam facilmente”.<sup>53</sup> Ao concluir a parte da entrevista referente à tradição Umbu, Schmitz ressalta

[...] que cronologicamente essa tradição tem seu período mais antigo representado nos vales do rio dos Sinos e do rio Caí; também na mata Atlântica do leste de Santa Catarina e novamente ao longo do rio Uruguai desde a fronteira com o Uruguai até Chapecó, passando por Itapiranga. Depois há outro momento, que são os grupos que moravam no interior do Rio Grande do Sul, representados nos abrigos com petróglifos, de 3.000 anos para cá, até que os Guaraní tomam conta desse espaço, e ainda as centenas de assentamentos na mata Atlântica de Santa Catarina, que poderiam ser dos antepassados dos índios Xokleng. Dessa forma se teria, pela primeira vez, a ligação com um determinado grupo etnográfico, o Xokleng. Pois, quando os Xokleng foram expulsos do planalto, na década de 1630, podiam ter assumido a tecnologia lítica da tradição Umbu porque se tornaram, outra vez, caçadores; no planalto eles tinham sido agricultores. Da tradição

<sup>52</sup> KERN; SANTOS; GOLIN, 2009, p. 23.

<sup>53</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

Umbu, não se sabe nada sobre a raça, não há sepultamentos, nada se sabe sobre a etnia, não se sabe que grupos eram, não se sabe de onde eles vieram.<sup>54</sup>

Segundo Schmitz, o que se sabe sobre os caçadores-coletores “é que eles nasceram na mata, tinham uma organização que pode ter vindo da Amazônia, mas no Sul criaram seu próprio jeito de ser, que se chama de tradição Umbu, um jeito onde a ponta de flecha em pedra é seu crachá”.<sup>55</sup> Kern, assim como Schmitz, tem dúvida: se

[...] as inovações neolitizantes foram trazidas por grupos de língua Jê que migraram para o sul pelas alturas do planalto sul-brasileiro, ou se o aporte de novas tecnologias foi sendo passado de grupo a grupo por processos de transculturação. O que parece indiscutível é que se introduziu uma série de novos padrões culturais que dariam origem a outra importante etapa deste complexo processo histórico. Parece provável também que a invasão gradual da região platina pelos Guarani tenha colaborado com este processo de neolitização.<sup>56</sup>

A possível correlação entre caçadores-coletores e os antepassados dos Xokleng (aventada por Schmitz), neste momento, é uma incógnita. Fica a pergunta: “Que tipos de contatos e de impactos foram produzidos por esta proximidade no tempo e no espaço?”<sup>57</sup> Além das dúvidas apontadas, Schmitz destaca que “os caçadores-coletores tinham conhecimentos peculiares acerca do ambiente em que viviam e que se deslocavam pelas áreas ocupadas, em diferentes nichos ecológicos, possivelmente conforme as estações do ano”.<sup>58</sup> Kern infere que esses “[...] deslocamentos sazonais

<sup>54</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>55</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>56</sup> KERN, 2009, p. 25.

<sup>57</sup> KERN, 2009, p. 25.

<sup>58</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

deram origem a muitos sítios arqueológicos em uma mesma região. Esses sítios poderiam estar sendo ocupados, um após o outro, pelo mesmo grupo, ao longo do ano”.<sup>59</sup>

Na região Oeste de Santa Catarina, assim como no sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai, os caçadores-coletores viviam em ambientes de floresta. Nessas regiões, desenvolveram uma forma própria de ser, de conviver, de ocupar o espaço e de utilizar os recursos da natureza. A tecnologia na produção de seus instrumentos em pedra e ossos (os de madeira não duraram), além do contexto em que são encontrados, é o que mais os identifica; e essa tecnologia foi batizada de tradição Umbu. Também se notou, no discurso de Schmitz, que, apesar das múltiplas evidências arqueológicas encontradas na região, ainda há muitas perguntas cujas respostas cabem à arqueologia revelar.

Nesta primeira parte, que se ocupou dos caçadores-coletores, foi possível perceber que, contando histórias, o ser humano passa adiante seus saberes e avança nos estudos das ciências humanas. Dessa forma, as entrevistas concedidas por Mazz, Schmitz e Carbonera contribuíram para o entendimento acerca das populações humanas mais remotas do oeste de Santa Catarina. Na próxima parte, serão articuladas as falas dos expositores para notar as concordâncias, as divergências e os intercâmbios entre as narrativas.

### *Diálogo artificial entre as fontes: o caçador-coletor*

Sobre a ocupação dos caçadores-coletores representada pela tradição Umbu, Schmitz registra que o recorte geográfico dos portadores dessa cultura material “vai do rio Paranapanema, entre Paraná e São Paulo,

---

<sup>59</sup> KERN, 2009, p. 22.

ao Uruguai e se estende sobre o planalto até o Paraguai”.<sup>60</sup> Mazz aponta semelhanças quanto à localização geográfica do grupo.<sup>61</sup> Schmitz afirma que se caracterizavam por “um modo de vida caçador, formado de pequenos grupos móveis, que começa por volta de 10.000 a.C. e se estende ao menos até 1.000 d.C., e não se conhecem descendentes”.<sup>62</sup>

Schmitz enfatiza que o período mais antigo da tradição Umbu está representado nos vales do rio dos Sinos e do rio Caí (RS), também na mata Atlântica do leste de Santa Catarina e ao longo do rio Uruguai, desde a fronteira com o Uruguai até Chapecó, passando por wItapiranga. E, a partir de uns 3.000 anos, eles foram morar em abrigos rochosos, nos vales dos rios Pardo, Jacuí, Toropi, onde faziam registros rupestres nos abrigos ou em blocos isolados, fazendo petróglifos (tridáctilos). Na região Oeste de Santa Catarina, não há esses registros artísticos, pois viviam na beira dos rios e não em abrigos rochosos.<sup>63</sup>

Diferentemente de Mazz, que aponta o sul da América do Sul como recorte geográfico dos nômades caçadores-coletores, Schmitz é mais específico, como foi possível perceber no parágrafo anterior. Ele complementa ao dizer que, por volta de 12.500 anos atrás, possivelmente, foi a época em que eles apareceram na mata Atlântica e ao longo dos rios maiores, em grupos de, no máximo, 20 pessoas, mas eles continuaram ao menos até 1.000 anos d.C.

Schmitz lembrou que, segundo o biólogo André Luiz Jacobus, os portadores da tradição Umbu “se formaram na Amazônia, na floresta Amazônica”.<sup>64</sup> Porém, não há consenso acerca dessa informação. De acordo com Carbonera, com base nos próprios projetos e nas publicações de Adriana Dias e Lucas Bueno, não é essa a ideia que os dados têm apontado;

<sup>60</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>61</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>62</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>63</sup> Cf. SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>64</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

na verdade, é ao contrário. As evidências mostram que, provavelmente, as populações de caçadores- coletores, quiçá, vieram subindo dos pampas uruguaiois e da Argentina, subindo o rio Uruguai. Então, não foi como a migração dos grupos Jê (do Brasil central para o sul) e dos Guarani (da bacia Amazônica em direção ao sul e ao leste). Segundo os dados encontrados a migração dos caçadores-coletores parte do sul em direção ao norte. Nota-se pela tecnologia, pois não há uma relação dessa tecnologia do sul do Brasil com a tecnologia dos caçadores-coletores do Brasil central ou do nordeste.<sup>65</sup>

No Sul, os portadores da tradição Umbu, alimentavam-se de caça da floresta Atlântica ou de floresta do interior. Seus assentamentos são encontrados ao longo dos rios, onde levantavam uma ou duas choupanas de folhas. Eram grupos sem chefia, formados por duas, três ou quatro famílias aparentadas ou não, que viviam juntas e migravam juntas estacionalmente. Outros elementos culturais – como sepultamentos, religião, costumes –, a arqueologia ainda não reconstituiu.<sup>66</sup>

Mazz<sup>67</sup> e Schmitz<sup>68</sup> compartilham a ideia de que os caçadores-coletores eram móveis e formavam grupos de no máximo 50 ou 60 pessoas, porque, se fossem maiores, seria difícil para se locomover. Porém, em um outro ponto de vista, Mazz diverge de Schmitz ao dizer que “não se conhecem descendentes”. Para Mazz, os antigos portadores da tradição Umbu (dentre outros grupos) seriam o grupo indígena assimilado pelos Minuano-Guenoa, construtores de cerritos, distribuídos em algumas regiões do Rio Grande do Sul e Uruguai – embora os Minuano-Guenoa tenham acrescentado outros elementos à sua cultura material, pois também eram agricultores e formavam uma sociedade mais complexa. Mazz pensa que os Minuano-Guenoa estão no final desse processo que se originou com a

<sup>65</sup> CARBONERA, Miriam. **Comentário proferido na banca de defesa da tese “Memória e patrimônio indígena nas escolas públicas do oeste de Santa Catarina”**, de Valdirene Chitolina, UPF, em 18 out. 2022.

<sup>66</sup> Cf. SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>67</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>68</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

tradição Umbu, mas destaca que essa é uma visão pessoal.<sup>69</sup> Em relação ao oeste de Santa Catarina, uma possível continuidade dos portadores da tradição Umbu não foi documentada.

De acordo com pesquisas recentes (ver estudos de João Carlos Moreno de Sousa e Mercedes Okumura) a tradição Umbu provavelmente não contempla os sítios paleoindígenas da região fronteira com o Uruguai (onde tem há a indústria *Pay Paso*, além de outras regiões do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, onde haveria outras Tradições, como Garivaldinense, Rioclarense, Tunas, dentre outras possibilidades). Trata-se, possivelmente, de tradições tecnológicas (e provavelmente grupos étnicos) com características distintas daquelas populações presentes no oeste catarinense. O que corrobora, por exemplo, para a hipótese levantada por Mazz sobre a possível associação da tradição Umbu da fronteira Brasil-Uruguai com os povos Minuano-Guenoa, contexto que não faz sentido para a região em questão.

Para Schmitz<sup>70</sup> a tradição Umbu significou um modo de vida relacionado a uma forma de lascar a pedra para fazer ponta de projétil, além de alguns machados de mão ou raspadores e seu contexto. Era uma tecnologia, um instrumental a partir do qual se procurava reconstruir a cultura e a idade, entre outros aspectos, sempre a partir dos artefatos. Schmitz ainda enfatiza que essa ponta de flecha em pedra é seu “crachá”. No oeste catarinense, para a população portadora da tradição Umbu, estabelecida na atual barragem da foz do rio Chapecó, há datas de 12.000 anos (10.000 a.C.). Referentemente ao mesmo assunto abordado por Schmitz, Carbonera pontua que o sítio arqueológico “ACH-LP-07 em Águas de Chapecó (SC), nas proximidades da foz do rio Chapecó com o rio Uruguai, além de vestígios dos grupos

<sup>69</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>70</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

ceramistas e agricultores, também registra a presença humana mais antiga em Santa Catarina, que ocorreu há 11.700 anos”.<sup>71</sup>

Observando os dados apresentados por Schmitz<sup>72</sup> e correlacionando-os aos dados apresentados por Mazz<sup>73</sup>, percebe-se que os grupos portadores da tradição Umbu eram paleoíndios ou paleoindígenas, isto é, “índios antigos” cujas origens étnicas são desconhecidas pela arqueologia. Paleoíndios (ou paleoindígenas) e portadores da tradição Umbu são duas formas diferentes de se referir aos caçadores-coletores. Por exemplo, num período entre 12.000 antes do presente ou 10.500 a.C., para Mazz, seriam grupos de paleoíndios. Esses grupos, que teriam convivido com a megafauna, tinham na cultura material as pontas de lança denominadas “rabo de peixe”. Entretanto, com o fim da era glacial, ocorreram mudanças nos seus nichos ecológicos e as peças líticas – as pontas das lanças – se tornaram menores; os pesquisadores as identificam como tradição Umbu, que teria iniciado por volta de 10.000, 9.000, 8.000 anos, conclui Mazz.<sup>74</sup>

Retomando o depoimento de Carbonera, que cita o sítio ACH-LP-07, em Águas de Chapecó, como marcador mais antigo sobre a ocupação humana em Santa Catarina, a arqueóloga infere que, para além desse sítio, há na região do alto rio Uruguai, as pontas rabo de peixe, além de outros artefatos produzidos pelos primeiros povoadores sul-americanos, já que são encontradas e datadas nos demais países vizinhos, a exemplo de Argentina e Uruguai, onde foram encontradas em contexto; para o oeste de Santa Catarina, elas estão sendo discutidas a partir de coleções de museus, pois não foram encontradas em contexto<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>72</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>73</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>74</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>75</sup> Cf. CARBONERA, 6 jan. 2021.

Há similitudes entre os discursos de Carbonera<sup>76</sup> e Mazz<sup>77</sup> no que tange às pontas rabo de peixe: ambos concordam que pertencem à ocupação mais antiga do sul da América do Sul. Porém, Mazz chama seus fabricantes de “paleoíndios”, já Carbonera não menciona esse termo, porém essa é uma questão terminológica. Os pesquisadores brasileiros estão habituados com a terminologia difundida pelo Pronapa. Já Mazz é uruguaio e utiliza o termo genérico de maior circulação na comunidade internacional.

Notou-se que, para Mazz, as pontas rabo de peixe associam-se aos paleoíndios, contemporâneos da megafauna. Ele enfatiza que a diminuição do tamanho da ponta das lanças dos paleoíndios se deu em virtude do fim da era glacial, que provocou mudanças nos seus nichos ecológicos. Carbonera não menciona o fim da era glacial como uma provável razão para a diminuição das pontas; por outro lado, cita que a raridade do sílex, matéria-prima das pontas, nos rios da região Oeste de Santa Catarina fazia com que essas pontas fossem muito utilizadas e reativadas até ficarem menores. Carbonera também informa que foram encontradas pontas maiores, com mais de 100 milímetros. Há, para a região do rio Uruguai, campanhas em curso a fim de estudar com mais propriedade os sítios mais antigos e essas pontas rabo de peixe.<sup>78</sup>

Dado o exposto por Schmitz<sup>79</sup>, quando os Jê e os Guarani tomaram conta dos espaços dos portadores da tradição Umbu, como os caçadores eram grupos pequenos, podem ter se mesclado com estes que estavam chegando – mas há dificuldade de verificação. Finalmente, os caçadores-coletores desapareceram na competição tecnológica mediante os novos grupos. Para Mazz<sup>80</sup>, essas afirmações fazem sentido. Percebeu-se que a mescla de grupos proposta por Schmitz, para Mazz, seria a continuidade do

<sup>76</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>77</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>78</sup> Cf. MAZZ, 26 out. 2019. CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>79</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>80</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

grupo materializada nos cerritos uruguaiois e sul-rio-grandenses – de acordo com sua opinião pessoal.

Segundo Schmitz, os caçadores-coletores eram nômades estacionais, ou seja, mudavam-se de acordo com as estações; Mazz chama-os de “móveis”. Ao que tudo indica, foram os primeiros a ocupar o recorte geográfico estudado. Eles eram antigos nômades que foram cativados pela fauna e pela flora existentes no sul da América do Sul. Eles foram atraídos pela abundância alimentar oferecida pela floresta Atlântica ou pela floresta do interior, e seus assentamentos são encontrados ao longo dos grandes rios e arredores.<sup>81</sup>

As abordagens desta primeira parte representam nuances de um passado que precisa ser compreendido a partir das categorias dos povos indígenas, não a partir das categorias atuais. Isso porque os valores que utilizavam em suas vidas eram diferentes; não privilegiavam a mudança, a acumulação, o desenvolvimento tecnológico, o progresso. Num período de centenas, milhares de anos, as sociedades não alteraram sua cultura material, pois não tinham interesse em mudar – buscavam o equilíbrio, como bem lembra Mazz.<sup>82</sup> E foi a cultura material que relegou ao presente a possibilidade de compreender a maneira de viver dessas antigas populações que “abriram alas” na ocupação humana no sul da América do Sul.

Na seção que segue, será possível perceber que “o planalto sul-brasileiro foi palco de uma série de importantes transformações culturais a partir dos dois últimos milênios, com a instalação da vida em aldeias”.<sup>83</sup> É sobre essa vida na aldeia, dos Jê Meridionais, que o próximo eixo se ocupa.

<sup>81</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>82</sup> MAZZ, 26 out. 2019.

<sup>83</sup> KERN, 2009, p. 44.

### 1.3 O JÊ NO PLANALTO MERIDIONAL

Esta seção contempla o processo de expansão do grupo Jê, que há 3.000 anos se deslocou do Brasil central em direção ao sul do continente. Esse grupo é um dos que integraram as primeiras ocupações do oeste catarinense (caçador-coletor, Jê meridional e Guarani); em Santa Catarina, há outros sítios, os sambaquis, localizados no litoral do estado. Sobre os grupos de fala Jê, destacam-se aspectos geográficos, identitários, econômicos, sociais, políticos, culturais, entre outros, com base nas entrevistas concedidas e em 2013 e 2019 por Schmitz, em 2016 e 2020 por Corteletti, em 2015 e 2021 por Carbonera, contemplando suas próprias pesquisas, além de bibliografias pertinentes. No final desta parte, as concordâncias e discordâncias nas narrativas dos expositores serão apresentadas por meio de um “diálogo artificial entre as fontes”.

Sinaliza-se que muitas informações apontadas por Schmitz e Corteletti fundamentam-se em pesquisas realizadas nas terras altas de Santa Catarina: Urubici, São José do Cerrito, Taió e arredores, além de outras no planalto sul-rio-grandense, em áreas entrecortadas pelos rios Canoas e Pelotas (formadores do rio Uruguai), locais que abrigam numerosos assentamentos com estruturas subterrâneas, além da região Oeste de Santa Catarina, onde Carbonera centraliza suas pesquisas. Em áreas mais afastadas desse núcleo de muitas casas subterrâneas, “nas quais o pinheiral deve ter chegado mais tardiamente, a ocupação não teve a mesma intensidade e o mesmo investimento em estruturas subterrâneas, reduzindo-se a um pequeno número de aldeias com choupanas construídas na superfície do solo”.<sup>84</sup> Essas estruturas subterrâneas, com número reduzido, são conhecidas na região Oeste de Santa Catarina, como são os casos de Passos Maia, Ipuauçu e São Domingos, por exemplo.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. Prefácio. In: CHITOLINA, Valdirene. **Xaxim pré-colonial**. 2021. Em andamento.

<sup>85</sup> SCHWENGBER, Valdir Luiz; NOVASCO, Raul Viana; MELLO, Alessandro De Bona. Contribuições para a arqueologia do planalto catarinense: escavações no município de Passos Maia. **Cadernos do**

Carbonera sinaliza um dado interessante: quando os arqueólogos fazem pesquisas sobre os antepassados dos grupos Jê, os sítios são encontrados em terrenos mais altos, geralmente “[...] acima dos 400 metros de altitude e, geralmente, relacionados à floresta de araucárias. As pesquisas de Schmitz, em São José do Cerrito, mostram isso. A concentração de casas subterrâneas e demais estruturas escavadas estão em áreas de concentração de araucária”.<sup>86</sup>

Anteriormente, na seção que tratou sobre a ocupação humana mais antiga do oeste catarinense (caçadores-coletores), notou-se que a arqueologia comprovou uma ocupação humana de longa data (11.700 anos). Há, na região, centenas de sítios dessa antiga população, portadora da tradição Umbu. Essas pessoas, através das pontas de pedra de suas flechas, deixaram para a atualidade o seu principal legado. Por sua vez, os Jê (agricultores, ceramistas, hábeis engenheiros de terra) têm na linguística os registros mais aceitos cientificamente sobre o processo de expansão em direção ao sul.

### 1.3.1 Processo de expansão

Para iniciar o texto sobre o processo de expansão dos grupos de fala Jê para o sul do Brasil, registram-se argumentos de Jolkesky (fundamentado em diversos autores) para entender a causa da incursão dessa população ao sul. O autor ressalta que

[...] o início do período cerâmico ocorre exatamente com o término de uma fase de resfriamento e ressecamento climático, acompanhada de alternâncias entre regressão e transgressão

---

CEOM, Chapecó, v. 25, n.º 36, 2015. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/>. Acesso em: 2 abr. 2015; CALDARELLI, Solange Bezerra; LAVINA, Rodrigo. Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

<sup>86</sup> CARBONERA, Mirian. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Chapecó, 14 abr. 2015a.

do nível marítimo (variando de -10 até +4 metros com relação ao nível atual), ocorrida entre 1.500 a.C. e 400 a.C. O impacto deste episódio climático no ecossistema das florestas tropicais foi determinante para o desencadeamento de grandes ondas de migração pelo continente, dentre as quais aquelas que trouxeram o proto-Tupi-Guarani do sul amazônico e o proto-Jê do planalto brasileiro. Justamente a partir de uma fase de aquecimento climático, ocorrido principalmente a partir de 600 d.C., o incremento de temperatura e umidade proporcionaram o desenvolvimento de uma floresta atraente na bacia do Prata, propiciadora para a incursão das populações agricultoras, o proto-Guarani, da região da bacia do rio Guaporé [e o proto-Jê do Planalto Central].<sup>87</sup>

Notou-se que a expansão dos Jê foi provocada por fatores climáticos que impulsionaram a migração em direção ao sul. Schmitz, ao ser inquerido sobre a origem do grupo, registra:

[...] seria no Brasil central, nos cerrados entre Minas Gerais e Goiás. O primeiro grupo desse tronco, segundo os linguistas, teria migrado para o sul, por cima do planalto, em um ambiente parecido ao de sua origem. Parecido no sentido de que a vegetação é mais rala, havia campos e um pouco de vegetação ao longo dos rios e dos córregos, ainda não tinha pinheirais. Isso deve ter se dado em 1.000 a.C., ou seja, 3.000 anos atrás. É pela língua que se faz esse cálculo, é um programa que se chama glotocronologia, no qual se calcula o parentesco dos grupos linguísticos e se vê quando eles se separaram.<sup>88</sup>

Assim como Schmitz, Corteletti também segue a linguística, que afirma: “[...] a língua migrou do Norte para o sul, e quem traz a língua são as pessoas que vêm de lá para cá. Eu acredito que não foi só a língua que veio; esse conhecimento da agricultura, provavelmente, veio com eles”.<sup>89</sup>

<sup>87</sup> JOLKESKY, 2010, p. 10.

<sup>88</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. São Leopoldo, 7 maio 2013a.

<sup>89</sup> CORTELETTI, Rafael. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Urubici, 16 set. 2016.

Porém, entre a data dos linguistas e a dos vestígios arqueológicos, ainda há diferenças:

[...] para a arqueologia, a data mais antiga é de 600 a.C., faltando ainda 400 anos para chegar à data dos linguistas. Depois há 1.000 anos sem datas, que são difíceis de preencher porque o grupo deveria ser de poucas famílias que vinham se filtrando por cima dos campos do planalto onde ainda havia poucos pinheiros. À medida que eles se dão conta dos primeiros pinheirais, começam a acampar junto deles, para colher as sementes quando estão maduras, como aconteceu no Rincão dos Albinos, em Taió e em poucos outros lugares, no século VI da nossa era. Durante uns 300 anos os buracos são pequenos, sem danceiros e sem aterros-plataforma; depois as casas crescem e surgem os grandes monumentos onde cremam os mortos.<sup>90</sup>

Corteletti, ao falar do roteiro histórico dos grupos Jê, relata que se baseia mais “[...] na linguística do que na arqueologia, porque existem vazios geográficos de pesquisa. Paraná e São Paulo têm pouca pesquisa, diferentemente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que têm muito mais pesquisas em Jê meridional”.<sup>91</sup> Porém, o ponto de partida “[...] seria o Brasil central, e isso tem a ver com a linguística. A tecnologia teria migrado para o sul, pelas cristas da Serra do Mar e depois da Serra Geral, até chegar no nordeste do Rio Grande do Sul”.<sup>92</sup> “Os arqueólogos captam sua presença a partir do primeiro milênio de nossa era, tanto no planalto das araucárias como na planície costeira do Atlântico. Estes são considerados os antepassados dos Kaingang e dos Xokleng, que hoje vivem de São Paulo ao Rio Grande do Sul”.<sup>93</sup>

<sup>90</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>91</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>92</sup> CORTELETTI, Rafael. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Pelo aplicativo *Google Meet*, link apresentado: <https://meet.google.com/zmk-vhnt-xur>. [10 nov. 2019].

<sup>93</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n.º 11, p. 1-19, 2013b, p. 3. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Segundo Úrsula Wieseman e Greg Urban, esses povos “saíram do centro do país por volta de 5.000 anos e chegaram no Sul por volta de 3.000 anos”.<sup>94</sup> Corteletti infere que a arqueologia ainda não conseguiu “[...] encaixar nesses números: 5.000 e 3.000 anos. As datas para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina chegam a no máximo 2.300 anos. As datas para o Paraná, norte de Santa Catarina e São Paulo deveriam ser mais recuadas do que as que se encontram”.<sup>95</sup>

Então, “[...] os arqueólogos têm que pesquisar muito mais para chegar nessas datas que a linguística infere. Por ora, o que a arqueologia informa é que, ‘sim’, em São Paulo é mais antigo do que no Rio Grande do Sul – o que está dentro da lógica de terem vindo do Norte para o Sul”.<sup>96</sup> Ao pensar na separação do grupo originário do Brasil central, Schmitz relata que:

[...] teriam se filtrado e se dispersado, no planalto sul-brasileiro, em pequenos grupos. O primeiro grupo que teria se separado seria o de Santa Catarina, do que se teriam originado os Xokleng, de acordo com Wieseman [ao contrário de Jolkesky, que pleiteia uma separação recente]. Depois teriam vindo grupos sucessivos para o outro lado. Esses Xokleng estão no lado leste, que corresponde hoje ao espaço da tradição Itararé de cerâmica. A ligação não é segura, mas esse território que apresenta a tradição Itararé corresponde aos Xokleng de outro tempo. No lado que corresponde aos Kaingang, teria havido várias filtrações, e sempre o grupo seguinte empurrando o anterior. De acordo com essa interpretação, o mais antigo seria o que está mais ao sul do Rio Grande do Sul, depois o outro que está no planalto do Rio Grande do Sul, depois vem o de Santa Catarina, o de Paraná, o de São Paulo – cinco dialetos pela linguística. Então, essa seria a origem deles. Eles vêm para um ambiente de recursos dispersos, onde existe abundância de butiazeiros, de coquinhos doces e caroços fornecedores de gorduras. Eles devem ter sofrido uma

<sup>94</sup> WIESEMANN, Ursula. **Os dialetos da língua Kaingang e o Xokleng**. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, 1978. p. 197-217. | URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

<sup>95</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019

<sup>96</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

adaptação quando vieram para o sul; em 3.000 anos deu para fazer os ajustes.<sup>97</sup>

O espaço ocupado pelos Jê no Sul também é especificado por Corteletti. Ele infere que o território em que aparecem os vestígios dessas pessoas, “ao longo de mais de 2.200 anos de história, vai do sul de São Paulo, passa pelo Paraná, Santa Catarina, até chegar ao norte do Rio Grande do Sul e parte da Argentina, em Misiones”.<sup>98</sup> “De leste a oeste (da costa do oceano Atlântico até as margens do rio Paraná, na Argentina) há mais de 600 km, e de norte a sul (do sul de São Paulo até o norte do Rio Grande do Sul) também há mais de 600 km.”<sup>99</sup>. Isso consta na Figura 4.

Figura 4 – Mapa localizando o território dos grupos Jê no Sul



Fonte: Corteletti (2020, ArqueoLive), redesenhado por Iunes Ferraz.

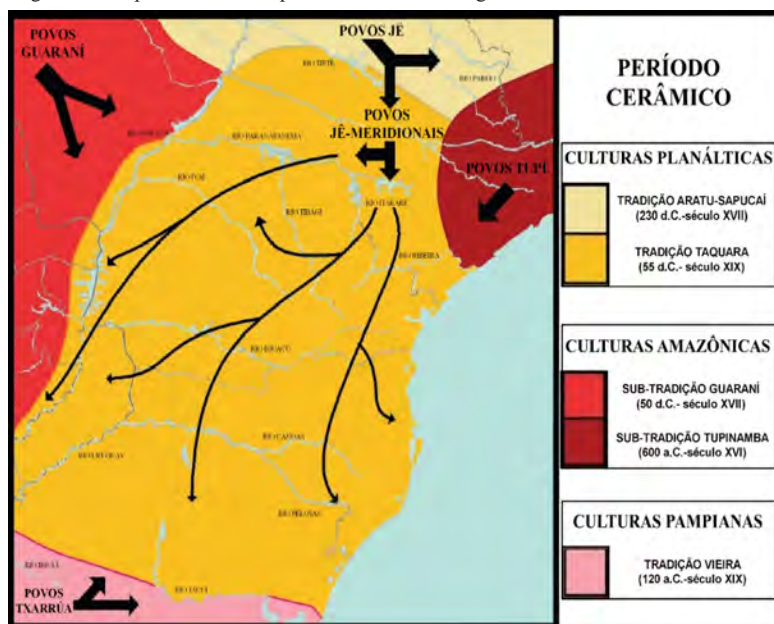
<sup>97</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>98</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>99</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

Para além do exposto por Corteletti e Schmitz, Francisco Noelli Silva e Jonas Gregório de Souza escrevem que a expansão geográfica dos falantes das línguas do tronco Macro-Jê, segundo “as fontes linguísticas, históricas e etnográficas, mostra diversidade e uma distribuição que abarcou, no Brasil, as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e partes do Centro-Oeste e do Norte, além de porções da Bolívia, do Paraguai e da Argentina”.<sup>100</sup> A Figura 5 mostra as rotas de expansão do grupo Jê Meridional e identifica o período cerâmico na região Sul do Brasil. Faz-se uma ressalva, segundo as narrativas contempladas neste capítulo, na legenda amarela conjuntamente com a tradição Taquara, está a Itararé (Taquara-Itararé).

Figura 5 – Mapa localizando o período cerâmico na região Sul do Brasil



Fonte: Jolkesky (2010, p. 11), legenda reescritas por Leonardo Martins.

<sup>100</sup> NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 12, n.º 1, p. 57-84, 2017, p. 58. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054355004>. Acesso em: 3 jun. 2021.

Para o mesmo recorte geográfico, citam-se terras ocupadas pelos Jê, que vão “desde a costa atlântica até o rio Paraná em áreas dos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da província argentina de Misiones”.<sup>101</sup> Em relação ao oeste catarinense, Carbonera infere que, “[...] até o momento, o limite geográfico foi Misiones, foi o rio Paraná para o grupo Jê. Em relação ao Paraguai, o país ainda é praticamente desconhecido em termos de arqueologia pré-histórica”.<sup>102</sup> A mesma autora, fundamentada em estudos no oeste catarinense, escreve que a expansão dos territórios representava a reprodução social de ambos os grupos, e que “é possível sugerir que, enquanto os Jê movimentavam-se no sentido leste-oeste, os grupos Guarani faziam o caminho contrário, subindo o rio Uruguai no sentido oeste-leste”.<sup>103</sup>

Corteletti relata que, neste vasto território,

[...] os sítios não são homogêneos, existem variabilidades de sítios, de ecossistemas e de paisagens: a costa do Atlântico, o nível do mar, as grandes serras de Santa Catarina e, em direção ao oeste, as altitudes diminuem até chegar na Argentina, no rio Paraná. Essas pessoas estão em diferentes ambientes, adaptadas a eles e transformando-os. Há um mosaico de paisagens: o litoral; a encosta do Atlântico, com a floresta Atlântica; a encosta da serra; a parte alta do planalto com campos, araucárias, nevascas; e bem a oeste a floresta tropical, a dita floresta missioneira.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê do Sul do Brasil. *In*: TOMMASINO, Kimiye; MOTTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (ed.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004. p. 17-55.

<sup>102</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>103</sup> CARBONERA, Mirian. **A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC: contatos culturais na volta do Uva**, 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015b, p. 303.

<sup>104</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019. | CORTELETTI, Rafael; DEBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. **Memorare**, Tubarão, v. 5, n.º 2, p. 132-164, maio/ago. 2018.

Assim como Corteletti, Schmitz também escreve sobre uma base ambiental de Santa Catarina dos tempos da ocupação indígena mais remota. Essa base separa o território em zonas:

[...] litoral, planície costeira, encosta do planalto, planalto das araucárias e alto rio Uruguai, todas aptas para a ocupação, nenhuma com excessiva vantagem sobre as demais. Esta se deu no período de amenização geral do clima após a última glaciação mundial, quando todos os ambientes estavam em mudança, diversificando e aumentando seus recursos. As populações que chegam a fazer parte do processo de povoamento da América do Sul, no qual culturas nascem, se desenvolvem, se expandem, enfrentam concorrentes, podem ser deslocadas, definir e desaparecer.<sup>105</sup>

Corteletti relata que,

[...] a partir do ano 1000 de nossa era, esse povo estará no que é hoje a região de Chapecó, Xaxim, Passo Fundo; expandem-se para oeste, onde a altitude diminui e é menos frio do que no planalto íngreme, com seus campos e araucárias; a oeste, a vegetação dificulta o deslocamento, pois a floresta é um pouco diferente. As possibilidades de se colocar neste lugar diferente talvez tenham ocasionado a demora de ir para oeste, mas no momento que eles têm as habilidades vão e se estabelecem. Ao mesmo tempo que os Guarani estão no oeste, expandindo-se para leste, há o movimento dos povos Jê em direção ao oeste – certamente houve enfrentamentos. O conflito não começou apenas quando o branco chegou, o branco é apenas mais um elemento. Existia a guerra, o antropofagismo Guarani – a paz não predominava.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**, Criciúma, n.º 11, p. 1-19, 2013c, p. 8. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/1122/1085>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>106</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

Sobre esses encontros, e os diversos vestígios deixados por essa e outras populações remotas, conta-se com a arqueologia. A arqueologia, no mundo todo, surgiu no século XIX, como uma disciplina voltada à geração de conhecimentos científicos. Nessa época, no oeste catarinense, aparecem relatos sobre achados arqueológicos. No principiar do século XX, nessa região, a colonização por pessoas de origem europeia potencializou os registros arqueológicos que motivaram pesquisas acadêmicas, anteriormente apenas realizadas por autodidatas. Na década de 1950, as pesquisas arqueológicas passaram ser realizadas por equipes da Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional (Sphan). Depois, nas décadas de 1960-1970, pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Na década de 1980 e anos subsequentes, aparecem inúmeras pesquisas da arqueologia de contrato ou empresarial.<sup>107</sup>

Além das pesquisas motivadas pela arqueologia consultiva, há também as de origem acadêmica; na região Oeste de Santa Catarina, elas são potencializadas por profissionais do CEOM/Unochapecó, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e outros. Retomando a ideia sobre a arqueologia científica, ressalta-se que nos idos de 1960/1970 muitos termos foram criados, alguns ainda utilizados, outros não; citam-se, por exemplo, as palavras “tradição” e “fase”.

### 1.3.2 Tradição Taquara-Itararé

Para compreender as denominações “tradições” e “fases”, faz-se referência ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), desenvolvido entre 1965 e 1970, que utilizava normas de Betty Meggers

<sup>107</sup> CALDARELLI, Solange B. Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011, p. 48.

e Clifford Evans (pesquisadores americanos difusores do histórico-culturalismo) e objetivava “estabelecer um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no país, através de trabalhos prospectivos de caráter regional e seriações”<sup>108</sup>. Assim, as sequências seriadas semelhantes para uma mesma região seriam reunidas em fases, as quais, por sua vez, formariam tradições. Tais conceitos “marcariam os ritmos da distribuição espaço-temporal dos grupos humanos pré-históricos que viessem a ser descobertos a partir das atividades do programa”.<sup>109</sup>

No glossário dos termos utilizados pelo Pronapa, lê-se que “fase” significa “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios”.<sup>110</sup> Por sua vez, o termo “tradição” significaria “grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal”.<sup>111</sup>

Sobre o termo “fase”, Schmitz infere que

[...] era uma estratégia para mostrar as diferenças culturais observadas no espaço. “Tradição” é a reunião de diversas dessas fases que têm características semelhantes, ocupam um território contínuo ou espaços contíguos e se reportam a antepassados comuns. Para o planalto de Santa Catarina se costuma usar o termo “fase Xaxim” para sítios de características comuns, que no lado sul-rio-grandense do rio Pelotas também são chamados de “fase Guatambu”. Essa fase é um elemento da tradição Itararé, que abrange esta e outras fases semelhantes do planalto meridional, associada à família linguística Macro-Jê. Ela se distingue claramente da tradição cerâmica Tupiguarani, que

<sup>108</sup> FORD, James. **Método quantitativo para establecer cronologías culturales**. Washington: Union Panamericana, 1962, p. 122.

<sup>109</sup> DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n.º 22, p. 25-39, 1995.

<sup>110</sup> CHMYZ, Igor. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966, p. 14. (Manuais de Arqueologia, 1). | CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2. ed. rev. e amp. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá, n.º 1, p. 119-148, 1976, p. 131.

<sup>111</sup> CHMYZ, 1966, p. 14. | CHMYZ, 1976, p. 131.

ocupava as matas da encosta do planalto e é atribuída à família linguística Tupi-Guarani.<sup>112</sup>

Ainda sobre a fase Xaxim, Schmitz explica que “[...] foi Walter Piazza quem criou a denominação, em 1969, quando trabalhava no Pronapa. Esse nome foi criado em homenagem à cidade de Xaxim, onde encontrou seus primeiros elementos característicos.”<sup>113</sup> As fases costumam ter o nome de lugares em que foram encontradas. “A fase Xaxim, no lado sul-rio-grandense, chama-se Guatambu, termo criado em 1971, por Eurico Miller. Representa o mesmo material: uma cerâmica típica e danceiros”.<sup>114</sup>

Referente à fase Xaxim e seu contexto, Corteletti relata que, nesta ampla região, são encontrados

[...] sítios arqueológicos com características próprias, como, por exemplo, as grandes praças de cerimônias, chamadas popularmente de danceiros. Essas praças, a partir do ano 1000 ou 1100 são os lugares onde aparecem as cremações – são os primeiros indícios de uma hierarquização social. Então, estas evidências podem ser indícios de uma etnogênese do povo que, depois, se chamará de Xokleng, e que hoje alguns se autodenominam de Laklãnõ.<sup>115</sup> Essas fases têm características específicas das bacias dos rios Canoas e do rio Pelotas, nas áreas mais altas do planalto, as áreas mais frias e as áreas em que aparecem essas praças de cerimônias, como a do sítio Abreu e Garcia em Campo Belo do Sul (SC) [Figura 9].<sup>116</sup>

<sup>112</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>113</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>114</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>115</sup> O termo “Laklãnõ” vem ganhando espaço político interno através de um movimento recente de recuperação de seu idioma, escrita de mitos antigos e bilinguismo. Significa “gente do sol” ou “gente ligeira”. (WIJK, Flavio Braune. **Instituto Socioambiental/Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng/print>. Acesso em: 31 jan. 2017.

<sup>116</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

Sobre a denominação “tradição Taquara”, Schmitz e Basile Becker escrevem que

[...] os primeiros sítios descobertos estavam no litoral, onde desde 1958, no município de Osório (RS), começaram a ser estudados. Ao longo dos anos, diferentes arqueólogos realizaram levantamentos na encosta e no litoral. Porém, escavações no morro da Formiga, nos arredores da cidade de Taquara (RS), definiram a fase Taquara, que deu origem à denominada tradição Taquara. Na atualidade, contam-se às centenas os sítios visitados, entre os milhares supostamente existentes.<sup>117</sup>

Corteletti registra que, quando se fala “Taquara” e “Itararé”, fala-se em tecnologia, basicamente em cerâmica, mas há características que vão além da cerâmica, como a tipologia dos sítios arqueológicos.

A tradição Taquara abrange áreas basicamente do Rio Grande do Sul e algumas áreas da fronteira do lado catarinense: no vale do rio Pelotas e em áreas do rio Canoas. A tradição Itararé tem uma distribuição geográfica maior: abrange áreas de São Paulo, todo o estado do Paraná, áreas da Argentina (Misiones), o norte de Santa Catarina (o vale do Itajaí, o litoral norte e o litoral central) – uma área maior. Fazer uma divisão da tradição Itararé e dizer “é o Xokleng” e da tradição Taquara dizer “é Kaingang” não é conveniente no âmbito das pesquisas.<sup>118</sup>

Em relação à diversidade na tipologia dos sítios Jê, “para a pré-história, embora todos eles estejam dentro desse grande grupo, também se percebem, a partir da cerâmica e de outros elementos, as diferenças regionais”.<sup>119</sup> Essas diferenças, para Corteletti,

<sup>117</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio; BASILE BECKER, Ítala Irene. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, Documentos 05, 1991, p. 97.

<sup>118</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>119</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

[...] ainda não são possíveis de se identificar com precisão, porque não se sabe exatamente quais são as áreas correspondentes aos Xokleng/Itararé e aos Kaingang/Taquara. Os Xokleng nunca chegaram no oeste do Paraná, de acordo com a linguística. Então, essa dissociação não é apropriada; ela foi feita nos anos 1970-80 e não corresponde à atualidade. Por exemplo, nos sítios arqueológicos da tradição Itararé aparecem as casas semissubterrâneas, não aparecem os sepultamentos e aparecem aldeias superficiais – são manchas circulares de cerâmicas, sem as áreas escavadas, principalmente para o oeste. Os sítios no litoral, em que não há casas subterrâneas, as áreas com cerâmica são identificadas como sítios a céu aberto. A cerâmica da tradição Taquara vai ter (dependendo da região) as mesmas características da Itararé e uma decoração diferente, mas as características dos sítios arqueológicos são as mesmas nas áreas com sítios a céu aberto (os litocerâmicos). Há os sítios de casas subterrâneas, em quantidade grande, que vão até o oeste do Rio Grande do Sul e áreas do oeste de Santa Catarina, na região de Chapecó; e há os sítios com montículos em que aparecem cremações ou não, além de grutas com sepultamento. Dentro desse jogo, da tradição Taquara-Itararé, aparecem dezenas de fases, algumas vezes criadas indiscriminadamente pelos pesquisadores.<sup>120</sup>

Percebeu-se que os nomes das fases e tradições, segundo as normas do casal Meggers e Evans para o Pronapa, eram dados a partir do município onde os primeiros materiais respectivos eram encontrados. O nome “Itararé” vem de uma cidade do Paraná; “Taquara”, “Vieira”, “Umbu”, “Itaparica” e outras, respectivamente, dos lugares em que primeiro foram localizadas. As tradições Taquara-Itararé, que se referem à tecnologia da cerâmica e à tipologia dos sítios arqueológicos, estão espalhadas pelo planalto meridional e se relacionam à família linguística Macro-Jê. Entretanto, os arqueólogos ainda não distinguiram com clareza o contexto de ambas as tradições.

Notou-se, ao longo das narrativas de Schmitz e Corteletti, que a feição arqueológica geral da população Kaingang cabe à tradição Taquara.

<sup>120</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

Paralelamente à tradição Taquara, os arqueólogos estabeleceram a tradição Itararé, que seria a feição arqueológica da população Xokleng. As duas juntas, tradição Taquara-Itararé, seriam a feição arqueológica geral das populações Jê meridionais que ocupavam o planalto e o litoral meridional – áreas ainda não exatamente bem definidas. Essas populações se destacariam: no planalto, pelo manejo florestal, especialmente do pinheiral; no litoral, pela pesca marinha.

### 1.3.3 Subsistência

Schmitz expõe que “[...] o Jê que veio do Brasil central, há 3.000 anos e se estabeleceu nos campos do planalto meridional, vivia da caça e da coleta de produtos naturais. Junto com outros recursos do mato e de alguns cultivos, o pinhão era a base da alimentação”. Segundo o arqueólogo, “[...] o pinheiro não é antigo no planalto, ele começa a se expandir mais densamente por cima dos campos nos tempos de Cristo. A grande expansão dos pinheirais é do ano 1000 a 1200”.<sup>121</sup> “Pesquisas paleoecológicas indicam que a floresta de araucária se expandiu sobre os campos de altitude no planalto em torno de 1000 d. C.”<sup>122</sup> “O pinheiro-do-paraná foi certamente a árvore-providência da região, que também fornecia ótima madeira para tochas (lenha resinosa) e lenha para o fogo (os nós, na junção dos ramos com o tronco).”<sup>123</sup>

De acordo com os relatos de Schmitz,

[...] a presença do pinhão foi registrada primeiramente em Rincão dos Albinos, em São José do Cerrito, onde foram estudados 107 buracos, um ao lado do outro, um dentro do outro, datados

<sup>121</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>122</sup> IRIARTE, José *et al.* Paisagens Jê meridionais: ecologia, história e poder numa paisagem transicional durante o holoceno tardio. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. XI, n.º 22, p. 241-253, 2014, *passim*.

<sup>123</sup> PROUS, 1992, p. 328.

do século VI ao X. Os buracos são os pisos rebaixados das choupanas desses grupos que moravam nos campos quando iam acampar junto a um pinheiral pioneiro para comer pinhão, festejar e realizar casamentos. Porém, quando acabava a safra de pinhão, os grupos se dispersavam outra vez pelos campos. Periodicamente voltavam ao mesmo lugar, ocupando o mesmo buraco, ou fazendo outro ao lado do anterior para servir de base para sua nova “barraquinha”. Há buracos que eles ocuparam cinco vezes com breves intervalos. Durante quatro séculos, eles devem ter acampado ali umas 250 vezes.<sup>124</sup>

“O pinhão era o principal alimento dos grupos no planalto; é plausível que os grupos humanos existentes na região migrassem sazonalmente para áreas mais abundantes deste tipo de alimento.”<sup>125</sup> O pinhão era um produto importante na dieta dessas culturas, e a araucária era utilizada em festividades dos Kaingang, como o Ritual do Kiki<sup>126</sup>. Historicamente, “os chefes regionais tinham o controle territorial sobre grandes áreas florestais de araucária e festas coletivas eram programadas para o tempo do amadurecimento do pinhão, quando havia abundância de alimento”.<sup>127</sup>

Kern escreve que, além da coleta do pinhão,

[...] inúmeras espécies da floresta subtropical continuavam a favorecer a coleta vegetal. A fauna, variada, favorecia a caça de animais como o porco-do-mato, a capivara e os pequenos veados da floresta, dentre outros. Moluscos e peixes podiam complementar a dieta destes grupos. Estes mesmos recursos animais e vegetais forneciam matérias-primas para outras atividades do cotidiano e a manufatura de artefatos em madeira,

<sup>124</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a. Mais informações em: SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. 107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia**, São Paulo, v. 21, p. 185-204, 2011. Disponível em: [chhttps://doi.org/10.11606/issn02448-1750](https://doi.org/10.11606/issn02448-1750). Acesso em: 21 jun. 2021.

<sup>125</sup> CALDARELLI, 2011, p. 54-55.

<sup>126</sup> O Ritual do Kiki é um ritual de culto aos mortos tradicional da cultura Kaingang. No passado, era realizado anualmente, para que os falecidos recentes da aldeia fizessem uma boa passagem ao numbê – o mundo dos mortos. [QUEIROZ, Isabella Brandão de. **O ritual do Kiki de 2011: uma interpretação etnoarqueológica**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018, p. 8.]

<sup>127</sup> IRIARTE *et al.*, 2014.

fibras vegetais, peles e ossos. Nenhum dos animais da região foi domesticado. Isso aconteceu em todo o litoral atlântico da América do Sul. Sempre existem alguns animais trazidos ainda filhotes das matas para as cabanas, tais como os papagaios e os pequenos macacos. Entretanto, isso não configura a domesticação de rebanhos de animais, como ocorreu nos Andes, por exemplo, com as lhamas, as alpacas e as vicunhas.<sup>128</sup>

Em relação ao cultivo entre os Jê, Schmitz explica que o estudo da língua insinua que

[...] eles teriam tido sempre cultivos. Provavelmente eles o tinham nos cerrados de onde vieram. O grupo teria saído de lá em 1.000 a.C., essa é a data em que os linguistas supõem que os primeiros grupos tenham começado a se desprender do núcleo Jê central – possuem cerâmica e cultivos, ao menos o milho. Eles moravam em pequenos abrigos, em ambientes acidentados, plantavam ao lado das grutas, produziam uma cerâmica pequena, preta, semelhante à da tradição Itararé, chamada tradição Una. Viviam em ambiente de cerrado, onde durante seis meses chove e em outros seis não chove. No tempo da chuva há muitas frutas no cerrado, o cultivo deveria prover o alimento para o período seco. Se o Jê do planalto meridional veio do Brasil central, encontrou no seu deslocamento um ambiente muito diferente com o qual teria de aprender a conviver. No planalto de Santa Catarina, onde se concentraram as últimas pesquisas sobre a tradição Itararé [2013], ao menos nos primeiros séculos, eles não teriam cultivos; mas, a partir do século XV de nossa era, existem evidências abundantes de que os cultivos teriam sido importantes; as panelas para cozinhar esses alimentos se tornaram maiores e nelas sobram restos de alimentos que denotam essas evidências.<sup>129</sup>

Referentemente aos restos de alimentos citados por Schmitz, há a tese de Corteletti que identifica resíduos de pólen e fitólitos correspondentes a milho, feijões, inhame, abóboras ou porongos para o século XV. Esse “[...]”

<sup>128</sup> KERN, 2009, p. 40.

<sup>129</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

é o tempo em que o Guarani, agricultor, coloniza os vales que drenam o planalto. Talvez o aumento do cultivo entre os Jê do planalto seja influenciado por essa nova presença”.<sup>130</sup> Corteletti, ao ser questionado sobre o resultado de sua tese, justifica:

[...] fizemos escavações no sítio Bonin, que é um sítio que fica a 8 km daqui [Urubici], lá perto do rio Canoas, e é uma aldeia com 23 estruturas escavadas. Não necessariamente 23 casas, mas 23 estruturas escavadas, 23 “buracos de bugre”. Dentro desses buracos, nós encontramos grandes fogueiras, com muitos fragmentos cerâmicos. Em 2011, nós remontamos esses fragmentos e apareceram 23 potes diferentes: tigelinhas, cumbucas, vasos maiores. Enfim, da análise dos vestígios encontrados nessas cerâmicas, apareceram uma série de plantas. Nós fizemos a análise de grãos de amido, onde encontramos milho, mandioca, feijão e inhame. E análise de fitólitos, que dá todo um espectro das plantas gerais, tanto da vegetação de fundo como das plantas econômicas, que seriam para qualquer tipo de uso como cestos, de telhados, de bordas, enfim..., e as alimentares; aí encontramos milho e abóbora. Então, o milho e a abóbora não eram novidades. Mas a mandioca, o feijão, o inhame foram novidades, é a primeira vez que se tem registro. A abóbora, nós não conseguimos identificar a espécie dela, mas a gente sabemos que pode ser uma das duas espécies da Amazônia: a *Cucurbita maxima* ou a *Cucurbita moschata*; então, ela não é das cucurbitas selvagens, porque estas aparecem mais para o oeste e para o sul, no Pampa, e não aparecem no bioma da araucária. A gente sabe que ela deve ter sido trazida – essas, em especial, são amazônicas –, elas foram trazidas provavelmente quando esses povos migraram para cá.<sup>131</sup>

A subsistência dos portadores da tradição Taquara-Itararé fundamentava-se na territorialidade e na mobilidade das áreas ocupadas. “Eles eram caçadores-coletores, horticultores com roças cultivadas ao longo do ano: no outono e inverno, viveriam no planalto para colher pinhão; na primavera e verão, circulariam entre a encosta, onde realizariam cultivos, e

<sup>130</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>131</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

pelo litoral, onde coletariam moluscos e pescariam.”<sup>132</sup> Porém, “a mobilidade entre o planalto e o litoral sul ocorreu antes da chegada dos Guarani a essa região”<sup>133</sup>. Para Masi, “no baixo rio Canoas, no oeste catarinense, na região de Campos Novos, em função dos tipos de sítios encontrados, [imagina-se que] tenha ocorrido uma ocupação pelos ancestrais Xokleng, possivelmente fazendo uso da agricultura e com baixa mobilidade durante o ano todo”.<sup>134</sup>

Com alta ou baixa mobilidade, os grupos Jê no sul tinham sua subsistência garantida por meio da “caça, pesca, coleta de frutas, além do mel e a produção de alguns alimentos através da agricultura, como a abóbora, o milho e o feijão”.<sup>135</sup> Esses grupos “praticavam uma economia mista, combinando caça, pesca, coleta e agricultura de roça”.<sup>136</sup> Sobre essa economia, Jolkesky escreve que era “seminômade (com exploração sazonal dos recursos), caçadora, pesqueira, extrativista (pinhões, frutos, folhas, palmito e moluscos) e agricultora (milho, abóbora e porongo)”.<sup>137</sup> Possivelmente em decorrência do desenvolvimento da agricultura, a produção cerâmica se desenvolveu de maneira peculiar entre os Jê.

### 1.3.4 Cerâmica

“Taquara-Itararé” é o nome de batismo da tradição cerâmica e dos tipos de sítios arqueológicos das antigas populações Jê que viviam no

<sup>132</sup> SCHMITZ; BASILE BECKER, 1991, *passim*.

<sup>133</sup> CORTELETTI, Rafael. **Projeto arqueológico alto Canoas-Paraca**: um estudo da presença Jê no planalto catarinense. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 153. | NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana no Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista da USP**, São Paulo, p. 218-269, 1999.

<sup>134</sup> CORTELETTI, 2012, p. 153. *In*: MASI, Marco Aurélio Nadal. **Relatório Final** – Projeto de Salvamento Arqueológico UHE Campos Novos. Chapecó, 2005. 277 p.

<sup>135</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>136</sup> IRIARTE, José; BEHLING, Hermann. The expansion of Araucaria Forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Env. Arch**, n.º 12, p. 115-127, 2007, p. 127.

<sup>137</sup> JOLKESKY, 2010, p. 13.

planalto sul-brasileiro até a província de Misiones, na Argentina. A cerâmica é um dos elementos da cultura material mais significativos. Jonas Gregório de Souza escreve que os “estilos locais representativos de territórios mais ou menos extensos são similares às fases criadas no âmbito do Pronapa”.<sup>138</sup> Ao olhar o limite tecnológico da tradição Taquara-Itararé, vê-se um “pacote tecnológico, ou seja, os produtos da cultura material produzidos: o lítico, a cerâmica, a arte rupestre, os sepultamentos em gruta e os sítios com engenharia de terra”.<sup>139</sup>

Schmitz, em 2013, na sua primeira entrevista, explicou:

[...] nos primeiros séculos da chegada dos Jê no Sul, eles seriam caçadores sem cerâmica e sem casas subterrâneas, migrando pelo planalto em pequenos grupos, em busca de recursos dispersos. Em São José do Cerrito, existe um sítio com um lugar de fogo grande e outros menores, datado de 640 a.C., que poderia ser uma amostra desse primeiro tempo. A partir do século VI de nossa era, existem dois aglomerados de pequenas casas subterrâneas – em São José do Cerrito, 117 casas e, em Taió, 14 – que se acredita serem de acampamentos de fim de verão e de outono para colher a semente da araucária (o pinhão), árvore que avança sobre o planalto em pequenos bosques. É o começo da casa subterrânea, mas ainda sem cerâmica e, supõe-se, sem cultivos.<sup>140</sup>

Ao se referir ao aparecimento da cerâmica, Schmitz indica:

No século X de nossa era, dentro de grandes casas subterrâneas associadas a grandes plataformas de cremação dos mortos, a maior casa que se estudou tem 20 metros de diâmetro e 7 metros de profundidade a partir do nível do chão; o aterro próximo tem 30 metros de diâmetro e 2,5 metros de altura. Primeiro, a cerâmica aparece em tamanhos pequenos e com impressão de

<sup>138</sup> SOUZA, Gregório Jonas. **A cerâmica da Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê meridionais: uma análise dos dados**. 2009. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 7.

<sup>139</sup> CORTELETTI, 2012, p. 21.

<sup>140</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

cesto; depois, cresce e assume as típicas formas da tradição Itararé. Os tamanhos crescem ainda mais ao redor do século XV, quando certamente estão associados à intensificação de cultivos. Todo o processo está ricamente documentado na tese de doutorado de Raul Viana Novasco; sobre a expansão do pinheiro no planalto, há numerosos trabalhos recentes. Em Santa Catarina, houve pesquisas intensas sobre a tradição Itararé, em lugares em que os sítios são numerosos, como em Urubici, em São José do Cerrito, em Campo Belo do Sul, ao longo dos rios Pelotas e Canoas. Muitas delas estão ligadas a barragens nos rios. Pequenas barragens levaram esta pesquisa também aos afluentes, onde são pesquisados sítios menores e menos numerosos.<sup>141</sup>

Em 2019, na segunda entrevista, sobre a produção cerâmica, Schmitz ressaltou que:

[...] as pesquisas apontam para dois grupos. Um se caracteriza pela tradição Taquara, a qual tem a panela pequena, de parede mais reta e toda corrugada porque era feita dentro do cesto, que deixa sua marca; a parede tem que ser reta para se desprender do cesto quando a argila seca e encolhe, e a panela sai seca. [Schmitz brinca ao dizer que] A tradição Taquara é uma senhora de 40 anos e a Itararé é uma mocinha de 18. A tradição Taquara tem as paredes mais grossas, já a tradição Itararé tem as paredes muito finas, às vezes de dois milímetros de espessura, não feita em roletes, mas provavelmente em placas. São duas tradições, técnicas de fazer cerâmica, a tradição Itararé tem menos impressão de cesto, 10% mais ou menos; a tradição Taquara tem 45% ou 50%.<sup>142</sup>

O marcador tecnológico da tradição Taquara é a cerâmica, “que possui formas simples, de pouca capacidade volumétrica, sem complexidade de estrutura, comumente com forma globular ou elíptica, raramente ultrapassando 30 cm de altura e 20 cm de abertura ou largura do bojo; e sem

<sup>141</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>142</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

funções específicas, como preparar ou servir alimentos”<sup>143</sup> – diferentemente do que ocorre na tradição Tupiguarani. “Em Santa Catarina, predomina tanto no planalto como no litoral o acabamento alisado, quase sempre bem polido e/ou brunido.”<sup>144</sup>

De acordo com Schmitz, na tradição Itararé:

[...] as panelas são geralmente pequenas, com uma parede finíssima, escura e, se elas não ficam muito escuras pela queima, eles passam fuligem. Quando ela ainda está bem quente, eles a colocam em uma fogueira com muitas folhas, o que a deixa bem preta. Depois que acumula fuligem, eles a pulem, deixando-a brilhante como espelho quando está nova. Esta é uma característica mais acentuadas na tradição Itararé, que se estende do rio Pelotas para cima, ao passo que a tradição Taquara se estende do Pelotas para baixo e é mais característica em Caxias e no litoral, indo um pouco para o interior do estado. Em Chapecó, onde Mirian Carbonera fez a análise da cerâmica escavada em Itá, ainda tem muita impressão de cesto, como também em Itapiranga.<sup>145</sup>

Schmitz explica, ainda, sobre a dificuldade para se produzir a cerâmica, especialmente nos invernos gelados do sul do país:

Eu posso entender que no Sul era difícil produzir cerâmica no inverno, ela desabava facilmente por causa do frio úmido e não secava; então, se você a fizer dentro de um cesto, você tem, primeiro, um cesto impermeabilizado, como os Xokleng recentes faziam com cera para carregar água; se queimar esta forma, você tem uma panela com as marcas do trançado do cesto. Esses cestos eram bem fechados e, há 8.000 anos, eles já eram usados nos Estados Unidos, para cozinhar alimentos: em vez de colocá-

<sup>143</sup> ROGGE, Jairo H. **Fenômenos de Fronteira**: Um Estudo das Situações de Contato Entre os Portadores das Tradições Cerâmicas Pré- Históricas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004, p. 93.

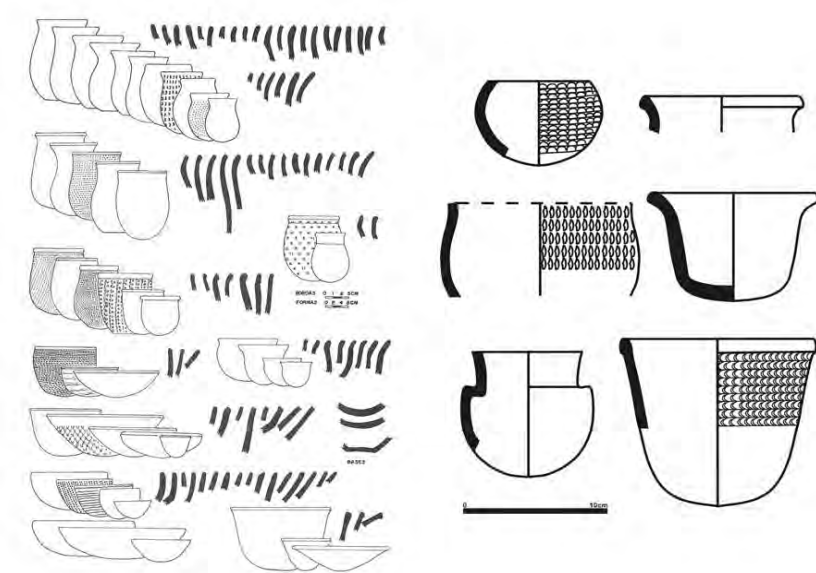
<sup>144</sup> SCHMITZ; BASILE BECKER, 1991, p. 94.

<sup>145</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

los em cima das brasas, colocavam pedras aquecidas na água em que eram cozidos.<sup>146</sup>

O livro *As casas subterrâneas de São José do Cerrito*, apresenta a pesquisa que conduziu, em 2013, boa parte dos relatos de Schmitz. Nessa obra, há uma imagem da produção cerâmica que exemplifica como eram as taças, os copos, as tigelas (Figura 6), “[...] que comportariam, no máximo, 2 ou 3 litros. Embora a maioria comportasse menos do que um litro”.<sup>147</sup>

Figura 6 – Cerâmica da primeira ocupação da grande casa do sítio de Boa Parada (SC): ilustrações de recipientes da tradição Taquara-Itararé



Fonte: Schmitz (2014, p. 25).

<sup>146</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>147</sup> SCHMITZ, 2014, p. 24.

A Figura 7 também mostra a forma, a decoração e a espessura das cerâmicas utilizadas pela população que habitava o planalto meridional. “A maior parte dos artefatos era feita provavelmente de madeira, fibras vegetais, peles e ossos, que desapareceram por causa da acidez do solo. O mesmo aconteceu com os restos de seus alimentos: destes só foram recuperadas cascas de pinhões carbonizadas.”<sup>148</sup>

Figura 7 – Recipientes da tradição Taquara-Itararé – museu do Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2013



Fonte: Pedro Ignácio Schmitz.

A maior parte dos vasilhames “[...] é apenas alisada; a decoração, que aparece num pequeno número de recipientes, é o inciso, o ungulado, o ponteadado, o pinçado e o inciso ungulado. Os artefatos em pedra consistiam de lascas, fragmentos de pontas de quartzo, raspadores, batedores lâminas de machado semilunar”.<sup>149</sup> A Figura 8 contempla fragmentos cerâmicos da tradição Taquara-Itararé (fase Xaxim) encontrados na década de 1960, por Piazza, em Xaxim. A coleção está no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis (MARQUE/UFSC).

<sup>148</sup> SCHMITZ, 2014, p. 24.

<sup>149</sup> SCHMITZ; BASILE BECKER, 1991, p. 77.

Figura 8 – Fragmentos cerâmicos da tradição Taquara-Itararé: A) acabamento pinçado; B) acabamento inciso; C) acabamento liso



Fonte: Luciane Zanenga/acervo MARquE/UFSC, 2015.

Viu-se que a cerâmica e seu contexto arqueológico são os principais marcadores da tecnologia denominada tradição Taquara-Itararé, assim como para seus descendentes, os Kaingang e Xokleng. “Seu estudo comparativo indica que ela guarda elementos de continuidade com seus ascendentes pré-coloniais em relação ao processo de manufatura e de construção dos recipientes, sendo impossível diferenciar esses povos por intermédio da cerâmica pré-colonial.”<sup>150</sup>

Para além da cerâmica, outros utensílios eram utilizados:

[...] a pedra como fogão, lâminas polidas e semipolidas de machado, mãos de pilão, afiadores em canaleta, talhadores uni e bifaciais, raspadores, moedores, trituradores, pás de enxada, enxós, virotes, lascas retocadas, percutores e suportes de percussão, seixos-alisadores para cerâmica, retalhamento bipolar de cristais de quartzo e geodos de calcedônia.<sup>151</sup>

Além desses utensílios e da distinção entre as tradições cerâmicas Taquara-Itararé, há outras características que distinguem os grupos Jê, como

<sup>150</sup> PERIN, Edenír Bagio; HERBERTS, Ana Lucia; OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém (PA), v. 14, n.º 2, p. 581-609, maio-ago. 2019. In: SILVA, Fabíola. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.º 30, p. 57-73, 1999.

<sup>151</sup> JOLKESKY, 2010, p. 14.

o destino dado aos mortos e a forma de construir estruturas subterrâneas para morar ou para rituais, por exemplo.

### 1.3.5 Sítios com engenharia de terra e outros

Os portadores das tradições cerâmicas Taquara-Itararé eram detentores de um estilo arquitetônico fúnebre complexo e peculiar; nesses locais, faziam seus rituais coletivos. Schmitz relata que, na tradição Itararé, “há a cremação dos mortos, os danceiros e os aterros-plataformas”.<sup>152</sup> Na área em que aparece a tradição Taquara, “não há cremação e, na maior parte dos sepultamentos, depositavam os mortos dentro das grutas (quando havia); ou na superfície, levemente enterrados; quando não havia, eles sepultavam os mortos perto da casa”.<sup>153</sup>

Entretanto, essas informações, segundo o arqueólogo, devem ser vistas com ressalvas,

[...] pois a cerâmica Taquara está mais no Sul, cobrindo o Rio Grande do Sul; a cerâmica Itararé está mais em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo. A hipótese é de que a cerâmica Taquara corresponderia aos antepassados dos Kaingang, e a cerâmica Itararé, aos antepassados dos Xokleng. Mas esta é uma hipótese; onde há cerâmica Itararé há danceiros e aterros-plataforma. Aparentemente, só estes fazem os aterros-plataforma.<sup>154</sup>

Corteletti também infere que certas informações devem ser vistas com cautela, pois os arqueólogos estão próximos de definir quais áreas eram Taquara/Kaingang e quais eram Itararé/Xokleng antes do processo

<sup>152</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>153</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>154</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

de conquista, visto que os territórios, após a chegada dos europeus, foram muito alterados.

[...] nos séculos XVII, XVIII e XIX os territórios dos Kaingang, Xokleng ou Guarani que foram descritos pelos viajantes já estão muito alterados, conforme a arqueologia tem mostrado. Na medida em que os europeus começaram a chegar ao litoral e começaram a fazer as vias dos tropeiros, no meio do território deles, tudo se reorganizou e ganhou novas formas. Áreas que eram desabitadas passaram a ser habitadas, áreas que eram ocupadas por um grupo acabaram sendo invadidas e ocupadas por outro. Então, todo o desenho territorial nos séculos XVIII e XIX não é necessariamente o mesmo desenho que existia no século XII e XIII – são quinhentos anos de diferença. Esse é um dos pontos em que a arqueologia tem caminhado para fazer uma diferenciação nos sítios arqueológicos. Para os Kaingang, a prática de sepultamento era de inumar<sup>155</sup> os seus mortos em montículos; para os Xokleng, a prática consistia em cremar o morto para depois depositá-lo em um montículo. Têm-se encontrado diversas áreas com prática de cremação e diversas áreas sem prática de cremação. Esse é um fator, um indicativo das áreas em que existiam os Kaingang e os Xokleng.<sup>156</sup>

Corteletti deixa claro que cada um dos grupos tinha sua própria forma de enterrar seus mortos. Letícia Morgana Müller escreve que “[...] cada cultura tem seu jeito próprio de encarar a morte, bem como os cuidados dispensados com o morto, e símbolos destas práticas são conhecidos e reconhecidos por todos do grupo”.<sup>157</sup> Para Corteletti, “os sítios que têm 1.000 anos de idade antecedem as línguas Kaingang e Xokleng”. Então, quem são essas pessoas? “Elas são de um ente social que falava uma língua que mais tarde originará essas duas. A ideia ‘ah, cremado é Xokleng’ nem sempre... porque as línguas Xokleng e Kaingang são de 1300. Se esse sítio

<sup>155</sup> Sinônimo de “enterrar”, “sepultar” um cadáver.

<sup>156</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>157</sup> MÜLLER, Letícia Morgana; SOUZA, Sheila Mendonça de. Cremação e sepultamentos: as estruturas anelares no planalto. In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011, p. 269.

é do ano 1050, é de alguém que depois vai ser Kaingang ou Xokleng”.<sup>158</sup> De acordo com a conclusão de Corteletti, falar em Kaingang ou Xokleng é complicado porque tem que ter bem clara a época que está sendo retratada.

Toma-se como exemplo o sítio no Morro do Avencal, em Urubici (SC), que se encontra em território pertencente aos Xokleng durante o século XIX. Seus grafismos apresentam características mistas, tanto Kaingang (o traçado em zigue-zague) como Xokleng (em representações do botoque). As pesquisas arqueológicas tentam responder a questões como essa, mas o que se evidencia é a dificuldade da limitação dos territórios em pauta, considerando que houve uma grande mobilidade desses grupos no decorrer dos séculos, após a conquista.<sup>159</sup>

Ao falar sobre as cremações, Schmitz utiliza como exemplo os registros do padre Antonio Ruiz de Montoya. Esse padre jesuíta, no começo do século XVII, organizou uma missão entre os Xokleng do Guayrá<sup>160</sup>, e descreveu como teria sido o enterro dos mortos desse grupo:

[...] a família mantinha o cadáver dentro da casa enquanto podia suportar o cheiro da decomposição, depois o depositava num girau<sup>161</sup> na roça ou no campo para decomposição e, quando os ossos estavam secos, os juntavam e cremavam, para só então enterrá-los solenemente num mato próximo. E no planalto catarinense, o grupo que se reunia para comer pinhão no Rincão dos Albinos, entre os séculos VI e X, e passava a maior parte do tempo nos campos, provavelmente enterrava seus mortos em abrigos rochosos, sem formar um cemitério coletivo. Do século XI ao século XVII, quando vivia de forma estável em grandes casas, construiu aterros-plataforma para cremar os seus mortos. Os aterros-plataforma e a cremação dos mortos são encontrados em território historicamente ocupado por Xokleng;

<sup>158</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>159</sup> Cf. CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>160</sup> Guayrá foi uma região no Brasil meridional, especialmente no atual estado do Paraná; pertencia ao Império Espanhol, ao governo do rio da Prata e do Paraguai até a divisão em 1617, data em que foi incluída no governo do Paraguai, tendo sido inicialmente chamado de *Gobernación del Guayrá*.

<sup>161</sup> Cama feita de cipós.

em território ocupado historicamente por Kaingang, os mortos eram depositados em fendas rochosas ou eram enterrados no chão, cobrindo-os com um montículo de terra.<sup>162</sup>

Por meio da exposição de Schmitz, entende-se que os danceiros e aterros-plataforma fazem parte da cultura dos Jê meridionais. Eles acompanham a tradição cerâmica Itararé nos estados de Santa Catarina e do Paraná, área em que se encontravam indígenas Xokleng no período imperial brasileiro. Ao especificar o significado de estruturas anelares ou danceiros, Schmitz relata:

[...] são pequenos montes de terra com quatro, cinco, seis metros de diâmetro e pequena altura, cercados por uma vala, e esta, por uma taipa. Também há danceiros que você enxerga do espaço, no *Google Earth*, e pode acessá-los sem se deslocar. Chegam a ter 120 metros de diâmetro. A interpretação comum dos danceiros é que eles seriam túmulos de caciques, mas ainda há dúvidas. São montículos de terra cercados por um anel rebaixado e fechados por uma taipa também de terra. Danceiro é um termo comum, e foi o padre João Alfredo Rohr que começou a usar esse termo. Outros arqueólogos falam de “estruturas anelares” para o mesmo fenômeno. São como praças de cerimônias, lugares de sepultamento, áreas coletivas. Em todos os sítios grandes, há danceiros.<sup>163</sup>

André Prous corrobora o discurso de Schmitz ao escrever que, em “[...] Santa Catarina, perto de Urubici, Rohr visitou oito dessas estruturas, todas ligadas a casas subterrâneas. Uma tinha o solo endurecido por intenso pisoteamento, e os camponeses locais chamavam o lugar de *terreiro de dança dos bugres*”.<sup>164</sup> Logo, danceiros.

<sup>162</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>163</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>164</sup> PROUS, 1992, p. 320.

Certamente as diferentes estruturas construídas na terra eram “[...] muito mais do que pontos ou locais, porque eles têm significados e valores distintos para as pessoas. A identidade pessoal e cultural está ligada ao lugar; a análise topográfica é uma exploração da criação da autoidentidade através do lugar”.<sup>165</sup> “Os danceiros foram posicionados em locais escolhidos com cuidado, revelando recorrentes oposições pareadas, e mostrando potenciais alinhamentos e orientações com outros tipos de sítios arqueológicos, além de grande visibilidade regional.”<sup>166</sup> A Figura 9 contempla um desses lugares identitários dos Jê; trata-se de um danceiro localizado no planalto catarinense.

Figura 9 – Danceiro no sítio Abreu e Garcia, em Campo Belo do Sul (SC), 2014



Fonte: Rafael Corteletti.

Corteletti, no artigo “A gênese dos monumentos”<sup>167</sup>, defende a hipótese de que:

[...] todos os monumentos, entre eles os danceiros, começaram a aparecer próximo ao ano 1.000 por um motivo que tem relação

<sup>165</sup> TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape: places, paths and monuments**. Tradução de Vanessa Barrios Quintana. Oxford: Berg Burg Pub, 1994, p. 9.

<sup>166</sup> IRIARTE *et al.*, 2014, p. 224.

<sup>167</sup> LOPES, Reinaldo José. Arqueólogos revelam ‘Game of Tribos’ entre índios do Sul no ano 1000 d.C. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/07/179>. Acesso em: 20 set. 2017.

com o aumento da demografia, relação com a expansão da floresta de araucária e o aumento de alimento disponível, tanto de pinhão como de caça, além da relação com o movimento dos Guarani que habitavam a margem do Uruguai e estavam invadindo o território deles. Então, tem relação com uma pressão externa, isso provoca uma tensão interna no grupo e faz com que as lideranças que já existiam se fortaleçam. E a expressão material desse poder, dessas lideranças seria a construção desses monumentos para celebrar a memória e a morte de pessoas que talvez tenham morrido em combate com os Guarani, que estavam tentando invadir o território deles. Essa é uma interpretação que não se tinha até então.<sup>168</sup>

Para Müller e Souza, “é no momento social do funeral que a cultura se fortalece e se reafirma com a reunião dos membros do grupo para preparação do rito, e a organização social é reestruturada, sem o falecido”.<sup>169</sup> A maior parte dos monumentos relatados por Corteletti está nas áreas de confluência entre os rios Canoas e Pelotas, que poderia ser uma fronteira entre os Jê e os Guarani. Para Carbonera,

[...] os danceiros também estão ligados ao simbólico, à forma de enterrar os seus mortos, bem diferente da dos Guarani. Em geral, nos sítios onde tem presença de cerâmica Jê, aparecem as estruturas anelares. Isso foi encontrado ainda nos anos 1950, em Misiones, por Oswald Menghin, e, posteriormente, no Brasil. Em geral, cremavam os mortos e faziam montículos que são de forma redonda e, no entorno, faziam outra estrutura, que podia ser cavada ou também elevada, fazendo outro círculo no entorno daquele montículo central, onde há a presença desses mortos, desses restos carbonizados. Possivelmente, além de mostrar a parte mais espiritual, também evidencia a demarcação de território.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

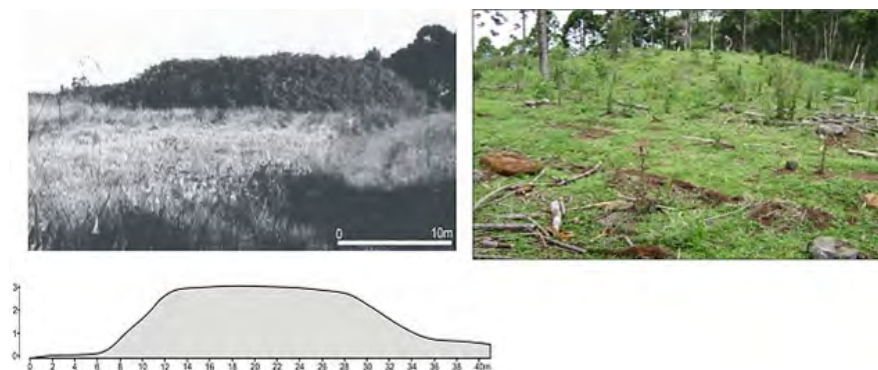
<sup>169</sup> MÜLLER; SOUZA, 2011, p. 270.

<sup>170</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

De acordo com o relato de Carbonera, outros grupos, quando chegavam próximo a essas áreas que abrigavam os monumentos, percebiam as sepulturas e deviam pensar “já tem dono”. Na mesma categoria dos danceiros, existem os aterros-plataforma, que, segundo os registros de Schmitz, eram “os terraços feitos não com a sobra da terra escavada, mas trazida especialmente para formar o aterro”.<sup>171</sup> Em 2013, em São José do Cerrito, depois de seis anos de trabalho, Schmitz cita que encontraram no sítio 52:

[...] aterros-plataforma circulares de topo plano, três com 1 metro de altura e 20 metros de diâmetro e um aterro com 30 metros de diâmetro e 2,20 metros de altura. Esses aterros são compostos por camadas alternadas: uma camada de ocupação, com carvão, cerâmica e peças líticas; uma camada sem ocupação; outra camada de ocupação, outra sem – como um bolo. Não parecem ter utilidade econômica. Mais tarde descobriu-se que é o lugar onde cremavam os mortos.<sup>172</sup>

Figura 10 – Aterros-plataforma, localidade de Boa Parada em São José do Cerrito, sítios SC-CL-52 e SC-CL- 46, 2013



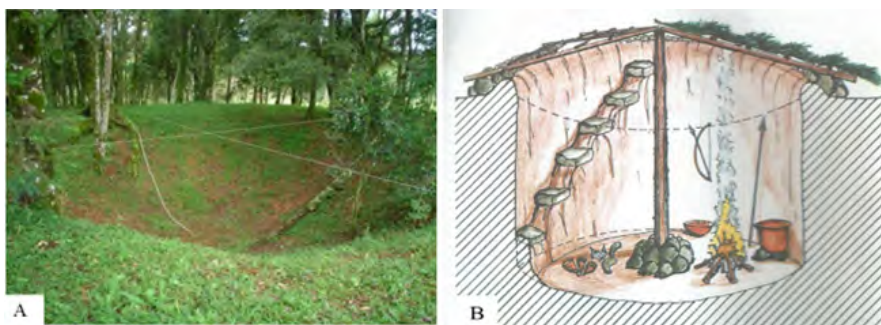
Fonte: Pedro Ignácio Schmitz.

<sup>171</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>172</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

Os Jê criaram outras modelagens artificiais no ambiente físico, além da arquitetura destinada aos mortos. Eles despendiam trabalho e conhecimento na construção de buracos grandes ou pequenos, escavados no solo para se abrigar, comumente chamados no sul do Brasil de “buracos de bugre” – a arqueologia os identifica como “estruturas subterrâneas” (Figura 11).

Figura 11 – A) Casa subterrânea de 14 metros, sítio SC-CL-56, localidade de Boa Parada em São José do Cerrito; B) Ilustração de estruturas subterrâneas do povo Jê



Fonte: A) Pedro Ignácio Schmitz, 2013; B) Golin (2004).

Kern escreve que as moradias, os acampamentos eram construídos a céu aberto:

[...] em virtude da chegada do inverno, implantavam-se as geadas, o frio e excepcionalmente a neve, a partir de fins de maio. Essa estação do ano seria passada ao abrigo das intempéries, pois as suas casas subterrâneas eram ideais para isso. Ali haveria também a possibilidade de utilização dos recursos alimentares armazenados, além da caça e da coleta de toda a área. A coleta do pinhão e a caça dos animais atraídos igualmente por este tipo de alimentação ocorriam no outono. Na primavera, os grupos familiares deveriam partir em busca dos vários nichos ecológicos do planalto que lhes forneceriam uma alimentação de recursos variados, instalando-se em acampamentos provisórios.<sup>173</sup>

<sup>173</sup> Cf. KERN, 2009, p. 42.

Schmitz infere que essas populações construíam casas de pisos rebaixados e faziam um terraço ao redor, de modo que o buraco escavado fosse apenas uma parte da casa; com isso, a casa ficava maior. Em 2013, em São José do Cerrito,

[...] encontraram-se casas com dois buracos, um do lado do outro, com um metro de parede no meio, um único aterro ao redor e um único telhado. Assim, se tem uma casa geminada, com duas cozinhas, em que deveriam viver duas mulheres. Sempre se fala na bibliografia que esses grupos do planalto eram polígamos ou bígamos, e agora isso se torna mais visível. Em 2013 foram encontradas várias casas geminadas. Com isso se pode falar sobre a forma de suas famílias: nas casas grandes morariam várias famílias aparentadas, nas casas geminadas poderia haver um homem com duas mulheres, ou duas famílias. Repete-se muito esse fenômeno, mas até 2011 não havia se dado conta dessas diferenças. Antigamente se imaginava que a casa subterrânea era um buraco em que o índio se escondia por causa do frio ou da chuva. Hoje se conhece as casas grandes, os danceiros e os aterros-plataforma.<sup>174</sup>

Kern escreve que “[...] o mapeamento topográfico detalhado de aldeias de casas subterrâneas sugere que estas são complexos habitacionais projetados, com evidências de terraceamento, rotas de deslocamento interno e alinhamentos diretos com outras estruturas arquitetônicas construídas em terra”.<sup>175</sup> Por meio do infográfico “A rotina na aldeia” (Figura 12), muitos elementos registrados por Schmitz, Corteletti, Carbonera e outros autores são visualizados, entre eles as estruturas subterrâneas, a economia e os rituais.

Vê-se na Figura 12, além de outros vários elementos, aquilo que Jolkesky explica sobre as casas subterrâneas: elas eram “[...] circulares,

<sup>174</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>175</sup> IRIARTE, José *et al.* Sacred Landscapes of the Southern Brazilian Highlands: Understanding Southern Proto-Jê Mound and Enclosure Complexes. *Journal of Anthropological Archaeology*, Amsterdam, v. 32, p. 74-96, 2013, p.75.

entrincheiradas nas regiões altas e adaptadas ao frio, com esteio central sustentando o telhado de traves radiais coberto de palha e adobe, com paredes verticais ou em degraus, revestidas de lajota ou rocha e circundadas com canaletas para contenção e desvio da água da chuva e das enxurradas”.<sup>176</sup>

Figura 12 – Infográfico “A rotina na aldeia”



Fonte: Santanella e Nienow (2016, p. 25-26).

Sobre as peculiaridades arquitetônicas dos Jê, Schmitz também destaca que eles eram mais complexos do que se imaginava: “[...] eles gastavam muita energia em coisas que não parecem ter sentido econômico, mas provavelmente têm importância social. Em 2013, foi datada casa por casa, para saber como seria a aldeia em São José do Cerrito, no sítio SC-CL-70/71, na localidade de Rincão dos Albinos, localizado no Planalto das Araucárias de Santa Catarina”.<sup>177</sup>

<sup>176</sup> JOLKESKY, 2010, p. 13.

<sup>177</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

Dessa forma, foi possível notar que “[...] não era uma aldeia, era uma casa depois da outra. As casas do mesmo conjunto foram construídas e ocupadas em tempos diferentes. Cada casa tem uma data diferente. Eles as ocupavam uma, duas, três vezes e as abandonavam. Entre uma ocupação e outra, poderia passar-se até 170 anos”.<sup>178</sup>

De acordo com Schmitz, são várias gerações ocupando o mesmo espaço. Segundo o arqueólogo, isso é constatado pois,

[...] quando eles abandonam a casa, sobra um entulho grande e outros, ou os mesmos, chegam, arrumam a casa e a ocupam novamente. Eles têm grande memória local; por isso voltam. As casas podem ser ocupadas de forma passageira ou estável. Junto aos aterros-plataforma e danceiros, eles podem acampar somente por um período curto para as festas ou cerimônias. Mas também existem as casas de ocupação mais permanente nas quais ficam centenas de fragmentos de cerâmica, das panelas de barro quebradas, porque eles não limpam as casas, deixando o lixo se acumular. Esse lixo acumulado indica ocupação prolongada, provavelmente por vários anos. Assim também acontece com os aterros-plataforma e danceiros, que são utilizados muitas vezes, como indicam as datas das camadas alternadas com que são construídos. Eles são lugares de memória, de festa, de reunião, de cerimonial para onde eles voltam periodicamente, para cremar os seus mortos, furar os lábios dos meninos para introduzi-los na sociedade e, provavelmente fazer os casamentos. Esses aterros são cerimoniais, não têm uma razão econômica, apesar de representarem gigantesco investimento de energia, porque a escavação é feita com um pedaço de pau e a terra é carregada em cestos de taquara.<sup>179</sup>

Para Tilley, “uma paisagem é uma série de localidades nomeadas, um conjunto de lugares relacionais, ligados por caminhos, movimentos e narrativas”.<sup>180</sup> Essa ideia é compartilhada por Schmitz ao sinalizar que, por meio da memória oral, passada de geração a geração, o grupo sabia para onde

<sup>178</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>179</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>180</sup> TILLEY, 1994, p. 27.

voltar. Para o arqueólogo, “[...] o grupo voltou ao mesmo espaço durante 1.200 anos, que é a diferença entre o começo da ocupação no século VI e seu abandono no século XVII. Existe uma data ainda maior, de 690 a.C., mas é insuficiente para construir uma história legítima”. Tem-se a expectativa de “encontrar datas que liguem essa parte antiga com a parte bem documentada que se tem, para mostrar uma memória ainda mais antiga”.<sup>181</sup>

As estruturas feitas na terra, com fins funerários, para se abrigar ou para outras funções, exigiam *expertise* e a ação coletiva do grupo. Essas populações criaram paisagens antrópicas que as identificam na atualidade e possibilitam a investigação sobre sua forma de viver, de ocupar o espaço, de se organizar, sobre suas crenças e práticas desenvolvidas ao longo do tempo. Entretanto, além dos sítios que contemplam a engenharia de terra, há outros, como os sítios litocerâmicos, construídos a céu aberto, “que se identificam com as populações proto-Jê (como a cerâmica, mão de pilão, ou machados polidos da tradição Taquara-Itararé) – encontrados em superfície – normalmente expostos pelas práticas agrícolas”.<sup>182</sup> Os “litocerâmicos” são sítios a céu aberto e, de acordo com a classificação de Corteletti, se referem ao que é encontrado nos sítios. “Existem os sítios com a engenharia em terra, e os lugares que não têm a engenharia em terra, possuem esses vestígios de cerâmica e de pedra lascada ou polida e, por isso, são considerados litocerâmicos”.<sup>183</sup>

Carbonera infere que o município de Itá, localizado no oeste catarinense, é um exemplo de sítio a céu aberto:

[...] sem a presença de estruturas subterrâneas e que, quando essas estruturas aparecem noutros sítios da região, aparecem sem as estruturas anelares, que é onde eles enterravam seus mortos. Então, onde eles enterravam, se é o mesmo grupo? Nota-se que os aspectos culturais não são rígidos. Não é porque todos são do mesmo grupo cultural que farão as mesmas coisas, nos mesmos

<sup>181</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>182</sup> CORTELETTI, 2012, p. 49.

<sup>183</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

lugares. Isso tem relação com a identidade, com as limitações do ambiente, ou porque não necessitavam dessas construções. No oeste catarinense, há poucas casas subterrâneas registradas, mas também há pouquíssimos estudos. Walter Piazza, na década de 1960, registrou casas subterrâneas. Depois, Maria José Reis, na década de 1970, mapeou um número significativo de estruturas subterrâneas, como as de Pinhalzinho, por exemplo, além de outros municípios.<sup>184</sup>

Com base nos relatos de Carbonera, é possível inferir que, no início dos anos 2000, em São Domingos e Ipuauçu, funcionários da empresa de arqueologia Scientia Consultoria Científica escavaram casas subterrâneas (datadas do início do século XIX) associadas à cerâmica Itararé, ou seja, há 200 anos. Isso mostra que o contato com o homem branco se deu em momentos muito distintos. Nos arredores de Ipuauçu, foram encontrados sítios mais superficiais; com pouca cerâmica, provavelmente não eram de assentamentos. Já em Itá os dois sítios principais, localizados na Volta do Uvá – sítio Otto Aigner e sítio Armando Wortmann –, são assentamentos. Por quê? Porque encontraram-se vestígios com uma espessura razoável de terra preta, que mostra um longo período de ocupação, e ocorrência de muita cerâmica.<sup>185</sup>

Por outro lado, no caso de Xaxim, “são sítios mais isolados, não foi descrita terra preta; foram encontrados fragmentos de cerâmica, alguns objetos lascados, que indicam que provavelmente se trata de acampamentos mais temporários ou ocupações mais rápidas e não de longa duração”.<sup>186</sup> Referentemente a Ipuauçu, geograficamente próximo de Xaxim, Solange Caldarelli escreve que “datações radiocarbônicas obtidas para as estruturas escavadas (casas subterrâneas) indicam que a ocupação desses sítios se deu entre o meados e o final do século XIX, reforçando a associação da

<sup>184</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>185</sup> Cf. CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>186</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

tradição Taquara aos Kaingang atuais, ocupantes históricos da região até hoje encontrados nas áreas indígenas do município de Ipuçu”.<sup>187</sup>

Há autores, como Piazza, que exemplificam sítios a céu aberto como sendo de “pequena durabilidade, com vestígios de assentamentos superficiais”.<sup>188</sup> Entretanto, Schmitz registra que “o tipo de pesquisa realizada na década de 1960 pode ter ignorado informações, interferindo nessa percepção acerca dos sítios pesquisados”.<sup>189</sup> Corteletti também contesta o termo “curta duração” para a ocupação dos sítios a céu aberto, como os de Xaxim, por exemplo. Ele afirma que “foram deixados muitos vestígios, e isso levaria muito tempo – às vezes, o tempo de vida de uma pessoa, ou até de uma geração”.<sup>190</sup> Ao conceituar sítios de “curta duração”, ele relata:

Esse conceito “curta duração” pode, na verdade, ser o tempo de vida de uma pessoa, de uma geração. Há, em casas subterrâneas escavadas em Campo Belo do Sul, a mesma casa fque oi ocupada durante 250 anos. Foram identificados 12 pisos na casa e as camadas dela são de 5 cm. Elas estão separadas, às vezes, por até 15 anos e até de 50 em 50 anos. Então, as pessoas viviam ali e, a cada certo tempo, decidiam reformar. Talvez porque morriam, porque os netos talvez decidiam “ah, vamos reformar agora”. Aí derrubavam o telhado, queimavam e colocavam uma camada de argila sobre os escombros e começavam de novo, e assim sucessivamente. Doze pisos, durante 250 anos, na mesma casa. Então, isso é uma nova visão. Porém, outros pesquisadores têm a ideia de que eles ocupam um pouquinho, saem, vão embora e, depois de muito tempo, voltam. Na realidade, não; eles estão sempre morando ali: “Esse território é nosso. Nós não vamos embora. Nós vamos ficar aqui. Aqui tem pinhão, a gente planta, a gente pesca, a gente caça. A gente não vai embora, a gente é sedentário. Aqui tem o cacique, o chefe do território, existem relações políticas, existem os Guarani um pouquinho ali, para baixo, no rio Uruguai, e eles estão aí, querendo invadir o nosso território. A gente não pode sair daqui; se a gente sair, os Guarani

<sup>187</sup> CALDARELLI, 2011, p. 55.

<sup>188</sup> PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/ Lunardelli, 1983, p. 5.

<sup>189</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>190</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

entram. “Ou até mesmo guerra entre eles [os Jê]. “Não é porque a gente é do mesmo grupo que a gente se ama.” Então, a ideia da “curta duração”, ela é muito vaga, porque dá a ideia de que eles são errantes no território. E, na verdade, eles não são errantes, eles estão aqui.<sup>191</sup>

Tomando como base o contexto arqueológico vinculado a linha de transmissão de energia elétrica Quebra-Queixo, em Ipuacu, Carbonera defende a ideia de que os sítios litocerâmicos a céu aberto “provavelmente estão associados às estruturas escavadas, conforme comprovam os estudos”.<sup>192</sup> No oeste, os sítios a céu aberto, certamente desempenhavam funções distintas das estruturas escavadas. “Provavelmente, relacionavam-se a acampamentos de produção de artefatos líticos, pela técnica do lascamento, que deveriam se combinar com atividades de obtenção de recursos vegetais e faunísticos para fins alimentícios.”<sup>193</sup> Esses sítios a céu aberto também poderiam se constituir em “áreas satélites da aldeia principal, por onde os grupos circulavam”.<sup>194</sup>

Para além dos sítios litocerâmicos ou com engenharia em terra, há os sítios com petróglifos (inscrições rupestres) que aparecem em abrigos sob rochas ou em estruturas semissubterrâneas; são sinais geométricos com pontos, barras, triângulos, quadrangulares, ovais além de outros antropomorfos, zoomorfos – a exemplo dos petróglifos localizados no Morro do Avencal, em Urubici (Figura 13).

<sup>191</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>192</sup> CARBONERA, Mirian.º As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e início do século XXI. In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011, p. 38.

<sup>193</sup> CALDARELLI, 2011, p. 53.

<sup>194</sup> CALDARELLI, 2011, p. 54.

Figura 13 – Foto do Painei 1 do Sítio do Avencal, em Urubici (SC), gerada no *software* RTI com a técnica de *polynomial texture mapping* (PTM)



Fonte: Riris e Corteletti (2015).

Esses petróglifos são as marcas da história desses povos originários, “[...] que conservam indícios de uma ocupação de longa duração, dos anos 1200 a 1930. Depois dos anos 1930, não há mais indícios indígenas na área. Só que as escavações, nesses sítios, elas vão até 1.200 anos atrás, é um sítio muito antigo”.<sup>195</sup>

Também “há sítios em formações rochosas, como grutas com sepultamento, os abrigos sob rochas, os amoladores líticos fixos e as galerias subterrâneas (paleotocas)”.<sup>196</sup> Essas galerias “foram eventualmente utilizadas como locais de enterramento, de abrigo e defesa contra os invasores”.<sup>197</sup>

<sup>195</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>196</sup> CORTELETTI, 2012, *passim*.

<sup>197</sup> KERN, 2009, p. 44.

Lembrando que as formações rochosas podem “ter sido lugares de ocupação apenas para as temporadas de caça, porém nestes foram evidenciados locais de enterramento”.<sup>198</sup>

A multiplicidade de sítios – os de engenharia em terra, a céu aberto, petróglifos e outros – é “[...] muito mais do que pontos ou locais, porque eles têm significados e valores distintos para as pessoas. A identidade pessoal e cultural está ligada ao lugar; a análise topográfica é uma exploração da criação da autoidentidade através do lugar”.<sup>199</sup> São lugares em que os arqueólogos buscam informações, por meio da cultura material e seu contexto, para compreender as coisas do cotidiano. Para além da cultura material, que traz à tona muitos elementos identitários da cultura dos grupos Jê meridionais do país, sem dúvida, a língua é outro elemento significativo.

### 1.3.6 A ancestralidade das línguas Kaingang e Xokleng

Para iniciar esta parte que se fundamenta, essencialmente, nas ideias de Corteletti, considera-se importante registrar as explicações dadas por Schmitz sobre as classificações linguísticas referentes aos grupos coloniais e atuais. Ele relata que, “quando se encontra um sítio arqueológico para o qual não há o povo presente e, por isso, não se sabe a língua que falava, alguns arqueólogos os chamam, neste caso, de proto-Jê, isto é, anterior ao Jê vivo encontrado na mesma área posteriormente, sobre o qual se faz a classificação linguística”.<sup>200</sup> “Os nomes Jê, Macro-Jê, Kaingang, etc. se referem à língua falada.”<sup>201</sup> A família Jê se divide nos ramos “Jê central, Jê setentrional e Jê meridional (este tem duas línguas vivas: Kaingang e

<sup>198</sup> KERN, 2009, p. 44.

<sup>199</sup> TILLEY, 1994, p. 9.

<sup>200</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>201</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Diferentes classificações linguísticas:** Proto-Jê, Jê, Jê Meridional, etc. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 3 jul. 2021.

Xokleng; e duas extintas: Ingain e Kimdá...)”.<sup>202</sup> O Jê meridional é o ramo linguístico que perpassa o recorte geográfico desta tese (oeste de Santa Catarina), localizado, justamente, no planalto meridional do Brasil.

Acerca desse assunto, Corteletti infere sobre um tempo remoto em que as línguas Kaingang e Xokleng ainda não existiam. Para exemplificar tal ideia, ele faz ressalvas quanto aos sítios da tradição Taquara-Itararé e pergunta-se: “Qual é a cerâmica, qual é a casa subterrânea, qual é o enterramento que o Xokleng faz e o que o Kaingang faz?”<sup>203</sup> Como resposta, comenta que “[...] a arqueologia está se aproximando dessas respostas, para definir ‘isso é de Xokleng’, ‘isso é de Kaingang’. O fato é que sítios muito antigos, com mais de 800 ou mais de 1.000 anos de idade, não são nem Kaingang, nem Xokleng”.<sup>204</sup> Naquele período, esses grupos ainda não existiam; logo, são sítios feitos por ancestrais Jê. Então esses ancestrais não falavam a língua Kaingang ou Xokleng – essas línguas ainda não existiam –, mas falavam uma língua que originou essas duas. “Era a língua proto-Jê, falada no Sul do Brasil (desde São Paulo até o Rio Grande do Sul); essa língua funda todas as línguas Jê que se conhecem hoje. Era uma língua única que se falava em todo o território.”<sup>205</sup> Assim como Corteletti, Marcelo Jolkesky também infere que “a família Jê pertence ao tronco Macro-Jê”.<sup>206</sup>

Sobre a língua “proto-Jê” e sua relação com a ancestralidade das línguas dos povos Kaingang e Xokleng, Corteletti ressalta que:

[...] por volta do ano 800, mais ou menos, da nossa era, ela se divide em dois ramos, assim surgem duas línguas: uma língua proto-Jê que se fala na parte oriental, mais próxima do Atlântico, e uma língua proto-Jê que se fala na parte ocidental, a parte que seria do oeste de Santa Catarina e Argentina. Então, por volta

<sup>202</sup> JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>203</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>204</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>205</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>206</sup> JOLKESKY, 2010, p. 22.

do ano 800, são duas línguas. O tempo continua passando e, por volta do ano 1300, essas línguas também se dividem novamente: o ramo oriental, que é a parte do leste, vem daí a língua Xokleng; e a língua Kaingang – isso por volta de 1300 da nossa era, um pouco antes da chegada dos conquistadores europeus. E, no lado ocidental, no lado do oeste, que é a parte mais interior, também aparecem duas línguas: Ingain e Kimdá, que atualmente são línguas que já não existem mais.<sup>207</sup>

Em consonância com a narrativa de Corteletti, Jolklesky escreve que “o proto-Jê meridional divergiu linguisticamente em dois grupos: o oriental, formado por Kaingang e Xokleng no Brasil meridional, e o ocidental, composto pelos grupos extintos Ingain e Kimdá, que ocuparam territórios do alto Paraná”.<sup>208</sup> Segundo Corteletti:

[...] quando esses povos chegam no sul do Brasil vindos da Amazônia, isso há mais de 2.000 anos atrás, a linguística infere que eles falavam uma língua só, e à medida que o tempo foi passando, essas línguas foram, em função do isolamento geográfico, se distinguindo, até chegar, por volta do século XIV ou XV, quando chegam os primeiros europeus, conquistadores no continente. Têm-se quatro línguas Jê no sul do Brasil; duas dessas línguas desapareceram no século XVIII, muito em função da guerra de conquista – a língua Kimdá e a língua Ingain –, mas duas línguas permanecem vivas até hoje, dois povos permanecem vivos até hoje (são os Jê modernos), o povo Kaingang e o povo Xokleng.<sup>209</sup>

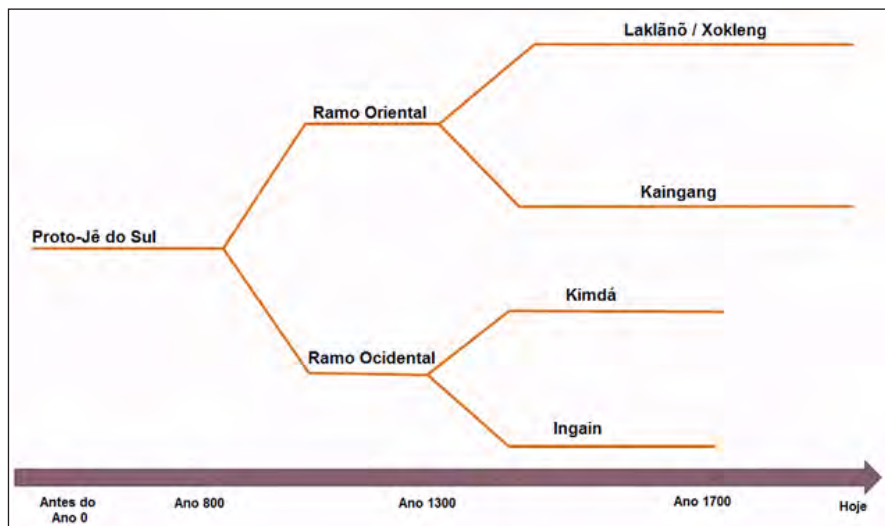
Para corroborar o entendimento relativo à explicação de Corteletti no que se refere à temporalidade das línguas e à ideia de que elas mudaram ao longo do tempo, apresenta-se a Figura 14.

<sup>207</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>208</sup> JOLKESKY, 2010, *passim*.

<sup>209</sup> Cf. CORTELETTI, 16 set. 2016. JOLKESKY, 2010, *passim*.

Figura 14 – Esquema da temporalidade das línguas Jê do Sul, conforme Jolkesky (2010)



Fonte: Corteletti (2020, ArqueoLive), reescrito por Daniel Vitor Nascimento de Souza.

Os dados apresentados no esquema que foi pensado por Jolkesky evidenciam que “a divergência linguística a partir do ancestral comum ocorreu por volta de 840, e a data de fissão dos idiomas falados pelos Kaingang e Xokleng é ainda mais recente, ao redor de 1390, final do século XIV”.<sup>210</sup> Ao observar o esquema de Jolkesky e os relatos de Corteletti, fica claro que havia, sim, uma língua ocidental, para o oeste, e uma oriental, nas áreas litorâneas. O tempo passa e, por volta do ano 1300, elas se dividem novamente: no lado oeste, aparecem as línguas Ingain e Kimdá; no lado leste, Kaingang e Xokleng. O tempo passou e veio o processo de conquista, as guerras de conquista, o genocídio. Assim, as línguas Kimdá e Ingain desapareceram, enquanto as línguas Xokleng e Kaingang sobrevivem até hoje.

<sup>210</sup> PERIN, Edénir Bagio; HERBERTS, Ana Lucia; OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 14, n.º 2, p. 581-609, maio/ago. 2019.

O Jê meridional “é um dos três ramos da família Jê, e é composto por cinco línguas: Xokleng, Kaingang, Kaingang Paulista, Ingain e Kimdá”<sup>211</sup>. Na contemporaneidade, o Kaingang e o Xokleng são línguas vivas que marcam a identidade étnica dos descendentes dos Jê meridionais. Os ancestrais dos modernos Kaingang e Xokleng, ao longo do tempo, no planalto meridional, desenvolveram dinâmicas populacionais que resultaram na construção de monumentos que só existem nesse lugar. Assim como os monumentos, a floresta com araucárias, que garantia a subsistência dos Jê, também só é encontrada nesse lugar.

### 1.3.7 Dinâmicas populacionais e modificações nas paisagens

Corteletti, ao relatar sobre o crescimento da população Jê no Sul, diferencia dois momentos históricos, atrelados ao surgimento de uma arquitetura peculiar. O primeiro momento equivale:

[...] à primeira expansão dos povos Jê, que ocorreu entre os anos 500 e 600. Inicialmente, antes dos anos 400, segundo o arqueólogo, eram pequenos povoados espalhados pelo planalto, que habitavam grandes aldeias circulares, chamadas de sítios superficiais. Depois, aparece um novo estilo arquitetônico no planalto do Rio Grande do Sul: as casas subterrâneas, ligadas à primeira curva de crescimento entre o ano 500 e o ano 600. Não são aldeias de casas subterrâneas; são sítios arqueológicos que têm uma casa ou duas casas e vão aumentando.<sup>212</sup>

<sup>211</sup> JOLKESKY, 2010, p. 13.

<sup>212</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

Ao referir-se à segunda expansão, Corteletti relata que:

[...] se deu ao redor do ano 1000 e está ligada a uma série de transformações. Nessa época, não é só a população que cresce; cresce junto com a floresta com araucária e as formas de arquitetura que expressam poder aparecem entre os anos 1100 e 1200, como, por exemplo, as casas subterrâneas gigantes e as praças de cerimônia com um novo tipo de sepultamento. As curvas de crescimento populacional indicam mudanças sociais refletidas nas mudanças arquitetônicas. Através da compilação de mais de 250 datas de radiocarbono, já publicadas pela arqueologia brasileira e argentina, inferiu-se sobre o crescimento e a diminuição da população Jê no sul.<sup>213</sup>

Corroborando as explanações de Corteletti sobre as dinâmicas populacionais, insere-se a Figura 15<sup>214</sup>, que mostra, “na parte de baixo, o número absoluto para cada século e, no de cima (que é o mesmo gráfico), uma linha próxima de zero, e entre o ano 500 e 600 (d.C/a. D)<sup>215</sup> há uma seta indicando o crescimento populacional”.<sup>216</sup> Esse número seguiu estável entre 500 e 600, indo até o ano 1100, “[...] quando há uma segunda fase do aumento demográfico. Esse número absoluto da população se mantém estável entre o ano 1100, 1200 da nossa era, e segue até o ano de 1500, 1600, quando as datas começam a reduzir, ou seja, quando a pressão da guerra de conquista faz a população diminuir”.<sup>217</sup>

<sup>213</sup> NOELLI; SOUZA, 2017.

<sup>214</sup> Vê-se o perfil de relevo de Santa Catarina: à direita, as baixas altitudes do oceano Atlântico, a encosta da Serra com altitudes de 1800m e, à medida em que vão entrando no continente, as altitudes vão caindo até chegar a oeste no rio Paraná. [CORTELETTI, Rafael. Arqueologia dos Povos Jê do Sul, com Rafael Corteletti. 2020. (2h19min30s), #ArqueoLives. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qNd-LWgTvuA&fbclid>. Acesso em: 5 fev. 2021.]

<sup>215</sup> Depois de Cristo (d. C.) para a História, *Anno Domini* (A.D.) para a Arqueologia.

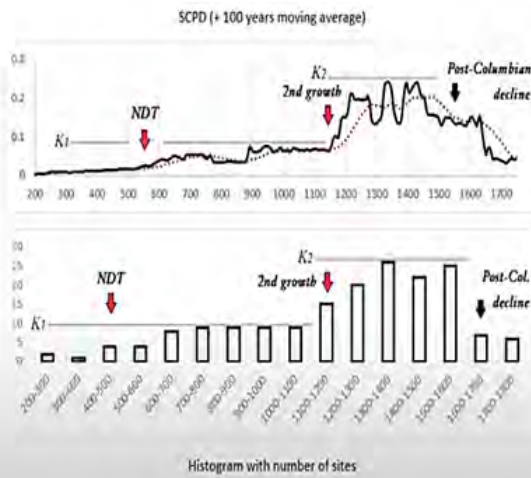
<sup>216</sup> CORTELETTI, 2020.

<sup>217</sup> CORTELETTI, 2020.

Figura 15 – Gráficos sobre as dinâmicas da população Jê do Sul ao longo do tempo

O registro de radiocarbono pode demonstrar a dinâmica de uma população ao longo do tempo, ligando-a a mudanças econômicas e sociais

Metodologia estatística: *Summed Calibrated Probability Distributions* (SCPD)



Fonte: Corteletti (2020, ArqueoLive).

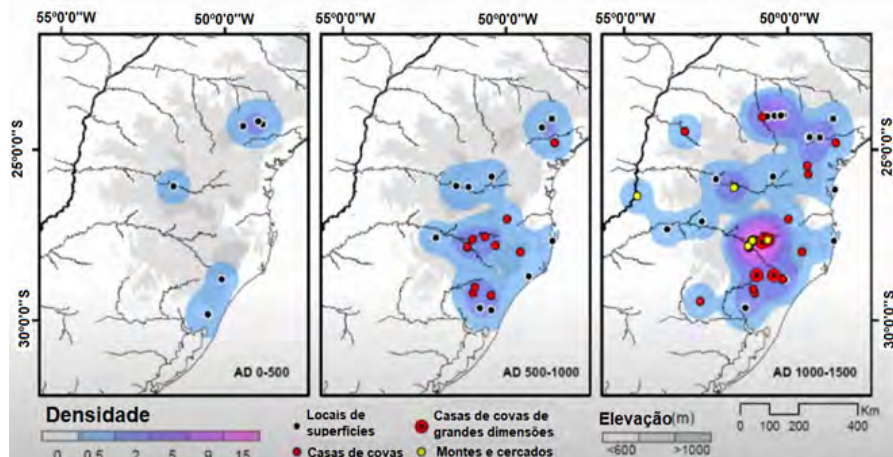
A partir de 1600, o contingente populacional caiu, em virtude da chegada dos europeus e do efeito da guerra de conquista. Então, ao se pensar de forma linear, “[...] isso ocorre em dois momentos: um é no ano 1.100 e outro em 1600. E, se pensar no espaço, a população sai de leste, perto do litoral, e migra para o oeste à medida que o tempo vai passando”.<sup>218</sup> A Figura 16 mostra três mapas: “[...] uma representação da localização dos sítios, ao longo do tempo e no território. O mapa da esquerda junta os sítios do ano zero até o ano 500; o mapa do meio os do ano 500 até o ano 1000; e o da direita junta os sítios do ano 1000 ao ano 1500”.<sup>219</sup> “No primeiro mapa, até o ano 500, os sítios são superficiais, os chamados litocerâmicos, não existe arquitetura em terra, a parte mais ocupada é próxima ao oceano Atlântico, na encosta da Serra.”<sup>220</sup>

<sup>218</sup> CORTELETTI, 2020.

<sup>219</sup> CORTELETTI, 2020.

<sup>220</sup> CORTELETTI, 2020.

Figura 16 – Mapas localizando os sítios arqueológicos no tempo e nos espaços ocupados pelos Jê no Sul



Fonte: Corteletti (2020, ArqueoLive), reescrito por Daniel Vitor Nascimento de Souza.

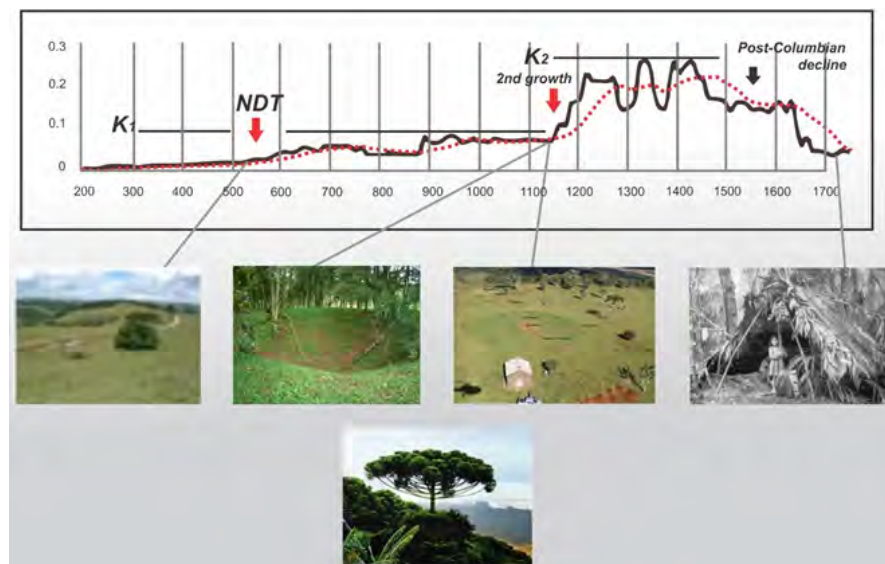
Segundo Corteletti, as rotas de migração denotam que:

[...] saíram do centro do Brasil, do cerrado brasileiro, em direção ao sul, pelas cristas da Serra do Mar, depois pela Serra Geral, a partir de São Paulo. É uma tendência; mais pesquisas para oeste vão recheiar esse mapa. Uma presença maior no Leste e uma movimentação para oeste. As curvas de crescimento populacional com mudanças na arquitetura enfatizam que seria uma representação material das mudanças sociais, como, por exemplo, a construção de casas subterrâneas gigantes, os danceiros ou praças de cerimônia construídas em terra. Elas estão intimamente ligadas com essas curvas de crescimento que a população Jê teve ao longo de sua história. As primeiras casas subterrâneas aparecem no planalto do Rio Grande do Sul, exatamente quando a primeira curva de crescimento aparece, entre o ano 500 e o ano 600. São apenas sítios arqueológicos que têm uma casa ou duas casas e vão crescendo, não são aldeias. Há, em Santa Catarina, um sítio que tem 107 casas; seria uma grande aldeia, em São José do Cerrito, na localidade de Rincão dos Albinos, que o Schmitz pesquisou.<sup>221</sup>

<sup>221</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

A Figura 17 corrobora o que Corteletti expõe sobre as mudanças na arquitetura conforme as mudanças na dinâmica populacional.

Figura 17 – Sítios de 1000 até 1500: arquitetura como fio condutor para mostrar as mudanças sociais



Fonte: Corteletti (2020, ArqueoLive), com readaptação de algumas imagens por Iunes Ferraz.

Vê-se na imagem o surgimento, o apogeu e o declínio de uma expressão cultural. Corteletti também lembra que “a arquitetura é alterada, mas a técnica de produção cerâmica permanece”.<sup>222</sup> Na sequência, apresenta-se a tipologia dos sítios, alguns já retratados na Figura 17.

### *Tipologia dos sítios*

Ao se reportar às diferenças entre os sítios arqueológicos, Corteletti explica que

<sup>222</sup> CORTELETTI, 2020.

[...] no início eram pequenos povoados espalhados pelo planalto. Antes das casas subterrâneas, essas pessoas habitavam grandes aldeias circulares, naquilo que comumente os arqueólogos chamam de sítios superficiais, e aparecem em vários lugares em todo esse território, com datas mais recuadas, anteriores aos anos 400. O surgimento do novo estilo arquitetônico, das casas subterrâneas, surgiu como uma resposta às condições ambientais. Da mesma forma que aparecem em todos os continentes, nos lugares frios do mundo, os povos fazem buracos, colocam telhado e moram dentro.<sup>223</sup>

Em relação à segunda curva de crescimento, por volta de 1100/1200, aparecem novas estruturas: as casas subterrâneas gigantes e as praças de cerimônia com cremação. Os tipos de sepultamento, antes do ano 1000, eram diferentes daqueles que acontecem depois. “Antes do ano 1000, as pessoas eram sepultadas em grutas, cavernas e abrigos de maneira coletiva; a partir do ano 1000, passam a ser sepultadas em montículos, em algumas regiões com cremações e em outras sem cremações, e aparecem ao mesmo tempo casas subterrâneas gigantes.”<sup>224</sup> “A ausência de cremação, bem como de anéis de terra, pode estar relacionada a momentos temporais, a diferenciações sociais no grupo ou outras variáveis.”<sup>225</sup>

Junto com essas transformações na arquitetura, que indicam transformações sociais, “a mudança do padrão de sepultamento indica uma mudança social no grupo, a construção de casas grandes; nem todas eram utilizadas como habitação, são lugares para xamanismo”.<sup>226</sup> Ou seja, como expõe Tilley, “uma experiência espacial não é inocente nem neutra, mas

<sup>223</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>224</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>225</sup> MÜLLER, 2011, p. 302.

<sup>226</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

investida de poder relacionado com a idade, gênero, posição social e relação com os outros”.<sup>227</sup>

A relação dos Jê com os estrangeiros Guarani provocou mudanças; foi uma época em que “a população estava crescendo de maneira acelerada, as estruturas arquitetônicas iam aparecendo como representação de uma organização política que se transformava junto com o crescimento populacional”.<sup>228</sup>

Dessa forma, as “lideranças, com certeza, precisavam tomar as rédeas de determinadas coisas, porque a população crescia, assim como a floresta de araucárias crescia de forma acelerada no Sul do Brasil”.<sup>229</sup> As palavras que Tilley escreve auxiliam no entendimento sobre a explanação de Corteletti, ou seja, que as “construções têm um papel fundamental na criação e recriação e produção do espaço existencial, e têm profundo efeito de estruturação do espaço perceptual”.<sup>230</sup>

Corteletti ressalta que, por meio das pesquisas, é possível notar que a população Jê no Sul “[...] auxiliou a floresta de araucária a crescer. Essa população tinha consciência de todas as riquezas que a floresta podia gerar, tanto o pinhão em si como a caça que traziam. Então, o Jê auxiliou a floresta a crescer; esta floresta, junto com todas as questões envolvidas, indica grandes transformações nessa época”.<sup>231</sup> Na verdade, essas transformações por volta do ano 1000, não eram só no sul do Brasil: em todas as terras baixas no norte da América do Sul, havia grandes transformações acontecendo. “Pesquisas paleoecológicas indicam que a floresta de araucária expandiu sobre os campos de altitude no planalto em torno de 1.000 d.C.”<sup>232</sup>

<sup>227</sup> TILLEY, 1994, p. 5.

<sup>228</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>229</sup> Cf. CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>230</sup> TILLEY, 1994, p. 11.

<sup>231</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>232</sup> IRIARTE *et al.*, 2014.

Para justificar o crescimento populacional, Corteletti explica que há causas internas e externas para “[...] o que é hoje o planalto do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; essa área começou a ser invadida pelos Tupi-Guarani a partir do ano 700. Os Guarani estavam no vale do rio Paraná, na parte baixa, a oeste, que hoje é Paraguai e Argentina”.<sup>233</sup> A partir do “[...] ano 700 esse povo começa a subir o planalto brasileiro, em direção ao leste. O povo Jê que estava no planalto estava numa boa; tinha disputas internas, Jê entre Jê, mas em determinado momento um povo estranho a eles, antropófagos, apareceu”.<sup>234</sup> Lembrando que os povos Guarani “tinham a guerra e a antropofagia como sua principal atividade”.<sup>235</sup>

Dessa forma, essa população Jê começou a se organizar para frear o avanço Guarani. Por isso que

[...] essas praças de cerimônia com cremações e também as casas subterrâneas gigantes, elas são um reflexo da organização interna dos povos Jê. Assim, a arquitetura está sendo usada e os monumentos estão sendo construídos para mostrar que esse território é deles e para celebrar memórias, talvez de lideranças que apareceram para frear o avanço Guarani, lideranças que congregaram poderes e que antes estavam dispersas. Em muitos lugares, isso não deu certo, mas em determinados lugares do planalto de Santa Catarina os Guarani nunca conseguiram entrar antes da chegada dos europeus.<sup>236</sup>

Lembrando que não foram encontrados “vestígios de cerâmica Guarani nas casas subterrâneas”<sup>237</sup>. Percebe-se claramente, por meio do

<sup>233</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>234</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>235</sup> CARVALHO, Ludmilla Paes Landim de; FONTES, Mauro Alexandre Farias. A materialidade tupiguarani associada a rituais antropofágicos e sua possibilidade de correlação com os contextos arqueológicos. **Revista de Ciências Humanas Caeté**, Maceió, v. 6, n.º 1, p. 89-118, 2019.

<sup>236</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>237</sup> PROUS, 1992, p. 320.

discurso de Corteletti, que essas construções estão relacionadas “à formação de biografias e relações sociais”.<sup>238</sup>

Souza, Corteletti e Iriarte inferem que

[...] tais monumentos surgiram entre os povos proto-Jê locais do Sul em resposta à migração de um grupo estrangeiro, os Guarani; que o surgimento da arquitetura funerária coincide com as primeiras incursões dos Guarani ao cerne do proto-Jê meridional; que os montes se concentram em áreas desprovidas de interação; e, por fim, que as paisagens altamente monumentalizadas surgiram em áreas onde grupos locais optaram por não interagir com os Guarani.<sup>239</sup>

Obviamente, depois que os europeus chegaram, foi uma bagunça tremenda nas territorialidades, mas até a chegada dos europeus existiam áreas em que os Guarani nunca conseguiram adentrar no território Jê. Então, para Corteletti,

[...] o crescimento populacional tem a ver com tudo isso; existe uma ameaça externa, então eles têm que se unir, se fortalecer. Talvez a gênese da hierarquia que se conhece atualmente sobre os Kaingang seja nesse momento histórico. Os Xokleng faziam cremações, e depois da conquista continuam fazendo, mas esse sistema de sepultamento deve ter origem nessa época. Todos os rituais em que a etnografia e a antropologia contam sobre celebração de memória feitas anualmente, a gênese pode ter sido em função deste momento e da necessidade de se fortalecer, de se tornar coeso como grupo étnico e evitar que o território fosse perdido.<sup>240</sup>

<sup>238</sup> TILLEY, 1994, p. 5.

<sup>239</sup> SOUZA, Jonas Gregorio de *et al.* A gênese dos monumentos: resistindo a forasteiros nas paisagens contestadas do sul do Brasil. *Journal of Anthropological Archaeology*, Amsterdam, v. 41, p. 196-212, mar. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/sc>. Acesso em: 11 jun.º 2016.

<sup>240</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019. In: WIESEMANN, 1978.

Um território com fartura de água, caça, pesca, araucária e outras plantas que garantiam a vida com qualidade e não apenas a sobrevivência. Um território disputado em virtude do encontro entre os Jê e os Guarani.

### 1.3.8 Jê e Guarani, o encontro no planalto sul

A precedência “dos Jê meridionais em relação aos Guarani na ocupação dos Campos Gerais e dos interflúvios das bacias do Paraná e Uruguai é assumida por alguns arqueólogos e historiadores pelo fato de os sítios destes estarem quase sempre próximos ou sobre os daqueles”.<sup>241</sup> Referentemente ao encontro entre os Jê e os Guarani no planalto sul brasileiro, que abrange Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas também o Paraná e parte de São Paulo, Corteletti infere que

[...] o Guarani saiu da borda sul da Amazônia, também por volta de 5.000 anos atrás e passou a ocupar o vale dos grandes rios: o Paraná, o Uruguai e o Paraguai. Cronologicamente, por volta do ano 700 de nossa era, eles estão no vale do rio Uruguai. Em outras áreas mais ao norte, não se sabe dizer exatamente. No ano 700, no vale do rio Uruguai, os Guarani começaram a subir em direção àquilo que era até então território das populações Jê, independentemente da etnia Jê – podia ser Kimdá, Ingain, podia ser Kaingang, podia ser Xokleng, ou alguma outra que se perdeu no caminho e não se sabe que existiu –, mas eram territórios Jê.<sup>242</sup>

Na mesma perspectiva de Corteletti, Francisco Silva Noelli e Jonas Gregório de Souza escrevem: “[...] os dados apontam que houve disputa

<sup>241</sup> JOLKESKY, 2010, p. 14.

<sup>242</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

pelos mesmos territórios, com os Jê chegando antes, ocupando os vales de grandes rios e a beira-mar”.<sup>243</sup> Sobre esse contato, Kern registra que

[...] uma situação excepcional ocorria com os grupos que habitavam as alturas do planalto situadas próximas às encostas, suaves ao oeste, mais altas ao sul e muito abruptas ao leste. Descer em direção às planícies dos vales do rio Paraná e Paraguai, a oeste, passou a representar, por um lado, o acesso aos recursos que há alguns milênios tinham estado à sua disposição. Mas, a partir desse período, significavam constantes contatos e conflitos com os recentes invasores amazônicos de fala Guarani.<sup>244</sup>

No oeste catarinense, os grupos Jê, portadores das tradições cerâmicas Taquara-Itararé, e os Guarani, portadores da tradição cerâmica Tupiguarani, “[...] tinham conhecimento um do outro, já que ocuparam áreas no mesmo recorte temporal. No entanto, em âmbito cultural, o grau de interação foi nulo, podendo ser verificado por múltiplas linhas de análise, com destaque para o material cerâmico”.<sup>245</sup>

Jairo Rogge e Carbonera escrevem que,

[...] no caso da região de Itapiranga e Itá, no alto rio Uruguai, o contato esteve baseado fundamentalmente na interação dos dois grupos ceramistas, não ocorrendo casos de empréstimo estilístico e sendo perceptível um alto grau de integração e convivência entre ambos, possivelmente a partir da tentativa de ampliação da área de captação de recursos pelos grupos Guarani e Jê, de maneira a minimizar os custos de defesa e controle territorial que poderiam ser gerados pelo uso de estratégias que envolvem o conflito aberto, em um típico sistema de fronteira móvel permeável, marcada pelo fluxo de objetos e indivíduos em sua zona de fronteira.<sup>246</sup>

<sup>243</sup> NOELLI; SOUZA, 2017, p. 69.

<sup>244</sup> KERN, 2009, p. 41.

<sup>245</sup> CARBONERA, 2015b, p. 293.

<sup>246</sup> ROGGE, Jairo Henrique; CARBONERA, Mirian.º O contato cultural entre populações ceramistas pré-coloniais na região do alto rio Uruguai. In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011, p. 310.

De acordo com Corteletti, no ano 700, no vale do rio Uruguai e áreas subjacentes, os Guarani passam a ocupar territórios

[...] de gente que fazia cerâmica Taquara-Itararé, gente que fazia casa subterrânea, gente que enterrava seus mortos em montículos com cremação, às vezes em montículos sem cremação, porque tem dos dois tipos, era gente Jê. E os Guarani foram subindo esse vale do rio Uruguai e, à medida que eles foram subindo, se percebe essas alterações na arquitetura do planalto, como se fosse uma resposta, já que os sítios arqueológicos Tupiguarani foram aumentando. Nessa ideia da terra em disputa e da organização clânica do Jê, organização dual que é muito fragmentada, começaram a se organizar, lideranças começaram a concentrar mais poder para lutar contra a invasão Guarani, e essas lideranças, quando detiveram mais poder e conseguiram frear o avanço Guarani, começaram, então, a construir essas grandes obras. Passaram a construir casas grandes, tem aí cacique com bastante poder no território. Um exemplo disso são aquelas casas enormes, como as de São José do Cerrito, com 20 metros de diâmetro e 7 metros de profundidade, para fazer a obra são necessárias muitas pessoas. Não é uma família de 10 pessoas, é muita gente envolvida na obra e muita gente com conhecimento de geologia, para saber onde escavar para não desmorar, para não alagar, gente que sabe fazer o telhado, enfim, uma série de conhecimentos de engenharia, e tudo isso a serviço de um líder. Essa é a hipótese de que as construções monumentais poderiam frear o avanço dos Guarani.<sup>247</sup>

De acordo com o relato de Corteletti, as praças de cerimônia teriam sido construídas para celebrar a memória dos líderes, dos guerreiros que estancaram o avanço dos estrangeiros Guarani. Esse intento teria começado por volta do ano 700, no vale do rio Uruguai, e continuou até a chegada dos conquistadores europeus. “Depois ocorrem as disputas, os Guarani tentando subir, os Jê raiando-os. Assim, os Guarani ocupam alguns lugares e outros

<sup>247</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

não. São de seis a sete séculos de negociação, de geopolítica mesmo.”<sup>248</sup> Segundo Noelli e Souza, “os Guarani causaram recortes territoriais mais amplos, comprimindo os Jê do Sul nas áreas elevadas da Serra Geral, desde o centro-sul do Paraná até os campos do planalto do Rio Grande do Sul”.<sup>249</sup>

Para se referir à região Oeste de Santa Catarina, Corteletti explica que,

[...] por volta do ano de 1200, 1300, o litoral sul-rio-grandense, catarinense e paranaense era ocupado por populações Jê que foram “corridas” pelos Guarani. Em 1500, quando da chegada dos espanhóis e portugueses, o litoral estava ocupado pelos Guarani. Os portugueses organizaram as bandeiras, capturaram, prenderam e escravizaram os Guarani, dessa forma, esvaziaram o litoral; com isso, a população Jê volta a ocupar o litoral. No planalto devem ter acontecido coisas semelhantes: populações que estavam no litoral e que não foram presas, escravizadas ou mortas vão para o interior gerando conflitos e grande movimentação. Essa movimentação se dá porque os espanhóis sobem pela calha do rio Paraná e fazem as reduções e as missões jesuíticas; muitos Guarani fugiram, esses Guarani que estão lá na beira do rio Paraná, eles correm para leste, para o planalto, para lugares que já têm Guarani e para lugares que têm Jê, gerando confusão. Depois, próximo de 1600, 1650 começam as reduções em vários lugares, que espalham mais ainda os indígenas. Perto de 1700 começam as rotas dos tropeiros que vão pegar o gado, depois da guerra do Paraguai, da guerra missioneira/guaranítica, que ficou solto para levar para as minas em São Paulo. Então, esses tropeiros começam a cruzar estes territórios que são indígenas, fundando vilas.<sup>250</sup>

Sobre a fundação de vilas, indica-se como exemplo a de Lages, que é de 1766. Por meio do depoimento de Corteletti, notou-se que as rotas

<sup>248</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>249</sup> NOELLI; SOUZA, 2017, p. 70.

<sup>250</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

criadas pelos tropeiros atravessam os territórios indígenas, que passam a se espalhar e a se “chocar” nas regiões do oeste catarinense e paranaense.

Na rota norte e sul, espalha para um lado, espalha para outro. Esse povo todo foi empurrado para oeste. Talvez originalmente, por volta do ano 1500, essa maior parte da população indígena estivesse na área próxima do oceano Atlântico, mas foi todo mundo empurrado. Os Guarani que estavam na Argentina foram empurrados para cima, e os Kaingang no litoral, empurrados para oeste. Todos acabam se chocando nesse meio caminho que é o oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná. Após 1500 é muito difícil para a arqueologia conseguir informações, mas sabem que para Urubici, por exemplo, a data mais antiga e que é confiável é de 2.200 anos, e aí tem uma série de datas por volta de 1200, 1300 anos atrás. Depois tem uma grande série de datas por volta de 600 anos atrás, depois um quarto momento que é de 300 anos atrás e já tem tropeiros andando, já tem cidades portuguesas/brasileiras. E quando Urubici é fundada, em 1794, nos relatos do livro Tombo da Igreja, tinha uma série de aldeias Xokleng, no vale do rio Canoas. Entrevistando pessoas mais antigas, por volta de 80, 90 anos de idade, elas lembram dos indígenas aí. Eles falavam que os indígenas que moravam aí eram todos Xokleng.

251

Rodrigo Lavina escreve sobre os relatos de assaltos que os Xokleng fizeram e os massacres que o governo de Santa Catarina pagou para os “bugreiros” realizarem, como, por exemplo, massacres de 1917-1918 em Urubici”.<sup>252</sup> Ainda em conexão com essa parte do capítulo – “Jê e Guarani, o encontro no planalto sul” –, registra-se um dado interessante sobre o olhar do Guarani em relação ao Jê:

<sup>251</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>252</sup> LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994, *passim*.

Quando os brancos buscaram informações junto aos Tupi-Guarani sobre estes outros indígenas que habitavam mais para o interior, no alto do planalto e em suas encostas, a descrição feita daqueles que eram seus inimigos foi a pior possível. Os chamavam de “caáguas”, ou seja, uns selvagens em meio à floresta, atrasados e incultos. Infelizmente, esta ainda é a visão preconceituosa transmitida que recebemos: os Tupi-Guarani são considerados muito desenvolvidos em termos culturais, enquanto que os grupos de fala Jê (os tapuias) são estigmatizados como “bugres” bárbaros. Atualmente, a arqueologia desvela um modo de vida capaz de grandes realizações adaptativas ao ambiente do planalto.<sup>253</sup>

Viu-se um processo milenar de ocupação do território no planalto meridional brasileiro; viram-se encontros, desencontros, disputas entre as diversas populações indígenas de fala Jê e Guarani. Seus descendentes continuam vivendo em pequenas parcelas desse território ancestral.

### 1.3.9 O desfecho da população Jê no planalto catarinense

Nesta parte, serão feitas algumas reflexões sobre o entrelaçamento entre a expansão do pinheiral, o surgimento das estruturas subterrâneas, a entrada do Guarani em território Jê, a instalação de fazendas paulistas e, mais tarde, a abertura do caminho das tropas que desestruturaram a forma de viver dos antigos Jê no Sul.

Schmitz expõe que, por volta do

[...] ano 1000 da nossa era, o pinheiro se espalha por cima do planalto e com isso o grupo não precisa mais voltar para aqueles pequenos pinheirais pioneiros porque surgiram muitos outros. Ao redor de 1200 da nossa era acontece outra expansão do pinheiral,

<sup>253</sup> KERN, 2009, p. 45.

levando a um “boom” populacional com o surgimento de casas subterrâneas por todo o planalto, em que há pinheiros e grandes casas a céu aberto, também no litoral, onde vivem como eficientes pescadores. Esse povoamento é estável no litoral até que chegam os Guarani, ali pelo século XII; no planalto, até a instalação da primeira fazenda paulista, no começo do século XVII, e mais ainda no século XVIII, houve a abertura do caminho que leva tropas de gado dos campos do Sul para Sorocaba, em São Paulo. Este caminho passa pelos Campos de Lages, São José do Cerrito e Curitibanos e acaba com a tranquilidade dos índios, logo tornando sua vida impossível.<sup>254</sup>

Notou-se, no discurso de Schmitz, que vários fatores desestabilizaram a vida dos Jê no sul do País: no século XII, a chegada dos Guarani fez com que “corressem” em direção ao interior; passados 500 anos, no século XVII, a abertura das fazendas paulistas também os desestabilizou no território; mais tarde, no século XVIII, houve a abertura do caminho das tropas, que saíam dos campos do sul do País para Sorocaba, em São Paulo, sendo que este caminho passava por Campos de Lages (SC), São José do Cerrito (SC) e Curitibanos (SC). Então, qual terá sido o destino desse grupo? Schmitz pergunta-se:

Eles se retiram para a mata Atlântica da encosta? Seria uma de suas alternativas? Haveria outras alternativas? O vale do rio Canoas, um dos formadores do rio Uruguai, é provavelmente o lugar onde há mais assentamentos dos índios conhecidos como Jê Meridional, antepassados tanto dos Xokleng como dos Kaingang: no alto vale em Urubici, no médio vale em São José do Cerrito, no baixo vale em vários municípios, entre os quais Campos Novos. São centenas de casas subterrâneas, numerosos danceiros e os maiores aterros-plataforma. A pesquisa realizada em São José do Cerrito [2013] produziu, até agora, a melhor compreensão de sua história, com datas que vão de 640 anos a.C. até 1630 anos d.C. A parte antiga, do século VI ao século X, foi mais bem estudada em ‘Rincão dos Albinos’, num sítio com

<sup>254</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

107 casas subterrâneas agrupadas ao redor de uma nascente; a parte mais recente foi mais bem estudada na 'Boa Parada', onde, num raio de 500 metros, existem mais de 50 casas subterrâneas, um danceiro e quatro grandes aterros-plataforma, que datam do século XI ao século XVII de nossa era. O vale do rio Canoas e o vale do rio Pelotas eram o centro de povoamento da fase Xaxim. Com relação a esta, o antigo povoamento indígena do município de Xaxim parece ter sido de periferia e fronteira.<sup>255</sup>

Em 2013, Schmitz, ao exemplificar áreas de ocupação da fase Xaxim, denotou o antigo povoamento indígena do município de Xaxim, no oeste catarinense, como sendo de periferia e de fronteira. Porém, essa percepção pode resultar do tipo ou da qualidade das pesquisas, ou mostrar a marginalidade desses assentamentos com relação ao povoamento representado pelos portadores da tradição Taquara-Itararé nas regiões mais altas do planalto catarinense e sul-rio-grandense.

Por meio do discurso de Schmitz, notaram-se muitas características sobre o povoamento produzido pela população portadora da tradição Taquara-Itararé no planalto de Santa Catarina. Cita-se, entre elas, o recorte temporal entre os anos 500 e 1000 da nossa era, quando os pinheirais se espalharam pelos campos de altitude, por exemplo, em Taió, São José do Cerrito, Coronel Passos Maia; são locais que registram a repetição de seus acampamentos junto a pinheirais pioneiros, deixando para trás numerosas depressões, que os arqueólogos chamam de “casas subterrâneas”, correspondentes aos pisos rebaixados de suas choupanas.

Não há, para a arqueologia do planalto, uma sistematização de dados que possibilite a popularização do acesso para se compreender as questões levantadas em relação aos sítios “periféricos”. Apesar de existirem mais de 2.000 sítios arqueológicos proto-Jê Meridionais registrados em projetos

<sup>255</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a. Referentemente aos relatos de Schmitz referenciados ao longo desta parte, há a obra publicada em 2014 intitulada *As casas subterrâneas de São José do Cerrito*, que registra as características sobre o grupo da tradição Taquara-Itararé, especialmente sobre a fase Xaxim.

acadêmicos locais, durante os últimos 15 anos, houve uma proliferação da arqueologia de contrato nessa região de rápido desenvolvimento no Brasil, e infelizmente esses dados arqueológicos extensivos ainda não foram sintetizados e compilados em um formato padronizado, de fácil utilização.<sup>256</sup>

Em 2019, em sua segunda entrevista, Schmitz relatou alguns aspectos sobre desfechos do grupo Jê no planalto catarinense. O arqueólogo infere:

São José do Cerrito, nos Campos de Lages, onde existem muitas datas de C-14, elas vão até o começo do século XVII. Depois não aparecem mais. O que aconteceu? A partir de 1630, as bandeiras paulistas passaram por este planalto para aprisionar os índios Guarani que os jesuítas tinham reunido em missões no centro e oeste do Rio Grande do Sul. Durante quase uma década, todos os anos, desciam por lá cem a duzentos bandeirantes paulistas bem armados com mil a dois mil índios Tupi. Eles assaltavam as missões, prendiam os índios num curral perto de Passo Fundo para, numa caravana, levá-los como escravos para São Paulo. Calcula-se que eles poderiam ter levado uns 60.000 e tudo o que se encontrava no caminho. Nesse tempo, os índios do planalto eram Xokleng. Porém, antes de descerem para o Rio Grande do Sul, os bandeirantes tinham destruído as missões do Guayrá, no Paraná, e também as do Itatim, no Mato Grosso do Sul. Os Guarani que alcançaram fugir do Guayrá se assentaram nas reduções argentinas de San Ignacio Mini e Loreto; os que fugiram do Itatim se assentaram nas reduções paraguaias de Santa Maria e Santiago. Os índios Xokleng que, então, aparecem na mata Atlântica de Santa Catarina poderiam ser fugitivos diante da passagem dos bandeirantes. Para os antropólogos, eles disseram que, antes, tinham vivido no planalto, onde tinham casas e cultivavam seus alimentos. No mato, outra vez se tornaram caçadores-coletores. Quando foi instalada a colonização de Joinville, no meio da mata em que tinham se refugiado, foram miseravelmente massacrados pelos colonos e seus bugreiros.<sup>257</sup>

<sup>256</sup> Cf. IRIARTE *et al.*, 2014, p. 243.

<sup>257</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

Em consonância com o discurso de Schmitz, Prous registra que os últimos Xokleng de Santa Catarina

[...] teimam em recusar o contato, sobrevivendo com os pinhões e uma caça cada vez mais reduzida por causa do avanço da agricultura. Obrigados a uma mobilidade perpétua, perderam a maior parte de sua cultura material: habitações estáveis, cerâmica, etc. Os indígenas isolados no planalto, habitantes das casas subterrâneas, sobreviveram até a chegada dos europeus, assistindo ao desmoronamento das reduções jesuítico-guaraníticas sob os golpes dos bandeirantes paulistas. Mantiveram uma população razoavelmente densa até a colonização alemã do final do século XIX. Aparentemente, não faziam mais habitações subterrâneas, sendo obrigados a uma mobilidade sempre maior para fugir diante das frentes de colonização; os brancos contrataram ‘bugreiros’ (matadores profissionais) para ‘limpar’ o terreno.<sup>258</sup>

Por meio do discurso de Schmitz e demais autores, notou-se um possível desfecho para a presença Jê no planalto catarinense, que teria se dado com a intervenção da colonização europeia, potencializada a partir do século XVII, a exemplo da colonização de Joinville; aliada ao fato de as bandeiras paulistas, no século XVII, passarem pelo planalto catarinense para capturar e aprisionar indígenas Guarani, reunidos pelos jesuítas em missões no centro e oeste do Rio Grande do Sul.

Schmitz conclui sua narrativa sobre o desfecho da antiga ocupação Jê no planalto ao registrar que,

[...] quando os caminhos das tropas se estenderam por cima do planalto e cruzaram o centro maior do povoamento, os habitantes das casas subterrâneas não tiveram como manter essa organização complexa e se refugiaram nas florestas da margem do rio Uruguai. Ali, onde não havia casas subterrâneas e poucas eram as aldeias superficiais, apareceram, então, no período

<sup>258</sup> PROUS, 1992, p. 323.

colonial, os agora chamados índios Kaingang. Também ali, com o avanço do colonizador de origem europeia, no século XX, eles tiveram dificuldade de manter seu modo de vida e seu espaço. O século XXI é apenas mais uma etapa nessa sua luta pela sobrevivência.<sup>259</sup>

Lembrando que “Telêmaco Borba introduziu, no final do século XIX, o nome de ‘Kaingang’ para designar todos os índios não pertencentes à família linguística Tupi-Guarani do Sul do Brasil”.<sup>260</sup> O contato entre os Jê e Guarani, mais tarde o contato entre Jê, Guarani e colonizadores de origem europeia, as bandeiras paulistas para capturar, aprisionar ou matar os indígenas, as missões jesuíticas da Companhia de Jesus (que não alcançaram o oeste catarinense porque não deu tempo, conforme disse Schmitz) são fatores que marcam a trajetória dos povos Jê no sul do País.

#### *Diálogo artificial entre as fontes: o Jê Meridional*

Neste diálogo artificial entre as fontes, serão levados em conta os argumentos apresentados nas entrevistas concedidas por Schmitz, Carbonera e Corteletti. Os entrelaçamentos, a originalidade, as concordâncias e discordâncias de opiniões constituirão o texto. Aspectos culturais, sociais, econômicos, geográficos, políticos, entre outros sobre o Jê Meridional estarão em evidência nesta seção.

Sobre a origem do Jê meridional, ao longo das entrevistas, Schmitz, Carbonera e Corteletti compartilharam a ideia de que a técnica da glotocronologia – que calcula a época em que duas ou mais línguas se separam de uma língua comum – é fundamental para o entendimento do parentesco e dispersão do grupo. Para Schmitz, um possível “começo”

<sup>259</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. Prefácio. *In*: CHITOLINA, Valdirene. **Xaxim pré-colonial**. 2021. Em andamento.

<sup>260</sup> CARBONERA, 2015b, p. 77.

para os Jê seria há aproximadamente “12.500 anos, no Brasil central, nos cerrados tropicais, a partir de onde se espalhou”.<sup>261</sup>

Schmitz também enfatiza que, no Brasil central, eles moravam em pequenos abrigos, em ambientes acidentados, plantavam ao lado das grutas, produziam uma cerâmica pequena, preta, semelhante à da tradição Itararé, chamada tradição Una. Viviam em ambiente de cerrado, em que durante seis meses chove e os outros seis não chove; mas, possivelmente em virtude da seca prolongada, grupos pequenos e dispersos começaram a se infiltrar sobre o planalto em direção ao sul. Segundo a glotocronologia, isso deve ter se dado por volta de 3.000 anos atrás, séculos antes da chegada dos Guarani. Linguisticamente, calcula-se uns 3.000 anos; arqueologicamente, a partir de 500 da nossa era.<sup>262</sup>

Corteletti, em sua entrevista, utiliza o termo “proto-Jê”<sup>263</sup> para se referir aos ancestrais dos atuais Kaingang e Xokleng; para ele, o termo tem relação com a ancestralidade das línguas dos povos das etnias Kaingang e Xokleng. Sítios com mais de 800, 1.000 anos de idade não são Kaingang ou Xokleng, porque esses grupos ainda não existiam. Eles falavam uma língua que originou as línguas Kaingang ou Xokleng, era a língua proto-Jê; logo, são sítios proto-Jê.<sup>264</sup> Ainda em relação à glotocronologia, Corteletti faz apontamentos diferenciados de Schmitz e de Carbonera ao especificar que a língua proto-Jê era falada de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Sobre essa língua, Corteletti enfatiza que, com o passar dos anos, ela originou todas as línguas Jê faladas no sul do Brasil. Aproximadamente no ano 800, a língua proto-Jê dividiu-se em dois ramos: o oriental, próximo

<sup>261</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>262</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019. | SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>263</sup> Nosso grupo de pesquisa – professor José Iriarte, professor Paulo Deblasis, Jonas Gregório de Souza, eu e outras pessoas – começou a usar “proto-Jê Meridional” com base nos estudos de Sérgio Baptista da Silva, professor de Antropologia da UFRGS, em estudos linguísticos tanto de Ursula Wiesemann como de Greg Urban, e em estudos recentes de Jolkesky, que fez uma dissertação de mestrado na Unicamp, orientado por Wilmar D’Angelis, um dos maiores linguistas especialistas em Jê do Brasil. (CORTELETTI, 16 set. 2016.)

<sup>264</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

ao Atlântico, e o ocidental, do oeste de Santa Catarina até a província de Misiones, na Argentina. Entretanto, por volta de 1300, as duas línguas dividiram-se novamente: o ramo oriental originou as línguas Kaingang e Xokleng; o ramo ocidental, no oeste, originou as línguas Ingain e Kimdá. A constatação da divisão da língua proto-Jê no ano 800 e novamente em 1300 fundamentou o entendimento de que os sítios arqueológicos dessa época e os anteriores sejam sítios proto-Jê, como é o caso dos sítios de Xaxim – estes são do ano 1000, logo, são proto-Jê. O expositor também registra que, com o passar do tempo, vieram os processos de conquista e o genocídio; as línguas Ingain e Kimdá, do lado oeste, desapareceram, e as línguas Kaingang e Xokleng sobreviveram, sendo faladas até hoje.<sup>265</sup>

Sobre outro aspecto, o geográfico, Carbonera cita que, em Santa Catarina, o grupo Jê ocupou duas áreas distintas: a costa atlântica e o planalto catarinense até Misiones, na Argentina. Ainda, lembra que os sítios desse grupo são encontrados em terrenos acima de 400 metros de altitude e, geralmente, associados à floresta de araucária. Geograficamente alinhado à afirmação de Carbonera, Schmitz complementa a ideia dizendo que o grupo Jê, há cerca de 3.000 mil anos, migrou de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia (Brasil central) para viver no planalto catarinense.<sup>266</sup>

De acordo com Schmitz, a primeira vez que os Jê foram captados em Santa Catarina foi em São José do Cerrito, no Rincão dos Albinos. Eles vinham, provavelmente, caçando pelos campos do planalto, onde, aos poucos, os primeiros pinheirais cresciam; estes eram únicos, raros, por isso os Jê voltavam sempre para o mesmo lugar. Schmitz também afirma que o vale do rio Canoas, um dos formadores do rio Uruguai, é provavelmente o lugar onde há mais assentamentos dos índios conhecidos como Jê Meridional, antepassados tanto dos Xokleng como dos Kaingang; no alto vale em Urubici, no médio vale em São José do Cerrito, no baixo vale em vários

<sup>265</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>266</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

municípios, entre eles Campos Novos: são centenas de casas subterrâneas, numerosos danceiros e os maiores aterros-plataforma.<sup>267</sup>

Aproximando-se ainda mais do recorte geográfico desta tese, Carbonera especifica que na região Oeste de Santa Catarina há sítios isolados, a céu aberto e poucos com estruturas subterrâneas, porém pode ser em virtude da escassez de estudos. As estruturas subterrâneas foram localizadas em sítios de Pinhalzinho, Ipuauçu, São Domingos, entre outros municípios. Também exemplifica que, em Xaxim, há sítios a céu aberto, com artefatos cerâmicos Taquara-Itararé, assim como em Itapiranga, em Itá, porém sem estruturas subterrâneas. Enfatiza que cada sítio é um sítio, é uma realidade diferente e tem a ver com a dinâmica cultural; para a pré-história, embora todos estejam dentro desse grande grupo Jê, também há as diferenças regionais perceptíveis na cerâmica. Destaca que, na atualidade, a arqueologia regional trabalha no leste da Argentina, no oeste de Santa Catarina e em partes do Rio Grande do Sul de uma forma unificada.<sup>268</sup>

Em relação à economia, Carbonera cita a caça, a pesca, a coleta do pinhão e de outros frutos, além da agricultura, especialmente o cultivo de milho, feijão e abóbora. Esses cultivos, além da mandioca e do inhame, também são citados por Corteletti. Para Schmitz, o pinhão, junto com outros recursos, era a base da alimentação. O pinheiro começou a se expandir nos tempos de Cristo, e entre 1000 e 1200 ocorreu uma grande expansão dos pinheirais. O pinhão continuou como alimento básico quando o grupo se tornou estável e construiu casas grandes, aterros-plataforma e danceiros, do século XI ao século XVII, período mais marcado das fases Xaxim e Guatambu – nomes diferentes para uma mesma fase.<sup>269</sup>

Em sua exposição, Schmitz também refere que os Jê, segundo o estudo da língua, teriam tido sempre cultivos – no início, ao menos de

<sup>267</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>268</sup> Cf. CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>269</sup> Cf. CARBONERA, 14 abr. 2015a. | SCHMITZ, 7 maio 2013a. | CORTELETTI, 16 set. 2016.

milho. Com exceção do planalto de Santa Catarina, onde se concentraram as últimas pesquisas sobre a tradição Itararé, ao menos nos primeiros séculos: eles não teriam cultivos; mas, a partir do século XV, existem evidências abundantes de cultivo de milho, feijões, inhame, abóboras ou porongos, entre outros. Esse é o tempo em que o Guarani, agricultor, colonizava os vales que drenam o planalto – possivelmente o aumento do cultivo entre os Jê do planalto tenha sido influenciado pela presença guaraníca.<sup>270</sup>

Ao tratar sobre os aspectos políticos e os migratórios, Schmitz registra que os Jê eram formados por pequenos grupos, ou conjuntos de famílias, que migravam um atrás do outro, sem formar uma avalanche migratória; não constituíram uma Federação Kaingang ou Xokleng, muito menos um Estado. Este tema não foi abordado pelos demais entrevistados.<sup>271</sup> Faz-se uma ressalva: sobre o aspecto político, Jolkesky escreve que tanto os Jê como os Guarani tinham uma “organização política em sistemas tribais”.<sup>272</sup>

Sobre a religião, Carbonera lembra da dificuldade para os arqueólogos em adentrarem nesse aspecto, em virtude de sua face simbólica, que deixa poucos vestígios materiais para serem analisados. Porém, a arqueóloga cita o enterramento dos mortos nas estruturas anelares, que, além de mostrarem a feição espiritual, também serviam para demarcar territórios em relação ao grupo Guarani.<sup>273</sup>

Corteletti também comenta que os Kaingang inumavam seus mortos em montículos, os Xokleng cremavam seus mortos e depois os depositavam em montículos. Sobre essas práticas de sepultamento, ele ainda registra que há sítios, num mesmo território, com cremação e sem cremação. Esse é um indicador de que as áreas, em diferentes épocas, foram ocupadas por

<sup>270</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>271</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>272</sup> JOLKESKY, 2010, p. 13.

<sup>273</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

Kaingang e por Xokleng. Também destaca o mito da origem dos Jê: dois gêmeos saem da grande montanha, um é chamado Kamé, o outro, Kayrú – isso para os Kaingang. Já para os Xokleng têm outro nome essas duas metades: as metades clânicas.<sup>274</sup>

Notou-se a escassez de detalhes sobre os costumes dos Xokleng e dos Kaingang, de acordo com a argumentação de Schmitz. Entretanto, na entrevista, ele lembra que é possível dizer que eles enterravam os mortos e os cobriam com um montículo de terra, ou os depositavam em abrigos rochosos; os Xokleng cremavam os seus mortos e deixavam as cinzas em grandes monumentos funerários construídos com terra (os danceiros) – há similitudes dessas características no depoimento de Corteletti.<sup>275</sup>

Percebeu-se que Corteletti defende a hipótese de que todos os monumentos começaram a aparecer próximo ao ano 1000, em virtude do aumento demográfico, da expansão da floresta de araucária e do aumento de alimento disponível. Além disso, houve o movimento dos Guarani que habitavam as margens do Uruguai e estavam invadindo o território Kaingang/Xokleng; essa ação provocou a tensão nesses grupos e fez com que as lideranças se fortalecessem. A expressão material desse poder, dessas lideranças seria a construção dos monumentos para celebrar a memória e a morte de combatentes com os Guarani, que estavam tentando invadir seu território. Em consonância com a ideia de Corteletti, Schmitz também associa os danceiros a prováveis locais de memória, túmulos de caciques.<sup>276</sup>

Ao ser questionado sobre as diferenças entre as tradições Taquara e Itararé, Corteletti relata que as áreas da Taquara pertencem basicamente ao Rio Grande do Sul e algumas áreas fronteiriças de Santa Catarina, no vale dos rios Pelotas e Canoas. Sobre a Itararé, Corteletti afirma que essa tradição tem uma distribuição geográfica muito maior do que a Taquara: ocupa áreas

<sup>274</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019. | CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>275</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a. | SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>276</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016. | SCHMITZ, 10 jul. 2019.

de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e segue até a província de Misiones, na Argentina.<sup>277</sup>

Em relação às áreas ocupadas pelos portadores das tradições Taquara e Itararé, a colocação de Corteletti inserida no parágrafo anterior é compartilhada por Schmitz: para o padre, o primeiro grupo que teria se separado seria o de Santa Catarina, dando origem, mais tarde, aos Xokleng, que estão no lado leste e correspondem hoje ao espaço da tradição Itararé de cerâmica. Quanto ao lado que corresponde aos Kaingang, houve várias infiltrações (migrações), sempre o grupo seguinte foi empurrando o anterior; o mais antigo seria o do sul do Rio Grande do Sul. Pensa-se em dois grupos: um que se caracteriza pela tradição Taquara, e outro, pela tradição Itararé – essa distinção é tecnológica e arqueológica.

Mas, para Schmitz, tal ligação não é segura.<sup>278</sup> Ele exemplifica que, na tradição Itararé, há a cremação dos mortos, os danceiros e os aterros-plataforma. Sobre a área em que aparece a tradição Taquara, Schmitz ressalta que não há cremação: eles enterram seus mortos em grutas ou perto das casas, com montículos de terra renovados periodicamente. Outro dado arqueológico é de 500 d.C., no planalto de Santa Catarina: têm-se inúmeros sítios com casas subterrâneas, sem cerâmica; ela só vai aparecer depois do ano 1000. Na área da tradição Taquara, em Caxias do Sul e na encosta do planalto, ela já está presente, e definida, desde o século VI. Por isso, a impressão de que os dois grupos têm características e evolução diferentes.<sup>279</sup>

Notou-se que Corteletti discorda da divisão atribuída nos idos de 1960/1970 de que sítios da antiga tradição Taquara pertenceriam aos Kaingang, e os sítios da tradição Itararé, aos Xokleng. Corteletti afirma que a arqueologia contemporânea não aceita essa associação; ambas as tradições estão entrelaçadas por meio de diversos elementos que ainda não

<sup>277</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>278</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a. | SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>279</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a..

são possíveis de se definir com precisão. Porém, segundo ele, falta pouco para os arqueólogos estipularem as áreas que pertenciam ao Kaingang e ao Xokleng antes do processo de conquista.<sup>280</sup>

De acordo com Corteletti, essas áreas foram relatadas pelos viajantes dos séculos XVII e XVIII, porém já foram muito alteradas. A arqueologia pretende mostrar como foi brutal a degradação social empreendida pelos europeus quando chegaram ao litoral e fizeram as vias de acesso dos tropeiros exatamente no meio do território dos grupos Jê. Essa ação reorganizou a ocupação do território, tudo se alterou e ganhou novas formas; por exemplo, áreas desabitadas passaram a ser habitadas, houve a alternância de grupos que ocupavam a região. Por isso, o desenho territorial dos séculos XII e XIII se modificou quando chegaram os europeus, a partir do século XVI.<sup>281</sup>

Referente ao aspecto ocupacional das estruturas subterrâneas do planalto, por exemplo, Schmitz defende a ideia de que, nos campos de Lages, de tempos em tempos, os povos migravam e reocupavam as moradias. Essa hipótese pode ser percebida no trecho em que ele diz que as casas do mesmo conjunto foram construídas e ocupadas em tempos diferentes; cada casa tem uma data diferente. Eles as ocupavam uma, duas, três vezes e as abandonavam; entre uma ocupação e outra pode passar muito tempo, até 170 anos. Para Corteletti, esses povos não saíam e retornavam, mas eram sedentários em virtude das relações políticas, da prática da agricultura, do acesso aos pinheirais, da proximidade dos Guarani que habitavam as margens do Uruguai e que poderiam invadir seu território.<sup>282</sup>

Para corroborar sua hipótese, Corteletti utiliza como exemplo os sítios arqueológicos de Campo Belo do Sul (SC), habitados ao longo de 250 anos, geração após geração. O arqueólogo, numa visão nova, diferenciada, cita que durante 250 anos uma mesma casa teria sido habitada. Nessa

<sup>280</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>281</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>282</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a. | CORTELETTI, 16 set. 2016. | CORTELETTI, 10 nov. 2019.

casa, foram identificados 12 pisos, e as camadas são de 5 centímetros; há separações, de 15 anos e até de 50 em 50 anos. Então, as pessoas viviam ali e, a cada certo tempo, decidiam reformar; talvez porque morriam, porque os netos decidiam reformar. Aí derrubavam o telhado, queimavam e colocavam uma camada de argila sobre os escombros e começavam de novo, e assim sucessivamente.<sup>283</sup> Ainda sobre o mesmo aspecto da ocupação das estruturas subterrâneas, Corteletti defende sua hipótese dizendo que é muito vaga a ideia da permanência de “curta duração” em um mesmo lugar, como Campo Belo do Sul, por exemplo, porque parece que os Jê são errantes no território. E, na verdade, eles não são errantes, são sedentários.<sup>284</sup>

Em relação a um possível “fim” da presença dos Jê no planalto meridional, utilizam-se dois discursos sobre o mesmo tema, ambos concedidos por Schmitz. Em 2013, na sua primeira entrevista, Schmitz enfatizou que o desaparecimento do grupo é atribuído aos jesuítas que criaram missões com os Guarani no Guayrá, no Paraná; uma parte dessas missões se fez com índios Xokleng do lugar – além da ação dos colonizadores, dos lusos no litoral, dos bandeirantes no planalto. Com isso, os Xokleng mudaram suas tradições, seus assentamentos e seu território. Seu último reduto foi no rio Pelotas e no rio Canoas, onde se localizam a fase Xaxim e a fase Guatambu. Esse é o final desse povo no planalto.<sup>285</sup>

Mais tarde, em 2019, Schmitz enfatizou que o “fim” da presença dos Jê, em São José do Cerrito, nos Campos de Lages, vai até o começo do século XVII; depois não aparecem mais. Pois, a partir de 1630, as bandeiras paulistas passaram por esse planalto para aprisionar os índios Guarani que os jesuítas tinham reunido em missões no centro e oeste do Rio Grande do Sul. Os Xokleng que aparecem na mata Atlântica de Santa Catarina poderiam ser fugitivos diante da passagem dos bandeirantes. Portanto, o

<sup>283</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>284</sup> CORTELETTI, 16 set. 2016.

<sup>285</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a. | SCHMITZ, 10 jul. 2019.

atual povoamento de indígenas Kaingang e Xokleng da região Oeste de Santa Catarina é um refluxo de grupos que sobreviveram, nas áreas de mata e em reservas que o Império e a República do Brasil organizaram, e até mesmo de países vizinhos.<sup>286</sup>

Além do exposto, acrescentam-se avanços nas pesquisas sobre os povos Jê do Sul com base apenas na segunda entrevista de Corteletti em 2020. Sobre as dinâmicas populacionais, o arqueólogo pontua que houve um crescimento da população em dois momentos e que ambos refletem o surgimento de tipos diferentes de arquitetura. A primeira expansão dos povos Jê no Sul ocorreu entre os anos 500 e 600. Inicialmente, antes dos anos 400, eram pequenos povoados espalhados pelo planalto, habitavam grandes aldeias circulares, chamadas sítios superficiais. Depois, aparece um novo estilo arquitetônico no planalto do Rio Grande do Sul: as casas subterrâneas, ligadas à primeira curva de crescimento entre os anos 500 e 600. Não são aldeias de casas subterrâneas; são sítios arqueológicos que têm uma casa ou duas casas e vão aumentando.<sup>287</sup>

Corteletti conclui que a segunda expansão ocorreu ao redor do ano 1000, simultaneamente ao crescimento da floresta de Araucária, e as formas de arquitetura que expressam poder aparecem entre os anos 1100 e 1200, como, por exemplo, as casas subterrâneas gigantes e as praças de cerimônia com um novo tipo de sepultamento. As curvas de crescimento populacional indicam mudanças sociais refletidas nas mudanças arquitetônicas.<sup>288</sup>

O arqueólogo também infere que nesse crescimento houve influências internas e externas para grande parte do que é hoje o planalto do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; essa área começou a ser invadida pelas populações Guarani a partir do ano 700. Os Guarani estavam no vale do rio Paraná, na parte baixa, a oeste do que hoje é Paraguai e Argentina. A partir

<sup>286</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>287</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>288</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

de 700, esse povo começou a subir o planalto brasileiro, em direção ao leste. Então, esse povo Jê que estava no planalto tinha apenas disputas internas – Jê entre Jê –, mas o Guarani desestabilizou essa rotina e a população Jê saiu de leste (litoral) em direção ao oeste (interior).<sup>289</sup>

Corteletti enfatiza que, para “frear” o avanço dos Guarani, os Jê construíram as praças de cerimônia com cremações e casas subterrâneas gigantes. Os monumentos passam a ser usados para mostrar que esse território era deles e para celebrar memórias das suas lideranças. Corteletti expõe que, obviamente, depois que os europeus chegaram, a territorialidade dos Jê foi completamente alterada, e a partir de 1600 o contingente populacional decaiu.<sup>290</sup>

Para finalizar esta seção, registra-se que os discursos de Schmitz, Carbonera e Corteletti constituíram-se em um testemunho acerca da arqueologia do planalto meridional brasileiro, além da região de Misiones, na Argentina. Os depoimentos inseridos ao longo deste texto, que tratou sobre múltiplos aspectos relacionados ao Jê Meridional e seus descendentes modernos – os Kaingang e os Xokleng –, permitiram lançar olhares a uma memória que se encontra presente nos mais diversos sítios dessa população. Os Jê eram engenheiros de terra, dominavam a geografia, domesticavam plantas, produziam seus vasilhames cerâmicos, tinham sua organização social, sua religiosidade. Tinham sua própria forma de ser e de viver. Eles não eram ocidentais.

Notou-se que existem diversas áreas do conhecimento que contribuem para a composição da história indígena de longa duração no oeste de Santa Catarina. Os testemunhos de Corteletti, Carbonera e Schmitz evidenciaram que, em relação ao período que antecede a chegada dos europeus na América, a arqueologia detém um dos papéis mais importantes ao esboçar, por meio da cultura material, informações relacionadas a múltiplos aspectos, entre

<sup>289</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

<sup>290</sup> CORTELETTI, 10 nov. 2019.

eles migratórios, geográficos, culturais, econômicos, bélicos, sociais e muitos outros.

## 1.4 O GUARANI

Para compreender um pouco da trajetória do grupo Guarani em direção ao sul, neste trecho, abordam-se aspectos que tratam de sua origem e de seu destino após a chegada dos europeus na América; a subsistência do grupo; a vida na aldeia; alguns costumes; a diferença entre as palavras “Guarani”, “Tupiguarani” e “Tupi-Guarani”; a técnica de produção cerâmica e os reflexos das missões jesuíticas no (atual) oeste catarinense.

O texto é constituído pelos relatos de Schmitz em 2013 e 2019, e Carbonera em 2015 e 2021 – de acordo com seus próprios estudos. Esses discursos foram intercambiados por bibliografias pertinentes. Além disso, na parte final, faz-se um “diálogo artificial” para observar semelhanças e diferenças entre os depoimentos dos dois arqueólogos, e também serão inseridas as considerações finais, feitas por Schmitz, referentemente aos caçadores-coletores, Jê e Guarani.

### 1.4.1 De onde vieram? Para onde foram?

Segundo Schmitz, os “Guarani, há milhares de anos, teriam partido da Amazônia em direção ao sul, pelas matas da bacia do rio Paraná, do rio Paraguai e da bacia do Uruguai (da qual o oeste catarinense faz parte). As datas mais antigas dão cinco mil anos.”<sup>291</sup> Carbonera escreve que a unidade arqueológica Guarani está amplamente distribuída nas

<sup>291</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Data da partida dos Guarani da Amazônia para o Sul.** [Mensa, gem pessoal]

[...] florestas tropicais e temperadas da bacia do rio da Prata e no litoral atlântico do Brasil. Esse grupo deriva de horticultores da Amazônia agrupados na família linguística Tupi-Guarani. Sua expansão foi impulsionada por volta de 3.500 anos antes do presente, do sudeste da Amazônia em direção ao sul do Brasil, chegando ao estuário do rio da Prata na Argentina e no Uruguai alguns séculos antes da chegada dos europeus.<sup>292</sup>

Jolkesky escreve que “[...] tais povos apresentavam uma cultura do tipo amazônico em zona florestal e organizavam-se politicamente em sistema tribal”.<sup>293</sup> Voltando a Carbonera, em seu relato, ela põe que

[...] os estudos têm provado que os Guarani são de origem amazônica, na região do rio Madeira, e que de lá eles partiram, não se sabe ao certo, mas talvez por volta de 3.000 a 4.000 anos. Eles saíram de lá em duas frentes: uma que ocupou o litoral brasileiro e uma que veio para essa parte mais meridional e que alcançou até o rio da Prata. O limite de ocupação deles foi a província de Buenos Aires. Eles ocuparam os três grandes rios da Bacia do Prata: o Paraguai, o Paraná e o Uruguai. Os sítios arqueológicos situados às margens do rio Uruguai foram mais estudados. Já do rio Paraná, têm mais pesquisas no Alto e Médio Paraná e tem uma parte na altura da província de Corrientes, Entre Rios, que ainda não conseguiram localizar muitos sítios; e depois tem mais trabalhos no baixo rio Paraná. Provavelmente é devido às poucas pesquisas que os sítios ainda não foram localizados.<sup>294</sup>

Para Schmitz, na região Oeste de Santa Catarina, os grupos Guarani compõem um povoamento mais recente em comparação aos caçadores-

---

Mensagem recebida por valdirenchitolina@yahoo.com.br, 28 jun.º 2021.

<sup>292</sup> CARBONERA, Mirian *et al.* Aspectos tecnomorfológicos e estilísticos da cerâmica pintada Guarani do sítio Adão Sasanoviz (Alto Rio Uruguai). **Cadernos do Lepaarq**, v. XVIII, n.º 35, p. 263-291, jan.º-jun.º 2021, p. 265. *In*: ALMEIDA, Fernando Osório de; NEVES, Eduardo Gois. Evidências Arqueológicas para a Origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia. **Mana**, v. 22, n.º 3, p. 499-525, 2015.

<sup>293</sup> JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>294</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

coletores (portadores da tradição Umbu) e aos Jê (portadores das tradições cerâmicas Taquara-Itararé). Ele relata que

[...] o Guarani faz parte de uma população de origem amazônica, que, no segundo milênio de nossa era, colonizou as várzeas do rio Uruguai e a planície costeira, expulsando os Jê, ocupantes anteriores. Os Guarani hoje encontrados na planície costeira não são descendentes diretos desses primeiros, mas migrantes em busca da ‘terra sem males’, que vêm de países vizinhos; os originários morreram como escravos nas fazendas paulistas.<sup>295</sup>

Os originários Guarani vivenciaram a brutalidade dos fazendeiros, dos bandeirantes e as imposições da Igreja ao longo de sua história milenar. Antes desses massacres, o sustento e a manutenção da vida tinham características peculiares.

#### 1.4.2 A subsistência

De acordo com o depoimento de Schmitz, o Guarani sai do sul da Amazônia, da bacia do rio Guaporé, há cerca de 3.000 anos e migra pelas matas da bacia do rio Paraná, do rio Paraguai e chega ao Uruguai.

[...] a bacia do Uruguai parece ser de uma ocupação mais tardia, depois do Paraná e do Paraguai. As datas principais que se tem para o Uruguai são de 500 a 600 anos atrás, com alguma exceção, para as datas antigas, como as dos padres João Alfredo Rohr e Walter Piazza. Elas são do começo do processo de datação, quando os laboratórios ainda não tinham muito domínio sobre o método. Estas datas podiam apresentar margens de erro, para mais e para menos, de até 150 anos, quando hoje a margem de

<sup>295</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, Criciúma (SC), n.º 11, p. 1-19, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article>. Acesso em: 23 jun.º 2021. p. 3.

erro não costuma passar de 30 anos. Nesse tempo, as margens do Uruguai, eram mata virgem fechada, que passa a ser ocupada pelo Guarani que vem subindo pelo rio. Ele se instala na beira do rio, onde corta a mata para plantar e ali constrói a sua aldeia, mais ou menos do jeito como nossos antepassados alemães e italianos fizeram quando chegaram na região. O rio passou a ser o caminho; a canoa, o automóvel para suas locomoções.<sup>296</sup>

Para exemplificar as embarcações dos Guarani, apresenta-se a Figura 18, que retrata uma piroga: canoa indígena movida a remo, escavada em um único tronco de árvore e que alcança boa velocidade.

Figura 18 – Canoa Guarani



Fonte: (KERN, 2009, p. 53) acervo do Museu Regional Anibal Camba, Argentina.

<sup>296</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

Schmitz também relata que “[...] eles cortam o mato, queimam e plantam no meio dos tocos. No mato eles têm a caça, muitas antas, porcos-do-mato e macacos que lhes fornecem carne vermelha, e no rio muito peixe, especialmente em épocas de piracema, quando sobem peixes migratórios grandes”.<sup>297</sup> Uma observação importante que foi enfatizada pelo arqueólogo é a de que “[...] geralmente as aldeias estão na beira das corredeiras, de um lado e do outro. A gente pode acompanhar, olha a corredeira e vai procurar de um lado e do outro lado tem uma aldeia”.<sup>298</sup>

Em relação à subsistência, Schmitz escreve que “os Guarani dominavam florestas subtropicais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Misiones, florestas tropicais da Argentina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e do Paraguai”.<sup>299</sup> Eles “eram agricultores que levantavam suas aldeias nas várzeas e encostas inferiores do planalto; cultivavam feijão, milho, mandioca, batata doce, cará, abóbora, fumo, algodão, urucum, entre outros”.<sup>300</sup> Jolkesky especifica que os Guarani “desenvolviam uma economia extrativista (frutos, fungos, raízes, folhas, palmito e moluscos) e agrícola intensiva de várzea, e roças de coivara em clareiras.”<sup>301</sup>

“Os Guarani comem praticamente todos os vertebrados e invertebrados, exceto nos ritos de passagem da menstruação, da gravidez e dos jejuns ligados à prática individual ou coletiva.”<sup>302</sup> Sendo que, “para realizar a atividade de caça, utilizavam arcos, flechas, lanças, anzóis, redes e outros”.<sup>303</sup>

<sup>297</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>298</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>299</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Guarani: história e pré-história. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 285-292.

JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>300</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>301</sup> JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>302</sup> NOELLI, Francisco. **Sem Tekohá, não há Teco**: em busca de uma modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio do delta do Jacuí-RS. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993, p. 342.

<sup>303</sup> NOELLI, 1993, p. 342.

Os Guarani “utilizavam os recursos florestais para obtenção de madeira, fibras, plumagem e corantes destinados ao fabrico de cestaria, tecelagem, armas, adornos, móveis e canoas”.<sup>304</sup> A vida na aldeia deixou muitos vestígios acumulados que possibilitam o estudo desse grupo a partir de sua cultura material, “recuperada muitas vezes de contextos já bastante descaracterizados, por isso se atinge apenas algumas parcelas de seu complexo sistema cultural”, de acordo com Francisco Noelli.<sup>305</sup>

### 1.4.3 A vida na aldeia

Nos depoimentos anteriores, Schmitz havia inferido que a aldeia era construída próxima à corredeira. Isso se justifica porque na

corredeira tem mais peixes e mais moluscos, inclusive um molusco grande que é um verdadeiro bife. Os resíduos de comida das aldeias são camadas de moluscos, tanto do molusco que dá na água como daquele que dá na terra, que também comem. Então, o que eles plantavam? Eles plantavam as mesmas coisas que plantavam, depois, os colonos alemães e italianos: milho, batata-doce, feijões, amendoim, cará e mandioca. Algumas plantas eles conseguiam manter na terra durante o ano inteiro — a mandioca e a batata-doce; o milho eles tinham que recolher. Eles conseguiam um abastecimento bastante razoável de carboidratos, açúcares e proteínas. Eles tinham condições, viviam com qualidade.<sup>306</sup>

Segundo Jolkesky, os povos portadores da tradição Tupiguarani “habitavam aldeias geralmente ribeirinhas com casas grandes comunais elipsoidais, dispostas perifericamente em círculo, conformando uma

<sup>304</sup> JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>305</sup> CARBONERA, 2008, p. 189.

<sup>306</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

estrutura arquitetônica centrípeta com um pátio central”.<sup>307</sup> Schmitz explica que as “[...] aldeias próximas do litoral eram formadas por três ou quatro casinhas de tamanho de uns 5 metros por 5 metros, talvez um pouco mais; em direção a oeste, deveria haver casas maiores. Na mesma casa moravam vários parentes; moravam os velhos, moravam os filhos, moravam os netos enquanto podiam”.<sup>308</sup>

Sobre a vida na aldeia, “[...] há uma pessoa em cada aldeia que faz a coordenação, um cacique, o qual os reúne de manhã, encaminha os serviços e ordena os mutirões para cortar o mato, para construir a casa, para fazer as coisas. A aldeia não reunia muita gente, talvez umas 40 pessoas ou 50 pessoas”.<sup>309</sup> Algumas características podem ser vislumbradas na Figura 19.

Figura 19 – Lugar onde se dão as condições do ser Guarani (infográfico)



Fonte: Caminos (2016).

<sup>307</sup> JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>308</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>309</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

Em relação às aldeias no oeste catarinense, Schmitz infere que

[...] talvez houvesse aldeias um pouco maiores, chegando a 100 pessoas, porque a terra é mais fértil e o mato, mais denso. Perto do litoral, a terra arenosa é mais pobre, e a mata, menos densa. Quando a mata ao redor da aldeia ficava mais pobre, faziam como nossos antepassados: mandavam os filhos mais adiante, para abrir nova chácara e construir nova casa e aldeia. No oeste catarinense, eles chegam subindo o rio Uruguai até seus formadores, o Pelotas e o Canoas. Eles permanecem na mata junto ao rio, porque os campos vizinhos já são domínio dos índios Kaingang e Xokleng. Essa fronteira podia ser pacífica e encontramos aldeias do grupo Jê em Itapiranga, nas quais havia casas de um e de outro grupo, mas talvez nem sempre. Sabemos que, em outros lugares, os Guarani da encosta subiam ao planalto para caçar índios Jê para festas antropofágicas.<sup>310</sup>

Para o oeste catarinense, com base na literatura e nos depoimentos, notou-se que ainda não existem, na arqueologia regional, estudos sobre o traçado das aldeias indígenas anteriores à chegada dos europeus na América.

#### 1.4.5 Aspectos culturais

Sobre as tradições e costumes Guarani, Schmitz destaca que

[...] eles tinham sua solidariedade na casa, na aldeia, na região. Na região, muitas vezes, um grande líder conseguia influência sobre os demais caciques. Os missionários que chegaram para criar as reduções costumavam lidar com estes líderes, que poderiam ser opositores ou colaboradores. Os líderes dependiam da adesão dos chefes de família, sem a qual não tinham nenhuma ascendência. Esta coordenação local não chegou a formar um

<sup>310</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

Estado, mesmo quando a população Guarani era muito numerosa no sul do Brasil, nordeste da Argentina e no Paraguai.<sup>311</sup>

## Sobre os casamentos, Schmitz narra que eram

[...] diferentes dos nossos e o parentesco também. Para eles, o parentesco era transmitido pelo pai; a mãe não transmitia. O casamento preferencial era com a sobrinha, filha da tia, que tinha o parentesco do pai dela, que era diferente do meu. A sobrinha, filha do tio, tinha o mesmo parentesco e não era opção. O jovem ficava esperando até que alguma sobrinha se tornasse disponível, o que podia durar muitos anos. Mas, casando com mais idade, ele morria antes da esposa, deixando uma viúva ainda nova, que passava a ser opção para os jovens na espera de uma sobrinha núbil. Um homem podia ter mais esposas, de diferentes idades, que não só aumentavam os seus recursos, mas também seus filhos e filhas; estas traziam novos genros para a influência de seu marido. Um cacique importante podia reunir mais de 20 mulheres.<sup>312</sup>

## De acordo com Schmitz, os indígenas

[...] viviam muito pouco, morriam com 20 ou 30 anos, em razão de saúde, acidentes e guerras. Há outra coisa que distingue esta sociedade: o antropofagismo acompanhado de grandes bebedeiras. Em algum grupo, um jovem, para se tornar adulto e entrar na sociedade como homem, precisava caçar um inimigo e oferecê-lo para seus amigos. Tinha de mostrar que era forte porque fazia guerra e nela podia morrer; tinha que ter influência para reunir os amigos, surpreender uma outra aldeia e caçar alguém para uma festa, que mantinha a lealdade interna e a oposição aos inimigos. Antropofagismo é essa festa em que se oferece um inimigo e se apropria de sua força. Quando o milho ficava maduro, a guerra estava na porta. Caçar e ser caçado era

<sup>311</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>312</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

expectativa de qualquer homem, segundo o pai da sociologia, Florestan Fernandes.<sup>313</sup>

Para muitos autores, o antropofagismo é um assunto tabu por ser sensível e controvertido. Os rituais de antropofagia, tanto para o Guarani como para os Tupinambá, eram comuns na sua cultura. “Para os Tupinambá, os primeiros cronistas (Hans Staden, entre outros) tratam do assunto. Para o Guarani, Montoya.”<sup>314</sup> Há uma associação entre os rituais antropofágicos e o consumo etílico que consistia numa prática social. “O *cauim* de milho tinha, nas regiões em que esta planta era cultivada, uma função essencial, na medida em que as guerras e rituais antropofágicos tinham que esperar a época de sua colheita e preparação”.<sup>315</sup> Alguns Tupinambá e Guarani “[...] do século XVI queimavam os ossos de seus mortos, misturando-os à bebida, em seguida consumida. Em relação aos familiares mortos naturalmente, as cinzas são bebidas, e aos inimigos executados ritualmente, a carne é comida”.<sup>316</sup>

De acordo com Schmitz, o indígena Guarani

[...] caçava outro Guarani ou subia aos campos do planalto para caçar algum Kaingang ou Xokleng. O sacrifício de um estranho vinha acompanhado de muito ritual e grande bebedeira de cauim – este podia ser feito de milho, batata-doce ou mandioca, mastigados (pelas mais jovens, que tinham mais dentes, não era algo nojento) e fermentado, alcançando um teor alcoólico de uns 5%. Para produzir a fermentação correta e evitar o apodrecimento, o material era mastigado para adicionar saliva<sup>317</sup>, que é nosso

<sup>313</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>314</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Antropofagismo**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 1 jul. 2021.

<sup>315</sup> FERNANDEZ, João Azevedo. **Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004, p. 79.

<sup>316</sup> PROUS, 1992, p. 384.

<sup>317</sup> Os indígenas eram extremamente proficientes no uso das matérias-primas de seu mundo natural, aproveitando-as, como material para suas bebidas, das formas mais variadas. Apesar da importância, técnica e simbólica, do “nauseante” método de insalivação, esta era apenas uma das técnicas de fermentação disponíveis aos índios,

fermento natural. A bebedeira, em homenagem aos antepassados masculinos, era mais frequente que o banquete antropofágico. Um e outro eram problemas para a missão.<sup>318</sup>

Para o indígena, “as bebidas tinham um papel de ordem nutricional, política e cultural”.<sup>319</sup> Porém, os jesuítas tratavam “a luta contra as cauinagens como um verdadeiro processo civilizador”.<sup>320</sup> A “luta contra os ‘vinhos’ dos índios foi, provavelmente, a tarefa mais difícil com a qual se depararam os missionários no Brasil”.<sup>321</sup>

João Azevedo Fernandez, ao concluir sua tese de doutorado, ressalta que o lugar central ocupado pelas bebidas no sistema de relação de gênero, e seu papel como exobebidas, como instrumentos de interação com a exterioridade social, evidencia que os *cauins* e as *cauinagens* representavam muito mais do que um meio de obtenção de estados alterados de consciência: estavam estreitamente relacionadas à participação em cerimônias que dependiam totalmente, para a sua efetivação, da produção (feminina) e do consumo (basicamente masculino) das bebidas fermentadas.<sup>322</sup>

Retomando outro aspecto cultural dos Guarani, as crenças, sob o ponto de vista de Schmitz, ressalta-se que eles acreditavam

[...] em algo superior, não organizado e com tanta regra como as religiões atuais e o festejavam. Não se tem muito conhecimento sobre as crenças antigas. O que se conhece é mais recente, dos modernos Mbyá-Guarani, que reocupam matas consideradas de seu antigo território e beiras de estrada, onde vendem seu artesanato. Quando estabelecem uma aldeia na mata, uma das primeiras coisas é construir a casa de reza, *apy* (ou *opy*). Nesta

---

técnicas que iam desde a fermentação simples de seivas e sucos até o complexo processo de sacrifitação provocado por fungos (FERNANDEZ, 2004, p. 367).

<sup>318</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>319</sup> FERNANDEZ, 2004, p. 124.

<sup>320</sup> FERNANDEZ, 2004, p. 367.

<sup>321</sup> FERNANDEZ, 2004, p. 368.

<sup>322</sup> Cf. FERNANDEZ, 2004, p. 368.

casa, quando eles estão no seu ambiente, na sua aldeia, todas as noites reúnem todos os moradores, até os bebês, para rezar. A reza é diferente da nossa: os homens dançam e cantam, as mulheres marcam o ritmo com uma taquara grossa que faz “bum, bum, bum”, marca o ritmo. A reza tem hora de começar, mas não de terminar.<sup>323</sup>

Diferente dos Jê, cuja participação foi mais limitada, houve uma grande adesão dos Guarani às reduções jesuíticas. Esse fator cruzou a história desse grupo linguístico dos anos de 1609 (data da fundação da primeira doutrina) a 1768 (quando ocorreu a expulsão dos inacianos da América Espanhola) e, pode-se considerar, após essa data, no domínio de outras ordens, como franciscanos, dominicanos e mercedários, séculos XVIII e XIX adentro. Em decorrência disso, os conhecimentos sobre a religião primitiva são fragmentados, pelo atravessamento de novas crenças, rituais e cerimônias. Segundo relatos de Schmitz,

O missionário achava que Tupã, da antiga crença, poderia representar o Deus cristão. O Guarani tinha ideia de uma outra vida, onde as pessoas, saindo daqui, iriam para um outro lugar agradável, com caça, coisas para fazer e tudo o que eles pudessem querer. Talvez a crença não estivesse muito estruturada e também o missionário não tinha nenhum interesse em registrar. Desses antigos, há poucas coisas certas. Em tempo colonial, surgiram mitos, que foram registrados, estudados e discutidos, especialmente sobre Mbyá-Guarani, que estão andando por todo o Sul do Brasil, voltando a matas consideradas de seu antigo território, mas também ao longo das estradas, onde vendem seu artesanato.<sup>324</sup>

O Guarani tinha o costume de usar “pontas de flechas e machados de pedra polida; os adornos se caracterizavam pelo uso de tembetás de quartzo

<sup>323</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>324</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

polido e colares de dentes de animais (macacos, onças, capivara), conchas e caramujos, com plaquetas oblongas ou semicirculares de pedra polida”.<sup>325</sup>

#### 1.4.6 Nomenclaturas Guarani, Tupiguarani e Tupi-Guarani

Para justificar o fato de os nomes dos grupos indígenas serem escritos no singular e com inicial maiúscula, Schmitz explica que “houve uma convenção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)<sup>326</sup> na década 1950, em que se estabeleceram normas para a grafia dos nomes indígenas, que não levam plural e se usam letras do alfabeto que já não são de uso comum no português”.<sup>327</sup> Por exemplo, escreve-se “[...] Kaingang, Xokleng. Numa conversa popular ou num escrito popular, costuma-se usar um plural comum; na escrita acadêmica, preferencialmente, se obedece à Convenção da Antropologia”.<sup>328</sup>

Segundo Schmitz, em 1965, quando se criou no Brasil o primeiro Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), coordenado pelo casal americano Betty Meggers e Clifford Evans,

[...] eles estabeleceram tratar a cerâmica em si, sem ligação com a etnia, olhando suas características, seu uso, contexto e dispersão. É uma cerâmica de formas, tamanhos e decorações diversificadas usada para preparar e servir alimentos e bebidas de populações aldeãs agricultoras. Nas reduções, esta cerâmica estava ligada aos índios Guarani; em outros lugares do Brasil, aos índios Tupinambá; mas na pesquisa se abstraía desta

<sup>325</sup> JOLKESKY, 2010, p. 11.

<sup>326</sup> Neste sentido, o uso de maiúsculas iniciais na denominação das “nações” indígenas é uma esquisitice dos antropólogos, determinada à época da III Reunião Brasileira de Antropologia. Rio, 1957 – sempre em maiúsculas e no singular]. Se obedecemos essa norma, não há razão para não fazermos o mesmo em relação às “nações” europeias. Ex: os Portugueses, etc., o que é errado. (MAESTRI, Mário. **Normas e recomendações para redação de trabalhos científicos**. 2007. No prelo.)

<sup>327</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>328</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

ligação e se criou um termo para falar desta cerâmica tradição Tupiguarani (sem hífen) para distingui-la da família linguística, que continua sendo grafada Tupi-Guarani (com hífen). Quando falo da cerâmica Tupiguarani, abstraio de qual etnia que a usa, que pode ser Guarani, Kaingang, Xokleng ou Xavante. [...] o índio Guarani é da família linguística Tupi-Guarani, mas pode não usar a cerâmica Tupiguarani, Uru ou Aratu, que também são de populações agricultoras; eventualmente pode utilizar uma cerâmica da tradição Taquara ou Itararé. Para evitar confusão, pode-se escrever tradição técnica, ou cerâmica, Tupiguarani (sem hífen).<sup>329</sup>

Por meio do relato, notou-se a diferenciação entre os termos “Tupiguarani” (sem hífen) para a tradição cerâmica de povos Guarani ou Tupinambá, por exemplo; Guarani, com “G” maiúsculo, para referir-se ao grupo étnico; e Tupi-Guarani (com hífen) para designar a família linguística.

#### 1.4.7 Cerâmica tupiguarani

Para Schmitz, “tradição cerâmica Tupiguarani” é a denominação de uma cerâmica com determinadas características, não interessando a pessoa ou a etnia que a fabrica e usa; pode até ser um indígena da família linguística Tupi-Guarani, “[...] mas, no caso, isto não é considerado. Há um grupo de arqueólogos que não faz esta distinção e, a partir da cerâmica Tupiguarani, pensa fazer a história da população de fala Tupi-Guarani. De fato, em muitos lugares, a técnica cerâmica está acoplada a uma etnia”.<sup>330</sup>

De acordo com Carbonera, “muitos pesquisadores concordam que o surgimento da cerâmica entre as sociedades pré-históricas está ligado à crescente sedentarização, domesticação de vegetais e animais; em regiões

<sup>329</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>330</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

com recursos abundantes, teria ocorrido no Pleistoceno tardio e início do Holoceno”.<sup>331</sup> Uma peça cerâmica, “[...] ao longo de sua vida, acumula informações que se referem à origem, produção, uso, idade e deposição. Por meio delas, se pode ampliar o conhecimento sobre a tecnologia pré-histórica, sobre a vida cotidiana e o comportamento social das antigas populações”.<sup>332</sup>

Pensando na ideia de que, por meio da cerâmica, além de outros vestígios materiais, é possível conhecer um pouco sobre a vida cotidiana de populações pretéritas, o discurso de Carbonera corrobora ao dizer que

[...] os Guarani preferiam estar próximos aos grandes rios; eram canoieiros, horticultores, sedentários, viviam em grandes grupos, grandes aldeias, produziam uma quantidade imensa de cerâmica, grandes vasilhames com paredes grossas. O acabamento de superfície era completamente diferente da cerâmica Jê, que em geral, era lisa ou com algum tipo de incisão. Na tradição Tupiguarani, há, além do liso e dos plásticos, o acabamento com pintura.<sup>333</sup>

Em relação ao acabamento da cerâmica produzida pelos Guarani, Carbonera e outros arqueólogos estudaram vestígios encontrados no sítio Adão Sasanoviz, no alto rio Uruguai, em Caxambu do Sul (SC); revelou-se um cuidadoso acabamento de superfície, “com combinações de cores. O mais utilizado foi o engobo branco como fundo e traços vermelhos, enquanto os pontos foram feitos exclusivamente com preto, embora essa cor também tenha sido descrita nos motivos retilíneos nos campos gráficos principais ou para delimitá-los”.<sup>334</sup> A Figura 20 retrata algumas características desse tipo de pintura.

<sup>331</sup> CARBONERA, 2015b, p. 165.

<sup>332</sup> CARBONERA, 2015b, p. 165.

<sup>333</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>334</sup> CARBONERA, Mirian *et al.* Aspectos tecnomorfológicos e estilísticos da cerâmica pintada Guarani do sítio Adão Sasanoviz (Alto Rio Uruguai). Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, nº35, p. 263-291, jan-jun.º 2021, p. 265. In: ALMEIDA; NEVÉS, 2015, p. 287.

Figura 20 – Cerâmica pintada coletada no sítio Bernardo Arnold (215), linha Capela, Itapiranga (SC), 2014



Fonte: Acervo do Centro de Divulgação Ambiental de Itá.

Kelly de Oliveira, ao estudar as pinturas Tupiguarani de Itapiranga (SC), escreve que possivelmente:

[...] algumas marcas distintas que fogem completamente do padrão cultural poderiam estar configurando identidades individuais ou somente a introdução de certos elementos adquiridos via fronteiras culturais. [...] traços artísticos do mesmo grupo podem se diferenciar uns aos outros a partir de variações na decoração dos estilos cerâmicos e se identificar por meio deles. Com isso, chega-se aos regionalismos culturais.<sup>335</sup>

Sobre outro aspecto, o do enterramento, ao contrário dos Jê, que enterravam seus mortos nas estruturas anelares, ou os depositavam em grutas ou em abrigos rochosos, os Guarani geralmente colocavam os mortos

<sup>335</sup> OLIVEIRA, Kelly de. Um caso de “regionalismos culturais” por meio do estudo da cerâmica pintada Tupiguarani de Itapiranga (SC). In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011. p. 219-240.

em vasilhames cerâmicos. Há menções de que esses sepultamentos “não eram feitos nos pisos das suas habitações, daí a dificuldade do arqueólogo em localizar as urnas funerárias, que em muitos sítios estariam fora das estruturas de habitação”.<sup>336</sup> No Alto Rio Uruguai, há inúmeros relatos de moradores que encontraram esses conjuntos funerários Guarani, desde as décadas de 1930, 1940, 1950. Carbonera lembra de um morador que foi ao CEOM/Unochapecó e disse “olha, eu encontrei e fiquei com medo de uma maldição e mandei enterrar”.<sup>337</sup>

Carbonera também relata que, no oeste catarinense,

[...] há poucos conjuntos funerários escavados por profissionais; a empresa *Scientia Consultoria* fez o estudo na barragem da Foz do Chapecó e encontrou em Águas de Chapecó, seis conjuntos funerários, com oito indivíduos enterrados, mas o grau de conservação é muito ruim, porque o solo é ácido. Então, é muito difícil preservar qualquer parte óssea, seja de humano ou da fauna que era consumida. Mas o fato é que culturalmente eles utilizavam essa prática de enterramento em vasilhames cerâmicos. Muitas pessoas falam, quando veem um vaso Guarani, “é uma urna”, mas nem todos os vasos Guarani são urnas funerárias. Apenas é possível dizer que é urna quando se encontra, de fato, um recipiente com os restos funerários dentro.<sup>338</sup>

Os vasilhames cerâmicos utilizados pelos Guarani para depositar seus mortos não eram feitos apenas para esse fim. Eles “aproveitavam recipientes utilitários, do dia a dia, como aqueles em que guardavam água ou fabricavam bebidas fermentadas, para fazer os sepultamentos”.<sup>339</sup> Apesar das menções “à prática antiga de enterrar os mortos em vasilhames de cerâmica, isso teria sido totalmente abandonado após a introdução de novos tipos de vasilhames, como

<sup>336</sup> MÜLLER, Letícia Morgana. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011, p. 168.

<sup>337</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>338</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>339</sup> MÜLLER, 2011, p. 172.

as panelas de ferro, acompanhando o abandono de outras práticas relacionadas aos materiais tradicionais”.<sup>340</sup> Além disso, é importante ressaltar que essa não era a única forma de enterramento dos mortos; “existiam enterros dentro e fora de casa, mas a localização das urnas dentro das áreas das manchas escuras ou pisos de habitações seria menos frequente”.<sup>341</sup> Eles sepultavam “em terra e em urnas; as duas modalidades podem ser encontradas no mesmo sítio, e uma ao lado da outra”.<sup>342</sup>

Mostra-se como exemplo, na Figura 21, para a região do Alto Rio Uruguai, encontrada no setor 2 do sítio ACH-LP-07, a imagem de uma estrutura funerária retirada do contexto e escavada em laboratório, “um grande vaso cerâmico (urna) que foi utilizado como recipiente para acondicionar o cadáver e outro menor como tampa”.<sup>343</sup>

Figura 21 – A) ACH-LP-07, Setor 2: deposição funerária no final da escavação em laboratório; B) ACH-LP-07, Setor 2: vasilhames cerâmicos utilizados como urna e tampa. Legenda: 139 = fêmur esquerdo; 140 = tibia esquerda; 132 = tibia direita; 137 = fêmur esquerdo; 134 = úmero direito; 136 = úmero esquerdo; 142 = bloco com o crânio e outros ossos



Fonte: Lourdeau (2016, p. 234-235).

<sup>340</sup> MÜLLER, 2011, p. 168.

<sup>341</sup> PROUS, 1992, p. 93.

<sup>342</sup> PROUS, 1992, p. 384.

<sup>343</sup> LOURDEAU, 2016, p. 233.

Carbonera aponta que, na década de 1980, Marilandi Goulart coletou inúmeros vestígios arqueológicos em sítios na Volta do Uvá, em Itá, por decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itá. Analisando o local, a autora constatou que na superfície havia ocupação dos Guarani e, entre 20 e 50 cm de profundidade, encontrava-se cerâmica Jê (Taquara-Itararé); em mais profundidade, artefatos de caçadores-coletores de 8.000 anos antes do presente. Em um dos sítios, foram encontrados mais de 30 mil líticos, provavelmente dos caçadores-coletores. O sítio Armando Wortmann, na confluência do rio Uvá com o rio Uruguai, apresenta o mesmo fenômeno.<sup>344</sup>

Estava entre os objetivos de Carbonera “saber se os grupos ceramistas estavam convivendo, ou se estavam ocupando o mesmo espaço, ou se havia algum tipo de contato entre eles”.<sup>345</sup> Na ocasião, sítios foram datados e separados de acordo com a cultura material dos grupos. Posteriormente, estabeleceram-se comparações entre os materiais e as datas, e percebeu-se que eram diferentes. Embora fossem contemporâneos, e certamente se conhecessem, naquele local eles viveram em períodos diferentes.<sup>346</sup>

Além disso, foi empreendida uma separação entre os grupos, no sentido de ver se tinha havido algum contato, ou algum tipo de troca cultural a ponto de mudar a produção da cultura material, mas não no material lítico, porque é muito difícil perceber isso, apenas na produção da cerâmica”. Verificou-se que não houve influência mútua.<sup>347</sup>

Carbonera infere que “possivelmente poderiam intercambiar vasilhames inteiros, algo difícil de observar; mas não houve a mescla das duas culturas a ponto de juntarem suas técnicas culturais na produção da cerâmica”.<sup>348</sup> Então, “[...] se provou que havia dois tipos de cerâmicas em momentos diferentes e que cada grupo continuou produzindo a cerâmica à

<sup>344</sup> Cf. CARBONERA, 2015b, *passim*.

<sup>345</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>346</sup> Cf. CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>347</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a.

<sup>348</sup> CARBONERA, 2015b, *passim*.

sua maneira. Desde a pasta que era usada para a fabricação da cerâmica; o tipo da pasta de um grupo e de outro são completamente diferentes”.<sup>349</sup> A tese de Carbonera é um estudo de caso, específico da Volta do Uvá, mas, através do empírico, ela mostrou que as culturas Jê e Guaraní ocuparam o mesmo espaço e mantiveram seu estilo de produzir cerâmica porque ocuparam o espaço em tempos cronológicos diferentes.

#### 1.4.8 Reflexos das reduções jesuíticas no oeste catarinense

No século XVII, as missões ou reduções jesuíticas objetivaram manter a hegemonia da Igreja Católica e defender os interesses das coroas ibéricas na América. Segundo Tau Golin, essas reduções eram

[...] uma extensão da cristandade. Um bloqueio espanhol ao expansionismo lusitano, em uma aliança com o indígena no geral ameaçado pelo mesmo inimigo, o bandeirante, cujas bandeiras e entradas aumentavam os domínios de Portugal e escravizavam especialmente o Guaraní agricultor, mão de obra valorizada nas lavouras. Unindo o interesse jesuítico e indígena, formou-se uma sociedade alternativa ao colonialismo, baseada na ‘propriedade coletiva do povo’, mantendo igualmente os espaços de uso da família extensa e suas relações de parentesco. Na guerra que pôs fim à experiência missionária, os colonialismos ibéricos a justificaram como uma obra que criava espaços autônomos.<sup>350</sup>

Esses espaços autônomos em que se constituíram as reduções jesuíticas eram “insuficientemente integrados à economia colonial”<sup>351</sup>. Nas reduções,

<sup>349</sup> CARBONERA, 2015b, *passim*.

<sup>350</sup> GOLIN, Tau. Apresentação do minicurso A guerra guaranítica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU – A experiência missionária: território, cultura e identidade, de 25 a 28 out. 2010, 7., São Leopoldo (RS).

<sup>351</sup> BAPTISTA, Jean.º A visibilidade étnica nos registros coloniais missões guaranis ou missões indígenas? In:

[...] tudo o que estava ligado à esfera das decisões era ditado pelos padres; o que era considerado indiferente por estes permanecia tradicional. Essas reduções foram fundadas a partir de 1609 no que hoje é o Paraguai, Argentina e Brasil, tornaram-se conhecidos como povoados de indígenas Guarani – embora muitas experiências, como a do Guayrá, tenham sido um bom exemplo das múltiplas etnias escamoteadas sob uma única definição étnica.<sup>352</sup>

De acordo com Schmitz, a missão não chegou até o oeste catarinense:

[...] ficou no Rio Grande do Sul, no rio Ijuí, porque provavelmente eles não tiveram tempo de chegar ao Alto Rio Uruguai. As missões começaram em 1626, no Rio Grande do Sul, com Roque Gonzáles, e já na década de 1630 os paulistas destruíram parte delas e as outras se refugiaram na Argentina, donde seus descendentes voltaram meio século depois, fundando os Sete Povos. O mais setentrional desses povos é Santo Ângelo, fundado em 1707. Talvez alguns índios do Alto Rio Uruguai fossem às missões individualmente, mas a missão, como tal, nunca chegou nesse lugar.<sup>353</sup>

Geograficamente, “as reduções ficavam bastante longe, não chegando ao oeste catarinense; nem se conhecem notícias de retirada de índios locais para essas missões”.<sup>354</sup> Nesse tempo, “[...] os bandeirantes paulistas desciam pelo rio para atacar os índios missioneiros e podem ser os responsáveis pelo despovoamento do vale. Quando se fixa o povoamento europeu, os índios não estão mais no local”.<sup>355</sup>

---

KERN; GOLIN, 2009, p. 554.

<sup>352</sup> BAPTISTA, 2009, *passim*.

<sup>353</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>354</sup> SCHMITZ, 2011, p. 88.

<sup>355</sup> SCHMITZ, 2011, p. 88.

Jean Batista escreve que, “em precaução ou após os ataques, os missionários do Guayrá experimentaram transmigrações orientadas pelos jesuítas em direção ao Paraguai”.<sup>356</sup> Nesse intento, “muitos indígenas se perderam no caminho ou optaram por abandonar a empreitada, enquanto os demais fundaram novos povoados em terrenos distantes dos colonos portugueses ou foram distribuídos entre os povoados já existentes no lado paraguaio”.<sup>357</sup>

Corroborando o que Batista escreve, em 2019, na entrevista para esta tese, Schmitz explicou que um possível início para a ocupação do Guarani no oeste de Santa Catarina seria

[...] por volta dos séculos XIV e XV da nossa era; porém, os Guarani que atualmente vivem nessa região não são remanescentes das antigas ocupações, eles são de migrações posteriores. As missões se concentraram no Rio Grande do Sul e não os atingiram em sua primeira expansão. A hipótese mais provável é que eles foram caçados pelos bandeirantes paulistas depois que estes tinham levado os Carijó do litoral meridional do Brasil (eles afirmam que seriam uns 120.000) e levado uns 60.000 Guarani das missões dos jesuítas. Quando foram rechaçados pelos índios das missões, os paulistas, desesperadamente, caçaram todo índio que ainda sobrava pelos matos. Sendo que os Guarani-Mbyá que estão hoje no sul do Brasil são de um movimento posterior, do século XX, vindos do Paraguai e da Argentina. Eles reocupam áreas que consideram de sua antiga ocupação. Às vezes eles estão encostados em reservas Kaingang, outras vezes têm suas próprias reservas. Eles têm o seu caminho, no qual existem assentamentos pelos quais se locomovem, permanecendo sempre entre parentes. São movidos pelo mito da “Terra sem males”, que lhes dá orientação e força para saírem de seus problemas e, no caso concreto, os leva a caminhar. O mito lhes ensina que existe uma “Terra sem males”, que estaria do outro lado do oceano, de onde teria vindo o ‘Kekuíta’ [jesuíta], seu herói fundador, que estruturou a sociedade e lhes ensinou a agricultura, as aldeias, o parentesco. Por isso caminham sempre em direção ao oceano.

<sup>356</sup> BAPTISTA, 2009, p. 210.

<sup>357</sup> BAPTISTA, 2009, p. 210.

Eles não se consideram ‘índios do mato’, como seriam os outros, mas ‘civilizados’, porque descendem do ‘Kekuita’. Isto os deixa tranquilos.<sup>358</sup>

Schmitz faz uma ressalva, abrindo um parêntesis para falar da história do índio Potiguara (Tupi) do Maranhão, que também entrou em depressão e buscou a solução por diversos caminhos – a história é contada por Darcy Ribeiro, no livro *Uirá vai à procura de Deus*.

Uirá tenta diferentes caminhos para se livrar de seu problema interno: bate nas pessoas da família, faz a guerra a outras aldeias, leva a família para a cidade, onde perde tudo e, no fim, se lembra de procurar a Deus do outro lado do oceano. Ele rouba um barquinho e se mete mar adentro, onde é caçado pela Funai [Fundação Nacional do Índio], que o manda de volta para a reserva. Totalmente desarvorado, ele vai caminhando, entra no rio e se afoga lentamente. Na crença indígena, você só pode chegar a Deus se for chamado por ele, através da morte. Por isso, Uirá nunca encontrou sossego. O suicídio foi um problema muito grande nas Terras Indígenas Kaiowá do Mato Grosso do Sul nas décadas de 1980 e 1990. Sessenta, setenta ou mais crianças e jovens se suicidavam por ano, e de uma forma muito consciente, bebendo agrotóxico ou se enforcando, amarrando-se numa árvore e ajoelhando para morrer. Como o suicida não entra no Paraíso, fica vagando sozinho e chama seus irmãos para lhe fazerem companhia na desgraça. A solução dos Mbyá buscando o Paraíso, a “Terra sem males”, se não oferece uma saída para a crise, é menos radical.<sup>359</sup>

Com o relato apresentado por Schmitz, fecha-se o parêntese que ele abriu para contar a história do indígena Potiguara (Tupi) do Maranhão. Adiante, apresenta-se uma síntese constituída por Schmitz sobre as três ocupações formadoras da história indígena de longa duração do oeste catarinense.

<sup>358</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>359</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

## 1.5 CAÇADOR-COLETOR, JÊ E GUARANI: CONSIDERAÇÕES DE SCHMITZ

Nesta parte, inserem-se as “considerações finais” proferidas por Schmitz sobre as ocupações humanas mais antigas do oeste catarinense. Esse depoimento também data de 10 de julho de 2019, em São Leopoldo (RS), no IAP. Depois de mais de oito horas de conversa, Schmitz considerou importante fazer o fechamento que seguirá registrado, na íntegra, de acordo com a edição feita pelo autor

Quando você fala em tradição, você diz uma cultura que se mantém durante um tempo e em determinado espaço. A tradição Umbu que nós conhecemos vai do Rio Paranapanema, entre Paraná e São Paulo, até a República Oriental do Uruguai e se estende sobre o planalto até o Paraguai. Quando você passa do Paranapanema, ainda encontra “pontas de projétil”, mas elas têm outras características, e a cultura também, mas ela nunca foi muito explicitada. Do Uruguai [país] para baixo ainda existem outros indígenas que fazem pontas, mas de outra forma. É um outro grupo étnico. A tradição Umbu caracteriza um modo de vida caçador de pequenos grupos móveis, que começa uns 10.000 anos atrás e se estende ao menos até 1.000 anos d.C. Não se conhecem descendentes. Sobre a tradição Tupiguarani, há uma quantidade de grupos, que falam Tupi, espalhados pelo Brasil. Então, quando a gente fala da tradição cerâmica Guarani (ou subtradição Corrugada Tupiguarani), se refere a uma determinada região, que inclui o Mato Grosso do Sul, o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, mais alguns grupos dispersos ao longo do Rio Uruguai até Buenos Aires. Sua cronologia, nesse espaço, dura uns 2.000 anos. O grupo Guarani caracteriza uma população agricultora que plantava milho, mandioca, abóboras, amendoim. Provavelmente trata a mandioca pelo processo de mandioca puba (mandioca podre) e não pelo processo amazônico de ralar e fazer a farinha. Hoje existem na área três dialetos, falados por grupos diferentes: os Mbyá (RS, SC, PR), os Kaiowá (MS), os Ñhandeva (SP). Sobre a tradição Taquara-Itararé, o grupo “Jê” supõe-se ter nascido no cerrado do Brasil Central, em área aberta com duas

estações anuais, uma chuvosa, outra seca. Dali partiram grupos, em tempos diferentes: primeiro para o do Sul, depois também para o oeste, o norte e o leste. O Jê Meridional se adaptou aos altos campos do sul, inicialmente rasos e aos poucos cobertos por bosques de araucária. Inicialmente seriam caçadores nômades, depois aprenderam a manejar o mato e se foram estabilizando, finalmente desenvolveram a agricultura. São os antepassados dos grupos Kaingang, ao sul e este, e os Xokleng, ao Norte e Leste com relação ao rio Uruguai e seus formadores. Hoje sua população está novamente crescendo.<sup>360</sup>

No excerto, percebeu-se que a indústria Umbu está “mascarando” uma diversidade cultural (e possivelmente étnica) muito maior. Por isso, é preciso utilizar o termo com cautela, sempre deixando claro que se trata de uma classificação tecnológica sobre a qual podem estar abrigados diferentes grupos com distintas características étnicas, linguísticas, culturais, etc.

Percebeu-se, portanto, que a tradição Umbu não corresponde necessariamente a um grupo étnico. Tal terminologia é utilizada, sobretudo, para se referir a uma tecnologia de produção de artefatos líticos. Eventualmente, essa tecnologia pode ter sido compartilhada por diferentes grupos étnicos, com distintas características culturais e sociolinguísticas. Portanto, é prudente que o termo tradição Umbu seja empregado juntamente com a ressalva ou alerta de que não deve ser compreendido como sinônimo de grupo étnico ou mesmo “povo Umbu”, mas sim uma denominação tecnológica ou uma referência ao modo de vida de diferentes populações de caçadores-coletores.

A mesma ressalva pode ser feita em relação às tradições Tupiguarani e Taquara/Itararé, embora, nesses casos, seja possível estabelecer correlações com grupos étnicos historicamente conhecidos e atualmente representados na região. Todavia, é interessante também manter a compreensão de que tanto a tradição Tupiguarani, quanto a Taquara/Itararé igualmente podem

<sup>360</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

abarcam diferentes grupos que, embora aparentados linguisticamente, também apresentavam determinados graus de distinção etnocultural. A título de exemplo, tem-se os povos Mbyá, Kaiowá e Nhandeva cuja cerâmica é abarcada pela tradição Tupiguarani, e os povos Kaingang e Xokleng, além, provavelmente, dos povos outrora falantes das já extintas línguas Ingain e Kimdá. Nesse exemplo, percebeu-se o uso de duas tradições para referenciar a tecnologia cerâmica de pelo menos sete grupos étnicos.

Por analogia, pode-se pressupor que a tradição Umbu abarcava uma vasta gama de diferentes grupos étnicos. Tal raciocínio é corroborado pela vasta extensão territorial da tradição, e mesmo por pesquisas arqueológicas recentes. Para encerrar este texto, em conjunto com os anteriores, faz-se apropriação dos registros de Jaisson Teixeira Lino, ao escrever que as reflexões apresentadas, “talvez, para os arqueólogos, não tragam nenhuma novidade, mas que, colocadas no diálogo com historiadores, acredita-se adquirir uma significação relevante no que concerne ao descompasso observado entre o fazer arqueológico e historiográfico”.<sup>361</sup> A oralidade, utilizada como principal fonte neste primeiro capítulo, possivelmente tenha contribuído para “conectar” a história e a arqueologia, que, em conjunto com outras ciências citadas pelos entrevistados, como a linguística e a antropologia, por exemplo, contam a história indígena de longa duração (a partir de 11.700 anos) da região Oeste de Santa Catarina e suas áreas adjacentes.

### *Diálogo artificial entre as fontes: o Guarani*

Este trecho se detém ao cruzamento entre os depoimentos de Schmitz dados em 2013 e 2019, e os de Carbonera, em 2015 e 2021, para denotar as diferenças e as semelhanças que partilham sobre a história dos Guarani, uma

<sup>361</sup> LINO, Jaisson Teixeira. **Arqueologia Preventiva da Linha de Transmissão 69 KV PCH Rodeio Bonito – Chapecó I**. Relatório de Pesquisa. Içara: Arqueosul, 2009, p. 1.

das ocupações humanas que compõem a história indígena de longa duração no sul da América do Sul e, portanto, do oeste catarinense.

No tocante à palavra “tradição”, Schmitz enfatizou que é a reunião de diversas fases que têm características semelhantes, ocupam um território contínuo ou espaços contíguos e se reportam a antepassados comuns. Ainda, explicou que as etnias indígenas deveriam ser escritas no singular e com inicial maiúscula, decisão tomada na década de 1950, numa convenção de antropologia, para evitar erros na tradução em diferentes idiomas.<sup>362</sup>

Schmitz explicou que a língua guarani (falada pelo grupo étnico Guarani) é da família linguística Tupi-Guarani; já para a tradição cerâmica, se escreve “Tupiguarani”, sem o hífen, para distingui-la da família linguística. Hoje existem na área três dialetos, falados por grupos diferentes: os Mbyá (RS, SC, PR), os Kaiowá (MS), os Nhandeva (SP). A tradição Tupiguarani se refere a uma determinada região, que inclui o Mato Grosso do Sul, o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, mais alguns grupos dispersos ao longo do rio Uruguai até Buenos Aires. Sua cronologia, nesse espaço, dura uns 2.000 anos.<sup>363</sup>

Carbonera, assim como Schmitz, disse que os Guarani são de origem amazônica, mais especificamente da região do rio Madeira, e que de lá eles teriam migrado, possivelmente há 3.000 ou 4.000 anos; uma parcela ocupou o litoral brasileiro e a outra foi para a parte mais meridional, alcançando até o Rio da Prata. Em consonância com o depoimento de Carbonera, Schmitz narrou que saíram do sul da Amazônia, da bacia do rio Guaporé, aproximadamente há 2.000 ou 3.000 anos, e migraram para as matas da bacia do rio Paraná, do rio Paraguai e, mais tarde, do rio Uruguai. Na região Oeste de Santa Catarina, às margens do rio Uruguai, as principais datas são de 500 a 600 anos – o início seria pelos séculos XIV e XV.<sup>364</sup>

<sup>362</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>363</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>364</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a. | SCHMITZ, 10 jul. 2019. | SCHMITZ, 7 maio 2013a.

Como já foi dito, Carbonera citou que um dos processos migratórios dos Guarani se direcionou para a parte mais meridional, até o Rio da Prata. Compartilhando dessa colocação, Schmitz registrou que no oeste catarinense eles chegaram subindo o rio Uruguai até seus formadores, o Pelotas e o Canoas. Permaneceram na mata junto ao rio porque os campos vizinhos, no planalto, eram dominados pelos índios Kaingang e Xokleng, embora os Guarani da encosta subissem ao planalto para caçar índios Jê para festas antropofágicas.<sup>365</sup>

No que diz respeito aos aspectos econômicos, Schmitz e Carbonera partilham ideias em comum. Schmitz lembrou que, próximo às corredeiras do rio Uruguai, em ambos os lados, construíram suas aldeias, eram hábeis canoeiros, faziam plantios de milho, batata-doce, feijões, amendoim, cará, mandioca e abóboras, por meio da técnica de coivara; caçavam antas, porcos-do-mato e macacos; pescavam peixes grandes e moluscos; viviam com qualidade.<sup>366</sup>

Em relação aos aspectos políticos e sociais, Schmitz salientou que eles eram solidários na casa e na aldeia, eram coordenados por caciques locais, mas nunca formaram um Estado, mesmo quando a população Guarani era numerosa no sul do Brasil, nordeste da Argentina e no Paraguai. Também lembrou que o parentesco era transmitido pelo pai; a mãe não transmitia. O casamento preferencialmente era com a sobrinha, filha da tia, que tinha o parentesco do pai dela. Um cacique importante podia reunir mais de 20 mulheres. Em virtude da guerra, acidentes ou problemas de saúde, viviam aproximadamente 20 ou 30 anos. Praticavam o antropofagismo, acompanhado de bebedeiras de cauim. Para se tornar adulto, um jovem precisava caçar um inimigo, outro Guarani, Kaingang ou Xokleng, e oferecê-lo para seus amigos em uma festa.<sup>367</sup>

<sup>365</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015a. | SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>366</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015. | SCHMITZ, 7 maio 2013a.

<sup>367</sup> SCHMITZ, 7 maio 2013a.

Por outro lado, Carbonera, ao tratar dos costumes, detalhou que preferencialmente os Guarani ficavam próximos aos grandes rios. Eram canoeiros, agricultores, sedentários, viviam em grandes grupos e grandes aldeias. Produziam uma quantidade imensa de cerâmica, grandes vasilhames com paredes grossas, com acabamentos lisos e plásticos, inclusive com pinturas. Também falou que os Guarani geralmente colocavam os mortos em vasilhames cerâmicos.<sup>368</sup>

Sobre a religião, Carbonera não adentrou muito neste aspecto; entretanto, Schmitz registrou que eles acreditavam em algo superior (Tupã), mas não há muita informação sobre crenças primitivas. Com as missões, que começaram em 1626 no Rio Grande do Sul, foram implantadas novas crenças. O missionário achava que Tupã poderia representar o Deus cristão. O Guarani tinha a ideia de uma outra vida, de que iriam para um outro lugar agradável, com tudo o que pudessem querer. Também disse que as missões jesuíticas não chegaram ao oeste catarinense, ficaram no Rio Grande do Sul, no rio Ijuí – possivelmente os missionários não tiveram tempo de chegar ao Alto Rio Uruguai. Lembrou que os atuais Guarani não são remanescentes dos grupos primitivos; os Guarani-Mbyá que estão hoje no sul do Brasil são de um movimento posterior, do século XX, vindos do Paraguai e da Argentina.<sup>369</sup>

Por fim, Schmitz enfatizou que os Guarani reocuparam áreas que consideraram de suas antigas ocupações. Às vezes, eles estão encostados em reservas Kaingang; outras vezes, têm suas próprias reservas. São movidos pelo mito da “Terra sem males”, que lhes dá forças para saírem de seus problemas e, no caso concreto, leva-os a caminhar, permanecendo sempre entre parentes. A “Terra sem males”, que os orienta, estaria do outro lado do oceano, de onde teria vindo o ‘Kekuita’ [jesuíta], seu herói fundador, que

<sup>368</sup> CARBONERA, 14 abr. 2015.

<sup>369</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019. | SCHMITZ, 7 maio 2013a.

estruturou a sociedade e lhes ensinou a agricultura, as aldeias e o parentesco. Por isso, caminham sempre em direção ao oceano.<sup>370</sup>

...

Chegou-se ao fim desta “viagem” ao passado remoto do oeste de Santa Catarina e suas áreas adjacentes. As narrativas de Mazz, Carbonera, Corteletti, Schmitz e de outros autores possibilitaram a constituição de uma síntese sobre a milenar história indígena dessa região. Esta síntese poderá servir como parâmetro para o entendimento sobre os caçadores-coletores, que, há 11.700 anos, desde o final da última glaciação, deixaram vestígios no Alto Rio Uruguai. Essas populações de acordo com Carbonera e Schmitz, seriam as portadoras da tradição Umbu na vanguarda dessa ocupação mais remota – e as pontas de pedra de suas flechas são o seu “crachá”, conforme lembrou Schmitz.

Nesse mesmo recorte espacial, porém em outro recorte temporal, aproximadamente há 3.000 anos, os grupos Jê meridionais teriam se expandido pelo território. Mais tarde, por sua vez, os Guarani também se estabeleceram na região. Até o momento, sabe-se que, possivelmente, foram essas as ocupações indígenas que habitaram a região Oeste do estado de Santa Catarina e seu entorno, antes e depois da chegada dos europeus à América. Em relação aos grupos indígenas da atualidade, os Kaingang, Xokleng e Guarani são majoritários.

Notou-se que muitas configurações da história que cercam os antigos povos indígenas da região Oeste de Santa Catarina podem ser contempladas por meio de sua cultura material: as pontas das flechas dos portadores da tradição Umbu; os fragmentos cerâmicos ou vasilhames inteiros feitos de barro, utilizados inclusive como urnas funerárias, dos Guarani; os líticos

<sup>370</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019. | SCHMITZ, 7 maio 2013a.

de cada grupo; os pisos rebaixados das moradias, os danceiros e os aterros-plataforma que identificam os Jê. Todos esses, e outros mais, são vestígios que requerem estudos constantes para proporcionar entendimento científico sobre esse povoamento de vanguarda na região.

Esse conhecimento, amparado pela legislação, está sendo efetivamente disseminado nas escolas do oeste Catarinense? Ou é o senso comum que ainda rege o entendimento sobre o tema? O quarto capítulo desta tese buscará responder a essas questões.

Na sequência, o segundo capítulo tratará da delimitação geográfica do oeste Catarinense contemporâneo e de suas fricções étnico-históricas. O texto dedica-se a definir a região e discutir sua formação, evidenciando que a atual configuração do oeste é resultado de processos de expropriação e reocupação. Tais dinâmicas geraram tensões étnicas que reverberam até os dias atuais na sociedade e, conseqüentemente, no ambiente escolar.

## 2 UMA REGIÃO DE FRONTEIRA: FRICÇÕES ÉTNICO-HISTÓRICAS E A DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO (ATUAL) OESTE CATARINENSE



A narrativa deste capítulo se entrelaça com aspectos históricos de uma região de fronteira, seus conflitos e suas complexidades. A distribuição dos assuntos se detém a uma cronologia longa e imprecisa, que informa e reflete sobre os termos “região”, “fronteira”, existências étno-históricas e sobre um projeto sistemático da tentativa de extermínio e exclusão do indígena (essencialmente), além do negro e do caboclo.

Problematizam-se a “existência” (realidade) e a “percepção”, que fazem a memória, acerca da coletividade indígena na produção territorial dessa região, bem como a ideia de necropoder ou necropolítica (categoria que ajuda a pensar as dinâmicas políticas e culturais do Estado), ou seja, a “política como trabalho da morte, e a soberania expressa predominantemente como o direito de matar”<sup>371</sup> – ideia desenvolvida pelo camaronês Achille Mbembe. Na obra, o autor questiona os limites da soberania do Estado que determina quem deve viver e quem deve morrer. Pode-se aferir que há, na invisibilidade dos povos indígenas em âmbito escolar, o reflexo de um conjunto de violências desencadeadas pelo Estado desde os tempos coloniais.

Este capítulo será constituído com base em fontes documentais: duas Cartas Régias (a de 5 de novembro de 1808 e a de 1º de abril de 1809) e o

<sup>371</sup> MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2020, p. 6.

Decreto n.º 2.502, de 16 de novembro de 1859, que trata sobre a instalação da colônia militar de Chapecó; fonte oral: palestra ministrada por Arlene Renk no centenário de Chapecó (SC); fontes visuais: mapas e imagens; fontes bibliográficas; fontes escritas: questionário estruturado destinado a Adelar Heinsfeld (anexo b) e dois livros de época – *Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*, de Arthur Ferreira da Costa, publicado em 1929, e *Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*, de José Boiteux, publicado em 1931.

Essas fontes são importantes para sustentar a tese proposta, porque possibilitam o entendimento acerca do protagonismo indígena na formação territorial do espaço estudado e a representação dessa história de longa duração na sala de aula, tema do capítulo quatro. A região em foco é o oeste catarinense na contemporaneidade. Entretanto, o tema da tese também contempla esse lugar no período anterior à chegada dos europeus à América. Dessa forma, o pensamento de Giovanni Lévi ampara teoricamente o estudo ao definir “*los cruzamientos de las dimensiones temporales*”.<sup>372</sup> Ou seja, as interpretações dar-se-ão em tempos diferentes, com sentidos diferentes, para explicar alguns resquícios do passado no presente. Outro elemento importante é a noção de que a “história regional remete necessariamente a duas áreas de conhecimento: a História e a Geografia, ou seja, que ela contém em si mesma as duas coordenadas – tempo e espaço – que a caracterizam”.<sup>373</sup>

Para Christopher Tilley, “o espaço não é e não pode existir dissociado de eventos e atividades nos quais está implicado”.<sup>374</sup> Então, pensando nas coordenadas tempo e espaço, citadas por Maria Rosa Carbonari, e no espaço associado às atividades humanas de acordo com Tilley, ao longo do capítulo, lança-se o olhar para alguns aspectos que explicam como se deu a constituição desse espaço no tempo, reconhecido na atualidade como oeste catarinense.

<sup>372</sup> LÉVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. **História Crítica**, Bogotá, n.º 69, p. 6, jul.-set. 2018.

<sup>373</sup> CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento: repasando y repensando la Historia Regional. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n.º 1, p. 5, 2009, tradução nossa.

<sup>374</sup> TILLEY, 1994, p. 4.

## 2.1 OESTE CATARINENSE: UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

Ao estudar a história de uma região, surge a possibilidade de compreender aspectos econômicos políticos, sociais e culturais, entre outros, atrelados a escalas maiores como a nacional, por exemplo. Para Albuquerque Júnior, a região aparece como “[...] um referente identitário que existiria *per si*, ora como um recorte dado pela natureza, ora como recorte administrativo, ora como recorte cultural”.<sup>375</sup> São justamente esses referentes identitários, administrativos e culturais que marcam a pauta deste capítulo.

Ao se estudar a região Oeste de Santa Catarina, pelo fato de ter em seu espaço geográfico uma área de fronteira, as reflexões de Adelar Heinsfeld também ganham importância quando ele escreve que “[...] as fronteiras e os países não existiram sempre, bem como não estiveram sempre onde estão. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais”.<sup>376</sup> Alguns dos processos sociais que resultaram na formação territorial da região Oeste serão elencados ao longo desta seção.

Sobre o recorte espacial da tese, realiza-se a “seleção da unidade de lugar para guiar a construção do relato”.<sup>377</sup> Esse lugar é o atual oeste catarinense, região que integra a parte ocidental do estado e é uma faixa entre o Paraná, o Rio Grande do Sul e Argentina, com extensão entre norte e sul de 130 km. A Figura 22 mostra o mapa do Brasil, com destaque a Santa Catarina e às delimitações do oeste catarinense.

<sup>375</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n.º 17, p. 55, janº/jun. 2008, p. 55..

<sup>376</sup> HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 20.

<sup>377</sup> BERTRAND, Romain. Historia Global, Historias conectadas: un giro historiográfico. **Prohistoria**, Rosário, v. 24, 2015, p. 7.

Figura 22 – Mapa do Brasil, com destaque a Santa Catarina e às delimitações do oeste catarinense



Fonte: Mapas (2019).

Na contemporaneidade, a faixa de fronteira catarinense abrange 82 municípios no espaço territorial de 150 km que adentra o interior do estado, a partir da linha limítrofe entre Santa Catarina e o país vizinho, a Argentina. A faixa tem uma área de 21.002 km<sup>2</sup>; possui 828.368 habitantes (13,26% da população de Santa Catarina); além disso, há as cidades trigêmeas – cidades fronteiriças vinculadas: Dionísio Cerqueira (SC), Bernardo de Irigoyen (província de Misiones/Argentina) e Barracão (PR).<sup>378</sup> São dez os municípios fronteiriços de Santa Catarina: Bandeirantes, Belmonte, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São José do Cedro e Tunápolis.<sup>379</sup>

Nas palavras de Heinsfeld,

[...] ao longo da história da humanidade, uma das questões que sempre preocupou o ser humano foi a dominação do espaço onde ele vivia. Para garantir as condições materiais para a sua

<sup>378</sup> Cf. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado e Planejamento. **Núcleo da faixa de fronteira**. Florianópolis: SEP, 2019. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/acoes/27-nucleo-da-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 4 jan. 2019.

<sup>379</sup> SANTA CATARINA. **Fronteira com Argentina**. Florianópolis: SEP, 2018. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/saudefronteiras>. Acesso em: 20 jan. 2019.

sobrevivência, o ser humano procurou delimitar o espaço onde exercia o seu domínio. Toda vez que ele procurou ampliar o seu espaço, entrou em choque com o seu vizinho, que, por sua vez, também tentava garantir o espaço da sua sobrevivência. Nesta luta pelo domínio e controle do espaço, surgiu a noção de fronteira.<sup>380</sup>

Conforme os registros de Heinsfeld, a luta pela sobrevivência, a delimitação do espaço e o choque com os vizinhos para ampliar a dominação do território provocaram o surgimento da ideia, da noção e do termo “fronteira”. Então, neste capítulo, entrelaçando os olhares de historiadores e interpretando as fontes, procura-se entender os processos de ocupação do território em tela, perpassados por conflitos étnicos, territoriais, políticos, econômicos relacionados à constituição das fronteiras de Santa Catarina, percebendo o protagonismo indígena.

Sobre o papel relegado ao indígena, na entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2021, Heinsfeld registrou:

[...] normalmente, no Brasil, a produção territorial é vista sob a ótica do capital e da sua reprodução. Então, em relação à atual configuração do território do oeste catarinense, há uma “invisibilidade indígena”, com sua presença não sendo considerada na formação deste pedaço do território nacional, até porque a contribuição indígena para a reprodução do capital é zero. O seu *modus vivendi* estava ou está muito distante daquilo que interessa ao capital. Assim sendo, quando o indígena aparece, é para ser visto ou tratado como um “estorvo” para a expansão do capital nessa região.<sup>381</sup>

A coletividade regional, de certa forma, foi forjada pelo Estado e por sua política colonizatória, que decidia quem morria e quem vivia. Mbembe

<sup>380</sup> HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN; VALENTINI; ZARTH, 2016, p. 25.

<sup>381</sup> HEINSFELD, Adelar. **Limites ocidentais de Santa Catarina**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 23 fev. 2021.

designa esse poder como necropolítica (a morte como política); para tanto, o autor se fundamenta nas ideias de Foucault sobre biopoder (o poder sobre a vida do outro, a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer).<sup>382</sup> Os povos indígenas, os negros escravizados e os caboclos nunca foram tratados pelo Estado da mesma forma como os descendentes de europeus; pode-se aferir que essas ações são reflexos da necropolítica conceituada por Mbembe.

## 2.2 AURORA OCUPACIONAL NO OESTE CATARINENSE

Referir-se ao oeste catarinense, na contemporaneidade, requer cautela porque se trata de uma região instituída, politicamente, pelo estado de Santa Catarina no princípio do século XX, após a Guerra do Contestado (1912-1916). Isso, porém, conforme pontuado no primeiro capítulo, não significa que “os processos de formação possuem seu momento de gênese na implantação dos núcleos coloniais (a partir do século XX)”, conforme ressalta Cristina Moraes.<sup>383</sup> A autora defende a ideia de que “o oeste catarinense não pode ser compreendido com início a partir da colonização, mas que esse espaço-tempo seja compreendido como um fundo territorial em processo de integração”.<sup>384</sup>

Apossando-se da ideia de Moraes, registra-se que esse “fundo territorial em processo de integração”, ao longo de séculos, já foi palco de disputas territoriais nacionais e internacionais. Antes dessas disputas, conforme pautado no capítulo anterior, esse recorte espacial abrigou

<sup>382</sup> Cf. MBEMBE, 2020, p. 17. | FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>383</sup> MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar**: a formação territorial do Oeste Catarinense (1880/1940). 2018. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018, p. 9.

<sup>384</sup> MORAES, 2018, p. 35. (Faz-se uma ressalva: a ideia de “fundo territorial” é de Antonio Robert de Moraes, discussão contemplada na obra *Ideologias geográficas*.)

caçadores-coletores, instalados há “11.700 anos, conforme os vestígios arqueológicos encontrados na foz do rio Chapecó, na barragem de Águas de Chapecó, no sítio ACH-LP-07”.<sup>385</sup> Depois disso, “chegaram os grupos agricultores vinculados às tradições cerâmicas Tupiguarani e Itararé-Taquara – estes chegaram tardiamente à região, aproximadamente há 1.000 anos, de acordo com Carbonera”.<sup>386</sup> Faz-se uma ressalva: “na região, ainda vivem indígenas da etnia Guarani, falantes do dialeto Mbyá e indígenas das etnias Kaingang e Xokleng, descendentes dos portadores das antigas tradições cerâmicas Taquara-Itararé, de matriz linguística Jê”.<sup>387</sup>

O processo de colonização no oeste catarinense expõe que ele é marcado a partir do século XVII, mas que há vestígios efetivos entre 1830 e 1840. Inicialmente, não houve uma povoação sistemática; eram aventureiros, desbravadores e excursionistas que começaram a percorrer pela região. Nesse sentido, a “pré-história” da região termina há mais ou menos 150 anos. Há dois tipos de indicativos que os arqueólogos fazem para datar o período, observando duas práticas que os desbravadores e colonizadores tinham quando chegavam a uma população indígena: vesti-los – então, encontram-se botões de roupas (até 1950, não existiam botões de plástico, as roupas eram fechadas com botões de metal); e a presença de instrumentos de trabalho, geralmente um facão ou um machado – dessa forma, encontra-se a lâmina de faca ou machado, facão, enxada. Entre os séculos XVII e XIX, há uma ruptura na forma de viver das populações indígenas que viviam no oeste de Santa Catarina e seu entorno.

O recorte da pesquisa se fundamenta na atual região Oeste, mas o fenômeno da ocupação espacial mais remota se estendia a outros estados e países. A história dessa ocupação por caçadores-coletores e, mais tarde, povos de origem Jê e Guarani está materializada, é visível através dos

<sup>385</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>386</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

<sup>387</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

diversos sítios arqueológicos espalhados pela região. Na atualidade, de acordo com Carbonera, existem centenas de sítios arqueológicos que datam dessas primeiras ocupações.<sup>388</sup> Isso demonstra que estavam (e estão) aqui; a ocupação foi e é efetiva. Porém, como essa presença indígena vai ser vislumbrada em âmbito escolar? Considerando que a paisagem encontrada pelo colonizador, seus manejos, o deslocamento pelas matas, os recursos alimentícios, entre outros condicionantes da sobrevivência no território, foram agenciados pelos indígenas presentes na área há milênios.

Na seção que segue, apresenta-se o olhar do príncipe regente do Brasil, Dom João VI, sobre os indígenas que viviam nos antigos campos de Guarapuava, área à qual o atual oeste catarinense pertencia no período colonial. Pretende-se, por meio de dois documentos oficiais, interpretar o lugar relegado ao indígena na formação territorial do oeste catarinense, além de perceber o papel do Estado e a ideia da necropolítica, defendida por Mbembe, que determinava quem vivia e quem morria. Trata-se de uma narrativa constituída por um príncipe; portanto, não enfoca a realidade a partir do olhar da população atacada (indígenas). São narrativas associadas ao contexto histórico monárquico comum ao século XIX.

## 2.3 A COROA E O BOTOQUE: REFLEXÕES SOBRE AS CARTAS RÉGIAS DE 5 DE NOVEMBRO DE 1808 E DE 1º DE ABRIL DE 1809

Escrever sobre o protagonismo indígena na formação territorial do oeste catarinense demanda que se observe esse lugar em tempos pretéritos porque os recortes geográficos e políticos contemporâneos da região, assim como de Santa Catarina e do Paraná, derivam de acordos estabelecidos

<sup>388</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021.

nos tempos da Guerra no Contestado, entre outros. Embora esse tema seja secundário na constituição desta tese, o assunto tem relevância pelo fato de possibilitar o entendimento sobre o destino imposto às populações indígenas a partir de políticas colonizatórias advindas dos períodos colonial, imperial e republicano.

Sinaliza-se que a primeira e a segunda parte deste texto fundamentam-se na análise de dois documentos oficiais: a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 e a Carta Régia de 1º de abril de 1809. As duas correspondências foram redigidas por Dom João VI, príncipe regente do Brasil, e remetidas a Antônio José da Franca e Horta, governador e capitão general da Capitania de São Paulo, que fazia parte do Conselho Real e era amigo do príncipe.

A primeira carta aborda os índios Botocudos<sup>389</sup>, sua cultura e povoação nos Campos Gerais de Curitiba e de Guarapuava – assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam, do outro lado, as cabeceiras do Uruguai.<sup>390</sup> A segunda carta, que reitera a primeira, detalha meticulosamente o projeto para iniciar a povoação apenas dos Campos de Guarapuava e para “civilizar” os “índios bárbaros” que “infestavam” o território “que, de uma parte, vai confinar com o Paraná e, da outra, forma as cabeceiras do Uruguai, que depois rega o país de Missões, e comunica assim com a Capitania do Rio Grande”.<sup>391</sup>

No trecho citado, aparece, entre outras, a parcela territorial à qual o atual oeste de Santa Catarina se integrava. Na época, a província do Paraná ainda não havia se formado; vinculava-se à Capitania de São Paulo, tendo sido desmembrada desta em 1853. Por outro lado, a província de Santa Catarina já havia sido criada “em 1739, a partir da separação da Província

<sup>389</sup> Sobre a denominação “Botocudos”, entre os antropólogos essa é uma palavra hoje considerada pejorativa, um estereótipo criado pelos não indígenas. Aliás, até mesmo “índio” é condenado por alguns que aconselham utilizar apenas “indígena” ou “Índio” (com inicial maiúscula) ou, ainda, “índio”.

<sup>390</sup> Cf. DOM JOÃO VI. [Carta Régia] 5 nov. 1808, Rio de Janeiro, [para] HORTA, Antonio José da Franca e. Província de São Paulo. Assunto: Abre os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos estancados. Disponível em: BRASIL. Câmara Federal. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg\\_sn/antioresa1824/cartaregia](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia). Acesso em: 22 jun. 2020.

<sup>391</sup> DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

de São Paulo”.<sup>392</sup> Faz-se uma ressalva: nas duas Cartas Régias, o termo para designar a subdivisão do território brasileiro é “capitania”. No entanto, a Constituição de 1824 registra a divisão territorial em “Províncias na fôrma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.”<sup>393</sup> As antigas capitanias coloniais foram intituladas “províncias” no Império e “estados” na República.

Clovis Antonio Brighenti, ao escrever sobre o recorte espacial das duas Cartas Régias, especifica que as regiões dos campos de Guarapuava e todo o oeste catarinense pertenciam à província de São Paulo até 1853<sup>394</sup>, quando passaram ao domínio do Paraná. Santa Catarina era constituída apenas pelo litoral e parte dos campos da serra acima, incluindo Lages. Os Campos de Palmas compreendiam todo o oeste catarinense. Nessa região, os Kaingang<sup>395</sup> circulavam livremente; porém, os conflitos que ocorriam mais ao norte (Guarapuava) interferiam em todo o território, devido à mobilidade e espacialidade Kaingang.<sup>396</sup> Francimar Petrolí escreve que “os Campos de Palmas, cuja área era de aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup>, foram disputados, por catarinenses e paulistas (visto que a emancipação da Província do Paraná ocorreria apenas ao fim deste período), no período de 1841 a 1853”.<sup>397</sup>

Atenta-se que o príncipe regente, nas cartas, se refere aos Botocudos, atualmente reconhecidos como Xokleng.<sup>398</sup> Esse grupo, juntamente com os Kaingang, antigamente identificados por Coroados, é “descendente

<sup>392</sup> BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020, p. 1.

<sup>393</sup> BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição do Império do Brasil: outorgada em 25 mar. 1824. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>394</sup> Fiz uma correção porque, no artigo, Brighenti especifica 1843, possivelmente um engano de digitação.

<sup>395</sup> Kaingang: “existem muitas outras denominações presentes na literatura para este povo, dentre as quais: Camé, Cayere, Cayrucré, Coroado, Dorin, Goyaná, Guayaná, Gualacho, Kadnyerú, Pinaré, Votôro, etc.” (JOLKESKY, 2010, p. 18.)

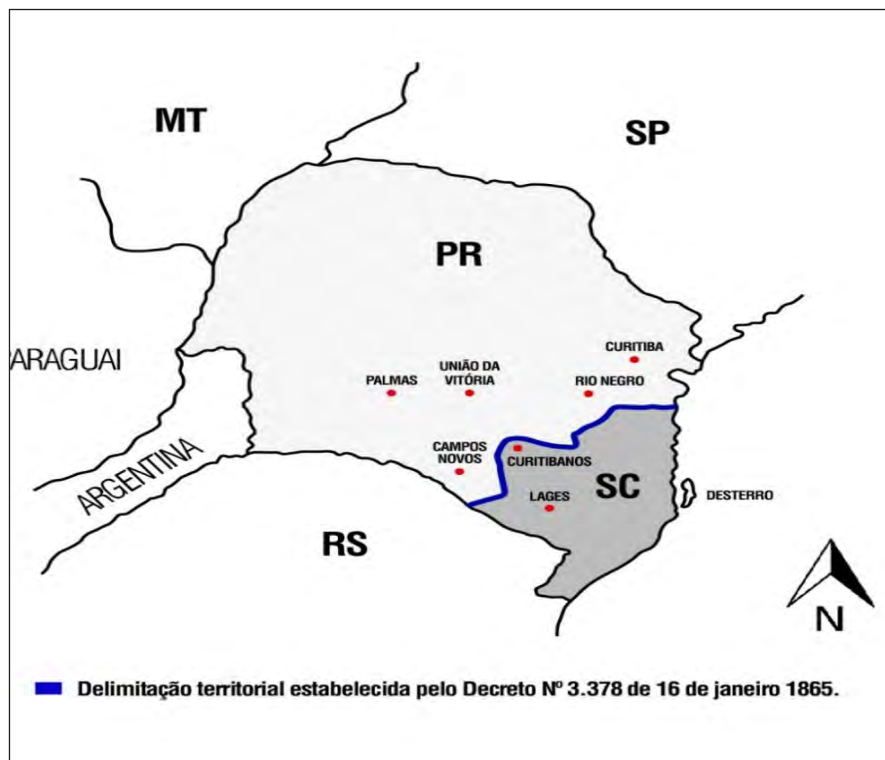
<sup>396</sup> Cf. BRIGHENTI, 2013, p. 1.

<sup>397</sup> PETROLI, Francimar. O ‘descobrimento’ dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no Sul do Brasil (1841-1853). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SC, 17., 2018, Joinville. **Anais ...**, Joinville, 2018, p. 1-19.

<sup>398</sup> Há Grupos Xokleng de Ibirama que se intitulam de Laklânô. Além desse, há o grupo de Porto União, Ngrokôthi-tô-prèy. São subgrupos e pode-se, inclusive, utilizar “Xokleng/Ngrokôthi-tô-prèy/Laklânô”.

dos portadores das antigas tradições cerâmicas Itararé-Taquara, de matriz linguística Jê<sup>399</sup>. A área citada em ambas as cartas pode ser vislumbrada por meio da Figura 23, que representa um mapa de 1865 e trata dos limites provinciais entre Paraná e Santa Catarina.

Figura 23 – Limites provinciais de Santa Catarina e Paraná, 1865



Fonte: Petrolí (2018, p. 187).

Ainda sobre o recorte geográfico abordado nas cartas reais, toma-se emprestado um trecho escrito por Carlos de Almeida Prado Bacellar, fundamentado nas ideias de Almir Antônio de Souza, no qual ele registra

<sup>399</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

que, na primeira metade do século XIX, a província de São Paulo ocupava uma dimensão territorial considerável; suas fronteiras ao sul se encontravam com a Argentina, o Paraguai e as províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A história dessas fronteiras – fronteira sul de São Paulo – pode ser contada pela análise e compreensão da ocupação e invasão das terras indígenas junto ao chamado Caminho das Tropas, ou Caminhos do Sul.<sup>400</sup> Essa estrada conduzia os rebanhos de animais e de produtos, como o couro e o charque, dos campos de criação do Brasil meridional até a Feira de Sorocaba, onde eram vendidos ou trocados por mercadorias como tecidos, roupas, aguardente, ferramentas, pólvora, chumbo e armas.<sup>401</sup>

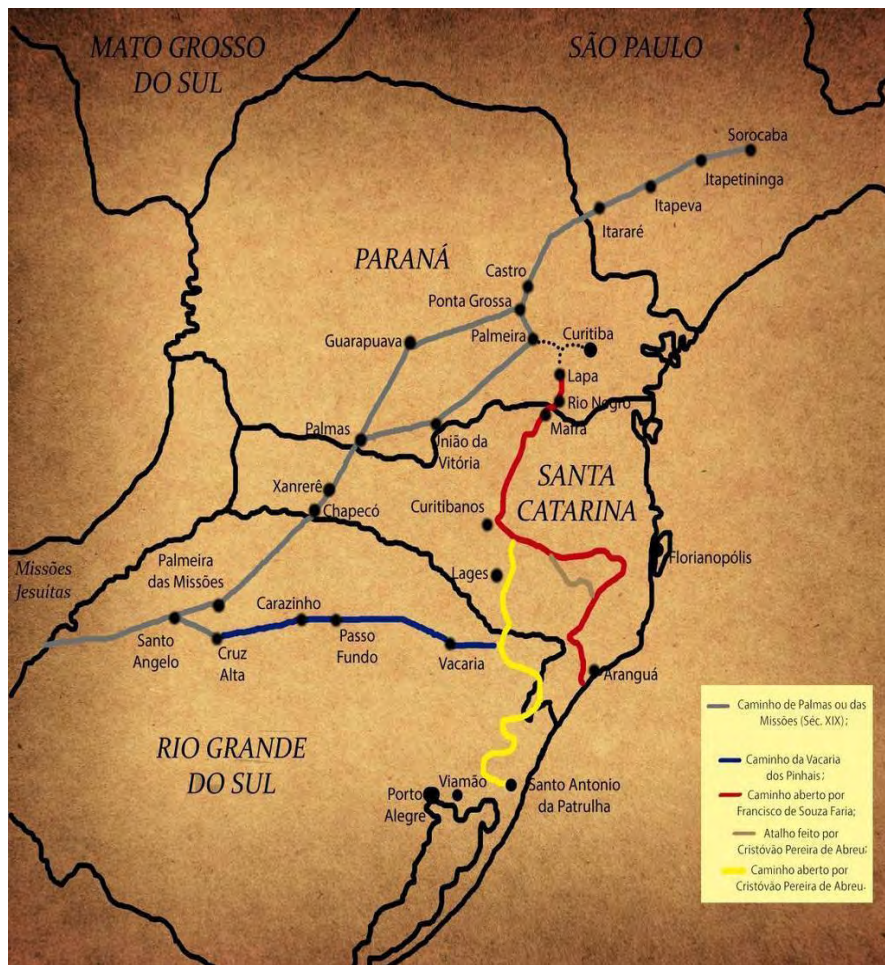
Os Caminhos do Sul eram as estradas que interligavam São Paulo a São Pedro do Rio Grande. São três as estradas citadas pela historiografia: Estrada de Laguna, Caminho das Tropas e Estradas das Missões – as duas primeiras foram abertas no século XVIII, e a última, a partir dos anos 1840. A Estrada das Missões era uma das ramificações do Caminho das Tropas. Existia um caminho principal que passava por Lages, Curitiba, Rio Negro e seguia; mas, além desse caminho principal, existiam ramificações, ou seja, outras tantas estradas e picadas: Caminho de Viamão, Caminho da Vacaria, Caminho da Praia.<sup>402</sup> O mapa da Figura 24 mostra os “Caminhos do Sul”.

<sup>400</sup> Sobre os Caminhos do Sul, o historiador Almir Antonio de Souza (2011, p. 91-109) desenvolve pesquisas relacionadas à escravidão e ao cativeiro de indígena nos caminhos “para o Continente do Sul ou Caminho das Tropas de animais, conduzidas desde os pampas gaúchos no Uruguai, Argentina e província de São Pedro do Rio Grande do Sul até a vila de Sorocaba”. As fontes utilizadas pelo autor são documentos do Brasil Colônia e Império, entre eles os da província de São Paulo, de Itapetinga (SP) até Lages (SC), recorte geográfico que perpassava o antigo Caminho das Tropas.

<sup>401</sup> Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba nos séculos XVIII e XIX). 1994. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. *In*: ENCONTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRRJ/Unirio, 2011, v. 1, p. 91-109.

<sup>402</sup> Cf. PETROLI, Francimar. **Caminhos do Sul**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 8 fev. 2021.

Figura 24 – Geodiversidade do caminho dos tropeiros no Paraná



Fonte: Liccardo e Piekarz (2017, p. 12).

Tais estudos são importantes porque uma das ramificações desse caminho, construído no século XIX, é a Estrada das Missões, que passava pelos antigos Campos de Palmas “situados entre os rios Uruguai e Iguazu, limitados a oeste pelos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, e a leste,

pelos rios Chapecó e Jangada”.<sup>403</sup> Ressalta-se que o Caminho das Missões foi aberto em 1840, 32 anos depois das referidas cartas reais. Em mapa apresentado por Brasil Pinheiro Machado sobre o Caminho das Tropas entre os séculos XVIII e XIX, há o caminho das Missões com o seguinte traçado: São Borja, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; Chapecó, em Santa Catarina; Palmas, Guarapuava, Imbituba, Tibagi, Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva, no Paraná; Itararé, Itapeva, Itapetinga, Sorocaba e São Paulo, em São Paulo – no entanto, há autores que citam, para o mesmo caminho, cidades diferentes.<sup>404</sup>

Wilmar da Rocha D’Angelis, ao se referir à extensão dos Campos de Palmas, sinaliza que eles estão, em sua maior parte, em territórios do atual oeste catarinense, abrangendo grandes extensões de terras nessa região. O autor cita que incluem, do Paraná atual, apenas os municípios de Clevelândia e Palmas, enquanto que, do atual estado de Santa Catarina, abrangem onze municípios: de São Lourenço do Oeste a Quilombo, a oeste; até Caçador, Rio das Antas e Videira, a leste. Desses municípios, seis têm a totalidade de seu território abrangida pelos referidos campos, e outros quatro, mais da metade de seu território.<sup>405</sup>

Apesar das várias incursões, oficialmente, “apenas em 1837, o Governo Provincial de São Paulo decidira a ‘descoberta’ dos Campos de Palmas”.<sup>406</sup> Sobre os Campos de Palmas, Souza destaca que eram conhecidos desde a ocupação de Guarapuava, quando já eram cobiçados

<sup>403</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1., 2007, Montevideo. *Anales...*, Montevideo: International Economic History Association – Universidad de la Republica, 2007, v. 1. p. 53-68.

<sup>404</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição à história agrária do Paraná. Formação da estrutura geral dos Campos Gerais. In: BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba: UFPR, 1963, v. 3. (Na dissertação “A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: caminho das missões e estrada de Palmas”, Hélio Moreira apresenta diversos autores que, diferentemente de Pinheiro Machado, referenciam outras cidades para o mesmo caminho.)

<sup>405</sup> D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: CADERNOS DO CEOM. 20 anos de CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. Chapecó, n.º 23, ano 19, 2006, p. 282.

<sup>406</sup> Cf. D’ANGELIS, 2006, p. 282.

pelos fazendeiros guarapuavanos. O povoado de Palmas era o início do novo caminho, a Estrada das Missões (como passaria a ser chamado), que se abria para intensificar o comércio nesse novo mundo do influxo colonial.<sup>407</sup>

Para Petrolí, a Estrada das Missões não era um simples caminho alternativo. A documentação consultada em sua tese de doutorado indica que a construção da estrada, nas décadas de 1840 e 1850, foi vista como uma obra imprescindível não apenas para o estabelecimento de uma nova rota comercial que ligaria Rio Grande do Sul e Sorocaba (SP); a Estrada das Missões, de acordo com os discursos oficiais, poderia possibilitar o controle do espaço situado entre os rios Iguazu e Uruguai. Era dessa forma que a referida via representava um empreendimento estratégico – tanto para as províncias quanto para o Império – ao domínio estatal dos vastos e ricos Campos de Palmas.<sup>408</sup>

Brighenti, no artigo “Povos indígenas em Santa Catarina”, reforça o que Petrolí, Souza e D’Angelis registraram sobre o mesmo assunto, ao apontar que a conquista dos Campos de Palmas era estratégica: do ponto de vista militar, em função da indefinição das fronteiras com a Argentina; e do ponto de vista econômico, dada a possibilidade de novas áreas para criação de gado, uma vez que os campos tinham pastagem natural sem necessidade de depender de mão de obra para derrubar a mata. O alto valor do imposto cobrado por Santa Catarina para as tropas de gado e muares provenientes da região das Missões no Rio Grande do Sul para o mercado de Sorocaba (SP), que passavam por Lages (SC), pressionava a busca de novos caminhos pelo oeste para acessar a região produtora. Penetrar nas terras do oeste não

<sup>407</sup> Cf. SOUZA, Almir Antônio de. **Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX**. Florianópolis, 2012. 420f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012, p. 265.

<sup>408</sup> Cf. PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), Porto Alegre, 2018, p. 112-113.

era tarefa fácil, em virtude da presença dos Kaingang<sup>409</sup> – acrescenta-se, também, a presença dos Xokleng e dos Guarani.

Adiante, será possível perceber que as denominações “Kaingang” e “Xokleng” não aparecem nas referidas cartas reais; Dom João VI utiliza o termo “Botocudos”. De acordo com Souza, os Xokleng utilizavam botoque, e os Kaingang, o cabelo cortado ao alto da cabeça, em forma de coroa; daí as designações “Botocudo” e “Coroado”, tão difundidas no Sul do País para fazer referência a grupos indígenas. Essas populações, invadidas pelos paulistas, não se autodenominavam, dessa forma, mas recebiam uma nomenclatura que lhes era atribuída pelo oponente.<sup>410</sup> “Índios Botocudos era como os colonizadores portugueses chamavam o disco com o qual alargavam os lábios.”<sup>411</sup> Sobre tais denominações em documentação colonial, D’Angelis refere:

[...] por “Bituruna” muitas vezes foram identificados os Xokleng; e os Guñanas (Gunhanás) são os também chamados Goianás”, “denominação genérica que se atribui a muitos grupos Kaingang. Já a denominação Tapes surgiu como denominação genérica de grupos Guarani a partir das Reduções no Rio Grande do Sul no século XVII, de acordo com jesuítas.<sup>412</sup>

Uma vez referenciadas algumas características históricas sobre o recorte geográfico apontado nas cartas régias, mesmo que essas características não se detenham apenas aos anos de 1808/1809 e avancem para os tempos do Império, principalmente no que se refere à Estrada das Missões, na sequência, com base nos documentos oficiais, serão observados alguns

<sup>409</sup> BRIGHENTI, 2013, p. 14-15.

<sup>410</sup> Cf. SOUZA, 2012, p. 210.

<sup>411</sup> GORTÁZAR, Aiara Galarraga. Zoológicos humanos, racismo disfarçado de ciência para as massas no século XIX. *El País*, São Paulo, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-05/zoo>. Acesso em: 9 jul. 2020.

<sup>412</sup> D’ANGELIS, 2006, p. 275. *In*: D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbangue**: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: CIMI Regional Sul, 1984, p. 8, 25.

aspectos da presença indígena na formação territorial dos Campos Gerais de Guarapuava. Lembrando que “o vastíssimo município de Guarapuava, do século XIX, correspondia a quase metade da província do Paraná”.<sup>413</sup> Também, evidenciam-se dinâmicas políticas de um Estado soberano que desencadearam um conjunto de violências para assegurar ao negro a escravidão e ao indígena, além da escravidão, a tentativa de extermínio.

D’Angelis, acerca do recorte temporal e espacial de ambas as cartas régias, escreve que a conquista e a ocupação dos Campos de Guarapuava se tornaram imperiosa somente no início do século XIX, em razão da economia portuguesa e em função da “geopolítica” colonial. Do reconhecimento, já feito, passa-se à necessidade de incorporação dos ditos campos. Isso ocorreu porque o território das Missões sul-rio-grandenses acabara de ser conquistado pelos espanhóis (em agosto de 1801) e era necessário consolidar a conquista, com um acesso mais direto e econômico à feira do gado em Sorocaba (SP).<sup>414</sup>

O príncipe regente do Brasil, Dom João VI, escreveu as cartas régias motivado pelo contexto apontado por D’Angelis. No artigo, o autor aponta que, de igual modo, toda a vasta região a oeste dos Campos Gerais de Curitiba e da Estrada para o Sul, via Lages, encontrava-se em quase total abandono, o que suscitava preocupações de natureza estratégica, uma vez que a fronteira entre os domínios de Portugal e Espanha, nessa região, permanecia indefinida, por falta de acordo entre as metrópoles, apesar do Tratado de Santo Ildefonso.<sup>415</sup>

Postos alguns dados históricos e geográficos sobre o recorte espacial registrado nas duas cartas régias, na sequência, entrelaçando fontes documentais e bibliográficas, faz-se a interpretação da Carta Régia de 5 de novembro de 1808.

<sup>413</sup> MOREIRA, Hélio. **A toponímia paranaense na rota dos tropeiros**: caminho das missões e estrada de Palmas. 2006. 269. (Dissertação em Geografia) – Universidade estadual de Londrina, Londrina, 2006, p. 25.

<sup>414</sup> Cf. D’ANGELIS, 2006, p. 276.

<sup>415</sup> Cf. D’ANGELIS, 2006, p. 276.

### 2.3.1 Carta Régia de 5 de novembro de 1808

Na primeira carta régia, o príncipe regente dividiu o documento oficial em quatro assuntos: os indígenas, os povoadores, a conservação das estradas e a prestação de contas. Em primeiro lugar, deteve-se à ordenação de medidas que deveriam ser tomadas em relação aos indígenas. Enfatizou que os Campos Gerais de Curitiba e de Guarapuava estavam “infestados” por índios, denominados “bugres”, que matavam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários:

[...] nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultivá-las em beneficio do Estado, de maneira tal que em todo o terreno que fica ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages, a maior parte das fazendas, que estão em dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os Indios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente victimas, e que até a mesma estrada chega a não ser vadeavel, senão para viajores que vão reunidos em grande numero e bem armados, quando antes não havia memoria, que os Indios atravessassem a estrada para a parte da Serra, e que as fazendas a leste da estrada se consideravam seguras e livres, chegando agora até a atacar o Registro que esta em cima da Serra no caminho que vai da Villa das Lages para Santa Catharina, e mostrando-se dispostos a querer atacar a mesma Villa, em cujas visinhanças têm chegado a matar povoadores; e constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptiveis não só da cultura de trigos, cevadas, milhos e de todas as plantas cereaes e de pastos para gados, mas de linhos canhamos e de toda a qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, além de que se acham no mesmo territorio terras nitrogeneas e muitas minas de metaes preciosos e de outros não menos interessante; sendo-me tambem igualmente presentes os louvaveis fructos que têm resultado das providencias dadas contra os Botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça

conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais solido bem que resulta do exercicio das facultades moraes do espirito, muito superiores ás phisicas e corporaes: tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzi-los a aldeiar-se, e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva [...]”<sup>416</sup>

Ao ler o fragmento citado, nota-se que as expressões “infestados” e “bugres” são de conotações depreciativas. O príncipe regente se refere aos Botocudos como se fossem “animais selvagens”, que se espalhavam em grande quantidade pelos Campos Gerais. De maneira subliminar, a ideia de Mbembe sobre necropolítica é perceptível nos termos que se referem aos olhos do conquistador, porque para ele a “vida selvagem” é apenas outra forma de “vida animal”<sup>417</sup>.

Mbembe, fundamentado nas ideias de Hannah Arendt, escreve que, na verdade, “o que diferenciava ‘selvagens’ de outros seres humanos era menos a cor de suas peles do que o fato que ‘se comportavam como parte da natureza’”.<sup>418</sup> Ainda, enfatiza que, comparados a ela, a natureza, os selvagens são, por assim dizer, seres humanos “naturais”, que carecem do caráter específico humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacravam, de certa maneira não tinham consciência de cometerem um crime”.<sup>419</sup> Mbembe infere que, para os europeus, os indígenas, por causa da maneira como se relacionavam com a natureza, eram considerados “animais” desprovidos de humanidade; logo, a vida animal não importava.

<sup>416</sup> DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808. (Observação: optou-se por manter a grafia de época nas citações diretas.)

<sup>417</sup> MBEMBE, 2020, p. 35.

<sup>418</sup> MBEMBE, 2020, p. 35-36. *In*: ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 277.

<sup>419</sup> Cf. MBEMBE, 2020, p. 36. *In*: ARENDT, 2012, p. 277.

Sobre o termo “bugre”, citado na carta régia, Souza escreve que é um “nome pejorativo dado aos índios do sul do Brasil, em contraposição aos povoadores que teoricamente estavam no bojo do que se chama civilização”.<sup>420</sup> Por outro lado, Paulo Pinheiro Machado disserta que a população “branca” que vivia nos Campos Gerais procurava liquidar com os “bugres” das regiões recém-ocupadas como uma forma preventiva de “limpeza de terreno”. Além da óbvia disputa por espaço, a população colonizadora não reconhecia os indígenas como gente. O autor referencia um antigo morador do vale do rio Timbó, afluente do Iguaçu, chamado Cipriano Fragoso, que, numa entrevista, lhe afirmou: “aqui não havia nada, não morava ninguém, só tinha mato, onça e bugre”.<sup>421</sup>

Ainda sobre os termos “infestados por índios denominados bugres”, no *Dicionário da escravidão e liberdade*, lê-se que o termo “infestado” denota a grande quantidade de indígenas à disposição, passíveis de serem escravizados, entretanto a luta pela sobrevivência tornava a tarefa complicada para seus captores. Primeiro, havia uma questão cultural: os indígenas não estavam acostumados com uma rotina de trabalho que visasse à produção de excedentes, já que sua cultura de trabalho era a de subsistência. Além disso, havia o fato de que o trabalho na lavoura, na visão dos indígenas, era um trabalho realizados pelas mulheres.<sup>422</sup>

Já nas primeiras linhas da carta régia, o príncipe denomina os indígenas de “hostis e incivilizados”, porque agiam com violência contra os povoadores. Possivelmente a hostilidade era provocada pelo desespero que certamente a população local sentia ao perder seus territórios ancestrais,

<sup>420</sup> SOUZA, 2012, p. 4-6.

<sup>421</sup> Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e formação política da Lideranças sertanejas do Contestado (1912-1916)**. 514. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 39. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>422</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

ao vivenciar a dolorosa experiência da guerra com táticas que lhes eram estranhas e ao não serem vistos como gente.

Noutro trecho, em que o autor enfatiza a impossibilidade de “civilizar povos bárbaros” e que a alternativa adequada seria submetê-los a uma escola severa para que esquecessem sua “natural rudeza”, a expressão “civilizar bárbaros” significava aniquilar seu *modus vivendi* para enquadrar, doutrinar, regular, domesticar e normatizar seu comportamento à obediência, para que se tornassem súditos de uma Coroa que pretendia explorar as terras indígenas do planalto meridional, gerar riquezas, além de assegurar à Coroa portuguesa a posse dessa área pleiteada pela Coroa espanhola.

À época da carta régia, assim como em períodos anteriores e posteriores, na Europa, disseminavam-se teorias sobre racismo científico, a crença de que os brancos eram superiores ao resto dos humanos. Nas capitais europeias, assim como no Brasil – a exemplo do que ocorreu mais tarde, no reinado de Dom Pedro II, no Museu Nacional –, realizavam-se grandes exposições de pessoas vivas, apresentadas como exóticas e selvagens nos zoológicos humanos. Esses eventos expõem a forma brutal pela qual o Ocidente construiu seu “Outro”, como transformou em espetáculo populações que ele próprio definiu como “selvagens” ou “incivilizadas”, explica Marina Cavalcante Vieira.<sup>423</sup> A “raça branca” (mãe do racismo) “sempre foi a sombra presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade dos povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles”.<sup>424</sup>

Fábio Francisco Feltrin de Souza sinaliza que o racismo é, talvez, um dos mais importantes dispositivos de captura e de localização, nessa topografia social, de quem vive e de quem morre, de quem está à mercê da morte, do abandono. Como pensar os países sem pensar nas tecnologias de poder? Também é impossível pensar como a grande máquina capitalista

<sup>423</sup> Cf. GORTÁZAR, 5 jul. 2020.

<sup>424</sup> MBEMBE, 2020, p. 18.

do século XIX foi estruturada a partir do extermínio indígena e do tráfico negreiro; é impossível pensar no estado de bem-estar social da Europa e nos tão aclamados sistemas de saúde ingleses sem entender essa acumulação de capital organizada a partir da usurpação de territórios indígenas e do tráfico de escravos.<sup>425</sup>

“Civilizar”, para o príncipe, significava assumir a cultura europeia, ocidental. O “civilizar” através de uma escola “severa” dar-se-ia por meio de imposições, de ideias educacionais e religiosas europeias consideradas superiores por aqueles que estavam chegando. Entre outros, tal objetivo seria alcançado graças à força bélica e às ações de membros da Igreja Católica Apostólica Romana, única crença oficializada, mais tarde, na Constituição de 1824.

Dom João VI, na carta, segue escrevendo, ainda na primeira parte, que a natural “rudez” inutilizava os meios humanos de “civilizá-los” e reduzi-los ao aldeamento, para que gozassem dos bens permanentes de uma sociedade “pacífica” e “doce”, debaixo das “justas e humanas” leis que regiam os “seus povos”, e que o sistema indígena de guerra defensiva era considerado inútil. No fragmento, fica explícito o centralismo monárquico na expressão “meus povos”. Nota-se, também, a desconsideração das populações indígenas como soberanas, com distintas organizações sociais, espaciais e econômicas, detentoras de saberes milenares, pois eram vistas apenas como “animais selvagens”. Dessa forma, “como ninguém aceitava plenamente a sua humanidade, a solução seria o seu afugentamento”.<sup>426</sup>

O fato de reduzi-los ao aldeamento para que gozassem dos bens permanentes de uma sociedade “pacífica” e “doce”, debaixo de leis “justas

<sup>425</sup> Cf. SOUZA, Fábio Francisco Feltrin de. Notas sobre a negrogovernança tropical. In: HEINSFELD. **Mesa Temática 01**: história e atualidade: democracia, política, necropolítica realizada no I Encontro Discente de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo: “Humanidades Digitais e os diálogos interdisciplinares no ensino, pesquisa e extensão em História. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JaS\\_SjfdfPg&feat](https://www.youtube.com/watch?v=JaS_SjfdfPg&feat). Acesso em: 3 fev. 2022.

<sup>426</sup> CUNHA, Lauro Pereira. Índios Xokleng e colonos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX). Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 190.

e humanas”, dava “boas razões para matar”.<sup>427</sup> Mbembe escreve que a “[...] expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”.<sup>428</sup> “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.”<sup>429</sup>

Por isso, a seguinte pergunta: leis “justas e humanas” para quem? Eduardo Galeano escreve que “[...] a sangria do Novo Mundo se convertia num ato de caridade ou numa razão de fé. Junto com a culpa nasceu todo um sistema de álibis para as consciências culpadas”.<sup>430</sup> As palavras “sociedade pacífica e doce, justas e humanas”, neste caso, se convertem num álibi para legitimar a invasão, a soberania do Estado, a guerra e a posse do território. Na carta, por meio das palavras do príncipe, vislumbra-se a maldade imposta por meio da guerra, da captura e da escravidão indígena. Há trechos em que se subentende que há preocupação em manter contatos amistosos, porém apenas para aqueles que se tornassem submissos, aldeados.

Segundo Souza, o aldeamento era destinado aos mansos, para os que já tinham sido domesticados e batizados. Os aldeados eram vistos como amigos, e os bravos, como inimigos que não tinham sido domesticados, pagãos, os índios do mato, da selva, os selvagens – em geral, eram assim chamados os que estavam nas fronteiras do Império, à medida que iam sendo encontrados e guerreados. Fato é que, no século XIX e já em boa parte do século XX, prevaleceram teorias eugênicas, que colocavam os povos indígenas como seres inferiores, e discutia-se sua humanidade ou não.<sup>431</sup> A ideia de que faltava humanidade ao indígena também foi compartilhada pelo

<sup>427</sup> Expressão proferida por Rubio. In: RUBIO, Davi Sánchez. **História e Direitos Humanos**. Palestra. Passo Fundo: Conferências Programa de Pós-Graduação, Universidade de Passo Fundo, 26 set. 2019.

<sup>428</sup> MBEMBE, 2020, p. 5.

<sup>429</sup> MBEMBE, 2020, p. 5.

<sup>430</sup> GALEANO, Eduardo. **Veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 42.

<sup>431</sup> SOUZA, 2012, p. 43.

conde de Buffon, ao afirmar “que nos índios, animais débeis e frígidos, não se registrava ‘nenhuma atividade da alma’”.<sup>432</sup>

Retomando a carta, ainda na primeira parte, Dom João VI segue pautando que suspendia

[...] os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar ordenar-vos: Em primeiro lugar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros Índios: que deveis organizar em corpos aquelles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles, e com a menor despeza possivel da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Índios infestadores do meu territorio; procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segura algum destes Índios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier; tendo porém vós todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Índios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jogo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis: e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das minhas Leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade.<sup>433</sup>

Ao ler o trecho, nota-se que, por “justos” motivos, o príncipe suspendia as indicações de atos de humanidade que tinha mandado praticar em relação aos indígenas e que, ao receber a carta, o governador da Capitania de São Paulo, o Horta, deflagrasse imediatamente a guerra contra os “bárbaros” índios Botocudos. Para tanto, incitou a organização de milícias voluntárias

<sup>432</sup> GALEANO, 2010, p. 42.

<sup>433</sup> DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

e o armamento de moradores, mas com a menor despesa possível à sua Real Fazenda, para perseguir os índios “infestadores” do seu território. Os objetivos dos invasores europeus eram estranhos aos Botocudos; havia uma força cultural, política, econômica, militar desconhecida pelos indígenas que viviam no planalto meridional: eram forças que massacravam e que se impunham por meio das milícias voluntárias e do armamento de moradores amparados oficialmente pela Coroa portuguesa.

Com séculos de antecedência à escrita da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, no início da implantação das capitanias, com seus engenhos, mudaram as relações dos portugueses com os indígenas: de escambo, de troca, passam a ser escravizados ou “administrados” através das “guerras justas”. O processo teve forte oposição dos jesuítas (1549), que obtiveram da Coroa leis proibindo a escravização indígena (1570, 1587, 1595 e 1609). Mesmo assim, a busca por mão de obra continuou e envolvia homens, mulheres e crianças.<sup>434</sup> Ainda, “desde as leis pombalinas, especialmente a de 6 de junho de 1755, o cativo indígena tinha sido abolido do cenário da América portuguesa, graças à decretação da liberdade absoluta dos índios”.<sup>435</sup> Entretanto, nas leis que proibiam a escravidão, ficava reservada a “Guerra Justa” como forma legítima de submeter indígenas e torná-los escravos por um período.<sup>436</sup>

Todavia, se, no início do século XIX, Dom João VI incitara a “Guerra Justa”, que previa a escravidão indígena, por meio de um documento oficial, isso significava que as demais leis haviam sido sobrepostas. A Guerra Justa “[...] seria, assim, o mecanismo mais utilizado para a obtenção desta mão de obra e para a firmação da soberania do Estado. Esta era, segundo Farage, ‘um

<sup>434</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 513.

<sup>435</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os Botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. **Historiapolitica.com**, Buenos Aires, p. 2. Disponível em: <http://historiapolitica.com/>. Acesso em: 7 dez. 2020.

<sup>436</sup> BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Escravidão indígena**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 9 ago. 2021.

conceito teológico e jurídico enraizado no direito de guerra medieval”<sup>437</sup> “A proibição legal da escravidão indígena não impediu nem arrefeceu o ânimo e a disposição dos sertanistas [com o aval real] de continuar tal prática. O gentio da terra continuou a ser escravizado com a elegante denominação de ‘índio administrado’.”<sup>438</sup>

Tais guerras justas impunham restrições aos atos de humanidade em relação aos indígenas; equivaliam ao caos, ao drama, ao massacre, à crueldade, à captura, à submissão, ao extermínio, ao aprisionamento e à escravização dos sobreviventes – com a finalidade de usurpar o território, de saquear e usufruir as benesses advindas de tais ações. Manuela Carneiro da Cunha observa que, naquela época, as guerras ocorriam [corriqueiramente] entre nações.<sup>439</sup> Então, decretar guerra significava o reconhecimento prévio de que os indígenas eram nações e legítimos donos de seus territórios. Souza enfatiza que, no que concerne aos ataques e mortes provocados pela reação dos povos indígenas à invasão de suas terras, pode-se inferir que tinham sua justificativa não só pela reação à invasão, mas também pela apreensão de bens que a sociedade invasora colocava em seu território e que, como tal, lhes era de acesso permitido.<sup>440</sup>

As palavras do príncipe “Botocudos que infestam o meu território” explicitam que a presença indígena no território é anterior às políticas colonizatórias da Coroa portuguesa; eles não estavam transitoriamente no lugar. Porém, segundo o príncipe regente, eles próprios, os “invasores”, tinham “justos motivos” para deflagrar a guerra. Gersem dos Santos Luciano aponta que “a guerra, na disputa territorial, era familiar para o indígena,

<sup>437</sup> AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia hist.*, 2006, v. 22, n.º 35, p. 189-206. *In*: FARAGE, Nadia. **As muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Anpocs, 1991, p. 27. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>438</sup> MACHADO, 2001, p. 56.

<sup>439</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>440</sup> Cf. SOUZA, 2012, p. 115.

porém só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais”.<sup>441</sup>

No principiar do século XIX, de acordo com a carta, nos Campos Gerais de Curitiba e de Guarapuava, as populações indígenas que até então combatiam grupos rivais próximos aos seus territórios vivenciaram outro estilo de combate, com força bélica desigual. Portugal, Espanha e outros reinos, por meio do absolutismo e do mercantilismo, mais tarde também do capitalismo, empreenderam guerras além de suas fronteiras. Foram macroprojetos políticos, econômicos e culturais que afetaram bruscamente as populações indígenas e africanas em escala mundial.<sup>442</sup> A necropolítica mostrava a sua face mais perversa. O modo de vida dos indígenas “havia se alterado de forma incancelável, especialmente pelo aparecimento de novas necessidades criadas pelo contato, tal como cachorros, tecidos e, principalmente, o ferro”.<sup>443</sup>

Além das guerras justas, havia o “bugreirismo” empreendido contra os indígenas. Sobre o *modus operandi* desse tipo de guerrilha, Souza registra que era praticamente o mesmo em todas as operações de combate e destruição a acampamentos vistos como inimigos pelas expedições de guerra e caça: o elemento surpresa determinava ao atacante nítida vantagem e, para que se alcançasse sucesso na missão, esta devia ser precedida de expedições de reconhecimento, de localização do acampamento indígena, de suas entradas e saídas, de seus postos de vigia. Sendo assim, o ataque era realizado, em geral, nas primeiras horas antes do amanhecer, e muito melhor após algum evento festivo, quando o inimigo, no torpor da embriaguez, do cansaço e do sono profundo, era despertado pelo terror do estampido das armas de fogo, pela morte, destruição e cativeiro que anunciavam.<sup>444</sup>

<sup>441</sup> LUCIANO, 2006, p. 17.

<sup>442</sup> Cf. LUCIANO, 2006, p. 17.

<sup>443</sup> CUNHA, 2012, p. 215.

<sup>444</sup> Cf. SOUZA, 2012, p. 111.

Ressalta-se que os indígenas sobreviventes dos ataques são o resultado de um processo colonizatório brutal. Na memória dessas pessoas, há histórias de pavor, violência e consternação. Pois, além das “guerras justas”, que tinham o amparo legal, existia o bugreirismo patrocinado por povoadores não indígenas, que utilizavam outro tipo de estratégia. Os bugreiros, muitas vezes, não faziam fogo, não fumavam, não falavam alto, nem levavam cães que pudessem denunciar sua presença. Havia um líder cuja principal tarefa era encontrar pistas que levassem ao acampamento; esse líder realizava observação durante dias. De outro lado, os bugreiros particulares eram extremamente eficientes na caça aos índios. O bugreirismo exigia o domínio de técnicas de sobrevivência na selva, ficando os caçadores sem comer e beber por dias seguidos na floresta.<sup>445</sup> Havia distinção entre as “guerras justas” e o bugreirismo, tanto no método empregado como na base legal, já que os bugreiros não tinham amparo legal.

Retomando a Carta Régia de 5 de novembro de 1808, destaca-se a parte que narra que todo o miliciano, ou morador, que segurasse algum índio poderia considerá-lo por 15 anos, a partir do batismo, como prisioneiro de guerra, destinando-o ao serviço que mais lhe conviesse. Entre os índios aprisionados, que quisessem se aldear e viver debaixo do “suave” jugo das leis da Coroa, cultivando as terras que se lhe aproximassem, já não só não ficariam sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas seriam até considerados cidadãos livres e vassallos reais.<sup>446</sup>

Aos indígenas, foi relegado o papel de escravos, prisioneiros de guerra ou vassallos reais, caso se “amansassem”, se aldeassem – e até mesmo o de cidadãos livres caso aceitassem viver sob o domínio das leis do Estado. No século XIX, esses foram os papéis impostos aos indígenas na formação territorial do que se conhece hoje por região Oeste de Santa Catarina, área

<sup>445</sup> Cf. CUNHA, p. 88. *In*: ONDE, QUANDO, QUEM COMEÇA O RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://observatorioborussia.org.br/projeto/index.php/onde-quando-quem-comeca-o>. Acesso em: 14 set. 2016.

<sup>446</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

adjacente aos Campos Gerais de Guarapuava, citados na carta régia. Não há, na referida carta, nenhuma citação que represente o esforço de aproximação entre os “diferentes”: o indígena e o conquistador.

Ao concluir a primeira parte da carta, o príncipe regente Dom João VI demonstra sentimentos de preocupação e de zelo com os povoadores, proprietários que procuravam tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado. O príncipe apresenta o temor de que eles “sejam igualmente vítimas” dos violentos indígenas. Ainda, enfatiza o valor e a importância das riquezas naturais: os campos e terrenos, regados por infinitos rios; o pasto para o gado; os minerais; o cultivo de trigos, cevadas, milho e outros cereais; além de pastagens para gados, linhos cânhamos, metais preciosos e louváveis frutas.<sup>447</sup> Tal economia apenas era possível “graças” ao resultado das providências dadas contra os Botocudos.

Essas providências se restringiam à incitação para a guerra, para o massacre; como recompensa, a posse de indígenas sobreviventes que poderiam ser escravizados ao longo de 15 anos. A proteção para com os povoadores é registrada no fragmento “Especialmente protegidos por mim, e por minhas leis”. Notou-se que a primeira parte da Carta Régia tem um número maior de linhas escritas: percebe-se o grau de importância destinada às providências contra os Botocudos que “infestavam o lugar”. Nas palavras de Souza, é possível notar que:

[...] no XIX, com a busca da definição de espaços fronteiriços e o interesse em ocupar as terras indígenas e especialmente as áreas com riquezas minerais, ou com campos para a criação de animais, intensificaram-se essas ações guerrilheiras, tanto de um lado, como do outro. Nosso problema está no fato de perceber que do lado das intenções da dita sociedade invasora, a luso-brasileira, estava um processo lento de ocupação, invasão e conquista dos indígenas. Nesse contexto permanecia, no caso paulista, em especial, um *habitus* para conseguir recursos para se defender,

<sup>447</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

ou ainda como estancieiro, utilizar-se deste expediente para financiar as expedições contra os índios, na busca de continuar o lento processo de ocupação e invasão, auferindo algum lucro com a venda dos cativos. Longe de ser imaginário, no caso do Brasil Meridional, embora com suas nuances de utilização em benefício próprio, o perigo indígena era factível e interligado a um processo de guerra de conquista, no qual o Governo amparava esses empreendimentos mandando o que era servido: homens, armas, pólvora, balas e chumbo.<sup>448</sup>

Na segunda parte da carta régia, o príncipe regente registra:

[...] sou servido que á proporção que fordes libertando não só as estradas da Coritiba, mas os campos de Guarapuava, possais alli dar sesmarias proporcionaes ás forças e cabedades dos que assim as quizerem tomar com o simples onus de as reduzir a cultura, particularmente de trigo e mais plantas cereaes, de pastos para os gados, e da essencial cultura dos linhos, canhamos e outras especies de linho.<sup>449</sup>

Petroli destaca que as sesmarias eram gigantescas extensões de terras concedidas a famílias “tradicionais”. Nessa região, as famílias estavam organizadas em torno da economia do gado e da atividade da erva-mate, que, a partir das mudanças constitucionais da década de 1830, buscaram se inserir nas relações de poder estabelecidas em âmbito nacional, mediante atuação em partidos políticos.<sup>450</sup> Petroli, ao explicar o termo “famílias tradicionais”, sugere que no Paraná essas famílias eram formadas basicamente por donos de terras, donos de tropas de gado e donos de engenho de mate. Tais famílias formavam grupos estreitamente fechados, cujo objetivo era ampliar os seus espaços de atuação política para conseguir benefícios econômicos. Também

<sup>448</sup> SOUZA, 2012, p. 162.

<sup>449</sup> DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

<sup>450</sup> PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites”** entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 89.

ênfatisa que utilizou esse termo a partir das leituras que fez dos trabalhos de Alessandro Cavassin Alves.<sup>451</sup>

Retomando a carta, na terceira parte, o príncipe nomeou o professor público João Floriano da Silva como intendente da cultura dos Campos de Guarapuava. Ele deveria propor tudo o que julgasse conveniente para a conservação da estrada que ia de Faxina (atual Itapeva/SP) a Lages, e aquele caminho deveria existir no melhor estado para possibilitar a comunicação de Curitiba com algum porto de mar abaixo da serra, parecendo que o mais próprio seria o de Paranaguá. Também foram prometidas sesmarias para três militares que pudessem produzir cultivos nos campos de Guarapuava.<sup>452</sup>

Em quarto lugar, o príncipe determinou que, nos terrenos que ele mandou abrir, nos referidos Campos Gerais, os diamantes, assim que encontrados, deveriam ser entregues a sua Real Fazenda, mediante recompensa; do contrário, severas leis seriam aplicadas.<sup>453</sup> Por fim, o príncipe ordenou que, para o futuro, o engenheiro João da Costa Ferreira procedesse ao levantamento do plano dos mesmos campos e, juntamente com o novo intendente que ele nomeou, mais alguns oficiais, lhe prestasse contas anualmente do progresso gerado “pela Repartição de Guerra” e em virtude de sua “fraternal providência” em benefício do aumento da povoação dos Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava e áreas vizinhas.<sup>454</sup>

A expressão “fraternal providência” associa-se aos termos “próprio de irmão” ou, ainda, “afeição”, “caridade” ou “cordialidade”. Ou seja, os proprietários, povoadores coloniais, no aspecto político, foram contemplados com medidas estatais fraternais, as quais propunham o extermínio dos Botocudos. Por meio dos trechos extraídos da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, dez meses depois do desembarque da Família

<sup>451</sup> PETROLI, Francimar. **Famílias tradicionais**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 23 set. 2020.

<sup>452</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

<sup>453</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

<sup>454</sup> DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

Real no Brasil, percebeu-se a maneira como os indígenas foram vistos pela Coroa. Na carta, o príncipe demonstra preocupação e empenho a favor da povoação branca dos Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava e entorno. Para tanto, os Botocudos foram tratados como “animais na paisagem”<sup>455</sup>.

Porém, essas pessoas lutaram para sobreviver, para não perder suas terras ancestrais. Em virtude da importância da política de demarcação de terras à sobrevivência das comunidades indígenas, na atualidade, remanescentes dessas populações ainda vivem nesse lugar e lutam para garantir maiores direitos territoriais, políticos e sociais, além de outros. A utopia do extermínio não foi alcançada conforme almejavam a Coroa e os povoadores não indígenas; exemplo disso é o último censo demográfico do século XXI, que registra crescimento populacional indígena. Atualmente, há muitos indígenas vivendo em terras (ou reservas) indígenas ou nas periferias das cidades, misturados, invisibilizados entre os demais grupos, mas que se identificam como indígenas e, por isso, aparecem também nos censos, seja por autorreconhecimento, seja como efeito das próprias lutas coletivas.

### 2.3.2 Carta Régia de 1º de abril 1809

Na Carta Régia de 1º de abril 1809, escrita no Palácio do Rio de Janeiro, o príncipe regente Dom João VI aprovou o grande plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios “bárbaros” que “infestavam” o território, além de “pôr em cultura todo o paiz que de uma parte vai confinar com o Paraná, e da outra forma as cabeceiras do Uruguay que, depois rega o paiz de Missões, e communica assim com a Capitania do Rio Grande”<sup>456</sup>.

<sup>455</sup> Expressão utilizada por Tau Golin na obra *A Fronteira*, de 2002.

<sup>456</sup> DOM JOÃO VI. [Carta Régia]. 1º abr. 1809, Rio de Janeiro, [para] HORTA, Antonio José da Franca e. Província de São Paulo. Assunto: Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os indios barbaros que infestam aquelle territorio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/>

Para tanto, assim como havia feito na carta régia anterior, convocou seu amigo, Antonio Joseph da Franca e Horta, governador da Capitania de São Paulo. No primeiro trecho da carta, observa-se o desejo da Coroa de povoar a região e “civilizar” os indígenas dos Campos de Guarapuava e áreas adjacentes, às quais o atual oeste de Santa Catarina se integrava naquela época, conforme dissertado na parte introdutória. Além disso, o príncipe regente ordenou a Horta e à Junta o plano para organizar a expedição e realizar suas “paternaes vistas”. Considerava que não era conforme seus princípios religiosos e políticos o querer estabelecer a sua autoridade nos Campos de Guarapuava e território adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os “índios”, extirpando as suas raças; que, antes, desejava adiantar por meio da religião e civilização, até para não ficarem desertos tão dilatados e imensos sertões, e que só desejava usar da força com aqueles que ofendessem os seus vassalos, que resistissem aos brandos meios de civilização que lhes mandava “oferecer”.<sup>457</sup>

O trecho descrito pelo príncipe é um exemplo claro da soberania do Estado, daquilo que formula Michel Foucault sobre biopoder (poder sobre a vida) e que parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e entre outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”.<sup>458</sup> Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é, acima de

---

carreg\_sn . Acesso em: 22 jun. 2020.

<sup>457</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>458</sup> Cf. MBEMBE, 2020, p. 17. *In*: FOUCAULT, Michel. **II Faut Défendre la Société**: cours au Collège de France, 1975-1976. Paris: Seuil, 1997. p. 57-74.

tudo, uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”.<sup>459</sup>

Mbembe, apoiado nas ideias de Foucault sobre biopoder, corrobora o entendimento de práticas políticas do passado e do presente. Essas ideias são importantes na formulação desta tese porque os reflexos do biopoder e da necropolítica, ao longo da história do Brasil, estão contemplados na invisibilidade e no desrespeito à memória indígena vivenciados, muitas vezes, também na sala de aula, conforme denotará o quarto capítulo desta tese.

Voltando à carta, a expressão “desertos tão dilatados sertões” exemplifica a ideia do príncipe regente de que o interior do sul da capitania de São Paulo não era habitado, como se os indígenas “estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles”.<sup>460</sup> Como se houvesse um limite, “[...] uma fronteira que aparece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela, está o não humano, o natural, o animal”.<sup>461</sup> Nas palavras do príncipe regente, percebe-se que essa fronteira entre o humano, o natural e o animal tem apenas um lado: “o suposto lado da civilização”.<sup>462</sup>

Ainda, percebe-se na carta que havia a preocupação em aprisionar alguns indígenas para “vesti-los” e persuadi-los, através de diálogos para que acreditassem que, se fossem “bons”, não lhes ocorreria nenhum mal. Esses indígenas, depois do aprisionamento, deveriam ser libertos para que retornassem aos “índios de sua espécie” e comunicassem que nenhum mal lhes ocorreria caso fossem pacíficos. Por outro lado, Souza escreve que, para os indígenas, os aldeamentos poderiam significar também possibilidades, e deles faziam uso buscando alimentos, ferramentas, roupas; somado a isso,

<sup>459</sup> MBEMBE, 2020, p. 17. *In*: FOUCAULT, 1997, p. 214.

<sup>460</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: rev. social USP, São Paulo, v. 8, n.º 1, p. 25-70, maio 1996, p. 28.

<sup>461</sup> MARTINS, 1996, p. 33.

<sup>462</sup> MARTINS, 1996, p. 33.

havia, ainda, a possibilidade da fuga e de retornar se houvesse necessidade. Era comum que muitos grupos vivessem nessa condição, entrando e saindo dos aldeamentos.<sup>463</sup>

Na carta, o príncipe também chama a atenção do comandante da futura expedição para tratar os índios como “filhos” a respeito do castigo merecido, porém não se fiando nunca, nem descuidando, visto que a experiência já lhe tinha mostrado que os povos “bárbaros”, ou por um mal-entendido, ou por qualquer acidente, caíam em atos de violência não esperados e levavam, então, “sem motivo”, sua crueldade e vingança a um ponto superior a toda a expectativa.<sup>464</sup> “A tenacidade e insubordinação dos Xokleng [Botocudos] ao processo colonial geravam ódio aos colonizadores, atribuindo a eles o insucesso de algumas colônias. O objetivo da colonização era tomar conta do território; por outro lado, os Xokleng desejavam a todo custo impedir essa invasão”.<sup>465</sup>

Não obstante a invasão dos territórios indígenas, as ações de aprisionamento, as persuasões para que se aldeassem, os castigos, a escravidão ou morte, mesmo assim, o príncipe regente considerava que eram levados “sem motivo” a vingança e crueldade. Apesar dos inúmeros atos de violência descritos, Souza escreve que “os indígenas desenvolveram estratégias de convivência, de alianças, de negociação e de auxílio mútuo em relação aos luso-brasileiros”.<sup>466</sup>

No principiar do século XIX, na formação territorial dos Caminhos do Sul, o príncipe regente se preocupava com a proteção das casas dos povoadores. Para salvaguardar as residências, contra o “índio roubador”, o monarca sugeriu que as casas fossem construídas com telhas, rodeadas por fossos ou trincheiras de madeira, distantes uma das outras para impedir o

<sup>463</sup> SOUZA, 2012, p. 218.

<sup>464</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>465</sup> BRIGHENTI, 2013, p. 23.

<sup>466</sup> SOUZA, 2012, p. 395.

alastramento de incêndios que poderiam ser provocados pelos indígenas.<sup>467</sup> Essa parte exemplifica muito bem o olhar desigual lançado pelo príncipe aos povoadores e aos indígenas. Qual foi a oportunidade de inserção social do “índio roubador” nesse novo cenário que estava se configurando?

Retomando a carta, ao mesmo comandante, o príncipe regente ordena que, quando fosse obrigado a declarar a guerra aos índios, procedesse a fazer e deixar fazer prisioneiros de guerra pelas bandeiras que ele primeiro autorizasse a entrar nos campos, pois sem essa permissão nenhum bandeira poderia entrar, nem fazer prisioneiros os índios que encontrasse.<sup>468</sup> Sobre o termo “bandeira” empregado pelo príncipe, neste caso, percebe-se que tinha a função de “desinfestar”, de limpar o que era nocivo; para isso, propunha combater, prender e escravizar os Botocudos.<sup>469</sup> Nota-se, também, o caráter oficial da expedição, pelo fato de que o príncipe exigiu que ele próprio organizasse a bandeira. Porém, de acordo com as palavras do príncipe, havia o estímulo para que os povoadores arcassem com os investimentos necessários à expedição, pois os fundos estavam comprometidos.

Também é possível notar os diversos sentidos da bandeira: expandir a conquista do território nos campos de Guarapuava; abrir estradas; “desinfestar”, por meio da guerra, o território ocupado pelos Botocudos; aldear os sobreviventes e escravizar os que se rebelassem – pois serviriam como mão de obra passível de comercialização. Lima sinaliza que a prática econômica do bandeirismo sustentava a crescente economia de São Paulo pois oferecia constantemente mão de obra escrava indígena para a produção

<sup>467</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>468</sup> DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>469</sup> Na tese “Bandeirantismo paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil”, Leandro Santos de Lima registra que o termo “bandeira”, de acordo com o vocabulário da época, significava incursão, viagem, descobrimento, entrada, jornada, armação, frota ou ainda expedição, carregação. [LIMA, Leandro Santos de. **Bandeirantismo paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil** (Taubaté, 164 a 1720). 2011, 266 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 17.

agrícola e pecuária. Tanto para a Coroa como para os bandeirantes, havia um velho jogo de prestação de serviços e ofertas de recompensas.<sup>470</sup>

Na carta real, o príncipe também escreve que, para os índios não pacíficos, o destino seria o cativoiro. Essas pessoas “não pacíficas” seriam prisioneiras de guerra. Mas “esta prisão ou cativoiro só duraria 15 anos, contados desde o dia em que fossem batizados e desse ato religioso, que deveria ser praticado na primeira freguesia por onde passassem, na qual também receberiam a certidão”.<sup>471</sup> Souza enfatiza que, “durante todo o século XIX, permaneceu, na maioria das vezes, com relação aos indígenas aprisionados em expedições, o cativoiro como resultado imediato e um comércio principalmente com a venda de mulheres e crianças”.<sup>472</sup>

Acerca do referido comércio de mulheres e crianças indígenas, citado por Souza, Pinheiro Machado também escreve que os “bugres” adultos e jovens eram os principais alvos das caçadas empreendidas pelos fazendeiros ou por bugreiros. Só escapavam da morte algumas mulheres jovens, que seriam transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros. O autor ainda enfatiza que não são poucas as famílias caboclas que se formaram a partir da caçada de um peão que “pegou a mulher no mato”, como bicho. Segundo os mais experientes bugreiros, das crianças, só as de colo conseguiam se salvar, mas para serem criadas longe das suas mães.<sup>473</sup> O surgimento de famílias pelo casamento forçado possibilitou que gerações posteriores reivindicassem sua origem indígena e se reconhecessem como tal. Silvio Coelho dos Santos aborda o destino desses indígenas “poupados” pelos bugreiros no capítulo 5 do livro *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, de 1973, especialmente no item “Vítimas de bugreiros e seu destino”.

<sup>470</sup> Cf. LIMA, 2011, p. 263.

<sup>471</sup> DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>472</sup> SOUZA, 2012, p. 494.

<sup>473</sup> MACHADO, 2001, p. 39.

Em novo trecho da Carta Régia, Dom João VI ordena ao comandante, à sua Tropa de Linha e Artilharia de calibre três, além da Junta<sup>474</sup>, que também seguiriam na expedição a Tropa Miliciana e dois religiosos ou sacerdotes de zelo exemplar e de luzes, encarregados não só de catequizar, batizar e instruir os “índios”, mas de vigiar que com eles não se praticasse violência alguma, senão aquela necessária para repelir sua natural “rudeza” e “barbárie”.<sup>475</sup> O desejo do príncipe era apenas usar a força contra aqueles que ofendessem os seus vassalos; e que resistissem aos “brandos” meios de civilização.

Sobre o trecho da carta referenciado no parágrafo anterior, Souza redige que as expedições oficiais para caçar, matar, aprisionar, colocar em cativeiro e escravizar indígenas eram comuns no Brasil oitocentista, especialmente na área da fronteira Sul, “ao longo do chamado caminho para o Continente do Sul ou Caminho das Tropas de animais, conduzidas desde os pampas gaúchos no Uruguai, Argentina e província de São Pedro do Rio Grande do Sul até a vila de Sorocaba”<sup>476</sup>.

Sobre esse mesmo assunto, Martins explica que, para o índio, o avanço da frente de expansão não repercute apenas por colocá-lo diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados; repercute nos rearranjos espaciais de seus territórios e nas suas relações com outros grupos indígenas, sobretudo os inimigos. Essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vidas e de elementos culturais. Certamente o encontro, para esses grupos, acrescenta um inimigo de certo modo inesperado aos inimigos conhecidos.<sup>477</sup>

Ao referir-se aos Caminhos do Sul, o príncipe denota a importância de preservar espaços comuns. Assim, autoriza o comandante a que, além

<sup>474</sup> A Junta do Comércio era responsável pela fomentação e regulação do comércio do Estado português.

<sup>475</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>476</sup> SOUZA, Almir Antonio de. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro: conflito e cativeiro indígena nos caminhos do sul (1820-1832). **História Social**, Campinas, n.º 25, 2. sem. 2013, p. 92. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php>. Acesso em: 10 maio 2020.

<sup>477</sup> Cf. MARTINS, 1996, p. 37, 39.

das sesmarias concedidas pelo Governo, fossem repartidos os terrenos devolutos em proporções pequenas pelos povoadores pobres, pois esses não teriam forças para obter sesmarias, e que reservassem sempre uma légua de campo e mato ao redor das povoações, para que fossem estabelecendo comum circulação. Era muito útil a comunicação entre as capitanias de São Paulo e Rio Grande pelos campos que vertem para o Uruguai e passam perto do País das Missões.<sup>478</sup>

Em outro fragmento da carta régia, o autor ordena ao comandante que se entenda com o governador do Rio Grande e que ambas as capitanias – a de São Paulo e a do Rio Grande –, nos seus respectivos territórios e dentro dos limites do rio Pelotas, ou pelo alto da Serra, como antes era, concorram com os meios necessários para fazer essa estrada quanto antes transitável, de maneira que se consiga uma mais fácil comunicação das duas capitanias.<sup>479</sup>

Pinheiro Machado, ao tratar posteriormente sobre a estrada que havia sido proposta pelo príncipe, escreve que, graças ao caminho das tropas, formaram-se fazendas de inverno e criação, locais de repouso e engorda de gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar a região em fronteira de expansão paranaense e sul-rio-grandense. O planalto meridional, iniciando na capitania do Rio Grande e estendendo-se até a de São Paulo, era dominado pela mata de araucária, entrecortada por campos naturais em Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria (no Rio Grande do Sul), Lages, Campos Novos, Curitiba e Estiva (Papanduva), Lapa, Castro, Palmeira e Curitiba (no Paraná).<sup>480</sup>

Porém, noutro trecho que trata sobre o mesmo assunto, Pinheiro Machado pontua que, na primeira metade do século XIX, houve a ocupação dos campos mais a oeste de Guarapuava e Palmas, quando foi aproveitado o passo do Goio-En, no rio Uruguai, fazendo-se uma ligação mais interiorana

<sup>478</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>479</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>480</sup> MACHADO, 2001, p. 44.

entre Sorocaba e a Região das Missões.<sup>481</sup> Trata-se exatamente da área abordada em ambas as Cartas Régias; dessa forma, é possível perceber que as desejadas povoações e abertura de estradas almeçadas por Dom João VI foram alcançadas.

Na correspondência, o príncipe regente escreve ainda que, não sendo possível distrair coisa alguma das rendas da capitania de São Paulo, pois todas se achavam aplicadas a objetos de maior urgência, ordenava que, pelo espaço de 10 anos, fosse cobrado no Registro de Sorocaba um novo tributo de duzentos réis nos primeiros cinco anos, sobre toda a cabeça de gado *vacum* e cavalar que passasse por aquele registro, vindo do distrito de Itapetinga, inclusive, para o Sul; findos os primeiros cinco anos, o tributo seria aplicado simplesmente à nova expedição que ele ordenava. Para esse fim, ordenou à Junta da Fazenda entregar o produto respectivo à nova Junta de Guarapuava, de modo que procedesse à devida aplicação para as sobreditas despesas.<sup>482</sup>

Referente ao trecho citado, Arno Kern, Cristina dos Santos e Tau Golin escrevem que a instalação e a organização de estruturas de suporte ao comércio, transporte, preia e trato com o gado, como vendas de secos e molhados, currais, corredores e estradas, picadas, locais de pouso, registros e pedágios, etc., podem ser compreendidas como estratégias materiais de uma diferente espacialidade, a qual representava os interesses de uma frente de ocupação constituída de espaços tanto de movimento quanto de fixação. A paisagem gerada com a agregação dessa nova espacialidade também foi constituída por tensões e negociações entre a população indígena e os novos ocupantes.<sup>483</sup>

Para facilitar a abertura de estradas, na carta régia, o príncipe nominou Diogo Pinto de Portugal para comandar a expedição aos Caminhos do Sul.

<sup>481</sup> MACHADO, 2001, p. 44.

<sup>482</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>483</sup> KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau. Apresentação. In: KERN; SANTOS; GOLIN, 2009, p. 5.

Escreveu que ele deveria ordenar aos fazendeiros de Curitiba e Campos Gerais, proporcionalmente às suas forças, o envio de alguns escravos para a abertura da estrada; que obrigasse também os fazendeiros a concorrerem, segundo suas posses, com gados para os trabalhadores, e os lavradores com farinha e feijões – mas tudo com tal moderação que não lograsse queixa alguma.<sup>484</sup> Nesse trecho, evidencia-se a utilização de mão de obra escrava, que deveria ser cedida pelos próprios fazendeiros dos Campos Gerais de Guarapuava, para a abertura das estradas dos Caminhos do Sul.

Ao referir-se à utilização de mão de obra escrava na abertura das estradas dos Caminhos do Sul, possivelmente o príncipe regente estivesse se referindo à utilização de mão de obra escrava afro, e não apenas indígena, da qual os fazendeiros dessas áreas eram os proprietários. Fernando Franco Netto escreve que, para compreender a escravidão em Guarapuava, há que entender o processo de ocupação e povoamento que ocorreu no mesmo período, a partir da política diversionista implantada pelo governo quanto ao interesse na defesa territorial e no desenvolvimento econômico da região. Tal política determinou um forte processo migratório da população livre e daqueles que possuíam cativos. A montagem deliberada dos plantéis de escravos fez parte do processo de formação dessas escravarias em Guarapuava.<sup>485</sup>

Na sequência da carta régia, o príncipe ainda declara que toda a pessoa que quisesse povoar os Campos de Guarapuava não seria constrangida pelo espaço de seis anos a pagar dívida alguma à Fazenda Real; e que pelo tempo de 10 anos, não pagaria dízimo das terras novas que roteasse, nem outro direito paroquial, senão o que fosse necessário para o mantimento, o trato e as curas que ali se estabelecessem.<sup>486</sup>

<sup>484</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>485</sup> Cf. NETTO, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. 394. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste Guarapuava, Irati, 2007, p. 331.

<sup>486</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

Concluindo a carta, o príncipe ordena ao governador da capitania de São Paulo, Horta, que se remetam aos Campos de Guarapuava todos os criminosos e criminosas sentenciados a degredo,<sup>487</sup> cumprindo ali o tempo de sua pena.<sup>488</sup> Conforme essa carta régia, o lugar de destino dos criminosos era Guarapuava. Fabio Pontarolo registra que “pessoas condenadas a degredo estiveram presentes nos Campos de Guarapuava desde as primeiras tentativas de conquista e povoamento da região, ainda na segunda metade do século XVIII”.<sup>489</sup>

Pontarolo segue dissertando que, malograda a primeira tentativa de conquista da região no século XVIII, em função da política de povoamento pombalina, as ações coloniais seguintes naquela porção do Brasil meridional só se deram com o desembarque da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, através da Carta Régia de 1º de abril de 1809.<sup>490</sup> Cerca de 60 pessoas, na sua maioria homens, chegaram por ordens da Justiça secular do Brasil Colônia e Império para cumprir suas penas de degredo em Guarapuava.<sup>491</sup>

Aproximando-se do término da interpretação da segunda carta régia, registram-se algumas consequências provocadas por esse documento oficial que aprovava o plano de povoar os Campos de Guarapuava. D’Angelis escreve sobre a bandeira criada para esse fim, e que foi proposta pelo príncipe. Essa bandeira estava sob o comando do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, na expedição cuja primeira tropa partiu de Santos ainda em 1809, chegando aos Campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810. Da expedição, faziam parte mais de 200 homens, muitos

<sup>487</sup> Degredo é uma “expulsão penal que decretava expulsão de um criminoso do local onde cometera o crime, enviando-o para outro local pertencente ao reino, era uma pena prevista pela Justiça secular e eclesiástica da Coroa lusitana”. [TOMA, Maristela. **Imagens do degredo**: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 63.]

<sup>488</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>489</sup> PONTAROLO, Fabio. **Degredo interno e incorporação no Brasil meridional**: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX. 2007. 150. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 12.

<sup>490</sup> PONTAROLO, 2007, p. 11.

<sup>491</sup> PONTAROLO, 2007, p. 12.

adoecidos, viciados e abomináveis, segundo o próprio Portugal. A tropa, embora tivesse um caráter “catequizador”, estava bem armada e municuada. Também cita a resistência dos indígenas na fortificação de Atalaia, na qual foram repelidos ou mortos. Ainda, escreve sobre outros embates ocorridos ao longo do tempo, além das alianças formadas entre os diferentes grupos indígenas e os portugueses.<sup>492</sup>

Finaliza-se a interpretação dessa carta régia que, na primeira década do século XIX, determinou, de forma estrutural e detalhada, as estratégias para povoar os Campos de Guarapuava e para “desinfestar” as áreas tomadas pelos “bárbaros Botocudos”. A “desinfestação” contou com o apoio do governo, dos fazendeiros, das tropas milicianas, da Igreja; em conjunto, desestruturaram o modo de viver indígena e provocaram a perda de seus territórios ancestrais.

O extermínio (parcial) dos grupos indígenas e sua desestruturação cultural, provocados, de certa forma, por aquilo que Mbembe chama de necropolítica – ou seja, a “política como trabalho da morte, e a soberania expressa predominantemente como o direito de matar”<sup>493</sup> –, materializados, nos antigos campos de Guarapuava e áreas vizinhas, por meio das ações de Dom João VI, impuseram consequências trágicas, que perduram até os dias atuais. As gerações subsequentes àqueles que sobreviveram aos massacres incitados pelo príncipe ainda buscam na justiça a recuperação de parcelas de seus territórios ancestrais. Como escreveu Martins, “o que poderia ter sido um momento fascinante de descoberta do homem foi um momento trágico de destruição e morte”.<sup>494</sup>

Entretanto, as resistências dos povos indígenas no processo de formação territorial, na “fronteira sul do Brasil”<sup>495</sup>, fizeram com que

<sup>492</sup> Cf. D’ANGELIS, 2006, p. 278-279.

<sup>493</sup> MBEMBE, 2020, p. 6.

<sup>494</sup> MARTINS, 1996, p. 34.

<sup>495</sup> Expressão recente, do ponto de vista historiográfico, faz referência ao “sul do Império Brasileiro”, que na época era uma região ou um espaço não delimitado (PETROLI, 2018, p. 16.)

esses povos desenvolvessem inúmeras estratégias de sobrevivência, fato perceptível na documentação oficial oitocentista, bem como na parcela territorial delegada aos grupos indígenas que ainda vivem na região.

Para finalizar esta parte, novamente tomam-se emprestadas ideias de Mbembe ao inferir que a ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação de controle físico e geográfico – de inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Tratava-se da inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”), além da classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias, extração de recursos, bem como exercício da soberania.<sup>496</sup> O espaço referido nas cartas régias foi o palco da soberania de Dom João VI; ele também decidia quem vivia e quem morria.

### *Deduções sobre as Cartas Régias*

Com base em ambas as Cartas Régias, tentou-se levantar alguns apontamentos relacionados ao protagonismo indígena na formação territorial do oeste catarinense. Então, para compor as considerações finais, os questionamentos sobre o que, quem, quando, como, onde e por que conduzirão a narrativa.

Tem-se como resposta o envio de duas cartas régias, escritas pelo príncipe regente do Brasil Dom João VI, ambas redigidas no palácio do Rio de Janeiro e enviadas ao mesmo destinatário: o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Joseph da Franca e Horta. A primeira carta régia data de 5 de novembro de 1808. Ela tratou “Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava.”<sup>497</sup> A segunda, escrita cinco meses depois, em 1º de abril de

<sup>496</sup> Cf. MBEMBE, 2020, p. 39.

<sup>497</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 5 nov. 1808.

1809, “Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquella território”.<sup>498</sup>

O ano de 1808 também foi o ano em que a Família Real desembarcou no Brasil. Alguns motivos para a vinda são pontuais: fugiam das tropas napoleônicas que estavam em guerra contra a Inglaterra, sua aliada; conviviam com a ascensão de correntes ideológicas liberais, democráticas e nacionalistas que pairavam sobre a Europa, os Estados Unidos, além de outros países; iam contra o absolutismo, o colonialismo e outras formas de organizações políticas e econômicas.

Constatou-se, na primeira carta, que o príncipe regente do Brasil distribuiu sesmarias aos novos povoadores, brancos e cristãos, dos Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava e áreas próximas. De forma indireta, especialmente na segunda Carta Régia, também havia a preocupação de incorporar o território supracitado à Coroa lusitana, porque havia pouco tempo, em 1801, Portugal e Espanha tinham entrado em guerra por causa do território das missões sul-rio-grandenses – pairava no ar um perigo iminente.

Também, notou-se que as cartas expõem um histórico no qual o indígena é inferiorizado, considerado um animal selvagem, desprovido de humanidade, relegado à marginalidade mesmo vivendo nesse recorte geográfico geração após geração. É um discurso que naturalizou e legitimou a violência. Era a “Coroa” que incitava os povoadores<sup>499</sup> a se flanquearem contra os “índios roubadores”, construindo fossos, trincheiras e casas fortificadas para se protegerem, ou participando de milícias aptas a matar – aquilo que Foucault descreveu como biopoder: aquele domínio sobre o qual o poder estabeleceu o controle<sup>500</sup>, ou seja, o poder absoluto do Estado sobre a

<sup>498</sup> Cf. DOM JOÃO VI, 1º abr. 1809.

<sup>499</sup> Não apenas os descendentes de europeus, mas também determinados grupos indígenas, pois essa distinção era de certa forma seletiva quanto aos interesses da Coroa. Os Kaingang, por exemplo, em maior número e mais espalhados do que os Xokleng, viviam em diferentes tipos e graus de proximidades e contato com os não indígenas, assim como também entre seus vários subgrupos ou facções Kaingang existentes.

<sup>500</sup> FOUCAULT, Michel. **II Faut Défendre la Société**: cours au Collège de France, 1975-1976. Paris: Seuil, 1997. p. 213-234.

vida e a morte. Nesse caso, decidiu-se que as vidas indígenas eram matáveis, descartáveis, aquilo que Mbembe define como necropoder: é a política que possibilita a “destruição material de corpos humanos e populações”.<sup>501</sup>

A presença indígena assolava e prejudicava o avanço populacional dos conquistadores descendentes de europeus. Para a Coroa portuguesa, o indígena não fazia parte de um todo. Ele não foi tratado como cidadão; seus padrões culturais, sua identidade étnica, e seus territórios ancestrais foram vilipendiados. Como falou o espanhol, professor de Direito, Davi Sánchez Rubio, “para garantir direitos humanos se violam direitos humanos e isso é próprio da lógica do poder”.<sup>502</sup> O indígena e o negro não receberam tratamento semelhante ao dos imigrantes de descendência europeia.

O que fez nesse caso o Poder Real, o Estado soberano? Deu “boas razões para matar”<sup>503</sup>, para escravizar, para aldear, inferiorizar, desumanizar, batizar; ou seja, decidiu quem vivia e quem morria. A sua injustiça assassina sacrificou as populações indígenas milenares dos Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava e áreas adjacentes, da mesma forma como fez com outras populações indígenas nacionais; era o colonialismo português mostrando a que veio, era a necropolítica criando “zonas de morte” para afirmar o poder do Estado.

Os povoadores, para progredirem, precisavam que os indígenas da região se extinguissem, fossem eliminados por meio das “guerras justas” empreendidas pelas expedições, como citou o príncipe. Compreende-se que Dom João VI era um sujeito de seu tempo, no contexto histórico do século XIX; ainda assim, lê-se um discurso de um personagem privilegiado pelo Poder Real, que estava numa cúspide e pregava a ideia de que o indígena não interessava. Ao indígena, foi delegada uma condição de vida indigna

<sup>501</sup> MBEMBE, 2020, p. 10.

<sup>502</sup> RUBIO, Davi Sánchez. **História e Direitos Humanos**. Palestra. Conferências Programa de Pós-Graduação, Universidade de Passo Fundo, 26 set. 2019.


<sup>503</sup> Expressão utilizada por Davi Sánchez Rubio na palestra sobre “História e Direitos Humanos”, nas Conferências do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo, em 26 de setembro de 2019.

por causa da brutalidade da guerra, do aprisionamento, dos 15 anos de escravidão a partir do batismo, ou seja, da conversão à fé católica. Entretanto, sua luta pela sobrevivência, sua resistência também ficou clara nos termos demonstrados pelo próprio príncipe ao se referir a “sua natural rudeza”.

A guerra promovida pelo Estado português possibilitou que os “civilizados” (os que podiam viver e prosperar) povoassem territórios ancestrais indígenas, explorassem intensivamente os recursos naturais. Nas entrelinhas de ambas as cartas reais, notou-se uma sociedade hierarquizada na verticalidade – a Coroa estava no topo; para as famílias abastadas, coube o recebimento de sesmarias; aos colonos pobres, coube o apoio financeiro, sob a isenção de impostos; ao negro escravizado, a construção das estradas; ao indígena, a guerra, a morte ou a subalternização no aldeamento. Essas ideias representam o olhar da Corte portuguesa, dos povoadores, que, entrelaçado a tantos outros fatores, corroborou para a construção da desigualdade social, refletida no racismo que pauta boa parte da sociedade brasileira e, por consequência, também refletida na sala de aula.

A segunda carta, que reiterou as propostas da primeira, também propunha a escravidão indígena. Essa escravidão coexistiu com a escravidão de negros africanos e seus descendentes, nos tempos do Brasil Colônia, e perdurou também no Brasil Império. A economia agrícola e pecuarista regional estava articulada pela mão de obra indígena, negra escravizada e de colonos pobres. Era um mecanismo que impulsionava a colonização dos Caminhos do Sul do Brasil e assegurava a soberania de um Estado racista, que decidia quem morria e quem vivia.

Nas palavras do príncipe regente, vislumbrou-se a maldade imposta por meio da guerra, da captura e da escravização de indígenas dos Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava e áreas adjacentes, às quais o atual oeste catarinense se integrava. Porém, há trechos em que o príncipe demonstra certa “doçura”, certa preocupação em relação ao indígena, um



discurso “romantizado”. “Que não lhe seja praticado mal algum, a não ser o necessário”: ao ler tais palavras, teve-se a impressão de que existia empatia, sensibilidade pelos direitos humanos dos indígenas; porém, é uma sensibilidade reduzida, de quem centralizou e monopolizou o poder, de quem oficializou, por meio de duas cartas reais, que os Botocudos estavam impedidos de circular livremente nas suas terras ancestrais e destinados à morte, que os povoadores brancos e cristãos os substituiriam e seriam os habitantes oficiais, pois afinal eram providos de humanidade, diferentemente do indígena, “um bugre, um animal selvagem”.

De acordo com as cartas reais, ao indígena, foi relegado o papel de seguir a pauta do príncipe, de tornar-se “civilizado”, “aos modos da cultura ocidental europeia, tida como o único critério de verdade”; a porta de entrada seria o batismo cristão.<sup>504</sup> O indígena teria que seguir a linearidade determinada pela Coroa, a qual também era seguida pelos povoadores, preferivelmente sem se rebelar. Mas a história mostrou que não foi o que aconteceu, pois os sobreviventes não silenciaram, não desapareceram. A luta pela terra também ocorreu no século XIX, o que pode ser constatado na própria documentação oficial do período oitocentista; e essa luta perdurou pelos séculos subsequentes.

Essas cartas régias se configuraram, para o indígena, em um “Cavalo de Troia”. Porque possibilitaram a expansão lusitana em áreas disputadas pela Espanha, a hegemonização da Coroa e dos povoadores através do processo de expansão, a homogeneização social que disseminou padrões “civilizatórios” desconhecidos pelos indígenas. Assim, muitas vidas passaram por processos de mercantilização idealizados por quem tinha o poder, por quem dava boas razões para matar, por quem decidia quem vivia e quem morria. Tais interpretações resultam do tempo presente; porém, ao olhar para trás, é possível notar que as cartas régias são “testemunhas do seu

---

<sup>504</sup> RUBIO, 26 set. 2019.

próprio tempo”.<sup>505</sup> Um tempo no qual o “Novo Mundo” representava, para a monarquia portuguesa, a própria continuidade.

Para findar, vem a calhar a frase do teólogo espanhol Juan José Tamayo Acosta, proferida por Rubio, em setembro de 2019, na UPF, no final de sua palestra sobre direitos humanos: “[...] a história humana foi escrita por uma mão branca, uma mão masculina, da classe social dominante. A perspectiva dos vencidos da história é diferente. Tentou-se apagar de sua memória a recordação de seus combates. Isto os priva de uma vontade histórica de rebelião”.<sup>506</sup> É uma frase que resume, de certa maneira, alguns aspectos relacionados às cartas régias e ao protagonismo indígena na formação territorial das áreas adjacentes aos campos de Guarapuava, das quais o atual oeste de Santa Catarina fazia parte.

## 2.4 UMA NOVA ESTRATÉGIA DE COERÇÃO: OS ALDEAMENTOS (XIX)

Na parte anterior, viu-se que, no principiar do século XIX, Dom João VI, assim que chegou ao Brasil, deflagrou guerra aos Botocudos dos Campos de Guarapuava e áreas adjacentes. Dessa forma, potencializou o povoamento pelos não indígenas na região. É desse período histórico que este trecho se ocupa, procurando apontar algumas estratégias de coerção das populações indígenas, especialmente os aldeamentos criados no século XIX, nos campos de Guarapuava e Palmas (PR) – lembrando que, até 1916, essa área também abrangia o atual oeste catarinense.

Santo Rosseto aponta que uma das datas mais antigas de incursões às terras indígenas seria “1641 – ano em que cruzou na região o primeiro grupo de

<sup>505</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>506</sup> RUBIO, 26 set. 2019.

bandeirantes paulistas a caminho do Rio Grande do Sul – passou a ser conhecida pelos colonizadores de descendência europeia”<sup>507</sup>. A literatura aponta que, antes mesmo de 1641, a região já havia sido cruzada por outros europeus, lembrando que 1641 foi o ano da Batalha de M’Bororé, no atual município de Porto Vera Cruz (RS), quando os Guarani expulsaram os bandeirantes. É obvio, portanto que eles já cruzavam a região antes de serem expulsos.

Ruy Cristovam Wachowicz registra que nessa época “os paulistas atravessavam a região todas as vezes que iam saquear as Missões Jesuíticas e prear índios na região de Tapes, no atual Rio Grande do Sul”.<sup>508</sup> Esses bandeirantes paulistas, fora da lei, escravizadores de indígenas, “igualmente contribuíram para a colonização dessa área, reconhecendo os campos, as matas e os passos dos rios Iguaçu, Chapecó, Uruguai – o chamado Goio-En”.<sup>509</sup>

Vilmar da Rocha D’Angelis e Juracilda Veiga escrevem que “os contatos ‘amistosos’ de grupos Kaingang com a sociedade luso-brasileira iniciaram-se por volta de 1812 na região de Guarapuava, no centro do Paraná”.<sup>510</sup> Brighenti registra que cinco das 15 reduções no Guayrá eram com Kaingang. Ou seja, as relações eram também amistosas, muito antes de 1812. Naquele ano, estavam em peleia contra os que construíram o forte de Atalaia em Guarapuava.<sup>511</sup>

Em virtude da expansão pastoril, sobretudo paulista, o planalto catarinense, que até 1820 fazia parte da capitania (depois da província) de São Paulo, foi a primeira área do interior de Santa Catarina a ser ocupada

<sup>507</sup> Cf. ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região oeste. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, n.º 1-8, 1995, p. 10.

<sup>508</sup> WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p. 11.

<sup>509</sup> DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa ítalo-catarinense. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005, p. 29.

<sup>510</sup> D’ANGELIS, Wilmar Rocha; VEIGA, Juracilda. **Habitação e acampamentos Kaingang**. Chapecó: Argos, 2003, p. 214.

<sup>511</sup> Cf. BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012a, *passim*.

por criadores de gado, que se estabeleceram para criar e invernar o gado que abasteceria regiões mais ao norte. Durante dois séculos, passaram por esse caminho os tropeiros conduzindo gado do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba.<sup>512</sup>

De acordo com D'Angelis, a população indígena do oeste catarinense se distribuía pelo território em função de sua postura diante das frentes colonizadoras: os indígenas que aceitavam o contato com o invasor se aproximavam da estrada entre Palmas e Goio-En, ao longo da qual transitavam as tropas de gado e os extratores de erva-mate; os grupos mais hostis se refugiavam mais longe da rota da estrada.<sup>513</sup> O termo “hostil” é um conceito de D'Angelis, mas, para Brighenti, “hostil” era o fazendeiro que matava sem piedade, roubava as terras, estuprava, explorava a mão de obra.<sup>514</sup>

No “século XIX, a ocupação do território indígena iniciou no Paraná e se deu com o uso de armas de artilharia de guerras da época”.<sup>515</sup> “Estrangeiros e nativos estranhavam-se mutuamente. O medo do ‘Outro’, do desconhecido, era compartilhado por ambos.”<sup>516</sup> À medida que a expansão da pecuária, nos campos de Palmas, representou a expropriação das terras dos indígenas, estes foram forçados a migrar para outras regiões, principalmente para a província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Essas terras dos Campos de Palmas, densamente ocupadas por grupos indígenas, foram disputadas por estancieiros-pecuaristas; dentro do projeto colonizador do século XIX, era necessário expulsá-los. A região era vantajosa para a criação do gado, por causa dos campos nativos e da proximidade com centros consumidores, o que facilitaria o transporte de animais.<sup>517</sup>

<sup>512</sup> Cf. DELLA FLORA, 2005, p. 29.

<sup>513</sup> Cf. D'ANGELIS, 2006, p. 168.

<sup>514</sup> BRIGHENTI, 2012a, *passim*.

<sup>515</sup> Cf. TOMMASINO, Kimiye. **Histórico do contato**. Disponível em: [www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm](http://www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm). Acesso em: 20 fev. 2007.

<sup>516</sup> SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso**: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, p. 30.

<sup>517</sup> Cf. MARCON, Telmo. Trajetória Kaingang no sul do Brasil. *In*: MARCON, Telmo (coord.). **História e**

“Em 1839, os fazendeiros de Guarapuava tinham conquistado [subjugado pela força das armas] os Campos de Palmas, ali tinham instalado 37 fazendas com mais de 30 mil cabeças de gado e fundaram a vila de Palmas.”<sup>518</sup> O local reservado pelo Estado ao indígena conquistado era o aldeamento. Até a publicação do *Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* (Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845)<sup>519</sup>, os Kaingang ficaram nas cercanias das vilas e fazendas: alguns agrupados em Palmas, outros em Atalaia<sup>520</sup> e a grande maioria nas suas aldeias, às bordas dos campos e das matas.

Depois de 12 anos da publicação do Decreto 426, o governo da Província do Paraná emitiu o “Regulamento do funcionamento dos aldeamentos indígenas das províncias do Paraná e Mato Grosso, em 25 de abril de 1857”.<sup>521</sup> Com base nessa legislação, foram criadas oito “colônias” indígenas, sendo quatro no Paraná, conforme relatório do presidente da província de 1865.<sup>522</sup> Esse regulamento “prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios”.<sup>523</sup>

Cunha escreve que, “na fundação das oito colônias agrícolas indígenas do Paraná e Mato Grosso, os missionários eram ao mesmo tempo diretores”.<sup>524</sup> Apesar dessa informação, no caso específico do Paraná, em

---

**cultura Kaingang no sul do Brasil.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1994, p. 61.

<sup>518</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

<sup>519</sup> BRIGHENTI, 2012a, p. 95.

<sup>520</sup> O aldeamento de Atalaia foi criado oficialmente em 1819, após vários anos da chegada da Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava em 1810. Foram nove anos de convívio diário entre indígenas e colonizadores, até que o comando da expedição conseguiu junto às autoridades paulistas a mudança dos expedicionários para outro local, distante léguas e meia do Fortim Atalaia. Assim, o antigo abarracamento passava a ser Aldeia de Atalaia por ordem imperial e por Carta de Sesmaria, legitimando o território para a reunião e civilização dos grupos indígenas da região dos Campos de Guarapuava. [DURAT, Cristiano Augusto. Terras de aldeamentos: Trajetória de Atalaia e Sepultura nos Campos de Guarapuava (século XIX). *Revista Crítica Histórica*, [s.l.], ano II, n.º 3, p. 138-161, jul. 2011.]

<sup>521</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial 1853 – 1870*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

<sup>522</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012a, *passim*.

<sup>523</sup> CUNHA, 1998, p. 133.

<sup>524</sup> CUNHA, 1998, p. 140.

literatura mais recente, lê-se que “não eram os missionários os diretores”.<sup>525</sup> Essa política de concentração, ou seja, os aldeamentos, visava reuni-los e sedentarizá-los sob o governo missionário ou leigo; era prática antiga, iniciada em meados do século XVI – diziam os jesuítas que não podiam catequizá-los sem esse meio. Quanto aos colonos, desejavam os aldeamentos o mais próximo possível de seus próprios estabelecimentos, já que neles se abasteciam de mão de obra.<sup>526</sup> Essas ideias apontadas por Cunha são válidas especialmente para o período colonial, pois no século XIX os jesuítas já haviam sido expulsos do Brasil.

O *Regulamento das Missões* definia também o funcionamento do aldeamento, e seus diretores deveriam promover a civilização e a instrução dos indígenas, designar as terras, inspecionar as plantações, repartir as tarefas, vigiar a segurança e a tranquilidade da povoação. Tinham a força militar, na qual alistavam os indígenas que se achavam em estado de prestar serviço dessa natureza; deveriam dar conta de tudo que se passava na aldeia. Já o missionário era empregado somente nos aldeamentos recém-criados ou que se achavam em lugares remotos. Competia ao diretor geral a administração da catequese, empregando meios lícitos, brandos e suaves para atrair indígenas à sociedade. Entretanto, 20 anos depois do decreto, os resultados não foram alcançados: os campos e as matas continuavam “infestadas de hordas selvagens”.<sup>527</sup> Em 1892, já no Brasil República, no governo do Paraná, “continuava o pensamento de agrupar os índios em aldeamento, prova disso é que, ainda em março de 1891, o estado do Paraná procurou fundar o aldeamento de Catanduvas no extremo oeste do Paraná, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu”.<sup>528</sup>

<sup>525</sup> BRIGHENTI, 2012a, *passim*.

<sup>526</sup> Cf. CUNHA, 1998, p. 143.

<sup>527</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012a, p. 94. In: FLEURY, Padua. **Relatório do presidente da província do Paraná.** Conselheiro Padua Fleury na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 21 de março de 1865. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1865, p. 59.

<sup>528</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012a, p. 137.

Para Cunha, o aldeamento de indígenas obedecia, com efeito, a várias conveniências: não só os tirava ou confinava em parcelas de regiões disputadas por frentes pastoris ou agrícolas, mas os levava também para onde se achava que seriam úteis. Podia-se assentá-los em rotas fluviais, em rotas de tropeiros, como a que ligava São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; podia-se colocá-los junto a instalações militares. Em todos esses casos, os aldeamentos serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão de obra. Eventualmente, além de interesses regionais ou nacionais, os interesses puramente locais de moradores eram atendidos.<sup>529</sup>

De acordo com Souza e Lino, nos antigos Campos de Guarapuava, terras foram asseguradas em virtude dos aldeamentos e suas políticas, que permitiram a sobrevivência dos Kaingang. Em que pese a precariedade em que muitos aldeamentos se constituíram, era neles que alguns grupos indígenas conseguiam sobreviver e manter suas terras, apesar de todas as ações, atividades e inúmeras expedições e campanhas contra essas populações, apesar de todas as intenções de caça, aprisionamento e cativoiro.<sup>530</sup>

Eloi Giovanni Muchalovski registra que, nos Campos de Palmas, os Kaingang, por exemplo, em maior número e mais espalhados do que os Xokleng, viviam em diferentes tipos, graus de proximidade e contato com os não indígenas, assim como também entre seus vários subgrupos ou facções Kaingang existentes. Conflitos entre essas facções e entre essas facções e não indígenas eram comuns, assim como alianças de múltiplas naturezas. Vitorino Condá, por exemplo, assim como outras lideranças, estabeleceu alianças com colonizadores e agentes do Estado para “livrar” os Campos Gerais e toda a região do Contestado dos “índios rebeldes” (Kaingang e/ou Xokleng). Sabe-se que Condá, embora seja retratado como um cacique “amansado pelos brancos”, na realidade, foi um grande estrategista e

<sup>529</sup> Cf. CUNHA, 1998, p. 144.

<sup>530</sup> Cf. SOUZA, Almir Antônio de; LINO, Jaisson Teixeira. Índios, milicianos e colonos no sul do Brasil: lideranças indígenas e o aldeamento de Atalaia na ocupação dos territórios Kaingang nos campos de Guarapuava (1810-1825). *História*, São Paulo, v. 40, p. 1-25, 2021.

articulador com seus interlocutores não indígenas, apropriando-se do seu poder bélico para atacar, matar e capturar seus inimigos, projetando-se como um cacique poderoso aos olhos dos indígenas.<sup>531</sup>

De acordo com Brighenti, os caciques das unidades político-territoriais que, por circunstâncias diversas, aproximaram-se dos colonizadores foram contratados pelo governo para auxiliar na defesa das fazendas e vilas que iam sendo criadas no interior do território. No oeste catarinense, dois importantes caciques exerceram esse papel: Vitorino Condá e Estevão Ribeiro do Nascimento Verí. Além de auxiliar na defesa das vilas e fazendas, esses líderes constituíram-se em mão de obra disponível na região, para todos os serviços braçais, como abertura de estradas, construção de linhas telegráficas e construção de fortalezas militares.<sup>532</sup> “Quanto aos índios recém-contatados, os de Santa Catarina, por exemplo, são distribuídos diretamente para trabalhar com particulares.”<sup>533</sup>

Kimiye Tommasino escreve que Condá era um cacique regional, “[...] foi funcionário do Estado, recebeu inclusive soldo, ou seja, salário do governo. Em direção ao Rio Grande do Sul, ocuparam os campos de Xanxerê, que separava os vales do rio Chapecó e Uruguai, onde fundaram a Colônia Militar do Xaçepó.”<sup>534</sup> Brighenti também escreve que os caciques Condá e Virí nasceram e foram criados em contexto de aldeamentos<sup>535</sup>, em contato permanente com os não indígenas. O mundo desses indígenas, seus referenciais e demandas são distintos dos demais indígenas que ainda habitavam os campos e sertões. A relação com o governo provincial era financeira, faziam trabalho mediante pagamento. Além disso, não gozavam

<sup>531</sup> Cf. MUCHALOVSKI, Eeloi Giovane. **Conflitos entre facções indígenas e não indígenas**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 4 fev. 2021.

<sup>532</sup> Cf. BRIGHENTI, 2013, p. 15.

<sup>533</sup> CUNHA, 1998, p. 150.

<sup>534</sup> Cf. TOMMASINO, Kimiye. **Histórico do contato**. Disponível em: [www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm](http://www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm). Acesso em: 20 fev. 2007.

<sup>535</sup> É importante verificar, através das fontes oficiais, os interesses do Governo central com a formação de aldeamentos. Esse assunto é bem complexo, devido à multiplicidade de interesses em jogo: nacionais, provinciais e locais. Para a primeira metade do oitocentos, sugere-se consultar os relatórios do Ministério do Império. (Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>.)

de total confiança do governo provincial, tanto que este não desejava ver os indígenas portando armas de fogo. Hipoteticamente, o inverso também é verdadeiro: Condá e Virí não confiavam totalmente no governo.<sup>536</sup>

De acordo com Pinheiro Machado, indígenas que viviam entre os rios Uruguai e Iguazu foram atraídos para o processo de formação da Atalaia de Guarapuava e, depois, para a formação ao lado da vila de Palmas, onde havia um aldeamento Kaingang de Vitorino Condá. Condá circulava entre Guarapuava, a região de Chapecó e o norte do Rio Grande do Sul, porque normalmente esse era o caminho que os Kaingang faziam: eles andavam num grande território, no norte do Rio Grande do Sul, até praticamente o sul de São Paulo. Era um jogo político complexo o que existiu entre as lideranças Kaingang; então, algumas dessas lideranças foram atraídas pelos colonizadores portugueses e, depois da Independência, pelo Exército brasileiro. Toldos<sup>537</sup> e aldeamentos foram formados, recebendo auxílio do Exército – armas, munições, águaardente, farinha, rapadura – para estabilizar essas populações; mesmo assim, muitos se recusavam à disciplina do aldeamento.<sup>538</sup>

Cunha registra que, ao se querer sujeitar os índios ao trabalho, ampliavam-se suas necessidades e restringiam-se suas possibilidades de satisfazê-las, confinando-os de tal maneira que não podiam mais subsistir com suas atividades tradicionais; era, como vimos quando tratamos de terras, uma das medidas preconizadas. Além da dependência que assim se criava, o desejo de instrumentos de ferro, quinquilharias, roupas – sem

<sup>536</sup> Cf. BRIGHENTI, 2013, p. 15.

<sup>537</sup> O termo “toldo” foi utilizado em toda a América; no caso do Paraná, no século XIX, o termo era utilizado para as áreas não oficializadas. Também ocorreram os aldeamentos, depois as terras e/ou reservas indígenas, e havia os indígenas que não viviam nas reservas ou nas terras, logo diziam que viviam nos toldos. Para os indígenas, isso pouco importava, mas para a definição política e jurídica do Estado, os toldos eram aquelas terras sem regularização. Com o passar do tempo, algumas foram demarcadas, outras não.

<sup>538</sup> Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. **História FM #007 – Guerra do Contestado: guerra, terra e messianismo?** Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistados: Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues. Florianópolis: Leitura Obrigahistória, 29 jul. 2019. Podcast. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com>. Acesso em: 26 ago. 2020.

falar da proscrita, mas onipresente cachaça –, inicialmente oferecidos para criarem os hábitos e posteriormente vendidos, induzia os índios ao trabalho e ao comércio.<sup>539</sup> Possivelmente, os indígenas pensavam que os europeus também queriam quinquilharias quando desejavam pau-brasil e o ouro.

Souza escreve que, para os indígenas, os aldeamentos poderiam significar também possibilidades, e deles faziam uso buscando alimentos, ferramentas e roupas. Somada a isso, havia a possibilidade da fuga e de retornar se houvesse necessidade; era comum que muitos grupos vivessem nessa condição, entrando e saindo dos aldeamentos. No caso que Souza analisa em sua tese, os Kaingang mais que se utilizaram dessas estratégias. Em muitos documentos, verifica-se que era comum que as autoridades colocassem os negócios com os indígenas para cessar as hostilidades e estabelecer um comércio. Ao que tudo indica, esse comércio nunca existiu ou, se aconteceu, foi de forma muito incipiente.<sup>540</sup>

Sobre a “resistência” ao trabalho, Cunha registra que uma coisa era sedentarizar os índios, ou seja, “domesticá-los” e “amansá-los” para que não mais atacassem os moradores; outra, muito diferente, era conseguir que trabalhassem para os colonos. Os índios recém-sujeitados recusavam-se ao trabalho, eram “mansos”, mas ainda não “civilizados”<sup>541</sup> – essa é uma frase impactante: mesmo com a utilização das aspas, faz refletir sobre o olhar para esse “Outro” desconhecido e resistente às imposições.

Na região da atual cidade de Chapecó, os indígenas aliados aos governos e colonizadores não foram aldeados. Essa realidade pode ser contemplada nos escritos de Brighenti. Ele escreve que os indígenas que viviam na Campina do Gregório (local onde hoje é a cidade de Chapecó) nunca chegaram a conviver em aldeamento próprio. Eles eram descendentes dos indígenas que atualmente vivem nas proximidades de Chapecó, em três

<sup>539</sup> CUNHA, 1998, p. 149.

<sup>540</sup> Cf. SOUZA, 2013, p. 218.

<sup>541</sup> Cf. CUNHA, 1998, p. 148.

aldeias – Toldo Chimbangué, Pinhal e Kondá (estes últimos tinham sua aldeia em Passo dos Índios) – e há reivindicações de outra terra, localizada no distrito de Goio-En. Tendo os aldeamentos o objetivo de atrair os indígenas e “civilizá-los” pela fé católica e pelo trabalho, não havia necessidade de criar um aldeamento para indígenas aliados, ou já em contato amistoso com os não indígenas. Por esse motivo, Brighenti conclui, não foram concretizados os aldeamentos de Chapecó e Passo do Carneiro.<sup>542</sup>

Ao analisar vasta documentação de época, Brighenti escreve que a população indígena que vivia nos aldeamentos era minúscula comparativamente às que permaneciam em suas aldeias nos campos e sertões. Os indígenas tinham pouco interesse nos aldeamentos; em fins do século XIX, para cada indígena aldeado, havia outros 10 fora dos aldeamentos, vivendo em aldeias “livres”, denominadas toldos. Pelas evidências nos documentos, esses indígenas não estavam alheios aos acontecimentos da província, especialmente nas relações com fazendeiros, posseiros e governo. Os aldeamentos cumpriam um objetivo fundamental, que era liberar as terras para as fazendas.<sup>543</sup> A “[...] política indigenista do período leva a marca de todas essas disparidades. Pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.<sup>544</sup>

Com o estabelecimento da República, a política indígena redirecionou muitas áreas que foram consideradas terras devolutas da União e entregues ao Estado, o qual ficou com o direito de medi-las e doá-las.<sup>545</sup> Lembrando que “sob Dom João VI, como vimos, as terras conquistadas em ‘guerra justa’ declarada pela Coroa eram tidas por devolutas”<sup>546</sup>. “No

<sup>542</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012a, *passim*.

<sup>543</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012a, *passim*.

<sup>544</sup> CUNHA, 1998, p. 133.

<sup>545</sup> LANGER, Protasio Paulo; CEMIN, Valdir. **Conflitos Étnicos no Oeste de Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá'i**. Chapecó: CEOM/Argos, 2003. p. 246-247.

<sup>546</sup> CUNHA, 1998, p. 142.

estado de Santa Catarina existem, atualmente, Terras e Reservas Indígenas ocupadas pelos povos Kaingang, Guarani e Xokleng”.<sup>547</sup>

As colonizadoras, que no oeste comercializaram extensas áreas de terra, estavam inseridas em uma economia de mercado. Elas transformaram a “economia tradicional (indígena e cabocla): da exploração agrícola intensiva para a exploração agrícola extensiva; da caça e da agricultura de pequeno porte; do progresso sobre a tradição; e, finalmente, do europeu sobre o nativo”<sup>548</sup>.

Paulo Protásio Langer escreve que no oeste catarinense, para que o processo colonizador se constituísse, muitas áreas ocupadas pelos indígenas foram desapropriadas pelas frentes “pioneiras”, que, especialmente a partir do início do século XX, chegaram a Santa Catarina. O processo de expropriação das terras ocupadas pelos indígenas e, mais tarde, pelos caboclos foi influenciado pelo modelo de colonização que refletia o poderio econômico norte-americano, representado, entre outras empresas, pela estadunidense construtora da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a *Brazil Railway Company*[21] (conhecida como *Brazil Development and Colonization*). Esta, correlacionada com governos oligárquicos, “presenteava” as empresas com vastas áreas havia muito ocupadas por posseiros e por grupos indígenas, que assistiam impotentes à retaliação do seu território tradicional, seguida de sua desterritorialização.<sup>549</sup> Obviamente que os norte-americanos não foram os únicos responsáveis pelas desapropriações – utilizou-se tal exemplo em virtude da conexão com a Guerra do Contestado.

Os antigos territórios indígenas foram divididos, principalmente, entre os migrantes sul-rio-grandenses e outros imigrados diretamente da Europa, que retalharam e comercializaram lotes. Os indígenas ficaram submetidos a aldeamentos criados com a finalidade de mantê-los afastados

<sup>547</sup> BRIGHENTI, 2012a, p. 25.

<sup>548</sup> LANGER; CEMIN, 2003, p. 246-247.

<sup>549</sup> Cf. LANGER; CEMIN, 2003, p. 249-251.

do que antes lhes pertencia, a terra. Os indígenas, após a dominação quase que completa, a partir do final do século XIX, passaram a atender às necessidades da economia pastoril em expansão, que ocupou ervais, explorou madeiras e requereu terras para o modelo colonizador agrícola. A mão de obra indígena não foi usada nas frentes pastoris, mas nas frentes extrativas de erva-mate. O índio disputou com o caboclo, sem muito sucesso, um lugar junto à indústria madeireira na região.<sup>550</sup>

Faz-se uma ressalva: a totalidade “das Terras indígenas em Santa Catarina representa 77.759 hectares, ou seja, menos de 1% (um por cento) do território catarinense”.<sup>551</sup> No entanto, atualmente, “os indígenas estão na posse de não mais que 38.000 hectares, ou seja, menos de 50% do total, em virtude da falta de regularização e por estarem ocupadas por particulares e pelo poder público”.<sup>552</sup>

Brighenti sinaliza que, do ponto de vista da desterritorialização, o início do século XX foi determinante para os povos indígenas em Santa Catarina. A velocidade com que as terras foram vendidas às empresas colonizadoras pelo Estado também fez com que duas terras apenas fossem criadas: uma no oeste e outra no vale do Itajaí. Esses eram os “lugares de índios”; mais do que Guarani, Kaingang ou Xokleng, esses eram locais do índio genérico, o índio transitório, o índio que, na interpretação do Estado, em breve deixaria de ser índio.<sup>553</sup>

Finalmente, uma avalanche de gente ocupou seus antigos territórios. As terras foram negociadas pelas empresas colonizadoras, que usaram sua mão de obra para derrubar o mato, queimar e limpar as roças. Até a Igreja lhe era estranha, estrangeira; não havia lugar para o “bugre” – bugre é índio dominado.<sup>554</sup> “Os indígenas, que no seu estado nativo já

<sup>550</sup> Cf. D'ANGELIS, 2006, p. 266.

<sup>551</sup> BRIGHENTI, 2012b, p. 3.

<sup>552</sup> BRIGHENTI, 2012b, p. 3.

<sup>553</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012b, p. 11.

<sup>554</sup> Cf. D'ANGELIS, 2006, p. 266.

praticavam alguma agricultura rudimentar seminômade, foram aldeados e fixados em torno de núcleos coloniais, adotando uma vida sedentária – mestiçando-se aos poucos, constituindo-se mais tarde no que se chamou de ‘caboclos’.”<sup>555</sup> Esses aldeamentos não foram comuns em toda a região, como anteriormente Brighenti apontou. Porém, “conforme ficou demonstrado, a desterritorialização dos povos indígenas em Santa Catarina ocorreu por conta de violências institucionalizadas e com intensos conflitos”.<sup>556</sup>

Arlene Renk escreve que os caboclos e indígenas eram um problema para as colonizadoras, porque não foram incorporados por esse padrão de propriedades particulares, padrão de terra como negócio; eles não se enquadravam no perfil do proprietário que as empresas colonizadoras e o estado de Santa Catarina desejavam para o oeste, tampouco para contribuir com a “vocação agrícola” do Brasil.<sup>557</sup>

Para Brighenti, ficou claro que, após a coloniza o do oeste catarinense pelos não indígenas, ocorreram transforma es no universo indígena. O autor cita o exemplo dos Kaingang: foram forçados a fazer uso da língua portuguesa, interferindo no uso social da língua nativa; foram os Kaingang forçados a não fazer uso da religião própria para adotar o credo cristão; a modificar seu padrão de habita o e suas práticas alimentares; a adaptar-se   concep o de espaço “permitido” para uso, ficando submetidos   propriedade privada – além de outros aspectos que remetem   formas de imposi o, mais do que de rela o.<sup>558</sup>

Porém, apesar de tantas imposi es, Souza ressalta que pensar que os Kaingang não passavam de vítimas inermes, incapazes de reagir   altura da guerra que se fazia contra eles, seria uma temeridade e um erro; as fontes

<sup>555</sup> JÚNIOR, Caio Prado. **História econ mica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 42.

<sup>556</sup> BRIGHENTI, 2012b, p. 21.

<sup>557</sup> Cf. RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da na o brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006, p. 55.

<sup>558</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012a, p. 557.

históricas e o processo histórico demonstram séculos de resistência à invasão e ocupação de seus espaços de morada e convivência.<sup>559</sup>

Os fatos referenciados pontuam que uma parcela da (atual) região Oeste de Santa Catarina, no passado incorporada aos Campos de Guarapuava/ Palmas, foi submetida à política indigenista colonial, imperial e republicana. Nesses períodos, ficaram claras as distintas perspectivas humanas que envolveram os indígenas, os governos, os diretores missionários, os bandeirantes, os imigrantes/migrantes de descendência europeia, entre outros. No contexto apontado, os aldeamentos, demarcados pelo governo, eram lugares onde havia a pretensa intenção de confinar indígenas, sedentarizar, colocar para trabalhar, catequizar, ‘civilizar/europeizar’ e remunerar lideranças que corroborassem com essa política; também eram espaços de proteção para indígenas escravizados ou perseguidos por grupos rivais, ou para a ressocialização. No entanto, ressalta-se que as reservas indígenas contemporâneas “[...] constituíam-se diferentemente dos aldeamentos, tanto do ponto de vista jurídico como administrativo. Elas não podem ser consideradas substitutas dos aldeamentos, porque partem de outros pressupostos jurídicos, como o indigenato, e estavam previstas na Lei de Terras de 1850 – Lei 601”.<sup>560</sup>

Se a área estivesse “limpa”, sem obstáculos, a ocupação desse espaço pelos “não indígenas” que formavam as frentes colonizadoras pastoris e agrícolas seria potencializada. A maioria dos indígenas, como protagonistas de suas próprias histórias, mostrou-se descontentes e se embrenharam nas matas; outros entravam e saíam dos aldeamentos de acordo com suas necessidades; outros, ainda, aliaram-se.

Os aldeamentos fracassaram na proposta “humanista” de “civilizar” os indígenas. A resistência indígena falou mais alto, mas venceram ao confinar os indígenas, embora no século XIX aldeamentos e toldos

<sup>559</sup> SOUZA, 2013, p. 126.

<sup>560</sup> BRIGHENTI, 2012b, p. 110.

convivessem simultaneamente. Ao longo do tempo, alguns aldeamentos foram demarcados como terras indígenas, no início da República. Os toldos praticamente não foram reconhecidos; alguns foram demarcados recentemente, como Chimbanguê, Pinhal, Imbu, por exemplo. A população indígena resistiu e reconstituiu alguns de seus espaços, tanto territoriais como históricos na região. E essa é uma luta contínua, dos tempos de ontem e de hoje.

## 2.5 A ANCESTRALIDADE AFRICANA REGIONAL

Esta parte da tese, fundamentada em fontes bibliográficas, aborda a presença de negros escravizados, libertos e livres nos antigos Campos de Palmas – lembrando que uma parcela desse lugar integrou o atual oeste de Santa Catarina. A ideia de tratar desse assunto surgiu porque a Lei n.º 11.645/2008 inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”; também porque, neste capítulo, reflete-se sobre as existências étnico-históricas, entre elas a afro.

José Lúcio da Silva Machado escreve que estudar a temática do trabalho de afro-escravizados nos campos de Palmas auxilia na compreensão da formação étnica de sua população. Tiram-se do anonimato sujeitos históricos tão ou mais importantes para a construção desta comunidade quanto os “primeiros colonizadores”, que, em geral, se serviram de seu trabalho. A consciência regional incorporaria à sua gênese e formação a essencial contribuição do trabalhador escravizado e das populações nativas integradas comumente como trabalhadores semisservis ou explorados.<sup>561</sup>

<sup>561</sup> Cf. MACHADO, José Lucio da Silva. **O sertão e o cativo**: escravidão e pastoreio. Os campos de Palmas – Paraná 1859-1888. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014, p. 150.

Conforme denotará o capítulo quatro desta tese, consta na sala de aula certa invisibilidade da memória indígena e afro em âmbito regional – obviamente que, em contraponto, há profissionais que abordam com maestria essa temática.<sup>562</sup> É sabido que a contribuição cultural desses povos é sobreposta por narrativas eurocentristas. Porém, “nas últimas décadas, as produções acadêmicas e os movimentos sociais (indígenas e negros) vêm desfazendo o olhar do branqueamento e dando visibilidade aos historicamente excluídos”.<sup>563</sup>

Nas propostas decoloniais<sup>564</sup>, o eurocentrismo está sendo contraposto pela apresentação do passado violento e doloroso imposto a essas populações: ao indígena, foram o cativo e a tentativa do extermínio; ao negro, a diáspora, a comercialização de seu corpo e a exploração de sua força de trabalho. Então, ao se pensar na diversidade étnica no oeste catarinense, requer-se que, ao refletir sobre o passado regional, os negros e os indígenas sejam visualizados de acordo com o respeito a que têm direito. São direitos constitucionais, mas essa obrigatoriedade legal não significa que a totalidade das pessoas tenha atitudes antirracistas ou indiscriminatórias. De acordo com Renilda Vicenzi e Bruno Picoli:

É preciso ensinar para os(as) nossos(as) filhos(as), nossos(as) alunos(as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. Dessa forma,

<sup>562</sup> O terceiro capítulo apresentará influências, saberes sobre essas temáticas que os lugares de cultura como museus, CEOM, LUPA, UFFS, Unochapecó e outros centros acadêmicos disseminam.

<sup>563</sup> VICENZI, Renilda; PICOLI, Bruno. Uma cidade branca: desafios para uma educação étnico-racial. In: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6. **Ensino de História: Etnicidades**. Realizado por meio da plataforma [www.simpohis2020.blogspot.com.br](http://www.simpohis2020.blogspot.com.br), e organizado em rede multiuniversitária (UNESPAR, UERJ, UPE e UFMS), 18-22 maio 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20e%20Etnic>. Acesso em: 13 jan. 2021.

<sup>564</sup> O decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas. (MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n.º 1, p. 12-32, 2017.)

se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.<sup>565</sup>

Vicenzi e Picoli mencionam a necessidade de enfrentar, por meio da educação formal e familiar, as diferenças construídas na cultura e nas relações de poder que historicamente remetem a negros, indígenas e outros com a marca da inferioridade. Nesse mesmo sentido, Raquel Mombelli, ao tratar das comunidades quilombolas em Santa Catarina, reflete sobre essa “inferioridade” ao abordar a ideologia do branqueamento propagada no século XIX. A ideia de branquear o Brasil foi um projeto nacional que beneficiava a imigração europeia. Mombelli escreve que, na época, indígenas e negros (os nacionais) representavam raças “inferiores” e portadoras de “duvidosa natureza moral”; já a “raça” branca era considerada portadora de uma natureza inata para o trabalho no sistema de pequena propriedade. A política de promoção da vinda dos imigrantes europeus e a expedição da Lei de Terras de 1850 no país tornaram-se os meios para assegurar um projeto de nação, no qual “os nacionais não se encaixavam” e, dessa forma, não obtiveram a legalidade das suas terras de uso comum. A negação e o silenciamento das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas na sala de aula são um efeito perverso, um reflexo, uma consequência dessa política discriminatória, das relações hierárquicas desiguais.<sup>566</sup>

<sup>565</sup> VICENZI; PICOLI, 2020, p. 35. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Antirracista**: Caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03. Brasília: MEC, 2005.

<sup>566</sup> Cf. MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016, *passim*.

A autora segue escrevendo que, no Sul do Brasil, as origens das denominadas comunidades quilombolas ou dos agrupamentos negros nos espaços urbanos estão relacionadas a fatos ocorridos ao longo do caminho das tropas. Os campos de pouso para descanso do gado e dos tropeiros constituíram espaços oportunos para a conquista da liberdade desses africanos escravizados e seus descendentes. Alguns deles, deixados para trás ou por fuga, puderam construir uma vida de autonomia, constituindo famílias e, posteriormente, agregando outras unidades, dando origem a agrupamentos negros. Essa realidade histórica tem-se transformado lentamente, sobretudo desde a Constituição de 1988.<sup>567</sup>

Para mirar o passado escravista, citado por Mombelli, sobre os negros escravizados do recorte geográfico desta pesquisa, tomam-se emprestados estudos que tratam do “Legado quilombola de Palmas e a sala de aula”, de Valdelirio Pinto do Nascimento e Ricardo Alexandre Ferreira. Eles escrevem, baseados em entrevistas, que os primeiros afrodescendentes de Palmas migraram do Rio Grande do Sul, nas bandeiras dos fazendeiros Zacarias Corte e José Ferreira dos Santos; além dos escravos, também vieram libertos e escravos fugidos da Revolução Farroupilha. Outros vieram com fazendeiros dos campos de Guarapuava, município ao qual Palmas pertencia à época. Há, ainda, relatos de que, após a Guerra do Paraguai, alguns escravos que nela lutaram também teriam vindo para Palmas. Segundo depoimentos, os quilombolas de Palmas se formaram inicialmente por seis famílias: os Ferreiras, os Silvas, os Trindade, os Batistas, os Fortunato e os Santos.<sup>568</sup>

Nos tempos de cativo, Nascimento e Ferreira também escrevem que os escravos de Palmas foram utilizados, quase em totalidade, na atividade agropastoril: na construção de cercas, na limpeza e formação das pastagens, no cuidado, no trato e no transporte do gado, na construção e manutenção

<sup>567</sup> Cf. MOMBELLI, 2016, *passim*.

<sup>568</sup> Cf. NASCIMENTO, Valdelirio Pinto do; FERREIRA Ricardo Alexandre. **O legado quilombola de Palmas e a sala de aula: uma proposta de intervenção pedagógica**. Curitiba: SEE, 2011. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/a>. Acesso em: 14 jan. 2022, *passim*.

das instalações e das benfeitorias das fazendas, nas construções de taipas-de-pedras, em pequenas roças de alimentos de subsistência, nos serviços domésticos da residência dos fazendeiros; e algumas mulheres cuidavam dos filhos e das pessoas idosas da família dos fazendeiros.<sup>569</sup>

Outro olhar sobre o trabalho dos escravizados foi lançado por Maria Claudia de Oliveira Martins, que estudou a escravidão na comarca de Palmas entre 1860 e 1900. A autora, baseada em inventários, notou que os afazeres dos homens eram característicos da pecuária: domador ou campeiro; enquanto a designação “roceiro” reporta à agricultura. No meio urbano, “criados e jornaleiros”. Também havia cativas registradas como costureiras, cozinheiras, mas que provavelmente também exerciam atividades como mucamas, lavadeiras ou cultivando pequenas roças da propriedade senhorial. De acordo com o que apontavam relatórios presidenciais da Província do Paraná (como o de 1882), à época, a maior parte dos cativos atuava e vivia no meio rural.<sup>570</sup>

Outro olhar sobre o trabalho de escravizados nos Campos de Palmas também foi lançado por José Lúcio da Silva Machado, que analisou documentos relacionados aos cativos entre 1859 e 1888. O autor constatou que os Campos de Palmas eram áreas criatórias de gado, dependentes de trabalhadores escravizados; nesses espaços, o cativo constituiu o núcleo da economia pastoril e da manutenção das estruturas domésticas. As profissões femininas registradas foram de cozinheira, doméstica, lavadeira, costeira e mucama. As profissões masculinas eram de campeiro, roçador (as mais destacadas), domador e outras distintas, como a de pedreiro, arreeiro e sapateiro.<sup>571</sup>

<sup>569</sup> Cf. NASCIMENTO; FERREIRA, 2011, *passim*.

<sup>570</sup> Cf. MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Fronteiras fluidas: escravidão e liberdade na comarca de Palmas/PR (1860/1900)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017, *passim*.

<sup>571</sup> MACHADO, 2014, *passim*.

Retomando o exposto por Nascimento e Ferreira, baseados nos relatos de descendentes de escravizados, na maioria das fazendas os escravos palmenses tiveram tratamento brando, em virtude da criação do gado e da necessidade de percorrer os campos acompanhando o gado, ou transportar o gado em tropas – trabalho que supõe certa responsabilidade e liberdade desse trabalhador; em algumas fazendas, todavia, foram maltratados e torturados – até o tronco era utilizado.<sup>572</sup>

Sobre o espaço urbano, Martins escreve que o trabalho dos cativos se sobressaía nas atividades domésticas. Os escravos de ganho tiveram uma pequena participação naquela sociedade, contrariamente ao que ocorria nas maiores cidades. Segundo o Censo do Império realizado em 1872, os escravizados em Palmas correspondiam a 273 indivíduos (8,3%), na população total de 3.301 pessoas. Quanto à origem dos escravizados, os dados indicavam que 46 (16,9%) eram estrangeiros (25 homens e 21 mulheres), enquanto os demais (83,1%) foram descritos como “brasileiros”, a maior parte nascidos em Palmas. Sobre o tamanho das escravarias de Palmas, Martins afirma que elas se mantiveram, até a Abolição, entre pequenas e médias. Havia os que dispunham de um único escravo para serviço doméstico e aqueles que se cercavam de mais de duas dezenas de cativos.<sup>573</sup>

Ao tratar sobre as tensões e conquistas no cativo, Martins escreve que os escravizados, assim como noutros pontos do país, tinham aspirações de liberdade e, para tanto, buscavam melhores condições de vida e segurança, mesmo dentro de tal sistema de dominação. Almejavam espaços de autonomia no próprio cativo, sem dúvida; poder escolher o que plantar, seja para comer ou comercializar, ampliar as possibilidades de ir e vir, ou mesmo ter a perspectiva de relacionar-se com membros de outras escravarias conferiam aos escravizados experiências que os aproximavam dos demais membros da sociedade. Essa era, também, uma das formas de os

<sup>572</sup> Cf. NASCIMENTO; FERREIRA, 2011, *passim*.

<sup>573</sup> Cf. MARTINS, 2017, *passim*.

senhores garantirem a manutenção de suas escravarias, utilizando diferentes expedientes para alcançar seus objetivos, por meio de recompensas e negociações. Mas, ainda assim, há que se refletir: por que não há, entre os escravizados que viveram na região, indicação de fugas, mesmo em tempos de paz? A resposta pode estar nas negociações entre escravizadores e escravizados. Os espaços de autogoverno no cativo negro foram múltiplos e concretos. Negociados ou concedidos, muitas vezes atenderam ao imperativo da sobrevivência e convivência pacífica entre todos: senhores, libertos, pessoas livres e escravos.<sup>574</sup>

Em 1888, após a extinção do cativo negro, as fazendas locais obviamente continuaram necessitando de mão de obra. A imigração europeia foi mais tardia em Palmas do que noutras regiões do Sul do país. A chegada de uma quantidade relativamente pequena e lenta de imigrantes europeus preocupava o governo provincial. Dessa forma, sem a presença mais efetiva de imigrantes europeus naqueles primeiros anos pós-emancipação, restou tentar manter os que ali já atuavam, buscando acordos e até formas menos justas de vinculação com os libertos e seus familiares, como a oferta de um lugar para morar, na condição de agregado (vinculação feita à custa da necessidade de ter um local para residir), ou a requisição judicial da tutela dos filhos menores das libertas (vinculação dos adultos por meio da tomada de guarda de seus filhos). É importante destacar que o “Brasil escravista” não deixou magicamente de existir após a abolição; a escravização não mais era possível, mas os valores e princípios que norteavam a sociedade escravocrata se sobrepuseram à data. Um exemplo disso tem a ver com a instrução escolar, algo distante para os escravos que, a partir do decreto de 13 de maio de 1888, passaram a integrar o numeroso grupo dos “livres pobres” do Brasil.<sup>575</sup>

Outra ressalva feita por Nascimento e Ferreira tem a ver com os quilombolas palmenses que se tornaram proprietários de terras, por herança

<sup>574</sup> Cf. MARTINS, 2017, *passim*.

<sup>575</sup> Cf. MARTINS, 2017, *passim*.

de antigos senhores ou aquisições particulares, mas acabaram perdendo grandes parcelas para os fazendeiros, ou para a municipalidade, pois as terras não estavam documentadas.<sup>576</sup> Carine Xavier escreve que o quilombo de Palmas<sup>577</sup>, assentado na região centro-sul do Paraná, sofreu inúmeras transformações que o levaram a uma subdivisão em três comunidades quilombolas: a Castorina Maria da Conceição, a Tobias Ferreira e a Adelaide Maria Trindade Batista. Graças à Constituição de 1988, algumas de suas terras foram reconhecidas constitucionalmente.<sup>578</sup>

Mombelli ainda escreve que, para o senso comum, permaneceu aquela ideia de que quilombo seria toda habitação de negros fugidos, em parte despovoadas; diferentemente do conceito atual, que tem uma dimensão política e jurídica, que se trata de uma estratégia de organização socioterritorial construída para garantir a reprodução social no ambiente hostil e desumano da escravidão que durou até 1888, do trabalho forçado que foi implantado posteriormente e do preconceito racial que vigora até os dias atuais.<sup>579</sup>

No mesmo espaço geográfico do atual oeste catarinense e paranaense, possivelmente, negros que foram escravizados, libertos e livres, a exemplo de muitos indígenas, integraram o contingente populacional envolvido na Guerra do Contestado. Há trechos na tese de Pinheiro Machado – “Um estudo sobre as origens sociais e formação política das lideranças sertanejas do Contestado (1912-1916)” – que denotam essa peculiaridade, como, por exemplo, “a gente cabocla no Contestado, com forte presença negra e indígena”<sup>580</sup>.

<sup>576</sup> NASCIMENTO; FERREIRA, 2011, *passim*.

<sup>577</sup> MOMBELLI, 2016, p. 137-138.

<sup>578</sup> Cf. XAVIER, Carine Rossane Piassetta. **Narrativas quilombolas**: saberes e teatralidade de mulheres idosas da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas, PR. 2016. 293 f. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 35.

<sup>579</sup> XAVIER, 2016, *passim*.

<sup>580</sup> MACHADO, 2001, p. 336.

Se existe certa invisibilidade sobre os negros e indígenas na historiografia do Contestado, ou na sala de aula, é porque a “linha abissal”, ideia defendida por Boaventura de Souza Santos, ainda precisa ser ultrapassada. Essa linha consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é inclusive produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha.<sup>581</sup>

A ideia de linha abissal, defendida por Boaventura, está explícita, na atualidade, nos dados do IBGE que se referem às desigualdades sociais entre brancos, pretos e pardos (termos copiados da própria fonte). Em 2020, em Santa Catarina, a população estimada era de 7.252.502 pessoas: 79,9% brancas, 3% pretas e 16,5% pardas. Com base em dados de 2018 e 2019, pretos e pardos ganham 39% a menos do que brancos; sua renda domiciliar *per capita* é 39,2% menor (R\$ 1.700,00 *versus* R\$ 1.221,00 por mês, respectivamente); pretos e pardos abaixo da linha da pobreza somam 13%, e brancos, 6,8%; a taxa de analfabetismo é de 4,6% entre pretos e pardos, de 2% entre brancos; os pretos e pardos no estado têm uma das piores representações políticas do Brasil: um deputado federal e um deputado estadual.<sup>582</sup> Essa desigualdade é ainda mais acentuada em âmbito

<sup>581</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Scielo, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext). Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>582</sup> Cf. PRESTES, Ângela; PARAIZO, Lucas. Negros ganham 39% a menos do que brancos em SC, aponta pesquisa. Diário Catarinense, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com>. Acesso em: 25 jan. 2021.

nacional; “as populações de cor ou raça preta e parda são as que apresentam os maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social”.<sup>583</sup>

O *Atlas da Violência* de 2018 mostra que a proporção de vítimas de homicídio entre a população negra de Santa Catarina é quase duas vezes maior em relação àquela entre brancos e pardos. A proporção de mortes entre a população negra quase dobrou nos últimos anos. As causas dessa disparidade estão fundamentadas no racismo. No Sul, esses números são mais evidentes em função do racismo que estrutura a organização de uma parcela da sociedade, até pela forma como ocorreu a ocupação territorial. Trata-se de uma questão histórica que não se modifica, só se aprofunda – avalia a coordenadora do Movimento Negro Unificado em Santa Catarina, Maria de Lourdes Mina.<sup>584</sup>

Deixa-se para trás esta parte da tese, que, por meio de fontes bibliográficas, abordou alguns poucos traços históricos entrelaçados à temática afro-brasileira, a partir de um olhar regional. Debater sobre a valorosa contribuição cultural ou sobre o passado doloroso vivenciado pelos indígenas, africanos e afro-brasileiros, incluindo nos currículos aspectos históricos e culturais dessa coletividade, nada mais é do que reconhecer a própria identidade, saber da própria história.

Nestas considerações finais, a respeito das palavras-chave apontadas no texto – escravidão, extermínio, branqueamento, inferioridade, racismo, movimentos de resistência, desigualdade social –, conclui-se que os estudantes e a sociedade carecem da sensibilidade dos governantes para promoverem políticas públicas, do conhecimento do professor, da competência dos gestores públicos e de múltiplos órgãos, a exemplo das

---

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, número 41: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil Notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p. 10.

<sup>583</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, p. 10.

<sup>584</sup> DIÁRIO CATARINENSE. **Atlas da Violência 2018**. Florianópolis: DC, 2018. Disponível em: <https://www.nstotal.com.br/noticias/proporcao-de-vitimas-de-homicidio-e-quase-duas-vez>. Acesso em: 25 jan. 2021.

comunidades quilombolas, para ultrapassarem a tal “linha abissal” citada por Boaventura de Sousa Santos.

A próxima seção tratará sobre a categoria dos caboclos, população regional de matriz indígena, africana, latina, europeia, além de outras. Relembrando que o termo “caboclo”, na historiografia regional, na documentação e/ou na literatura do oeste catarinense, comumente “camufla” a existência da população negra escravizada dos antigos Campos de Palmas, área que abrangia o oeste catarinense até 1916, quando da Guerra do Contestado. Possivelmente as pretensões de “branqueamento” pós-abolição (1888) corroboraram para a invisibilidade “do passado escravista desse espaço geográfico, fomentando o discurso do colonizador branco europeu, o ‘propulsor do progresso’”.<sup>585</sup> Ao generalizar o termo “caboclo” “para fazer referência à população negra no oeste catarinense, ‘sem questionar o passado escravista neste espaço’, descaracteriza-se, invisibiliza-se a identidade da população negra dessa região”.<sup>586</sup>

## 2.6 CABOCLOS: UM ENTRAVE À COLONIZAÇÃO

De acordo com Délcio Marquetti e Juraci Brandalize Lopes da Silva, o termo “caboclo” designa a categoria de um dos habitantes das fronteiras do Sul do Brasil, que vive na região desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem europeia, sobretudo italianos, alemães e poloneses. Os caboclos começaram a aparecer na região quando das incursões de portugueses e escravos pelo interior do país, especialmente a partir do século XVIII, sendo

<sup>585</sup> PUHL, Ewelin Cristine. A escrita da história do oeste catarinense e a formação da identidade cabocla (1997-2020). In: Simpósio Nacional de HISTÓRIA, 31. **Painel de iniciação científica**. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/modalid>. Acesso em: 22 jul. 2021.

<sup>586</sup> PUHL, 2021.

fruto da miscigenação resultante do encontro entre brancos, especialmente portugueses (ou luso-brasileiros), negros escravos ou libertos e indígenas.<sup>587</sup>

Então, pode-se dizer que a categoria dos caboclos é de matriz indígena, africana, europeia, além de outras. Porém, embora o caboclo tenha matriz indígena e vivesse/viva de maneira similar aos indígenas, “em determinados momentos, as semelhanças entre ambos confundiam interlocutores, em outros, os próprios indígenas buscavam em sua organização social formas de distinguir-se, como filiação e uso da língua Kaingang”.<sup>588</sup>

Mário Maestri escreve que o nativo semiaculturado foi denominado “caboclo”, termo derivado do vocábulo Tupi-Guarani *kari'uoka*; com o passar dos anos, o termo passou a designar qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade socioprodutiva, porém manteve-se subjacente ao termo a compreensão de que se tratava de cidadão de origem *crioula*, mesmo quando o caboclo descendia de um imigrante europeu.<sup>589</sup>

No século XIX e principiar no século XX, no oeste catarinense, os caboclos, além das lides ervateira e tropeira, praticavam a agricultura de subsistência, utilizando a técnica da coivara e ferramentas rudimentares para o trabalho. A terra, ocupada em caráter temporário, não lhes representava um bem imobiliário; a alimentação provinha da agricultura, pecuária, caça e coleta de frutas da época; as casas eram construídas em poucos dias, com o uso de recursos naturais. Praticavam o catolicismo em sincretismo com as religiões indígenas, africanas e europeias (comumente chamado de “catolicismo popular”), sem a intermediação direta de instituições clericais; a

<sup>587</sup> Cf. MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016, p. 109-129.

<sup>588</sup> BRIGHENTI, 2012, p. 558.

<sup>589</sup> Cf. MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente**: índios, caboclos, escravos na formação do campesinato brasileiro. Centro de Estudos Marxistas. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxistas. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 8.

fé em São João Maria era muito importante; ele foi canonizado popularmente pelos caboclos. Além disso, tinham expertise no preparo dos chás com plantas medicinais, associados aos benzimentos. Mantinham relações de compadrio que legitimavam a ajuda mútua, na prática dos puxirões.<sup>590</sup>

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a população cabocla passou por diversas transformações em decorrência das ações das colonizadoras na região: vivenciou um crescimento populacional com a entrada de milhares de migrantes sul-rio-grandenses e de imigrantes europeus, a intervenção do poder da Igreja Católica, o surgimento da indústria; de um comércio articulado aos moldes do capitalismo e da construção de cidades nos antigos núcleos caboclos.<sup>591</sup> Os caboclos viram seus antigos territórios serem tomados pela frente pioneira e, assim como os indígenas, também foram considerados “entulhos” no território. A lógica e a legitimidade dessas ações encontravam-se, pois, na expansão territorial dos “civilizados”, os descendentes de europeus, migrados, especialmente, do Rio Grande do Sul.<sup>592</sup>

As populações indígenas e caboclas sofreram as pressões do capitalismo, da política colonizatória e do desenvolvimento econômico por ela desencadeado, embora tenham resistido, por meio de diversas formas, contra a desestruturação de seu modo de vida. Esses saberes influenciaram sobremaneira a forma de viver dos migrantes sul-rio-grandenses, além de outros que se estabeleceram na região oeste. A economia baseada na exploração de recursos naturais, como a erva-mate, além do tropeirismo, teve de enfrentar uma produção mais articulada. As “choupanas” e os “barbaquás” dos caboclos passaram a coexistir, apenas por algum tempo,

<sup>590</sup> Cf. CHITOLINA, Valdirene. **Interfaces da colonização do oeste catarinense**: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008, p. 26.

<sup>591</sup> Sobre esse tema, indica-se a obra que trata o caso da cidade de Chapecó: PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

<sup>592</sup> Cf. GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 31.

com as novas residências, com a “indústria pastoral e agrícola”<sup>593</sup>, igrejas, frigoríficos, vendas, escolas, clubes sociais, entre outros patrimônios das frentes pioneiras.<sup>594</sup>

Em virtude do processo colonizador, os indígenas, os negros e os caboclos que habitavam o oeste catarinense passaram a conviver com o crescente poder político e econômico dos colonizadores, com o enriquecimento de comerciantes e com uma agricultura e uma pecuária potencializadas. As atividades econômicas, desprovidas de vínculos oficiais, deram lugar ao trabalho assalariado; a ocupação da terra foi substituída por contratos nos quais geralmente o indígena, o negro e o caboclo não se enquadravam nas normas legais institucionalizadas pelo Estado; os antigos costumes tiveram de se submeter às novas diretrizes.

A história dessas populações subsequente à colonização foi de subalternização, domínio, exploração e muita resistência, especialmente em virtude dessas pessoas possuírem distintas formas culturais em comparação ao migrante/imigrante descendente de europeu, branco e cristão. Esses fatores legitimaram e justificaram, aos olhos dos colonizadores e especialmente do Estado, a exploração e os assassinatos em grande escala – basta ver o que ocorreu na Guerra do Contestado.

No planalto meridional, não há como pensar no termo “caboclo” sem entrelaçá-lo com a Questão de Palmas, a criação da Colônia Militar de Chapecó e a Guerra do Contestado. No século XIX e início do XX, existiam no Sul da América do Sul projetos de europeização. Dessa forma, as populações indígena, negra e cabocla eram mantidas em condições precárias de acesso à terra. Por outro lado, em relação aos imigrantes e/ou migrantes descendentes de europeus, tudo foi diferente: eles foram assentados em lotes

<sup>593</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do império e início da república. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 26., São Paulo, jul. 2011. *Anais...*, 2011. Disponível em: <https://www.nh2011.anpuh.org/resources/ana>. Acesso em: 14 jan. 2021.

<sup>594</sup> CHITOLINA, 2008, *passim*.

coloniais. Essas condições geraram conflitos territoriais relacionados aos limites ocidentais catarinenses.

## 2.7 LIMITES OCIDENTAIS CATARINENSES E O INDÍGENA

Esta parte incorpora algumas questões relacionadas aos limites ocidentais catarinenses, mirando o protagonismo indígena na Questão de Palmas, na Colônia Militar de Chapecó, na Guerra do Contestado e no Território do Iguçu. Como fontes, além da pesquisa bibliográfica, conta-se com narrativas concedidas pelo historiador Adelar Heinsfeld, professor da Universidade de Passo Fundo, no Programa de Pós-Graduação em História. Ele atua nas áreas de História do Brasil e América Latina, com temas sobre relações internacionais, geopolítica, história regional, historiografia e política internacional.

Apesar de seus estudos não estarem voltados à história indígena, Heinsfeld, ao ser questionado sobre o papel do indígena na produção territorial do oeste catarinense, ressalta que a produção territorial no Brasil, normalmente, é vista sob a ótica do capital e da sua reprodução. Então, em relação à atual configuração do território do oeste catarinense, há uma “invisibilidade indígena”, com sua presença não sendo considerada na formação desta fração do território nacional, pois o seu *modus vivendi* estava ou está muito distante daquilo que interessa ao capital. Assim sendo, quando o indígena aparece, é para ser visto ou tratado como um “estorvo” à expansão do capital na região.<sup>595</sup>

Segundo Brighenti, há três momentos distintos de mudanças no espaço geográfico ocupado pelos indígenas, que foram

---

<sup>595</sup> Cf. HEINSFELD, 23 fev. 2021.

[...] provocadas por três diferentes movimentos populacionais. O primeiro ocorre com os ataques aos indígenas, os aldeamentos, a catequese, a instalação de fazendas e criação de reservas. Comumente é estabelecido o início do contato em 1839 nos campos de Palmas e região do Passo do Carneiro, porém, do ponto de vista dos Kaingang, de seu território e mobilidade, esse se dá com a penetração em Guarapuava em 1809 [razões apontadas na parte sobre a ‘Coroa e o Botoque’], já que lideranças Kaingang como Condá e Virí são nascidas em Guarapuava e auxiliaram na segurança e proteção na instalação das fazendas. O segundo movimento acontece com a penetração da “nação brasileira” nas áreas de matas e bordas dos campos, por posseiros que vão dividir as terras com os indígenas, numa relação ambígua com as fazendas e com os Kaingang. Esse segundo momento não tem dimensão temporal, não tem precisão de data; ele ocorre desde as instalações das fazendas e segue até o início do século XX. O terceiro momento sucede com a penetração de “colonos de origem”, especialmente nas áreas que ainda restavam aos indígenas e brasileiros a partir de 1920. Das áreas ofertadas aos camponeses, ficaram excluídas as do latifúndio dos campos. O resultado deste terceiro movimento foi a eliminação dos toldos – Toldo Chimbangue, Pinhal e Imbu, a redução da Terra Indígena (TI) Xapecó e a sua invasão por intrusos e arrendatários. Em cada movimento, uma relação particular se estabeleceu com os indígenas.<sup>596</sup>

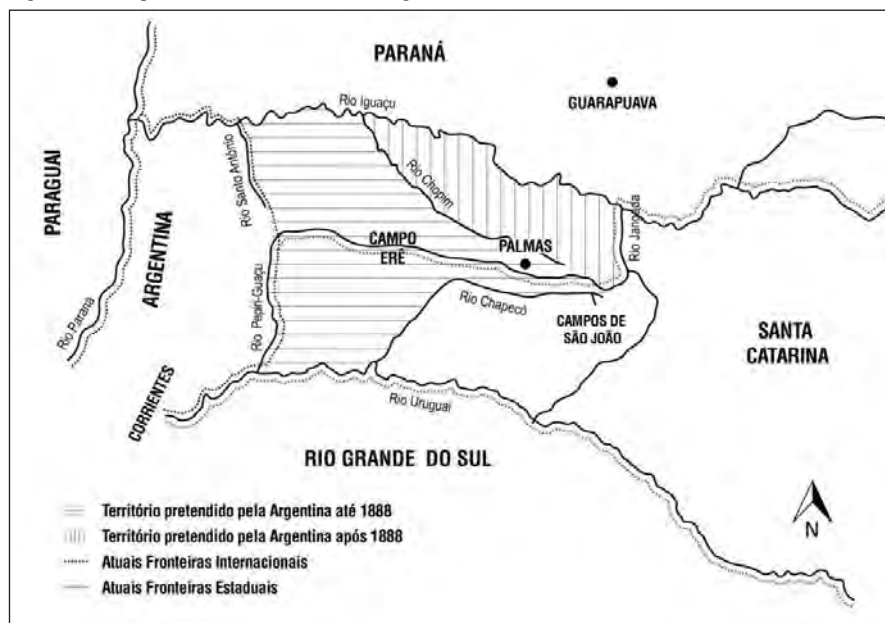
No oeste catarinense, a Questão de Palmas, a instalação da Colônia Militar de Chapecó, a Guerra do Contestado e a instauração do Território do Iguacu têm em comum muitos elementos, além do geográfico. Por meio do discurso de Heinsfeld e das ideias lançadas por Brighenti, destacam-se os conflitos em virtude dos limites territoriais externos (com a Argentina) e internos (entre Paraná e Santa Catarina). Trata-se de uma região habitada originalmente por indígenas que tiveram seus territórios ancestrais mapeados e comercializados e seu modo de vida sobreposto, pois não corroboravam com o “novo formato” ocupacional almejado pelo Estado no final do século XIX e principiar do século XX.

<sup>596</sup> BRIGHENTI, 2012, p. 557.

## 2.7.1 Questão de Palmas/Misiones

Para José Carlos Radin e Gentil Corazza, a Questão de Palmas “foi um contencioso fronteiriço, ocorrido no final do século XIX. Estava em disputa um território de 30.621 km<sup>2</sup> envolvendo, do lado brasileiro, a região Oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná e, do lado argentino, a Província de Misiones” (Figura 25).<sup>597</sup>

Figura 25 – Mapa da “Questão de Palmas”, segunda metade do século XIX



Fonte: Petroli (2018, p. 248).

Embora as divergências em torno dessa fronteira fossem uma herança que remonta ao período colonial, elas se acentuaram quando a

<sup>597</sup> RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Questão de Palmas. In: RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil (org.). **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: UFFS, 2018. p. 135-137. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905658>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Argentina passou a reivindicar como seu aquele território, com base nos tratados de Madrid, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777, que estabeleciam as fronteiras entre Portugal e Espanha. A Questão de Palmas, para os brasileiros, *Question de Misiones*, para os argentinos, só veio a ser resolvida em 1895, através do arbitramento internacional conduzido pelo presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.<sup>598</sup>

De acordo com Heinsfeld, a Questão de Palmas foi fundamental para a formação da fronteira do Brasil com a Argentina: é “a partir do momento em que fica marcada de forma definitiva a linha limítrofe que o Estado passa a se preocupar em se fazer presente nesta região”<sup>599</sup>. A ocupação, do ponto de vista da civilização branca e capitalista, “[...] foi intensificada para garantir este espaço no território brasileiro. Basta ver que a Questão de Palmas, na última década do século XIX, foi transformada numa questão de interesse nacional”.<sup>600</sup> Portanto, é a partir do limite estabelecido que começa a se formar a fronteira. Heinsfeld reitera:

[...] o indígena naquele momento era considerado alguém que não representava o “nacional”. Ao elaborar a defesa dos direitos do Brasil sobre este território, Rio Branco, utilizando a documentação colonial, repetia com naturalidade expressões como “índios selvagens”, “índios bárbaros”, “índios infieis”, não considerando a ocupação destes povos como garantidores do território para a Coroa portuguesa, nem que estes “índios selvagens e ferozes” representassem uma ocupação luso-brasileira.<sup>601</sup>

No texto que entrega ao presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, que atuou como árbitro, Rio Branco escreveu sobre a população que ocupava o território do atual oeste catarinense e sudoeste do Paraná:

<sup>598</sup> Cf. RADIN; CORAZZA, 2018, p. 135-137.

<sup>599</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

<sup>600</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

<sup>601</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

Os índios caingangs ou coroados, que habitavam esse território e os extensos bosques ao sul do Uruguai, ao oriente do Salto Grande, eram inimigos irreconciliáveis dos guaranis, e não permitiam que estes e os jesuítas espanhóis se aproximassem, ao passo que deixavam franco o caminho para os paulistas e até os auxiliavam em seus ataques contra as missões.<sup>602</sup>

Heinsfeld explica que se percebe que Rio Branco trata os indígenas no passado:

[...] “habitavam”, “eram”, “não permitiam”, “deixavam”, “auxiliavam”. Quando se refere à população da época em que a Questão de Palmas estava submetida ao arbitramento, ele vai dizer que a região litigiosa, com 30.621 Km<sup>2</sup>, de acordo com o censo de 1890 tinha 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 eram estrangeiros. Não fica claro se entre aqueles que ele considerava brasileiros estava incluída a população indígena. Lembrando que no censo de 1890 não havia a categoria “índios” ou “indígenas”. Estes povos apareceram no censo como caboclos. De qualquer forma, a presença indígena no território não configuraria, para o Estado brasileiro, uma ocupação populacional com elementos humanos nacionais.<sup>603</sup>

Ficou claro, de acordo com os transcritos de Heinsfeld, que o Estado brasileiro, para assegurar o território, incentivou a ocupação desse espaço por meio da “civilização branca e capitalista”, e que o indígena não representava o “nacional”. Para tanto, o governo imperial implantou as colônias militares de Chopim e de Chapecó.

<sup>602</sup> RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao presidente dos Estados Unidos da América como árbitro segundo as estipulações do tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina**. Brasília: Funag (1894), 2012.

<sup>603</sup> Cf. HEINSFELD, 23 fev. 2021.

### 2.7.2 Colônia Militar de Chapecó

Em virtude da “Questão de Palmas”, que tratava das fronteiras indefinidas entre Argentina e Brasil (no oeste catarinense e paranaense), o governo imperial criou, em 1859, duas colônias militares, junto aos rios Chopim e Chapecó, na então província do Paraná, nos atuais municípios de Chopinzinho (PR) e Xanxerê (SC). Apesar de ter sido criada em 1859, a Colônia Militar de Chapecó só foi instalada em 1882, ou seja, 23 anos depois. Leticia Venson ressalta que a Colônia Militar do Chapecó “não tem relação com a cidade de Chapecó (1917). O nome da Colônia é referente ao rio que margeia esse núcleo militar, e sua sede se localizava onde hoje é o município de Xanxerê (SC) e abrangia os atuais municípios de Xaxim e Faxinal dos Guedes”<sup>604</sup>. O município de Xaxim tinha 190 colônias de terras integradas a essa colônia militar.<sup>605</sup>

Conforme se lê no Decreto n.º 2.502, de 16 de novembro de 1859: “estas colonias são destinadas á defesa da fronteira, á protecção dos habitantes dos Campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão dos Indios, e a chamar os ditos indios, com auxilio da catechese á civilisação”.<sup>606</sup> No tocante à formação da sociedade “civilizada”, “aqueles indígenas que haviam sido aldeados e que representavam um ‘estorvo’ foram contatados pelo governo provincial para incentivar outros indígenas a viverem pacificamente com a população branca recém-chegada, que passou a ocupar as terras na região”.<sup>607</sup> A Figura 26 contempla um mapa das Colônias Militares de Chopim e Chapecó.

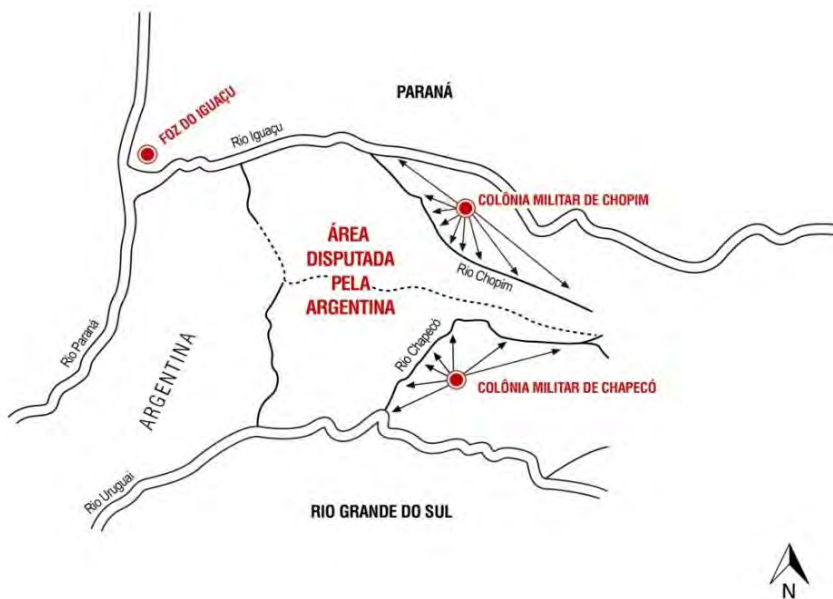
<sup>604</sup> VENSON, Leticia. “**Donde se avista o caminho da roça**”: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepó. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020, p. 14.

<sup>605</sup> CHITOLINA, 2015, p. 97.

<sup>606</sup> BRASIL. **Decreto n.º 2502, de 16 de novembro de 1859**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1859, p. 578, Vol. 1, pt. II.

<sup>607</sup> SOUZA, Almir Antonio de. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro. Conflito e cativo indígena nos caminhos do sul (1820-1831). In: ENCONTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRRJ/Unirio, 2011. v. 1, p. 91-109.

Figura 26 – Mapa das Colônias Militares de Chopim e Chapecó



Fonte: Petroli (2018, p. 270).

Heinsfeld explica:

[...] o então capitão José Bernardino Bormann foi encarregado de instalar a colônia militar de Chapecó, o que ocorreu em 14 de março de 1882. A colônia foi instalada à margem esquerda do rio Chapecó, portanto fora do território reivindicado pela Argentina, mas muito próximo, capaz de cumprir seu papel estratégico. Chegando com um destacamento militar, convidou os caboclos que habitavam a região para que se acomodassem no perímetro da colônia. Salienta-se que esta colônia militar foi a única no atual território de Santa Catarina que foi formada com famílias caboclas da própria região, sem a participação de imigrantes de origem europeia. Por caboclos se entende uma diversificação étnica relativamente ampla,

lembrando que os indígenas eram também enquadrados nesta categoria.<sup>608</sup>

Segundo Petrolí, essa era uma região rica em recursos naturais, estratégica do ponto de vista econômico, em virtude da economia ervateira, que no século XIX “adquiriu importância singular, pois foi nesse período que passou a dominar quase que por completo a balança comercial paranaense, tornando-se, então, a maior fonte de renda da época provincial”<sup>609</sup>. Também por conta da expansão das fazendas de criação e invernagem, além do funcionamento do Caminho das Tropas, que tinha como uma das vias secundárias a Estrada das Missões, questões relevantes para as elites paranaenses e catarinenses, vinculadas aos assuntos de “população” (número de habitantes), “consideração política” (afirmação provincial no cenário nacional), “renda pública” (arrecadação tributária das atividades internas) e “colonização” (expansão das atividades econômicas).<sup>610</sup>

Venson escreve que, em 1890, foi realizado um recenseamento na comarca de Palmas, detalhando especificamente toda a população, principalmente das colônias militares. No momento do recenseamento, a colônia contava com cerca de 522 habitantes: 238 mulheres e 284 homens. Desses habitantes, 182 eram considerados mestiços, 169 brancos, 151 caboclos e 20 pretos; e somente 20 homens e 7 mulheres eram estrangeiros, vindos da Alemanha, Áustria, Espanha, Itália, Paraguai, Portugal e da Ásia. Ou seja, apesar da preocupação em inserir os imigrantes na colônia, os colonos eram, em sua grande maioria, brasileiros.<sup>611</sup>

<sup>608</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

<sup>609</sup> PETROLI, 2018, p. 11.

<sup>610</sup> Cf. PETROLI, 2018, p. 126.

<sup>611</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1890. In: VENSON, Letícia. **José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó 1880-1898**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018, p. 49.

Nota-se que os mestiços eram o que hoje se chama de caboclos, e os caboclos eram de ascendência também indígena. Conforme escreve Heinsfeld, o governo provincial/estadual via o indígena como um problema à formação de uma sociedade civilizada; por outro lado, o mesmo governo procurou contar com a ajuda de indígenas considerados já civilizados para incentivar outros indígenas a viverem de forma pacífica com a população branca recém-chegada, que passou a ocupar as terras na região.<sup>612</sup>

Esse olhar panorâmico, por meio de fontes bibliográficas e da entrevista com Heinsfeld, sobre a instalação da Colônia Militar de Chapecó, corrobora o entendimento acerca do protagonismo indígena e caboclo na formação territorial e fronteira entre o Brasil e a Argentina. As colônias instaladas junto aos rios Chopim e Chapecó asseguravam a fronteira brasileira em virtude da Questão de Palmas/Misiones; também objetivavam proteger os habitantes (não indígenas) que viviam no recorte geográfico em pauta, além de catequizar os indígenas para, assim, “civilizá-los”, conforme consta no decreto de sua instalação.

### 2.7.3 Guerra do Contestado

A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu nas atuais regiões do oeste e planalto norte de Santa Catarina, e sul do Paraná. O termo “contestado” é decorrente da questão de limites territoriais ente Paraná e Santa Catarina, conforme o mapa registrado na Figura 27.

<sup>612</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.



eurodescendentes, em detrimento das populações cabocla e indígena, que foram expulsas de suas terras e, vulneráveis, passaram a se concentrar nos redutos, que eram espaços fechados, de resistência. Nesses locais, o messianismo se fortaleceu porque a população estava em crise, sua identidade estava em choque; nesses locais, as memórias relacionadas a São João Maria se fortaleceram ao serem entrelaçadas à figura de José Maria, morto em 1912, no primeiro combate em Irani.<sup>614</sup>

De acordo com Eloi Giovane Muchalovski, em relação aos indígenas, a invisibilidade é muito patente na historiografia do Contestado, uma vez que, em momento concomitante ao desenrolar do conflito, vários grupos Kaingang e Xokleng se fizeram numerosamente presentes por todo o território, mas pouco são relatados nos livros, geralmente inseridos no grupo que convencionou chamar de “caboclos”, ou “sertanejos”. Por isso, é basilar pensar que formaram parcela relevante no movimento, lutando pela manutenção do seu espaço.<sup>615</sup>

Heinsfeld justifica que foi necessário ocorrer uma tragédia social,

[...] com milhares de mortos, para que as elites políticas dos dois estados, com a intermediação da presidência da República, acertassem a pendenga territorial, estabelecendo a linha limítrofe entre Paraná e Santa Catarina. A guerra do Contestado pode ser considerada uma guerra de limpeza étnica. Após o término do conflito e o estabelecimento de limites entre os dois estados, começou um processo de reocupação do território, com uma política colonizatória através de colonos de origem europeia. Esta colonização que avançará em direção a oeste é fundamental para a partir do estabelecimento dos limites com o Paraná e com a Argentina formar as fronteiras de Santa Catarina, tanto

<sup>614</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912- 1916). Campinas: Unicamp, 2004, *passim*.

<sup>615</sup> MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. Os povos jê meridionais na aula de história: trajetórias e possibilidades. In: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6. **Ensino de História: Etnicidades**. Realizado por meio da plataforma [www.simpohis2020.blogspot.com.br](http://www.simpohis2020.blogspot.com.br), e organizado em rede multiuniversitária (Unespar, UERJ, UPE e UFMS), 18-22 maio 2020, p. 22. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Ens.> Acesso em: 9 fev. 2021.

internas quanto externas. Com a ocupação branca, capitalista, as fronteiras estariam guarneçadas e garantidas.<sup>616</sup>

O “início e o fim” desse conflito deram-se no âmbito político. Porém, no âmbito social, as “cicatrizes” permanecem e são perceptíveis ao se observar que os últimos redutos, os que mais resistiram às forças estaduais e federais, detêm os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) de Santa Catarina, conforme lembra Rodrigues; em contrapartida, noutras áreas, a agroindústria se sobressai como uma das maiores do país”.<sup>617</sup>

Ao indígena e ao caboclo, foi negado o direito de humanidade. O Estado, representado pelos exércitos do Paraná, Santa Catarina, Brasil, e apoiado pelo regimento de segurança da *Brazil Railway Company*, exercia controle sobre a mortalidade, ditava quem podia viver e quem deveria morrer, parafraseando Mbembe. A população pobre, em contrapartida, resistiu e criou exércitos que sucumbiram diante das forças desiguais.

Em 1916, “teve início o processo de concessão de terras públicas, terras indígenas e terras de caboclos para as empresas colonizadoras”.<sup>618</sup> Sendo que “a nova forma de presença na região, pela propriedade da terra, ignora a legitimidade da presença (no caso, também legal, pela Lei 601/1850) e torna o indígena e o caboclo os intrusos – intrusos em suas próprias terras”.<sup>619</sup> Não havia terras disponíveis para o perfil de agricultura praticado por “essa gente”, tanto que, terminado o conflito do Contestado em 1916, a população cabocla sobrevivente não encontrou espaço, sendo oficialmente impedida de comprar terras. A Inspeção Federal de Povoamento do Solo, órgão do

<sup>616</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

<sup>617</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **História FM #007 – Guerra do Contestado**: guerra, terra e... messianismo? Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistados: Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues. Florianópolis: Leitura Obrigahistória, 29 jul. 2019. Podcast. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria>. Acesso em: 26 ago. 2020.

<sup>618</sup> BRIGHENTI, 2012, p. 80.

<sup>619</sup> BRIGHENTI, 2012, p. 83.

Ministério da Agricultura, informou que não havia terras disponíveis – as colônias estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus.<sup>620</sup>

Viu-se que o colonialismo imposto pela *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, e o apoio das elites, das colonizadoras, dos governos catarinense, paranaense e brasileiro marginalizavam e massacravam a população pobre dessa região. As questões sociais ligadas à terra e à intervenção da companhia colonizadora responsável pela construção da ferrovia foram mais impactantes no planalto meridional do que as pendengas pelas questões de limites entre Santa Catarina e Paraná, que apenas potencializaram o conflito e o denominaram de “Contestado”. A questão de limites, que deflagrou o conflito, também o encerrou em outubro de 1916. No entanto, os acordos foram executados um ano depois, em 1917. “Dentre as primeiras medidas que o Estado catarinense adotou após a incorporação do território a oeste, esteve a criação de quatro municípios, em 25 de agosto de 1917; são eles: Porto União, Mafra, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó”.<sup>621</sup>

#### 2.7.4 Território do Iguaçu (1943-1946)

O Território do Iguaçu foi criado em 13 de setembro de 1943, juntamente com os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Ponta Porã e Guaporé, conforme determinação da Constituição de 1937, no Estado Novo. Limitava-se internamente com o território de Ponta Porã e os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e fazia limites fronteiriços com a Argentina e o Paraguai. Desmembrado de áreas de Santa Catarina e Paraná, tinha como capital Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul (PR). O

<sup>620</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012, *passim*.

<sup>621</sup> RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Conformação agrária e a questão indígena no oeste de Santa Catarina. In: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana (org.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários**: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 18.

território dividia-se em cinco municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu, Mangueirinha e Chapecó (Figura 28). Seu primeiro governador foi o coronel João Garcez do Nascimento, responsável pela nomeação de Serafim Bertaso, em 1944, para prefeito de Chapecó; o segundo governador militar foi o coronel Frederico Trotta.<sup>622</sup>

Figura 28 – Mapa do Brasil, com o extinto território do Iguaçu (1943 a 1946)



Fonte: Correio do Povo (2019).

O território do Iguaçu foi criado nos tempos da Segunda Guerra Mundial, quando essa região, também era habitada por imigrantes e migrantes de descendência europeia, especialmente italianos e alemães. A Itália e a Alemanha integravam os países do Eixo, inimigos dos Aliados, dos quais o Brasil fazia parte. O governo Vargas, dessa forma, poderia vigiar, controlar e nacionalizar um território que “representava perigo”. Os idiomas italiano e alemão foram proibidos, e o português, disseminado.<sup>623</sup>

<sup>622</sup> Cf. LOPES, Sergio. **O Território Federal do Iguaçu**: no contexto da nacionalização de fronteiras e da “Marcha para Oeste” do governo Vargas. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense / Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói / Rio de Janeiro, 2002, p. 96-147.

<sup>623</sup> NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

Para Heinsfeld, a

[...] “Marcha para o Oeste” foi um projeto geopolítico do Estado Novo varguista para a expansão do capital em direção às áreas onde ainda não tinha acontecido a irradiação e alcance do núcleo geohistórico brasileiro. Áreas onde a presença do Estado ainda não havia se concretizado. Dentro deste contexto foram criados territórios nacionais em regiões fronteiriças, para garantir a colonização e ocupação territorial, proporcionando condições para que o capital se reproduzisse também em áreas distantes. Desta forma, a criação do Território do Iguaçu cumpre este triplo papel: promove a ocupação demográfica (lembrando que sociedades indígenas não são consideradas como ocupantes do território nacional), proporciona a reprodução do capital e garante a defesa de regiões fronteiriças.<sup>624</sup>

No excerto, Heinsfeld conclui que, em virtude da criação do Território Federal do Iguaçu, o alcance da soberania nacional chegava até os limites com Argentina e Paraguai. Assim, a região compreendida por aquele território passava a fazer parte de forma coesa do todo chamado Brasil. Portanto, “marchar ao oeste incorporaria integrar o corpo da nação ao seu sentimento máximo, o pertencimento a um único corpo, a um único elemento coeso, para qual definir sentimentos, criar alegorias e elevar os interesses da nação acima das particularidades, seria objetivo máximo do percurso a ser seguido”.<sup>625</sup> Porém, para alcançar os objetivos almejados pelo Estado, o avanço colonizatório em direção ao oeste, iniciado havia décadas, era fundamental.

---

1999.

<sup>624</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

<sup>625</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

## 2.8 AVANÇO COLONIZATÓRIO EM DIREÇÃO AO OESTE

No decorrer dos temas apresentados, notou-se que, no Período Colonial, o que se reconhece hoje por região Oeste de Santa Catarina pertencia à Espanha, mais tarde incorporada ao Brasil. Outra discórdia internacional ocorreu no Império, entre Brasil e Argentina, na Questão de Palmas/Misiones. Internamente, a região foi disputada entre as províncias de “[...] Santa Catarina e São Paulo, nos anos de 1841 e 1853. Porém, com a criação da província paranaense (1853), a região passou ao Paraná. Na Questão do Contestado, as disputas foram travadas entre Santa Catarina e Paraná.”<sup>626</sup> Com o fim das disputas territoriais entre Paraná e Santa Catarina, uma parcela da região que pertencia a Palmas (PR) ficou sob o domínio catarinense. “A delimitação do território contestado era de 48.000 km<sup>2</sup>. Com o Acordo de Limites de 1916, a região disputada foi dividida da seguinte maneira: Santa Catarina ficou com a jurisdição de 28.000 km<sup>2</sup>; o Paraná, por sua vez, ficou com a jurisdição de 20.000 km<sup>2</sup>.”<sup>627</sup>

Naquele período, as terras oestinas abrigavam, essencialmente, os caboclos, os remanescentes indígenas e os negros (quilombolas) – na maioria dos casos, desconsiderados pelo Estado como proprietários –, além de um número mais reduzido de descendentes de europeus. As terras do oeste foram consideradas devolutas, entretanto os caboclos garantiram a posse do oeste para o Brasil, por meio do *uti possidetis*<sup>628</sup>, que se efetivou na região dos Campos de Palmas em vista da criação das Colônias Militares de Chapecó, em Santa Catarina, e de Chopim, no Paraná, assunto abordado anteriormente.

<sup>626</sup> PETROLI, Francimar. **Disputas territoriais**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 29 jul. 2020.

<sup>627</sup> PETROLI, 29 jul. 2020.

<sup>628</sup> Termo jurídico que significa “tomar posse por ocupação efetiva”.

Ao longo do tempo mencionado, no (atual) oeste catarinense, as fricções interétnicas se deram no embate travado pelos eurodescendentes contra os indígenas (Kaingang, Xokleng e Guarani) e os caboclos. Tanto indígenas como caboclos “foram excluídos do acesso à propriedade da terra e das políticas de colonização, que favoreceram os pequenos agricultores, o que deu origem a conflitos localizados”<sup>629</sup>, a exemplo da Guerra do Contestado.

Findada a Guerra do Contestado em 1916, a política colonizatória no atual oeste catarinense foi potencializada. Dessa forma, “reafirmou-se o esbulho oficial dos territórios indígenas, marcado pela negação dos direitos desses povos, que habitam a região desde tempos imemoriais”.<sup>630</sup> As terras, por meio de contratos, foram concedidas ou vendidas pelo governo catarinense a empresas colonizadoras e a particulares; nas terras comercializadas, que em virtude das desapropriações, “de terras e de vidas, caboclos, negros e mestiços se encontram e, pelas forças das circunstâncias, acabam se unindo e formando um grupo de pessoas que passam a habitar os fundos das glebas colonizadas, como peões, agregados, e até mesmo *favelados*”.<sup>631</sup>

Depois da guerra, Santa Catarina “não só apresentou um novo desenho cartográfico, incorporando parte dos Campos de Palmas, como um governo ávido em aumentar a densidade populacional nas novas terras, em transformar o ‘latifúndio improdutivo’ em pequena propriedade”.<sup>632</sup> O estado catarinense investiu na “migração para colonização, transformando o latifúndio em pequenas propriedades e deixando as despesas da infraestrutura necessária para a acolhida de moradores por conta das

<sup>629</sup> RENK; WINCKLER, 2019, p. 7.

<sup>630</sup> RODRIGUES, Géssica Pinto; LINO, Jaisson Teixeira. Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense: análise das publicações do jornal Diário do Iguçu (2001-2017). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n.º 2, p. 1-20, maio/ago. 2021.

<sup>631</sup> PIOVEZANA, Leonel *et al.* Indígenas em Chapecó: resistência centenária. *In*: CARBONERA, Mirian *et al.* (org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argus, 2017, p. 163.

<sup>632</sup> RENK; WINCKLER, 2019, p. 17.

empresas colonizadoras”.<sup>633</sup> O Quadro 1 mostra, além do nome, a sede e a área de atuação das colonizadoras do oeste catarinense.

Quadro 1 – Colonizadoras do oeste catarinense (primeiras décadas do século XX)

Colonizadora	Sede	Área de atuação
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/Joaçaba, Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia	RS	Cruzeiro/Joaçaba, Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso	RS, SC	Chapecó e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	RS	Chapecó (extremo oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia (H. Hacker e Cia)	RS	Cruzeiro/Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda	RS	Chapecó, Mondai
<i>Volksvereinfür die deutschenKatholiken in Rio Grande do Sul</i>	RS	Chapecó, Colônia Porto Novo/ Itapiranga
Barth, Benetti& Cia Ltda (Barth, Annoni & Cia Ltda)	RS	Chapecó e São Miguel do Oeste
Angelodi Cali, Irmãos e Cia	RS	Chapecó Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon &Cia	RS	Chapecó Cruzeiro/Joaçaba
Irmãos Lunardi	RS	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoral Theodore Cappelle	SP	Cruzeiro/Joaçaba, Concórdia
Estado de Santa Catarina	SC	Chapecó (Itaberaba, Itacurubá)

Fonte: Rodrigues e Neumann (2015).

Essas empresas partiriam para a colonização controlada, explorando erva-mate, madeira, abrindo estradas de rodagem, demarcando lotes destinados à agricultura, à pecuária, ao comércio e à incipiente indústria, entre outras fontes de renda. O modo de vida indígena e caboclo foi sobreposto. Entretanto, em decorrência da colonização, “o direito sobre a terra indígena é evocado como elemento natural, de sobreposição de um

<sup>633</sup> RENK; WINCKLER, 2019, p. 17.

modo de vida ao outro, da oposição entre trabalho e não trabalho, da mata como sinônimo de atraso, de não produção”.<sup>634</sup>

Bruno Picoli escreve que “o processo de colonização do oeste catarinense, no início do século XX, foi conduzido por famílias de agricultores, em sua maioria pobres, que adquiriram de companhias colonizadoras pequenas áreas de terra”.<sup>635</sup> Além disso, que predominavam nessa região

[...] propriedades rurais pequenas, em torno de dez hectares, com as quais se sustentava razoavelmente uma família de quatro ou cinco pessoas. As colonizadoras utilizavam critérios étnicos para a distribuição de lotes de terras entre seus compradores, normalmente a primeira ou a segunda geração de descendentes de imigrantes europeus que se instalaram no Rio Grande do Sul, no século XIX. É possível afirmar que muito do discurso étnico tem relação com a necessidade de construir um amálgama entre os novos moradores (ou seja, a germanidade ou a italianidade são invenções que tiveram lugar já nas colônias, o sentimento “nós” e “eles”). Isso, é claro, não significa que não se empreendeu violência contra as populações já estabelecidas nessa região, como os indígenas e os caboclos; muito pelo contrário.<sup>636</sup>

Picoli refere-se aos critérios étnicos na composição dos núcleos populacionais; cita-se como exemplo o município de Xaxim, composto por mais de 80% de migrantes sul-rio-grandenses, descendentes de italianos, de credo católico, que entre 1920 e 1960 se deslocaram das colônias velhas do Rio Grande do Sul para essa região.<sup>637</sup> Picoli também enfatiza que, no oeste catarinense, a “nova” população migrada do estado vizinho logo empreendeu

<sup>634</sup> BRIGHENTI, 2012, p. 76.

<sup>635</sup> PICOLI, Bruno. Uma cidade branca: desafios para uma educação étnico-racial. In: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 2020. Disponível em: <https://simpohis2020trans.blogspot.co>. Acesso em: 13 jan. 2021.

<sup>636</sup> PICOLI, 2020.

<sup>637</sup> CHITOLINA, 2015, *passim*.

sentimentos de pertença, de afirmação da identidade, de diferença cultural e social entre os estabelecidos (indígenas e caboclos).

Nas palavras de Renk, é possível vislumbrar alguns aspectos relacionados ao processo colonizador ocorrido no oeste catarinense. O registro compõe o discurso proferido pela pesquisadora em 9 de agosto de 2017, na Unochapecó, em celebração ao centenário do município de Chapecó:

[...] a colonização, quando foi implantada, encontrou indígenas e caboclos. Inclusive a Baronesa de Limeira<sup>638</sup> comprou, além das terras, indígenas e caboclos que viviam nesse lugar. Depois aconteceram inúmeras atrocidades, como, por exemplo, as expulsões, os estupros e os assassinatos. Porém, as colonizadoras desejavam os colonos do Rio Grande do Sul: alemães, italianos e poloneses. Por quê? Pois eram vistos como “colmeias”, aqueles que colonizariam o “deserto do norte”. Muitos dos colonos que migravam para o oeste, não todos, mas muitos, vinham em busca da *cucanha*. Os italianos sabem muito bem o que é a *cucanha*: é a terra da felicidade, onde você não precisa trabalhar, onde há fartura.<sup>639</sup>

As menções feitas por Renk, de uma terra da felicidade, de abundância, de descanso sem esforço, são utopias também idealizadas por “Nanetto Pipetta”, personagem de Aquiles Bernardi, citado em 2001 por José Carlos Radin em *Italianos e ítalo-brasileiros*:

Evvíva la Merica, zé grande Cuccagna. Se beve se  
Magna, e liegri se stá. Pi grandó contento, pí bela legria,  
Che mai passa via, mai pí cataró...

<sup>638</sup> A baronesa de Limeira chamava-se Francisca de Paula Souza Queiroz, casada com Luiz Vicente de Queiroz, o barão de Limeira, que foi vereador da Câmara de São Paulo. Muitas de suas propriedades, juntamente com outras áreas pertencentes às tradicionais famílias paulistas, deram origem a bairros e adjacências de São Paulo. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Centro de Estudos Jurídicos**. Disponível em: portal.prefeitura.sp.gov. Acesso em: 12 nov. 2007.)

<sup>639</sup> RENK, Arlene. **Centenário de Chapecó**. Palestra. Chapecó: Unochapecó, 9 ago. 2017.

La Merica, dizeva el nonno, par i putei la ze come na gran piassa piena de dolsi e basta impiantare on soldo parché ghin nassa na pianta bella e tutti pole rampegarse suso e torse tanti soldi fin da impienare le scarsele. In te sta piassa se zuga, se corre, se salta, se oza; e quando se gá sê, se beve ácoa dolse, e mistrá, e vin bon, e bira e gazosa e pó cosa ancora? ... e biter e miele, e rifieschi e riscaldi, e pó e pó ancora robe boné!...<sup>640</sup>

A utopia da terra da *cucanha*, mito medieval de terra da abundância sem trabalho, retratada na mensagem de Bernardi, em muitas famílias encontrou limites; por outro lado, houve os que alcançaram grande desenvolvimento econômico. Tais limitações vivenciadas pelos migrantes sul-rio-grandenses ou imigrantes vindos diretamente da Europa aparecem no discurso de Renk quando ela registra que os migrantes, ao chegarem ao oeste de Santa Catarina,

[...] se depararam com inúmeras dificuldades e muitos queriam voltar, mas não tinham como voltar, por isso ficaram. E aí vem toda uma história da trajetória da colonização que enfatiza que viviam para trabalhar, que trabalharam, trabalharam muito, e se fizeram. Ou seja, é um elogio à miséria dos primeiros anos, como se isso fosse uma virtude étnica: superar a miséria e conseguir “se fazer”, que é uma expressão muito usada, “vir sem nada e conseguir fazer”, “se fazer”.<sup>641</sup>

A visão na qual o trabalho é visto como uma virtude étnica destinada aos europeus e seus descendentes não é partilhada relativamente a outros grupos. Indígenas e caboclos, que tiveram suas terras ancestrais

<sup>640</sup> RADIN, José Carlos. Italianos e italo-brasileiros: na colonização do oeste catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001, p. 53-54. [“Salve! Linda América! Ó terra querida! Comida e bebida de montão terá. Imenso prazer e grande alegria com muita harmonia sempre gozarei [...]”. “A América, dizia o avô, é para as crianças como uma grande praça cheia de doces e basta plantar uma moeda para que nasça uma bela árvore e todos podem trepar ali e apanhar quanto dinheiro quiser até encher os bolsos. Nessa praça a gente brinca, corre, salta, vozeia; e quando está com sede, toma água doce, licor de anis, bom vinho, cerveja, gasosa e que mais ainda? Também biter e mel, e refresco e quentão e por fim ainda muitas coisas boas...”. (Essa tradução foi extraída da versão portuguesa do livro *Nanetto Pipetta* feita por Alberto Stawinski e Maria Adami Tcacenco, p. 48-49.) BERNARDI, Aquiles. *Naneto Pipetta*. 9. ed. Porto Alegre: Est, 1990, p. 17-18.]

<sup>641</sup> RENK, Arlene. *Centenário de Chapecó*. Palestra. Chapecó: Unochapecó, 9 ago. 2017.

comercializadas, não teriam essas mesmas habilidades. Essa é uma visão preconceituosa que, em muitas situações, ainda perdura na atualidade.

Nessa região de fronteira, os indígenas e caboclos foram considerados, pelo Estado, pelas companhias colonizadoras estatais e privadas, uma “espécie de entulho no território, seres a-históricos, como se estivessem na natureza à espera da civilização que acabaria com eles”<sup>642</sup>. Afastados indígenas, negros e caboclos, ocorreu o deslocamento da população sul-riograndense em direção ao “deserto do norte”, como citou Renk. Acrescenta-se uma citação de Tau Golin, embora faça referência ao norte do Rio Grande do Sul, especialmente à região do alto rio Uruguai: “[...] as populações atuais constituíram mitos fundantes sobre uma terra de ninguém, ou terras devolutas”<sup>643</sup>. Indígenas, negros e caboclos não foram recepcionados pelas políticas colonizatórias que almejavam a “limpeza étnica” no território.

Ainda em relação aos colonizadores, a historiografia oficial, segundo Tau Golin, formula apenas uma pergunta: “quem somos?” Não atende a outra, fundamental: “por que viemos?” Ou, ainda, “a quem pertencia o espaço que ocupamos?” Para respondê-las todas, a historiografia oficial teria que introduzir em suas narrativas (desconfortantes para o mito fundante) que vieram como agentes nas frentes de expansão e pioneiras, em ações concretas – a poesia bucólica da alocação à natureza daria lugar a bárbaros matadores de Kaingang.<sup>644</sup> Na região Oeste, ainda poderia acrescentar-se, como “bárbaros matadores de Xokleng, Guarani e caboclos”, a exemplo do que ocorreu na Guerra do Contestado, que nada mais foi do que a pretensão de uma “limpeza étnica”.

Nessa região de fronteira, sobre a historiografia regional, Zarth escreve que “os textos tradicionais sobre a história dos municípios originados do processo de colonização produziram a ideia de que tudo começou com

<sup>642</sup> GOLIN, 2002, p. 31.

<sup>643</sup> GOLIN, 2002, p. 37.

<sup>644</sup> GOLIN, 2002, *passim*.

a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador”.<sup>645</sup> E que “[...] as histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo”.<sup>646</sup>

Em consonância com os escritos de Zarth, Brighenti escreve:

[...] é importante compreender que, embora indígenas e camponeses sejam sujeitos com memórias coletivas, eles se opõem na forma de ocupar e relacionar-se com a terra. Essa é a grande diferença de concepções e de relações. Para os povos indígenas, o espaço é sagrado porque é habitado por memórias coletivas e tradições culturais enraizadas no tempo. Por seu turno, os camponeses recriam memórias num determinado espaço, assim como poderão recriá-las em outros espaços, já que as questões econômicas adquirem um peso maior para essa coletividade. As terras foram adquiridas e estão sujeitas às leis de mercado; não são apenas espaços de memórias, são também mercadorias, capital, meio de produção.<sup>647</sup>

Voltando a Zarth, ele também menciona que a “Mesorregião da Fronteira do Mercosul” possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes ao Sul.<sup>648</sup> A história, “durante muito tempo, teve como foco as instituições oficiais e, nesse sentido, esteve voltada para as camadas dominantes da sociedade, que sempre fizeram esforços para manter lugares de memória em benefício próprio”.<sup>649</sup>

<sup>645</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Fronteira Sul: história e historiografia*. In: RADIN; VALENTINI; ZARTH, 2016, p. 09-24.

<sup>646</sup> ZARTH, p. 10.

<sup>647</sup> BRIGHENTI, 2012, p. 558.

<sup>648</sup> Mesorregião que “[...] abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 381 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de 3,7 milhões de habitantes.” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://200.198.213.88/spr/index.php#>. Acesso em: 20 out. 2010.)

<sup>649</sup> Cf. ZARTH, 2016, p. 09-24.

As ideias mencionadas por Zarth poderão ser observadas em registros que foram realizados em 1929 pelos integrantes da comitiva de Adolfo Konder, os quais acompanharam o então “presidente”<sup>650</sup> em uma excursão ao interior de Santa Catarina; a bandeira pretendia integrar o “sertão” ao restante do estado, que apenas 13 anos antes tinha sido incorporado ao território catarinense, após a Guerra do Contestado. O texto que compõe a próxima seção originalmente foi escrito em minha dissertação de mestrado; agora, no doutorado, também observei o protagonismo indígena sob o ponto de vista governamental, acerca dos grupos étnicos que habitavam a região Oeste naquele período.

### 2.8.1 **Bandeira Konder, 1929**

Ao lançar olhares às obras produzidas pelos cronistas que participaram da expedição intitulada “Bandeira Konder”, evidencia-se que a comitiva governamental percorreu três mil quilômetros desde o litoral, passando pelo extremo oeste, até a fronteira com a Argentina, “feito em estrada de ferro, automóvel, lancha e no lombo de burros, no período de trinta dias consecutivos”.<sup>651</sup> O objetivo era reconhecer efetivamente o interior do estado, imprimindo simbolicamente a força pública e governamental, garantindo, assim, a posse da vasta região para o Brasil, a despeito de recentes disputas fronteiriças com a Argentina.

O advogado e político Arthur Ferreira da Costa participou da Bandeira Konder e assim escreveu sobre a viagem: “Também agora se fizeram conquistas, senão de terras, pelo menos de populações brasílicas que estavam se desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam

<sup>650</sup> Termo equivalente, na contemporaneidade, ao cargo de governador.

<sup>651</sup> COSTA, Arthur F. **O Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929, p. 7.

sem comunicação com a nossa pátria e totalmente alheadas da comunhão nacional”.<sup>652</sup> Destaca-se que esse é um discurso do poder público; tal narrativa evidencia o estado de abandono em que se encontrava a região Oeste, do ponto de vista governamental, o qual é reforçado pela historiografia oficial – visão combatida por muitos autores na atualidade.

Na literatura produzida depois da expedição, percebe-se que o “Oeste” recebeu muitas denominações: “vasto deserto”, “paraíso da criminalidade”, “região inculta e desconhecida”, “zona do banditismo”, “confins do estado”, “sertões”, “sertão bruto”, além de outros termos empregados, sempre num sentido pejorativo. Era uma região em que, segundo Costa, faltavam, em grande parte, contato com a civilização, rodovias, ordem, garantias, justiça, instrução primária e cívica brasileira.<sup>653</sup> A Bandeira Konder representou um olhar de palacianos, que viviam na capital, sobre a região e a população que vivia no interior “incivilizado” do estado.

Na obra *O Brasil do imigrante*, Eloy Pereira Lacava escreveu sobre o oeste catarinense dez anos depois da Bandeira Konder. Em seus escritos, percebe-se que a região ainda era considerada sertão, pois “um vazio demográfico e a necessidade de ocupação deste espaço [...] apontam que em 1939 havia falta de tudo: de víveres, de estradas e de habitantes”.<sup>654</sup>

Difundiam-se no país, e entre a intelectualidade, ideias ligadas à necessidade de modernizar o Brasil, de efetivamente ocupar o território, de conquistar o sertão e de “civilizar” a população – neste caso, referindo-se aos indígenas, negros e caboclos. Esses objetivos foram potencializados por meio da colonização. Por outro lado, os intelectuais que participaram da Bandeira Konder, ao escreverem sobre a representação da região em vilas ou cidades já colonizadas pelos migrantes sul-rio-grandenses, descendentes

<sup>652</sup> Cf. COSTA, 1929, p. 7-74. | BOITEUX, José A. *Oeste Catharinense*: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931, p. 7. | GOMES, Ângela de C.; PANDOLFI, Dulce de C. *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 23. | D’EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 23.

<sup>653</sup> Cf. COSTA, 1929, *passim*.

<sup>654</sup> LACAVAL, Eloy Pereira. *O Brasil do imigrante*. Caxias do Sul: Do Autor, 1976, p. 37.

de europeus, utilizavam termos como “terras ricas de gente idônea”, “sentinela avançada de civilização”, “verdadeiro Éden”, além de outros de natureza ufanista.<sup>655</sup> Moraes escreve que o termo “sertão” é empregado concomitantemente para o oeste/Chapecó, mas expressando uma condição transitória, anacrônica, que remete ao passado, cuja conversão acontecerá mediante a implantação de núcleos coloniais e desenvolvimento da policultura para mercado interno”.<sup>656</sup>

Dessa forma, os indígenas, negros e caboclos, que há muito tempo habitavam a região, foram ignorados no processo “civilizador” e “modernizador” da sociedade republicana; eram considerados, principalmente quanto aos aspectos econômicos, de acordo com a obra observada, “bandidos”, “incultos”, “preguiçosos” e “irracionais” pelas autoridades governamentais, bem como por muitos daqueles que na área se estabeleceram.<sup>657</sup> No processo de colonização oestino, empreendido no século XIX e início do século XX, as atividades do sertanejo “não combinavam com o ideário de modernidade adotado pelas elites brasileiras, num esforço de atualizar o Brasil com o ritmo das nações mais avançadas”.<sup>658</sup> De acordo com Renk, a colonização provocou mudanças aceleradas.

A introdução de valores externos deixou à população local as opções adaptar-se ou ficar excluída, isto por duas razões. A primeira seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o habitus da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização.<sup>659</sup>

<sup>655</sup> Cf. COSTA, 1929, *passim*. | BOITEUX, 1931, p. 84.

<sup>656</sup> MORAIS, 2018, p. 241.

<sup>657</sup> COSTA, 1929, *passim*.

<sup>658</sup> ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000, p. 166.

<sup>659</sup> RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina**, Chapecó, ano 19, n.º 23, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2100-Texto%20. Acesso em: 2 maio 2021.

Nesse mesmo sentido, em *Italianos e ítalo-brasileiros*, Radin escreve: “no Estado, falava-se das ‘terras inaproveitadas’, da necessidade de ‘desbravar o sertão’, do ‘povoamento efetivo’, para criar as condições ao surgimento de apreciáveis centros de trabalho e progresso”.<sup>660</sup> As observações do historiador apontam para as transformações que estavam se processando no oeste em virtude da necessidade do estado e de empresas imobiliárias em implantarem os projetos colonizatórios.

Em consonância com o assunto apresentado, Renk, no discurso proferido na celebração do centenário de Chapecó, afirmou:

[...] a região Oeste era tão abandonada que no final da década de 1920 o presidente [Adolfo Konder], como era chamado o governador do estado naquela época, ele passa pelo extremo oeste e fica espantado pela falta de escolas. As crianças brasileiras estudavam na Argentina; aprendiam o hino argentino, faziam as referências à bandeira argentina e não conheciam a história do Brasil; conheciam apenas a história argentina porque não havia escola na região. A escola pública no Brasil e especialmente no sul do Brasil apareceu, efetivamente, a partir de 1938 com a Lei de Nacionalização; quando Getúlio proíbe que se ensine alemão, italiano. Ele também proíbe o japonês em São Paulo, o ucraniano no Paraná e São Paulo. Ele fecha as escolas particulares e convencionais, colocando uma professora normalista numa escola pública e gratuita.<sup>661</sup>

Como Renk ressalta, nesta região de fronteira, o abandono ocorria de várias maneiras – por exemplo, as crianças, comumente, desconheciam o português e os símbolos nacionais. Algumas dessas questões foram “amenizadas” com a campanha de nacionalização de Vargas. Outro olhar sobre a formação territorial do oeste catarinense também foi registrado no

<sup>660</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representação sobre a civilização do sertão. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 8.

<sup>661</sup> RENK, 9 ago. 2017.

discurso de Renk proferido no evento do centenário de Chapecó, no qual ela infere que

[...] a nomenclatura “oeste”, ela não vem logo, ela vem mais tarde, no início se chamava de “Serra”. Então, em Santa Catarina tinha duas categorias de moradores: o ilhéu, que é o litorâneo, e o serrano. Mais tarde, geograficamente vai se constituindo a categoria oeste, oestino que cria força. Tem um escritor muito famoso, que ficou mais famoso ainda nos anos 30, o imperialista Antônio Badessa, que dizia assim: “essa serra era ligada ao litoral unicamente por frágeis pirâmides políticas, não tinha nada ligado a Florianópolis”.<sup>662</sup>

No trecho, Renk lembra que, antes da terminologia “Oeste”, a região era reconhecida por “Serra”, lugar onde viviam os serranos. A toponímia designava o planalto catarinense. Ainda, exemplifica que o vínculo entre a serra e a capital, Florianópolis, se dava, de forma frágil, no âmbito político. Por outro lado, Renk enfatiza:

[...] o comércio, os tratamentos de saúde, a sincronização das estações de rádio era feita com Rio Grande do Sul. A Igreja estava associada a Palmas, no Paraná, não tinha entrelaçamentos com Florianópolis, a não ser um deputado na Assembleia. A partir dos anos 1970 algumas pessoas vão estudar em Florianópolis, porque a elite, até algumas décadas, estudava em Porto Alegre ou Curitiba. Era mais fácil viajar de Chapecó a Curitiba e de lá a Florianópolis, do que de Chapecó a Florianópolis; o trajeto era mais tranquilo. É apenas na década de 1980 que a BR-282 vai fazer a ligação. E tem outra instituição que é muito importante, que caberia ao povo do Sul, que é a RBS, que faz o jornal do meio-dia, integrando a notícia local e estadual. Dessa forma, se tem a impressão que se vive no mesmo estado. Ao ouvir a rádio Gaúcha e a rádio Guaíba, supõe-se que o oeste catarinense é um pedaço do Rio Grande do Sul e não de Santa Catarina.<sup>663</sup>

<sup>662</sup> RENK, 9 ago. 2017.

<sup>663</sup> RENK, 9 ago. 2017.

Viu-se que, nas primeiras décadas do século XX, a complexidade que envolvia a atual categoria “oeste catarinense” ia muito além do distanciamento geográfico em relação à capital do estado, Florianópolis. A região, que em tempos anteriores era reconhecida por “Serra”, tinha laços identitários, econômicos e culturais com o Rio Grande do Sul, no aspecto religioso com o Paraná e, de acordo com o relato de Renk, era um espaço periférico em relação às decisões governamentais da capital estadual. Reiterando os apontamentos de Renk, Elisa Paim infere que, administrativamente, o oeste de Santa Catarina: “[...] continuava distante, em todos os sentidos, da capital – Florianópolis – e do governo do estado. As ligações comerciais, médicas e os referenciais políticos continuavam sendo com o Rio Grande do Sul”.<sup>664</sup>

Retomando as narrativas palacianas registradas em virtude da Bandeira Konder, ficam evidentes os relatos que enaltecem os brancos, cristãos – essas pessoas que “teriam rompido com o “atraso” e a “ignorância” que grassavam nesses “sertões”, trazendo o “progresso” e o “desenvolvimento”. Razões político-econômicas foram camufladas por discriminações étnicas que, tanto no âmbito dos discursos quanto no das práticas, promoveram verdadeira desumanização de indígenas, caboclos e negros, condenando-os a uma quase invisibilidade, ou a uma “presença incômoda”, conforme registros de Délcio Marquetti e Juraci Brandalize Lopes da Silva.<sup>665</sup>

Ao longo das 74 páginas do livro escrito por Arthur Ferreira da Costa intitulado *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*, publicado em 1929, além das 28 páginas do livro de José Arthur Boiteux,

<sup>664</sup> PAIM, Elisa Antônio. Olhares sobre a constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011, p. 347.

<sup>665</sup> Cf. MARQUETTI, Délcio; SILVA, Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo A. (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: UFFS, 2016, p. 109-129.

*Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*, publicado em 1931, há duas ocorrências do termo “índios”. Nos registros de Costa, o termo é mencionado para designar a toponímia de Passo dos Índios, como “outra revelação animadora do valor da imigração em Santa Catarina”.<sup>666</sup> Na obra de Boiteux, o autor cita: “Irahy – águas do mel, na simbólica e harmoniosa língua tupy-guarany – é lugarejo pictural, de paisagem calma e doce e que parece o cenário de uma novela bucólica”.<sup>667</sup> As menções se detêm ao topônimo “Passo dos Índios”, atual Chapecó, e um elogio à família linguística “Tupi-Guarani”.<sup>668</sup> Há um silenciamento, uma invisibilidade dessas populações em ambas as obras escritas pelos integrantes da Bandeira Konder.

Nos dois livros de época, os migrantes sul-rio-grandenses representariam, para o estado, o potencial de desenvolvimento econômico necessário para aumentar o fluxo de negócios na região: “A partir da passagem do governador, uma série de medidas foram sendo tomadas, como, por exemplo, a construção de estradas e escolas, para integração da região Oeste ao restante do estado”.<sup>669</sup> Com o passar dos anos, essa região de fronteira, como ressaltou Renk, em virtude da abertura da BR-282 e da instalação da Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV), filiada da Globo, possibilitou um “ingresso identitário”, de integração com a capital do estado, Florianópolis.

Para finalizar esta parte – tratando sobre o olhar dos palacianos, que, em 1929, participaram da Bandeira Konder em direção ao interior de Santa Catarina –, toma-se emprestada a ideia defendida por Cristina Morais de que o “Oeste” é um “fundo territorial em processo de integração”. Para Renk, essa integração, do ponto de vista geográfico, econômico e cultural, teria se dado, de maneira mais eficaz, a partir de 1980, com a implantação da BR-282 e da RBS TV.

<sup>666</sup> COSTA, 1929, p. 13.

<sup>667</sup> BOITEUX, 1931, p. 18.

<sup>668</sup> BOITEUX, 1931, p. 18.

<sup>669</sup> PAIM, 2011, p. 348.

Notou-se que a “colonização”, de acordo com os palacianos, foi um fator que desencadeou a mudança de nomenclatura de antiga Serra, deserto do norte, para região Oeste, como ressaltou Renk no seu discurso. Além disso, ao voltar o olhar aos assuntos abordados anteriormente, na parte dos limites ocidentais de Santa Catarina, é possível inferir (com mais ênfase) que, a partir das primeiras décadas do século XX, ocorreu a sobreposição do modo de vida não indígena sobre o modo de vida indígena e caboclo. As colonizadoras, apoiadas pelo Estado, promoveram a limpeza étnica e empurraram as populações vulneráveis (o que restou delas) para áreas menos nobres destinadas à agricultura.

Em relação às áreas menos nobres, Brighenti enfatiza que, em virtude do processo colonizador, as matas foram eliminadas e ocorreu não só a eliminação de riquíssimas fontes de proteína animal – já que diversas espécies de aves e mamíferos desapareceram da região – e de proteína vegetal – como o pinhão, semente da araucária e de outras variedades de frutos –, mas também o confinamento da população indígena na periferia, em terrenos de relevo com declividade acentuada, que se caracterizam por serem regiões menos próprias à agricultura.<sup>670</sup>

Entretanto, Jaisson Teixeira Lino chama a atenção sobre os indígenas, que, “por sua vez, não podem ser considerados agentes passivos desse processo, pois não foi pouca a resistência que ofereceram à ocupação”.<sup>671</sup> Eles não ficaram inertes ao esbulho praticado em suas terras ancestrais.

Passadas décadas do início do processo colonizador, Paim aponta que na região ocorreram diversos movimentos para retomada das terras indígenas. Em 1984, indígenas do Toldo Chimbanguê, de Sede Trentin, distrito de Chapecó, foram a Brasília e pressionaram o governo para demarcação de terras. Em 1985, começaram a lutar, em conjunto com os colonos, exigindo

<sup>670</sup> Cf. BRIGHENTI, 2012, p. 86.

<sup>671</sup> RODRIGUES, Géssica Pinto; LINO, Jaisson Teixeira. Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense: análise das publicações do jornal Diário do Iguauçu (2001-2017). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n.º 2, p. 1-20, maio/ago. 2021.

seus direitos. Foram a Florianópolis e fizeram greve de fome. Com esse movimento, iniciaram a reconquista de terra e reorganizaram a comunidade. Esse movimento inspirou e desencadeou outros movimentos pela retomada de terras na região.<sup>672</sup> Ao longo dos séculos, as populações indígenas se rebelaram contra as hostilidades que lhes foram impostas, reivindicaram e continuam reivindicando a garantia de direitos sobre parcelas de suas terras ancestrais, sobre sua cultura e sobre demandas coletivas.

...

Ao encerrar este segundo capítulo, ressalta-se que no primeiro, vislumbrou-se a milenar história indígena do oeste de Santa Catarina, protagonizada pelos caçadores-coletores portadores da tradição Umbu, Jê meridionais e Guarani; no segundo capítulo, de forma panorâmica, dando continuidade ao recorte temporal do primeiro, mostrou-se o protagonismo indígena nos processos de formação territorial dessa região fronteira com a Argentina e as fricções étnico-históricas entre indígenas, negros, caboclos, descendentes de europeus e outras populações da região.

No próximo capítulo, serão tratados os usos do patrimônio arqueológico e cultural indígena no oeste catarinense, com a intenção de perceber como esse patrimônio é acolhido pelas instituições culturais, pela legislação, pelas ações educacionais realizadas pela arqueologia consultiva em virtude dos empreendimentos hidroenergéticos regionais e mediante o legado etnolinguístico deixado pelos indígenas que habitavam esse lugar desde o período que antecedeu a chegada dos europeus à América.

<sup>672</sup> Cf. PAIM, 2011, p. 355.

### 3 OS USOS DA MEMÓRIA, DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, CULTURAL E ETNOLINGUÍSTICO INDÍGENA NO OESTE CATARINENSE



“No curso dos últimos 30 anos produziu-se muito mais informação do que nos cinco mil anos anteriores”.<sup>673</sup> Na contemporaneidade, informações, ideias e serviços transitam numa velocidade sem precedentes na história humana. Por meio da instantaneidade das comunicações (como, por exemplo, a internet) e de transportes ultrarrápidos, o local e o global se entrelaçam e “nos permitem, cada vez mais, escapar às limitações tradicionais de lugar”.<sup>674</sup>

Pensando na produção e na difusão de conhecimentos no ambiente escolar, coloca-se em questão a recepção de estudos relacionados às histórias local e regional, especialmente aqueles destinados à compreensão da temática indígena, da memória, e do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena, lembrando “que os vestígios materiais relacionados à pesquisa arqueológica são considerados bens culturais”.<sup>675</sup>

Neste terceiro capítulo, problematiza-se de que maneira o patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena encontra acolhida nas instituições culturais da região Oeste de Santa Catarina, na legislação brasileira, nas ações educacionais realizadas em virtude dos empreendimentos hidroenergéticos e por meio do legado etnolinguístico

<sup>673</sup> CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 112.

<sup>674</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006, p. 242.

<sup>675</sup> CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus (org.). **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017, p. 1.

deixado pelos indígenas que habitavam esse lugar. Para tanto, utilizam-se fontes bibliográficas, documentais, orais e visuais. Apresentam-se os resultados de maneira descritiva e interpretativa ao longo de cada seção. Utilizam-se como referências os registros do “Diário de aula” elaborado no Seminário de Pesquisa: *Cultura e Patrimônio*<sup>676</sup>, articulados com bibliografias relacionadas ao tema História e Patrimônio.

Além disso, apresenta-se uma entrevista realizada com Pedro Ignácio Schmitz sobre a cultura indígena como patrimônio para a nação brasileira; também se faz um sucinto histórico sobre o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó) e o Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia da Universidade Federal Fronteira Sul – *campus* de Chapecó (LUPA/UFFS), por serem instituições que se relacionam com o tema proposto. Com base na Constituição de 1988 e nas anteriores, faz-se um resumo sobre a legislação que rege o patrimônio arqueológico.

Ademais, investigam-se 25 documentos, entre projetos e relatórios dos empreendimentos hidroenergéticos localizados na região Oeste de Santa Catarina e que foram abrigados no CEOM/Unochapecó entre 2015 e 2020, com o objetivo de analisar como é realizada a Educação Patrimonial nos municípios atingidos pelos empreendimentos. Por fim, na última parte, por meio de pesquisa bibliográfica em dicionários Tupi-Guarani, pretende-se mostrar o patrimônio etnolinguístico indígena presente na toponímia dos municípios dessa região.

O patrimônio arqueológico compreende reminiscências e a toponímia indígena; embora não faça parte dessa materialidade, faz parte das reminiscências, das lembranças que denotam a presença indígena na região em estudo. Pelo fato de se estudar uma ocupação pretérita e sua visibilidade e/ou invisibilidade em âmbito escolar, a pesquisa não vai se ater às práticas contemporâneas; vai se preocupar com aquilo que a materialidade pode

---

<sup>676</sup> Ministrado no dia 15 de abril de 2019, na Universidade de Passo Fundo (UPF).

evidenciar: a própria presença da materialidade como prova da ocupação e a toponímia também como prova, como legitimadora e indicadora de uma ocupação pretérita de larga escala. Na parte que segue, faz-se uma breve discussão sobre os termos “patrimônio” e “memória”, com base em diários de aula, bibliografias e entrevistas.

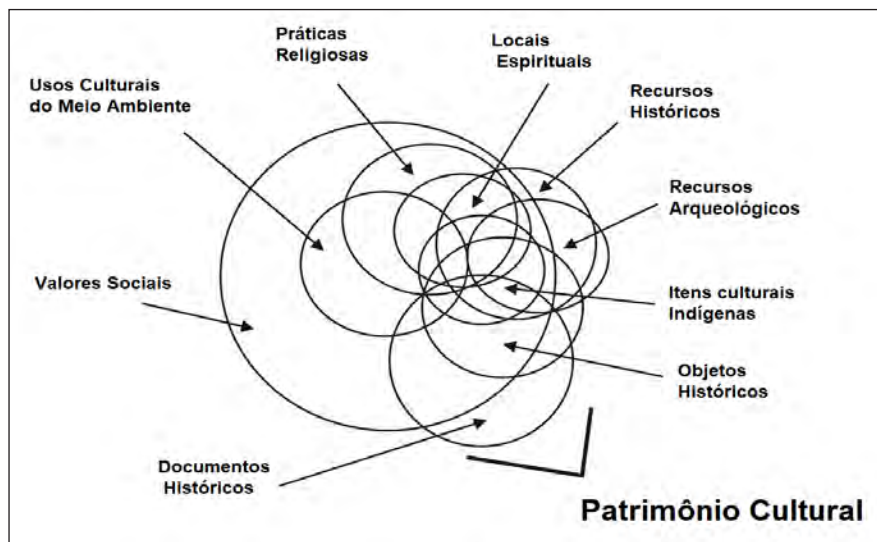
### 3.1 MÚLTIPLAS VISÕES SOBRE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

A partir das contribuições e das problematizações teóricas incitadas pela disciplina *História e Patrimônio*, ministrada em 2019, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, a seguir, destaca-se um conjunto de ideias sobre os conceitos de “patrimônio” e “memória”. Essas ideias servirão de parâmetros para o recorte temático desta tese, que trata do patrimônio e da memória indígena nas escolas públicas não indígenas do oeste de Santa Catarina.

Além disso, registra-se o parecer de Pedro Ignácio Schmitz, relator do processo que resultou na criação, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do primeiro patrimônio imaterial indígena do Brasil, a arte Wajãpi (Oiampi), a maneira de pintar o corpo de um grupo Tupi do Amapá.<sup>677</sup> Para a composição da referida tese, a compreensão de conceitos sobre “patrimônio” e “memória” é imprescindível. Por isso, toma-se como base o pensamento de vários autores. Inicia-se pelo diagrama adaptado de Thomas King, que trata sobre componentes do patrimônio cultural, suas manifestações e influências (Figura 29).

<sup>677</sup> Schmitz informa que “No Conselho Consultivo do IPHAN, que cuida do patrimônio histórico e artístico nacional (declaração, empréstimo, movimentação), apareceu o pedido de transformar a pintura corporal dos índios Oiampi em patrimônio nacional imaterial. Eu, então membro do Conselho, fui designado como relator do processo, que foi aprovado. Como membro do Conselho, dei parecer também sobre outros pedidos de patrimônio nacional, geralmente material, como prédios e até uma serra no Ceará, mas nenhum outro indígena ou arqueológico”. SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arte Oiampi**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, em 21 out. 2022.

Figura 29 – Diagrama relacionado aos componentes do Patrimônio Cultural



Fonte: adaptação de King (1998, 2008 apud BRANDI, 2009).

Por meio do diagrama, é possível perceber que o patrimônio cultural se entrelaça com documentos históricos, valores sociais, usos culturais do meio ambiente, práticas religiosas, locais espirituais, recursos históricos, recursos arqueológicos, itens culturais indígenas e objetos históricos. Nota-se que o diagrama indica apenas “itens culturais indígenas”, e os itens culturais de outros grupos não são citados. Mesmo assim, apropriou-se dessa imagem pela compreensão que ela proporciona em relação aos elementos formadores do patrimônio cultural.

Somada à perspectiva apresentada no diagrama, registra-se mais uma ideia sobre o termo “patrimônio cultural”, que “pode ser definido como o conjunto de manifestações de uma comunidade (incluindo suas práticas, costumes e valores, expressões artísticas e culturais, lugares e objetos) que é passado de uma geração a outra”.<sup>678</sup> Ainda, “o patrimônio só se constitui

<sup>678</sup> RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *Rev. Digital*

como tal quando faz parte das referências simbólicas e afetivas de uma dada comunidade”.<sup>679</sup> Embora “*indudablemente hay muchos conceptos sobre patrimonio cultural, ya que cada uno de los campos del conocimiento humanístico elabora los que corresponden a sus fines*”.<sup>680</sup>

Segundo Albuquerque Júnior, a palavra “patrimônio” vem do grego, articulando as noções de *pater* (chefe de família ou antepassado) e *nomos* (leis, usos ou costumes em comum de uma família ou de uma cidade). O patrimônio era a herança deixada pelo chefe de família aos seus descendentes ou legado de uma geração para as gerações seguintes. O patrimônio histórico e cultural não deixa de ser, ainda, o próprio funcionamento da lei do pai, do nome do pai, à medida que, quase sempre, está definido e referenciado a partir daqueles que são dominantes e dominadores em cada época e lugar.<sup>681</sup>

“Em virtude dos nacionalismos, o passado foi erigido como patrimônio a partir do nascente conceito de *estado nacional*, fundado na homogeneidade. O patrimônio ligava-se à noção de compartilhamento de uma origem, um território e uma cultura.”<sup>682</sup> Por outro lado, Brandi argumenta que a ideia de “patrimônio advém da importância em se traduzir para a esfera do imaginário coletivo – simbólico – as transformações sociais que acompanham as constituições dos estados modernos”.<sup>683</sup> Independentemente de autores como Albuquerque Júnior, por exemplo, observarem a origem do termo ainda na Antiguidade.

---

de **Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v. 14, n.º 1, janº/abr. 2016, p. 111.

<sup>679</sup> PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia; SOUZA, Francisca Márcia Costa de. Ensino, Patrimônio Cultural e Sociedade. **Dossiê História, Memória e Patrimônio**, Rio Grande, v. 3, n.º 3, 2012, p. 96.

<sup>680</sup> PALMA PEÑA, Juan Miguel. Valores sociales y valores patrimoniales: elementos para determinar la significación del patrimonio documental. **Bibl. Univ.**, v. 16, n.º 1, p. 34, Enero-Junio 2013, p. 34.

<sup>681</sup> Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. *In*: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 143-144.

<sup>682</sup> Cf. FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (org.). **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annblume, 2009, p. 9.

<sup>683</sup> BRANDI, Rafael de Alcântara. **Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Françoise Choay escreve que a expressão “patrimônio” designa “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...] produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos”.<sup>684</sup> Para Dominique Poulot, “patrimônio encarna, em suma, um ‘crescendo em generalidade’ de obras e objetos singulares, concebido de forma útil para a ação de conhecimento e de conservação coletiva”.<sup>685</sup> O autor acrescenta que “o patrimônio se tornou símbolo de elo social e é um instrumento quase sempre decisivo para o desenvolvimento local”.<sup>686</sup>

O patrimônio cultural é constituído dos mais diversos elementos e se apresenta, convencionalmente, dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material. Entende-se por patrimônio imaterial tudo o que está relacionado aos modos de fazer das pessoas, às técnicas e habilidades, aos valores e às crenças; e por patrimônio material os produtos da criação humana, como os artefatos, os objetos e as construções, por exemplo – também a cultura material dos povos pré-históricos indígenas pode ser percebida como patrimônio material.<sup>687</sup>

Vanessa Barrios Quintana escreve que a “cultura material é o produto da ação do homem usado pela arqueologia como um meio de nos aproximarmos de populações humanas pretéritas às quais não temos mais acesso”.<sup>688</sup> Uma vez que não se tem “mais acesso à linguagem destas pessoas, apenas nos resta tentar ler suas atividades no que chegou até nós, a cultura material”.<sup>689</sup>

<sup>684</sup> Cf. CHOAY, 2006, p. 11.

<sup>685</sup> POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, História e Patrimônio**, Brasília, n.º 34, 2011, p. 32.

<sup>686</sup> POULOT, 2011, p. 27.

<sup>687</sup> Cf. RODRIGUES, 2016, p. 111.

<sup>688</sup> QUINTANA, Vanessa Barrios. A cultura feita material: os instrumentos recorrentes dos cerritos do banhado do M'Bororé e suas possíveis interpretações. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS, 10., 2010, Santa Maria. **Anais...**, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://www.anpuh-rs.org.br/anais>. Acesso em: 12 dez. 2020.

<sup>689</sup> QUINTANA, 2010, p. 3.

Segundo a abordagem de Poulot, a tentativa de construir uma história patrimonial da cultura material exige debruçar-se sobre a erudição e o colecionismo, suas disposições tácitas, suas pequenas ferramentas, suas fruições mudas. Em suma, sobre todos os gestos e saberes que organizam a percepção e a representação dos objetos em função de hierarquias entre saberes locais, vínculos particularizados e o horizonte de conhecimentos gerais de um homem de sociedade.<sup>690</sup> Por outro lado, Simone Scifoni registra que “é na escala local que se pode encontrar o patrimônio como expressão das práticas sociais, um patrimônio reivindicado por sua função ligada à memória e à identidade coletiva ou como busca de qualidade de vida”.<sup>691</sup>

Ilanil Coelho e Denis Radun ressaltam que “é preciso reconhecer o fato de que a valorização e a apropriação social do patrimônio cultural são processos e não imperativos”.<sup>692</sup> Albuquerque Júnior argumenta que, “desde o princípio, a escolha do patrimônio, daquilo a ser legado, é um gesto político, nasce de escolhas, de operações de exclusão, de esquecimento e de apagamento”.<sup>693</sup> Todavia, considera-se que os patrimônios são “como outros tantos ‘modos apropriados’ de tratar o passado”.<sup>694</sup> Le Goff, citado por D’Alessio, escreve que “o reconhecimento do passado liberta os homens do aprisionamento no vivido, possibilitando-lhes experimentar a alteridade no tempo”.<sup>695</sup>

As sociedades remotas têm nos seus vestígios materiais os indícios para que suas identidades sejam reconhecidas. Ao analisar e descrever a

<sup>690</sup> POULOT, 2011, p. 41.

<sup>691</sup> SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. *Diálogos*: revista do departamento de história e do programa de pós-graduação em história, Maringá, n.º 10, 2006, p. 74.

<sup>692</sup> COELHO, Ilanil; RADUN, Denis Fernando. **Tombamento, destombamento e retombamento**: o jogo do patrimônio cultural no Brasil. | BERND, Zilá; SANTOS, Nádia Maria Weber (org.). **Memória social**: pesquisas e temas emergentes. Canoas: Unilasalle, 2016, p. 41.

<sup>693</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2018, p. 144.

<sup>694</sup> POULOT, 2011, p. 41. *In*: GINZBURG, Carlo. **Style**. Inclusion et exclusion. Adistance. Neuf essais sur le point de vue en histoire. Paris: Gallimard, 1998, p. 120.

<sup>695</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, História e Patrimônio**, Brasília, n.º 34, 2011. | LE GOFF, Jacques. “Memória”. **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**. v. I: Memória-História. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

cultura material, é possível perceber “as mensagens nela inscritas, ou seja, os diversos aspectos que influenciaram em sua gênese. E ao inserir os objetos em seu contexto apreendemos os diferentes papéis que podem ter assumido nas sociedades do passado”<sup>696</sup>.

Na parte que segue, Pedro Ignácio Schmitz, por meio de uma entrevista concedida no dia 10 de julho de 2019, em São Leopoldo (RS), no Instituto Anchietano de Pesquisa (IAP), reforçará conceitos sobre o termo “patrimônio” e tratará das ações políticas da patrimonialização no âmbito da cultura indígena. Para Schmitz:

[...] o termo patrimônio está ligado ao antigo *pater familias* romano e designava a sua propriedade. O patrimônio se tornou alguma coisa forte com a ONU, depois da Segunda Guerra, quando surgiu a UNESCO e os Estados começaram a selecionar e sancionar aspectos da cultura e os declarava de valor nacional. Depois da Segunda Guerra foram destinadas somas enormes para caracterizar as culturas e as línguas de todo o mundo, para que não se perdessem, assim também aconteceu no Brasil. O patrimônio nasce do povo, da comunidade que o identifica, o reconhece como um valor seu e passa a usá-lo como tal. O Estado pode sancioná-lo ou deixá-lo no âmbito da comunidade. Ele é um elemento do passado, que eu consegui entender, que consegui amar e que agora faz parte de minha vida. Na maior parte do tempo ele compreendia basicamente elementos materiais, como casas, castelos, fortalezas, igrejas, estátuas, artefatos e vestes; hoje inclui também elementos não materiais, como maneiras de fazer, como a entronização do imperador japonês ou a maneira de fazer as panelas de barro das oleiras da Bahia. O índio e suas coisas passaram a ser patrimônio e, no Dia do Índio, se procurava mostrar isto nas escolas. Nos museus escolares e também em museus especializados se exibiam seus objetos. Mais recentemente também se começaram a destacar e declarar de interesse nacional maneiras de fazer indígenas. O primeiro deles foi a arte Wajãpi (Oiampi), a maneira de pintar o corpo de um grupo Tupi do Amapá, processo relatado por ele no Conselho Consultivo do IPHAN.<sup>o</sup> Também as populações indígenas se

<sup>696</sup> QUINTANA, 2010, p. 5.

tornaram conscientes de seus valores tanto materiais como não materiais. E a população nacional como considera estes patrimônios indígenas? O Estado brasileiro pode oficializar esta consideração e transformá-los, explicitamente, em patrimônio da nação brasileira.<sup>697</sup>

Em seu depoimento, Schmitz ressalta que o termo “patrimônio” poderia ser comparado à herança cultural de uma população. Ações em benefício do patrimônio das nações, em âmbito mundial, tornaram-se mais presentes a partir do final da Segunda Guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu braço cultural, que é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para Schmitz, o patrimônio é um elemento do passado, que a comunidade considera seu, que entende, que ama e que populariza para gerações futuras. Também lembra que as populações indígenas se tornaram conscientes de seus patrimônios materiais e imateriais, e que depende de o Estado brasileiro oficializar e transformar o patrimônio cultural indígena em patrimônio da nação.

As práticas e saberes indígenas como patrimônio tiveram um reconhecimento tardio, somente a partir da década de 1970, por meio da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Essa lei dispõe sobre o Estatuto do Índio; no artigo 1º, regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Comparativamente à produção histórico-cultural branca, europeia, cristã, é muito tardia a valorização da cultura indígena e sua materialidade. A destruição ou a invisibilidade da materialidade dos povos indígenas “legítima” a ocupação posterior.

<sup>697</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

### 3.1.1 Reflexões sobre a memória

Esta parte tem a proposta de refletir sobre o termo “memória”, a fim de corroborar as discussões do capítulo quatro desta tese, que pretende investigar como a temática indígena é abordada nos livros didáticos e nas salas de aula no oeste de Santa Catarina. Por ora, a argumentação se fundamentará nas pesquisas de autores que estudam a memória.

Há aproximadamente 12.000 anos, na região Oeste de Santa Catarina e em áreas adjacentes, os indígenas estão presentes. Obviamente que, antes do contato com o europeu, já interagiam belicamente entre si e com outros grupos, mas, com a chegada dos estrangeiros, essa história milenar teve rupturas e continuidades nos âmbitos cultural, político, econômico, social, religioso e outros. Na atualidade, os povos indígenas continuam enfrentando situações extremas na salvaguarda de interesses coletivos.

Entretanto, como a memória desse passado indígena milenar é rememorada na sala de aula? Halbwachs sinaliza que a história: “[...] sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras [...]”<sup>698</sup>; e essas regras vão de encontro aos grupos que compõem a memória social. Com base na ideia do autor, indaga-se: em que medida a história indígena do oeste de Santa Catarina faz parte da memória de docentes e discentes das escolas não indígenas da região? A resposta está registrada no item 4.2, “A temática indígena regional e a multiplicidade de olhares”, que contextualiza essa problemática. Se, para Candau, memória social é o “conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo”, questiona-se se o grupo de discentes e docentes que

<sup>698</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 79.

participou da pesquisa integrada ao capítulo quatro desta tese reconhece a memória dos grupos indígenas regionais?<sup>699</sup>

Além da memória, para Tomaz Tadeu da Silva, também a identidade “está envolvida numa disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade que traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”.<sup>700</sup> Para Ecléa Bosi, a memória é considerada produção, imaginação, lembrança e esquecimento produzidos no presente.<sup>701</sup> Fernando Catroga enfatiza que “a memória é sempre seletiva”.<sup>702</sup>

Assim, se a memória é seletiva e se ela é uma representação, certamente “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”.<sup>703</sup> Essa representação “seleciona, a partir dos anseios individuais e coletivos do presente, os fatos que devem e podem ser lembrados ou esquecidos”.<sup>704</sup> “A representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”.<sup>705</sup> Os elementos apontados pelos autores são importantes porque nem tudo é memória: o que é lembrado ou esquecido será selecionado, conforme a visão de mundo e o lugar que o indivíduo ocupa no grupo social, ou o lugar que o grupo social ocupa na sociedade constituída por outros grupos sociais.

<sup>699</sup> CANDAU, 2016, p. 163.

<sup>700</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **A produção social Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 73-102.

<sup>701</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

<sup>702</sup> CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 43-69.

<sup>703</sup> SILVA, 2014, p. 6.

<sup>704</sup> SCHNEIDER, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, Memória e Tradição na Educação Escolar Indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n.º 60, p. 55-75, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php/script\\_sci\\_serial/pid](http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid). Acesso em: 4 set. 2021.

<sup>705</sup> SILVA, 2014, p. 6.

Candau escreve que a memória é “geradora” de identidade, no sentido de que participa de sua construção. Essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais. Dessa forma, memória e identidade se cruzam indissociáveis, reforçam-se mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memórias e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.<sup>706</sup> “Sem memória o sujeito esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece.”<sup>707</sup>

Nora aponta que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”<sup>708</sup>, e “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.<sup>709</sup> Halbwachs infere que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo, e este lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.<sup>710</sup>

Para além da memória individual, existe a memória coletiva, “formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla”.<sup>711</sup> A memória coletiva nada mais é do que “a memória de um grupo”; então, o “indivíduo

<sup>706</sup> Cf. CANDAU, 2016, p. 19.

<sup>707</sup> CANDAU, 2016, p. 65.

<sup>708</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.º 10, p. 7-28, dez. 1993, p. 9.

<sup>709</sup> NORA, 1993, p. 9.

<sup>710</sup> HALBWACHS, 1990, p. 51.

<sup>711</sup> SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. Campinas, 12 jul. 2006. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br>. Acesso em: 4 set. 2021.

participaria de duas espécies de memória, a individual e a do grupo”.<sup>712</sup> Ou seja, “os indivíduos necessitam se ver como pertencentes a um mesmo corpo social”.<sup>713</sup> Entretanto, a memória coletiva “[...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis”.<sup>714</sup> Essa memória ampla e oficial está abrigada nos lugares de memória. Esses lugares, para Nora, “são, antes de tudo, restos”.<sup>715</sup> Consideram-se lugares de memória os “museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações que são testemunhos de uma outra era, das ilusões de eternidade”.<sup>716</sup>

Conforme Le Goff, a memória coletiva “[...] foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.<sup>717</sup> O autor ainda afirma que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.<sup>718</sup>

Em contraponto à ideia de que a memória pode ser um instrumento e objeto de poder, Nora reitera que “é por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados”.<sup>719</sup> Para tanto, Le Goff infere: “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”.<sup>720</sup> Pelo fato de que “[...] a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente

<sup>712</sup> HALBWACHS, 1990, p. 53.

<sup>713</sup> SIMSON, 2006.

<sup>714</sup> HALBWACHS, 1990, p. 53.

<sup>715</sup> NORA, 1993, p. 12.

<sup>716</sup> NORA, 1993, p. 13.

<sup>717</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003, p. 442.

<sup>718</sup> LE GOFF, 2003, p. 470.

<sup>719</sup> NORA, 1993, p. 13.

<sup>720</sup> LE GOFF, 2003, p. 471.

e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para servidão dos homens”.<sup>721</sup>

Para além desses profissionais citados por Le Goff, Nora enfatiza que “todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens”.<sup>722</sup> Evocam, dessa forma, o seu pertencimento, que é o “princípio e o segredo da identidade”.<sup>723</sup>

Na esteira das memórias refugiadas, subterrâneas ou marginalizadas, ressalta-se que a memória indígena possui seu próprio *corpus* material, documental, suas narrativas autobiográficas e inumeráveis objetos de estudo que possibilitam sua representação. Pergunta-se, ainda: como essa memória (que alimenta a história, parafraseando Le Goff) está presente nas escolas não indígenas? Ou, então, nas narrativas históricas, nas comemorações do estado-nação, nos festejos religiosos e nas práticas coletivas que corroboram na construção da identidade nacional?

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva, “[...] no caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedict Anderson chamou de *comunidades imaginadas*”.<sup>724</sup> Dessa forma, “[...] é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum”.<sup>725</sup> Sabe-se que “não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”.<sup>726</sup>

<sup>721</sup> LE GOFF, 2003, p. 471.

<sup>722</sup> NORA, 1993, p. 17.

<sup>723</sup> NORA, 1993, p. 19.

<sup>724</sup> SILVA, 2014, p. 4.

<sup>725</sup> SILVA, 2014, p. 4.

<sup>726</sup> NORA, 1993, p.13.

A memória coletiva de determinado grupo “é estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”.<sup>727</sup> Ao privilegiar “a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”, faz-se necessário notar “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso a memória nacional”.<sup>728</sup>

No que se refere à Lei n.º 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, fundamentando-se nas ideias de Pollak, pode-se inferir que ela evocou justamente a visibilidade de uma “memória subterrânea”, pois, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.<sup>729</sup> A “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”.<sup>730</sup>

Não raro, as versões eurocêntricas omitem e invisibilizam as representações de grupos marginalizados. Vislumbrar um passado desprezado por uma historiografia oficial, que, em muitas ocasiões, foi omissa em relação à história indígena milenar, poderá visibilizar essa memória em consonância com a Lei n.º 11.645/2008, a qual estabelece diretrizes para popularizar no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

<sup>727</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução: Dora Rocha Flaksman. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.

<sup>728</sup> POLLAK, 1989, p. 2.

<sup>729</sup> POLLAK, 1989, p. 3.

<sup>730</sup> POLLAK, 1989, p. 7.

Pollak, ao escrever sobre a “memória em disputa”, infere sobre o que é incluso e o que é excluído, o que é selecionado e o que é silenciado na “memória oficial”. Então, se a história oficial “foi escrita por uma mão branca, uma mão masculina, da classe social dominante”, obviamente que a perspectiva indígena da história, aquela que não foi contemplada na história oficial, é bem diferente.<sup>731</sup> A perspectiva indígena da história sempre existiu, paralelamente à oficial.

Retomando a metáfora da “mão branca”, sob o olhar de Candau, pode-se aferir que essa “mão” “deu fisionomia às datas, aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade”<sup>732</sup>. A “mão branca” que escreveu a história oficial evocou memorabilidades de seu grupo social, que comumente tratou com banalidade o protagonismo indígena, pois escreveu a sua versão dos acontecimentos. Para essa “mão branca”, “os acontecimentos são tempos fortes que fazem memórias fortes; a dissolução do acontecimento na banalidade do todo-acontecimento origina, com certeza, memórias fracas”.<sup>733</sup>

Então, a memória tornada “fraca”, “subterrânea” é digna de esquecimento? Essa memória indígena marginalizada e enfraquecida por tantas “mãos brancas”, entre elas a do Estado, comumente foi deixada fora da historiografia oficial. Ao longo de décadas, essa história oficial estereotipada foi disseminada nas escolas públicas via livro didático e pela indisponibilidade de cursos de formação continuada para os docentes. A memória indígena, evocada pela resistência indígena e pela “inquietude dos indivíduos e dos grupos em busca de si mesmos”<sup>734</sup>, alcançou a Lei n.º 11.645/2008, para que, em âmbito escolar, a cultura indígena e afro-brasileira fossem reconhecidas como parte da identidade nacional. Entretanto, como essa lei é recepcionada

<sup>731</sup> Frase atribuída ao teólogo espanhol Juan José Tamayo Acosta.

<sup>732</sup> CANDAU, 2016, p. 101.

<sup>733</sup> CANDAU, 2016, p. 101.

<sup>734</sup> CANDAU, 2016, p. 125.

nas escolas públicas não indígenas, da região Oeste de Santa Catarina? Essa é uma das respostas que no capítulo quatro, pretende-se identificar.

Adiante, na parte que tratará dos lugares de memória, será possível notar que, em âmbito regional, diversos locais abrigam a memória indígena coletiva expressada, entre outras, pela cultura material. Essas memórias emergem no próprio grupo social e também nos estudos disseminados em multimeios de comunicação – embora, comumente, esses estudos trafeguem entre eruditos e, dessa forma, não cheguem à sala de aula das escolas públicas em âmbito regional.

### 3.2 DIFERENTES LEGADOS CULTURAIS E PATRIMONIAIS

Em um passado distante, o atual oeste catarinense abrigou caçadores-coletores; mais tarde, grupos indígenas portadores das tradições Taquara-Itararé, pertencentes ao tronco linguístico dos Jê (atuais Kaingang e Xokleng), bem como grupos da etnia Guarani. Tanto no período colonial como no imperial, e no início da República, comumente os indígenas foram considerados pelo Estado, segundo Tau Golin, “uma espécie de entulho no território, seres a-históricos, como se estivessem na natureza à espera da ‘civilização’ que se manifestaria para exterminá-los ou para acabar com suas estruturas sociais”.<sup>735</sup>

No século XIX, a conquista do noroeste sul-rio-grandense e do atual oeste catarinense pelo governo brasileiro dimensionou um fenômeno geopolítico de disputa territorial entre o Brasil e a Argentina (Questão Palmas/Misiones), cujo território era dominado pelos Kaingang, Xokleng e Guarani. Era um tempo em que o Brasil pretendia se consolidar como

<sup>735</sup> GOLIN, Tau. Território Kaingang: a conquista do norte-noroeste rio-grandense pelo Estado-Nação. Notas para conhecer um etnicídio. In: SOARES, Fabrício Antonio Antunes; FONTANELLA, Leandro Goya (org.). **Repensando os indígenas na história**. Criciúma: Unesc, 2020, p. 199-224. Disponível em: <https://www.academia.edu/2972994>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Estado-nação e, por isso, ocorreu a implantação de um modelo baseado na pequena propriedade capitalista combinada com grandes empreendimentos coloniais e extrativistas, especialmente de madeira.<sup>736</sup>

Esses empreendimentos coloniais foram potencializados, no oeste catarinense, após a Guerra do Contestado (1912-1916), e a composição sociocultural foi alterada por meio do processo colonizador. No principiar do século XX, migrantes sul-rio-grandenses, descendentes de europeus, saíram das colônias velhas do Rio Grande do Sul e se estabeleceram nessa região, em terras comercializadas por companhias colonizadoras. A origem étnica dos colonizadores sul-rio-grandenses – especialmente italianos, além de alemães, austríacos<sup>737</sup>, poloneses, entre outros grupos – influenciou sobremaneira as representações gentílicas da região.

Na região Oeste de Santa Catarina, assim como ocorreu no Rio Grande do Sul, nas unidades produtivas, pode-se afirmar que prevaleceram as formas já consolidadas nas unidades produtivas colonial-camponesas do Rio Grande do Sul. De acordo com Mário Maestri, os migrantes serviam-se de ferramentas relativamente desenvolvidas e variadas; utilizavam o arado e a tração animal; praticavam a rotação dos cultivos e a adubação parcial, limitada pelo volume do esterco produzido pelo gado ordenhado ou manejado diariamente; cultivavam gêneros de ciclo breve e longo; investiam nas benfeitorias e na melhoria direta dos campos, pelo desmatamento, despedramento, irrigação, entre outras ações.<sup>738</sup>

De acordo com Carbonera, ao desmatar, despedrar, arar, ou irrigar a terra, frequentemente os migrantes encontravam vestígios dos povos

<sup>736</sup> GOLIN, 2020, p. 200.

<sup>737</sup> A imensa maioria (quase todos) os imigrantes dessa região registrados como “austríacos” e “russos”, além de muitos prussianos, eram na realidade poloneses. A Polônia estava ocupada e dividida por nações estrangeiras. Os imigrantes poloneses chegaram ao Brasil com passaportes emitidos pelas nações ocupantes, em virtude disso há um grande erro nos dados estatísticos referentes a esses imigrantes. ” VICROSKI, Fabrício. **Imigrantes austríacos**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 21 out. 2022.

<sup>738</sup> Cf. MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente**: índios, caboclos, escravos na formação do campesinato brasileiro. Centro de Estudos Marxistas. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxistas. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 38.

indígenas que habitaram a região. Com frequência, devido ao estigma social criado sobre os descendentes de indígenas e caboclos, tais objetos eram desvalorizados e descartados ou considerados exóticos e transformados em itens de coleções particulares; mais tarde, foram incorporados aos museus locais ou mantiveram-se em algum canto empoeirado das casas. Além disso, lendas a respeito de tesouros associados a tais objetos motivaram buscas que destruíram muitos sítios arqueológicos.<sup>739</sup>

Diferentes fatores têm dificultado a preservação e a pesquisa dos bens de natureza arqueológica. Na atualidade, muitos proprietários na região entendem que o trabalho dos arqueólogos visa “demarcar terras indígenas”, atribuindo aos vestígios arqueológicos a garantia de ser terra indígena; é bastante comum ouvir histórias de destruição do patrimônio arqueológico, devido ao “medo” de que tais vestígios comprovem a demarcação de novas terras indígenas. Essas atitudes são narradas pelos profissionais que atuam na região e, também, podem ser percebidas quando são publicadas matérias na imprensa regional: muitos dos comentários feitos são pejorativos, mostram o preconceito e a falta de conhecimento histórico.<sup>740</sup>

Outro temor registrado na região Oeste de Santa Catarina está relacionado com a pesquisa em áreas que poderiam ser atingidas com grandes obras de impacto ambiental e social; um exemplo é a região que seria impactada pela Usina Hidrelétrica de Itapiranga, onde os moradores dificilmente autorizam qualquer pesquisa por temerem que os estudos estejam relacionados ao licenciamento ambiental dessa obra.

Todos esses temores também impactam e influenciam os gestores municipais em qualquer ação que tange aos bens arqueológicos. Essa situação provoca uma perda imensa para a história do povo brasileiro e

<sup>739</sup> Cf. CARBONERA, Mirian.º Patrimônio arqueológico no Oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 1, n.º 22, p. 83-98, 2009.

<sup>740</sup> Cf. CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; ARGENTA, Denise. O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e o trabalho com o patrimônio arqueológico: possibilidades e desafios. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 26, n.º 38, 2013, p. 123.

para o desenvolvimento científico dessa área do conhecimento. Isso porque os vestígios arqueológicos são compreendidos como alheios e estranhos à memória local. São vestígios considerados, *a priori*, como memórias de um grupo que não diz respeito a boa parte da população. Essa visão, somada a outros fatores, tem contribuído para à depredação e destruição de sítios e vestígios arqueológicos.<sup>741</sup>

A expressão “memórias de um grupo que não diz respeito a população” possivelmente denote uma herança dos tempos da colonização. Quando os colonizadores chegaram e entraram para destruir, quem habitava este lugar? Impuseram-se como modelos do lugar? Afirmaram-se por uma ideia de oposição à barbárie? Eles quiseram conviver com o indígena, com o caboclo, com o negro? Houve reciprocidade? Sabe-se que, quanto menor a reciprocidade, maior é o conflito, maior é a belicosidade. Os “diferentes” foram considerados? Houve relações de alteridade, ou seja, quem chegou “dialogou”, “aceitou” quem estava no lugar? Houve ou, melhor, há relações homônimas entre os grupos étnicos do oeste catarinense?

O que pensar se há pessoas que destroem o patrimônio arqueológico de outros grupos porque, possivelmente, são incapazes de imaginar um país composto por indígenas, ou um país de negros, de mestiços? Para finalizar esta parte, registra-se a pergunta de Tau Golin: de onde vem esse paradigma? Vem exatamente de uma relação de nenhuma reciprocidade, é inadmissível a reciprocidade, não tem lugar para negro no mundo deles, não tem lugar para índio, não tem lugar para mestiço; eles não imaginam que esses seres humanos possam estar em um nível de cidadania como o deles; eles podem ser, estar num lugar, como um instrumento do desejo de quem detém a hegemonia, de quem pode executar.<sup>742</sup>

<sup>741</sup> Cf. CARBONERA; ONGHERO; ARGENTA, 2013, p. 123.

<sup>742</sup> Cf. GOLIN, Tau. **II Workshop da Linha de Pesquisa Cultural e Patrimônio**: fronteiras culturais e representações. Palestra. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, [27 jun. 2019].

A patrimonialização significa salvamento. A exemplo das culturas indígena e cabocla, primeiro tomaram-lhes as terras, os ervais. Os bandeirantes, as campanhas militares, as ordens religiosas, bugreiros pagos pelos colonizadores, oficiais do governo, entre outros, provocaram o extermínio de milhares de indígenas. Um processo real de uso e de destruição. Houve o silenciamento das ações praticadas no passado. Porém, com o passar do tempo, no Oeste catarinense, criaram-se instituições que priorizaram o conhecimento da história indígena de longa duração, iniciada há 11.700 anos, e que propuseram a “presença na ausência”, dando a ideia de salvação.<sup>743</sup> Dessa forma, a sociedade começou a buscar o que foi constituído no passado. Que passado trazer?

A patrimonialização depende dos indivíduos que estão no poder. “O patrimônio é, portanto, um lugar de memória diferente, pois é campo de disputas simbólicas e de exercício de poder”.<sup>744</sup> No oeste, museus foram criados, sítios arqueológicos (a exemplo do Sítio Histórico e Arqueológico do Contestado) são o passado e seus significantes. Esses lugares de cultura denotam o capital simbólico dos gentílicos<sup>745</sup> do oeste de Santa Catarina; a partir da historicidade, permitem uma síntese que dá identidade a essa sociedade.

Segundo Tau Golin, na modernidade, as identidades gentílicas (com seus projetos de educação, cultura e, mesmo, turismo) estão diretamente vinculadas ao valor de seu “capital simbólico”, cujo dividendo deriva diretamente da história. O “capital simbólico” é, em si, o veículo mais

<sup>743</sup> O termo “presença na ausência” “[...] compreende o sentido da distância temporal, do afastamento, do afundamento na ausência, marcado na nossa língua pelo tempo verbal ou por advérbios como ‘antes’, ‘depois’. Reside aí o enigma que a memória deixa como herança à história: o passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar.” (RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência Internacional Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism. Budapeste, 2013.)

<sup>744</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

<sup>745</sup> GOLIN, Tau. **Seminário de Pesquisa “Cultura e Patrimônio”**: diário de aula. Transcrito por Valdirene Chitolina. Passo Fundo: Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 17 abr. 2019.

coerente entre o pertencimento identitário e o reconhecimento da contribuição de todos os segmentos formativos da sociabilidade.<sup>746</sup> Para Pierre Bourdieu, capital simbólico seria a soma dos “capitais econômico, social e cultural de um indivíduo; em conjunto, formam o capital simbólico que representa o valor, a honra, o prestígio perante a sociedade”.<sup>747</sup>

Instâncias públicas como museus, além de outros centros culturais que abrigam patrimônio arqueológico indígena no oeste catarinense, proporcionam autenticidade histórica aos gentílicos dessa região. Dessa forma, os indígenas têm suas memórias coletivas, seu legado consumado pela cultura material que lhes proporciona autenticidade histórica, negada, muitas vezes, na historiografia oficial, na toponímia de lugares públicos como logradouros, em espaços de sociabilidade regional, entre outros.

As instituições que abrigam o patrimônio arqueológico indígena na região Oeste de Santa Catarina se justificam a partir do capital simbólico de seus acervos, que podem ser compreendidos a partir de sua historicidade. O capital simbólico permite uma síntese que dá identidade a essa sociedade. “A identidade não é, pois, fruto do isolamento de sociedades ou grupos, mas, pelo contrário, de sua interação”.<sup>748</sup> Para Tau Golin, “a patrimonialização é que tem que ser o espelho que forma a sociedade; as pessoas têm que se olhar num espelho e têm que ver os elementos do passado que a formaram”.<sup>749</sup>

Ao longo desta parte do texto, percebeu-se que a patrimonialização é a criação, a conexão da sociedade com seus objetos, com seus espaços sociais, com seus bens culturais. Além disso, que é possível construir uma identidade com os subsídios de instituições de ensino e de projetos culturais

<sup>746</sup> GOLIN, Tau. **Identidade gentílica e capital simbólico**. Texto publicado como capítulo do livro. Foram coletados em virtude dos empreendimentos das barragens. [BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua História**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 1, p. 451-469.

<sup>747</sup> BOURDIEU, 2007, p. 71

<sup>748</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural dos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In: JJI FÓRUM ESTADUAL DE MUSEU/RS, Santa Maria, 1992, p. 210. **Anais...**, Santa Maria: UFSM, 1992, p. 17-26.

<sup>749</sup> GOLIN, Tau. **Seminário de Pesquisa “Cultura e Patrimônio”**: diário de aula. Transcrito por Valdirene Chitolina. Passo Fundo: Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 17 abr. 2019.

significativos. Alguns desses projetos serão apresentados adiante, na seção que trata dos diferentes legados da cultura material indígena como patrimônio na região Oeste de Santa Catarina, em virtude de que “a cultura material e a arqueologia, na perspectiva de formativa de patrimônios históricos e culturais, são temas relevantes do mundo contemporâneo”.<sup>750</sup>

Entretanto, qual é o potencial de visualização desses museus? Qual é a projeção externa? Sendo que “[...] os museus são uma plataforma para se chegar à história. O público não chega na história sozinho”.<sup>751</sup> Como é dada a formação de consciência que possibilitaria o reconhecimento do capital simbólico indígena regional, ou seja, a popularização do conhecimento? Juan Miguel Palma Peña escreve: “*La formación en valores – como proceso cultural y educativo – potencia usufructuar y salvaguardar la diversidad cultural y las expresiones producidas por las sociedades*”.<sup>752</sup> Na busca de algumas respostas, adiante apresenta-se o Quadro 2, que mostrará um diagnóstico quantitativo sobre esses lugares de memórias.

### 3.2.1 Lugares de memória

Para Pierre Nora, “um lugar de memória não seria meramente um lugar digno de lembrança”, “não seriam propriamente lugares de memória, mas ‘lugares de história’”.<sup>753</sup> Nora se refere a lugares evocativos e dinâmicos de memórias. Essa expressão “lugares de memória” “escapou de seu inventor para se tornar, com uma velocidade recorde, uma locução do vocabulário comum”.<sup>754</sup> Enfim, lugar de memória seria “toda unidade significativa,

<sup>750</sup> AHLERT, Jacqueline; TAU GOLIN, Luiz Carlos. Dossiê: Arqueologia e cultura material. **Revista História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 17, n.º 1, p. 9-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv>. Acesso em: 20 nov. 2019, p. 4.

<sup>751</sup> GOLIN, 17 abr. 2019.

<sup>752</sup> PALMA PEÑA, 2013, p. 34.

<sup>753</sup> NORA, 1993, p. 22.

<sup>754</sup> NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v. 2, p. 2219.

de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”.<sup>755</sup>

Apropriando-se do termo lançado por Nora – “lugares de memória” –, citam-se como exemplos os museus, as casas de memória, os monumentos, entre outros espaços dessa natureza. Esses lugares abrigam os patrimônios multiculturais detentores de um sistema de significados destinados a uma dada população. Albuquerque Júnior, ao visitar o Museu Britânico, escreveu o artigo “A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do patrimônio histórico e cultural”; ideias registradas no referido artigo fundamentarão algumas considerações a seguir, embora os personagens, os recortes temporais e geográficos sejam outros.

Nos museus do oeste de Santa Catarina, o que se patrimonializa? Albuquerque Júnior, ao referir-se ao Museu Britânico, escreve que “[...] patrimonializa-se o Outro morto e derrotado como se fosse seu. Apodera-se dos restos, daquilo que sobrou de uma dada cultura ou civilização humana [...]”. Ainda, “[...] o Outro deve ser predado, saqueado daquilo que lhe dava alteridade, singularidade e orgulho de ser e existir”?<sup>756</sup> Áurea Pinheiro e Cássia Moura escrevem no que diz respeito aos Outros: “[...] não habitam somente terras longínquas no Brasil, existem culturas que não conhecemos; aquele que mora distante, não reside tão longe geograficamente, mas, o distanciamento pode estar no respeito ou no temor ao diferente, às reações em relação a esse Outro está em práticas xenófobas, racistas, preconceituosas”.<sup>757</sup>

No oeste catarinense, os vestígios arqueológicos indígenas, abrigados nas instituições museais, também poderão ser vistos como símbolo desse Outro? Em muitos aspectos, pode-se alegar que sim, por causa das ações de

<sup>755</sup> NORA, 1997, p. 2226.

<sup>756</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2018, p. 140.

<sup>757</sup> PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia; SOUZA, Francisca Márcia Costa de. Ensino, Patrimônio Cultural e Sociedade. **Dossiê História, Memória e Patrimônio**, Rio Grande, v. 3, n.º 3, p. 97, 2012.

viajantes, exploradores, bandeirantes, bugreiros, expedições militares, das ordens religiosas, dos colonizadores, do Estado, dos imigrantes/migrantes ou, ainda, por meio dos empreendimentos hidroenergéticos, rodoviários, entre outros.

No local em cena, nas terras ou reservas indígenas dos povos Kaingang e Guarani – como no Toldo Imbu em Abelardo Luz, Kondá e Chimbanguê em Chapecó, Xapecó em Ipuacu e Entre Rios, Pinhal em Seara, Terra Indígena Fraiburgo em Fraiburgo e Araçai em Saudades<sup>758</sup> –, há museus ou galerias de arte que abrigam a cultura material indígena? As instituições museais estão localizadas, geralmente, nos centros das cidades da região. Na região Oeste, assim como “em muitos países, as populações indígenas apenas podem ter acesso às evidências materiais de seu passado cultural ao visitar tais instituições”.<sup>759</sup>

Porém, para além das instituições que abrigam a materialidade humana, especialmente a indígena tratada nesta parte, pode-se argumentar que outras populações, ao visitarem as reservas e as terras indígenas, também poderiam entrar em contato com “lugares de memória”. Com a memória presente, a memória viva, memórias singulares que aproximariam os visitantes das populações humanas pretéritas e de seus descendentes, seus anfitriões, detentores das identidades pessoais e culturais ligadas ao seu povo e ao lugar onde vivem.

A seguir, com o intuito de responder, embora parcialmente, à questão “como o patrimônio arqueológico indígena é trabalhado na região?”, apresenta-se o Quadro 2, que contempla locais que salvaguardam o patrimônio pré-histórico e histórico regional.

<sup>758</sup> CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL SUL. **Quadro das terras indígenas do sul do Brasil**. Florianópolis: CIMI Sul, 2012.

<sup>759</sup> FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI, 2009, p. 15.

Quadro 2 – Instituições que abrigam cultura material indígena no oeste de Santa Catarina, 2019

<b>Municípios do oeste catarinense</b>	<b>Museus, casas de memória ou outras instituições que abrigam patrimônio pré-histórico e histórico</b>	<b>Instituições com patrimônio indígena</b>
Águas de Chapecó	Museu – Casa da Memória	
Alto Bela Vista	Museu – Casa da Memória e Cultura Alto Bela Vista	
Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	x
Campos Novos	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida	x
	Museu Municipal de Campos Novos	x
	Museu Serraria Weiss	
Capinzal	Museu Municipal Doutor Vitor Almeida	
Chapecó	EcoMuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental	
	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)	x
	Memorial Paulo de Siqueira	
	Museu Antônio Selistre de Campos	x
	Museu da Colonização de Chapecó	x
	Museu de História da Arte de Chapecó	
	Museu Tropeiro Velho	
Concórdia	Museu – Centro de Memória Alfa/Maxi Crédito	
	Memorial Atílio Fontana	
	Museu Histórico Hermano Zanoni	
Fraiburgo	Museu Ângelo Spricigo	
	Museu Casa da Cultura Lydia Frey	
Guaraciaba	Museu do Jagunço	
Guarujá do Sul	Museu Histórico Edvino Carlos Hoelscher	x
Guarujá do Sul	Museu Histórico Municipal de Guarujá do Sul	
Ipumirim	Museu Comunitário de Ipumirim	x

Municípios do oeste catarinense	Museus, casas de memória ou outras instituições que abrigam patrimônio pré-histórico e histórico	Instituições com patrimônio indígena
Iraceminha	Museu Histórico e Cultural do Município de Iraceminha: Centro de Memórias de Iraceminha	
Irani	Museu Monge José Maria	
Itá	Museu – Casa de Cultura Alberton	
	Museu – Casa de Memória Camarolli	
Itapiranga	Museu Comunitário Almiro Theobaldo Muller	x
Lacerdópolis	Museu – Casa da Memória de Lacerdópolis	
Luzerna	Museu Frei Miguel	
Maravilha	Museu Municipal Padre Fernando	
Modelo	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes	
Mondaiá	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger	x
Palmitos	Museu Municipal Elmiro Wagner	
Peritiba	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber	
Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho <sup>760</sup>	
Pinheiro Preto	Museu Histórico Municipal Pedro Lorenzoni	
Ponte Serrada	Museu – Parque Nacional das Araucárias	
Quilombo	Museu – Casa da Cultura Quilombo	
Rio das Antas	Museu Municipal Vale do Rio do Peixe	
São Carlos	Museu Municipal de São Carlos	
	Museu – Casa da Memória de São Carlos	
São Miguel do Oeste	Museu Histórico Municipal Ruy Arcádio Luchesi	x
Saudades	Museu Municipal Victorino Affonso Lenhardt	x
Seara	Museu – Casa de Memória Viúva Nute	
	Museu – Casa de Memória Antônio Zanuzzo	
	Museu Entomológico Fritz Plaumann	
Tangará	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina	x
Treze Tilias	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler	

<sup>760</sup> Neste museu há bens arqueológicos indígenas, mas a instituição não foi marcada porque não constam nas fontes pesquisadas. Possivelmente seja o caso do Museu Histórico Hermano Zanoni, de Concórdia, e do Museu Municipal de São Carlos.

Municípios do oeste catarinense	Museus, casas de memória ou outras instituições que abrigam patrimônio pré-histórico e histórico	Instituições com patrimônio indígena
Tunápolis	Museu Público Municipal Ida Schneider	x
Videira	Museu Agrícola Fraiburgo	
	Museu do Vinho Mario de Pellegrin	
Xanxerê	Museu Municipal do Milho	
	Museu Municipal Marechal Bormann	x

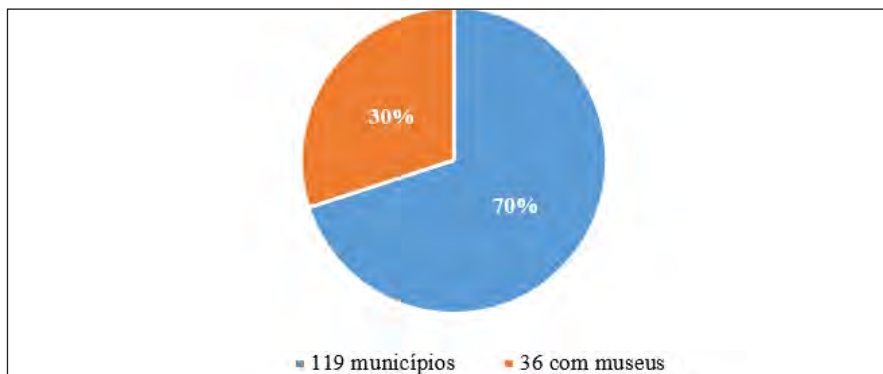
Fonte: elaborado pela autora, com base em CAU/SC (2019), Ibram (2019) e CNM (2019).

Esse quadro registra os municípios do oeste Catarinense e destaca os que abrigam instituições relacionadas ao patrimônio arqueológico indígena. O *corpus* foi constituído com base no Cadastro Nacional de Museus (CNM) e no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além de *links* sobre o histórico dos 119 municípios do recorte geográfico estudado. Os resultados quantitativos serão apresentados por meio de gráficos e discussões.

O Quadro 2 mostra que, dos 119 municípios da região Oeste de Santa Catarina, 36 possuem instituições museais, totalizando 54 instituições; entre elas, 15 dispõem de acervos indígenas (como também ilustrado nos Gráficos 1 e 3). Entre os 119 municípios, 12 (Caçador, Campos Novos, Chapecó, Guaraciaba, Ipumirim, Itapiranga, Mondaí, São Miguel do Oeste, Saudades, Tangará, Tunápolis e Xanxerê) têm em seus museus acervos indígenas, como apresentado no Gráfico 2.

Dos 36 municípios que têm museus, Chapecó se sobressai com o maior número: 8 instituições – 3 têm acervo indígena. Concórdia tem 4 museus e Seara tem 3, porém nenhum abriga acervo indígena. Entre as cidades que possuem 2 museus – como Fraiburgo, Itá, São Carlos, Videira e Xanxerê –, apenas Xanxerê tem um deles com acervo indígena. Outros 27 municípios possuem 1 museu, sendo que 9 deles (Caçador, Guaraciaba, Ipumirim, Itapiranga, Mondaí, São Miguel do Oeste, Saudades, Tangará, Tunápolis) têm acervo indígena.

Gráfico 1 – Municípios do oeste catarinense com instituições museais



Fonte: elaborado pela autora, com base em CAU/SC (2019) e Ibram (2019).

Gráfico 2 – Municípios do oeste catarinense que abrigam acervos arqueológicos indígenas



Fonte: elaborado pela autora, com base em CAU/SC (2019) e Ibram (2019).

Gráfico 3 – Museus que abrigam acervos arqueológicos indígenas no oeste de Santa Catarina



Fonte: elaborado pela autora, com base em CAU/SC (2019) e Ibram (2019).

Ressalta-se que, em relação ao oeste catarinense, o modelo de colonização influenciou a preservação das coleções museais regionais.

[...] em áreas de ocupação alemã ou de descendentes, há um grande número de objetos arqueológicos nos museus locais, como nas colônias de Porto Feliz e Porto Novo, respectivamente os municípios de Mondaí e Itapiranga. Comparando as áreas de colonização alemã com as de colonização italiana, verificou-se que as coleções são menores e mais raras.<sup>761</sup>

Um museu se diferencia de uma biblioteca ou de um arquivo em virtude dos materiais que eles se propõem a guardar. Essas instituições abrigam objetos que representam uma cultura material produzida para uma determinada finalidade, que foi retirada de seu cotidiano e musealizada, colocada em outro *status*. Françoise Choay escreve que as obras, os objetos musealizados são colocados “fora do circuito da vida”.<sup>762</sup> Esses objetos é que “situam os museus de história como um dos lugares de mediação com o passado”.<sup>763</sup>

Dessa forma, a partir do momento em que se tiram os objetos de seu cotidiano e eles passam a ser objetos de museus, deixam de ter sua finalidade original e passam a ter a finalidade de contar histórias. Os museus, além de se prestarem para a promoção individual, para a afirmação de ideologias e como instrumento de lutas de classes sociais, são, na contemporaneidade, muito mais que espaços de contemplação e fruição estética: são espaços de pesquisa, fontes de inspiração e afirmação de identidades e valores.<sup>764</sup>

Ulpiano Meneses escreve que “os museus dispõem de um referencial sensorial importantíssimo, constituindo, por isso mesmo, terreno fértil para as manipulações das identidades”.<sup>765</sup> Entretanto, o que se deve propor é que os museus tenham sempre e obrigatoriamente uma *postura crítica* em

<sup>761</sup> CARBONERA, Mirian. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e início do século XXI. In: CARBONERA; SCHMITZ, 2011. p. 17-47.

<sup>762</sup> CHOAY, 2006, p. 191.

<sup>763</sup> BANN, Stephan. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Unesp, 1994.

<sup>764</sup> Cf. ARGENTA, Denise. Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras. Economia Criativa e Economia da Cultura. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 26, n.º 39, 2013.

<sup>765</sup> MENESES, 1992, p. 211.

relação à problemática da identidade.<sup>766</sup> A identidade dos povos indígenas pode ser contemplada nos espaços museais. Esses locais têm um importante papel social tanto para os indígenas como para os não indígenas. São locais que não devem apenas exercer “papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente ‘recuperarem’ uma unidade perdida”, mas “criar condições para conhecimento e entendimento do que seja identidade, de como, por que e para que ela se compartimenta e suas compartimentações se articulam e confrontam, quais os mecanismos e direções das mudanças e de que maneira todos esses fenômenos se expressam por intermédio das coisas materiais”.<sup>767</sup>

Diante dessas colocações, pergunta-se: como a temática indígena é abordada em âmbito regional? Instituições que abrigam a cultura material indígena, por meio de seus acervos, “abrem novas perspectivas através de seu estudo, em busca das respostas que cada geração formula sobre o seu passado e o da humanidade”.<sup>768</sup> Quando o único vestígio que nos resta de sociedades remotas é a cultura material, é somente através de sua análise que temos a possibilidade de conhecer essas culturas que não mais existem. Analisando e descrevendo a cultura material, percebem-se as mensagens nela inscritas, ou seja, os diversos aspectos que influenciaram sua gênese. E, ao inserir os objetos em seu contexto, apreendem-se os diferentes papéis que podem ter assumido nas sociedades do passado.<sup>769</sup>

Ao longo da narrativa, apontaram-se aspectos negativos e positivos sobre os lugares de memória, especialmente sobre os museus. Reflexionou-se que, de acordo com Albuquerque Júnior, há museus que simbolizam a predação e a exploração do “Outro”, o “Outro” considerado estranho, adversário, inimigo. Porém, para além desse olhar, pensando

<sup>766</sup> MENESES, 1992, p. 213.

<sup>767</sup> MENESES, 1992, p. 214.

<sup>768</sup> KERN, Arno Alvarez. Nosso passado terá um futuro? Reflexões sobre a arqueologia. *História: Debates e Tendências. Dossiê: Arqueologia e cultura material*. Passo Fundo, v. 17, n.º 1, p. 23-39, jan./jun. 2017, p. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.17nº1.7234>. Acesso em: nov. 2020.

<sup>769</sup> QUINTANA, Vanessa Barrios. A cultura feita material: os instrumentos recorrentes dos cerritos do banhado do M'Bororé e suas possíveis interpretações. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS*, 10., 2010, Santa Maria/RS. *Anais...*, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://www.anpuh-rs>. Acesso em: 12 dez. 2020.

numa “irmandade” universal, no Brasil, como uma nação multiétnica e multicultural, onde a Constituição propõe a igualdade entre os cidadãos, sejam eles europeus, africanos, asiáticos, americanos, falantes de diversas línguas, rezando a divindades diferentes, comendo comidas com temperos estranhos, os museus também podem ser lugares onde se encontram coisas de um “irmão” ausente. Ao se visualizar essas coisas, na verdade, este “irmão” não está tão longe. E, se não há museus, é possível visitar esse “irmão” na reserva e na terra indígena, por exemplo. Porque esses lugares também são lugares que representam a memória viva dessas populações, bem mais que os cacos de panelas de suas antigas aldeias.

Na parte que segue, apresentam-se breves históricos do CEOM/Unochapecó, instituição difusora da história regional; do Laboratório Universitário de Arqueologia (Lupa) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* de Chapecó; e do Centro de Arqueologia da Unoesc, de Joaçaba. Ressalta-se a importância dessa discussão para a escrita da tese, pelo fato de que essas instituições têm como objetivo o intercâmbio, a disseminação de pesquisas arqueológicas que envolvem os grupos indígenas do recorte geográfico estudado.

### *CEOM/Unochapecó*

O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó) é vinculado à Diretoria de Educação Continuada e Extensão e à Vice-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), instituição mantida pela Fundeste. Localiza-se no segundo andar do Terminal Rodoviário de Chapecó, pesquisa, protege, preserva, promove e difunde o patrimônio cultural de uma região com mais de 100 municípios. Ações motivadas pela sensibilidade arqueológica, historiográfica e voltadas para a dimensão local colaboram na construção de valores, práticas que tecem a identidade regional.

Fernando Antônio Vitória escreve que a instituição tem a condição de porta-voz de grupos excluídos ao possibilitar a passagem de uma memória culto para uma memória cidadã, ou seja, de uma memória que se desloca do campo da celebração de uma identidade coesiva para o da defesa dos direitos civis. Entre tais direitos, inclui-se o direito à preservação, conhecimento e reconhecimento da memória portada por grupos invisibilizados pela história nomeada “tradicional”.<sup>770</sup>

A Figura 30, contemplará algumas atividades desenvolvidas pelo Centro; e o Quadro 3 mostrará um sucinto histórico do CEOM/Unochapecó, seus objetivos e ações.

Figura 30 – A) Acervo de documentos históricos; B) Acervo bibliográfico; C) Restauro de documentos em suporte papel; D) Digitalização do acervo para o banco de dados digital; E) Pesquisa de campo, escavação arqueológica; F) Atividades no Laboratório de Arqueologia; G) Exposição de longa duração “Como Era Antes?”



Fonte: CEOM/Unochapecó (2021).

<sup>770</sup> Cf. VITÓRIA, Fernando Antônio. **Uma nova história para o Velho Oeste:** o “resgate” da memória e a reescrita da história do Oeste Catarinense no projeto do CEOM. [1986-2006]. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p. 13.

Quadro 3 – Histórico do CEOM/Unochapecó

Histórico	Objetivos	Estrutura operacional
Em 1986, o Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste iniciou suas atividades como um programa de pesquisa e extensão da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), atualmente mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).	Promover, incentivar e apoiar atividades de caráter interdisciplinar que visem à preservação, valorização e difusão da história e da pré-história nacional, com <b>enfoque na região Oeste de Santa Catarina</b> , a partir dos seguintes objetivos: executar procedimentos curatoriais; desenvolver pesquisas científicas e interdisciplinares; editar publicações técnicas e científicas; incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, no âmbito da graduação e pós-graduação; manter intercâmbio científico e cultural com profissionais, pesquisadores e instituições afins do Brasil e do exterior; realizar ações educativas e de difusão científica e cultural.	Coordenação; Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc); Programa História-Patrimônio-Comunidade; Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA); Núcleo de Difusão Cultural e Educação Patrimonial; Divulgação Científica e Cultural; Biblioteca Setorial.

Fontes: elaborado pela autora com base em Carbonera, Onghero e Argenta (2013, *passim*) e Unochapecó (16 abr. 2020).

Em conexão com o tema proposto nesta tese, é importante ressaltar que o CEOM/Unochapecó, desde 1986, ano de sua criação, desenvolve atividades relativas ao patrimônio arqueológico e, nas últimas décadas, também faz a salvaguarda desses bens, representativos da cultura material dos povos indígenas que viveram na região a partir de há 11.700 anos. Atualmente, o acervo que o CEOM/Unochapecó salvaguarda tem mais de 100 mil objetos, conservados em mais de 1.080 caixas Marfinite. O acervo é formado pelas pesquisas acadêmicas desenvolvidas pelo próprio centro e a maior parte é oriunda de pesquisas relacionadas a projetos de licenciamentos ambientais, tais como usinas hidrelétricas, PCHs, CGHs, linhas de transmissão, já que o CEOM/Unochapecó é autorizado pelo Iphan a emitir endossos e, conseqüentemente, fazer a guarda dos respectivos resultados.

Para além da guarda da cultura material, o CEOM/Unochapecó realiza pesquisas próprias, em parceria com instituições nacionais e

internacionais. Citam-se projetos em desenvolvimento: Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul-Americana (Abams), em parceria com o Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino-Americano, do Ministério da Cultura da Nação Argentina; Primeiros povoadamentos do Alto Rio Uruguai (SC/RS), em parceria com o Muséum National d’Histoire Naturelle (Paris-França) e apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da França; Projeto Permanente de Catalogação e Informatização do acervo do CEOM/Unochapecó. Também, há convênios e parcerias com o Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Portugal, e a Università di Bologna, da Itália. Essas parcerias visam sobretudo à produção de conhecimento sobre as antigas populações indígenas e à popularização do conhecimento científico sobre o patrimônio arqueológico milenar do oeste catarinense e seu entorno.

Em âmbito nacional, citam-se as parcerias com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), o Sistema Estadual de Museus (SEM), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Chapecó, a Prefeitura de Chapecó, Secretarias de Cultura, museus e casas de memória do oeste de Santa Catarina.

Os profissionais do CEOM/Unochapecó, de forma sistemática e contínua, desenvolvem ações educativas, voltadas aos educadores, educandos e outros públicos, para difundir a história indígena de longa duração do oeste catarinense e áreas adjacentes. Eles democratizam os resultados das pesquisas sobre o patrimônio arqueológico (além de outros) de várias maneiras: por meio de materiais educativos impressos, digitais, audiovisuais, de atendimento às turmas, mediação de exposições de longa duração e itinerantes, como, por exemplo, a exposição “Como era antes?” (Figura 30, imagem G), elaborada por meio da aprovação de projeto no Prêmio Modernização de Museus 2012 e inaugurada em 2015. Nas visitas ao CEOM/Unochapecó, são entregues materiais didáticos voltados para professores e estudantes (Figura 31).

Figura 31 – A) Patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense – Cristiane Cecchin e Mirian Carbonera (2014); B) Como era antes? O patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense – Mirian Carbonera e Cristiane Cecchin (2015); C) Como era antes? O patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense – Mirian Carbonera e Cristiane Cecchin (2019); D) As pistas que revelam o passado – Mirian Carbonera, Gerson Witte e Sara H. Vieira (2016); E) As pistas que revelam o passado: uma aventura arqueológica, 3. ed. – Mirian Carbonera, Gerson Witte e Sara H. Vieira (2019)



Fonte: CEOM (2021).

Viu-se que o CEOM/Unochapecó, ao dar visibilidade à história indígena de longa duração do oeste de Santa Catarina, por meio da combinação entre a pesquisa, o ensino e a extensão, promove a compreensão da memória sociocultural das pessoas que viveram e que vivem nesse recorte geográfico.

A instituição, de natureza interdisciplinar, conta com profissionais qualificados na gestão de acervos, pesquisas e ações educativas (gratuitas) por meio de aulas temáticas, mediação em exposições, elaboração e distribuição de materiais didáticos impressos e *on-line*, de exposições temáticas, cursos,

oficinas, palestras, entre outros modelos. Dessa forma, dá visibilidade a diferentes grupos sociais que compõem a diversidade étnica e cultural da região em cena, suas práticas, formas de pensar e atuar coletivamente – por exemplo, aos indígenas e aos não indígenas; enfim, aos cidadãos locais e suas conexões mais amplas.

### LUPA/UFFS

Desde 2009, a UFFS atua na Mesorregião Fronteira Sul (Grande Fronteira do Mercosul), com uma estrutura *multicampi*, localizada no oeste catarinense, norte do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná. Situa-se em uma área historicamente desassistida pelo ensino público superior. Em especial no que tange aos cursos de licenciatura, é possível perceber nessa região uma defasagem entre a necessidade de professores com formação específica em sua área de atuação e a realidade escolar, em especial aquela ofertada pelos poderes públicos. Nessa instituição, o curso de licenciatura em História, entre outros quesitos, tem como objetivo promover ações que resultem em registro, difusão e valorização da memória, entendida como elemento constituinte da identidade local.<sup>771</sup>

Um dos componentes curriculares do domínio específico do curso de História da UFFS, *campus* de Chapecó, é “História e Arqueologia das populações indígenas”. De acordo com a ementa, a disciplina aborda “[...] a Arqueologia das sociedades indígenas: do processo de povoamento aos debates atuais. Populações indígenas com ênfase na região da fronteira Sul do Brasil. Fontes arqueológicas (cultura material) e etno-históricas (documentos escritos).” Além disso, tem como objetivo “conhecer as abordagens e discussões historiográficas e arqueológicas sobre o povoamento indígena,

<sup>771</sup> Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História** – Licenciatura, *campus* Chapecó. Chapecó: UFFS, 2020, p. 5, 24. Disponível em: [historico.uffs.edu.br/index.php?](http://historico.uffs.edu.br/index.php?). Acesso em: 25 jun. 2019.

contribuindo para o entendimento da situação atual e das reivindicações das diferentes sociedades indígenas”.<sup>772</sup>

Em relação ao tema proposto neste terceiro capítulo – “Os usos da memória, do patrimônio arqueológico e etnolinguístico indígena no oeste catarinense” –, enfatiza-se que, além do CEOM/Unochapecó, o curso de licenciatura em História busca um diálogo sistemático entre as escalas locais, regionais, estaduais, nacionais e globais. Dessa forma, o local é observado a partir de um ponto de vista insubstituível. O curso de História da UFFS, *campus* Chapecó, conta com o Laboratório Universitário de Pesquisas Arqueológicas (LUPA).

A seguir, o Quadro 4 apresenta objetivos e a Figura 32, imagens desse local, que também salvaguarda o patrimônio arqueológico indígena regional.

Quadro 4 – LUPA: objetivos

Objetivo geral e objetivos específicos
<p><b>Geral:</b> promover atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionando pesquisas arqueológicas com o curso de História e outros cursos afins, como Sociologia e Geografia.</p> <p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar pesquisas arqueológicas no âmbito da região da fronteira sul do Brasil.</li> <li>- Desenvolver aulas no laboratório.</li> <li>- Promover projetos de extensão, como cursos, oficinas, desenvolvimento de recursos didáticos e exposições visando à divulgação para a comunidade dos conhecimentos gerados pelas pesquisas arqueológicas.</li> <li>- Estabelecer parcerias com órgãos relacionados, como museus, empresas de consultoria e casas de cultura que possuem acervos arqueológicos ou tenham interesse em parcerias científicas.</li> <li>- Fornecer bolsas de estudo e de iniciação científica para alunos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).</li> <li>- Participar em editais do Iphan e demais órgãos para captação de projetos na área.</li> <li>- Realizar atividades de arqueologia pública, visando à integração entre comunidade e universidade, principalmente com o envolvimento de sociedades indígenas da região de abrangência e o aporte científico aos trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação.</li> </ul>

Fonte: PPC História UFFS (2019).

<sup>772</sup> UFFS, 2020, p. 40.

Figura 32 – A) Parte do acervo; B) materiais para escavações; C) espaço para discussões



Fonte: Brenda Luana Spricigo, bolsista no LUPA, 2021.

O curso de História da UFFS está em consonância com as ideias de Albuquerque Júnior ao registrar que “O professor de história tem a importante tarefa de pôr em questão os muros das identidades regionais, que nos dividem, nos separam, nos hierarquizam, alimentando preconceitos por origem geográfica e de lugar”.<sup>773</sup> A diversidade cultural indígena, como processo educativo, abordada na disciplina de História e Arqueologia das populações indígenas e pelo LUPA, na UFFS, potencializa a formação de valores, o respeito às minorias, salvaguarda a diversidade e as expressões produzidas pelas sociedades indígenas milenares da região, gerando e difundindo conhecimentos sobre esses povos.

<sup>773</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21.

*Centro de Arqueologia da Unoesc Joaçaba*

Em fevereiro de 2021, leu-se a notícia de que a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e a China Three Gorges Corporation (CTG) do Brasil<sup>774</sup>, responsável pela operação da Usina Hidrelétrica Garibaldi, no Rio Canoas, firmaram parceria para criação de um Centro de Arqueologia em Joaçaba (SC), com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2022. O espaço contará com laboratórios de pesquisa, sala de extroversão e salas de aula multimídia, além de um acervo com mais de 13 mil peças arqueológicas encontradas durante as escavações para a construção da usina. O acervo é composto por itens diversos, como pontas de flechas, maceradores de grãos, cerâmicas, entre outros.<sup>775</sup>

Segundo Adriano de Freitas, os objetivos da parceria entre a CTG Brasil e a Unoesc são a exposição dos materiais arqueológicos e o desenvolvimento de Educação Ambiental e Patrimonial com as escolas e a comunidade da região. Para tanto, pretendem transformar o espaço em um centro de referência em arqueologia, permitindo o desenvolvimento de estudos, o intercâmbio com instituições e a troca de experiências entre pesquisadores. Para isso, o local poderá receber, por exemplo, coleções arqueológicas de outros empreendimentos.<sup>776</sup>

Em virtude da legislação ambiental, vestígios das ocupações humanas pretéritas carecem de preservação, como uma forma de compensação ambiental. Possivelmente, o Centro de Arqueologia da Unoesc intercambiará o ensino, a pesquisa e a extensão direcionados à própria instituição, à comunidade acadêmica em geral e à população.

<sup>774</sup> Com sede no município de Abdon Batista, seu reservatório atinge os municípios de Vargem, São José do Cerrito, Campo Belo do Sul e Cerro Negro.

<sup>775</sup> Cf. FRANÇA, Adriano. Unoesc e CTG Brasil firmam parceria para criação de museu arqueológico. **Notícia**, Joaçaba, 9 fev. 2021. Geral. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/unoesc-firma-parceria-com-ctg-brasil-e-tera-museu-arqueologico-e-laboratori>. Acesso em: 3 fev. 2022.

<sup>776</sup> Cf. FRANÇA, 9 fev. 2021.

Na próxima parte, a legislação relacionada ao patrimônio arqueológico e aos licenciamentos ambientais será abordada de maneira resumida.

### 3.3 LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

Nesta parte do capítulo, faz-se uma exposição da legislação relacionada à proteção do patrimônio arqueológico nacional e que, conseqüentemente, rege os processos de licenciamentos ambientais. Licenciamento ambiental pode ser definido, segundo Marcus Antonio Wittmann, como “um instrumento burocrático regido pelo Estado para fiscalizar e legislar sobre as obras de engenharia que impactam de alguma forma o meio ambiente, as populações e o patrimônio cultural brasileiro”.<sup>777</sup>

Esta exposição se refere a uma pesquisa bibliográfica e documental (resumida) em ordem hierárquica e cronológica dos documentos legais. No topo, a Constituição Federal, seguida por leis orgânicas, leis, decretos, resoluções, portarias e instruções normativas. Além desses documentos, existem outros de âmbito estadual e municipal com alcance regional e local. Ainda, os de alcance internacional, como, por exemplo, os que resultam da parceria entre o governo brasileiro e a ONU/Unesco, da qual o Brasil é signatário.

Os dados disponibilizados no Quadro 5 mostram os avanços da legislação nacional em relação à definição e proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.

<sup>777</sup> WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. **Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio**: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 7.

Quadro 5 – Legislação sobre patrimônio arqueológico e licenciamentos ambientais

Hierarquia dos documentos legais	Determinações
<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b>	
Constituição Federal, 1988 – Capítulo II	Da União
<b>LEIS</b>	
Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Decreto-lei n.º 3551, de 4 de agosto de 2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências. (Subseção IV Das Infrações Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural)
Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos.
Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Lei n.º 10.166, de 27 de dezembro de 2000	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.
Lei n.º 13.653, de 18 de abril de 2018	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.
<b>RESOLUÇÕES E PORTARIAS</b>	
Resolução Conama n.º 001, de 23 de janeiro de 1986	Do Ibama. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental
Resolução Conama n.º 237, de 10 de dezembro de 1997	Ordena os processos de licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras e estabelece prazos e responsabilidades para o licenciamento ambiental.
Portaria n.º 07, de 01 de dezembro de 1988	Do Iphan, estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas.
Portaria n.º 230, de 17 de dezembro de 2002	Estabelece os procedimentos necessários para obtenção de licenças ambientais referentes às pesquisas arqueológicas. Do Iphan (revogada).

Hierarquia dos documentos legais	Determinações
Portaria n.º 28, de 31 de janeiro de 2003	Estabelece que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional deverão doravante na solicitação da renovação da licença ambiental de operação prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção. Do Iphan (revogada).
Portaria Iphan n.º 299 de 6 julho de 2004	Cria o plano de preservação de sítio histórico urbano – PPSH.
Portaria Internacional 419, de 26 de outubro de 2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental.
Anexo III da Portaria Interministerial n.º 419 de 2011	informações necessárias ao diagnóstico do meio socioeconômico, nos aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural.
Portaria interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015	Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.
Portaria n.º 44, de 19 de fevereiro de 2016	Do Iphan. Estabelece procedimento administrativo referente à manifestação do Iphan sobre a existência de restrição legal para a saída de bens culturais do País.
<u>Portaria n.º 137, de 3 de outubro de 2016</u>	Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.
Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018	Do Iphan. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.
<b>INSTRUÇÕES NORMATIVAS</b>	
Instrução Normativa n.º 2, de agosto de 2009	Comentada pela Sociedade Brasileira de Paleontologia, sobre cavidades naturais subterrâneas que apresentam testemunhos arqueológicos e paleontológicos.
Instrução Normativa n.º 1, de 25 de março de 2015	Do Iphan., que revoga as portarias n.º 230, de 17 de dezembro de 2002, e n.º 28, de 31 de janeiro de 2003, mesmo estando abaixo da hierarquia legislativa.
Memorando Circular n.º 08/2008 PF/IPHAN/GAB, de 31/03/2008	Padronização dos Termos de Ajustamento de Condutas.

Fonte: adaptada com base em Sousa (2018, passim) e Bertonecello (2020, passim).

O Instituto de Arqueologia Brasileiro registra que, apesar de as leis serem “duras”, muitos sítios arqueológicos vêm sendo destruídos por irresponsabilidade dos contratantes desses serviços. Sítios arqueológicos não são bens renováveis e são lugares tão importantes que foram criadas leis para que fossem protegidos, preservando-os do desaparecimento.<sup>778</sup> No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é uma autarquia federal vinculada, atualmente (2021), ao Ministério do Turismo, responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.<sup>779</sup>

Ainda assim, são inegáveis os avanços conceituais e metodológicos no campo da proteção aos bens patrimoniais alcançados no decorrer do século XX. Por outro lado, inúmeros exemplares da cultura material e imaterial, da paisagem natural e cultural continuam sendo ameaçados por falhas nas estratégias de proteção e problemas que se agravam em função das dificuldades de fiscalização e da lentidão na tomada de decisões por parte das instâncias decisórias do poder constituído.<sup>780</sup>

Ressalta-se que, enquanto os sistemas legais ocidentais tendem a considerar o patrimônio dentro dos termos dos direitos de propriedade e como uma categoria distinta, à parte de outros aspectos da sociedade, os povos indígenas geralmente veem o patrimônio como um direito que é comunal, que se encontra interconectado dentro da sociedade como um todo. Esta percepção tem produzido desafios para os advogados de todas as partes que buscam modos de proteger o patrimônio indígena dentro de estruturas legais preexistentes.<sup>781</sup> Sendo assim, em relação ao patrimônio cultural indígena, ainda há muitos desafios a serem ultrapassados para que haja uma conexão entre os sistemas legais e os povos indígenas.

<sup>778</sup> Cf. INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRO. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>779</sup> BRASIL. **O Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 2 mar. 2020.

<sup>780</sup> Cf. FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI, 2009, p. 10.

<sup>781</sup> Cf. FUNARI; PELEGRINI; RAMBELLI, 2009, p. 157.

Notou-se, por meio da apresentação do Quadro 5, que houve avanços na legislação regendo o patrimônio arqueológico nacional e os licenciamentos ambientais. De acordo com a Constituição de 1988, cabem à sociedade e ao Estado a “formulação, o gerenciamento e a promoção de políticas culturais” que possam valorizar e assegurar para as futuras gerações o legado pré-histórico e histórico dos povos indígenas e dos demais.<sup>782</sup> Sob motivação, especialmente, da Instrução Normativa n.º 1, de 25 de março de 2015, na próxima parte, aborda-se a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva.

### 3.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA CONSULTIVA: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AÇÕES REALIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA (2015-2020)

Esta parte da tese, que trata sobre a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva no oeste de Santa Catarina, é um estudo qualitativo, fundamentado no método de observação e análise de registros institucionais escritos. A amostra investigada é composta por 11 projetos e 14 relatórios que versam sobre as atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do licenciamento ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste de Santa Catarina, mantidos no CEOM/Unochapecó, entre 2015 e 2020.

Há, em Santa Catarina, outras instituições capacitadas para dar suporte aos projetos que envolvem a arqueologia, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); entretanto, o CEOM/Unochapecó foi a instituição contemplada por acolher projetos em âmbito regional. A seleção dos 25 documentos analisados ponderou o recorte temporal dos últimos cinco

<sup>782</sup> Cf. PINHEIRO; MOURA; SOUZA, 2012, p. 89.

anos. Optou-se pelos empreendimentos hidroenergéticos em detrimento de outros, como os rodoviários, por exemplo, em virtude da magnitude, da quantidade e da abrangência regional.

Com base nos documentos, buscam-se respostas para as seguintes questões: como as ações desses empreendimentos, nas escolas da região Oeste, têm-se prestado no cumprimento da legislação e na partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena? Há um equilíbrio entre a ciência, os valores locais e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP) e/ou ações educativas na arqueologia consultiva?

Em cada projeto ou relatório será selecionado como objeto de estudo o trecho sobre Educação Patrimonial ou ações educativas propostas ou executadas nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos. Ressalta-se que as “ações educativas” foram nominadas em alguns documentos como se fossem “Educação Patrimonial”, com exceção de um único empreendimento, que se enquadra no PIEP.<sup>783</sup> Dessa forma, a maioria dos autores dos projetos e relatórios escreveram o termo “Educação Patrimonial”, em vez de ações educativas ou extroversão do conhecimento.<sup>784</sup> Como a amostragem se refere a projetos desenvolvidos entre 2015 e 2020, é importante informar que passava-se/passa-se por uma fase de adaptação às recentes mudanças da legislação. Por isso, esses “equivocos” terminológicos são compreensíveis.

Após a introdução da legislação, havia muitas dúvidas – até mesmo por parte do próprio Iphan – sobre a aplicação da legislação. Foram realizados o treinamento dos técnicos do Iphan, bem como encontros virtuais com a comunidade científica e até mesmo a elaboração de um documento “tira-dúvidas” disponibilizado pelo Centro Nacional de Arqueologia. Em função

<sup>783</sup> Este é o documento: SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório final de pesquisa arqueológica**: programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC. Tubarão: Espaço Arqueologia, abr. 2020.

<sup>784</sup> Instrução Normativa n.º 1, de 25 de março de 2015.

desse contexto, esses “equivocos” são compreensíveis e foram tolerados, pois a aplicação da IN n.º 001/2015 foi permeada de incertezas.

Ressalta-se que, por meio da Portaria n.º 230 de, 17 de dezembro de 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) demandava a realização de pesquisas arqueológicas de acordo com as fases dos licenciamentos ambientais e ações educativas mais pontuais e/ou Educação Patrimonial. Dessa forma, projetos desenvolvidos com base nessa Portaria n.º 230/2002 “não estabelecem diretrizes para a prática educativa, abrindo um leque para possíveis ações que não correspondem adequadamente ao conceito da Educação Patrimonial”.<sup>785</sup>

Para diminuir esse descompasso, foi publicada a Instrução Normativa n.º 1, de 25 de março de 2015 (IN 001/2015), que estabelece mudanças claras em relação à Portaria n.º 230/2002, “apontando diretrizes para a condução das atividades educativas e novas condutas no tocante à pesquisa arqueológica, dessa forma, houve maior demanda de profissionais para atuar na arqueologia consultiva, bem como um novo rigor sobre a forma de divulgar as pesquisas para a comunidade”.<sup>786</sup>

Mais tarde, o Iphan lançou a Portaria n.º 137, de 28 de abril de 2016 (Portaria n.º 137/2016), a qual registra que “os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades”.<sup>787</sup> De acordo com a referida portaria, a Educação Patrimonial pode ser conceituada como:

<sup>785</sup> BERTONCELLO, Aline. **Análise da Educação Patrimonial em projetos de licenciamento ambiental realizados entre o Rio Peperi-Guaçu e Rio Chapecó-SC (2002 a 2012)**. Monografia (Especialização em Arqueologia e Patrimônio) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2017, p. 9.

<sup>786</sup> BERTONCELLO, Aline. **Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no oeste Catarinense (2012-2018)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2020, p. 15.

<sup>787</sup> BRASIL. **Portaria IPHAN n.º 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. Brasília: Palácio do Planalto, 2016.

[...] os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.<sup>788</sup>

Ressalta-se que a IN 001/2015 afirma que ações pontuais, como palestras, não se configuram como o PIEP que ela prevê para os níveis III e IV. Lembrando que o PIEP só vai acontecer nos projetos de níveis III e IV, quando houver achado arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA).<sup>789</sup> Importante saber, também, que o PIEP só acontece quando existem achados arqueológicos; do contrário, ocorre somente uma divulgação, o que a IN 001/2015 chama de “extroversão do conhecimento”.

### 3.4.1 O que mostra a documentação

Na atualidade, a arqueologia consultiva (de forma coloquial chamada de “contrato”, de “salvamento” ou “preventiva”) do recorte geográfico estudado está voltada aos empreendimentos que necessitam de licenciamento ambiental, como, por exemplo, obras do setor hidroenergético. Porém, a arqueologia consultiva,

[...] devido às grandes áreas pesquisadas, traz ao final dos trabalhos grandes acervos e muitos relatórios que na maioria das vezes acabam esquecidos, uma vez que objetivam demonstrar para a empresa contratante, o IPHAN, o IBAMA, etc., que foi realizado o salvamento arqueológico da área atingida pela obra de engenharia.<sup>790</sup>

<sup>788</sup> IPHAN, 2016. In: BERTONCELLO, 2017, p. 14.

<sup>789</sup> Se o empreendimento for classificado de nível I ou II (de baixa e média interferência, respectivamente), não é exigida a Educação Patrimonial. Para os níveis III e IV (de média e alta interferência, respectivamente), sim.

<sup>790</sup> CARBONERA, Mirian.. Patrimônio arqueológico no oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao

Além das pesquisas consultivas, há pesquisas arqueológicas acadêmicas, como as que são desenvolvidas pelos profissionais do CEOM/Unochapecó e do LUPA/UFFS, *Campus* Chapecó, entre outros. Marcus Antonio Schifino Whittmann salienta que o Iphan tem contabilizados, entre 1991 e 2017, 13.956 processos de arqueologia, os quais são divididos em cinco categorias: arqueologia preventiva, arqueologia acadêmica, intervenção em bem protegido, estudo para tombamento e “não se aplica”<sup>791</sup>.

Esses processos estão repartidos nas 27 Superintendências Regionais (SE) e no Centro Nacional de Arqueologia (CNA). Tais números não representam a real quantidade de empreendimentos, pois alguns processos não obtiveram anuência do Iphan ou foram revogados, e há alguns duplos na lista fornecida pelo instituto.<sup>792</sup>

O mesmo autor segue escrevendo que, entre 1991 e 2017, comparando a quantidade e porcentagem dos processos de arqueologia preventiva e acadêmica, foram contabilizados 12.483 processos referentes à arqueologia preventiva (89,4%). A arqueologia acadêmica abarca 3,6% dos processos registrados (513). Obviamente, isso não quer dizer que ocorreu apenas esse número de pesquisas arqueológicas nas universidades brasileiras, mas, sim, que foi esse o número de projetos de pesquisa protocolados no Iphan. A partir da vigência da IN 001/2015, até 2018, foram protocolados no Iphan 3.537 processos; desses, 3.395 são para projetos no âmbito da arqueologia preventiva (95,6%) e 96 de projetos acadêmicos (2,7%). Nota-se, assim,

---

científico. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 22, n.º 1, p. 83-98, janº-jul. 2009. Disponível em: <https://revista.sabnet.org.br>. Acesso em: 2 jul. 2021.

<sup>791</sup> Essa categoria se refere a processos que são abertos junto ao Iphan, em função das exigências normativas do licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, mas que após a análise das suas características tipológicas em consonância com a Instrução Normativa Iphan n.º 001/2015, tais obras são liberadas da necessidade de aplicar qualquer procedimento ou estudo, sendo então classificadas como “não se aplica”.

<sup>792</sup> Cf. WITTMANN, 2018, p. 26-27.

claramente, como os projetos no âmbito da arqueologia preventiva/consultiva se sobressaem.<sup>793</sup>

No oeste de Santa Catarina, assim como no País,

[...] as pesquisas preventivas ou de salvamento têm a função de prevenir a destruição de qualquer Patrimônio Cultural no processo de desenvolvimento urbano e industrial. São financiadas pelo empreendedor, como parte do Estudo de Impacto Ambiental, quando da instalação de estrutura comercial, industrial ou pública de impacto ambiental considerado de médio a alto, dependendo também da área atingida. As pesquisas acadêmicas são em sua maioria projetos de longa duração tendo interesse principal na obtenção de conhecimento arqueológico específico e aprofundado em regiões maiores; são financiadas pelas universidades, museus, por recursos próprios dos pesquisadores ou das agências de fomento à pesquisa.<sup>794</sup>

Pelo fato de que esta parte da pesquisa está voltada às ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas dos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos, registra-se que a Educação Patrimonial é a “ação educativa sobre bens coletivos que nossa geração possui; bens herdados ou adquiridos, mas que queremos manter e conservar, pois fornecemos valor a eles ou os consideramos um valor em si”.<sup>795</sup> Ademais, “através da Educação Patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural de que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do Patrimônio Cultural”.<sup>796</sup>

<sup>793</sup> Cf. WITTMANN, 2018, p. 26-27.

<sup>794</sup> DELFORGE, Alexandre Henrique. **O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 14.

<sup>795</sup> AHLERT, Jacqueline; MUÑOZ, Jenny González. Lacuma: Experiencia de educación patrimonial en el ámbito arqueológico. **Educación y ciencia**, v. 8, n.º 52, jul./dic. 2019, p. 37. *In*: MERILLAS, Fontal Olaia. **La educación patrimonial: teoría y práctica en el aula, el museo e internet**. Asturias: Trea, 2003, p. 86, tradução nossa.

<sup>796</sup> CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP. 2008, p. 306. *In*: BASTOS, R. L.; FUNARI, P. P. A. **Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage. Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer 2008, p. 1131.

Juliane Carla Lima e Silva e Matheus Belo Barboza registram que a Educação Patrimonial é um importante meio que rompe barreiras que separam a população da academia. Além disso, que a educação do Patrimônio Cultural busca muito mais do que uma “transferência de novos saberes” ou “apresentar a cultura para o próprio povo que a constitui”; pelo contrário, aliás, ela é uma facilitadora entre dois conhecimentos divergentes, o científico e o popular, e entre os dois possui uma linha tênue que provoca uma inquietude de buscar mais, de conhecer mais, conseqüentemente, de criar vínculos afetivos com o patrimônio e, por conseguinte, a sua preservação.<sup>797</sup>

Sobre a Educação Patrimonial, o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) registra:

Na prática o que se denomina por Educação Patrimonial, tal como hoje é conhecida, foi inicialmente aplicada no Museu Imperial de Petrópolis na década de 90 pela museóloga Maria de Lurdes Horta, que se baseou no método do *Heritage Education* para desenvolver pesquisas de grande relevância na área. Sua experiência foi adotada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN quando a Portaria n.º 230/2002, a atrelou a pesquisas conhecidas como de Salvamento ou de Resgate Arqueológico tornando obrigatória a sua prática junto a programas de pesquisas de resgate arqueológicos realizados através de contratos empresariais. Desde então, tornou-se procedimento indispensável de devolução sociocultural às comunidades afetadas pelas obras de impacto direto e indireto sobre o patrimônio arqueológico em todo o território nacional.<sup>798</sup>

De acordo com Janice Gonçalves, em relação à Educação Patrimonial,

<sup>797</sup> LIMA E SILVA, Juliane Carla; BARBOZA, Matheus Belo G. Os lugares, os patrimônios e o ensino da história: a Educação Patrimonial nas salas de aula. In: **SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA**, 6., 2020, União da Vitória, PR, (Comunicação, mesa Ensino de História e Diálogos Transversais). Unespar: Laphis. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/eventos>. Acesso em: 19 maio 2020.

<sup>798</sup> INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRO. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>. Acesso em: 27 fev. 2020.

[...] não há consenso quanto a pressupostos teóricos e procedimentos), ainda persiste uma visão segundo a qual é preciso educar para defender o patrimônio, frequentemente associada à ideia de que sua defesa (ou proteção) poderá ser garantida pelo “esclarecimento” das pessoas.<sup>799</sup>

No oeste catarinense, assim como no País, o programa de Educação Patrimonial apresentado nos projetos, ou as ações de divulgação científica e extroversão apresentadas nos relatórios de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico dos empreendimentos hidroenergéticos, é realizado em virtude das exigências da IN 001/2015 (entre outras leis), que

[...] estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta – AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal.<sup>800</sup>

Em consonância com a instrução citada, ao ler os projetos e relatórios, em um primeiro momento, em virtude do equívoco cometido pela maioria dos autores ao registrar nos projetos e relatórios o termo “Educação Patrimonial” em vez do termo “extroversão do conhecimento”, que, segundo a IN n.º 001/2015, significa a divulgação, também de forma equivocada, ao fazer a análise da documentação, subentendeu-se o que segue.

<sup>799</sup> GONÇALVES, Janice. Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos. In: MINISTÉRIO DA CULTURA E CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. **Patrimônio, ensino e educação: formação profissional**. Porto Alegre: ISCMPA, 2017, p. 36-49.

<sup>800</sup> BRASIL. **Instrução Normativa n.º 001, de 25 mar. 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília: Palácio do Planalto, 2015.

1. Ocorria a repetição do aporte teórico relacionado ao contexto antrópico regional, pois o mesmo(a) arqueólogo(a) é responsável por diversos projetos e relatórios de empreendimentos diferentes – essa situação é apresentada com detalhes no Quadro 6, que mostra o trecho do texto copiado, em quatro obras diferentes.

Quadro 6 – Citação e referências sobre Educação Patrimonial com a comunidade escolar

Citação repetida	Referências
<p>Para a comunidade escolar, será escolhida a escola mais próxima do empreendimento; esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis, neste caso pretendemos ministrar uma roda de conversa com a finalidade de discutir conceitos como os de “patrimônio”, “identidade”, “pertencimento”, “cultura”, “arqueologia”, áreas de atuação dos arqueólogos, entre outros temas e conceitos que tangem ao patrimônio arqueológico.</p>	<p>LOPES, ago. 2016, p. 56. LOPES, set. 2016, p. 61. LOPES, set. 2017, p. 47. LOPES; FARHERR, nov. 2017, p. 78.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Outro exemplo de “copiar/colar” em relação ao texto do programa de Educação Patrimonial direcionado à comunidade escolar é registrado no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza, municípios de Iraceminha e Descanso* e no *Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce*. As alterações ocorrem na nomeação do empreendimento e na indicação da oficina realizada com os alunos. Na PCH Fortaleza, é a oficina de argila; na PCH das Pedras, é a de quebra-cabeça.

Sinaliza-se que a prática de copiar/colar é muito comum, especialmente quando os projetos são do mesmo arqueólogo. Nos projetos pesquisados por Aline Bertoncetto junto ao Iphan, há registros de que nunca se barrou um projeto por esse motivo. Arqueólogos também relatam que é insustentável criar “do zero um projeto”, já que eles elaboram muitos. Dessa forma, como o que é realizado não se enquadra como Educação Patrimonial

(pois a IN 0 n.º 01/2015 não o exige para este momento em específico), não há problemas em realizar uma ação mais geral. A única observação a se fazer é adequar o projeto dentro da realidade da região.<sup>801</sup>

2. Nas ações de Educação Patrimonial<sup>802</sup> destinadas às escolas registradas nos projetos de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nas áreas dos empreendimentos da CGH Arabutã, Arabutã; PCH Bom Retiro, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; PCH Fortaleza, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha; PCH das Pedras, Água Doce; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; PCH São Carlos, Lacerdópolis e Campos Novos; CGH Cachoeirinha, Xanxerê e Xaxim, é registrado que o programa será realizado em “escolas da rede pública dos municípios”. Entretanto, ao se comparar os projetos dos empreendimentos com os relatórios finais, como, por exemplo, na área do empreendimento CGH Arabutã e na CGH Bráulio, percebe-se que apenas “uma unidade escolar” ou um nível de ensino de uma escola de cada município é contemplado, diferentemente do que é registrado, no plural, “nas escolas da rede pública dos municípios”. Esse exemplo está referenciado no Quadro 7.

Quadro 7 – Projetos *versus* relatórios, da CGH Arabutã e CGH Bráulio, no programa de Educação Patrimonial

Projetos	Relatórios
CGH Arabutã	CGH Arabutã
Para a comunidade escolar, será escolhida <i>a escola mais próxima do empreendimento</i> , esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis [...] (LOPES, ago. 2016, p. 56).	A Escola de Ensino Básico Marcolino Pedroso teve como público-alvo <i>os alunos do Ensino Médio, sendo eles 19 estudantes do primeiro ano, 8 estudantes do segundo ano e 17 estudantes do terceiro ano, totalizando 44 alunos</i> (LOPES, dez. 2016, p. 247).

<sup>801</sup> BERTONCELLO, 2020, *passim*.

<sup>802</sup> Como já foi informado, esse termo foi utilizado equivocadamente pelos autores, pois na lei não havia diretrizes claras, configurando-se apenas como extroversão do conhecimento.

Projetos	Relatórios
<p>Acredita-se que as ações de Educação Patrimonial nas escolas da rede pública dos municípios abrangidos pelo empreendimento possuem o poder de discutir os processos de seleção e produção dos bens patrimoniais (SOUSA, set. 2017, p. 55).</p>	<p>A Educação Patrimonial foi realizada com os <i>alunos do 9º ano</i> do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Benjamim Carvalho de Oliveira, Ipumirim (SC) [...] (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36).</p> <p>Na Escola Básica Arabutã, em Arabutã, a metodologia consistiu em uma conversa [...] abordando a temática arqueológica e do Patrimônio Cultural, com o diretor da escola e demais funcionários, juntamente com a entrega de <i>folder</i> [...] uma vez que os alunos já se encontravam no período de férias escolares [...] (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36).</p>

Fonte: Lopes (ago. 2016, p. 56; dez. 2016, p. 247), Sousa (set. 2018, p. 55; jul. 2018, p. 32-36).

Para confirmar a ideia de que não são “as escolas” de ensino público e sim “a escola mais próxima do empreendimento”, ou então “uma” escola em cada município, ou, melhor, algumas turmas, ou uma turma, basta observar os projetos ou relatórios finais associados às implantações da CGH Jacu, Xaxim; CGH Dengosa, Abelardo Luz; CGH Arabutã, Arabutã; CGH 3 de Outubro, Irani e Caçador; PCH Andromix, Tangará; CGH Marrecas, Seara; CGH Taborda, Xaxim e Lajeado Grande; PCH Andromix, Tangará; CGH São Clemente, Irani e Jaborá; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; CGH Aliança, Calmon; CGH Sete Quedas, Faxinal dos Guedes; CGH Duque, Ibicaré e Treze Tílias; CGH Udo Ary Callfass, Xanxerê; PCH Passo do Irani, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; CGH Cobra Verde, Palma Sola e Anchieta.

Todavia, se as ações registradas nos parágrafos anteriores se configuram somente como “extroversão do conhecimento” e não como Educação Patrimonial, assim, elas não estão equivocadas, de acordo com as diretrizes do Iphan, pois a extroversão é uma proposta sucinta. Para os profissionais do Iphan que analisam os projetos/relatórios, é preferível que as escolas atendidas estejam na ADA, e geralmente abrangendo apenas uma escola mesmo. O que eles cobram é que exista coerência entre o projeto

e o relatório, ou seja, se o arqueólogo citar no projeto que vai atender duas escolas que estão na ADA do empreendimento, no relatório vai ter que apresentar dados que comprovem as atividades nas duas escolas; caso contrário, precisa justificar a não realização.<sup>803</sup>

3. Em todos os documentos, é registrada a importância dos sítios arqueológicos para compreensão da cultura material humana pré-histórica ou histórica. Os sítios arqueológicos englobam todos os vestígios da existência humana e interessam a todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam: estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associado.<sup>804</sup> Ou, ainda, de acordo com Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, os sítios arqueológicos, além dos monumentos, são identificados como “fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificação ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós”.<sup>805</sup>

Observar um sítio arqueológico e perceber as ações passadas e presentes “funcionaria como chave” para compreender as necessidades humanas na produção de seus aparatos de sobrevivência. Entretanto, em nenhum projeto ou relatório é citada a visita *in loco*, pelos estudantes e professores, nos sítios arqueológicos destruídos ou preservados pelos empreendimentos.

Segundo Alexandre Pena Matos, ao se tratar de Educação Patrimonial, as atividades que são realizadas nas escolas não se enquadram

<sup>803</sup> BERTONCELLO, 2020, *passim*.

<sup>804</sup> Cf. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Lausanne**. Brasília: Iphan, 1990, p. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos>. Acesso em: 20 maio 2020, p. 1.

<sup>805</sup> HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan: Museu Imperial, 1999, p. 65.

como tal. Pensando no funcionamento desses projetos, pode-se dizer que se encontram longe do ideal, pois os profissionais têm problemas sobre o prazo da obra, e geralmente trabalham com orçamentos apertados. Isso dá margem para priorização do estudo em si em detrimento das atividades educativas.<sup>806</sup>

Desta forma, observar a trajetória da Educação Patrimonial, respaldada pelo Estado, por meio do Iphan, e que é empreendida nas escolas da região Oeste de Santa Catarina, significa “compreender como o Estado vem pautando sua relação com a população nesse campo e levantar subsídios para lutar por outras formas”<sup>807</sup>. Ressaltando que existem outras iniciativas do Estado, como o Edital Elisabete Anderle (FCC), que prevê concorrência para ações de Educação Patrimonial, inclusive democratizando a realização das atividades, já que recebe propostas de pessoas físicas e jurídicas.

Outras formas, por quê? Para “falar com maior propriedade da educação sobre o Patrimônio Cultural é cabal deixar a sala de aula fechada e mergulhar em lugares, objetos, manifestações, ou seja, feito como tal para poder entendê-lo além da própria teoria”.<sup>808</sup> Neste caso, os sítios arqueológicos que abrigam e contam a história indígena regional num período de longa duração poderiam ser visualizados e interpretados em seu contexto cultural, colocados diante da realidade de professores e estudantes; não apenas apresentados por meio de palestras, oficinas de argila e jogos de quebra-cabeça que são orientados por profissionais contratados – embora, na maioria das vezes, seja um trabalho repleto de características positivas, especialmente por se tratar de um assunto “raro” em âmbito escolar.<sup>809</sup> Esse

<sup>806</sup> Cf. MATOS, A. **Educação Patrimonial no contexto arqueológico**: reflexões acerca das práticas educacionais. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017, *passim*.

<sup>807</sup> SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. Escola Politeia, São Paulo, São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, n.º 19, p. 80-108, jun. 2015, p. 83.

<sup>808</sup> AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa.

<sup>809</sup> Essa atividade educativa exige um contexto específico e de preparação para que não haja danos ao patrimônio arqueológico. Além disso, aspectos específicos dos locais também devem ser considerados, como a acessibilidade e a própria exposição do sítio arqueológico. Além dessas questões “físicas” do sítio arqueológico, há ainda questões culturais, já que grande parte da população da região oeste catarinense não tem um sentimento de pertencimento ou apropriação de locais atribuídos à ancestralidade indígena.

seria o ideal, porém os arqueólogos encontram muitos entraves para essa realização: primeiro, em função do tempo/orçamento; segundo, porque a legislação não prevê ações maiores em todos os projetos, somente em determinados níveis. Por exemplo, o único documento analisado que se enquadrou no PIEP foi referente ao empreendimento da PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos (SC).

A IN n.º 001/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, prevê que cada projeto seja classificado de acordo com um nível, porque, para cada nível de empreendimento, o Iphan exige determinadas ações; então, numa etapa mais inicial, obviamente as ações educativas serão mais simples, não tão detalhadas como a de um projeto maior.

De antemão, informa-se que há somente um projeto com PIEP, portanto a crítica apresentada nos itens de 1, 2 e 3 apontados anteriormente não caberia a 99% dos processos analisados. Ressalta-se que, dentre as duas principais legislações que dão instruções a respeito da Educação Patrimonial, a maioria dos processos analisados teve como vigência a IN n.º 001/2015, embora a Portaria n.º 230/2002 também seja importante, pois torna possível compreender a diferença no que se refere às cobranças em relação à Educação Patrimonial.

Não foi possível, neste momento, entrar em contato com os arqueólogos para saber se já aconteceu o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, se a construtora contratou outra equipe, se estão se organizando para fazê-lo, para tentar compreender o que aconteceu com esses processos.

Entre os 25 documentos analisados, o “Relatório final de pesquisa arqueológica: programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos

---

Ao contrário, há conflitos de terra, culturais e descrença, que devem ser tratados, inicialmente, com ações apaziguadoras de conhecimento.

Novos/SC”, apresentado ao Iphan/SC em abril de 2020, foi o único que registrou PIEP. Foi considerado de nível III, no qual foram encontrados vestígios arqueológicos (taipas de pedra) da época do Brasil Colônia, por isso foi necessário executar Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.<sup>810</sup> Lê-se no documento que, além das ações de divulgação da pesquisa junto aos moradores da área do empreendimento, os arqueólogos promoveram a divulgação da pesquisa sobre o ciclo das tropas, o processo de ocupação histórico do planalto catarinense e sobre arqueologia; além de mencionarem-se ações educativas com alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (7º, 8º e 9º) de escolas de Lacerdópolis (Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini) e Campos Novos (Escola Municipal de ensino fundamental André Rebouças). Para ampliar o público-alvo das ações de esclarecimento e divulgação dos bens acautelados e da pesquisa, uma postagem foi realizada no *site* da empresa Espaço Arqueologia.<sup>811</sup> Sobre as ações realizadas nas escolas, foram propostos três encontros (Quadro 8).

Quadro 8 – Atividades desenvolvidas nas escolas de Lacerdópolis (EEB Joaquim D’Agostini, 18 e 19 de fevereiro de 2020) e Campos Novos (EM Ensino Fundamental André Rebouças, 18 e 19 de março de 2020)

Enc.	Tema	Atividade	Tempo	Avaliação
1º	Arqueologia e Patrimônio Cultural	Oficina de objetos <sup>812</sup>	45min	Elaborar um desenho sobre entendimento dos termos “Arqueologia” e “Patrimônio Cultural”.
2º	A ocupação humana no ambiente	Aula expositiva dialogada <sup>813</sup>	45min	

<sup>810</sup> Cf. SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório final de pesquisa arqueológica**: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC. Espaço Arqueologia. Tubarão, abr. 2020.

<sup>811</sup> Cf. SCHWENGBER, abr. 2020. **Postagem no site da empresa “Espaço Arqueologia”**. Disponível em: <https://www.espacoarqueologia.com.br/remanescentes-de-taipas-saoreconhecidos-como-locais-de-interesse-historico-cultural/>. Acesso em: 30 set. 2021.

<sup>812</sup> O objetivo dessa oficina é “apresentar noções iniciais da pesquisa arqueológica a partir de ações que acontecem no dia a dia, primando por usar exemplos próximos aos alunos como forma de melhor promover o entendimento dos conceitos tratados” (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 30).

<sup>813</sup> A aula expositiva-dialogada, sobre a paisagem regional e a ocupação humana (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 22).

Enc.	Tema	Atividade	Tempo	Avaliação
3º	Os saberes e fazeres tradicionais	Oficina de Inventário Participativo <sup>814</sup>	45min	A mesma atividade do 1º encontro foi proposta para comparar a apropriação do conhecimento e a eficácia das estratégias utilizadas.

Fonte: Schwengber (abr. 2020, p. 20).

- As propostas foram aprovadas pelo Iphan/SC em consonância com a metodologia proposta no PIEP, conforme a IN 01/2015 e a Portaria do Iphan n.º 137/2016.
- As atividades educativas procuram ampliar a preservação e a valorização dos diversos Patrimônios Culturais regionais.
- As ações educativas abrangeram outros segmentos, além das duas escolas próximas do empreendimento.
- Um total de 84 alunos de ambas as escolas foram contemplados com o PIEP.
- Ao observar as fotografias dos eventos, notou-se que a sala de aula foi o cenário para as atividades propostas, além das entrevistas com os familiares.

Além dos itens 1, 2 e 3 apresentados, o que segue também foi observado a partir da documentação que gerou o equívoco na interpretação (porque, conforme o nível, não há exigência legal de um programa de Educação Patrimonial e, sim, apenas ações educativas pontuais de extroversão do conhecimento). Então, foi possível observar no conjunto da documentação, incluindo o único relatório do qual consta o PIEP.

<sup>814</sup> Nesse inventário participativo, os alunos apresentaram as pesquisas feitas no dia anterior com seus pais, avós ou pessoas mais velhas de sua comunidade a respeito de saberes, fazeres e manifestações caracterizadas como seu patrimônio cultural. Para que os alunos fizessem essa pesquisa, foi distribuída, para cada um, uma ficha adaptada da Ficha de Saberes do inventário participativo, que compõe o Manual Educação Patrimonial: inventários participativos (IPHAN, 2016) (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 27).

4. Em relação à história indígena regional trabalhada nos programas de Educação Patrimonial realizados em virtude dos empreendimentos, percebe-se, por meio dos projetos/relatórios finais, que não são oferecidos cursos, oficinas, atividades práticas ou palestras aos professores das redes de ensino municipais, estaduais ou particulares (com raras exceções da presença de professores que acompanham as turmas) para que, ao longo do tempo, possam compartilhar o conhecimento adquirido com um número maior de educandos. Esses profissionais poderiam contribuir para o desenvolvimento da Educação Patrimonial, auxiliando no fortalecimento dos sentimentos de pertencimento à comunidade, o “que indubitavelmente reforçaria sua identidade”<sup>815</sup> (tradução nossa).

Matos, ao encerrar sua tese de doutorado, que trata sobre a Educação Patrimonial no contexto arqueológico e as reflexões acerca das práticas educacionais, conclui que há certezas “de que a Educação Patrimonial é o melhor método na difusão do Patrimônio Cultural e, para que ela se torne efetiva e afetiva no cotidiano, a participação do professor e professora como promotores dessas ações é importantíssima”.<sup>816</sup> Além disso, notou-se que, nas atividades propostas, a literatura contemporânea sobre o patrimônio arqueológico regional não foi explorada.<sup>817</sup>

Outro enfoque que responde à pergunta que norteou esta parte da tese é o fato de que os projetos e relatórios dos empreendimentos hidroenergéticos pretendem e descrevem uma Educação Patrimonial que na realidade não se aplica. Por exemplo, ao se observar o conceito de “Educação Patrimonial”, nota-se

[...] que é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento.

<sup>815</sup> AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37.

<sup>816</sup> MATOS, Alexandre Pena. **Educação Patrimonial no Contexto Arqueológico**: reflexões acerca das práticas educacionais. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, p. 223.

<sup>817</sup> O CEOM disponibiliza, gratuitamente, em formato digital e impresso, inúmeras obras sobre o patrimônio arqueológico regional.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências físicas e manifestações da cultura, em seus múltiplos aspectos, busca levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural permitindo uma melhor fruição destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural.<sup>818</sup>

De acordo com o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, este é um processo permanente e sistemático, centrado em fontes primárias, que visa à experiência e ao contato direto com as evidências para gerar a apropriação, a construção do conhecimento e a valorização cultural. Por este motivo, questiona-se: como a arqueologia consultiva poderia alcançar as propostas de Educação Patrimonial? Especialmente se as palestras, nos projetos são planejadas para durar 30 minutos? (Conforme indicado no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza (SC), rio das Antas, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha*; no *Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce*; no *Projeto de pesquisa para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de Arabutã e Ipumirim*; no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos*.) Ou, então, conforme o único documento do qual consta a obrigatoriedade do PIEP, o *Relatório final de pesquisa arqueológica: programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC*, no qual as atividades escolares tiveram um tempo previsto de 3 aulas de 45 minutos?

Dessa forma, será que é possível pensar que essas atividades estão centradas num processo ativo? Nos documentos dos quais não consta o PIEP, os estudantes ouvem e depois executam o que lhes é solicitado. Ocorre uma “transferência” de informações. Estudantes e professores são espectadores.

<sup>818</sup> HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 65.

Será que essas ações são suficientes para que os educandos desenvolvam a valorização e o sentimento de pertença em relação ao Patrimônio Cultural indígena regional? Sabe-se, “aliás, que os indivíduos, em razão da impossibilidade de suportar as imensas sobrecargas memoriais, são, muitas vezes incapazes de conferir sentido às informações adquiridas”.<sup>819</sup>

Ficam as perguntas, relacionadas apenas às ações de Educação Patrimonial realizadas em virtude do empreendimento da PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC, considerado de nível III, com a obrigatoriedade de realizar o PIEP, o qual foi executado na Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini, em Lacerdópolis, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças, em Campos Novos. Tendo-se como exemplos a realização de oficina de objetos (45min), a aula expositiva e dialogada (45 min) e a oficina de inventário (45 min): tais eventos podem ser considerados permanentes e sistemáticos? As ações realizadas em ambas as escolas primam “pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades”, conforme a Portaria do Iphan n.º 137/2016?

Chegou-se à resposta de que as ações educativas são temporárias, e não são a prioridade no contexto desse tipo de projeto. Dessa forma, continuam sendo “ações educativas” que, ao que parece, não se configuram como um projeto de Educação Patrimonial (contínua e sistemática), com exceção da postagem de Schwengber no *site* da empresa Espaço Arqueologia. Tudo indica que seria o caso de mudar o nome de “Educação Patrimonial” para “ações educativas”.

Observou-se que a legislação do Iphan é voltada para a salvaguarda e promoção do patrimônio cultural nacional. As cobranças que recaem sobre as ações de valorização desse patrimônio, não precisam contemplar necessariamente a divulgação das descobertas ocorridas no âmbito de cada

<sup>819</sup> CANDAU, 2016, p. 114.

projeto (até porque nem todos os projetos resultam em descobertas), mas sim ações genéricas voltadas para o patrimônio cultural nacional. Embora, obviamente, seja interessante que essas ações considerem e potencializem o contexto das descobertas locais. No entanto, em termos de obrigações legais, há um certo subjetivismo.

Verificou-se que o Iphan não normatiza o que é Educação Patrimonial. Na verdade, a legislação estabelece os requisitos mínimos necessários à aprovação de um Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP), programa específico vinculado e desenvolvido junto aos programas de arqueologia em processos de licenciamento ambiental. Portanto, em termos gerais, qualquer ação educativa de extroversão do conhecimento arqueológico pode ser considerada uma atividade de Educação Patrimonial em “termos genéricos”, e não se configuram ou não atendem aos requisitos para comporem um Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

Kern escreve que “somos responsáveis por esses milhares de vestígios da cultura material, que nos abrem novas perspectivas através de seu estudo, em busca das respostas que cada geração formula sobre o seu passado e o da humanidade”.<sup>820</sup> Dessa forma, muitas vezes, a Educação Patrimonial desenvolvida na região, em virtude da arqueologia consultiva, representa um dos raros acessos da comunidade escolar a esse tipo de experiência.

Por isso, aproximar a comunidade regional desse legado possibilitaria o reconhecimento, a valorização e a preservação de culturas milenares, como, por exemplo, a dos caçadores-coletores, dos Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e dos Guarani. A longa história indígena na região Oeste de Santa Catarina não recebeu a mesma popularidade da história dos que “legalmente” adquiriram as terras a partir das primeiras décadas do século XX, os migrantes sul-rio-grandenses descendentes de europeus, brancos, cristãos que “colonizaram” a região. Por outro lado, a presença indígena dos

<sup>820</sup> KERN, 2017, p. 23.

que vivem nas terras ou reservas indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani, e que frequentemente comercializam artesanatos em locais públicos, confirma uma ocupação histórica de longa data.

Uma Educação Patrimonial mediada por outros meios, que alcançasse especialmente os educadores da região e que também explorasse a literatura recente, poderia dar mais visibilidade a essa história indígena regional, que comumente é mediada pelo senso comum, até mesmo em âmbito escolar, conforme denotará o capítulo quatro desta tese.<sup>821</sup>

A última seção deste terceiro capítulo tratará sobre a toponímia indígena no oeste catarinense, porque faz parte das reminiscências e dos usos do patrimônio cultural indígena. Também porque “[...] a análise topográfica é uma exploração da criação da autoidentidade através do lugar. As experiências geográficas começam no lugar, estendem-se a outros através dos espaços e criam paisagens ou regiões para a existência humana”.<sup>822</sup> A parte que segue mostrará uma das tantas faces do patrimônio e da memória indígena marcados na toponímia dos municípios da região Oeste de Santa Catarina.

### 3.5 TOPONÍMIA INDÍGENA DO OESTE CATARINENSE: PATRIMÔNIO ETNOLINGUÍSTICO

Esta parte do capítulo refere-se a um estudo descritivo preliminar, de cunho etnolinguístico, cujo objetivo principal foi investigar a influência de línguas indígenas na toponímia da região Oeste de Santa Catarina. Registram-se os nomes dos municípios, seus significados e classificações. Dos 119 municípios dessa região, 38 foram selecionados, pois têm em seus topônimos termos de origem indígena. Outras formas de classificar os

<sup>821</sup> O CEOM oferece gratuitamente, em formato digital e impresso, inúmeras obras sobre patrimônio arqueológico indígena regional.

<sup>822</sup> TILLEY, 1994, p. 9.

topônimos não foram utilizadas, como a estrutura de formação, o batismo oficial ou a composição lexical.

O *corpus* do texto foi constituído dos significados de palavras indígenas registradas nos dicionários de Luiz Caldas Tibiriçá<sup>823</sup>, Nelson França Furtado<sup>824</sup> e Silveira Bueno<sup>825</sup>, além de uma listagem publicada, na internet, por órgãos estaduais de Santa Catarina. Para a fundamentação teórico-metodológica, obras de Maria Vicentina do Amaral Dick<sup>826</sup> foram essenciais. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com a organização e a interpretação dos dados por meio de análises quantitativas e qualitativas.

O legado indígena regional materializado nos topônimos descritos adiante, no quadro 10, “fazem da localidade o resultado de um processo de construção social e cultural”, conforme sinaliza o italiano Angelo Torre.<sup>827</sup> A história da toponímia indígena do oeste catarinense está diretamente ligada a conexões que vão além, muito além do determinismo geográfico. Pois, “como tal, o espaço não é e não pode existir dissociado de eventos e atividades nos quais está implicado”.<sup>828</sup>

Para Tilley, a nomeação e a identificação de características topográficas particulares, tais como dunas de areias, baías e enseadas, picos de montanhas, etc., assentamentos e sítios são cruciais para o estabelecimento e a manutenção das identidades. Através de um ato de nomeação e através do desenvolvimento de associações humanas e mitológicas, tais lugares são investidos de sentido e significado. Os nomes dos lugares são de importância vital porque eles agem de modo a transformar o puramente físico e geográfico em algo que é experimentado historicamente e fisicamente.<sup>829</sup>

<sup>823</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, 1985, 1989.

<sup>824</sup> FURTADO, 1969.

<sup>825</sup> BUENO, 1986.

<sup>826</sup> DICK, 1990. | DICK, 1992.

<sup>827</sup> TORRE, Angelo. Micromacro localglobal: el problema de la localidad en una historia espacializada. *História Crítica*, Bogotá, n.º 69, p. 42, jul./set. 2018, tradução nossa.

<sup>828</sup> TILLEY, 1994, p. 4.

<sup>829</sup> Cf. TILLEY, 1994, p. 12.

### 3.5.1 Legado indígena na toponímia do Oeste de Santa Catarina

A população da região que hoje constitui o Oeste de Santa Catarina é composta por diferentes grupos, instalados nesse lugar em épocas distintas. A ocupação humana mais remota é dos caçadores-coletores e data de 11.700 anos.<sup>830</sup> Milhares de anos depois, foi seguida pelos agricultores ceramistas portadores das tradições Taquara-Itararé (das etnias Kaingang e Xokleng, do tronco linguístico dos Jê) e Tupiguarani (da etnia Guarani).

Por volta do século XIX, indígenas, descendentes de europeus, negros e caboclos (categoria de matriz indígena e outras) habitavam a região. Para Renk:

[...] brasileiro, ou caboclo é fração do campesinato diferenciado etnicamente e o processo colonizador representou a alteração do substrato morfológico. Em parte, a expropriação desse campesinato diferenciado etnicamente ocorreu por entender a terra como posse, não como propriedade. Avaliavam a entrada de camponeses brancos como “peste branca” que roubou suas terras. Grande parte dessa população autóctone não possuía existência civil, ou seja, não existia o registro de nascimento, alistamento militar e outros vínculos com o Estado.<sup>831</sup>

Após a Guerra do Contestado, o governo catarinense articulou, com mais ênfase, o processo colonizador, por meio de companhias colonizadoras; com isso, imigrantes vindos diretamente da Europa e, principalmente, migrantes sul-rio-grandenses descendentes de europeus atravessaram o rio Uruguai e se estabeleceram na região. Já no século XXI, a partir da segunda década, imigrantes haitianos e de outros países da América Central passaram a ocupar esse recorte geográfico, além de outros.

<sup>830</sup> CARBONERA, 6 jan. 2021. | LOURDEAU, 2016, *passim*.

<sup>831</sup> RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 2009, p. 297.

Para iniciar a reflexão acerca do legado indígena na toponímia do Oeste de Santa Catarina, buscou-se fundamentação teórica em estudos da toponimista brasileira Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. A título de sugestão, a autora registra que, para se chegar à “verdade” de um topônimo, faz-se necessária a adoção de uma investigação com todos os recursos científicos disponíveis, a saber: análise, comparação, interpretação, seleção e conversão das hipóteses em teorias que podem chegar, mesmo, a princípios gerais reguladores da matéria.<sup>832</sup> Entretanto, nesta pesquisa, apenas a língua será sinalizada como regulador toponímico. Por isso, caberia um aprofundamento do estudo, para incluir os dados históricos.

No que diz respeito ao signo toponímico, Dick também esclarece que tanto o nomeador como o nome do lugar pertencem a um conjunto único, elementos que se originam no “ato da nomeação”, processo que os realiza significativamente, individualizando-os, porém, a partir desse momento, como se cada um integrasse uma existência autônoma.<sup>833</sup> Como uma subárea da onomástica, a toponímia é uma “ciência da linguagem que se ocupa do estudo dos nomes próprios”.<sup>834</sup>

Esses nomes próprios dos lugares estabelecem “uma estreita relação com o patrimônio cultural de um povo, e sua preservação constitui a perpetuação do histórico (aí envolvidos todos os aspectos físicos, geográficos e sociais, históricos e culturais inerentes) e dos valores desse mesmo grupo”.<sup>835</sup> A toponímia, por sua vez, tem como objetivo analisar os nomes de lugares em geral, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos – para estes, faz-se necessário recorrer a outras áreas do

<sup>832</sup> Cf. DICK, 1990, p. 3.

<sup>833</sup> Cf. DICK, 1990, p. 60.

<sup>834</sup> FREITAS, Cassiane Josefina de. A toponímia no estado de Minas Gerais: estudo dos zootopônimos. *Revista Estudos Linguísticos*, São Carlos, v. 46, n.º 1, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1691>. Acesso em: 5 abr. 2019.

<sup>835</sup> SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia e ensino**: propostas para a aplicação no nível básico. Disponível em: <https://books.google.com>. Acesso em: 12 abr. 2019.

conhecimento, como a história, a geografia, a antropologia e a dialetologia, por exemplo, com a intenção de descobrir a motivação dos topônimos.<sup>836</sup>

Pode-se dizer, também, que a nomenclatura de uma região encerra, na tipicidade de suas designações, amplas possibilidades de estudo. A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no seu significado, ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física, sejam as socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes geográficos e o “ambiente” em que se acham inscritos.<sup>837</sup>

A escolha da delimitação espacial é, portanto, nesta pesquisa, um recorte administrativo contemporâneo e não necessariamente do período histórico examinado, que poderia ser, no caso, o tempo de instalação dos municípios do oeste catarinense, basicamente após a Guerra do Contestado (1912-1916). O batismo toponímico estabelece identidade por meio de seu significado. A nomeação deixa para trás a ideia de um ambiente natural, de um espaço em branco; cria a ideia de um lugar de importância social, um ponto estratégico, um marco de referência. Pois os “[...] nomes podem criar lugares de importância humana; mas eles assim o fazem em relação à matéria-prima à mão. Ou seja, há lugares nomeados que são compostos de descrições de locais aos quais se referem”.<sup>838</sup>

Provavelmente, por meio do Quadro 9, que registra os nomes dos 119 municípios da região Oeste de Santa Catarina e na sequência, e do Quadro 10, que registra os municípios com toponímia indígena, seja possível associar “características topográficas, árvores, rochas, rios, pássaros e animais com padrões de intencionalidade humana”.<sup>839</sup>

<sup>836</sup> PEREIRA, Renato Rodrigues; NADIN, Odair Luiz. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n.º 1, p. 217-243, 2017.

<sup>837</sup> Cf. DICK, 1990, p. 60. *In*: FREITAS, 2017.

<sup>838</sup> TILLEY, 1994, p. 13.

<sup>839</sup> TILLEY, 1994, p. 17.

Quadro 9 – Municípios da região Oeste de Santa Catarina

Abelardo Luz	Entre Rios	Lindóia do Sul	Salto Veloso
Água Doce	Erval Velho	Luzerna	Santa Helena
Águas de Chapecó	Faxinal dos Guedes	Macieira	Santa Terezinha do Progresso
Águas Frias	Flor do Sertão	Maravilha	Santiago do Sul
Alto Bela Vista	Formosa do Sul	Marema	São Bernardino
Anchieta	Fraiburgo	Matos Costa	São Carlos
Arabutã	Galvão	Modelo	São Domingos
Arroio Trinta	Guaraciaba	Mondaiá	São João do Oeste
Arvoredo	Guarujá do Sul	Nova Erechim	São José do Cedro
Bandeirante	Guatambu	Nova Itaberaba	São Lourenço do Oeste
Barra Bonita	Herval d'Oeste	Novo Horizonte	São Miguel da Boa Vista
Belmonte	Ibiam	Ouro	São Miguel do Oeste
Bom Jesus	Ibicaré	Ouro Verde	Saudades
Bom Jesus do Oeste	Iomerê	Paial	Seara
Caçador	Ipira	Palma Sola	Serra Alta
Caíbi	Iporã do Oeste	Palmitos	Sul Brasil
Calmon	Ipuaçú	Paraíso	Tangará
Campo Erê	Ipumirim	Passos Maia	Tigrinhos
Capinzal	Iraceminha	Peritiba	Treze Tílias
Catanduvás	Irani	Pinhalzinho	Tunápolis
Caxambu do Sul	Irati	Pinheiro Preto	União do Oeste
Chapecó	Itá	Piratuba	Vargeão
Concórdia	Itapiranga	Planalto Alegre	Vargem Bonita
Cordilheira Alta	Jaborá	Ponte Serrada	Videira
Coronel Freitas	Jardinópolis	Presidente Castelo Branco	Xanxerê
Coronel Martins	Joaçaba	Princesa	Xavantina
Cunha Porã	Jupirá	Quilombo	Xaxim
Cunhataí	Lacerdópolis	Rio das Antas	Zortéa
Descanso	Lajeado Grande	Riqueza	
Dionísio Cerqueira	Lebon Régis	Romelândia	
		Saltinho	

Fonte: Santa Catarina (2019).

Quadro 10 – Municípios do oeste catarinense com toponímia indígena

Município	Significado do topônimo	Classificação
Águas de Chapecó	Adiante, idem Chapecó.	Não classificado (provavelmente corotopônimo)
Arabutã	“ <b>arabutã</b> – alt. de <b>ybyrapitanga</b> <sup>840</sup> [pau-brasil, pau rosado].	Fitotopônimo
Capinzal	“ <b>Capii-tyba</b> – capinzal, pastagem. <b>Capim</b> – V. <b>capii</b> .” <sup>841</sup> “De “ <b>capii</b> ”, “ <b>capii</b> ”, <b>capim</b> , erva, palha.” <sup>842</sup>	Fitotopônimo
Caibi	“ <b>CAIBI</b> – sede municipal do E. de Santa Catarina; sem dúvida alt. <b>caá-oby</b> , mato verde.” <sup>843</sup>	Fitotopônimo
Campo Erê	“ <b>Erê</b> – s. Campo, palha, erva. Não é tupi, mas caingangue (T.S.).” <sup>844</sup>	Fitotopônimo
Catanduvas	“ <b>Catanduba</b> , <b>catanduva</b> – cerradão; matagal rasteiro e espinhoso.” <sup>845</sup> “ <b>CATANDUVA</b> – arroio, afl. do Ibicuí. Tanto Theodoro Sampaio como J. Borges Fortes e Souza Docca dão “ <b>caatã-dyba</b> ”, local do mato ralo. De fato, é possível que se trate de corruptela de “ <b>ñanandy</b> ”, pastical, macegal.” <sup>846</sup>	Fitotopônimo
Chapecó	“ <b>CHAPECÓ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>sapé-có</b> , roça do sapé.” <sup>847</sup> “ <b>Chapecó</b> – s. m. Nome de vários rios, sobretudo de um que se lança no Uruguai. Macedo Soares aventa a hipótese de que proceda de <i>hapecó</i> , <b>trilha</b> , <b>caminho aberto</b> .” O <i>h</i> é aspirado, dando um som entre <i>s</i> e <i>x</i> . (Estudos do Dialeto Brasileiro” (pa. 191). O dígrafo <i>ch</i> é pronunciado <i>tch</i> , como <i>ch</i> do espanhol. Há uma frase que enfurece os mato-grossenses: Chuva <i>choveu</i> , Chapecó encheu – que pronunciam: Tchuva tchouveu, TChapecó entcheu. Parece-nos que esta maneira de pronunciar o <i>ch</i> seja uma influência do espanhol. Em Portugal, na região de Chaves, nos limites com Espanha, dá-se o mesmo. A frase que enfurece os habitantes portugueses dessa parte, é “ <i>Achei uma chave chapada no chão: Achei uma chave tchapada no tchão</i> ”. Esta pronúncia é corrente em São Paulo entre os homens do interior. Pode-se ouvir como em achapêu, tchorar, tchão, tchiqueiro, tchotcho, etc. Erradamente grafa-se hoje <i>xapecó</i> . A explicação deste valor forte ou palatal forte do <i>ch</i> dada por Fred Edelweiss não é aceitável.” <sup>848</sup>	Fitotopônimo: se for considerada apenas a definição de Tibiriçá, pela ideia de “roça do sapé”  Hodotopônimo: se for considerada apenas a definição de Bueno, pela ideia de “caminho aberto”

<sup>840</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 64.

<sup>841</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 81.

<sup>842</sup> FURTADO, 1969, p. 46.

<sup>843</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 193.

<sup>844</sup> BUENO, 1986, p. 117.

<sup>845</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 85.

<sup>846</sup> FURTADO, 1969, p. 46.

<sup>847</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 42.

<sup>848</sup> BUENO, 1986, p. 98.

Município	Significado do topônimo	Classificação
Cunha Porã	“ <b>CUNHA PORÃ</b> – mun. desmembrado de Palmitos, SC; do guarani <b>cunhã porã</b> , mulher bonita.” <sup>849</sup> “ <b>cunhã</b> – mulher, índia; fêmea.” <sup>850</sup>	Não classificado
Cunhataí	“ <b>CUNHATAÍ</b> – arroio, afl. do Santa Maria; cêrro à margem do rio Santa Maria. De “cunhãtai”, “cuñãtai”, menina, mōça, donzela, senhorita. Um amigo, que exerceu a medicina em região de língua guarani, afirma que o nome só é dado, pelos índios, a mulher realmente mōça, e que além de bonita, seja virgem.” <sup>851</sup> “ <b>Cunhãtai</b> – menina.” <sup>852</sup>	Não classificado
Guaraciaba	“ <b>GUARACIABA</b> – cid. de Minas Gerais; de <b>Guaraciaba</b> , nome próprio feminino; do tupi <b>guarassy-aba</b> , lit. os cabelos do sol, apelido que os índios davam aos estrangeiros de cabelos louros.” <sup>853</sup> “ <b>Guaraciaba</b> – Loura, de cabelos cor do sol.” <sup>854</sup>	Somatotopônimo ou corotopônimo
Guarujá do Sul	“ <b>GUARUJÁ</b> – bairro em Pôrto Alegre, às margens do Guaíba. Theodoro Sampaio dá como proveniente de “guaru- yá”, viveiro dos guaru – ou aru –, nome de um batráquio.” <sup>855</sup> “ <b>GUARUJÁ</b> – cid. praiana do E. de São Paulo; provável alt. de <b>guarussá</b> , esp. de caranguejo das praias; seg. Theodoro Sampaio, significa “vivenda dos guarus”; não aceitamos esta interpretação, porquanto, não existe guarus nessa localidade marítima.” <sup>856</sup>	Zootopônimo, segundo Bueno; entretanto, pode ser corotopônimo
Guatambu	“ <b>GUATAMBU</b> – nome de uma ant. aldeia indígena do Maranhão, citada por d’Abbeville; contr. de <b>guará-tã-bu</b> , pau duro que soa; é o nome de uma árvore de boa madeira.” <sup>857</sup> “ <b>guatambu</b> – bot. árvore cuja madeira é chamada de pau-marfim, especial para cabo de instrumentos.” <sup>858</sup>	Fitotopônimo
Ibiam	“ <b>IBIÁ</b> – cid. de Minas Gerais; alt. de <b>yby-ã</b> , terra elevada, falésia, barrancos.” <sup>859</sup> “ <b>Ibi</b> – s. De Yby, a terra, o solo, o chão.” <sup>860</sup> “ <b>Ibiã</b> – s. Grafia correta: Ybyã – s. Encosta, barranco. Esta forma é guarani. Em tupi é <i>Ybyama</i> .” <sup>861</sup>	Geomorfotopônimo ou corotopônimo
Ibicaré	Terra torta, chão curvo (ibi + carê). <sup>862</sup>	Geomorfotopônimo

<sup>849</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 46.

<sup>850</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 90.

<sup>851</sup> FURTADO, 1969, p. 46.

<sup>852</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 90.

<sup>853</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 52.

<sup>854</sup> BUENO, 1986, p. 127.

<sup>855</sup> FURTADO, 1969, p. 74.

<sup>856</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 53.

<sup>857</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 53.

<sup>858</sup> TIBIRIÇÁ, 1989, p. 58.

<sup>859</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 155.

<sup>860</sup> BUENO, 1986, p. 128.

<sup>861</sup> BUENO, 1986, p. 128.

<sup>862</sup> IBICARÉ. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 23 abr. 2019.

Município	Significado do topônimo	Classificação
Iomerê	“Iomerê: clareira branca ou campo branco”. <sup>863</sup>	Fitotopônimo
Ipira	“ <b>IPIRA</b> – sede municipal de Santa Catarina; de <b>y-pyra</b> , lugar próximo d’água, lugar próximo de rio.” <sup>864</sup>	Hidrotopônimo
Iporã do Oeste	“ <b>IPORÃ</b> – cid. do Paraná; de <b>y-porã</b> , rio bonito.” <sup>865</sup>	Hidrotopônimo ou corotopônimo
Ipuauçu	“ <b>Ipuã</b> – s. Fonte d’água que jorra para o alto. De <i>ipu+ã</i> ; alto.” <sup>866</sup> “ <b>Ipuassu</b> – A fonte d’água, grande, o olho d’água grande.” <sup>867</sup> “ <b>IPU</b> – cid. do Ceará; de <b>ypu</b> , olho d’água, fonte, manancial.” <sup>868</sup>	Hidrotopônimo ou corotopônimo
Ipumirim	“ <b>IPUMIRIM</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>ypu-mirĩ</b> , fonte pequena, nascente pequena.” <sup>869</sup>	Hidrotopônimo
Iraceminha	“ <b>Ira</b> – De acordo com a nota 27 dos comentários de Fred. Edelweiss, <i>ira</i> pertence ao nheengatu, e está por <i>eira</i> em tupi antigo e significa <i>mel</i> e não abelha.” <sup>870</sup> “ <b>Iracema</b> – De <i>ira</i> , <i>inel</i> , <i>cema</i> , <i>saída</i> : a saída do mel, o fluxo do mel. Prenome feminino de grande uso no Brasil, tornado popular pelo romance “Iracema” de José de Alencar.” <sup>871</sup>	Antropotopônimo ou corotopônimo
Irani	“ <b>IRANI</b> – nome de uma localidade nas proximidades da cidade de São Paulo; de <b>Irani</b> , nome próprio feminino de origem tupi, sem dúvida corruptela de <b>eíra-i</b> , abelhinha.” <sup>872</sup>	Zootopônimo se for por causa da abelhinha, mas, se homenagear São Paulo, poderia ser corotopônimo
Irati	“ <b>IRATI</b> – cid. da Bahia; de <b>eiraty</b> , cera de abelha, ninho de abelha, colmeia.” <sup>873</sup>	Zootopônimo
Itá	<b>Itá</b> – Pedra, rocha, penedo, rochedo. Por extensão, ferro, metal duro que era comparado à pedra pelos indígenas. <sup>874</sup> “ <b>ITÁ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>itá</b> , pedra.” <sup>875</sup>	Litotopônimo

<sup>863</sup> IOMERÊ. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 23 abr. 2019.

<sup>864</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61.

<sup>865</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61.

<sup>866</sup> BUENO, 1986, p. 154.

<sup>867</sup> BUENO, 1986, p. 154.

<sup>868</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61.

<sup>869</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61.

<sup>870</sup> BUENO, 1986, p. 154.

<sup>871</sup> BUENO, 1986, p. 154.

<sup>872</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62.

<sup>873</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62.

<sup>874</sup> BUENO, 1986, p. 156.

<sup>875</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62.

Município	Significado do topônimo	Classificação
Itaberaba	“ <b>Itaberaba</b> – A pedra brilhante, o diamante. Nome de várias localidades em S. Paulo, Minas, Bahia. Var. <i>sabará</i> , hoje, nome de uma cidade de Minas Gerais.” <sup>876</sup> “ <b>ITABERABA</b> – cid. da Bahia; bairro da cid. de São Paulo; de <b>ita-beraba</b> , pedra luzente, diamante.” <sup>877</sup>	Litotopônimo
Itapiranga	“ <b>ITAPIRANGA</b> – cid. do Amazonas; de <b>itá-piranga</b> , pedra vermelha; há em Santa Catarina cidade do mesmo nome.” <sup>878</sup>	Litotopônimo
Jaborá	“ <b>JABORÁ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>já-borá</b> , semelhante à própolis, massa amarela que se encontra nas colméias; <b>borá</b> é também o nome de uma variedade de abelha.” <sup>879</sup>	Zootopônimo
Joaçaba	“ <b>JOASSABA</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>ju-assaba</b> , passagem dos espinhos.” <sup>880</sup>	Fitotopônimo
Jupirá	<b>Jupirá</b> – remoinho, voragem (Geraldo da Cunha). <sup>881</sup>	
Mondaí	“ <b>MONDAÍ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>mondá-y</b> , rio do ladrão, ou dos ladrões.” <sup>882</sup>	Hidrotopônimo
Nova Erechim	“ <b>ERECHIM</b> – rio, afl. do Passo Fundo; cidade, na região de Marcelino Ramos. Do caingangue “herê”, campo, e “chim”, pequeno: o campo pequeno.” <sup>883</sup>	Fitotopônimo (campo), cronotopônimo (nova) ou, ainda, corotopônimo (se for uma referência a Erechim, RS)
Nova Itaberaba	“ <b>ITABERABA</b> – cid. da Bahia; bairro da cid. de São Paulo; de <b>itá-beraba</b> , pedra luzente, diamante.” <sup>884</sup>	Litotopônimo
Peritiba	“ <b>PIRITIBA</b> – cid. da Bahia; de <b>piri-yba</b> , local onde abunda o junco.” <sup>885</sup> Observação: O termo “peritiba” não apareceu nos dicionários pesquisados. Há indícios de que não seja o significado sugerido como Piritiba.	Fitotopônimo
Piratuba	<b>PIRATUBA</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>pirá-tuba</b> , abundância de peixes.” <sup>886</sup>	Zootopônimo

<sup>876</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 63.

<sup>877</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63.

<sup>878</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67.

<sup>879</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 71.

<sup>880</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 77.

<sup>881</sup> TIBIRIÇÁ, 1984, p. 121.

<sup>882</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 87.

<sup>883</sup> FURTADO, 1969, p. 74.

<sup>884</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63.

<sup>885</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 98.

<sup>886</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 98.

Município	Significado do topônimo	Classificação
Sul Brasil	“Pau-brasil, pau vermelho, no tupi-guarani.” <sup>887</sup> “O nome Sul Brasil, se deve a Companhia Colonizadora Sul Brasil que na década de 1940 coordenava a colonização de terras no oeste catarinense”. <sup>888</sup>	Fitotopônimo se for relacionado à planta pau-brasil; porém, se for uma homenagem ao Brasil, corotopônimo
Tangará	“ <b>TANGARÁ</b> – zool. Certo pássaro dentirostro, conhecido como pássaro dançador.” <sup>889</sup>	Zootopônimo
Xanxerê	“ <b>XENXERÊ</b> – cid. de Santa Catarina; do caingangue <b>xen</b> , peroba, <b>xe</b> , preto(a), <b>rê</b> , como campo; campo.” <sup>890</sup>	Fitotopônimo
Xavantina	“ <b>XAVANTINA</b> – cid. de Mato Grosso; do nome da tribo Xavante, do grupo linguístico Jê”. <sup>891</sup>	Etnotopônimo
Xaxim	“ <b>Chachi</b> – bot. nome de certa samambaia arborescente; a raiz ou tronco desta samambaia, vulgarmente chamados xaxim.” <sup>892</sup> “ <b>XAXIM</b> – haste de samambaiaçu com que se fazem vasos para orquídeas; é abundante nas regiões serranas de Santa Catarina; é o nome de uma cidade desse Estado.” <sup>893</sup> “ <b>XACHI</b> – Adj. Enrugado, emaranhado B. Caetano. T. Sampaio dá <i>xanchim</i> , a corda lisa, a fibra macia. São conhecidos os vasos de chachim onde as plantas viçam. Batista Caetano escreve <b>chachi</b> .” <sup>894</sup>	Fitotopônimo

Fonte: elaborado pela autora, com base em Bueno (1986), Furtado (1969), Tibiriçá (1984, 1985, 1989) e fontes do IBGE.

Antes de expor os resultados e discussões sobre o Quadro 10, considera-se importante apresentar as reflexões de Pedro Ignácio Schmitz, sobre as diferenças entre os termos “Tupi”, “Tupi-Guarani” e “Guarani”. Segundo Schmitz, Tupi-Guarani não é uma língua, mas a designação de uma família linguística. Portanto, não existe a língua Tupi-Guarani, mas existem várias línguas que pertencem à família linguística Tupi-Guarani. As falas dos diferentes povos indígenas do Brasil foram classificadas em troncos, famílias, línguas e dialetos. Além disso, “Tupi-Guarani é uma família linguística em que está a língua Guarani, a Tupinambá e uma porção de

<sup>887</sup> BRASIL. **Significado do nome**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral>. Acesso em: 22 abr. 2019.

<sup>888</sup> SUL BRASIL. **Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 12 abr. 2019.

<sup>889</sup> TIBIRIÇÁ, 1989, p. 161.

<sup>890</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 151.

<sup>891</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 151.

<sup>892</sup> TIBIRIÇÁ, 1989, p. 44.

<sup>893</sup> TIBIRIÇÁ, 1985, p. 191.

<sup>894</sup> BUENO, 1986, p. 357.

outras línguas e dialetos. Guarani é a língua de uma dessas populações, mas também sua cultura. Para a cultura, que abrange mais que a língua, também se usa Guarani, cultura Guarani.”<sup>895</sup>

Schmitz reforça a explicação anterior, ao escrever que o Guarani é língua da família linguística Tupi-Guarani, que é do tronco linguístico Tupi. Qualquer um desses termos serve para falar da população em estudo, mas dá precisão diferente. Há muitas divisões do tronco Tupi, há diversas línguas na família linguística Tupi-Guarani e há uma língua Guarani. Schmitz exemplifica: “[...] você descreve a sua comunidade que são europeus (tronco Tupi), italianos (família Tupi-Guarani), trentinos, napolitanos ou sicilianos (Guarani). A compreensão se torna diferente. O mesmo acontece com os Kaingang. Eles são do tronco linguístico Jê, da família Macro-Jê, de língua Kaingang, Xokleng, Ingain, etc.”<sup>896</sup>

Na parte que segue, apossa-se das ideias de Schmitz, Tavares e outros autores para apresentar os resultados e as discussões da pesquisa.

### *Resultados e discussões*

Partiu-se da informação de que, dos 119 municípios do oeste catarinense, 38 têm em seus topônimos termos de origem indígena (Gráfico 4). Os nomes próprios dos lugares foram analisados de acordo com os dicionários tupínicos de Tibiriçá, Furtado e Bueno.<sup>897</sup> Os topônimos foram qualificados somente de acordo com a língua.

Para classificar os topônimos, considerou-se, parcialmente, o modelo taxionômico de Dick.<sup>898</sup> Esta pesquisadora, que desde 1980 tem-se

<sup>895</sup> Cf. SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Diferenciar os termos Tupi, Tupi-Guarani e Guarani.** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 8 dez. 2020.

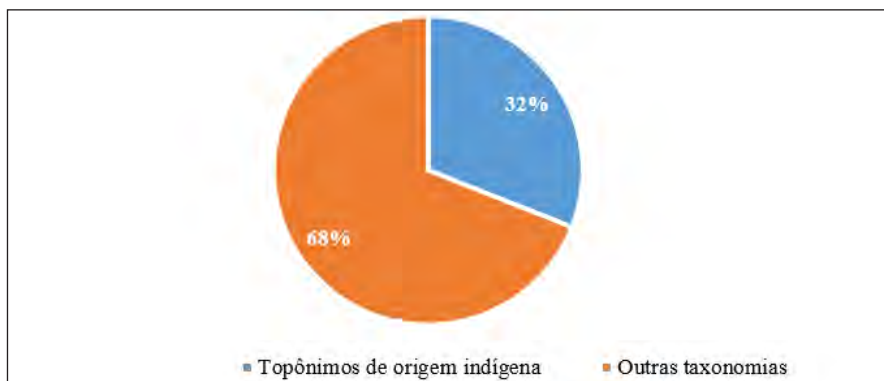
<sup>896</sup> SCHMITZ, 8 dez. 2020.

<sup>897</sup> BUENO (1986), FURTADO (1969), TIBIRIÇÁ (1984, 1985, 1989).

<sup>898</sup> DICK (1990, 1992).

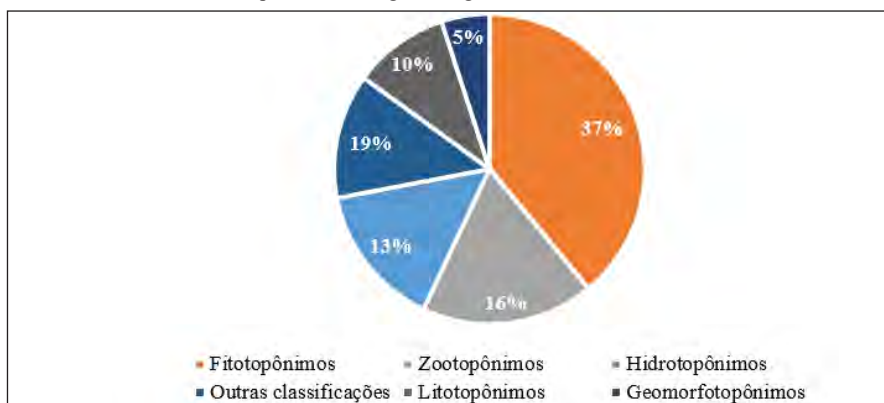
debruçado sobre pesquisas relacionadas aos nomes de lugares, propôs um modelo de taxionomias toponímicas que pudesse, por meio da análise da estrutura formal do topônimo, evidenciar sua motivação. Essas taxionomias têm orientado os estudos da toponímia no Brasil, pois foram concebidas com base na realidade brasileira.<sup>899</sup> Exposição de dados analisados.

Gráfico 4 – Municípios do oeste de Santa Catarina com toponímia indígena



Fonte: elaborado pela autora, com base em Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Furtado (1969) e Bueno (1986).

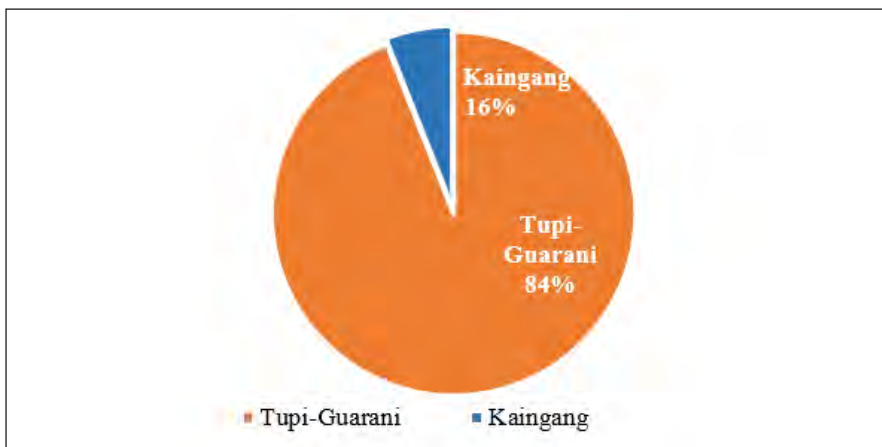
Gráfico 5 – Taxonomia dos topônimos de origem indígena



Fonte: elaborado pela autora, com base em Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Furtado (1969) e Bueno (1986).

<sup>899</sup> Cf. ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade sociocultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1996, p. 115.

Gráfico 6 – Topônimos indígenas em relação ao idioma



Fonte: elaborado pela autora, com base em Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Furtado (1969) e Bueno (1986).

No oeste catarinense, a multiplicidade e a exuberância da fauna, da flora e seu valor para a sobrevivência dos povos indígenas são evidenciados no expressivo número de topônimos de origem botânica e animal. Porém, ao responder à pergunta que norteou esta parte da pesquisa, percebeu-se que no estado de Santa Catarina não há atlas toponímicos dos municípios, e estudos referentes ao tema são extremamente escassos.

Por meio dos dados elencados no Quadro 10, notou-se que, dos 38 topônimos de origem indígena, aproximadamente 40% são fitotopônimos (nomes de vegetais); seguidos de zootopônimos (referem-se aos animais), hidrotopônimos (acidentes hidrográficos), litotopônimos (de origem mineralógica ou geológica), geomorfotopônimos (formas topográficas), etnotopônimos (referentes às etnias), corotopônimos (relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes), hodotopônimos (relacionados às vias de comunicação), somatotopônimos (relacionados às partes do corpo humano ou animal), antropotopônimos (relativos aos nomes

próprios individuais).<sup>900</sup> Os demais têm outras classificações, conforme indicado no Gráfico 5.

Chama-se a atenção para o fato de que, até o momento da constituição desta pesquisa, e com base nas fontes analisadas, a classificação dos topônimos apresentados no Quadro 10 poderá agregar sentidos diferentes dos apresentados, em virtude da mistura de vocábulos portugueses e indígenas ou, então, pelo fato de que não foi analisada a motivação no momento da escolha do nome do lugar.

Também não foram analisados os indícios relacionados ao protagonismo indígena na nomeação dos municípios da região Oeste de Santa Catarina. Possivelmente, muitos nomes que eram utilizados pelos indígenas permaneceram após o contato entre os colonizadores e os grupos indígenas. E, a partir desse contato, o acesso ao nome atribuído àquela localidade, ainda que viesse a ser registrado com variações em decorrência da “tradução”, por dificuldades linguísticas ou por mudanças com o passar do tempo. Entretanto, esse é um aspecto importante para qualificar a investigação.

Tavares considera importante observar que “nos topônimos em que, na sua definição, já aparece a informação que é nome de outra cidade, de outro estado, da mesma forma ou com pequena modificação ou acréscimo, penso que deveria considerar classificar como corotopônimos”.<sup>901</sup> Tavares lembra, ainda, que a taxinomia da Dick sinaliza “a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos geográficos”. Então, para classificar, ter-se-ia que perguntar “por que o município tem esse nome”?<sup>902</sup> Entretanto, nesta parte da pesquisa, não se buscaram as pistas da intenção do denominador

<sup>900</sup> Para classificar os topônimos, utilizam-se dados destas obras: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. p. 31-34. | PEREIRA, Renato Rodrigues. **A Toponímia de Goiás**: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

<sup>901</sup> TAVARES, Marilze. **Qualificação de artigo**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenchitolina@yahoo.com.br em 19 mar. 2019.

<sup>902</sup> TAVARES, 19 mar. 2019.

toponímico, tomando-se como base apenas os significados dos nomes indicados nos dicionários de Tibiriçá, Furtado e Bueno. Assim, ficaram em aberto diversas informações sobre o legado indígena regional, porque não foram consideradas todas as intencionalidades.

Então, nomes como Águas de Chapecó, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Ibiá ou Nova Erechim poderiam ser homenagens às cidades já existentes? Segundo o registro do histórico do município de Guarujá do Sul, por exemplo, “um rico empresário da região, que viajava com frequência para São Paulo, batizou a vila recém-fundada com o nome da praia paulista frequentada por ele”<sup>903</sup>. Dessa forma, Guarujá do Sul parece ser uma homenagem à cidade praiana de São Paulo.

Essa prática – isto é, nomear um espaço com o nome de outro espaço – já foi verificada e estudada por Dick. Ela explica que os topônimos se deslocam ou acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada “saudades” da terra natal, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado apenas pelo próprio prestígio, como diz Backheuser, configurando, neste caso, um típico exemplo de “mimetismo toponímico”.<sup>904</sup>

Em alguns topônimos, também há uma mistura de palavras indígenas e portuguesas, as compostas por um ou mais elementos qualitativos, ou considerados cronotopônimos, pelo fato de terem indicadores cronológicos, como, por exemplo, “Nova Erechim”, “Nova Itaberaba”, “Erval Velho”; entretanto, no Quadro 10, apenas a língua ou família linguística foi observada.

Seguindo a análise dos dados do Quadro 10, observou-se que, dos 38 topônimos, 32 pertencem à família linguística Tupi-Guarani, correspondentes a 84%, como indicado no Gráfico 6. Apenas Chapecó, Águas de Chapecó, Campo Erê, Xanxerê, Xavantina e Nova Erechim foram indicados como

<sup>903</sup> GUARUJÁ DO SUL. **Histórico**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wi>. Acesso em: 19 mar. 2019.

<sup>904</sup> Cf. DICK, 1992, p. 76-96.

originários da língua Kaingang. Uma justificativa para a prevalência tupínica na nomeação dos topônimos pode ser o fato da passagem dos bandeirantes que registravam a topografia em Tupi-Guarani. O fenômeno da prevalência tupínica nos nomes próprios de lugares da região Oeste de Santa Catarina se estende à geografia nacional, de acordo com o engenheiro, geógrafo e historiador Theodoro Sampaio:

Fazia-se a conquista tendo por vehiculo a propria lingua dos vencidos, que era a lingua da multidão. As *bandeiras* quasi que só falavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os dominios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a lingua, a qual só mais tarde se introduzia com o progresso da administração, com commercio e melhoramentos. Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo, e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jámais, tivesse habitado uma tribu de raça tupi. E assim é que no planalto central, onde dominavam povos de outras raças, as denominações dos valles, rios e montanhas e até das povoações são pela mór parte de *lingua geral*.<sup>905</sup>

Ou seja, os portugueses e espanhóis, no período colonial, adentraram pelo interior e foram dominando os indígenas por meio da própria língua deles. Sampaio também lembrou que os bandeirantes falavam essencialmente o Tupi; por isso, os lugares recebiam nomes tupínicos, mesmo que os grupos indígenas que habitassem tal recorte geográfico pertencessem a outros troncos linguísticos.

Ora, o legado indígena vai além da relação do local com os grupos indígenas que o habitavam: ele tem relação com a história do povoamento do Brasil. Sampaio, em 1901, citou a região que hoje se conhece por oeste catarinense, indicando a raridade da língua Kaingang na nomeação de Chapecó e Xanxerê:

<sup>905</sup> SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**: memória lida no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Casa Eclectica, 1901, p. 14.

Em S. Paulo o predomínio do tupi é quase completo, notando-se o mesmo do Paraná para o sul até o Rio Grande, e para o centro, em direção ao valle do Paraguay. Rarissimas são as denominações tapuyas perdidas na grande torrente tupi-portuguesa que alastrou por toda a parte. Os nomes *Chopin*, *Chapecó*, *Chancheré*, *Goyó*, *Copré*, na região dos Coroados [Kaingang] dentro o Iguassú e o Uruguay.<sup>906</sup>

Além do que já foi exposto, é importante lembrar que no campo linguístico, nas reduções jesuíticas implantadas a partir do século XVII, no Sul, houve a conservação do Guarani, língua originária da família linguística Tupi-Guarani. Segundo Prous, essa língua passou a ser escrita, por exemplo, nas inscrições funerárias, em inúmeros outros testemunhos documentais, mas não se sabe de nenhuma literatura original. Supostamente, os jesuítas foram os únicos autores tanto dos autos teatrais de cunho religioso quanto de cânticos em Guarani.<sup>907</sup>

Voltando à interpretação do Quadro 10, é possível dizer que, nos topônimos indígenas, os termos originários do tronco linguístico Tupi (pertencentes à família linguística Tupi-Guarani) se sobressaíram; esses topônimos sobreviveram ao fenômeno colonizador, que considerou nomes de lugares anteriores à colonização – embora haja casos em que os municípios tenham sido nomeados pelos próprios colonizadores utilizando termos em Tupi-Guarani ou na língua Kaingang (do tronco linguístico Jê, da família Macro-Jê), como a própria pesquisa exemplifica. Por outro lado, os nomes de lugares que lembram historiotopônimos (significação histórica), de personagens sacros (hierotopônimos) ou nomes próprios de pessoas (antropônimos), entre outras classificações, prevaleceram nas designações toponímicas dessa região após a colonização.<sup>908</sup>

<sup>906</sup> SAMPAIO, 1901, p. 17.

<sup>907</sup> Cf. PROUS, 1992, p. 554.

<sup>908</sup> Esta foi a base para a classificação dos topônimos: DICK, 1990, *passim*. PEREIRA, 2009, *passim*.

Adverte-se que os topônimos apresentados no Quadro 10 são palavras portuguesas, e algumas são oriundas da família linguística Tupi-Guarani e da língua Kaingang. Ao longo do tempo, essas vozes passaram por alterações ao serem grafadas em português, ou seja, há modificações luso-brasileiras. Ao se estudar topônimos apenas com base em dicionários, fica limitada a contextualização histórica em relação à nomeação das cidades oestinas, por isso é essencial um aprofundamento do estudo. Sabe-se que muitas reflexões feitas ao longo desta pesquisa são inconclusivas e carecem de consistência teórica para que o estudo toponímico considere os elementos presentes nos nomes dos lugares em seu aspecto global, não se restringindo a uma ou outra herança cultural.

Notou-se também que, em virtude da constituição étnica variada na região Oeste de Santa Catarina, as terminologias geográficas se mostram heterogêneas, assim como sua população. Dessa forma, embora nesta parte da pesquisa o olhar tenha sido direcionado aos topônimos de origem indígena, que testemunham sua precedência na região, os demais também refletem, além da língua, os costumes regionais de outras ocupações humanas – no caso, dos negros, caboclos, descendentes de europeus e outras.

...

Finda-se o terceiro capítulo, que lançou olhares sobre os usos do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico dos indígenas que viveram e que vivem no oeste catarinense. No capítulo quatro, que encerra a tese, analisa-se como a temática indígena é representada nos livros didáticos e na sala de aula de escolas públicas não indígenas da região Oeste de Santa Catarina.

## 4 A TEMÁTICA INDÍGENA E SUAS RELAÇÕES COM A ESCOLA



Neste último capítulo, depois da composição de uma síntese sobre a remota história indígena; das reflexões sobre a delimitação geográfica de uma região de fronteira e suas fricções étnico-históricas; do estudo sobre usos da memória e do patrimônio arqueológico e cultural indígena regional – chega-se ao tempo presente para analisar como é contextualizada essa memória indígena nas salas de aula de Educação Básica das escolas públicas não indígenas do oeste catarinense, em consonância com a Legislação.

A fim de alcançar os objetivos, esta pesquisa bibliográfica e de campo terá um tratamento quanti-qualitativo. Para tanto, na primeira parte – “O livro didático e a temática indígena no Ensino Fundamental II e Ensino Médio” –, examinam-se as coleções de livros didáticos mais utilizadas no oeste catarinense em 2021 e 2022, segundo dados fornecidos pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da região, do 6º ao 9º ano, do antigo Ensino Médio<sup>909</sup> e as duas coleções mais escolhidas para o novo Ensino Médio.<sup>910</sup>

Os livros didáticos distribuídos nas escolas públicas de Educação Básica no oeste catarinense apresentam a temática indígena numa escala nacional; logo, a história indígena regional não é o foco, mas faz parte desse todo. O recorte espacial estudado na tese integra ocupações humanas milenares como a dos caçadores-coletores, portadores da tradição Umbu, dos Jê Meridionais (atuais Kaingang e Xokleng) e dos Guarani. Dessa

<sup>909</sup> Ainda utilizada em 2021.

<sup>910</sup> Apontam-se as coleções “História Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior, para séries finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano); “História Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior, do “antigo” ensino médio, PNLD 2018-19-20; “Prisma Ciências Humanas”, de Ângela Rama e outros, 2020, aprovada pelo PNLD 2021 para o novo ensino médio; e “Multiversos Ciências Humanas”, de Alfredo Boulos Junior, Edilson Adão e Laercio Furquim Junior, de 2020, aprovada pelo PNLD 2021 para o novo ensino médio.

forma, ao se observar a presença indígena na história brasileira, também é possível vislumbrá-la em âmbito regional.

Por isso, a pergunta que norteia esta primeira parte do capítulo vai em busca das particularidades regionais e quer saber como é representada a temática indígena no livro didático. Ou seja, se a história indígena de longa duração do oeste de Santa Catarina encontra ancoragem<sup>911</sup> no livro didático.

As coleções analisadas pertencem à editora FTD, que “desde 1902 atua no mercado de didáticos do Brasil, com um dos maiores índices de vendas”.<sup>912</sup> Isso mostra a preferência por parte dos educadores da Educação Básica que a escolheram, a exemplo dos que trabalham na região Oeste de Santa Catarina. Com base nas coleções de livros didáticos de História e das Ciências Sociais Aplicadas, pretende-se analisar a produção do conhecimento sobre a memória indígena regional, partindo dos conteúdos e imagens integrados à escala nacional.

Lembrando que o livro didático é um objeto de uso escolar, com interseções acadêmicas, advindo de políticas públicas educacionais aliadas a um mercado editorial bilionário. A ocorrência da temática indígena nas coleções da FTD corrobora o cumprimento da Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que “estabelece as diretrizes e bases, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira e indígena”.<sup>913</sup> Essa lei “tem favorecido a compreensão de que é preciso construir representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor” para criar “um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais”.<sup>914</sup>

<sup>911</sup> No sentido de fundamentar, respaldar a narrativa em âmbito regional por fazer parte do recorte nacional.

<sup>912</sup> SIMÃO, Thainá. **O patrimônio nos livros didáticos de história**: coleção História Sociedade & Cidadania. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020, p. 9.

<sup>913</sup> BRASIL. **Constituição (1988)**. Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008, Art. 26-A. Brasília: Câmara Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 5 abr. 2021.

<sup>914</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer

Salienta-se que o livro didático não é elaborado para uma região brasileira em específico. Bem como as abordagens temáticas, associadas aos diferentes níveis de ensinos ou itinerários formativos, impõem uma limitação de aprofundamento aos assuntos apresentados. No entanto, coloca-se sobre essa ferramenta didática um olhar de criticidade em relação às proposições que almeja alcançar, em termos específicos, a exemplo de temáticas pontuais, como “povos indígenas” ou “colonização da América”; bem como, a concepções de ordem conceitual, perspectivas intelectuais de diferentes espaços geográficos e tempos, como interpretações de fenômenos de longa duração histórica, algumas vezes sob um viés eurocêntrico no que tange à diversidade de experiências do humano. Por outro lado, esta parte da pesquisa estaria fragilizada se abdicasse da análise do recurso mais utilizado pelos docentes em sala de aula, cuja composição afeta direta ou indiretamente o leque de conteúdos e respectivos desdobramentos.

Na segunda parte deste capítulo – “A temática indígena regional e a multiplicidade de olhares” –, os dados serão elencados com base em dois formulários lançados na plataforma *Google Forms* e divulgados *on-line* para docentes e seus respectivos discentes (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) de escolas públicas não indígenas, municipais e estaduais, de 17 municípios do oeste catarinense que compõem a amostra.<sup>915</sup> Os resultados serão interpretados de forma descritiva e apresentados em gráficos, com base nas respostas obtidas entre os 167 docentes e 643 discentes que espontaneamente participaram da pesquisa.

A pergunta que norteia a parte final deste capítulo preocupa-se em saber como é representada a temática indígena na sala de aula, se entre os docentes e discentes existem apropriações de conhecimentos sobre a

CNE/CEB n.º 14/2015. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 43. Brasília: MEC, 18 abr. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>. Acesso em: 20 nov. 2021.

<sup>915</sup> Anchieta, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Joaçaba, Passos Maia, Vargeão, Ponte Serrada, Quilombo, Ipuacu, São Domingos, São José do Cedro, Xanxerê e Xaxim.

presença indígena pretérita e atual na região Oeste de Santa Catarina, de acordo com as propostas da Lei n.º 11.645/2008.

#### 4.1 O LIVRO DIDÁTICO E A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO

Na sala de aula, sobre a história indígena, considera-se importante a conexão com o lugar onde o aluno vive, ou seja, o intercâmbio entre a Geografia e a História. Dessa forma, o estudante poderá utilizar seus conhecimentos geográficos para compreender a passagem de um tempo profundo, percebendo-se como um protagonista, um agente participativo dessa longa história humana.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) orienta que “Deverão ser realizados esforços para assegurar que os livros de História e demais materiais didáticos ofereçam uma descrição equitativa, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos interessados”.<sup>916</sup> Obviamente, pela multiplicidade de povos indígenas nacionais e/ou americanos, essa ideia parece descomunal. Entretanto, se no material didático as abordagens sobre a temática indígena regional fossem mais enfatizadas e, especialmente, se as promoções de políticas públicas ligadas ao ensino oferecessem aos docentes cursos de formação continuada sobre a temática indígena, os estudantes poderiam alcançar o que é solicitado na Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2007 sobre os Direitos dos Povos Indígenas, cujo artigo 15 refere:

Os povos indígenas têm direito a que a dignidade e a diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações sejam devidamente refletidas na educação pública e nos meios de

<sup>916</sup> BRASIL, 2015, p. 3. *In*: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n.º 169/89 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais**. Ratificada e promulgada no Brasil por meio dos Decretos n.º 143/2002 e n.º 5.051/2004, em seu artigo 31.

informação públicos. Os estados adotarão medidas eficazes, em consulta e cooperação com os povos indígenas interessados, para combater o preconceito e eliminar a discriminação, e para promover a tolerância, a compreensão e as boas relações entre os povos indígenas e todos os demais setores da sociedade.<sup>917</sup>

Então, invisibilizar a história indígena de uma determinada região significa deixar de tratar devidamente essa história na Educação Básica. Ao generalizar a história indígena, perde-se a singularidade que cerca justamente aquele grupo social próximo ao estudante não indígena e, caso seja um estudante indígena, ele não se sentirá representado no material utilizado. Por isso, considera-se importante “regionalizar” essa história, garantindo “o direito dos povos indígenas de serem representados, nos currículos escolares, em suas diversidades históricas, econômicas, políticas, culturais e linguísticas”.<sup>918</sup>

Alain Choppin reflete que o livro didático culturalmente marca a pauta do cotidiano escolar na maioria das escolas; é a referência sobre os conteúdos a serem trabalhados, é depositário de conhecimentos, técnicas e práticas de um determinado grupo social; apresenta métodos de ensino-aprendizagem, exercícios e atividades. Ele insere documentos textuais e iconográficos, além disso, traz para o ambiente escolar o conceito de “fonte histórica”. Por fim, tem a função mais antiga, ideológica e cultural: ligada à formação do Estado-nação, sendo vetor da língua, da cultura e dos valores das classes no poder.<sup>919</sup>

Para além dos apontamentos de Choppin, Ironita Policarpo Machado discorre sobre as múltiplas funções dos professores no cotidiano escolar e, também, aponta a necessidade do livro didático na docência. Segundo

<sup>917</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Genebra: ONU, 2007. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/decl>. Acesso em: 29 set. 2021.

<sup>918</sup> BRASIL, 2015, p. 3.

<sup>919</sup> Cf. CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.º 3, p. 549-566, 2004, *passim*.

Machado, nas vivências didático-pedagógicas do cotidiano escolar – aulas, gincanas, interséries, concursos, festivais artístico-culturais, conselhos de classe, reuniões administrativo-pedagógicas e de pais, preenchimento dos cadernos de chamada, etc. –, o livro didático, muitas vezes considerado o “vilão” no ensino, na visão de pesquisadores e professores, ora pela forma como é adotado metodologicamente, ora pela abordagem historiográfica, torna-se um recurso necessário.<sup>920</sup>

Tendo em vista as reflexões de Choppin e Machado, que denotam as funções e as necessidades do livro didático no cotidiano escolar, pensa-se que, para os autores dos livros didáticos, deve ser muito difícil atualizar os conteúdos que serão transmitidos aos alunos haja vista a rápida evolução das ciências. Por isso, as reflexões que seguem não têm a função de julgar, mas de contribuir à discussão sobre a temática indígena estudada na Educação Básica, nas escolas públicas não indígenas do oeste catarinense, e à forma como os caçadores-coletores, Jê e Guarani são apresentados nas coleções mais utilizadas nas salas de aula.

#### 4.1.1 Ensino Fundamental II

*Coleção “História, Sociedade & Cidadania”: o caçador-coleto, o Jê e o Guarani*

Em setembro de 2020, em Santa Catarina, cada direção de escola foi responsável pela escolha do material didático do 6º ao 9º ano, juntamente com o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020 Literário. Segundo dados fornecidos pelas CREs da região Oeste, em âmbito regional, a primeira opção foi “História, Sociedade & Cidadania”, da editora FTD (Figura 33).

<sup>920</sup> Cf. MACHADO, Ironita. **História regional em sala de aula** [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014, p. 18.

Figura 33 – Fac-símiles das capas da coleção “História, Sociedade & Cidadania” (6º ao 9º ano)



Fonte: Boulos Júnior (2018).

Nas interpretações fundamentadas na coleção, busca-se resposta para saber como é discutida a temática indígena no livro didático e se a história

indígena de longa duração do oeste de Santa Catarina encontra ancoragem nesse material. Para responder ao questionamento, a narrativa que segue divide-se em três partes: caçador-coletor, Jê e Guarani, respectivamente as ocupações humanas mais remotas da região Oeste de Santa Catarina.

### *Caçador-coletor*

O volume destinado ao 6º ano, no capítulo 4, “Primeiros habitantes da América”, ao longo da coleção, é o que mais se aproxima geograficamente das ocupações indígenas remotas do oeste e do litoral catarinenses. Então, ao questionar se a história indígena de longa duração do oeste de Santa Catarina encontra ancoragem no livro didático, pode-se responder que “sim”. Há uma seção denominada “O povo Umbu”, na qual refere-se que “nas florestas do Sul e do Sudeste do Brasil viviam grupos humanos muito habilidosos no trabalho com pedra”.<sup>921</sup> Sinaliza-se que “povo” Umbu é um exemplo clássico da difusão errônea dessa terminologia para além da academia. Umbu não é um povo, mas uma tecnologia. As pesquisas acadêmicas precisam evitar qualquer tipo de leitura nesse sentido, pois Umbu é uma tecnologia, possivelmente utilizada por diversos povos.

Outro texto conectado às ocupações indígenas do Sul, antes da chegada dos europeus, é “Os povos dos sambaquis”; para tanto, há indicações de um *site* e uma obra literária.<sup>922</sup> A Figura 34 ilustra a cultura material dos sambaquieiros e a da tradição Umbu continuada no presente.

<sup>921</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania**. 6º ano: Ensino Fundamental: anos finais. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 59.

<sup>922</sup> *Site*: Mapa de Cultura RJ com a reportagem Museu do Sambaqui da Beirada. Disponível em: <http://livro.pro/zztwzi>. Acesso em: 24 set. 2018. Dica de leitura: GASPAR, Madu. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Figura 34 – A) Boleadeiras utilizadas por cavaleiro sul-rio-grandense, 2014; B) Esqueleto feminino de 3.000 anos encontrado no sambaqui de Laguna (SC), 2016; C) Ao lado, sambaqui situado no mesmo município; D) Dica de leitura; GASPAR, Madu. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004



Fonte: Boulos Júnior (2018, passim).

Ainda no volume do 6º ano, em “O povo da flecha”, Alfredo Boulos Júnior registra o tempo aproximado de 6.000 anos para os portadores da tradição Umbu na região Sul.<sup>923</sup> A referência que fundamentou o autor foi publicada em 1998. No primeiro capítulo desta tese, Schmitz infere que os povos detentores da tecnologia Umbu se caracterizavam por “um modo de vida caçador, formado de pequenos grupos móveis, que começa uns 10.000 a.C. e se estende ao menos até 1.000 d.C. e não se conhecem descendentes”.<sup>924</sup> Entretanto, para uma criança do 6º ano, ou para uma pessoa comum, qual seria a diferença entre 6 mil e 10 mil anos? O que realmente importa é a ideia de longevidade. Sabe-se que não é fácil, para quem escreve um livro didático, estar atualizado com relação às datas, classificações linguísticas e culturais dos povos indígenas do Brasil. Nem os professores universitários estão ou concordam entre si sobre datas ou classificações linguísticas, por

<sup>923</sup> Cf. BOULOS JÚNIOR, 6º ano, 2018, p. 60. *In*: JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1998, p. 35.

<sup>924</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

exemplo. Consequentemente, reflete-se sobre o quão difícil é atualizar um livro didático brasileiro para transmiti-lo aos alunos.

Além das intervenções sobre a tecnologia Umbu e sambaqueiros, o Sul do Brasil é mencionado na introdução do capítulo quatro, que trata sobre a megafauna pleistocênica, a partir do texto “Museu de Caçapava do Sul tem fósseis de preguiça-gigante” e da indicação de um vídeo<sup>925</sup> homônimo. Adiante, logo após refletir sobre a tecnologia Umbu e os sambaqueiros, o autor menciona o surgimento da agricultura na Amazônia, “há cerca de 7 mil anos”; somente a Amazônia é mencionada como recorte espacial das culturas detentoras dessa economia.<sup>926</sup> Chama a atenção o fato de que, ao longo do texto, com amplas informações, nenhum grupo indígena foi nomeado. Imagens contemporâneas ilustram a narrativa, conforme a Figura 35.

Figura 35 – A) Raízes de mandioca; B) Moça Kalapalo ralando mandioca, Parque Indígena do Xingu (MT), 2011; C) Tapioca



Fonte: Boulos Júnior (2018, passim).

Na próxima reflexão, busca-se alguma conexão entre o sul do Brasil, o grupo Jê e seus descendentes atuais, os Kaingang e os Xokleng.

<sup>925</sup> UFSM NA MÍDIA. **Museu de Caçapava do Sul tem fósseis de preguiça-gigante**. Santa Maria, 1º fev. 2018. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=42521>. Acesso em: 13 set. 2018.

<sup>926</sup> BOULOS JÚNIOR, 6º ano, 2018, p. 62.

## *Jê Meridional (atuais Kaingang e Xokleng)*

Ao longo da coleção, o povo Jê é invisibilizado nos aspectos culturais, econômicos, religiosos, bélicos; no entanto, figura nos aspectos geográfico e linguístico. O grupo não é nomeado em nenhuma manchete ou texto de apoio. As menções são superficiais, como, por exemplo, na cartografia, conforme a Figura 36, que identifica dois grupos que protagonizam a remota ocupação indígena do oeste catarinense: os Jê e os Guarani.

Figura 36 – Povos indígenas onde hoje é o Brasil (em 1500)



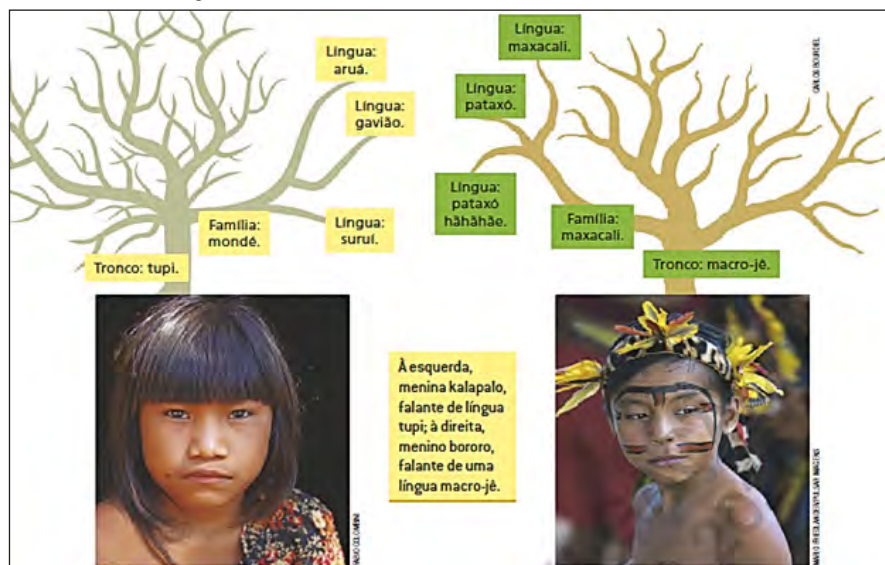
Fonte: Boulos Júnior (2018, p. 118 apud ALBUQUERQUE, 1991, p. 12).

Faz-se uma ressalva: esse mapa foi publicado em 1991 e suas legendas não exemplificam com coerência os recortes geográficos habitados pelos Jê. Essa população se expandia até a província de Misiones na

Argentina, região fronteira com Santa Catarina; além do norte do Rio Grande do Sul (conforme denota a Figura 4 – Mapa localizando o território dos grupos Jê no Sul). O conhecimento do professor seria fundamental para fazer as conexões entre os Jê e o lugar onde o estudante vive.

Na Figura 37, a família linguística Tupi-Guarani é mencionada, assim como a família linguística Macro-Jê, assuntos que também contribuiriam para o entendimento da história indígena regional do oeste catarinense, sempre fundamentada no entendimento do professor e não exclusivamente nos subsídios oferecidos pelo livro didático.

Figura 37 – À esquerda, menina Kalapalo, falante de língua Tupi; à direita, menino Bororo falante de uma língua macro-Jê



Fonte: Boulos Júnior, 6º ano (2018, p. 121).

O autor escreve: “Os estudiosos da linguagem agrupam as línguas em famílias, e estas, em troncos linguísticos. No Brasil há dois troncos linguísticos principais: o Tupi (o mais bem conhecido) e o Macro-Jê. O

tronco Tupi tem cerca de dez famílias, e o Macro-Jê, aproximadamente doze”.<sup>927</sup> Em relação às línguas, Schmitz explica que à época do contato havia quatro troncos principais: o Tupi (Amazônia, bacia do Prata, Litoral), o Jê (Planalto), o Aruaque (Arawak, Amazônia, vindo da Venezuela), o Pano (interior da Amazônia) – mas há outros troncos. Os primeiros contatos do colonizador europeu foram principalmente com populações do tronco Tupi e do tronco Jê. Então, Jê é tronco, Macro-Jê é família linguística do tronco Jê.<sup>928</sup>

No volume do 8º ano, que contempla os recortes temporais da Idade Moderna, do Brasil Colônia e Brasil Império, no capítulo 12, “Abolição, imigração e indigenismo no Império”, de maneira ampla são abordadas as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império. Nessa parte, em um texto de sua autoria, “Excluído na vida real e idealizado na literatura”, Ronaldo Vainfas registra:

As populações indígenas do Brasil iriam adentrar o século XIX em condições lamentáveis – demograficamente depauperadas, exploradas sob várias formas de servidão [...]. Ora concentradas em aldeamentos, que abrigavam grupos e etnias distintos, ora conservando alguma identidade nos refúgios de florestas indômitas. Vítimas, por vez, de guerras de tipo colonial, como a desencadeada por D. João, que mal chegado ao Brasil, em 1808, moveu guerra contra os ditos Botocudos, no vale do rio Doce, Espírito Santo, e nos campos de Guarapuava, no Paraná. Além disso, pelas Cartas Régias de 1808, autorizou guerras contra os “índios bugres” de São Paulo e Minas, bem como a escravização [...] para designar as populações nativas: índios mansos, isto é, controlados, e índios bravos, a saber, hostis ou “imersos no estado de barbárie”.<sup>929</sup>

<sup>927</sup> BOULOS JÚNIOR, 6º ano, 2018, p.121.

<sup>928</sup> SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Diferenças entre troncos, famílias e dialeto linguísticos**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em: 24 set. 2021.

<sup>929</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania**. 8º ano: Ensino Fundamental: anos finais. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 222. *In*: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 370.

Esse excerto poderia ser um elemento importante para o entendimento sobre a formação territorial do atual oeste de Santa Catarina, que em 1808, no governo de Dom João VI, pertencia justamente aos campos de Guarapuava. Os atuais Kaingang (ou Coroados) e os Xokleng (ou botocudos) são os descendentes dos antigos Jê Meridionais. A citação de Vainfas representa uma transposição da história indígena do oeste catarinense no livro didático de História de Educação Básica do 8º ano (mas o professor precisaria conhecer o assunto para fazer as interlocuções). Sobre os temas levantados pelo autor, no capítulo dois desta tese, na parte “A coroa e o botoque”, há uma densa explanação.

Por fim, no volume do 9º ano, que abrange o período do Brasil República e Idade Contemporânea, a região Sul do Brasil entra em cena, no texto de apoio “Riqueza do Contestado”. Nas entrelinhas, os Jê (Kaingang e Xokleng) e Guarani protagonizam a narrativa que trata da importância da araucária.

A importância da araucária angustifolia já fora observada e documentada no século XIX por viajantes como Auguste de Saint-Hilaire e Robert Avé-Lallemant. A Mata da Araucária, nessa época, destacava-se nas regiões de planalto, não só de Santa Catarina como também do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A importância de sua madeira e principalmente o valor energético de sua semente, o pinhão, protagonizaram grande parte dos contatos interétnicos do Estado, muitas vezes sendo motivo de conflitos entre as populações indígenas de etnias diferentes e posteriormente entre indígenas e colonos, principalmente no século XIX e início do século XX. Na composição étnica da população indígena de Santa Catarina temos os Guarani, os Kaingang e os Xokleng, povos bastante distintos, tanto linguística como culturalmente. Porém, uma característica cultural aproxima os Kaingang dos Xokleng: além de estarem dentro do mesmo tronco linguístico (da família “Jê”), as duas etnias utilizavam o pinhão em sua dieta alimentar como uma das principais fontes energéticas. [...] O pinhão para os Kaingang era tão importante

quanto para os Xokleng e a área de incidência das araucárias era habitada, majoritariamente, pelos Kaingáng.<sup>930</sup>

Esse excerto, sem dúvida, é uma considerável contribuição para o entendimento da história indígena do oeste catarinense. Essas informações, juntamente com as demais, especialmente as que estão registradas no volume do 6º ano (que trata dos caçadores-coletores portadores da tradição Umbu), ancoram a história indígena de longa duração do oeste de Santa Catarina.

## *Guarani*

Ao longo da coleção “História, Sociedade & Cidadania” utilizada do 6º ao 9º ano, o grupo Guarani não é mencionado. Entretanto, as informações sobre os Tupi corroboram parcialmente o entendimento sobre o grupo étnico Guarani. Schmitz explica que a língua Guarani (falada pelo grupo étnico Guarani) é da família linguística Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi; já para a tradição cerâmica se escreve “Tupiguarani”, sem o hífen, para distingui-la da família linguística.<sup>931</sup>

No volume do 6º ano, o grupo Tupi figura geograficamente num texto de apoio que registra descendentes do grupo no tempo presente: “Os Araweté vivem no Pará e falam uma língua da família Tupi-Guarani. São caçadores e agricultores e moram em uma única aldeia, próxima ao igarapé Ipixuna.”<sup>932</sup>

No volume do 7º ano, no capítulo 1, “Povos indígenas: saberes e técnicas”, escrito sob a ótica do colonizador estrangeiro, há três páginas

<sup>930</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania**. 9º ano: Ensino Fundamental: anos finais. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 29. *In*: PERES, Jackson Alexandro. A araucária e os contatos interétnicos em Santa Catarina no século XIX. **Revista História Catarina**, Lages, ano II, n.º 7, p. 83-84, abr./jun. 2008.

<sup>931</sup> SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>932</sup> BOULOS JÚNIOR, 6º ano, 2018, p. 122.

destinadas aos Tupi; no entanto, para que o estudante compreenda, o professor precisa fazer as conexões entre os termos: Tupi = tronco linguístico; Tupi-Guarani = família linguística; Guarani = língua; Tupiguarani = tradição cerâmica. Mas essas informações não estão referenciadas. Para além das três páginas destinadas aos Tupi, nesse mesmo capítulo, nove páginas foram destinadas aos incas, maias e astecas.

Ainda no volume do 7º ano, no capítulo 7, “As grandes navegações”, tanto as navegações portuguesas como as espanholas compõem a narrativa. Entretanto, as discussões foram compostas sob a ótica do colonizador europeu. A versão indígena do contato não aparece, os feitos de Portugal e Espanha se sobressaem. Por outro lado, no capítulo 8, “Conquista e colonização espanhola da América”, os incas maias e astecas novamente são colocados em evidência, de acordo com as próprias manchetes: “A conquista das terras astecas”, “A conquista das terras incas”; “A resistência inca”. Vários povos andinos e mesoamericanos têm seus nomes identificados nos textos de apoio.<sup>933</sup>

Ainda no capítulo 7, os grupos indígenas nacionais são homogeneizados no termo “indígena”, conforme se lê nas manchetes: “Indígenas das terras onde hoje é o Brasil”; “Conhecendo os povos indígenas”; “Diferenças entre os indígenas”; “Troncos linguísticos”; “As semelhanças entre os indígenas”.<sup>934</sup> Os povos mesoamericanos e andinos tiveram sua identidade apontada em mapas geográficos, patrimônios arquitetônicos, ilustrações, textos caracterizados individualmente, entre outros, diferentemente de qualquer grupo nacional. A narrativa sobre os Tupi, distribuída em quatro parágrafos, trata sobre a origem, a prática da agricultura e alguns enfoques geográficos. O texto de apoio “Técnicas e saberes tupis” contempla a confecção de mantos indígenas, e outro texto

<sup>933</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania**. 7º ano: Ensino Fundamental: anos finais. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 52.

<sup>934</sup> BOULOS JÚNIOR, 6º ano, 2018, *passim*.

aborda o “processamento da mandioca” e as técnicas indígenas no preparo, conforme mostra a Figura 38.

Figura 38 – A) Manto Tupinambá para homenagear os adultos do sexo masculino que se destacavam por sua valentia ou religiosidade. Está no Museu do Homem, em Paris, na França; B) Manto Tupinambá para vestir os meninos durante festa que celebra a passagem da adolescência para a fase adulta; está no Museu Nacional de Copenhague, na Dinamarca; C) Crianças falantes de língua tupi se refrescam e se divertem tomando banho no rio Culuene. Aldeia Aiha Kalapalo, Parque Indígena do Xingu. MT, 2016; D) Fotografia do tipiti, espremedor de palha usado para espremer a mandioca e preparar a farinha. Santarém (PA), 2011; E) moça da nação kamayurá, falante de uma língua tupi, ralando mandioca para preparação do beiju. Aldeia Kamayurá. Parque Indígena do Xingu. Gaúcha do Norte (MT), 2012



Fonte: Boulos Júnior (2018, passim).

Nas linhas que seguem, as interpretações se fundamentam no volume destinado ao 9º ano, que, entre outras, também aborda a história indígena brasileira, embora o grupo Guarani não seja o foco. No referido volume, 1988, ano da implantação da nova Constituição, é o marco final das abordagens sobre a temática indígena. Ela entra em cena no capítulo 4, “Movimentos sociais: negros, indígenas e mulheres”, que identifica e explica a inclusão e exclusão das pautas dos povos indígenas no contexto republicano, e das populações afrodescendentes.<sup>935</sup> Nessa parte, as manchetes dão uma ideia dos temas apresentados: “A legislação indigenista no Brasil Republicano”, “Estado brasileiro, povos indígenas e o Marechal Rondon”, “Os indígenas na Era Vargas”. Por fim, há um texto de apoio: “Direitos

<sup>935</sup> BOULOS JÚNIOR, 9º ano, 2018, p. 58.

indígenas na Constituição de 1988”. Também há a indicação de reportagens sobre a criação do SPI, questões indígenas do século XX e dicas de leitura.<sup>936</sup>

Esse volume, em conjunto com os demais, apresenta várias possibilidades para o entendimento da história indígena regional integrada à nacional e à americana. A coleção, em consonância com a Lei n.º 11.645/2008, busca valorizar a história e a cultura indígena; obviamente, há muitas ressalvas, mas sabe-se que essa busca é um processo em construção, sempre incompleto e inacabado.

### *Reflexões*

Observou-se, nos sumários dos volumes, o caráter eurocêntrico que norteia a narrativa com base nas divisões: Pré-História, Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea; Brasil Colônia, Império e República. A história indígena nacional aparece de forma gradual, atendendo às habilidades da BNCC.<sup>937</sup>

Há muitos textos de apoio contemporâneos e profícuos para o debate, mas não se encontram referências à literatura produzida por autores indígenas. Outro fenômeno identificado na coleção “História, Sociedade & Cidadania”, do 6º ao 9º ano, sobre a temática indígena, é a predileção pela historicidade dos incas, maias e astecas em comparação a qualquer grupo indígena nacional. Notou-se que o grupo Tupi, em âmbito brasileiro, foi o mais mencionado. Além disso, a coleção apresenta importantes contribuições sobre a milenar história indígena do oeste catarinense.

<sup>936</sup> BOULOS JÚNIOR, 9º ano, 2018, p. 64-66. *In*: IMAGENS EM MOVIMENTO • 100 ANOS do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Duração: 5min27s. Disponível em: <http://livro.pro/8gxmxy>. Acesso em: 10 nov. 2018. AS RAÍZES de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. Disponível em: <http://livro.pro/j8xt79>. Acesso em: 10 nov. 2018. GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017.

<sup>937</sup> BOULOS JÚNIOR, 6º ano, 2018, p. 52.

#### 4.1.2 O antigo e o novo Ensino Médio

Em 2021, ao iniciar esta parte da pesquisa, havia apenas a intenção de analisar a temática indígena contemplada na coleção mais utilizada na Educação Básica, nas escolas públicas do oeste catarinense, referente à disciplina de História.<sup>938</sup> Lembrando que as ocupações indígenas dessa região integram um recorte geográfico que abrange o norte do Rio Grande do Sul, o Paraná, o sul de São Paulo, além de outros estados e países vizinhos. Entretanto, em virtude da terminalidade do Ensino Médio e da mudança para o “novo” Ensino Médio,<sup>939</sup> obrigatória no País até 2022, definida pelo MEC por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi definida a reforma curricular, com novas abordagens e metodologias.

O Ensino Médio integral contará com a formação técnico-profissional, currículos flexíveis de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “e uma parte diversificada composta de itinerários formativos e disciplinas eletivas; além da ampliação da carga horária, sendo 1.800 horas para a formação geral básica e 1.200 horas (no mínimo) para a parte flexível do currículo (itinerários formativos e disciplinas eletivas)”.<sup>940</sup>

O novo Ensino Médio contará com uma carga horária da BNCC, de cunho obrigatório, formada pelas disciplinas curriculares tradicionais (Matemática, Geografia, Arte, Educação Física, etc.). Nenhuma disciplina “perde espaço”; elas diminuem a carga horária para possibilitar o surgimento da parte flexível do currículo: uma carga horária flexível de cunho obrigatório (Projeto de Vida e 2ª língua estrangeira em Santa Catarina) e uma parte

<sup>938</sup> A coleção mais consumida é “História sociedade & cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, FTD, Ensino Fundamental II e Ensino Médio (PNLD 2018-19-20).

<sup>939</sup> Em 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei n.º 13.415, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo as bases do que foi chamado “o novo Ensino Médio”.

<sup>940</sup> BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Natureza em transformação)**. 1º ano do Ensino Médio. 1ª ed., v.1, Código: 0184P21204, São Paulo: Moderna, 2020, p. VIII.

flexível de escolha dos estudantes (dentre um rol de possibilidades de Componentes Curriculares Eletivos, CCE) – possibilidades “dentro” das áreas do conhecimento e outras possibilidades “entre” as diferentes áreas do conhecimento –, escolhidas pelos estudantes a cada 6 meses, sem possibilidade de repeti-las.<sup>941</sup>

Cada rede de ensino poderá flexibilizar a parte diversificada dos itinerários formativos e disciplinas eletivas. A BNCC para o novo Ensino Médio também estabeleceu competências e habilidades nas quatro áreas do conhecimento.<sup>942</sup> “No lugar da antiga segmentação das disciplinas, definiu-se o ensino por áreas. Isso não significa a extinção das antigas disciplinas, mas uma abordagem delas dentro de uma perspectiva interdisciplinar.”<sup>943</sup>

Em virtude dessas mudanças, optou-se por apresentar uma coleção referente ao velho Ensino Médio e duas coleções referentes ao novo Ensino Médio – ou seja, as mais escolhidas em âmbito regional entre 2021 e 2022. Sinaliza-se que a coleção “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, FTD, do antigo Ensino Médio (PNLD 2018-19-20), que em 2021 foi a mais utilizada no oeste de Santa Catarina, conta com três volumes distribuídos para os 1º, 2º e 3º anos, direcionados à disciplina de História. No entanto, em virtude das mudanças para o novo Ensino Médio, optou-se por apresentar reflexões dos 12 volumes das duas novas coleções, além de mais dois volumes sobre os projetos integradores.

Os livros didáticos para o novo Ensino Médio apresentam mudanças estruturais, por isso, na metodologia utilizada, além da interpretação similar àquela da coleção descontinuada, optou-se por apresentar comparações entre

<sup>941</sup> Essas possibilidades podem ser observadas nos documentos oficiais da SED através do link: [https://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/29-modalidade-de-ensino/31310-novo-ensino-medio\\_cadernos\\_1\\_2\\_3\\_4\\_e\\_5](https://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/29-modalidade-de-ensino/31310-novo-ensino-medio_cadernos_1_2_3_4_e_5). Inclusive tratam das competências e habilidades exigidas neste novo formato de Ensino Médio.

<sup>942</sup> Para saber mais ver: BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. Guia de implementação do novo Ensino Médio. Brasília: MEC/Consed, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 17 set. 2021.

<sup>943</sup> BRAICK, v.1, 2020, p. IX.

a antiga coleção (PNLD 2018-19-20) “História, Sociedade & Cidadania” e as novas coleções (PNLD 2021) “Prisma Ciências Humanas” e “Multiversos Ciências Humanas”, todas da FTD.

Atenta-se que os termos “História”, “Geografia”, “Filosofia” e “Sociologia” não são mencionados nas novas coleções da FTD, nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, por isso não foi possível diagnosticar, nos volumes independentes entre si, o que cabe aos 1º, 2º e 3º anos e o que cabe a cada disciplina. Então, o diagnóstico se ocupa da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: História, Geografia, Sociologia, Filosofia; não apenas da área de História, como pretendido no início da pesquisa.

Também é importante destacar que, entre as mudanças para o novo Ensino Médio, uma delas é a obrigatoriedade de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática. Dessa forma, a área das Ciências Sociais Aplicadas é eletiva. A escolha do material é semestral, e os livros/conteúdos não são sequenciais. Na História, não há progressões cronológicas, lineares; tampouco a complexidade dos conteúdos se enquadra nos limites do próprio volume. Na parte que segue, interpreta-se a coleção descontinuada “História, Sociedade & Cidadania” (PNLD 2018-19-20), da FTD; depois, as outras duas coleções referentes ao novo Ensino Médio.

*Coleção “História, Sociedade & Cidadania”, antigo Ensino Médio (PNLD 2018-19-20): o caçador-coletor, o Jê, o Guarani e outros enfoques*

A Figura 39 contempla as capas dos três volumes da coleção “História, Sociedade & Cidadania”, da FTD, para o Ensino Médio (PNLD 2018-19-20).

Figura 39 – Fac-símiles das capas de “História, Sociedade & Cidadania”, PNLD 2018-19-20



Fonte: Boulos Júnior (2016).

Essa coleção expõe os conteúdos de acordo com a divisão tradicional europeia: Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Além disso, em âmbito nacional: História do Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Os conteúdos são sequenciais, com linearidade cronológica.

### *Caçador-coletor*

No livro didático do 1º ano do Ensino Médio, a temática indígena está contemplada no capítulo “Aventura humana: primeiros tempos”.<sup>944</sup> Se um professor ministrar aulas no oeste de Santa Catarina e tentar aproximar seus alunos da ocupação humana mais remota no lugar onde vivem, pode-se dizer que isso seria possível, pois os caçadores-coletores são mencionados a partir de seus artefatos. Para exemplificar essas populações, Boulos Júnior cita o povo de Lagoa Santa (MG), e os portadores das tradições Humaitá e

<sup>944</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**. 1º ano do Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016, p. 28.

Umbu do Sul e Sudeste. Para corroborar o entendimento sobre os caçadores-coletores, são indicadas quatro fontes audiovisuais.<sup>945</sup>

Além disso, os sambaquis catarinenses são mencionados com base em evidências arqueológicas encontradas no litoral de Joinville e Laguna. Moluscos marinhos eram consumidos em larga escala, suas conchas jogadas ao chão formavam colinas onde os sambaquieiros construía suas moradias. A Figura 40 apresenta imagens associadas aos portadores da tradição Umbu e aos sambaquis.

Figura 40 – A) Boleadeiras, arma com duas ou três bolas de pedra ligadas entre si por tiras de couro. Pontas de flechas utilizadas no arco; B) Sambaqui, sítio arqueológico de aproximadamente 4.500 anos, Laguna (SC), 2014



Fonte: Boulos Júnior, 1º ano do Ensino Médio (2016, p. 42).

O autor também escreve que “há cerca de 2 mil anos, os povos dos sambaquis desapareceram, isso teria ocorrido por 2 motivos: a coleta abusiva de mariscos e a chegada de grupos agricultores Tupi-Guarani, que os absorveram ou que os eliminaram”.<sup>946</sup> Em nenhum momento o autor cita os grupos Jê, antecessores e coexistentes dos Guarani na região Sul, embora os Tupi-Guarani tenham sido mencionados na parte referenciada.

<sup>945</sup> O vídeo com a entrevista da arqueóloga Nièdi Guidon, 27 minº, <http://tub.im/p4kp4z>; o vídeo com imagens das escavações realizadas por Niède Guidon e sua equipe, 18 minº, <http://tub.im/9g63ky>; os documentários “Portal do Museu de Arqueologia da USP”, <http://tub.im/in82mg>, e “Os sambaquis do litoral paranaense”, 26 minº, <http://tub.im/a8kqfs>. (BOULOS JÚNIOR, 1º ano do Ensino Médio, 2016, *passim*.)

<sup>946</sup> BOULOS JÚNIOR, 1º ano do Ensino Médio, 2016, p. 43.

*Jê e Guarani*

Na coleção, não há enfoques geográficos, culturais, econômicos ou sociais que identifiquem as populações Jê ou Guarani; também não há propostas que estimulem a pesquisa sobre as populações indígenas antigas ou contemporâneas das regiões onde os estudantes vivem. Com exceção do livro didático do 1º ano, nos livros do 2º e do 3º ano, em âmbito nacional, as imagens contemplam basicamente indígenas da Amazônia, Bahia e Mato Grosso. Geograficamente, a região Sul não é mencionada, embora as indicações de vídeos e documentários corroborem o entendimento sobre a ocupação indígena colonial.<sup>947</sup>

No livro do 2º ano do Ensino Médio, comparando quantitativamente o número de imagens sobre os incas, maias e astecas e aquelas referentes aos grupos indígenas do Brasil, notou-se que se sobressaem os grupos da América espanhola: são 68% do total.<sup>948</sup> Em relação às fontes audiovisuais (vídeos e documentários), esses três grupos contam com oito indicações; os grupos indígenas do Brasil, com seis. Ao longo da coleção, há uma imagem que poderia aproximar o sul do Brasil de um de seus grupos indígenas, o Guarani (Figura 41).

<sup>947</sup> Há a dica para assistir: o vídeo apresentando o pau-brasil e o local onde foi fundada a primeira feitoria, 28 min., <http://tub.im/hkjmrg>; o vídeo abordando as relações entre portugueses e indígenas em 1530, 24 min., <http://tub.im/i9gq5z>; o documentário sobre os primeiros tempos da colonização portuguesa, 27 min., <http://tub.im/8ksvyz>. (BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, *passim*.)

<sup>948</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**. 2º ano do Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

Figura 41 – Meninos Guarani, São Paulo, 2011



Fonte: Boulos Júnior, 2º ano do Ensino Médio (2016, p. 12).

Além dessa imagem, ainda no volume do 2º ano do Ensino Médio, há manchetes que tratam dos “Indígenas nas terras onde hoje é o Brasil”; essa parte agrega as “Diferenças entre os indígenas” e “As línguas indígenas” (o tronco linguístico Tupi é mencionado, mas o tronco Jê é ignorado).<sup>949</sup> No capítulo 2, “Colonizações: espanhóis e ingleses na América”, ao tratar sobre a conquista desse território, novamente os incas, maias e astecas marcam a pauta da narrativa que se estende ao longo de todas as páginas. No capítulo 5, “Expansão e ouro na América portuguesa”, há enfoques sobre

<sup>949</sup> BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, p. 12-27.

“Os jesuítas”, “Os bandeirantes” e outros que possivelmente contribuiriam para o entendimento da temática indígena regional em relação ao oeste catarinense, desde que o professor tivesse conhecimento prévio.<sup>950</sup>

No volume do 2º ano, no capítulo 5, “Expansão e ouro na América portuguesa”, há uma parte chamada “Para refletir”, que apresenta fragmentos da obra “O ouro vermelho de Minas Gerais”; no texto, há uma referência ao grupo Jê: “Primeiro nome das terras de Minas Gerais, no início do século XVIII, foi Minas dos Cataguases, uma referência ao grupo indígena de procedência Jê que habitava vastas regiões dos sertões”.<sup>951</sup> Essa é a única menção à existência dos Jê ao longo dos três volumes da coleção.

Mais uma aproximação com a região Sul do Brasil se dá também no capítulo 5, ao tratar da formação das fronteiras, citando (em nove linhas) a Guerra Guaranítica (1753-1756).<sup>952</sup> Nesse mesmo livro do 2º ano do Ensino Médio, depois de muitas leituras, localizou-se uma menção aos indígenas Kaingang, referente ao drama de “Tikuein, único falante da língua Xetá, que vivia na aldeia São Jerônimo, norte do Paraná, com índios Kaingang e Guarani. Como estratégia para manter a língua viva ele falava com o espelho e algumas vezes, caminhando pela aldeia, com interlocutor fictício”.<sup>953</sup>

Buscou-se, ao longo da coleção, informações relacionadas aos povos indígenas da região Oeste de Santa Catarina, do próprio estado, ou da região Sul. Porém, parcamente alguns grupos foram mencionados, mas nenhum foi contextualizado, com exceção dos caçadores-coletores e dos povos dos sambaquis do litoral catarinense, abordados no primeiro volume da coleção “História, Sociedade & Cidadania”, do antigo Ensino Médio (PNLD 2018-19-20).

<sup>950</sup> Cf. BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, *passim*.

<sup>951</sup> BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, p. 100.

<sup>952</sup> BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, p. 112.

<sup>953</sup> BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, p. 135.

## Outros enfoques

Notou-se que no volume destinado ao 3º ano do Ensino Médio, nas 288 páginas do livro, há três linhas destinadas aos povos indígenas; trata-se do “Art. 231”, que menciona: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.<sup>954</sup> Os recortes geográfico e temporal desse livro didático, nas escalas nacional e internacional, abrangem os séculos XIX, XX e as duas primeiras décadas do século XXI. No livro do 3º ano, a irrelevância da temática indígena dá a impressão de que é um assunto vinculado ao passado. Há, no referido volume, três imagens: se tivessem sido contextualizadas, poderiam narrar algumas transformações e conquistas recentes das populações indígenas brasileiras (Figura 42).

Figura 42 – A) Manifestação contra a PEC 215, Brasília, 3 out. 2013; B) Fotografia de 1988, em Brasília (DF), mostra a presença indígena em sessão da Assembleia Constituinte; C) Imagem de Samuca, publicada no “Diário de Pernambuco”, 14 abr. 2020



Fonte: Boulos Júnior, 3º ano do Ensino Médio (2016, passim).

A invisibilidade destinada à temática indígena é explícita, em um período que ultrapassa dois séculos. Sobre as imagens, não há, ao longo do

<sup>954</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**. 3º ano do ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016, p. 221.

volume, nenhuma contextualização dos movimentos sociais retratados, nem de outros ao longo da história indígena brasileira ou americana.

Os indígenas, assim como outros povos, movimentaram e movimentam a história do País. Dessa forma, os processos históricos precisam levar em conta sua presença porque os indígenas estavam (e estão) integrados à sociedade, buscando saídas, negociando, interagindo com outros grupos sociais. Uma comprovação dessa invisibilidade é o fato de que, no livro do 3º ano, que abrange a Idade Contemporânea, os indígenas não foram incorporados ao longo de mais de 200 anos, a não ser em três linhas e em três imagens.

### *Reflexões*

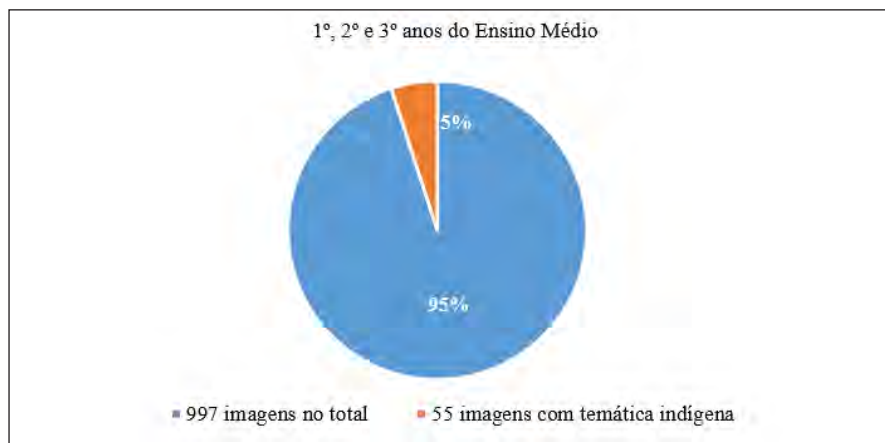
Conclui-se que, para um professor que não seja especialista em arqueologia ou antropologia referente à região Sul do País, é limitadíssima a possibilidade de se trabalhar a temática indígena regional ou estadual com base nos conteúdos oferecidos pela coleção “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD, para o Ensino Médio, PNLD (2018-19-20), ainda utilizada em 2021 em muitas escolas. Tem-se a impressão de que a história indígena é apenas um fragmento desconectado da história nacional, embora muitos temas sejam apresentados de maneira positiva.

No âmbito de Santa Catarina, os caçadores-coletores, os povos dos sambaquis, os Jê e os Guarani, nesta ordem, compõem o cenário ocupacional mais remoto. Com exceção dos dois primeiros, os Jê (e seus descendentes, que são os Kaingang e os Xokleng) e os Guarani foram invisibilizados ao longo da coleção. Além disso, não há propostas para pesquisar as populações indígenas remotas ou recentes do lugar onde o estudante vive.

A diversidade das culturas indígenas compõe a coleção, com exceção do livro didático do 3º ano. Porém, nessa pluralidade, a identidade dos povos

da região Sul do Brasil aparece em breves citações e poucas imagens, as quais não proporcionam o entendimento de acordo com a memória desses povos. Em um total de 997 imagens registradas nos livros didáticos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, há 55 que retratam os indígenas ou seus artefatos (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Imagens na coleção “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, FTD, para 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, PNLD (2018-19-20), e a temática indígena



Fonte: elaborado pela autora, com base em Boulos Júnior, 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio (2016).

Ao analisar as imagens da referida coleção, notou-se que as pessoas indígenas estão posicionadas no centro das fotografias, com traços étnicos de acordo com sua etnia; não foram apresentadas com aspectos caricaturais estereotipados. As manifestações culturais indígenas estão representadas por meio das pinturas corporais, da cerâmica e da feitura dos alimentos; também se notou que essas pessoas foram retratadas como vivem na atualidade. Ressalta-se que aparecem indicações de fontes audiovisuais que, em conjunto com as demais fontes, auxiliam no ensino-aprendizagem da temática indígena em âmbito nacional e regional.

Na coleção, que apresenta 55 imagens sobre a temática indígena, a Figura 43 é uma das raras que, de certa forma, sugere integração social.

Figura 43 – Menina indígena



Fonte: Thais Falcão (apud Boulos Júnior, 1º ano do Ensino Médio, 2016, p. 12).

A imagem em pauta, pedagogicamente, é provocativa porque retrata uma adolescente com traços étnicos indígenas, usando ornamentos artesanais como o colar, o bracelete, o brinco e falando ao celular, algo tão comum. Luisa Tombini Wittmann expressa que há várias formas de ser, de se estar no mundo, de viver o espaço, de ver o tempo; e nós, brancos, costumamos saber muito pouco sobre as vidas que não são as nossas. É muito fácil e confortável viver achando que as coisas se parecem e que podem ser classificadas de acordo com nosso espelho.<sup>955</sup> E o livro didático é um espelho dos não indígenas? Para responder, basta observar que, entre as 997 imagens da coleção “História, Sociedade & Cidadania” do Ensino

<sup>955</sup> WITTMANN, Luisa Tombini. Indígenas, lutas e resistências: retomadas originárias. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 15., 24 jul. 2020, Passo Fundo. Mesa Redonda VII. Disponível em: <https://aovivo.integra.tv.br>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Médio, a Figura 43 é uma das únicas cenas que retrata uma pessoa indígena integrada culturalmente à sociedade não indígena contemporânea.

Além disso, não há imagens em que os indígenas aparecem em núcleo familiar, atuando em alguma profissão, interagindo com outros grupos étnicos em práticas públicas; não há indícios (gestos, movimentos, disposições) de integração social com os não indígenas e também não aparecem com nomes próprios. Apenas no livro do 3º ano do Ensino Médio, há três imagens com indígenas participando de manifestações políticas, porém os episódios retratados não foram contextualizados.

Quanto às imagens, é possível dizer que, indiretamente, desde que o professor detenha conhecimento prévio, poderiam contribuir no entendimento sobre os caçadores-coletores, os povos dos sambaquis, Jê (Kaingang) e Guarani. Porém, ao serem mencionados os termos “grupo Jê”, “Guarani” e “Kaingang” ao longo dos textos, não foram associados à região Sul do País. Já os caçadores-coletores e os sambaquieiros, sim.

Além do que já foi exposto, notou-se que, na coleção “História, Sociedade & Cidadania”, não foi encontrado nenhum nome de liderança indígena nacional. Como um professor pode trabalhar com esses temas? Como trabalhar com as culturas indígenas nas escolas não indígenas? E os estudantes que se formaram com base neste material terão outras oportunidades de entrar em contato com a temática? A Lei n.º 11.645/08 refere que isso é necessário, mas está sendo trabalhada adequadamente? Quais são os suportes que os professores têm para que essa lei se materialize na vivência escolar?

A parte que segue analisa a coleção “Prisma Ciências Humanas” (PNLD 2021), destinada ao novo Ensino Médio.

*Coleção “Prisma Ciências Humanas”, novo Ensino Médio (PNLD 2021): o caçador-coletor, o Jê, o Guarani e outros enfoques*

A coleção “Prisma Ciências Humanas”, da FTD, de Angela Rama e outros autores (2020), aprovada pelo PNLD 2021 para o novo Ensino Médio, foi estruturada em seis volumes, dois para cada ano: “Mundo do trabalho: indivíduo e sociedade”; “Política e ética em ação: cidadania e democracia”; “Brasil da diversidade: sociedade e direitos”; “Espaços em transformação: desigualdade e conflitos”; “Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza” e “Mundo em movimento: globalização, conflitos e pandemia”. A Figura 44 apresenta a *fac-símile* da capa do volume 1.

Figura 44 – *Fac-símile* da capa do volume 1 da coleção “Prisma Ciências Humanas”



Fonte: Rama et al. (2020, v. 1).

A seguir, observa-se, na coleção “Prisma Ciências Humanas”, a presença dos caçadores-coletores, dos Jê (modernos Kaingang e Xokleng) e dos Guarani – constituidores da ocupação indígena pretérita e contemporânea do oeste catarinense –, a fim de saber se a história indígena de longa duração dessa região está ancorada no livro didático.

### *Caçador-coletor*

Onde está o caçador-coletor? Ele não aparece na coleção “Prisma Ciências Humanas”. Notou-se que a contextualização da temática indígena parte de 1500. Corroborando com essa constatação em um fragmento escrito por Brighenti, lê-se: “[...] oficialmente no Brasil se considera que nossa história começa em 1500. As populações que aqui viviam há milhares de anos e que seus descendentes continuam aqui é tema para arqueologia, não diz respeito aos processos educacionais”.<sup>956</sup> A arqueologia indígena, anterior à chegada dos europeus no Brasil, nessa coleção, não entra na sala de aula pelo viés do livro didático.

Eduardo Góes Neves escreve que “é uma verdade estabelecida para a maioria dos brasileiros que a história do país foi inaugurada em 22 de abril de 1500”.<sup>957</sup> A invisibilização do grupo caçador-coletor mostra claramente que, apesar dos avanços gerados pela Lei n.º 11.645/2008, não há um consenso sobre o que é necessário destacar na temática indígena em âmbito escolar. Os caçadores-coletores, através das pontas das suas flechas, deixaram para o

<sup>956</sup> BRIGHENTI, Clovis Antonio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: Uma reflexão sobre a Lei n.º 11.645. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugar dos historiadores: velhos e novos desafios, 18., 27-31 jul. 2015. *Anais*, Florianópolis: UFSC: Udesc, 2015, p. 3.

<sup>957</sup> NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. *In*: LUIS, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Donizete Benzi. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1995, p. 167.

sul da América do Sul um patrimônio material que corrobora o entendimento da interculturalidade milenar desse recorte geográfico.

### *Jê e Guarani*

Com base nos conteúdos registrados na nova coleção da FTD “Prisma Ciências Humanas”, em relação à possibilidade de responder ao problema dessa parte da pesquisa, no volume 3, ao tratar sobre o contato com os europeus e seus reflexos, verifica-se que:

Além da região litorânea, onde habitavam povos do tronco linguístico tupi-guarani, que somavam cerca de 1,5 milhão de pessoas, podemos pensar em três outras grandes áreas culturais, na época do contato dos indígenas com os europeus: a região da Bacia Amazônica, onde viviam povos falantes de três famílias linguísticas principais, arawák, karib e tupi-guarani; a região do Xingu, marcada pela convivência de povos de diferentes culturas em um sistema interétnico, relacionando-se de forma intensa entre si, mas mantendo suas características específicas; e a região do Cerrado, na qual viviam povos do tronco linguístico macro-jê”.<sup>958</sup>

No trecho citado, há vários equívocos: o termo “macro-Jê” se refere à família linguística do tronco Jê. Grupos indígenas do tronco Jê, à época da conquista, já viviam na região Sul do Brasil há mais de 500 anos, conforme mostra o primeiro capítulo desta tese; logo, não estavam restritos à região do Cerrado, uma parcela se expandiu para o Sul. Em relação às línguas, Schmitz explica que, à época do contato, havia quatro troncos principais: o Tupi (Amazônia, bacia do Prata, Litoral), o Jê (Planalto), o Aruaque (Arawak, Amazônia, vindo da Venezuela), o Pano (interior da Amazônia), mas há outros troncos. Os primeiros contatos do colonizador europeu foram

<sup>958</sup> RAMA, 2020, v. 3, p. 116.

principalmente com populações do tronco Tupi e do tronco Jê. Então, Jê é tronco, Macro-Jê é família linguística do tronco Jê. O dialeto Kaingang paulista é dialeto da língua Kaingang, da família linguística mMacro-Jê, do tronco Jê.<sup>959</sup>

Sinaliza-se que, na nova coleção “Prisma Ciências Humanas”, sobre os grupos Guarani e os grupos Jê, o excerto referenciado anteriormente é uma das raras menções a esses povos, e os conteúdos oferecidos são generalizados e/ou equivocados. Os Jê são mencionados como grupos da “região do Cerrado, na qual viviam povos do tronco linguístico macro-Jê”: o processo de expansão e fixação no sul do continente, ao longo de milênios, foi invisibilizado.<sup>960</sup> Entretanto, a atividade denominada de “Investigação”, conforme a Figura 45, poderia contribuir no entendimento dessa temática.

Se a atividade registrada (Figura 45) fosse operacionalizada com maestria, poderia corroborar o entendimento sobre as ocupações indígenas regionais (caçador-coletor, Jê e Guarani). Em toda a coleção, esta seria a oportunidade mais efetiva de alcançar o objetivo e responder o problema de pesquisa dessa parte do capítulo. Entretanto, sabe-se que os projetos, assim como os volumes da coleção, são eletivos. Então, qual seria a motivação para o estudante não indígena eleger no menu esse projeto? Nesse caso, seria relevante o papel do professor para intercambiar a ideia de que o não indígena não é o “modelo universal de humanidade”<sup>961</sup>, corroborando, dessa forma, o entendimento da diversidade étnico-racial e cultural regional, na qual os povos indígenas, assim como os demais grupos étnicos, são constituidores da identidade regional.

<sup>959</sup> Cf. SCHMITZ, 2021.

<sup>960</sup> RAMA, 2020, v. 3, p. 116.

<sup>961</sup> BENTO, Maria Aparecida da Silva; Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-58.

Figura 45 – Atividade escolar: “Investigação”

## Festival: a cultura e as lutas das populações indígenas



A discussão sobre a sobrevivência dos povos indígenas e o combate a visões preconceituosas e estereotipadas sobre essas populações são temas atuais e urgentes. E pensando nisso que se propõe esta pesquisa-ação.

Pesquisa-ação é uma forma de investigação colaborativa que pressupõe a reflexão em grupo sobre um problema, a definição coletiva de estratégias de ação para enfrentar esse problema e a autoavaliação e a autorreflexão coletivas sobre as ações realizadas, buscando possíveis revisões e tendo como objetivo a melhora das práticas sociais e educacionais.

A ideia desta pesquisa-ação é a organização, na escola, de um festival que tem como problema central a cultura e as lutas das populações indígenas nos dias atuais.

### I. Investigação

O primeiro passo para organizar o festival é mapear coletivamente quais são os povos indígenas existentes no seu estado ou na sua região. Feita essa identificação inicial, a sala deve se dividir em grupos e cada grupo deve se responsabilizar pela pesquisa de um dos aspectos da cultura e dos costumes desses povos:

- Modos de conhecer: informações sobre o sistema de crenças e os conhecimentos produzidos sobre a natureza e o mundo que os cerca.
- Modos de dizer: aspectos ligados à língua e às maneiras de se expressar, incluindo suas produções artísticas (música, dança, pintura etc.).
- Modos de trocar: como se relacionam com o mundo externo à sua comunidade, ou seja, como fazem política, escolhem seus representantes e estabelecem atividades de troca e comércio.
- Modos de fazer: hábitos e costumes cotidianos, como os hábitos alimentares, os alimentos mais consumidos e sua preparação, as tradições de confecção de objetos, ferramentas, ornamentos etc.

As informações levantadas nas pesquisas vão pautar toda a organização do festival e a definição das atividades.

### II. Organização do evento

A partir dos dados pesquisados, o próximo passo é organizar o festival. A ideia é criar estratégias para promover, junto à comunidade escolar, o debate sobre as condições atuais das populações indígenas. Coletivamente, deve-se decidir sobre os elementos estruturais do evento (data, local, infraestrutura necessária, apoios etc.) e sobre os meios para a divulgação (cartazes, postagens em redes sociais, envio de comunicados etc.).

Fonte: Rama (2020, v. 3, p. 148).

Na contemporaneidade, enaltecendo a cultura Guarani, o volume 4, “Espaços em transformação: desigualdade e conflitos”, ao tratar das comunidades tradicionais na cidade, apresenta como exemplos os integrantes do grupo de *rap* Brô MCs (Figura 46).

Figura 46 – Indígenas do grupo de rap *Brô MCs*, em Dourados (MS), 2019



Fonte: Rama (2020, v. 4, p. 22).

Salvo engano, essa é a única imagem, ao longo da coleção, que denota integração entre indígenas e não indígenas: ao fundo, aparece um homem de outra etnia.<sup>962</sup> No volume 5, “Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza”, na introdução da unidade 4, “Políticas ambientais e sociedade civil”, é citado que Artemisa Xakriabá é uma das jovens vozes do movimento indígena de Minas Gerais que, historicamente, resiste aos avanços ruralistas. Ela se tornou conhecida mundialmente ao discursar na Cúpula da Juventude pelo Clima, que antecedeu a Cúpula do Clima da ONU, realizada em setembro de 2019. Em seu discurso, Artemisa proferiu as seguintes palavras: “Lutamos pela nossa Mãe Terra, porque a luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as outras lutas”.<sup>963</sup>

<sup>962</sup> RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas**: espaços em transformação: desigualdade e conflitos. PNLD 2021, Ensino Médio. v. 4. Código: 0215P21204136. São Paulo: FTD, 2020, p. 22.

<sup>963</sup> Cf. RAMA, 2020, v. 5, p. 114.

A Figura 47 abre a unidade.

Figura 47 – Representação artística do discurso de Artemisa Barbosa Ribeiro, também conhecida como Artemisa Xakriabá, na Cúpula da Juventude pelo Clima – evento que abre a Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada de 21 a 23 de setembro de 2019, em Nova York



Fonte: Rama (2020, v. 5, p. 114).

O grupo indígena Xakriabá é de ascendência Jê. Entretanto, essa informação não é mencionada no texto. Tal conhecimento poderia unir a

ancestralidade dos grupos Xakriabá do Brasil Central aos atuais Kaingang e Xokleng do Brasil Meridional.

### *Outros enfoques*

No volume 1, “Mundo do trabalho: indivíduo e sociedade”, capítulo 3, “O mercado de trabalho no Brasil e suas desigualdades”, a parte “O trabalho entre os indígenas” é ilustrada com a Figura 48, a qual denota a permanência histórica na produção da farinha de mandioca.

Figura 48 – Produção de farinha de mandioca na aldeia Ticuna do Vendaval, na Terra Indígena Évare I, em São Paulo de Olivença (AM), 2018



Fonte: Rama (2020, v. 1, p. 50).

O texto associado à imagem menciona que,

Nas sociedades indígenas, o trabalho tem outra concepção. Ele tem a finalidade de satisfazer as necessidades do grupo, sem

objetivo de lucro ou acumulação de bens. Nessas sociedades, o trabalho tem outras particularidades, como a divisão de tarefas por sexo. De modo geral, cabe às mulheres cuidar das crianças e preparar a comida, além de partilhar, com os homens, o trabalho de plantio e colheita, enquanto os homens costumam ser responsáveis por caçar e pescar, garantir a segurança da aldeia, derrubar a mata para fazer a lavoura e fabricar objetos necessários para o seu trabalho, como canoas, usadas para a pesca e o transporte, e arcos e flechas, utilizados nas caçadas. A terra, entre os indígenas, é de uso coletivo, ou seja, é partilhada por toda a comunidade. Os membros de uma aldeia fazem os seus roçados e, após a colheita, outros membros podem fazer suas plantações no mesmo local. Além de ser o lugar de onde retiram os alimentos e de onde extraem as matérias-primas para a fabricação de suas moradias, de seus instrumentos de trabalho e de diversos objetos de uso cotidiano, a terra é considerada a morada dos mortos e de todos os espíritos ancestrais. Assim, adquire um caráter sagrado muito importante para a comunidade. Vale ressaltar que há, no Brasil, mais de 300 povos indígenas, cada qual com seus hábitos e costumes. Apesar de haver diferenças no modo como cada um desses povos se relaciona com o trabalho, as descrições acima ajudam a entender essa relação, de modo geral.<sup>964</sup>

Ao ler o fragmento, é possível inferir que, nessa generalização sobre o trabalho entre os indígenas, os verbos são conjugados no tempo presente e não há recortes temporais e geográficos descritos, embora muitas informações se alinhem a um imaginário colonial – por exemplo, de que as populações vivem apenas na aldeia, caçam, pescam, fabricam objetos de trabalho como arcos, flechas e canoas. É uma discussão “baseada prioritariamente em uma ideia de passado congelado”.<sup>965</sup> Na atualidade, há populações que vivem em regiões de floresta, áreas rurais ou urbanas, integradas e trabalhando em inúmeras atividades. Obviamente que alguns elementos descritos tiveram continuidade após o “contato”, mas essa generalização não procede, pois é uma discriminação histórica ensinada na escola. Maria da Penha da Silva

<sup>964</sup> RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas**: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade. PNLD 2021, Ensino Médio. v. 1. Código: 0215P21204133. São Paulo: FTD, 2020, p. 50.

<sup>965</sup> JESUS, 2020, p. 41.

escreve que, “para a maioria da população brasileira a ideia de ‘ser índio’ remete genericamente à estereótipos imutáveis: que são povos parcialmente isolados, habitantes nas florestas, vivendo da coleta de alimentos, da caça e da pesca”.<sup>966</sup>

A ideia reducionista de uma economia voltada a um “comunismo primitivo” não procede, prova disso consta no primeiro capítulo desta tese, que mostra nitidamente a sociodiversidade econômica dos povos indígenas do oeste catarinense e seu entorno geográfico antes da chegada dos europeus na América. Existiam muitas formas de produzir, distribuir e consumir. Sem conhecer as singularidades históricas de cada povo e o que eles contam “sobre si e sobre nós”, estaremos reproduzindo estereótipos “criados por nossa memória coletiva, estabelecidos e ainda mantidos sobre os povos ameríndios; os indígenas são muitos povos, muitas vidas e muitos modos de vida, irreduzíveis às narrativas que criamos”.<sup>967</sup>

Ainda no capítulo 3, noutro subtítulo, “Escravidão indígena”, lê-se:

Muitos indígenas foram aprisionados nas expedições que os bandeirantes paulistas começaram a organizar a partir de fins do século XVI, as bandeiras, que percorriam o interior do território com o objetivo de capturar indígenas e encontrar pedras preciosas. Outros foram escravizados nas “guerras justas”, como eram chamadas as guerras que os colonos travavam contra os nativos que tentavam impedir a tomada de suas terras. Uma vez capturados, eram obrigados a trabalhar em diferentes atividades, como nas lavouras ou nos engenhos de açúcar brasileiros que proliferaram com rapidez ao longo do litoral, sobretudo em Pernambuco e na Bahia. Embora a escravidão indígena fosse condenada pela Igreja Católica, e ainda que a Coroa Portuguesa, ao longo dos séculos, tivesse elaborado diversas leis proibindo a escravização da população nativa, essa prática subsistiu no Brasil até meados do século XIX.<sup>968</sup>

<sup>966</sup> SILVA, Edsonº; SILVA, da Penha da Maria (org.). **A temática indígena na sala da aula: reflexões para o ensino** a partir da Lei 11.645/2008. Recife: UFPE, 2020, p. 41.

<sup>967</sup> SILVA, Giovanni José da. Ensino de história indígena. In: WITTMANN, 2015, p. 27.

<sup>968</sup> RAMA, 2020, v. 1, p. 51.

A despeito do excerto enunciado, ressalta-se que Schmitz, ao se referir aos séculos XVII e XVIII, sobre o povo Guarani no sul, registra que a hipótese mais provável é a de que eles foram caçados pelos bandeirantes paulistas depois que estes levaram os Carijó do litoral meridional do Brasil (eles afirmam que seriam uns 120.000) e uns 60.000 Guaranis das missões dos jesuítas. Quando foram rechaçados pelos indígenas das missões, os paulistas, desesperadamente, caçaram todo índio que ainda sobrava pelos matos.<sup>969</sup> Então, possivelmente os indígenas escravizados nesse período trabalharam, “sim”, nas minas, nas lavouras ou nos engenhos de açúcar paulistas.

Porém, essa generalização se contradiz em relação aos séculos XVIII e XIX no sul do País. À época da Colônia, o que hoje é o oeste catarinense pertencia à “fronteira sul da Capitania de São Paulo”.<sup>970</sup> Nessa região, a escravidão indígena vigorou pelo “[...] caminho das tropas que formaram um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda do gado extenuado pelas longas jornadas”.<sup>971</sup> Os indígenas foram “usados na condição de cativos nos Caminhos do Sul do Brasil”<sup>972</sup>. A “exploração da mão de obra escrava de mulheres indígenas era comum nas fazendas, especialmente em atividades domésticas”.<sup>973</sup>

Então, ao generalizar o trabalho de indígenas nas atividades açucareiras da capitania de São Paulo, o protagonismo do indígena escravizado que trabalhava noutras atividades é invisibilizado. No Planalto Meridional brasileiro, os indígenas apreendidos exerciam todos os tipos de atividades: construção de casas e cercas; abertura e manutenção de estradas; construção e reconstrução de pontes; plantio de milho e feijão; todo tipo de lida com gado, porcos e cavalos, como a construção de currais e alimentação.

<sup>969</sup> Cf. SCHMITZ, 10 jul. 2019.

<sup>970</sup> SOUZA, 2012, p. 103.

<sup>971</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana Lize, AREND, Sílvia (org.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 15.

<sup>972</sup> SOUZA, 2012, p. 3.

<sup>973</sup> BRIGHENTI, 2016, p. 116.

Ou seja, basicamente, eram a mão de obra necessária para a implantação dos pequenos lugares que iam se desenvolvendo em freguesias, vilas, cidades, como Lages e Campos Novos, em Santa Catarina, por exemplo.<sup>974</sup> Há de se destacar que, além do interesse na escravização da mão de obra indígena, havia, principalmente, a cobiça pelas suas terras.

No volume 2, “Política e ética em ação: cidadania e democracia”, no subtítulo “Outras formas de participação política ao longo do tempo”, registra-se que

Uma das formas de participação política adotadas na atualidade é a representação. Nas democracias contemporâneas, os políticos são eleitos para representar os interesses dos cidadãos. Nem toda sociedade, porém, se organiza segundo o princípio da representação. A antiga democracia ateniense constituiu um exemplo de sistema direto de participação política. Em Atenas, todos os cidadãos participavam das assembleias e podiam ocupar cargos políticos na pólis. Nesse sistema, a participação política dos cidadãos ocorria a partir do envolvimento nas assembleias e discussões realizadas na **ágora**. Todo cidadão tinha direito a igual participação no exercício do poder, podendo agir diretamente para mudar decisões do governo. Outro exemplo de participação pode ser encontrado nas sociedades ameríndias. De acordo com o antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), existem sociedades indígenas que se organizam de forma igualitária. Embora as aldeias tenham um chefe, ele não tem o poder de decisão sobre os assuntos da comunidade. O chefe precisa apresentar suas ideias e encontrar meios de influenciar as decisões do grupo. Há, portanto, uma inversão da ordem da participação política que conhecemos.<sup>975</sup>

O trecho apresentado é ilustrado com a Figura 49, que mostra um ritual de formação de liderança feminina na aldeia Kamayurá Ipavu, Gaúcha do Norte (MT), entretanto a referida imagem não foi contextualizada.

<sup>974</sup> SOUZA, 2012, *passim*.

<sup>975</sup> RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas**: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade. PNLD 2021, Ensino Médio. v. 2. Código: 0215P21204134. São Paulo: FTD, 2020, p. 97.

Figura 49 – Mulheres lutam o hukahuka durante a Festa do Uluri, ritual de formação de liderança feminina da comunidade, na Aldeia Kamayurá Ipavu, em Gaúcha do Norte (MT), 2018



Fonte: Rama (2020, v. 2, p. 97).

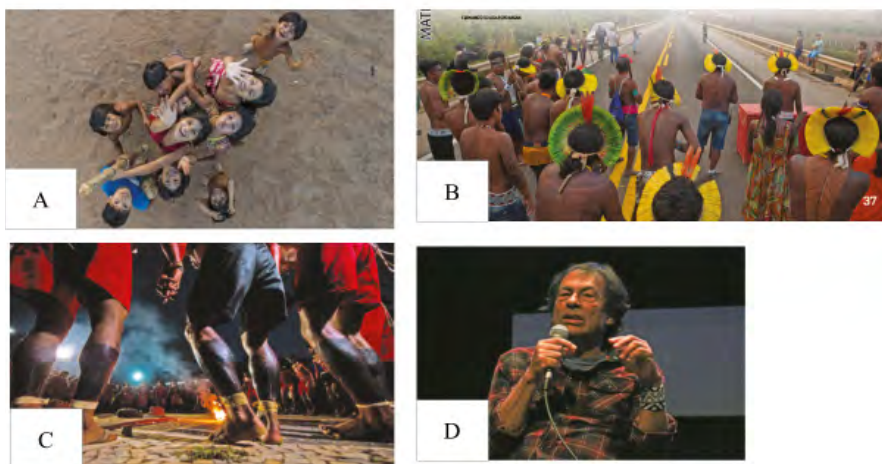
Ao refletir sobre o trecho referenciado, nota-se que, para o mesmo recorte temporal que apresenta a participação política na antiga Grécia (4.000 a.C. a 476 d.C.), há algumas linhas destinadas à política nas sociedades indígenas. Trata-se de um texto generalista, que não apresenta características sobre a organização política de nenhum grupo indígena para o mesmo período; além disso, o texto reforça a ideia do indígena vivendo na aldeia.

O volume 3, “Brasil da diversidade: sociedade e direitos”, de toda a coleção, é o que mais se ocupa da temática indígena: nas 161 páginas, 25% tratam sobre questões contemporâneas que expressam a luta por direitos fundamentais vilipendiados no passado e no presente. Os temas versam sobre minorias sociais e seus direitos, diversidade étnica e cultural, o contato entre os europeus e seus reflexos, a criação da Funai, a importância e a luta pela terra para os povos indígenas, a Constituição de 1988 e o indígena, a violência contra os povos indígenas, o legado indígena, a militância indígena

na internet, entre outros. Ressalta-se que são temas contemporâneos, com dados atualizados.

Em comparação à descontinuada coleção “História, Sociedade & Cidadania” (PNLD 2018-19-20), pode-se inferir que no volume três a temática indígena foi abordada com ênfase no tempo presente. É notável a mudança positiva de olhar, porque na “descontinuada coleção”, ao tratar-se dos séculos XIX, XX e XXI em 288 páginas do livro didático do 3º ano do Ensino Médio, havia somente três linhas destinadas aos povos indígenas, além de três imagens entre 317.<sup>976</sup> Por outro lado, na “nova coleção”, de acordo com o número de ilustrações, nota-se que, entre as 723 imagens, 45 (6,2%) protagonizam os indígenas.<sup>977</sup> Versando sobre minorias sociais no Brasil e seus direitos, no volume três, há quatro imagens (Figura 50).

Figura 50 – A) Crianças Kalapalo da Aldeia Aiha, no Xingu, Querência (MT), 2018; B) Kayapós bloqueiam estrada em protesto contra a falta de recursos para a saúde indígena. Novo Progresso (PA), 2020; C) Dança em cerimônia na véspera dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas (TO), 2015; D) Ailton Krenak participa de seminário sobre questão indígena em São Paulo (SP), 2019



Fonte: Rama (2020, v. 3, passim).

<sup>976</sup> BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016.

<sup>977</sup> RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas**: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade. PNLD 2021, Ensino Médio. Código: 0215P21204. São Paulo: FTD, 2020.

Também no terceiro volume, a unidade 4, “Povos indígenas: cinco séculos de resistência”, trata “dos povos indígenas no Brasil, abordando tanto a história dessas populações quanto o cenário atual, destacando a diversidade cultural e linguística desses povos, seus saberes e conhecimentos, suas lutas por direitos e também pelo reconhecimento de suas culturas”.<sup>978</sup> Nessa unidade, o capítulo 7, “Povos indígenas no Brasil”, e o capítulo 8, “Como garantir a sobrevivência das sociedades indígenas”, registram 29 imagens, conforme as Figuras 51, 52 e 53.

Figura 51 – A) Grupo de rap indígena Brô MCs; B) Kaê Guajajara em fotografia de 2020; C) Homem da etnia Kadiwéu faz pintura corporal com jenipapo, carvão e urucum. Porto Murtinho (MS), 2015; D) Página inicial do *site* do Instituto Socioambiental, em 2020, com os nomes de diversas etnias indígenas do Brasil; E) Menina Kayapó na Aldeia Multiétnica em Alto Paraíso de Goiás (GO), 2014; F) Eduardo de Lima, funcionário do SPI, e membros da etnia Xokleng em SC; G) Operação Amazônia Nativa é a primeira organização indigenista surgida no Brasil, em 1969, imagem de 2020; H) Indígenas comemoram a votação do capítulo sobre seus direitos em primeiro turno na Constituinte. Brasília (DF), 1988; I) Dia de prova do primeiro Vestibular Indígena da Unicamp em São Gabriel da Cachoeira (AM), 2018. O vestibular foi realizado em cinco cidades do país: Campinas (SP), Dourados (MS), Manaus (AM), Recife (PE) e São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Rama (2020, v. 3, passim).

<sup>978</sup> RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas**: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade. PNLD 2021, Ensino Médio. v. 3. Código: 0215P21204135. São Paulo: FTD, 2020, p. 261.

Figura 52 – A) Xilogravura de guerreiro matsé, século XIX; B) Jovens Yanomamis da Aldeia de Raita, em Santa Isabel do Rio Negro (AM), 2011; C) Placa indicativa de reserva indígena (Terra Protegida), em Miraguai (RS), 2014; D) Indígenas da etnia Tuyuka moldam suas flautas de paxiúba nas águas do Rio Negro, Aldeia Utapinozona, Manaus (AM), 2016; E) Indígenas protestam contra projetos que iriam contra seus direitos, Brasília (DF), 2019. F) Jovem da Tribo Indígena Kalapalo, Aldeia Aiha, Parque Indígena do Xingu (MT), 2018; G) Vista aérea de mineração em Altamira (PA), perto da Terra Indígena Menkragnoti, 2019; H) Crianças brincam no igarapé do Tiú, na tribo indígena Saterê-Mawé, Aldeia Inhaã-Bé, Manaus (AM), 2018; I) Vista aérea de aldeia à beira do rio Iriri, na Terra Indígena Arara, Pará, 2019; J) Indígena da etnia Paiter Surui colhe plantas medicinais na Aldeia Joaquim. Terra Indígena Sete de Setembro, em Cacoal (RO), 2019; K) Redes disponíveis para o público no estande do Brasil na Feira de Livros de Frankfurt, Alemanha, 2013; L) Canoas ancoradas em porto do rio Tapajós; M) Mulheres lavam e ralam mandioca para a produção do beiju, na tribo indígena Kalapalo. Aldeia Aiha, Parque Indígena do Xingu (MT), 2018



Fonte: Rama (2020, v. 3, passim).

Figura 53 – A) Frutos da copaíba (*Copaifera langsdorffii*), em Poconé (MT), 2014; B) Rã kambô (*Phyllomedusa bicolor*); C) Indígena da etnia Guarani Mbya colhe mandioca-branca (manjioxi) na Aldeia Kalipety, no bairro de Parelheiros. São Paulo (SP), 2017; D) Cacique Xavante Mário Juruna com seu gravador no plenário da Câmara, em Brasília (DF), década de 1980; E) Mulheres indígenas fazem registro digital de evento na aldeia Wauja Piyulaga, na Terra Indígena Xingu. Gaúcha do Norte (MT), 2019; F) Fac-símile da capa do e-book “O amanhã não está à venda”; G) Indígenas da etnia Waurá enfileirados durante o ritual do Kuarup, na Aldeia Piyulaga. Parque Indígena do Xingu (MT), 2019



Fonte: Rama (2020, v. 3, passim).

As imagens do terceiro volume, integradas à unidade 4, “Povos indígenas: cinco séculos de resistência”, trazem reflexões de maneira geral sobre a história indígena nacional; por isso, muitos aspectos contribuem para o entendimento da história indígena regional. Por outro lado, no volume 5, “Sustentabilidade em ação: sociedade e natureza”, os autores reflexionam sobre as políticas ambientais do século XXI. De forma contundente, mostram diversas manifestações políticas, que expressam a luta incessante, a resistência por meio do modo de ser indígena, do viver indígena, expressos também na pintura e nos adornos corporais. Para além da resistência, as próprias conquistas jurídicas são apresentadas como processos reparatórios das múltiplas injustiças cometidas contra os indígenas ao longo do tempo. Nessa coleção, de forma positiva, é contemplada a luta pela manutenção dos direitos constitucionais indígenas.

Por fim, no volume 6, “Mundo em movimento: globalização, conflitos e pandemia”, a temática indígena não é abordada. O que chama a atenção

é que, no subtítulo “As grandes navegações e a construção de um mundo conectado”, o colonialismo europeu nos séculos XV e XVI é contemplado; no entanto, o olhar eurocêntrico prevalece e o termo “indígena” não aparece. Geralmente, o tema das “Grandes navegações empreendidas nos séculos supracitados, por Portugal e Espanha” está diretamente vinculado ao contato entre europeus e indígenas na América.<sup>979</sup>

Para Anibal Quijano, o colonialismo “[...] refere-se à situação de dominação política, econômica e territorial de uma determinada nação sobre outra de diferente território, a exemplo da colonização do Brasil por Portugal, das várias colônias espanholas na América Latina, das colônias inglesas na África, etc.”.<sup>980</sup> Assim como Quijano, Brighenti alerta que,

[...] depois de haver a independência política, a colonialidade pode continuar a ocorrer. Mesmo depois dos povos terem conquistado direitos, o preconceito continua a ocorrer; por isso que, mesmo a Lei n.º 11.645/2008 tendo determinado a inclusão da temática indígena nos currículos escolares segue a resistência, ou pior, é abordado de maneira superficial, sem regulamentação, sem obrigatoriedade não gerando rompimento com a colonialidade.<sup>981</sup>

Quijano e Brighenti chamam a atenção para a superficialidade do tratamento dado à temática indígena nos currículos escolares, a qual não corrobora o rompimento da colonialidade, em virtude de currículos eurocentrados. Na contramão do eurocentrismo, a coleção “Prisma Ciências Humanas” (PNLD 2021), no volume único “+ Ação na escola e na comunidade: projetos integradores”, apresenta o projeto 6: “Povos e comunidades tradicionais: quem são?” Se esse projeto fosse desenvolvido pelos estudantes, poderia contribuir para o entendimento sobre a temática indígena regional do oeste catarinense.

<sup>979</sup> RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: sustentabilidade em ação: sociedade e natureza.** PNLD 2021, Ensino Médio. v. 6. Código: 0215P21204138. São Paulo: FTD, 2020, p. 14.

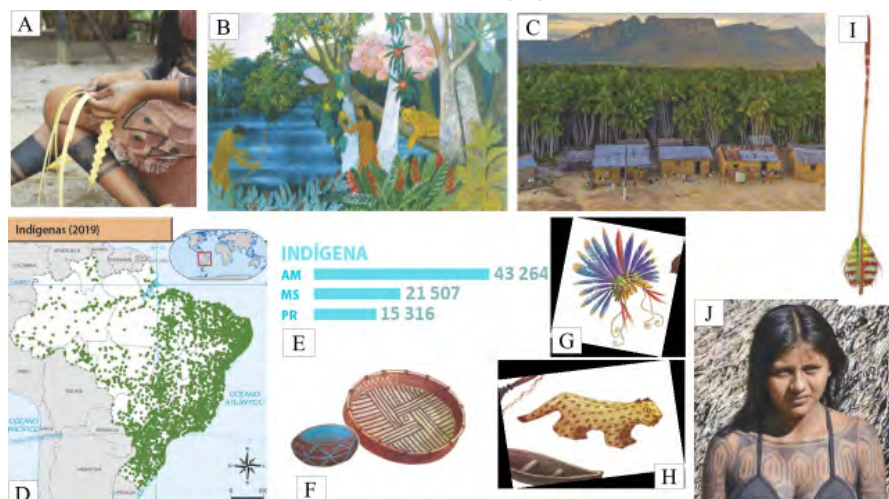
<sup>980</sup> QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

<sup>981</sup> Cf. BRIGHENTI, Clovis Antonio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: Uma reflexão sobre a Lei n.º 11.645. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugar dos historiadores: velhos e novos desafios, 18., 27-31 jul. 2015. **Anais...**, Florianópolis: UFSC: Udesc, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org>. Acesso em: 5 out. 2015.

Entretanto, o alcance pretendido no projeto é de âmbito nacional. A possibilidade de escolher uma comunidade tradicional (indígena) próxima ao estudante dependeria do estímulo do professor; mas, nas orientações, a escolha parte do estudante, que tem a liberdade de pesquisar, por meio da internet e bibliografias, várias comunidades tradicionais: “indígenas, quilombolas, ciganos, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras e povos de terreiro”.<sup>982</sup> Reiterando que o estudante poderá eleger, no menu, os projetos que pretende desenvolver.

Na parte que segue, as Figuras 54 e 55 são mais um subsídio para a compreensão da temática indígena que compõem o volume “+ Ação na escola e na comunidade”.

Figura 54 – A) Jovem do povo Saterê-Mawé, Manaus (AM), 2018; B) “Floresta Amazônica”, de M. Zawadzka, séc. XX; C) Vista aérea das aldeias Yanomami de Maturacá e Ariabu, Santa Isabel do Rio Negro (AM), 2017; D) Mapa de famílias que se autodeclararam indígenas em território brasileiro; E) Estados com maior concentração de famílias autodeclaradas indígenas no Brasil; F, G, H) Ilustrações de Fabio Eugenio, 2010; I) Ilustração de Fabio Eugenio, 2020; J) Jovem do povo Krahô com pintura corporal tradicional de festa na aldeia Santa Cruz, em Itacaiá, no Tocantins (TO), 2016



Fonte: Mazão (2020, passim).

<sup>982</sup> MAZÃO, Aparecida; FERRINI, Juliana Esperança. **+Ação na escola e na comunidade: projetos integradores: área do conhecimento: ciências humanas e sociais aplicadas: volume único: Ensino Médio.** PNLD 2021. Código: 0089P21508. São Paulo: FTD, 2020.

Figura 55 – A) Vista aérea da Terra Indígena Évare, São Paulo de Olivença (AM), 2018; B) Vista aérea da Terra Indígena Tekoa Ka’Aguy Ovy Porã, Maricá (RJ), 2019; C) Terra Indígena Piyulaga, Gaúcha do Norte (MT), 2019; D) Mineração de ouro em Terra Indígena Kayapó, Parque Indígena do Xingu (MT), década de 2010; E) Cacique conversando com crianças na tribo indígena Kalapalo, Parque Indígena do Xingu (MT), 2018; F) Corredeira próximo à Cachoeira das Onças, lugar sagrado de povos indígenas da região dos rios Uaupés e Papurí, nos arredores de São Gabriel da Cachoeira (AM), 2002



Fonte: Mazão (2020, passim).

Sobre as imagens expostas na coleção “Prisma Ciências Humanas” e o volume dos projetos integradores “+ Ação na escola e na comunidade”, a parte que segue reflete sobre as informações veiculadas por elas, com base no pensamento de Etienne Samain ao afirmar que “[...] toda a imagem é portadora de um pensamento, isto é, veicula pensamentos. O que se pretende dizer? Que toda a imagem leva consigo primeiramente algo do objeto representado”.<sup>983</sup>

<sup>983</sup> SAMAIN, Etienne. As imagens não são de sinuca: como pensam as imagens. In: SAMAIN, Etienne (org). **Como pensam as imagens**. Campinas: Unicamp, 2012, p. 22.

*Reflexões*

Notou-se, ao longo da coleção, que as imagens refletem sobre sustentabilidade, meio ambiente, o valor da natureza para os povos indígenas, a luta por direitos, manifestações culturais expressas nas pinturas e adornos corporais, danças, manifestos sociais, a lida com os alimentos e outras interações. Nas imagens, as pessoas indígenas ocupam lugar de destaque, com representações identitárias de acordo com sua etnia, sem estereótipos. São imagens do tempo presente.

Porém, nenhum artefato cerâmico ou patrimônio material de populações indígenas brasileiras, anterior ao contato, foi retratado ou contextualizado. Milhares de anos que antecederam a chegada dos europeus no Brasil foram invisibilizados nas imagens. Os saberes ancestrais de diferentes povos, a cultura material, o patrimônio linguístico, entre outros aspectos, também é portador da memória histórica de longa duração dessas populações. Mediante o exposto, infere-se que a arqueologia tem muito a contribuir, pois “tem como meta compreender a estrutura, funcionamento e os processos de mudança de sociedades do passado, a partir do estudo dos restos materiais produzidos, utilizados e descartados pelos indivíduos que compunham essas sociedades”.<sup>984</sup>

Ainda sobre as imagens, notou-se que valorizam a diversidade cultural e retratam basicamente grupos indígenas nacionais. O povo asteca foi representado em algumas linhas e em uma imagem associada à construção da cidade de Tenochtitlán (México). O Peru foi mencionado a partir das ruínas das pirâmides de Caral-Supe, entretanto não foi nominado o grupo indígena responsável pela construção desse patrimônio arquitetônico.<sup>985</sup>

<sup>984</sup> NEVES, *In*: LUIS; GRUPIONI, 1995, p. 168.

<sup>985</sup> RAMA, 2020, v. 4, p. 51-52.

Em comparação à coleção descontinuada “História, Sociedade & Cidadania” (PNLD 2018-19-20), nesta os povos andinos e mesoamericanos foram praticamente invisibilizados: na antiga coleção, detinham mais de 60% do total das imagens e possuíam mais informações e indicações audiovisuais; nesta nova coleção, “Prisma Ciências Humanas”, e no volume dos projetos integradores “+ Ação na escola e na comunidade”, em âmbito nacional, as imagens representam basicamente indígenas da Amazônia, do Mato Grosso (Parque do Xingu), do Mato Grosso do Sul. O sul do Brasil figura de maneira irrisória.

Além disso, notou-se que apenas pessoas “famosas” aparecem com nomes próprios, como os irmãos Guarani-Kaiowá: Bruno e Clemerson Veron, Kelvin e Charlis Peixoto, que criaram o “Brô MCs”, considerado o primeiro grupo de *rap* indígena do Brasil; eles são moradores das aldeias Jaguapiru e Bororó (MS), que cantam suas letras misturando versos em português e em Guarani e que desde 2009 inspiram dezenas de *rappers* indígenas.<sup>986</sup> Outra pessoa nominada é Artemisa Barbosa Ribeiro, conhecida como Artemisa Xakriabá, que discursou em 2019 na Cúpula da Juventude pelo Clima em Nova York. Além de pessoas “famosas”, as lideranças indígenas também têm seus nomes próprios registrados nas legendas, como Ailton Krenak, Kaê Guajajara e o Cacique Xavante Mário Juruna. Nas demais imagens, as pessoas são identificadas como “crianças”, “homem”, “indígenas”, “jovens”, “mulheres”, “cacique”.

Na sala de aula, com base no livro didático, possivelmente a História seja a área do conhecimento em que a Arqueologia transite com mais frequência, ao se referir à história indígena de longa duração. Ao analisar os seis volumes da “Prisma Ciências Humanas” e o volume único “+ Ação na escola e na comunidade: projetos integradores”, destinados ao Ensino Médio (PNLD 2021), focando justamente na história indígena milenar, foi possível

<sup>986</sup> Cf. RAMA, 2020, v. 3, p. 114.

notar que cada tema na coleção é condensado em uma página (raramente em duas), incluindo as ilustrações; ora, a apresentação de dados científicos mais específicos se mostra uma tarefa difícil de alcançar em espaços tão restritos.

A coleção detém abordagens generalistas, as quais invisibilizam a compreensão de aspectos econômicos, políticos, sociais, religiosos, bélicos, geográficos, linguísticos, entre outros, sobre qualquer grupo indígena nacional antes da chegada dos europeus na América (ou após o contato). A arqueologia é estancada no livro didático, ela não entra na sala de aula por esse viés.

Por outro lado, a cultura indígena Guarani se mostra ressignificada, fortalecida e expandida através de elementos inovadores como a música dos indígenas do grupo de *rap* Brô MCs, de Dourados (MS). Na atualidade, também há povos indígenas se mobilizando na produção “de vídeos e documentários retratando o cotidiano das aldeias, em que velhos, velhas, pajés e lideranças indígenas são entrevistados ou são solicitados para deporem sobre as histórias de seu povo, da sua comunidade, a exemplo dos Xavante, Terena e Kaxinawa”.<sup>987</sup>

Nitidamente, a resistência indígena na atualidade é um dos elementos mais abordados na nova coleção “Prisma Ciências Humanas” e no volume “+ Ação na escola e na comunidade: projetos integradores”. Essa resistência está expressa por meio da diversidade cultural, da continuidade ou da incorporação de novos costumes, da luta pelo atendimento das demandas coletivas. As conquistas legais, demonstradas na coleção, para Brighenti, não passam de sentimento de culpa pelos séculos de massacres e mortes impostos aos índios pelos colonizadores, portanto, são medidas reparadoras do ponto de vista moral. Há, sim, um elemento novo nas conquistas legais: elas são fruto da participação ativa dos povos indígenas, portanto um

<sup>987</sup> BRITO, Edson Machado de. O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico. **Fronteiras**, Dourados, v. 11, n.º 20, p. 59-72, jul./dez. 2009, p. 65.

reconhecimento.<sup>988</sup> Esse reconhecimento está explícito no material didático em pauta.

Há um esforço, dos autores da coleção, para amenizar o preconceito relacionado à história indígena na Educação Básica. Na coleção “Prisma Ciências Humanas” e no volume “+ Ação na escola e na comunidade: projetos integradores”, os indígenas não foram retratados como elementos de um passado remoto; por outro lado, o próprio passado remoto invisibilizado lhes tira o reconhecimento da legitimidade sobre o protagonismo milenar na história brasileira e deixa de mostrar a continuidade dessas populações no presente. Dessa forma, “desconsidera-se praticamente toda a trajetória histórica dos indígenas, marcada por resistências, fugas, capitulações, negociações e tentativas de extermínio”.<sup>989</sup>

A arqueologia, por meio da cultura material, legitima a ocupação do espaço ao longo do tempo e mostra a continuidade, no presente, de povos vinculados a um território, cada qual com sua própria forma de viver, de utilizar os recursos naturais, de se articular com os povos vizinhos e de resistir às imposições dos conquistadores. Conforme Carla Beatriz Meinerz e demais autores, “Apesar da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização e da tentativa de assimilar os indígenas à sociedade nacional, estes povos mantiveram-se aqui, resistentes, mesmo que, por vezes, silenciosos”.<sup>990</sup>

Indubitavelmente, os textos que permeiam a temática indígena na coleção (com exceção de algumas atividades, desde que sejam mediadas pelo professor) apresentam perspectivas a partir de 1500. Há uma segregação

<sup>988</sup> Cf. BRIGHENTI, 2015, p. 6.

<sup>989</sup> SILVA, Giovani José da. Ensino de história indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino de história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 26.

<sup>990</sup> MEINERZ, Carla Beatriz; ANTUNES, Claudia Pereira; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Interculturalidade e Educação das Relações Étnico-Raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande Do Sul. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 7, n.º 1, p. 90-106, 2015, p. 4. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 9 abr. 2020.

(das particularidades dos povos indígenas quase que absoluta) em relação aos milhares de anos que antecederam a chegada dos europeus à América.

Referenciais bibliográficos coerentes poderiam ser indicados por região. Deveria haver estímulo à visitação de lugares que lidam com a temática indígena regional; contato com literaturas acadêmicas e infantojuvenis escritas, além de outros, também por indígenas para “acolher, respeitar e apreciar a diversidade” e para “valorizar as perspectivas dos indígenas e suas interpretações da história”.<sup>991</sup>

A Lei n.º 11.645/2008 é um resultado da resistência indígena que pleiteou a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento de seus direitos. “Também reafirmou o direito de toda a sociedade em ter acesso ao conhecimento sobre as expressões socioculturais dos referidos grupos sociais.”<sup>992</sup> Giovani José da Silva infere que “a obrigatoriedade da legislação ainda não representa a solução para acabar com as invisibilidades das populações indígenas, mas é um marco na iniciativa para o reconhecimento da historicidade das diversas populações indígenas que habitam e habitavam o Brasil”.<sup>993</sup> Na nova coleção, percebe-se que se buscou trazer a presença indígena para o tempo presente e, em algumas situações, os próprios indígenas protagonizando suas histórias.

Para finalizar esta parte, registra-se que, diferentemente da coleção anterior, “História, Sociedade & Cidadania” (PNLD 2018-19-20), nesta nova coleção, “Prisma Ciências Humanas”, e no volume “+ Ação na escola e na comunidade: projetos integradores”, há um número maior de imagens retratando povos indígenas brasileiros na atualidade. Além disso, foi possível notar que, na maioria dos textos, a história indígena é narrada pelo viés do colonizador, não pelo viés do indígena.

<sup>991</sup> WITTMANN, Luísa Tombini (org.). **Ensino de história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 29.

<sup>992</sup> SILVA, Maria da Penha da. Educação intercultural: a presença indígena nas escolas da cidade e a Lei n.º 11.645/2008162. *In*: SILVA; SILVA, 2020, p. 68.

<sup>993</sup> SILVA, Giovani José da. Ensino de história indígena. *In*: WITTMANN, 2015, p. 212.

Na parte que segue, a “Multiversos Ciências Humanas” marca a pauta da narrativa.

*Coleção “Multiversos ciências humanas”, novo Ensino Médio (PNLD 2021): o caçador-coletor, o Jê, o Guarani e outros enfoques*

A coleção “Multiversos Ciências Humanas”, de Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Junior, de 2020, aprovada pelo PNLD 2021 para o novo Ensino Médio, foi estruturada em seis volumes: “Globalização, tempo e espaço”; “Populações, Territórios e Fronteiras”; “Sociedade, natureza e sustentabilidade”; “Trabalho, tecnologia e desigualdade”; “Ética, cultura e direitos” e “Políticas, conflito e cidadania”.<sup>994</sup> A Figura 56 apresenta a *fac-símile* da capa do primeiro volume.

Figura 56 – Capa do volume 1 da coleção “Multiversos Ciências Humanas”



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 1).

<sup>994</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas: Ensino Médio: área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNLD 2021. Código: 0214P21204. São Paulo: FTD, 2020, p. 47.

Adiante, as interpretações sobre os conteúdos e as imagens procuram responder à pergunta que deseja saber “como é representada a temática indígena no livro didático?” Reitera-se que os caçadores-coletores, os Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e os Guarani são os constituidores da história indígena regional.

### *Caçador-coletor*

Os caçadores-coletores não tiveram protagonismo na coleção “Multiversos Ciências Humanas”, pois 1500 é o marco inicial da temática indígena. A ancestralidade indígena no Brasil é mencionada, mas não é contextualizada.<sup>995</sup> Entretanto, há possibilidades de estudar os caçadores-coletores com base no seguinte trecho: “O território produzido, vivido e usado que temos hoje na América e onde vivemos é fruto de muitas lutas, conquistas e injustiças, sobretudo em relação aos povos nativos que aqui estavam antes da chegada dos europeus e aos que foram forçados a vir para a América”.<sup>996</sup> Essa citação é acompanhada pela pergunta “Você sabe quais eram os povos que habitavam a América antes da chegada do colonizador?” Nesse caso, a orientação do professor seria essencial para que o estudante acessasse, com coerência, temas relacionados à remota história indígena do lugar onde vive.

No volume 4, “Trabalho, tecnologia e desigualdade”, no subtítulo “O trabalho nos primeiros tempos”, há a inserção de um texto apontando que, para conhecer a

[...] vida desses povos, os pesquisadores usam materiais encontrados em escavações, como restos de construções,

<sup>995</sup> Cf. BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas: Ensino Médio: área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNLD 2021. v. 1, Código: 0214P21204133. São Paulo: FTD, 2020, p. 47.

<sup>996</sup> BOULOS JÚNIOR, v. 1, 2020, p. 80.

esqueletos, pinturas. E, com base nessas descobertas, os pesquisadores dividiram a chamada Pré-História em dois períodos. [...] O período que vai do surgimento dos primeiros homínídeos até o desenvolvimento da agricultura, 10 mil a.C., é chamado de Paleolítico. [...] o período que vai da invenção da agricultura até a invenção da escrita, 3500 a.C., é chamado de Neolítico. Essa divisão entre Pré-História e História é criticada pelos pesquisadores atuais.<sup>997</sup>

Atenta-se que essas informações se ancoram nos estudos da pré-história europeia. No subtítulo “Caçadores e coletores”, pela primeira vez ao longo da coleção, pensou-se que seria possível associar o conteúdo à ocupação humana mais antiga do oeste catarinense: os caçadores-coletores. Entretanto, isso não foi possível porque, ao ler o texto, notou-se que a temática se entrelaça aos primeiros tempos das civilizações orientais, as chamadas “civilizações de regadio”, do período Paleolítico ao Neolítico. Essa periodização apontada pelos autores serve apenas para o facilitar o entendimento, porque os grupos humanos, conforme os recortes temporais e geográficos, vivenciaram experiências e transformações tecnológicas diferentes.<sup>998</sup>

Corroborando o entendimento sobre os caçadores-coletores, há a indicação de um “vídeo com entrevista da arqueóloga Niède Guidon, especialista em arqueologia brasileira e idealizadora da criação do Parque Nacional da Serra da Capivara”.<sup>999</sup> Tal indicação possivelmente auxiliaria no entendimento sobre as primeiras ocupações humanas do oeste catarinense, que tem vestígios encontrados no sítio LP7, localizado no Alto Rio Uruguai, datados de 11.700 anos.

<sup>997</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas**: trabalho, tecnologia e desigualdade. Ensino médio: **área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNLD 2021. v. 4, Código: 0214P21204136. São Paulo: FTD, 2020, p. 30.

<sup>998</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 4, p. 31.

<sup>999</sup> OBRA revelada: Niède Guidon e Benedito Nunes. 2011. Vídeo (26min43s). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch>. Acesso em: 24 ago. 2020. *In*: BOULOS, 2020, v. 4, p. 31.

Obviamente que há muitos aspectos generalizados, mas os textos referenciados poderiam contribuir para o entendimento sobre os caçadores-coletores que habitavam o oeste catarinense há mais de 11 mil anos; porém, seria necessário que o professor tivesse domínio científico sobre o tema e fizesse a contextualização das informações.

### *Jê e Guarani*

Sobre os Jê, predecessores dos Guarani na região Oeste de Santa Catarina, no primeiro volume da coleção, o grupo é mencionado pela primeira e única vez, em um texto de Maria Leonia Resende, o “Ouro vermelho de Minas Gerais”, o qual indica que o “primeiro nome das terras de Minas Gerais, no início do século XVIII, foi Minas dos Cataguases, uma referência ao grupo indígena de procedência Jê que habitava vastas regiões dos sertões”.<sup>1000</sup> Essa mesma citação também foi utilizada na coleção descontinuada “História, Sociedade & Cidadania”, PNLD 2018-19-20.<sup>1001</sup>

Ao longo da coleção, os Jê e os Guarani não foram contextualizados, apenas figuram nas entrelinhas. A possibilidade de estudar o grupo Guarani se dá por meio do subtítulo “As novas fronteiras da América portuguesa”, na parte “Os jesuítas”: há três parágrafos, sendo que o sul do Brasil é mencionado no seguinte trecho:

[Os jesuítas] inicialmente, concentraram-se no litoral, onde fundaram colégios nas principais vilas e cidades brasileiras. Mas, conforme os indígenas eram vencidos no litoral e se refugiavam no sertão, os jesuítas também se deslocaram para lá com suas missões. As principais se localizavam no interior da Amazônia e da região Sul, áreas densamente povoadas por populações indígenas. Nas missões, os jesuítas e os indígenas se comunicavam pela

<sup>1000</sup> BOULOS, 2020, v. 1, p. 88.

<sup>1001</sup> Cf. BOULOS JÚNIOR, 2º ano do Ensino Médio, 2016, p. 100.

língua geral baseada no tupi. Os indígenas realizavam trabalhos na agricultura, no artesanato e na pecuária. Cultivavam cereais, frutas, erva-mate; extraíam drogas do sertão como cacau, baunilha, guaraná, plantas medicinais, madeiras e óleos; e produziam mobílias, objetos de couro e esculturas em madeira. Muitos desses produtos eram exportados para a Europa com grande lucro, o que permitiu aos jesuítas acumularem grande patrimônio.<sup>1002</sup>

A seguir, a Figura 57 registra um mapa sobre as missões jesuíticas no território colonial.

Figura 57 – Mapa localizando as missões jesuíticas no território colonial (séculos XVI a XVIII)



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 1, p. 85).

<sup>1002</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 1, p. 85. [Para ampliar o entendimento sobre o papel dos jesuítas nas missões, é indicado o vídeo sobre a trajetória dos jesuítas como missionários e educadores. OS PRIMEIROS tempos: a educação pelos jesuítas. 2010 (19min53s). Publicado pelo canal Univesp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ic28P>. Acesso em: 21 jul. 2020.]

Ao ler o trecho referenciado, pergunta-se: um estudante que vive no sul do Brasil, por meio dessas informações, teria condições de refletir sobre as condições e contribuições dos povos indígenas envolvidos no contexto missionário, entre eles o Guarani?

Ainda no primeiro volume, a temática indígena também figura na parte “Os bandeirantes”, onde a narrativa é pautada nos feitos dos captores. Em outra manchete, “A caça ao indígena”, novamente o sul é mencionado como destino dos bandeirantes em direção às missões, com seus “[...] amplos aldeamentos indígenas, relativamente isolados dos núcleos urbanos, administrados pelos padres jesuítas. Nesses aldeamentos, era grande o número de indígenas da nação Guarani – exímios agricultores, e, por isso, muito cobiçados desde o início da colonização”.<sup>1003</sup>

Outra contribuição em relação à contextualização sobre o grupo indígena Guarani ocorre no volume 5, “Ética, cultura e direitos”, na parte “Para refletir e argumentar”: há um texto escrito pela indígena Valdelice Verón Xamirinhupoty e por Maria Aparecida Resende, doutora em Educação, que trata dos valores Kaiowá e Guarani. As imagens da Figura 58 ilustram essa parte do capítulo.

[...] sem terra não haverá vida e sem vida não haverá língua. [...] saber respeitar o outro – na caça, na pesca, na hora de lavar roupa no rio, respeitar o lugar de banho dos mais velhos, saber falar na hora certa. A palavra é sagrada por isso não pode ser proferida de qualquer jeito. A palavra tem uma força. É carregada de compromisso e de valor, representa a verdade. Ser Kaiowá e Guarani seja onde for falar a verdade sem magoar o outro. Dar a palavra para o outro cumprir. [...] viver essa vida sem maldade [...] saber viver de modo digno e com lealdade.<sup>1004</sup>

<sup>1003</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 1, p. 87. [Para reforçar o assunto, há a indicação do vídeo sobre a história de Raposo Tavares: “Construtores do Brasil – Raposo Tavares”. 2007 (7min). Publicado pela TV Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/177619>. Acesso em: 7 ago. 2020.]

<sup>1004</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas**: trabalho, tecnologia e desigualdade. Ensino Médio: **área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNLD 2021. v. 5, Código: 0214P21204137. São Paulo: FTD, 2020, p. 16. | XAMIRINHUPOTY, Valdelice Verón; REZENDE, Maria Aparecida. **Nhande rekoha nhe’e ayvu arandu**. Para o bem viver da humanidade na

Figura 58 – A) Líder indígena falando para crianças na Aldeia Aiha, Parque Indígena do Xingu (MT), 2018; B) Líder indígena da etnia Guarani, na Aldeia Água Bonita (MS), 2015



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 5, p. 16).

Na sequência, em “Outros enfoques”, apresentam-se outras abordagens sobre a temática indígena nacional e regional.

### *Outros enfoques*

Embora não seja o foco desta parte da pesquisa, apresentam-se particularidades cartográficas, pelo fato de Santa Catarina figurar em um mapa referente à formação das fronteiras brasileiras no século XIX (assunto abordado no segundo capítulo desta tese). No primeiro volume, no subtítulo “Novas fronteiras: séculos XIX e XX”, referente à formação territorial do Brasil, somente a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a questão fronteiriça envolvendo o Acre são mencionadas. A Questão de Palmas (PR), que no século XIX envolveu o Brasil e a Argentina, foi ignorada. Corroborando tal omissão, há um equívoco no mapa da Figura 59.

---

cosmovisão Kaiowá. | TEIXEIRA, L. C. **Povos indígenas e psicologia**: a procura do bem viver. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 27-30. Disponível em: <https://www.crsp.org/uploads/impresso/110/RL>. Acesso em: 2 set. 2020.

Figura 59 – Brasil político (1903)



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 1, p. 93)

Esse mapa não contempla a questão fronteiriça entre Brasil e Argentina, resolvida alguns anos antes (1895) da data do referido mapa (1903); além disso, apresenta as demarcações entre Santa Catarina e Paraná de forma equivocada: apenas em 1916, com o fim da Guerra do Contestado, foram delineadas as divisas territoriais entre os dois estados. Definitivamente, em relação à época, os mapas não procedem.<sup>1005</sup>

<sup>1005</sup> As informações corretas podem ser acessadas em ANNIBELLI, Mariana Baggio. **Contestado**: um território socioambiental. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

Além disso, em nenhum momento foi citado o fato de que as populações indígenas e os caboclos foram essenciais para garantir a composição do atual território nacional. Edson Kayapó e Tamires Brito inferem que a manutenção das fronteiras ocorreu, “[...] em grande medida, graças aos indígenas que sempre estiveram ocupando as faixas fronteiriças e sofreram fortes pressões do Estado para serem transformados em guardiões de fronteiras [...] contra os possíveis ‘invasores estrangeiros’”.<sup>1006</sup>

Voltando à temática indígena brasileira, ressalta-se que as imagens do primeiro volume estão contempladas na Figura 60.

Figura 60 – A) Jovem Kalapalo usando *notebook*, aldeia Aiha, Parque Indígena do Xingu (MT), 2018; B) Kuarup, ritual de homenagem aos mortos ilustres, aldeia Wará, Parque Indígena do Xingu, Gaúcha do Norte (MT), 2019; C) Não tem legenda; D) Acampamento bandeirante para plantio de roças, aquarela de Ivan Wasth Rodrigues, século XIX. As alianças entre paulistas e indígenas ajudam a explicar a formação econômica e social do interior da Colônia; E) Ilustração feita com base em pesquisa histórica mostra os indígenas em combate; F) Jovem da etnia Pataxó passando pintura corporal durante ritual de batismo, na 21ª Festa Aragwaksá, na aldeia Jaqueira, Porto Seguro (BA), 2019



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 1, passim).

<sup>1006</sup> KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme**: revista de humanidades, Natal, v. 15, n.º 35, p. 38-68, 17 out. 2015.

Ainda no primeiro volume, sobre a formação do território americano, chama a atenção o fato de que os povos mesoamericanos e andinos se sobressaem, com mais de 70% das imagens e do conteúdo, em comparação aos grupos indígenas brasileiros e norte-americanos, conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Quantidade de imagens de povos indígenas brasileiros, andinos/mesoamericanos e norte-americanos no primeiro volume da coleção “Multiversos Ciências Humanas”



Fonte: elaborado pela autora com base em Boulos Júnior (2020, v. 1, passim).

Deixando para trás a temática indígena na América espanhola, no capítulo 6, “Formação do território da América do Norte”, a história indígena desse lugar é abordada superficialmente. Há inserções genéricas e três imagens ilustrativas, sendo que nenhuma foi contextualizada. As raras inclusões associadas aos indígenas aparecem a partir de 1584, com a primeira expedição na costa leste da América, atual estado da Virgínia. O autor enfatiza as dificuldades dos colonos no enfrentamento à fome, ao frio, às doenças e à resistência dos indígenas à ocupação de suas terras.<sup>1007</sup> No contato, as atrocidades enfrentadas pelos indígenas norte-americanos não foram mencionadas. O olhar do colonizador (de ascendência europeia)

<sup>1007</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 1, p. 130.

prevalece em todas as narrativas. Entretanto, há indicação de um vídeo sobre povos indígenas da América do Norte, sobre a temática.<sup>1008</sup>

Notou-se que, ao longo do primeiro volume, os feitos dos incas, maias e astecas se sobressaem aos feitos dos grupos indígenas norte-americanos e brasileiros no que se refere ao período anterior à chegada dos europeus à América. Fica claro o reconhecimento dado a esses povos em comparação aos povos indígenas do Brasil. Além disso, notou-se que os feitos indígenas, quando narrados, apresentam o olhar do colonizador, do jesuíta, do bandeirante, diferentemente do olhar indígena.

Ao analisar o segundo volume, “Populações, territórios e fronteiras”, infere-se que, ao longo das 158 páginas destinadas a Geografia, a temática indígena não foi contemplada. Embora no capítulo 1, “O encontro com a diferença”, sejam abordados temas como alteridade, a ideia de referenciar o indígena como parte da diversidade parece essencial. Mais adiante, ainda no primeiro capítulo, no subtítulo “Raça, etnia e discriminação”, os indígenas poderiam ter sido exemplificados no contexto; da mesma forma em “Multiculturalismo e interculturalidade”, “Culturas juvenis e territorialidades” e “A sociedade brasileira”. Ressalta-se que um dos temas transversais na BNCC é “o multiculturalismo que trata da diversidade cultural e da educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras”.<sup>1009</sup> Adiante, nos últimos capítulos do referido volume, aparecem manchetes com os termos “migrações” e “imigrações”, no entanto não foram citados os processos migratórios de nenhum grupo indígena brasileiro, nem do passado nem do presente.<sup>1010</sup>

Enaltecendo o olhar indígena sobre a natureza, no terceiro volume, “Sociedade, natureza e sustentabilidade”, as vozes indígenas narram suas

<sup>1008</sup> OS NATIVOS da América do Norte. 2017. Vídeo (21min14s). Publicado pelo canal Documentários. Disponível em: [https://youtu.be/\\_388d-5JpPM](https://youtu.be/_388d-5JpPM). Acesso em: 28 jul. 2020.

<sup>1009</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília: MEC, 2019. p. 13. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images>. Acesso em: 9 maio 2020.

<sup>1010</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras. Ensino Médio: área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNLD 2021. v. 2, Código: 0214P21204134. São Paulo: FTD, 2020, *passim*.

versões sobre seu modo de ver o mundo; como no texto “Povos indígenas ensinam que água deve ser reverenciada”.

Tratando a água como um membro da família e como algo sagrado a ser conservado para as próximas gerações, as comunidades indígenas de países sul-americanos defenderam a preservação dos rios e montanhas e criticaram as propostas de privatização e venda de mananciais e aquíferos durante o 8º Fórum Mundial da Água. A brasileira Maria Alice Campos Freire, do Conselho Internacional das Treze Avós Indígenas, explicou que os povos indígenas da Amazônia sempre tiveram uma relação de respeito com a água, que é passada de geração para geração desde os ancestrais. Na educação tradicional, a água, conta, é reverenciada e, antes de se pensar no consumo, deve ser observada como algo “que devemos reverenciar”. “Esse conhecimento a gente passa para as filhas. [...] Vinda da Guatemala, a indígena Ana Francisca Pérez Conguache, da etnia Poqoman, de origem maia, é coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas. Ela relata que enquanto a maioria só pensa na água para o consumo humano vinda em tubos, as comunidades indígenas sabem que esse bem vem das montanhas.<sup>1011</sup>

A Figura 61 acompanha o texto referenciado.

Figura 61 – Indígena da etnia Kayapó no Rio Xingu, no Mato Grosso, em 2016



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 3, p. 74).

<sup>1011</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas:** populações, territórios e fronteiras. Ensino Médio: **área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNL D 2021. v. 3, Código: 0214P21204135. São Paulo: FTD, 2020, p. 74.

Para além desse trecho, que mostrou o valor sagrado da água para as populações indígenas, por meio da voz da brasileira Maria Alice Campos Freire e da guatemalteca Ana Francisca Pérez, há, mais adiante, no capítulo 4, “A questão socioambiental: relações entre a sociedade e natureza”, a imagem do escritor Ailton Krenak (Figura 62), que ilustra o fragmento da obra de sua autoria *Ideias para adiar o fim do mundo*.

Figura 62 – O escritor Ailton Krenak, do povo indígena Krenak, em visita à Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), instituição que lhe concedeu o título de professor *honoris causa*, em 2016



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 3, p. 74).

A narrativa discute sobre uma nova era em Geologia, nominada “Antropoceno”, e Krenak reflete sobre essa nova era com base na visão de mundo de seu povo:

[...] se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era [Antropoceno], que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo

as fontes da vida que nos possibilitam prosperar e sentir que estávamos em casa, sentir até, em alguns períodos, que tínhamos uma casa comum que podia ser cuidada por todos, é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver – pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como *uma* humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres. Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra.<sup>1012</sup>

Na sequência do texto de Krenak, na parte “Dialogando”, há propostas de discussão fundamentadas em um texto de Daniel Munduruku:

Os povos indígenas têm muito respeito pela terra. Eles a consideram como uma grande mãe, que os alimenta e dá vida, porque é dela que tiram todas as coisas que precisam para sobreviver. Para eles, a terra não é apenas uma propriedade, ela é a morada dos mortos e de todos os espíritos. Os povos indígenas são grupos que fazem uso da natureza, assim como todos nós, mas não o fazem de forma descuidada. [...]. As populações indígenas aprenderam a se relacionar com a natureza com respeito. Por isso sabem que é preciso conhecer bem a fauna e a flora. Os índios sabem que um determinado pedaço de terra só pode ser cultivado por um tempo determinado, mudando-se em seguida para outros lugares, a fim de permitir que as plantas nasçam e cresçam de novo e o solo descanse [...]<sup>1013</sup>

Na “Multiversos”, o volume 6, “Política, conflitos e cidadania”, é o que mais se ocupa da temática indígena: são nove páginas; além de ser o único

<sup>1012</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 3, p. 86. In: KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 46-48.

<sup>1013</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 3, p. 87. In: MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio**. São Paulo: Callis, 2010. p. 51-52.

que tem o título de um capítulo e subtítulos grafando o termo “indígena”. De acordo com as manchetes, lê-se: capítulo 1: “Indígenas e afrodescendentes no Brasil: protagonismos e demandas”, acompanhado dos subtítulos: “O conhecimento sobre os indígenas”; “História indígena: passado e presente”; “A política para os povos indígenas no tempo”; “Anos de 1970: o fim dos povos indígenas?”; “Desafios enfrentados pelos indígenas hoje”.

No primeiro subtítulo do capítulo “O conhecimento sobre os indígenas”, o texto sinaliza, em três parágrafos, que a temática indígena é uma temática sensível, que as “Ciências Humanas têm um papel importante na compreensão das temáticas indígena e afro”.<sup>1014</sup> Por fim, que “é importante lembrar que entre as demandas atuais de indígenas e afrodescendentes está o *direito à história*, uma antiga reivindicação dessas populações no Brasil”.<sup>1015</sup> Além disso, “todos nós precisamos reconhecer que as sociedades latino-americanas são multiétnicas e pluriculturais”.<sup>1016</sup>

Ao ler o subtítulo “História indígena: passado e presente”, há uma expectativa de que seja rompida a lacuna sobre o passado indígena anterior a 1500. Entretanto, isso não acontece: o segundo parágrafo impõe de forma clara o recorte temporal, que é de 1492 a 1500. Lê-se:

Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, epidemias e uma ambição desmedida dos europeus que se instalaram na América a partir de 1492 foram as principais razões da redução drástica da população ameríndia. Entre as doenças que mais mataram ameríndios estão a varíola, o sarampo, a coqueluche, a catapora, o tifo e a gripe, contra as quais os corpos indígenas não tinham desenvolvido defesa. Nesse processo, a população indígena, que em 1500 era de 2 a 4 milhões de habitantes, sofreu drástica redução. No Brasil, as doenças resultantes do contato com os europeus, a imposição do trabalho forçado e as guerras feitas aos indígenas foram os principais agentes dessa depopulação.<sup>1017</sup>

<sup>1014</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania.** Ensino Médio: **área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** PNLD 2021. v. 6, Código: 0214P21204138. São Paulo: FTD, 2020, p. 12.

<sup>1015</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 6, p. 12.

<sup>1016</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 6, p. 12.

<sup>1017</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 6, p. 12. *In:* CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 14.

Adiante, em “A política para os povos indígenas no tempo”, os autores partem do período imperial até o republicano (de 1822 a 1955) para denotar a forma pejorativa como os indígenas eram vistos por líderes políticos e a discórdia de uma parcela da intelectualidade nacional que não aceitava o tratamento inferior destinado aos indígenas “incapazes de alcançar a civilização”. Além disso, apresenta a criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja direção foi entregue ao Marechal Rondon (1865-1958). A principal “[...] meta do SPI era promover a integração total do indígena à nação brasileira. Rondon partia do pressuposto de que o indígena era um ser ‘arredio’ e ‘agressivo’ que, por isso, precisava ser ‘pacificado’ para depois ser integrado à civilização”.<sup>1018</sup> Também mostra os resultados desastrosos da política indigenista do SPI e a ineficiência em proteger áreas indígenas, além da extinção de inúmeros povos.

Em “Anos de 1970: o fim dos povos indígenas?”, são apresentados dados populacionais entre 2000 e 2010, os quais demonstram o crescimento vegetativo e a distribuição dessa população dentro e fora das terras indígenas, de acordo com o IBGE. Além disso, também são demonstradas as conquistas de direitos, entre elas a Lei n.º 11.645/2008, e reconhecimento de ser e permanecer indígena, com base na Constituição de 1988.

Por fim, em “Desafios enfrentados pelos indígenas hoje”, a narrativa alerta sobre os impactos da Covid-19 simultânea às disputas de terras indígenas entre fazendeiros, grileiros, madeireiros, posseiros e garimpeiros. Em contrapartida, mostra o apoio de aliados “a exemplo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Instituto Socioambiental (ISA)”.<sup>1019</sup>

Na parte “Para refletir”, há o texto “Garimpo e desmatamento não fazem quarentena”, em relação ao protagonismo indígena na luta por direitos coletivos no tempo presente. Vozes indígenas importantes, a exemplo de Higson Kanamari, afirmam: “Eles estão aproveitando o momento da pandemia, que tem menos fiscalização ainda, e estão invadindo mais nossos

<sup>1018</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 6, p. 15.

<sup>1019</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 6, p. 19.

territórios”. Outro manifesto é de Dário Kopenawa (filho do líder Davi Kopenawa, um dos mais conhecidos xamãs de toda a Amazônia): “Estou falando com os caciques e pajés de todo lugar para que a gente faça nossas próprias barreiras sanitárias nas aldeias. Eu não fico triste só pelos anomâmi, mas pelos parentes do Xingu e de todo o Brasil. Neste momento, todos falamos a mesma língua”. Por fim, as palavras da advogada indígena Joênia Wapichana, em seu discurso ao receber o Prêmio de Direitos Humanos 2018 na ONU: “Nós estamos lutando pelos direitos que já são reconhecidos. É isso que a gente está colocando nessa mensagem para todos. Para que não sejam violados, para que não sejam desrespeitados e para que haja um avanço nisso”.<sup>1020</sup> A Figura 63 mostra as ilustrações do sexto volume.

Figura 63 – A) Mulher da etnia Guarani Mbya confeccionando cestos de fibras. Aldeia Kalipety, São Paulo (SP), 2017; B) O *Fac-símile* da capa do livro “Índios no Brasil: história, direitos e cidadania”, de Manuela Carneiro da Cunha; C) Marechal Rondon com um grupo de indígenas Tiriyo, que vivem no norte do Pará. Fotografia de 1928; D) Crianças de uma escola indígena durante aula no idioma guarani. Aldeia guarani Tenondé Porã, etnia Guarani Mbya. São Paulo (SP), 2011; E) Líder e pajé indígena Davi Kopenawa Yanomami durante visita à residência oficial do Primeiro-Ministro do Reino Unido. Sua ida à Inglaterra teve como objetivo levar reivindicações dos povos indígenas do Brasil. Londres (Inglaterra), 2007; F) A advogada e deputada federal Joênia Wapichana participando de um ritual indígena em frente ao Congresso Nacional. Brasília (DF), 2019



Fonte: Boulos Júnior (2020, v. 6, passim).

<sup>1020</sup> Cf. BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 6, p. 19-20.

Ao analisar esse volume, percebeu-se o esforço dos autores para a inserção de assuntos políticos que denotam, além da luta pela terra, a luta pela conquista de demandas coletivas, a busca pelo respeito, reconhecimento e pela valorização de sua história e de sua cultura. Para além do que foi exposto sobre os seis volumes da coleção “Multiversos Ciências Humanas”, há também o volume “Ver o mundo: projetos integradores”. A Figura 64 mostra o *fac-símile* da capa.

Figura 64 – O *Fac-símile* da capa do volume “Ver o mundo: projetos integradores”



Fonte: Ribeiro Júnior (2020).

Nesse volume, há seis projetos integradores interdisciplinares: nenhum está associado à temática indígena. A Figura 65 ilustra o projeto 4: “Democracia e conflitos”. No entanto, a imagem não foi contextualizada.<sup>1021</sup>

<sup>1021</sup> RIBEIRO JÚNIOR, João Carlos. **Ver o mundo: projetos integradores** – área do conhecimento:

Figura 65 – Indígena observa a cúpula do Senado durante manifestação no Dia do Índio em Brasília (DF), 2013



Fonte: Ribeiro Júnior (2020, p. 119).

Na próxima seção, abordam-se as reflexões sobre as imagens e os conteúdos integrados à coleção “Multiversos Ciências Humanas”, de Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Junior, PNLD 2021, para o novo Ensino Médio.

### *Reflexões*

Ao refletir sobre as imagens e os conteúdos, notou-se que, no primeiro volume da coleção “Multiversos Ciências Humanas”, nenhum povo indígena do Brasil teve seu nome contemplado em títulos ou subtítulos. Diferentemente dos povos andinos e mesoamericanos, que têm nas manchetes a contemplação da própria identidade, como, por exemplo: “Os maias”, “O abandono das cidades maias”, “A tecnologia da cor azul maia”, “Os mexicas”, “A expansão guerreira dos mexicas”, “Os incas”, “Economia inca”, “O *ayllu* e a *mita*”. Em “Concepções filosóficas indígenas”: “A

---

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: volume único: Ensino Médio. PNLD 2021. Código: 0090P21508. São Paulo: FTD, 2020.

filosofia mexica e a *teotl*”, “A filosofia andina”; depois, “A conquista das terras astecas”, “A conquista das terras incas”, entre outros.<sup>1022</sup>

A temática indígena nacional entra em cena por meio de manchetes como: “O global no local, o local no global”; “Os jesuítas”; “Os bandeirantes”; “São Paulo, capital bandeirante”; “As bandeiras”; “A caça ao indígena”; “O sertanismo de contrato”. Notou-se que apenas em um subtítulo o termo “indígena” foi mencionado. Ainda sobre os conteúdos, não se trata da invisibilidade em relação aos títulos apenas, mas também em relação aos conteúdos, que são generalistas e não abordam de maneira singular aspectos econômicos, políticos, linguísticos, sociais, culturais, entre outros, de nenhum grupo indígena brasileiro.

Ainda no primeiro volume, as imagens de indígenas brasileiros não contemplam objetos da cultura material dessas populações, os quais poderiam conectá-los à sua ancestralidade milenar. Por outro lado, os povos andinos e mesoamericanos têm no patrimônio arquitetônico anterior à chegada dos europeus na América sua maior projeção. Também se notou que, ao longo do primeiro volume, há quatro mapas localizando os grupos indígenas da América espanhola. Quanto à América portuguesa, não há mapas localizando grupos indígenas brasileiros; apenas um, referenciado na Figura 57, localiza as missões jesuíticas entre os séculos XVI e XVIII. De acordo com Cavalcante, a “História, enquanto área manteve-se por longo tempo no mínimo conivente com as narrativas que invisibilizaram os povos indígenas na história nacional”.<sup>1023</sup>

Outro aspecto notado é a interdisciplinaridade envolvendo a temática indígena na área da Filosofia. Entretanto, conforme é possível perceber nas manchetes que tratam de concepções filosóficas indígenas, são referenciadas “A filosofia mexica e a *teotl*”, “A filosofia andina”, “A conquista das terras

<sup>1022</sup> BOULOS JÚNIOR, 2020, v. 1, *passim*.

<sup>1023</sup> CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Relatório de estágio de pós-doutorado**: História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em História, 2019, p. 35.

astecas”, “A conquista das terras incas” – são olhares direcionados aos povos andinos e mesoamericanos; nenhum grupo indígena brasileiro motivou a narrativa filosófica.<sup>1024</sup>

Atenta-se que, sobre o segundo volume, não há interpretações de imagens e conteúdos pelo fato de que a temática indígena não foi abordada. Por outro lado, no terceiro volume, o termo “indígena” não foi grafado em nenhum título ou subtítulo; há menção, apenas, em um texto reflexivo: “Povos indígenas ‘ensinam’ que água deve ser reverenciada”. A temática é inserida ao exemplificarem-se abordagens amplas sobre a água, comunidades tradicionais, natureza, entre outras. As referências abordam a temática indígena com base no modo de pensar, de ser e de ocupar os espaços geográfico, político e social no tempo presente, com base essencialmente nas vozes indígenas, o que pode ser considerado um elemento positivo no referido volume.

Ainda no volume três, os conteúdos encontram ancoragem em narrativas de indígenas que contemplam as próprias versões de sua história. Os indígenas de “hoje” são enaltecidos, diferentemente dos indígenas de “ontem”, que são citados de maneira genérica. Essa omissão do passado (anterior a 1500) também é uma forma agressiva de tratar a história de longa duração desses povos, porque lhes tira a contemplação de experiências humanas culturais milenares do grupo que fez e de seus descendentes que continuam fazendo... mesmo após o contato com os não indígenas de origem europeia que “militarmente e politicamente” os venceram. Viu-se também que, nas imagens e nos conteúdos, não há clichês ou estereótipos que ditem comportamentos de forma preconceituosa. No volume três, a ideia de integração entre indígenas e não indígenas não é remetida nas imagens.

De forma padronizada, o conjunto dos livros didáticos analisados apresenta os povos indígenas de forma genérica, em blocos únicos, as

<sup>1024</sup> BOULOS JÚNIOR, vol.1, 2020, *passim*.

diferenças étnicas são camufladas nos termos “índio”, “indígenas”, “povos indígenas”, “ameríndios”, “grupos indígenas”, “povos originários”, “nativos”, entre outros. Nos trechos referenciados, a cultura indígena é sobreposta em um patamar elevado, em relação à forma de viver, de ser e de se relacionar com a natureza, sendo mostrada como um exemplo positivo no enfrentamento de problemas relacionados ao progresso e à modernidade. Os saberes dos povos Krenak e Munduruku são mostrados no volume três, por meio de literatura refinada, produzida por membros “famosos” dos respectivos grupos – assim como os Enawene. A tradição viva dos Enawene se contrapõe ao domínio cultural eurocêntrico, visto nos livros didáticos comumente, como se fosse a totalidade da cultura brasileira.

O fenômeno já identificado em volumes anteriores se repete no volume três: apenas pessoas “famosas” têm seus nomes grafados, como o caso de Ailton Krenak, diferentemente das pessoas “não famosas”, nominadas “indígena da etnia Kayapó no Rio Xingu” ou apresentadas sem legenda. Com exceção da imagem de Krenak, as demais passam a impressão de indígenas vivendo de maneira isolada, o que pode ser apenas um mero equívoco de interpretação. Por outro lado, esse “isolamento” que mostra seu *modus vivendi* também pode ser interpretado como um *status* de autonomia, de independência econômica, política, social, religiosa e cultural.

Constatou-se no volume cinco, assim como nos anteriores, que se repete o padrão de ocultação dos nomes de pessoas “não famosas”. Além disso, que a literatura indígena é valorizada nos fragmentos da obra *Nhande rekoha nhe’e ayvu arandu. Para o bem viver da humanidade na cosmovisão Kaiowá*, de Xamirinhupoty e Resende. Essa obra, escrita por duas pessoas, uma indígena e uma não indígena, é um dos raros casos, na coleção, que remete à ideia de integração social.

Atentou-se para outro padrão já vislumbrado nos volumes anteriores: o fato de que a remota história indígena é ocultada na coleção.

Para tanto, basta observar que o título do capítulo 1, “Ética: da Idade Média ao Renascimento”, remete ao período medieval europeu (de 476 a 1453), antes da chegada desses estrangeiros à América. O conteúdo descrito ao longo da parte “A ética indígena” reporta-se à contemporaneidade, e não ao mesmo recorte temporal (medieval) na América.

Por fim, no volume seis, sobre as imagens e conteúdos, infere-se que, apesar de os autores sinalizarem que os indígenas têm direito “à história” e que essas populações na América são multiétnicas e multiculturais, as abordagens apresentadas sobre a história indígena de longa duração nesse volume não romperam com a omissão sobre o período anterior a 1500. Essa colocação pode ser comprovada pelo fato de que nenhum grupo indígena brasileiro foi contextualizado nas suas características linguísticas, bélicas, sociais, culturais, religiosas, econômicas, geográficas, entre outras, anteriormente à chegada dos europeus à América. Edson Kayapó e Tamires Brito inferem que “os povos indígenas são oportunamente lembrados nas aulas de História que tratam da ‘descoberta do Brasil’, da montagem do sistema colonial e, eventualmente, em momentos pontuais da recente história brasileira”.<sup>1025</sup>

Embora não tenham sido apresentados conhecimentos sistematizados sobre a presença indígena ancestral no território brasileiro antes da chegada dos europeus, há nesse volume dados científicos contemporâneos; “vozes” de lideranças indígenas também foram enaltecidas. Nos volumes, diversas narrativas continuam pautadas em visões eurocêntricas, mas sem dúvida elas estão dispostas em uma escala menor em comparação à primeira coleção, “História Sociedade & Cidadania”, de Boulos Júnior, da FTD, PNLD 2018-19-20; houve mudanças positivas na apresentação do indígena. Em relação às imagens, também é válido lembrar que não há estereótipos; que apenas as lideranças indígenas são legendadas com nomes próprios; que a imagem

<sup>1025</sup> KAYAPÓ; BRITO, 2015.

da Figura 63, legenda B) “*Fac-símile* da capa do livro “**Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**”, de Manuela Carneiro da Cunha”, é uma das raras imagens, na coleção, mostrando um indígena em área urbana.

Por fim, conclui-se que a temática indígena foi tratada com maestria pelos autores, na maior parte dos enfoques, especialmente os contemporâneos. Entretanto, ainda precisam ultrapassar o marco de 1500 e avançar no sentido de fornecer subsídios que contemplem o passado humano brasileiro anterior à chegada dos europeus no Brasil. Eduardo Góes Neves escreve que, “ao contrário dos países da América Espanhola onde ‘conquista’ é o termo utilizado para designar a ocupação europeia, tal processo é no Brasil conhecido como ‘Descobrimento’, o que revela o preconceito e desconhecimento sobre as populações indígenas do Brasil e sua história”.<sup>1026</sup> O termo “Descobrimento” não foi empregado ao longo da coleção, entretanto a contemplação de parcelas da história anterior à chegada dos europeus à América corroboraria o tal “desconhecimento” mencionado pelo autor.

Sugere-se que, além do grupo Tupi e seus descendentes, o grupo Jê e seus descendentes poderiam ser contextualizados historicamente, pois o grupo foi invisibilizado ao longo desta e das demais coleções analisadas. Para tanto, o primeiro capítulo da presente tese tem muito a contribuir no sentido de mostrar saberes milenares tão distintos e singulares.

Viu-se, ao longo desta parte do capítulo que há um limitador, pois se trabalha em uma perspectiva da Base Nacional Comum Curricular, do Programa Nacional do Livro Didático e da obrigatoriedade da Lei n.º 11.645/2008 que está na BNCC em termos de história e cultura afro-brasileira e indígena. No entanto, há equívocos internamente porque não se faz a análise da BNCC e das produções dos livros didáticos, há um descompasso entre eles quando chegam nas escolas. Então, o que está envolvido nisso? É o próprio Estado que por um lado exige, propõe uma BNCC, mas não se responsabiliza.

<sup>1026</sup> NEVES, 2015. In: LUIS; GRUPIONI, 1995, p. 167.

Agora, qual é o Projeto Político Pedagógico do Estado? É óbvio que os livros didáticos não vão abordar porque historicamente são produzidos por uma indústria cultural que generaliza; e a história indígena regional é um conteúdo muito especializado. Não há política pedagógica de rede. Uma coisa é o que está previsto na Legislação, a outra é o que está previsto nos sistemas de ensino estaduais e municipais e um outro ainda é o currículo. Há um problema sério no Brasil que é a falta de diálogo entre a academia e os poderes públicos e quem produz o material didático. Obviamente, que as teses acadêmicas, a exemplo desta, não darão conta de resolver esse problema, pois é uma questão política.

A seguir, investiga-se na Educação Básica a visão de docentes e discentes sobre a temática indígena regional. Considerando o objetivo do capítulo – “analisar, na Educação Básica, como a temática indígena é representada nos livros didáticos e na sala de aula de escolas públicas não indígenas da região oeste de Santa Catarina” –, a primeira e a segunda parte do capítulo são essenciais para alcançar esse objetivo. Assim, ambas as partes se conectam, em virtude de que as coleções de livros didáticos examinadas são utilizadas pelos docentes e discentes que participaram da pesquisa que será apresentada na sequência.

#### 4.2 A TEMÁTICA INDÍGENA REGIONAL E A MULTIPLICIDADE DE OLHARES

Nesta parte, objetiva-se investigar as percepções de docentes e discentes sobre a temática indígena regional, para saber como ela é vivenciada na sala de aula e se entre esse público existem apropriações de conhecimentos sobre a presença indígena pretérita e atual da região Oeste de Santa Catarina, de acordo com as propostas da Lei n.º 11.645/2008.

Reitera-se que, nessa região e nas áreas adjacentes, os caçadores-coletores (portadores da tradição Umbu), os Jê Meridionais e os Guarani (ambos originários dos principais troncos linguísticos à época do contato: o Jê e o Tupi, respectivamente) são os protagonistas da milenar história indígena.

Para a composição desta pesquisa quanti-qualitativa, os dados estatísticos provêm de dois formulários (com questões objetivas e discursivas) elaborados na plataforma *Google Forms*: um destinado aos docentes (com 22 questões); o outro, aos discentes (com 14 questões) – ambos tratam da visão acerca da temática indígena regional. Os dois grupos fazem parte da Educação Básica de escolas públicas municipais e/ou estaduais não indígenas do oeste catarinense. A amostra se constitui de 167 docentes e 643 discentes de 17 cidades da região.

Sinaliza-se que esta pesquisa foi realizada em um momento de crise sanitária, educacional, econômica, entre tantas outras provocadas pela pandemia da Covid-19. Em âmbito nacional, o contexto pandêmico gerou isolamento social; no ambiente escolar, os déficits de aprendizagem foram potencializados pela suspensão, em março de 2020, das aulas presenciais. O desespero levou a soluções emergenciais e paliativas para dar conta da nova modalidade de ensino: aulas *on-line* a distância. Educadores, educandos, familiares, governos, milhões de pessoas: a maioria, despreparada e desestruturada diante das novas demandas do ensino remoto. De acordo com os dados da Pesquisa do Instituto Península, “mais de 88% dos docentes nunca tinham realizado uma aula à distância antes da pandemia”<sup>1027</sup>.

Para muitos educadores, foi difícil a adaptação mediante as novas exigências na partilha do conhecimento, utilizando novas ferramentas virtuais – muitas vezes, sem assessoramento; afóra a insegurança na preparação de aulas que mantivessem seus alunos interessados em frente

<sup>1027</sup> MORALES, Juliana. **Guia do Estudante**. 83% dos professores ainda se sentem despreparados para dar aulas *on-line* [2020]. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/83-dos>. Acesso em: 28 ago. 2020.

à tela de um computador, *notebook*, *tablet* ou celular, além daqueles sem acesso às tecnologias necessárias para as aulas no ambiente doméstico; ainda, o tempo disponibilizado para esclarecer dúvidas; a preocupação com os alunos dispersos – foi nesse contexto que os docentes responderam ao questionário. E os estudantes? Muitos vivenciando a evasão escolar de seus colegas, outros com prejuízos cognitivos, desmotivados – mesmo assim, 647 estudantes participaram da enquête.

Adiante, os dados empíricos mostrarão que a temática indígena regional ainda não foi internalizada pela maioria do público que participou da pesquisa, entre 7 e 10 de dezembro de 2021, últimos dias do ano letivo – um ano sem precedentes na história educacional brasileira. Mas, diante de tantos entraves, é necessário prosseguir na busca por uma educação de qualidade. Mediante tal situação, ficou clara a necessidade de assessoramento por parte dos órgãos responsáveis pela Educação em âmbito federal, estadual e municipal em prol da formação continuada dos educadores, a fim de desenvolver, entre tantos saberes, também o conhecimento sobre a história e a cultura dos povos indígenas de acordo com a Lei n.º 11.645/2008, a qual impõe a obrigatoriedade do ensino dessa temática na Educação Básica.

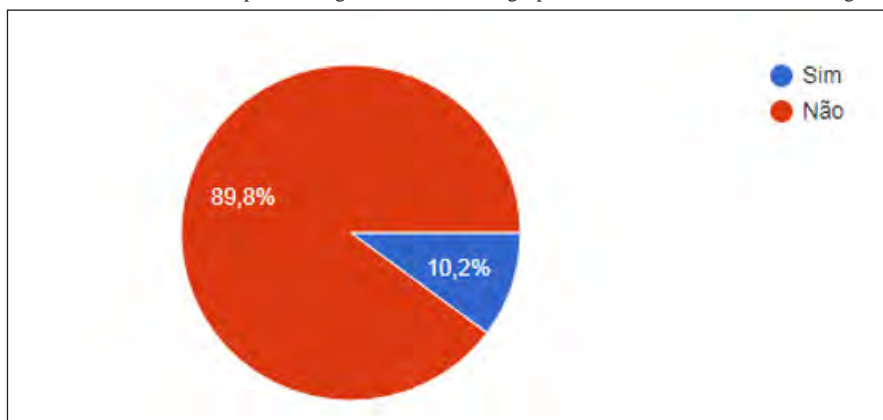
#### 4.2.1 O olhar docente

Sobre o perfil dos 167 docentes que participaram da pesquisa, é possível inferir que todos trabalham na Educação Básica, em escolas públicas estaduais ou municipais do oeste catarinense; atuam nas áreas de Pedagogia, História, Letras, Geografia, Arte, Filosofia e outras; mais de dois terços têm pós-graduação, os demais têm curso superior completo ou incompleto. A maioria desses profissionais que atuam na área de História

e nas Ciências Sociais Aplicadas utiliza as coleções de livros didáticos analisadas anteriormente.

A pesquisa, a partir da análise das coleções de livros didáticos, mostra que, pelo viés desse material (que trata a temática da história e da cultura indígena numa escala nacional), docentes e discentes têm um contato genérico acerca das contribuições históricas e culturais dos povos indígenas ao se referirem à porção territorial da região Oeste de Santa Catarina. Essa defasagem poderia ser reparada através de ações da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e das Secretarias Municipais de Educação (SME) de Santa Catarina. Entretanto 89,8% dos docentes que participaram da enquete responderam que, ao longo de todos os anos em que atuam no magistério, nunca receberam, em suas escolas, cursos de formação continuada que promovessem atualizações culturais, arqueológicas, antropológicas, geográficas, linguísticas ou históricas acerca dos povos indígenas dessa região, conforme o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Questão: Você participou de formação continuada, na sua própria escola, sobre a história e cultura dos povos indígenas e dos demais grupos étnicos constituidores de sua região?



Fonte: Chitolina (2021b).

Um percentual tão alto de docentes assinalando que não receberam cursos de formação continuada sobre a história e a cultura dos povos indígenas constituidores da região onde vivem diverge do objetivo proposto no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015, em decorrência da Lei n.º 11.645/2008, que propõe “estimular a realização de estudos sobre a história e culturas dos povos indígenas e dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, proporcionando condições para que os professores, gestores e demais funcionários participem de atividades de formação continuada promovidas na própria escola”.<sup>1028</sup>

Como visto, o percentual de 89,8% destoa das propostas do Ministério da Educação (MEC) que visam “à promoção da formação continuada de professores, realizada por Instituições de Educação Superior (IES) em cursos de aperfeiçoamento e de especialização; à aquisição e distribuição de livros didáticos para as escolas de Educação Básica”.<sup>1029</sup> De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), ambas as ações corroborariam a implementação da Lei n.º 11.645/2008.

Entretanto, o resultado de 89,8% é um demonstrativo de que a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as Secretarias Municipais de Educação trabalharam de forma insuficiente na operacionalização sobre a temática da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica. Ou seja, não ocorreu uma “forma integrada de enfrentamento do desafio de construir um lugar mais digno para os povos indígenas, suas histórias e modos de vida”, nas escolas públicas (não indígenas) do oeste catarinense.<sup>1030</sup>

Jorge Larrosa Bondía observa: “vive-se numa sociedade em que o tempo não pode ser perdido; que os currículos escolares são organizados em pacotes cada vez mais numerosos e cada vez mais curtos, e os cursos de

<sup>1028</sup> BRASIL, 2015, *passim*.

<sup>1029</sup> BRASIL, 2015, p. 6.

<sup>1030</sup> BRASIL, 2015, p. 9.

formação do professorado são parte de uma escola que cada vez tem menos tempo”.<sup>1031</sup> É justamente nesse contexto escolar que 100% dos discentes e dos docentes não responderam assertivamente o nome das ocupações indígenas constituidoras de sua região. Os caçadores-coletores não foram nominados por nenhum dos 800 participantes. Os termos “Jê do Sul” ou “Jê Meridional” também não foram mencionados. A expressão “não sei” foi a mais citada.<sup>1032</sup>

Chama a atenção também o fato de que apenas 5,9% dos docentes nominaram assertivamente os grupos indígenas contemporâneos: Kaingang, Xokleng e Guarani. O registro de um único grupo (Kaingang) foi o segundo mais citado, depois do termo “não sei”. Nomes aleatórios também foram registrados: Creniques, Pataxós, Condá, Karibokás, Carijós, Schoklei, Carafbas, entre outros.<sup>1033</sup>

Esses resultados são uma comprovação de que as Secretarias de Educação estaduais e municipais do oeste de Santa Catarina não “despenderam o tempo necessário” (parafrazeando Bondía) com a formação continuada de seus profissionais da Educação Básica acerca da temática indígena. Certamente o entendimento sobre a história indígena milenar requer tempo, e a “velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos”.<sup>1034</sup> A “falta de tempo” dedica à aquisição de saberes propostos pela Lei n.º 11.645/2008 está claramente refletida na incompreensão acerca da temática por parte dos participantes da pesquisa. A disponibilidade em escala ampla de literaturas, cursos, oficinas, viagens de estudos, entre outros, possivelmente mudaria essa realidade.

De acordo com o segundo capítulo desta tese, ao longo do tempo, no oeste catarinense, a cultura eurocêntrica foi muito valorizada em virtude do

<sup>1031</sup> BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, Barcelona, n.º 19, jan/abr. 2002, p. 23.

<sup>1032</sup> CHITOLINA, 2021a, 2021b.

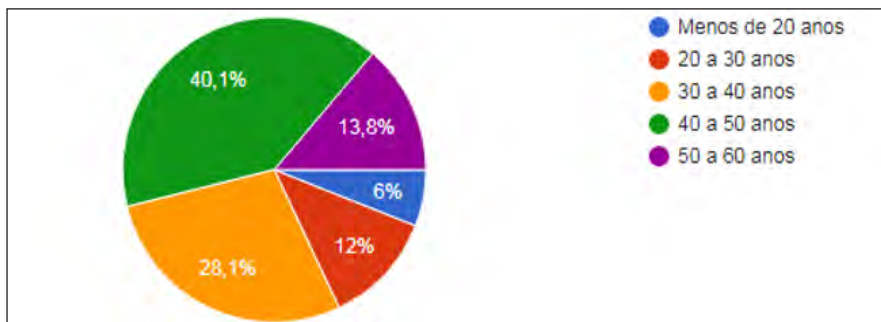
<sup>1033</sup> CHITOLINA, 2021b.

<sup>1034</sup> BONDÍA, 2002, p. 23.

processo colonizador potencializado no início do século XX, com a chegada de imigrantes e migrantes (brancos) de ascendência europeia. Basta notar que, em Santa Catarina, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, a composição populacional se apresenta assim: brancos, 88,1%; pardos, 9%; negros, 2,7%; indígenas, 0,2%.<sup>1035</sup> Nesse contexto, conforme relatos de Heinsfeld, no processo de colonização, “a participação indígena é vista sob a ótica do capital e de sua reprodução, a qual provoca sua ‘invisibilidade’ justamente porque seu modo de vida não interessa a dinâmica capitalista que o tratou (e o trata) como um ‘estorvo’ para sua expansão”.<sup>1036</sup>

Voltando aos resultados da pesquisa realizada entre os docentes, outro índice que chama a atenção é o percentual de 53,9% dos participantes que têm entre 40 e 60 anos de idade, conforme a somatória das legendas verde, amarela e roxa, no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Questão: Qual é a sua idade?



Fonte: Chitolina (2021b).

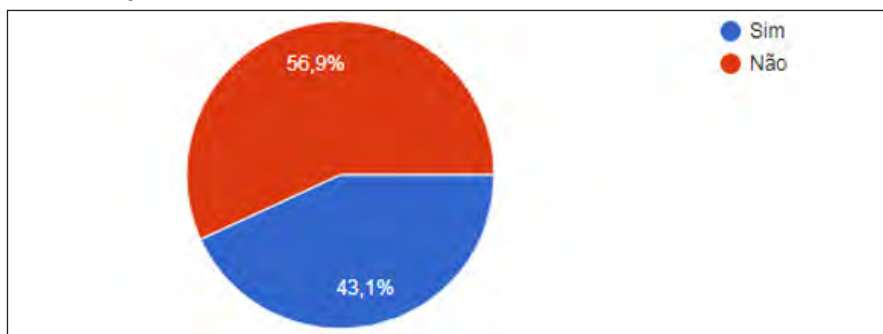
<sup>1035</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (org.). **Características étnico-raciais da população, classificação e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca>. Acesso em: 8 jan.2022. [Faz-se uma ressalva: como unidade de coleta de análise, a categoria “indígena” (depois de 101 anos de ausência, anterior a 1991) passou a ser chamada *cor* ou *raça*, desde que, supostamente, indígena seria uma raça e não uma cor, como as outras categorias. O Censo Demográfico 2010 apresentou duas novidades em relação aos anteriores: a pergunta de classificação aplicou-se à totalidade dos domicílios do País, e não apenas aos que compõem a amostra; e, pela primeira vez, as pessoas que se identificaram como indígenas foram indagadas a respeito de sua etnia e língua falada (Cf. PETRUCCELLI; SABOIA, 2013, p. 24).]

<sup>1036</sup> HEINSFELD, 23 fev. 2021.

Os dados do Gráfico 10 mostram que, provavelmente, os docentes completaram o Ensino Superior antes da criação da Lei n.º 11.645/2008. Para esses docentes, o MEC, por meio de formação continuada, “[...] busca suprir uma lacuna na formação inicial dos docentes e atualizá-los sobre a contemporaneidade dos povos indígenas. Já as orientações para a aquisição de livros didáticos estão voltadas para o enfrentamento das diferentes formas de discriminação e preconceito”.<sup>1037</sup> Na região oeste de Santa Catarina, em virtude da sondagem, supõe-se que o objetivo referenciado não foi alcançado.

Passados 14 anos da implantação da Lei n.º 11.645/2008, entre os docentes que responderam ao formulário, 56,9% assinalaram que desconhecem a referida lei (Gráfico 11). Esse percentual sugere que, no âmbito escolar, a promoção e a disseminação da história e das culturas afro-brasileira e indígena precisam de reforços para o reconhecimento da diversidade cultural nacional.

Gráfico 11 – Questão: Você tem conhecimento sobre a Lei n.º 11.645/2008?



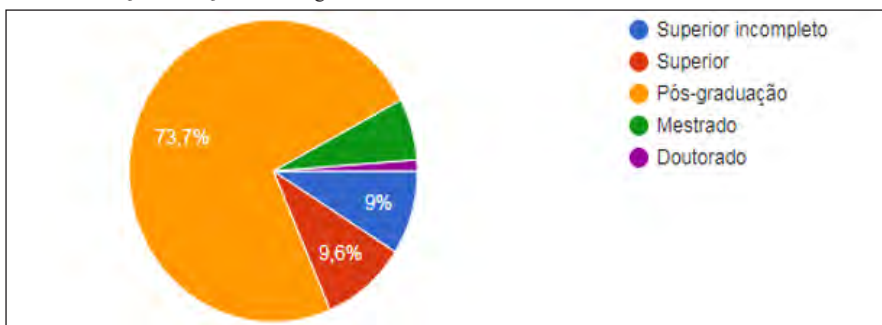
Fonte: Chitolina (2021b).

Ressalta-se que os profissionais que participaram da pesquisa atuam nas áreas de Pedagogia, História, Letras, Geografia, Arte, Filosofia, além de outras; 73,7% têm pós-graduação, 9% têm curso superior incompleto – estes.

<sup>1037</sup> BRASIL, 2015, p. 6.

Provavelmente, esses são os docentes que estão em contato mais direto com a temática indígena, pois, ao longo das respostas, há diversas menções positivas sobre o assunto. Esses dados estão expressos no Gráfico 12.

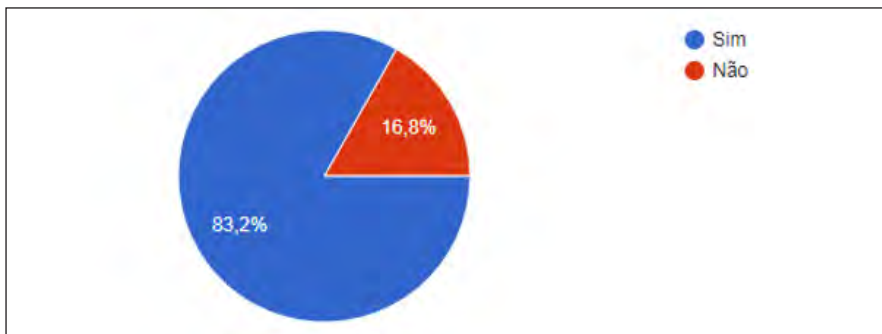
Gráfico 12 – Questão: Qual é o seu grau acadêmico?



Fonte: Chitolina (2021b).

Outro dado importante é o fato de que 83,2% dos docentes assinalaram que sentem falta, em sua formação profissional, de informações relacionadas à temática indígena (Gráfico 13). Esse resultado mostra que as Secretarias de Educação estaduais e municipais não estão implementando a Lei n.º 11.645/2008 com a relevância necessária.

Gráfico 13 – Questão: Você tem sentido falta, em sua formação profissional, de informações relacionadas à temática indígena?

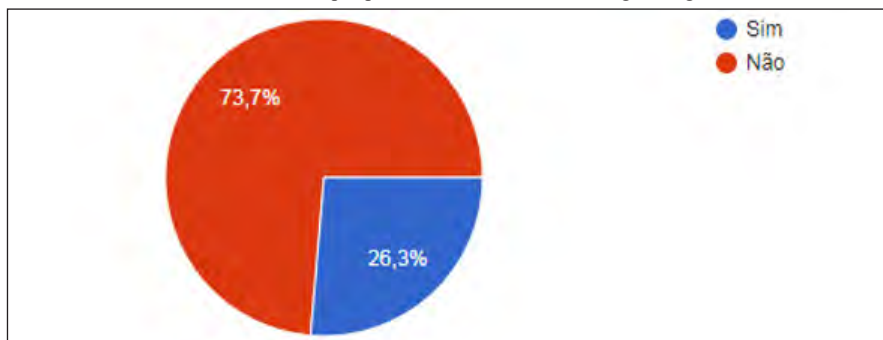


Fonte: Chitolina (2021b).

O resultado apresentado no Gráfico 13 mostra que as reivindicações da Lei n.º 11.645/2008, proporem “uma educação intercultural, assumida como bandeira de luta para uma sociedade plural, democrática e com relações interétnicas menos desiguais”, se mostram comprometidas.<sup>1038</sup> Além disso, a insegurança docente é corroborada pelos dados do Gráfico 13, que reiteram a lacuna na qualificação: 83,2% dos participantes assinalaram que sentem falta, em sua formação profissional, de informações relacionadas à temática indígena.

Outro dado que reforça essa ideia é o fato de que, entre os 167 docentes, 73,7% não se sentem aptos para trabalhar, na sala de aula, a temática indígena regional (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Questão: Você se sente apto para trabalhar a temática indígena regional na escola?

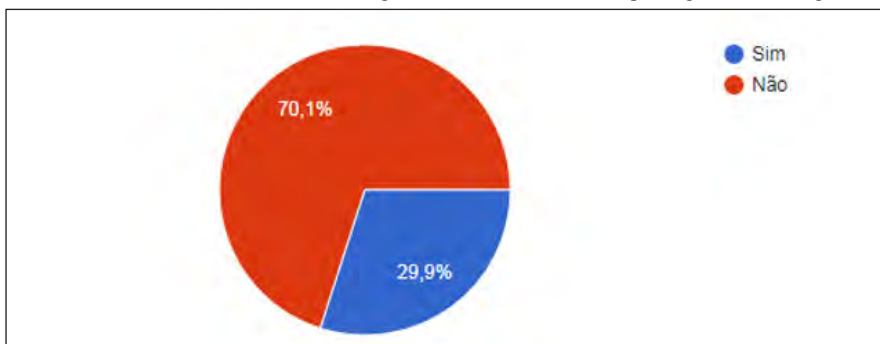


Fonte: Chitolina (2021b).

Consta na pesquisa que 70,1% dos docentes (Gráfico 15) nunca realizaram, juntamente com seus educandos, viagens de estudos a museus, terras ou reservas indígenas, laboratórios, sítios arqueológicos da região.

<sup>1038</sup> BRASIL, 2015, p. 7.

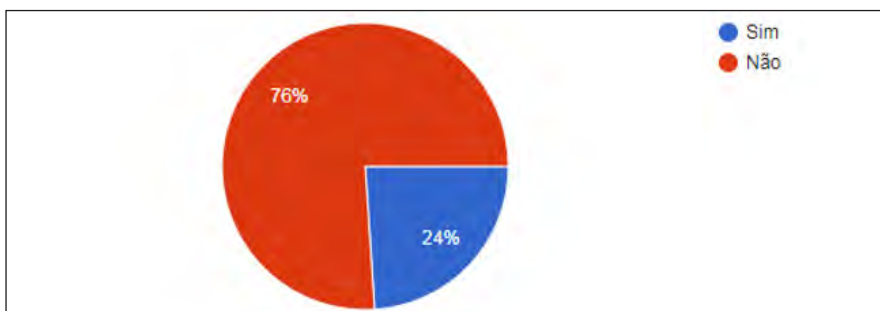
Gráfico 15 – Questão: Você já realizou, juntamente com seus alunos, alguma viagem de estudo a museus, terras ou reservas indígenas, laboratórios, sítios arqueológicos de sua região?



Fonte: Chitolina (2021b).

Outro dado elencado na pesquisa expõe que 76% dos docentes não propiciaram que uma pessoa indígena entrasse na sala de aula, e não levaram seus alunos a lugares onde os indígenas vivem para que estes assumissem o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas (Gráfico 16). Sobre esse mesmo questionamento, 87,3% dos alunos indicaram que pessoas indígenas nunca entraram na sala de aula para este fim.

Gráfico 16 – Questão: Você já propiciou que uma pessoa indígena entrasse na sala de aula, ou levou seus alunos a lugares onde os indígenas vivem para que assumissem o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas?



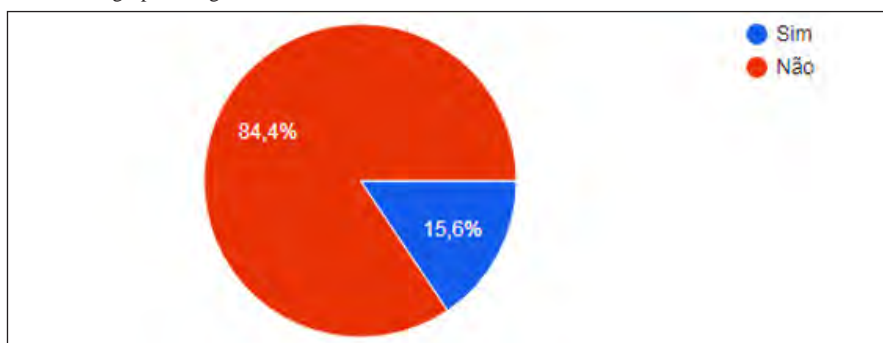
Fonte: Chitolina (2021b).

Uma das demandas da Lei n.º 11.645/2008 é a de que

[...] os próprios indígenas assumam o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas. Nesse sentido, os sistemas de ensino devem fomentar a publicação de materiais didáticos e pedagógicos sobre a temática de autores indígenas, bem como criar possibilidades, como a que prevê a Resolução CNE/CEB n.º 5/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, de contar com a presença das lideranças indígenas (pajés, xamãs, sábios, intelectuais em geral) nas instituições de Educação Básica como formadores, palestrantes e conferencistas, dentre outras formas de reconhecimento de saberes e conhecimentos indígenas.<sup>1039</sup>

Com base no excerto referenciado, faz-se uma ressalva para denotar que 84,4% dos docentes declararam que as Secretarias Educacionais das redes estaduais e municipais em que atuam nunca ofereceram formação com lideranças indígenas sobre os saberes e conhecimentos indígenas, conforme indica o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Questão: Você já participou de algum curso sobre história indígena com a participação de grupos indígenas entre os formadores?

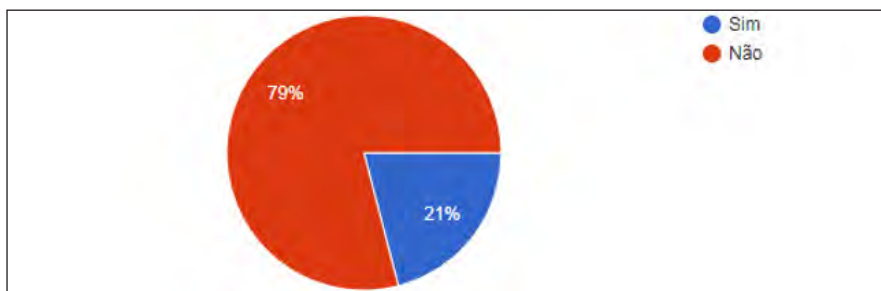


Fonte: Chitolina (2021b).

<sup>1039</sup> BRASIL, 2015, p. 7.

Entre os docentes, 79% indicaram que não realizaram trabalhos colaborativos com seus colegas, numa perspectiva interdisciplinar, para disseminação do tratamento adequado da temática dos povos indígenas no âmbito escolar (Gráfico 18).

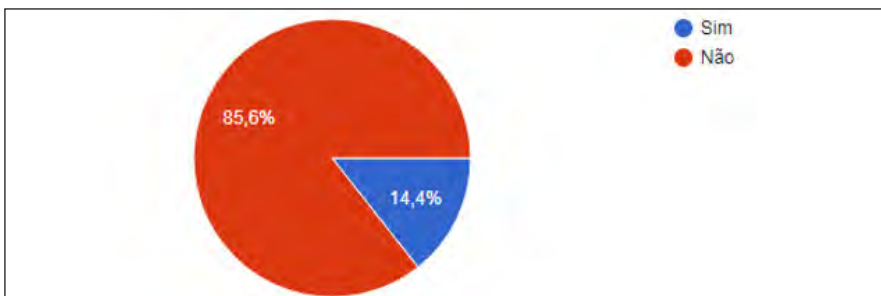
Gráfico 18 – Questão: Você participou de trabalhos colaborativos dos docentes, numa perspectiva interdisciplinar, para disseminação do tratamento adequado da temática dos povos indígenas no âmbito escolar?



Fonte: Chitolina (2021b).

É nesse contexto de ausência de experiências vivenciadas pelos docentes que 85,6% deles indicaram não ter proporcionado encontros entre estudantes e representantes de povos indígenas do lugar onde vivem ou da região, com a finalidade de realizar atividades científico-culturais que promovessem o tema da diversidade étnico-racial e cultural (Gráfico 19).

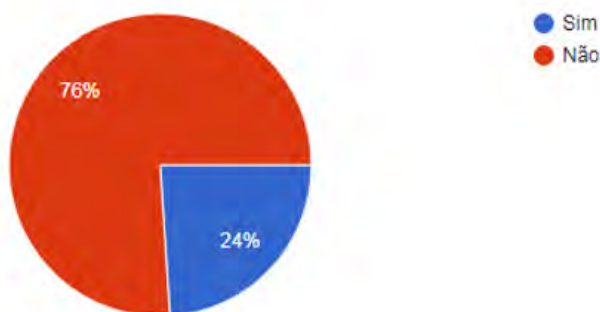
Gráfico 19 – Questão: Você já proporcionou encontros entre estudantes e representantes de povos indígenas do lugar onde você vive ou de sua região, com a finalidade de realizar atividades científico-culturais que promovam o tema da diversidade étnico-racial e cultural?



Fonte: Chitolina (2021b).

No ambiente escolar, a despeito de espaços específicos nas bibliotecas e salas de leitura com material de referência sobre a temática dos povos indígenas, bem como dos demais grupos étnicos constituidores da sociedade brasileira, adequados à faixa etária e à região geográfica dos alunos, incorporando tanto materiais escritos por especialistas quanto a produção de autoria indígena, 76% dos docentes registraram que esses espaços não existem (Gráfico 20). Possivelmente, os livros físicos integrem os acervos das bibliotecas, mas sua popularização não seja comum.

Gráfico 20 – Questão: Há espaços específicos nas bibliotecas e salas de leitura com material de referência sobre a temática dos povos indígenas, bem como dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, que sejam adequados à faixa etária e à região geográfica dos alunos, incorporando tanto materiais escritos por especialistas quanto a produção de autoria indígena?



Fonte: Chitolina (2021b).

Sinaliza-se que, acerca da temática indígena regional, a contribuição da internet também poderia ser importante, desde que o professor orientasse seus educandos adequadamente, a exemplo do material didático oferecido gratuitamente pelo CEOM/Unochapecó, além de filmes, documentários, músicas e outros. O critério seletivo dessas fontes é importante para desprezar reproduções preconceituosas. É nesse sentido que Zeneide Rios de Jesus reitera a necessidade do “envolvimento das universidades nesse debate e

consequentemente seu compromisso em fazer valer a lei [n.º 11645/2008] a partir do que é seu papel: pensar a formação dos professores que tratarão dentre outros aspectos, da questão indígena”.<sup>1040</sup>

Por fim, os docentes, ao serem inquiridos sobre as memórias relacionada à temática indígena dos tempos em que frequentavam a escola como estudantes, majoritariamente responderam que não possuem lembranças. Outros registraram: “Celebrações do Dia do Índio, pois produzíamos cocares de macarrão, colocávamos penas na cabeça e eventualmente dançávamos a música da Xuxa: Brincar de índio”; “Infelizmente só nos davam para pintar algo relacionado ao Dia do Índio, fazer cocar com as penas de galinha e papelão”; “Falar de direitos destes povos e importância do respeito do reconhecimento da sua cultura, muito pouco”; “Lembranças associadas ao Descobrimento do Brasil, histórias sem embasamento científico”.<sup>1041</sup> Essas respostas denotam que na memória dos docentes prevalece o esquecimento; para outros, a lembrança da celebração do Dia do Índio e do “Descobrimento do Brasil”. Nessas datas, a temática indígena recebia tratamento folclórico e, ao que parece, eram os principais momentos em que entravam em contato com a história e cultura indígenas.

Raros profissionais, em virtude de terem frequentado ou estarem frequentando o Ensino Superior em tempos mais recentes, elogiaram o acesso à temática indígena. Esses docentes que elogiaram os conhecimentos herdados no Ensino Superior também citaram “experiências ao visitar áreas indígenas, participar de celebrações e palestras ministradas por indígenas”; “Tudo o que sei busquei depois da Educação Básica. O despertar pela causa indígena começou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e principalmente pela militância a partir do Movimento de Mulheres Camponesas”.<sup>1042</sup>

<sup>1040</sup> JESUS, 2020, p. 42.

<sup>1041</sup> CHITOLINA, 2021b.

<sup>1042</sup> CHITOLINA, 2021b.

Ao findar esta parte, conclui-se que, na região Oeste de Santa Catarina, ao menos entre os profissionais das escolas públicas municipais e estaduais não indígenas que participaram da amostra, a temática da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica não passou incólume, pois há um desvirtuamento. A Lei n.º 11.645/2008 deu força para que a história e a cultura dos povos indígenas se popularizassem. Contudo, por outro lado, no atual contexto escolar, em tempos de pandemia, com base na pesquisa que resultou neste estudo, o cumprimento dessa lei não aconteceu da forma como se esperava; de acordo com Brighenti, essa lei mais parece uma “letra-morta”.<sup>1043</sup>

#### 4.2.2 O olhar discente

Esta parte da pesquisa apresenta o olhar dos estudantes de escolas públicas estaduais e municipais sobre a temática indígena no âmbito do oeste catarinense. Sobre o perfil dos participantes da pesquisa, destaca-se que 48,3% frequentam do 6º ao 9º ano e 51,7% frequentam o Ensino Médio. Seus educadores também participaram da pesquisa apresentada no item “4.2.1 O olhar docente”. A maioria desses estudantes utiliza o material didático analisado na primeira parte do capítulo: “O livro didático e a temática indígena no Ensino Fundamental II e Ensino Médio”. Esses estudantes receberam das direções de suas escolas os *links* com os formulários elaborados na plataforma *Google Forms*, contendo 14 questões que tratavam sobre o perfil e a visão acerca da temática indígena regional, os quais foram divulgados via *WhatsApp*. Houve um retorno de 647 questionários respondidos por estudantes de 17 municípios do oeste catarinense.

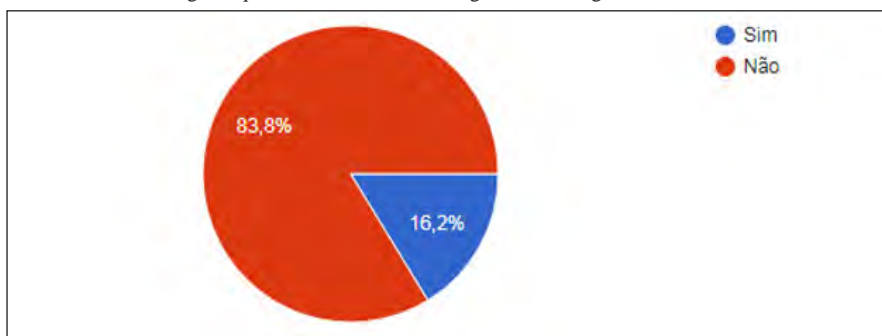
Souza escreve que há um universo inesgotável de “conhecimentos a serem explorados pela curiosidade dos estudantes, e a escola deve

<sup>1043</sup> BRIGHENTI, 2015, p. 2.

criar esse ambiente de produção intelectual capaz de integrar as lógicas (cosmológicas) ameríndias e suas ciências tradicionais em diálogo simétrico com os paradigmas da ciência oficial”.<sup>1044</sup> Por isso, a importância de trazer para dentro da sala de aula pessoas indígenas a fim de que assumam o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas. Ou colocar o “pé na estrada” e visitar os lugares de memória que abrigam a cultura material que é testemunha da ocupação indígena milenar no oeste catarinense. Muitos desses lugares foram apontados no capítulo três desta tese: museus, terras indígenas, laboratórios, sítios arqueológicos. Ou, ainda, entrar em contato com literaturas e materiais audiovisuais produzidos por especialistas ou de autoria indígena.

Certamente, essas ações possibilitariam aos estudantes vivenciar experiências sensoriais que potencializariam a compreensão acerca da temática da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica. Entretanto, 83,8% dos estudantes que participaram da enquete afirmaram que nunca visitaram, juntamente com sua turma escolar, lugares que tratam sobre a temática indígena regional (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Questão: Sua turma da escola já visitou museus, sítios arqueológicos, terras indígenas ou outros lugares que tratam da temática indígena de sua região?

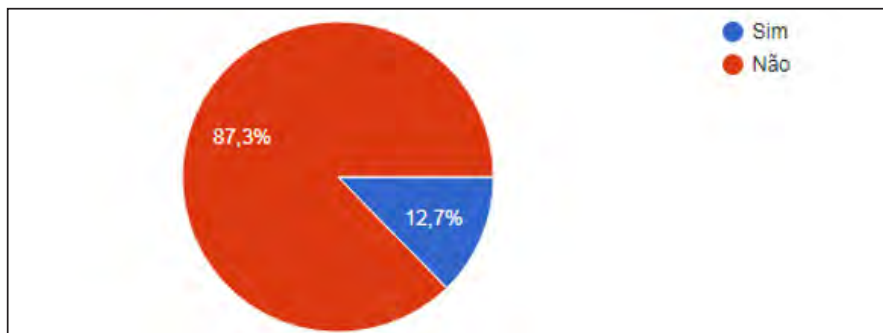


Fonte: Chitolina (2021a).

<sup>1044</sup> SOUZA, 2012, p. 20.

Outro percentual mostra que 87,3% dos estudantes, no ambiente escolar, não participaram de palestras com pessoas indígenas falando sobre suas histórias e culturas (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Questão: Trouxeram para a sala de aula pessoas indígenas para falar sobre suas histórias e culturas?



Fonte: Chitolina (2021a).

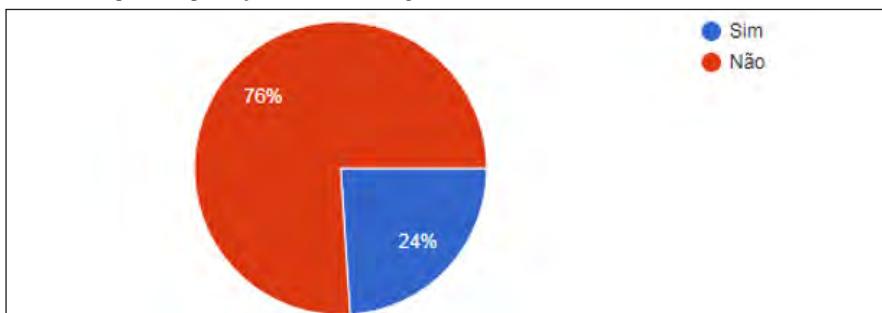
Bondía escreve que “a informação não é experiência [...] e que a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”.<sup>1045</sup> Se para Bondía o vivenciar é a principal condição para a experiência, nesse sentido, para o estudante não indígena, não basta saber do que se “passa” sobre a história indígena nacional; para aprender (utilizando expressões de Bondía), ele tem que sentir, olhar, ouvir, demorar-se, cultivar a atenção, cultivar a arte do encontro sobre esse Outro (indígena).

Refletindo a respeito de outros resultados da pesquisa, acerca das experiências vivenciadas pelos discentes em âmbito escolar sobre a temática da história e das culturas dos povos indígenas do oeste catarinense, observa-se que o livro didático informa (superficialmente) sobre a história indígena do lugar onde o estudante vive. Para superar essa superficialidade, algumas ações precisariam ser desenvolvidas. No entanto, apenas 16,2% dos estudantes apontaram que já visitaram lugares de cultura relacionados

<sup>1045</sup> BONDÍA, 2002, p. 21.

à temática indígena regional; no ambiente escolar, 76% dos docentes registraram que não há espaços específicos nas bibliotecas e salas de leitura com material sobre a temática dos povos indígenas (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Questão: Há espaços específicos nas bibliotecas e salas de leitura com material de referência sobre a temática dos povos indígenas, bem como dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, que sejam adequados à faixa etária e à região geográfica dos estudantes, incorporando tanto materiais escritos por especialistas quanto a produção de autoria indígena?



Fonte: Chitolina (2021b).

Com base nos dados elencados, volta-se ao pensamento de Bondía: “[...] vivemos numa *sociedade de informação*. E já nos demos conta de que esta estranha expressão funciona às vezes como sinônima de *sociedade do conhecimento* ou até mesmo de *sociedade de aprendizagem*”.<sup>1046</sup> Entretanto, se o levantamento de dados aponta que 100% dos estudantes não responderam assertivamente que os caçadores-coletores, os Jê Meridional (atuais Kaingang e Xokleng) e os Guarani compõem as ocupações indígenas do oeste catarinense, subentende-se que não há intercambialidade entre as propostas da Lei n.º 11.645/2008 e a aprendizagem do estudante.

O caçador-coletor, detentor da maior profundidade temporal na região Oeste de Santa Catarina, não veio à memória de nenhum estudante, nem o termo tradição “Umbu”. O grupo “Jê meridional” foi citado por um

<sup>1046</sup> BONDÍA, 2002, p. 23.

estudante. Raros participantes indicaram, em conjunto, os nomes dos grupos contemporâneos: Kaingang, Xokleng e Guarani. Na maioria das respostas, os estudantes indicaram um único grupo, sendo que o Kaingang foi o mais nominado (idêntico percentual foi constatado nas respostas dos docentes). Outros nomes aleatórios apareceram, possivelmente resultantes de buscas na internet. No entanto, na amostra, o termo “não sei” se sobressaiu.<sup>1047</sup>

O termo “não sei” entra em cena também na maioria das respostas que versam sobre os atuais lugares onde residem os indígenas na região Oeste de Santa Catarina. Em outras respostas, lê-se: “no mato”, “no interior”, “em áreas indígenas”, “terras indígenas”, “em lugares isolados e afastados das cidades”, “ao longo das rodovias”, “em bairros menos desenvolvidos”, “fazendo barracas em vários lugares”, “Entre Rios, Ipuçu, Chapecó”, “na Amazônia”, “no norte do Brasil”, entre outros.<sup>1048</sup> Além disso, a maioria dos estudantes (60,5%), ao serem questionados sobre as condições atuais de trabalho, moradia e acesso à escola entre os indígenas, escreveu “não sei”.<sup>1049</sup>

Tendo como parâmetro a síntese apresentada no primeiro capítulo desta tese, solicitou-se aos estudantes a descrição de conhecimentos relativos ao modo de viver dos indígenas no passado. Entre as centenas de respostas, o termo “não sei” novamente se sobressaiu. Também figuraram as palavras “caça”, “pesca”, “agricultura”, “floresta”, “palha”, etc. Aspectos alimentares foram os mais apontados. Chama a atenção que nenhuma característica arquitetônica sobre a construção de moradias ou de monumentos foi descrita. O termo “cerâmica” não foi utilizado. Nenhum grupo foi diferenciado na sua cultura, economia, sociedade, geografia, entre outras características. As respostas são generalizadas; basicamente citaram que caçavam, pescavam, coletavam e moravam em ocas.<sup>1050</sup>

<sup>1047</sup> CHITOLINA, 2021a.

<sup>1048</sup> CHITOLINA, 2021a.

<sup>1049</sup> CHITOLINA, 2021a.

<sup>1050</sup> CHITOLINA, 2021a.

Essa generalização pretende ser combatida, conforme o parecer endereçado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e à Câmara de Educação Básica (CEB), que trata das diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n.º 11.645/2008. Esse parecer censura os preconceitos e estereótipos contra as populações indígenas; seus autores registram sinteticamente alguns problemas relacionados à representação dos povos indígenas no imaginário social brasileiro: a apresentação dos povos indígenas pela negação de traços culturais; a generalização de traços culturais de um povo para todos os povos indígenas; a prática recorrente em evidenciar apenas características pitorescas e folclóricas no trato da imagem dos povos indígenas; a ocultação da existência real e concreta de povos indígenas particulares, na referência apenas “aos índios” em geral; a ênfase ao “empobrecimento” material dos estilos e modos de vida dos povos indígenas.<sup>1051</sup> Na pesquisa, notou-se que há, no imaginário social dos estudantes, a reprodução de vários estereótipos apontados no parecer.

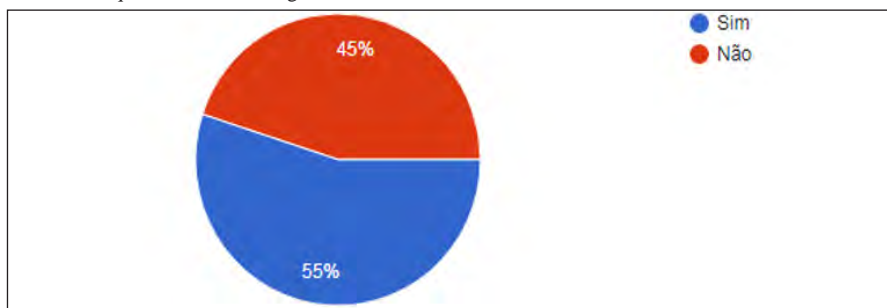
Nas respostas dos estudantes, não foi possível distinguir singularidades que diferenciasssem minimamente alguma ocupação indígena regional. Os aspectos relacionados à alimentação se sobressaíram em descrições generalistas: “comiam através da caça, suas casas eram feitas somente de materiais naturais”; “os indígenas viviam da caça, pesca, agricultura do milho, amendoim, feijão, batata-doce”; “as casas eram feitas de folhas, cipó, fibras”; “eles viviam em aldeias com casas feitas de palhas encontradas, viviam da caça e da pesca não usavam roupas costumavam se pintar de tintas que eles mesmos criavam”; “eles não tinham tecnologia e caçavam e pescavam para se alimentar”; “sim, viviam em ocas e cabanas”; “viviam de pesca e agricultura”; “viviam das comidas

<sup>1051</sup> Cf. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.º 14/2015. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 43. Brasília: MES, 18 abr. 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias). Acesso em: 4 jan. 2022.

que eram da Mãe Terra, por exemplo, a mandioca e o trigo”.<sup>1052</sup> A afirmação de que os indígenas moravam em ocas repete-se constantemente. Essas respostas corroboram o entendimento de que a maioria dos estudantes ignora a diversidade cultural dos caçadores-coletores, dos Jê (modernos Kaingang e Xokleng) e dos Guarani. A noção que eles têm é, sem dúvida, de um indígena genérico.

Outro questionamento procurou saber sobre os locais em que os indígenas são encontrados na cidade em que o estudante vive: a resposta “não sei” foi a mais destacada, seguida por outras como “nos lugares públicos vendendo artesanato e marcela”, “na praça”, “na rodoviária”, “em todos os lugares, pelo centro”.<sup>1053</sup> Apesar de constar no quadro de respostas a ausência de muitos conhecimentos sobre a história indígena da região Oeste de Santa Catarina, 55% dos discentes registraram que já desenvolveram pesquisas sobre os indígenas que vivem atualmente na região, de acordo com o Gráfico 24.

Gráfico 24 – Questão: Na escola, você já desenvolveu pesquisas sobre os indígenas que viveram ou que vivem na sua região?



Fonte: Chitolina (2021a).

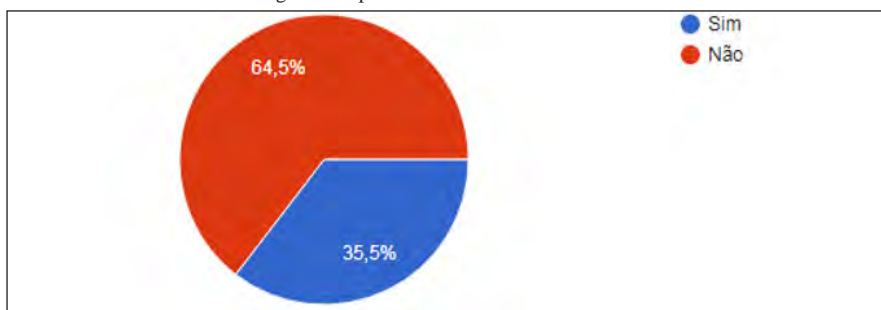
Em outra questão que trata sobre a cultura material indígena, 35,5% dos estudantes indicaram que possuem ou conhecem pessoas que têm

<sup>1052</sup> CHITOLINA, 2021a.

<sup>1053</sup> CHITOLINA, 2021a.

pedras, fragmentos cerâmicos ou outros objetos produzidos pelos indígenas do passado, conforme mostra o Gráfico 25.

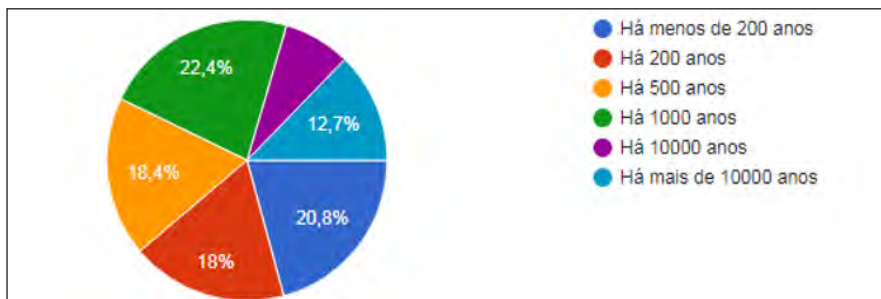
Gráfico 25 – Questão: Você já encontrou ou conheceu pessoas que têm em casa pedras ou fragmentos cerâmicos dos indígenas do passado?



Fonte: Chitolina (2021a).

Conforme consta no primeiro capítulo desta tese, os caçadores-coletores viviam na região Oeste de Santa Catarina há pelo menos 11.700 anos. Acerca dessa profundidade temporal, não há consenso entre os estudantes, pois apenas 12,7% responderam assertivamente. Importa destacar, ainda, que 38,8% subentendem que os indígenas viviam na região há mais ou menos 200 anos. O Gráfico 26 mostra esses resultados.

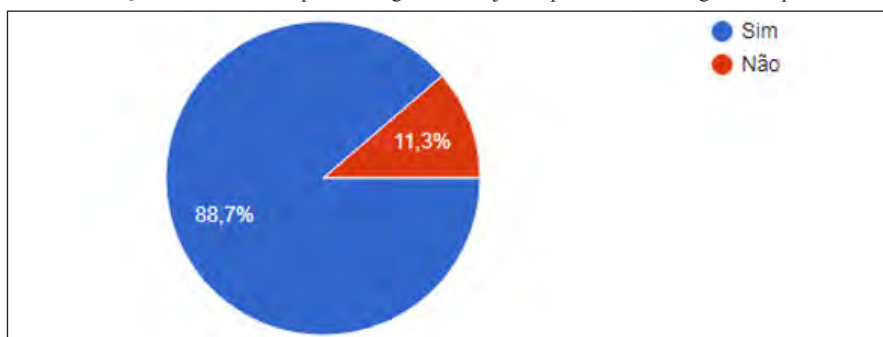
Gráfico 26 – Questão: Há quanto tempo você acha que os indígenas vivem na região oeste de Santa Catarina?



Fonte: Chitolina (2021a).

Ao serem questionados acerca da continuidade histórica entre os indígenas do passado e os de hoje, a maioria dos alunos, 88,7% compreendem a ancestralidade (Gráfico 27).

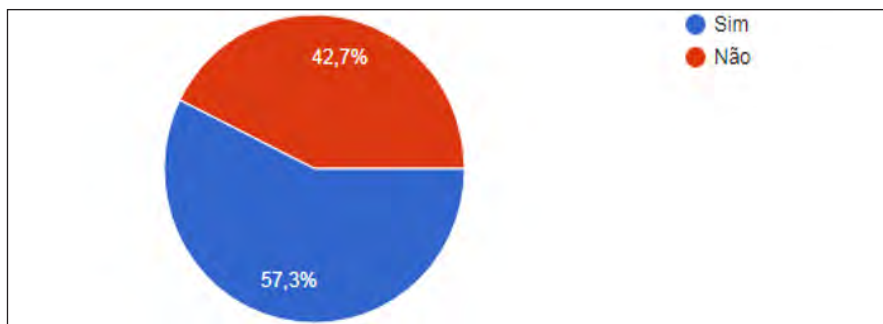
Gráfico 27 – Questão: Você acha que os indígenas de hoje são parentes dos indígenas do passado?



Fonte: Chitolina (2021a).

Outro dado demonstra que 57,3% dos estudantes têm interesse em estudar a temática indígena regional (Gráfico 28). Na escola, a contextualização da temática indígena regional contribuiria para a desconstrução de conceitos preconceituosos, equivocados, estereotipados, eurocêntricos e discriminatórios.

Gráfico 28 – Questão: Você tem algum interesse em estudar a história indígena?



Fonte: Chitolina (2021a).

De acordo com as diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, “desde a aprovação da Lei n.º 11.645/2008, as redes de ensino e suas instituições educacionais têm sido desafiadas a trazer a temática da história e das culturas dos povos indígenas para dentro dos estabelecimentos de ensino”.<sup>1054</sup> No entanto, conclui-se que no oeste catarinense, de acordo com os dados levantados na pesquisa, é possível inferir que as redes de ensino municipais e estaduais, por meio de suas instituições educacionais, não obtiveram êxito na ação, em virtude dos dados empíricos apresentados ao longo desta pesquisa.

### *Algumas considerações*

Pensando no entrelaçamento da primeira parte deste quarto capítulo, que analisa as coleções de livros didáticos mais utilizadas na Educação Básica nas escolas públicas não indígenas do oeste catarinense, e da segunda parte, que investiga a visão de docentes e discentes sobre a temática indígena regional, infere-se que, ao pensar no novo Ensino Médio, a disciplina de História teve seu tempo diminuído; também, perdeu sua identidade como disciplina, pois foi homogeneizada no termo “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”.

Além disso, acerca da temática indígena, os novos componentes curriculares prezam pela eliminação de imagens e conteúdos estereotipados e preconceituosos, entretanto pouco se sintonizam com a temática da história e das culturas dos povos indígenas catarinenses, quiçá da região Oeste do estado. Um exemplo disso, ao menos nas coleções analisadas para o novo Ensino Médio, é o fato de que os caçadores-coletores e os Jê Meridionais foram completamente ignorados no seu contexto histórico e cultural milenar.

<sup>1054</sup> BRASIL, 2015, p. 2.

As redes de ensino municipais e estaduais têm muito a fazer para combater a discriminação endêmica relacionada à história e às culturas dos grupos indígenas do oeste catarinense. Porque os povos indígenas não compõem uma unidade homogênea: há singularidades étnico-sociais, por isso não podem ser descritos em um modelo uniforme, que não respeita a diversidade cultural.

Para além do livro didático, para que a diversidade cultural seja contemplada, os docentes precisam se sensibilizar, engajar-se e comprometer-se com a mudança de olhar. Além disso, precisam contar com materiais didáticos contemporâneos que abordem com maestria a temática indígena. “Não se trata apenas de praticar a *tolerância* em sala de aula, ou realizar *breves visitas* à cultura do Outro, ou ainda *contemplar* minorias que eram consideradas *excluídas* ou mal representadas nas práticas escolares.”<sup>1055</sup> Trata-se de ultrapassar processos estruturais de exclusão e invisibilidade histórica que implicam “[...] também mudanças no imaginário social que permeia a formação de professores. Não só a formação profissional, mas também a pessoal”.<sup>1056</sup>

Considera-se fundamental que as Secretarias de Educação estaduais e municipais capacitem, por meio de formação continuada os docentes, para que eles estabeleçam recortes sobre a presença indígena da cidade, da região e do estado onde o aluno vive, pois há uma pluralidade de povos indígenas no País. De acordo com último Censo Demográfico do IBGE, de 2010, “há povos indígenas em todos os estados brasileiros, habitando em 80,5% dos municípios, pertencentes a 305 povos, falando 274 línguas diferentes”.<sup>1057</sup> Se o estudante não entrar em contato com informações amplas e coerentes, se ele não se sentir parte dessa mesma história humana, como poderá entender a diversidade cultural da qual faz parte?

<sup>1055</sup> SILVA; SILVA, 2020, p. 72.

<sup>1056</sup> SILVA; SILVA, 2020, p. 72.

<sup>1057</sup> SILVA; SILVA, 2020, p. 62.

Vivenciar experiências de pertencimento ou de alteridade é importante para a aprendizagem. Como o estudante vai olhar para o passado doloroso ao qual os indígenas foram submetidos e resistiram ao longo da história? Reitera-se que a formação continuada dos docentes é essencial para diminuir o descompasso entre os subsídios oferecidos pelo livro didático e a história indígena milenar. Quando o protagonismo do próprio estudante é invisibilizado no livro didático, quando o lugar que ele vive não é integrado à macro-história com a qual ele tem contato, são inibidas as possibilidades de compreensão de sua própria agência na história.

Para tanto, o Ministério Público poderia fiscalizar e exigir das redes estaduais e municipais o cumprimento da Lei n.º 11.645/2008. Porém, segundo Brighenti, “não foram criados mecanismos de controle que permitem acompanhar sua efetivação e punir desvios e desrespeitos legais”.<sup>1058</sup> O mesmo autor infere que as universidades não sofrem qualquer penalidade por não criarem disciplinas e contratar docentes específicos para a formação de professores da Educação Básica; poucas são as universidades que criaram essa disciplina. Há escolas que sequer conhecem a existência da lei e secretarias da educação dos estados e municípios que não dedicam atenção ao tema. Portanto, em grande medida, esse aspecto é reflexo da ausência de mecanismos que possibilitam o controle e a fiscalização para o efetivo cumprimento da lei.<sup>1059</sup>

De acordo o capítulo 3 desta tese – “Os usos da memória, do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena no oeste catarinense” –, o CEOM, a UFFS, os museus, as comunidades indígenas, entre outras instituições, têm muito a contribuir para reduzir a superficialidade, a discriminação acerca da temática indígena regional pretérita e contemporânea em âmbito escolar.

<sup>1058</sup> BRIGHENTI, 2015, p. 2.

<sup>1059</sup> Cf. BRIGHENTI, 2015, p. 2.

Processos educativos que prezam por democracia, igualdade social, educação intercultural, respeito à diversidade, multiculturalismo e decolonialidade não precisariam de imposições legais para popularizar o conhecimento e, especialmente, a compreensão de docentes e discentes sobre a história e a cultura indígenas no ambiente escolar; segundo Brighenti, essas ações deveriam ser “naturais”.<sup>1060</sup>

#### 4.3 “NÃO SEI” E AS IDEIAS DE BOURDIEU E PASSERON

Na década de 1960, Bourdieu e Passeron, através de investigação sociológica sobre o sistema escolar francês, na obra *A reprodução*, teceram críticas à escola em virtude da neutralidade institucional ao reproduzirem-se os valores da sociedade francesa detentora de maior capital econômico-cultural. A teoria que escancarou as desigualdades sociais reproduzidas no ambiente escolar se espalhou pelo mundo; embora uma parcela da intelectualidade acadêmica a critique, muitas ideias ainda se mostram incontestáveis. Para os autores, na escola, indiretamente, os estudantes entram em contato com a educação formal de caráter classicista, e pedagogicamente vão-se encaixando nas estruturas sociais que privilegiam a classe dominante, ou seja, a classe detentora de maior capital econômico.

Bourdieu e Passeron defendem a tese de que “a reprodução do sistema de ensino como instituição relativamente autônoma permite a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução social reforça, como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de forças no seio da sociedade”.<sup>1061</sup> Dessa forma, é possível entender que o sistema de ensino propaga no ambiente escolar a reprodução, a homogeneidade da cultura

<sup>1060</sup> BRIGHENTI, 2015, p. 2.

<sup>1061</sup> BOURDIEU; PASSERON, Contracapa. In: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

dominante. Essa cultura dominante exclui culturas desprestigiadas pelos detentores do poder. A cultura das “minorias”, como é o caso da indígena, não se encaixa nos padrões preestabelecidos pelos não indígenas. Esses argumentos favorecem o entendimento sobre alguns resultados alcançados por meio das enquetes direcionadas aos docentes e discentes das escolas públicas não indígenas do oeste catarinense.

Em outra obra, *Escritos em Educação*, Bourdieu, em conjunto com outros autores, explica de maneira original “as funções e o funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas e sobre as relações que mantêm os diferentes grupos sociais com a escola e com o saber”.<sup>1062</sup> Nessa obra, ficam explícitas as artimanhas do “imperialismo cultural que repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais”.<sup>1063</sup> Essas ideias favorecem o entendimento de que as desigualdades sociais são legitimadas e potencializadas pelo viés escolar; ou, ainda, que “o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns”, reproduz, dissimula e legitima socialmente a cultura dominante.<sup>1064</sup> Nesse caso, o sistema de ensino não almeja a igualdade que “supõe também o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade”.<sup>1065</sup>

Com base nas ideias do sociólogo, em consonância com as respostas dos docentes e discentes, é possível inferir que, ao longo de séculos, no Brasil, em âmbito educacional, a temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”, pensada numa hierarquia social como objeto, foi considerada

<sup>1062</sup> NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (org.). *Escritos em Educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

<sup>1063</sup> BOURDIEU, Pierre; WACQUANT Loic. Prefácio: Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: NOGUEIRA; CATANI, 2007, p. 17.

<sup>1064</sup> BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA; CATANI, 2007, p. 223.

<sup>1065</sup> MUNANGA, 2003, p. 4.

menos prestigiosa, relegada a planos secundários. Tanto é que foi necessário criar uma lei: porque os negros e indígenas se posicionaram contra a hegemonia da história e da cultura eurocêntrica (dominante) e foram em busca de propostas transformadoras.

Essa resistência clamou pela formulação da Lei n.º 11.645/2008, que se posicionou justamente contra a hierarquia cultural narrada nas décadas de 1960 e 1970, na França, por Bourdieu e Passeron. Ao generalizar uma visão particular de mundo, em âmbito escolar, foram, e em muitos casos continuam sendo, invisibilizadas particularidades histórico-culturais sobre o universo indígena. Notou-se que há tentativas para mudar essa realidade, conforme o Parecer CNE/CEB n.º 14/2015; mas, passados 14 anos da vigência dessa lei, a escola se mostra incapaz de realizar tal tarefa com sucesso. Um exemplo disso é o fato de que, entre os 800 indivíduos que participaram da enquête, nenhum nominou assertivamente as ocupações indígenas constituidoras da região Oeste de Santa Catarina: os caçadores-coletores, os Jê Meridionais (atuais Kaingang e Xokleng) e os Guarani – tampouco diferenciando-as culturalmente.

Certas reflexões registradas nas obras *Escritos em Educação e A reprodução* mostram-se presentes nas salas de aula no oeste de Santa Catarina ao analisar-se a temática indígena no ambiente escolar. Por isso, nesta parte, utilizam-se muitas ideias registradas nas obras citadas. Bourdieu, ao mirar no sistema de ensino francês, detectou mecanismos de reprodução social. Ele notou que os conhecimentos repassados são aqueles herdados e valorizados pela própria sociedade que os produz e os consome.

Ao pensar nas perspectivas de Bourdieu, infere-se ser sabido que a história e a cultura indígenas compõem os currículos escolares. Então, por que os estudantes não se apropriaram de alguns conhecimentos singulares, como o nome das ocupações indígenas constituidoras da região onde vivem, por exemplo? Arrisca-se como resposta o fato de que 100% dos docentes

também não nominaram assertivamente os nomes dos referidos grupos. Os caçadores-coletores e os Jê Meridionais não foram mencionados. O termo “não sei” se sobressaiu no conjunto das respostas. A maioria desses docentes, 89,8%, informaram não ter recebido, de suas redes de ensino, formação continuada sobre a temática indígena regional e 73,7% sentem-se incapacitados para trabalhar a temática indígena na sala de aula.<sup>1066</sup>

Ao observar os resultados das questões lançadas entre os docentes e discentes, tem-se a ideia de que a Lei n.º 11.645/2008 pouco influenciou na popularização da história e da cultura indígenas regionais. Obviamente que as respostas representam uma ínfima escala do público escolar do oeste catarinense. Sabe-se do trabalho efetivo realizado pelo CEOM, pela UFFS e por outras instituições conectadas à temática indígena regional; entretanto, por meio da amostra, percebeu-se que, entre os participantes da pesquisa, muitos desconhecem os múltiplos saberes e fazeres dos diferentes grupos indígenas pretéritos e atuais. Trata-se de um problema amplo e estrutural, um descompasso histórico. O que falta mesmo, junto com a Legislação, é uma política pública de formação em nível acadêmico e de formação continuada.

A escola pública, na Educação Básica, de forma direta, não se mostrou agente transformadora e/ou popularizadora da cultura e da história indígena regional. Não basta criar uma lei federal para “abafar” as mazelas históricas do olhar eurocêntrico reproduzido na escola ao longo do tempo. Os docentes necessitam de suporte efetivo para romper a barreira do senso comum em relação à temática indígena, para, juntamente com seus discentes, ampliar a bagagem cultural acerca do tema e entrar em contato com saberes milenares, com novas formas de ver e viver no mundo.

O conceito de Bourdieu sobre a “reprodução social” no ambiente escolar é visível quando os indivíduos, de forma implícita, são condicionados à reprodução das desigualdades sociais vivenciadas externamente na

<sup>1066</sup> CHITOLINA, 2021b.

sociedade. Obviamente que o contexto acerca do qual Bourdieu teorizou suas ideias era diferente do contexto atual das escolas públicas do oeste de Santa Catarina – pois ele escreveu nos idos de 1960/1970, na França, período de implantação do ensino público gratuito; entretanto, ao se pensar no campo<sup>1067</sup> das Ciências Humanas, mais precisamente no subcampo da História, dividida em regiões menores (entre elas, a história indígena, que pelo viés do livro didático é abordada em escala nacional), o lugar relegado a essa subárea é desprestigiado, seu capital social<sup>1068</sup> é singelo segundo os resultados da pesquisa.

Tudo parece indicar que, no ambiente escolar, ocorre um apagamento contínuo e sistemático da memória indígena regional, justamente pelo fato de que as redes de ensino municipais e estaduais insuficientemente utilizaram veículos de mediação entre a história/cultura indígena e os docentes e discentes. Ou seja, não deram conta de capacitar seus profissionais em ampla escala para que internalizassem e partilhassem com seus discentes as propostas da Lei n.º 11.645/2008.

Com base nos resultados alcançados, concluiu-se que, no ambiente escolar, ao ser invisibilizada, a temática indígena regional sofre aquilo que Bourdieu nominou de “violência simbólica”<sup>1069</sup>, porque não recebe o mesmo tratamento dado às outras áreas do conhecimento, consideradas mais “interessantes” aos olhos da sociedade catarinense, composta majoritariamente por descendentes de europeus, conforme dados do Censo de 2010. Logo, a escola, ao expandir e institucionalizar a “cultura universal”, ao proporcionar uma educação uniformizante, não se mostra

<sup>1067</sup> Campo: “para designar nichos da atividade humana nos quais se desenrolam lutas pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados. Esses conflitos consagram valores que se tornam aceitáveis pelo senso comum. Todo campo pode ser dividido em regiões menores, os subcampos, que se comportam da mesma forma que os campos” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 29).

<sup>1068</sup> Capital social: “rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinados grupos” (NOGUEIRA; CATANI, 2007).

<sup>1069</sup> “E, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.” (BOURDIEU; WACQUANT, 2007, p. 19).

uma estância transformadora e democrática no sentido multicultural; não supera as diferenças de origem; legítima e privilegia o “capital cultural”<sup>1070</sup> dos eurodescendentes, que, em alguns casos, também são detentores de maior “capital econômico”<sup>1071</sup>.

As redes de ensino municipais e estaduais não tornaram a temática da cultura e da história indígena regional na Escola Básica algo natural, não a transformaram num *habitus*<sup>1072</sup> (numa durável bagagem cultural incorporada pelos agentes escolares). Ao mirar o resultado da pesquisa, tendo como exemplo o fato de que 100% de docentes e discentes não responderem assertivamente sobre o nome das ocupações indígenas do oeste catarinense, já se tem uma demonstração de que este assunto não compõe o capital cultural dos participantes da enquête.

Também ficou claro que, no campo autônomo de cada ciência trabalhada em âmbito escolar, o subcampo relegado à temática indígena regional não alcançou êxito na disputa de poder entre as outras áreas do conhecimento. Ou seja, historicamente, o campo educacional reproduz seu universo exterior, no qual o “capital simbólico”<sup>1073</sup>, a honra, a importância

<sup>1070</sup> Capital cultural: “É o acúmulo das habilidades e saberes intelectuais herdados e incorporados no seio familiar [e escolar], com a apropriação de títulos acadêmicos, usufruto de bens culturais como obras de arte, música erudita, livros, visitas a lugares de culturas, etc., enfim investimentos que pressupõem capital econômico.” (BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA; CATANI, 2007, p. 71-80). Além disso, o sucesso escolar, materializado nos títulos acadêmicos, no vocabulário culto, na forma de se portar, “depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço” (BOURDIEU, 2007, p. 74).

<sup>1071</sup> Capital econômico: “o capital se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e se reproduz de acordo com a habilidade do seu detentor em investir” (THIRY-CHERQUÈS, 2006, *passim*).

<sup>1072</sup> *Habitus*: “São as disposições adquiridas pela experiência dos agentes sociais, indivíduos ou grupos, que variam no tempo e no espaço. Do berço ao túmulo se absorve e se reestrutura o *habitus*, condicionando as aquisições mais novas pela mais antigas. Percebe-se, pensa-se e, age-se dentro da estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupa-se. *Habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predis põe os indivíduos a fazerem suas escolhas.” (SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.º 20, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/rbedu/a/mSxXfdBBqghYyw4mnm5m8pw/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2020). Outra ideia: “São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. O produto de uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude “natural” de nos conduzirmos em um determinado meio.” (THIRY-CHERQUÈS, 2006, p. 29). NOGUEIRA; CATANI, 2007.

<sup>1073</sup> Capital simbólico: “Os capitais econômico, social e cultural de um indivíduo, em conjunto, formam o capital simbólico que representa o valor, a honra, o prestígio perante a sociedade.” (BOURDIEU, 2007,

relegada à temática da cultura e da história indígenas regionais foram hierarquicamente desprestigiados, ignorados, invisibilizados nessas ideias que se materializam na escola, tomando por critério o termo que mais se sobressaiu na enquete: “não sei”.

...

Ao finalizar este capítulo quatro, constatou-se que a superficialidade de conhecimento sobre a temática indígena relacionada ao oeste catarinense, entre a maioria dos docentes e discentes, é uma realidade. É evidente que os livros didáticos distribuídos no Brasil não contemplam a escala local, assim como a própria formação acadêmica da maioria dos docentes; mas como ensinar ou aprender sobre a história global, dos continentes, do país, se não se tomar posição a partir do lugar onde se vive?

Com base no entendimento sobre a temática indígena regional, em especial de seu município, docentes e discentes poderiam refletir acerca da organização territorial, das desigualdades sociais, das fricções étnicas que se desenvolveram nesse espaço ao longo do tempo. Dessa forma, poderiam interferir de maneira ativa na solução de problemas da comunidade à qual pertencem, pois eles também são agentes históricos construtores, potencializadores e transformadores da realidade.

Ressalta-se que, na escola, a temática indígena não deve se limitar ao singular sobre o recorte geográfico em que seu público vive. Apenas considera-se importante conhecer a escala local/regional para entender as outras escalas. Para a escala regional não ficar marginalizada, conforme se constatou nos livros didáticos que privilegiam a escala nacional (e, em três coleções, as escalas mesoamericana e andina), são necessários planejamento e engajamento de muitos setores educacionais. Os professores não têm

---

p. 71).

condições de dar conta, individualmente, dessas e tantas outras demandas. Ou, ainda, necessita-se da inclusão, nos livros didáticos, de atividades que estimulem o olhar para a história indígena do lugar onde o estudante vive. Há, também, que se investir na oferta de literaturas, cursos de formação continuada e oficinas destinadas aos docentes que ressaltem a importância e a obrigatoriedade de se trabalhar a temática indígena na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Esta tese, em História Regional, desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), é uma resposta ao enfrentamento de muitos desafios em busca de uma educação intercultural, antirracista e humanizada. Sob o ponto de vista educacional, histórico e social, inicialmente contribui, através de narrativas e estudos de especialistas, à apresentação de uma síntese sobre a história indígena milenar do atual oeste catarinense e suas áreas adjacentes, acerca dos caçadores-coletores, os Jê Meridionais (atuais Kaingang e Xokleng) e os Guarani.

Também, contribui com reflexões sobre os processos históricos que invisibilizaram essa história indígena em virtude das fricções étnicas (entre indígenas, negros, caboclos, descendentes de europeus e outros), da percepção popular e pública dessas existências e de sua história. Além disso, ao identificar os usos da memória, do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena do oeste catarinense, a pesquisa procurou contribuir à amostragem de elementos importantes para a construção do conhecimento (em âmbito escolar e fora dele) sobre a temática.

Por fim, outros benefícios que este estudo deixa para a Educação Básica são as reflexões e o alerta de que a milenar história indígena regional é tratada com superficialidade ou negligenciada no ambiente escolar. O Estado, por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e das Secretarias Municipais de Educação (SME), ao cumprir a Lei n.º 11.645/2008 de maneira irrelevante, estanca a possibilidade de docentes e discentes das escolas públicas não indígenas refletirem sobre o processo de ocupação


territorial, a pluralidade, o multiculturalismo, o racismo ou, ainda, as visões críticas e decoloniais sobre o lugar onde vivem.

Nestas considerações finais, também se apontam alguns limites desta pesquisa, entre eles a complexidade e abrangência do tema que envolve mais a arqueologia do que a história. Além da escrita da tese em tempos pandêmicos, razão que justifica o gigantismo nos capítulos, outra questão: até 2020, já havia selecionado as fontes e acabei “girando em círculos” por conta do isolamento, da falta de acesso aos lugares de cultura e, principalmente, às escolas da região.

Para além do apontamento sobre os limites desta investigação, com base nos resultados alcançados, apontam-se novas possibilidades de estudos sobre a temática: a forma como o patrimônio e a memória indígena são trabalhados nas escolas indígenas do oeste catarinense; também considera-se interessante a elaboração de pesquisas toponímicas etnolinguísticas em âmbito estadual e/ou sul-brasileiro; ainda, estudos que denotem a ausência de atitude efetiva dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado acerca do cumprimento parcial ou do descumprimento da Lei n.º 11.645/2008 por parte da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais de Educação.

Deixando para trás as narrativas sobre as influências no processo de construção desta tese, ao finalizar esta etapa, pontuam-se os resultados alcançados. Para não gerar estranhamento, alerta-se que as considerações são respectivas a cada capítulo e os últimos parágrafos respondem ao problema de pesquisa.

Então, ao findar o primeiro capítulo – “Oeste indígena: povoações remotas” –, faz-se um relato dessa “viagem” ao oeste catarinense e arredores. Na trajetória, diversos problemas foram enfrentados, entre eles a escrita da tese simultaneamente a uma pandemia mundial e à dificuldade para lapidar o conteúdo obtido com as entrevistas. Esses problemas foram superados



parcialmente após a qualificação, com o apoio de minha orientadora, dos membros da banca e do padre Schmitz, que também qualificou o texto. Entretanto, com o auxílio dos guias desta viagem – José María López Mazz, Mirian Carbonera, Rafael Corteletti e Pedro Ignácio Schmitz – e os autores que trilharam percursos similares, foi possível, nesse capítulo, dar visibilidade e sentido à narrativa sobre a história indígena, o que no princípio parecia impossível.

Assim, no decorrer do percurso, procurou-se saber quais são os registros arqueológicos, a partir de narrativas e pesquisas de especialistas que testemunham a história dos caçadores-coletores, Jê Meridionais e Guarani da região Oeste de Santa Catarina antes da chegada dos europeus. Transcorrido o capítulo, notou-se que, entre as centenas de sítios arqueológicos conhecidos, há uma área valiosa, na região do alto rio Uruguai, para entender o povoamento mais remoto da bacia do rio da Prata, à qual o oeste catarinense se integra.

No alto rio Uruguai, o sítio arqueológico ACH-LP-07, localizado em Águas de Chapecó, nas proximidades da foz do rio Chapecó com o rio Uruguai, é o lugar que abriga vestígios com as datas mais recuadas sobre os caçadores-coletores (11.700 anos), possivelmente a data mais longínqua para Santa Catarina. Além desses grupos longevos, o sítio também abriga a unidade arqueológica Tupiguarani. Para além desse local, outro lugar importante para a compreensão das ocupações mais distanciadas é Itapiranga, também no alto rio Uruguai, entre outros.

Na região Oeste, a ocupação humana mais antiga é dos caçadores-coletores. Na literatura recente, são representados pelos portadores da tradição Umbu. O termo “Umbu”, como inferiu Schmitz, significa a forma de lascar a pedra para fazer as pontas de suas flechas – esse é o principal legado que os identifica, além do contexto arqueológico onde esses projéteis são encontrados. Os sítios estão espalhados pelos estados do Rio Grande do Sul,


Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Uruguai e Paraguai; seus assentamentos são encontrados ao longo dos rios maiores. A arqueologia não identificou descendentes desses grupos.

Os caçadores-coletores viviam em pequenos grupos, que andavam juntos conforme as estações (em média 20 pessoas, no máximo 50). Então, o que aconteceu? Schmitz respondeu que eles podem ter-se mesclado com os Jê e com os Guaraní, mas isso não foi verificado. Ou sucumbiram diante do avanço de novas tecnologias? Schmitz também respondeu que, para a região Oeste de Santa Catarina, isso não foi averiguado.

O grupo sucessor dos caçadores-coletores que utilizavam a tecnologia Umbu, no espaço em que hoje é o oeste catarinense e arredores, foi o Jê Meridional. Por meio da glotocronologia, inferiu-se que um possível “começo” para os Jê seria há aproximadamente 12.500 anos, no Brasil central, nos cerrados entre Minas Gerais e Goiás, de onde se expandiram, chegando ao Sul há 3.000 anos, ou seja, 1.000 a.C., como relatou Schmitz.

Por sua vez, Corteletti enfatizou que o termo “proto-Jê” se refere à ancestralidade das atuais línguas Kaingang e Xokleng (que sobreviveram no lado oeste), além das extintas línguas Ingain e Kimdá (que desapareceram no leste, por causa do genocídio ocorrido com a chegada dos europeus na América). Lembrando que o termo “proto-Jê do Sul”, além de se referir às línguas, também identificaria os sítios anteriores a 1300, tempo em que ocorreu a divisão linguística conforme a dispersão do grupo, fenômeno registrado por Corteletti.

Ao longo da trajetória, vislumbraram-se, por meio da cultura material, algumas maneiras de os grupos Jê Meridionais ocuparem o espaço: a engenharia de terra nas construções das suas habitações rebaixadas e de seus monumentos (os danceiros e aterros plataforma); as diversas tipologias dos sítios conforme a passagem do tempo e da mobilidade no espaço, ocasionada, entre outros fatores, pelo contato com os estrangeiros



Guarani. Também se vislumbrou a forma como exploravam os recursos para garantir a subsistência que se dava por meio da caça, da pesca, da coleta (o pinhão era muito importante) e da agricultura, levando à fabricação da cerâmica. Essa produção cerâmica batizada de “tradição Itararé-Taquara” e o contexto arqueológico no qual as peças são encontradas se caracterizam pela localização geográfica (áreas de planaltos); pelas formas de sítios, que podem ser com engenharia de terra, a céu aberto, com ou sem pinturas rupestres, com diferentes formas de enterramento dos mortos, entre outros aspectos. Além disso, ressalta-se que o Jê Meridional pertence ao tronco linguístico Jê, da família linguística Macro-Jê, falante das línguas Xokleng e Kaingang; etnicamente, são os históricos Kaingang e Xokleng.

Para além dos grupos caçadores-coletores e dos Jê Meridionais, abordaram-se aspectos relacionados aos Guarani. Sobre esse grupo, Carbonera e Schmitz disseram que os Guarani têm origem amazônica, na região dos rios Guaporé e Madeira. De lá teriam migrado, possivelmente há 3.000, 4.000 anos, em duas frentes: a primeira para o litoral brasileiro, e a outra alcançou até o rio da Prata. Estabeleceram-se nas matas da bacia do rio Paraná, do rio Paraguai; mais tarde, há 500, 600 anos, no rio Uruguai. Assentavam-se próximos aos grandes rios, onde também são encontrados em profundidade os vestígios dos caçadores-coletores, diferentemente dos Jê, que preferiam o planalto (há sítios que abrigam vestígios dos três grupos).

Muitos são os aspectos que distinguem os Guarani como grupo: a produção cerâmica Tupiguarani, que, além das funções domésticas, era utilizada para enterrar os mortos; a construção de grandes aldeias, sempre próximas às corredeiras – eram hábeis canoieiros; faziam plantios diversificados; caçavam vertebrados e invertebrados, pescavam grandes peixes; eram coordenados por caciques locais, mas não formaram uma federação; praticavam rituais antropofágicos regados a bebidas etílicas consumidas especialmente pelos homens, mas produzidas pelas mulheres. No âmbito religioso, eram anímicos, acreditavam em algo superior (Tupã);

no século XVII, após a criação das reduções jesuíticas (que não alcançaram o oeste catarinense, pois não deu tempo), foram implantadas novas crenças. Como lembrou Schmitz, talvez alguns indígenas do alto rio Uruguai fossem às missões individualmente, mas a missão nunca chegou nesse lugar. O Guarani e o Jê tinham inimigos em comum: os bandeirantes paulistas que os caçavam, escravizavam e os levavam para as fazendas paulistas – os bandeirantes que desciam pelo rio Uruguai para atacar os indígenas missionários podem ter sido os responsáveis pelo despovoamento do vale, registrou Schmitz.

Enfim, notou-se que os caçadores-coletores antecederam os Jê no oeste de Santa Catarina, e que os Guarani migraram depois dos Jê para essa região. Porém, no principiar do século XVI, com a chegada dos europeus na América, os povos indígenas vivenciaram uma história de espólio e tentativa de extermínio que se prolongou e se intensificou, a partir do século XIX, por meio do processo de europeização, proposto inicialmente pelas monarquias de Portugal e Espanha.

Mais tarde, já no século XX, esse processo teve continuidade e foi potencializado por ações do Estado e das companhias colonizadoras que intercambiaram a migração de sul-rio-grandenses, descendentes de europeus, para a região Oeste de Santa Catarina, e também de imigrantes vindos diretamente da Europa. Porém, apesar de um passado doloroso, os indígenas tiveram continuidade, eles não desapareceram, conforme o desejo utópico da maioria dos conquistadores. Na contemporaneidade, há no Brasil um crescimento demográfico urbano vegetativo e de autorreconhecimento das populações indígenas.

As múltiplas informações partilhadas no primeiro capítulo nortearam o capítulo quatro desta tese. Os relatos dos expositores, as imagens e as referências bibliográficas deram notoriedade à história milenar dos povos indígenas da região Oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná, norte do

Rio Grande do Sul, da província de Misiones (no nordeste da Argentina), além de outras áreas adjacentes. A inclusão da trajetória indígena nessa região, por meio das narrativas de Mazz, Schmitz, Corteletti e Carbonera, salvaguarda inúmeras informações negligenciadas no ambiente escolar. As experiências partilhadas pelos expositores saíram do senso comum, promoveram aprofundamentos sobre o tema e, de certa forma, contribuem para dar visibilidade à história indígena de longa duração no oeste de Santa Catarina e seu entorno.

Os depoimentos demonstraram que, “sim”, os indígenas existiram, eles estavam (e estão) na região, a ocupação foi e é efetiva. Porém, em âmbito educacional, “geralmente”, a história da coletividade indígena regional não ocupa o lugar ao qual tem direito e que tanto poderia contribuir para o estudante (não indígena) conhecer outras formas “de ser, de viver e de ocupar o espaço”.<sup>1074</sup> Essa invisibilidade reforça o racismo tantas vezes presente no ambiente escolar, e fora dele.

Para além das reflexões apontadas no primeiro capítulo, registrou-se no segundo capítulo – “Uma região de fronteira: fricções étnico-históricas e a delimitação geográfica do (atual) oeste catarinense” – que essa região é composta por 119 municípios: 82 deles fazem parte do espaço fronteiriço entre Santa Catarina e Argentina, uma faixa de fronteira de 150 km que avança pelo interior do estado; 10 desses municípios têm seus limites entrelaçados com a Argentina.

No passado, a região Oeste já foi identificada, em documentação oficial, por terra dos Biturunas/Botocudos (atuais Xokleng) e dos Guñanas/Coroados (atuais Kaingang), terras adjacentes aos Campos de Guarapuava, Campos de Palmas, Serra, Chapecó/Oeste – além dessas nomenclaturas, existem outras. Percebeu-se que as mudanças toponímicas ocorreram em virtude dos projetos governamentais direcionados a esse território em

<sup>1074</sup> WITTMANN, 2020.

processo de integração nacional, nos tempos da Colônia, do Império e da República. Para cada nome, há uma relação entre sua população, o espaço produzido e a toponímia empregada.

Notou-se que distintas ocupações humanas exerceram ações transformadoras nesse lugar e que as primeiras foram de caçadores-coletores portadores da tradição Umbu, seguidas pelos grupos ceramistas e orticultores Jê Meridionais (modernos Kaingang e Xokleng) e os Guarani. Mais tarde, portugueses, espanhóis, africanos escravizados e pessoas de outras nacionalidades passaram a viver nesse lugar.

Para além da compreensão sobre a delimitação do recorte geográfico desta pesquisa, na parte “A Coroa e o botoque”, analisaram-se as Cartas Régias de 5 de novembro de 1808 e de 1º de abril de 1809, para identificar, na perspectiva da ocupação do espaço geográfico/humano, de que maneira a diversidade étnica foi pensada nos projetos colonizatórios empreendidos ao longo do tempo e se existiu um processo sistemático e contínuo de apagamento da memória indígena.

Para tanto, observou-se o discurso do Príncipe Regente do Brasil, Dom João VI. Notou-se que, ao mesmo tempo que Dom João VI impôs diretrizes a Horta, governador da capitania de São Paulo, em benefício da povoação que articulava a dinâmica econômica colonial – através da abertura de estradas, que viabilizariam a expansão agrícola, a pecuária e o comércio tropeiro entre as capitanias de São Paulo e Rio Grande –, ele determinou as providências que deveriam ser tomadas contra os Botocudos, “infestadores” do “seu território”, os “matáveis”, os “descartáveis”, apropriando-se de palavras de Mbembe. O indígena foi levado à guerra, caçado, escravizado, aldeado. Entretanto, a utopia do extermínio, detalhada em ambas as cartas reais, não se efetivou, porque houve resistência; e seus descendentes vivem até hoje na região.

Em ambas as cartas, a narrativa expressou a lógica dos lusitanos a seu próprio favor e de seus protegidos. Por outro lado, os Botocudos (Xokleng) tiveram seus direitos humanos vulnerados pelo governo do Brasil; seus territórios ancestrais foram usurpados por expedições de caráter oficial e privado, de cunho militar, mas com o “fraternal” apoio do príncipe. Na região dos Campos de Curitiba, Guarapuava e áreas vizinhas, para que a “civilização” vigorasse, a população indígena tinha que desaparecer e os sobreviventes deveriam se “amansar”, aldear-se e preferivelmente trabalhar a favor dos povoadores, detentores de sesmarias ou colonos pobres, que também contavam com a preocupação de Dom João VI. Essa era uma utopia pretendida pelo Estado e pelos povoadores; todavia, a documentação oficial oitocentista comprova a luta pela terra. Essa luta e a resistência dos povos indígenas se estende até os dias atuais.

Considerando-se a existência da Lei n.º 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da “História e cultura afro-brasileira e indígena”, e porque no segundo capítulo refletiu-se sobre as fricções étnico-históricas do oeste catarinense, produziu-se o item “Ancestralidade africana regional”. Assim, percebeu-se que africanos e afrodescendentes foram escravizados nos antigos Campos de Palmas (região à qual o oeste catarinense pertencia até 1916). Suas principais atividades econômicas eram nas lidas com o gado, domésticas e agrícolas. Notou-se que diversas famílias se formaram a partir das primeiras que migraram (especialmente) do Rio Grande do Sul em direção ao Paraná, através de fugas ou do comércio de seus corpos; e que, na contemporaneidade, alguns vivem em comunidades quilombolas de Palmas, por exemplo. Além disso, chamou-se a atenção para a forma como essa temática é abordada na sala de aula; os escritos de Vicenzi e Picoli afirmam que é preciso ensinar às novas gerações que há uma hierarquização das diferenças e a naturalização dessas

desigualdades provoca o racismo estrutural. A educação e os docentes são fundamentais para o enfrentamento dessa realidade.<sup>1075</sup>

Em “Caboclos: um entrave à colonização”, viu-se que, nos séculos XIX e XX, no recorte espacial estudado, os caboclos (de matriz indígena, africana, europeia, entre outras) ocuparam a terra em um sistema de posse “ilegítima” em relação às leis coloniais, imperiais e republicanas. Tinham costumes singulares, como extrativismo da erva-mate, caça, coleta, pecuária e agricultura de subsistência. Porém, em virtude do processo de colonização, seu modo tradicional de viver foi bruscamente alterado, por conta das dinâmicas econômicas impostas.

Ao estudar sobre os limites ocidentais catarinenses e o indígena, observou-se que, na Questão de Palmas, na instalação da Colônia Militar de Chapecó, na Guerra do Contestado e na instauração do Território do Iguaçu, há muitos elementos em comum, além do geográfico: a obsessão pela europeização; a participação indígena vista sob a ótica do capital e de sua reprodução, provocando sua “invisibilidade” justamente porque seu modo de vida não interessa à dinâmica capitalista, que tratou (e trata) o indígena como um “estorvo” para sua expansão, conforme as narrativas de Heinsfeld. Outro exemplo dessa “invisibilidade” ficou perceptível no Censo Demográfico de 1890 realizado na comarca de Palmas, detalhando especificamente toda a população, principalmente das Colônias Militares: no recenseamento, os povos indígenas dessa região foram classificados pelo Estado como “caboclos” – os caboclos não tinham direito a suas terras ancestrais, que foram esquadrihadas e vendidas para a iniciativa privada, especialmente depois da Guerra do Contestado.

Ao longo da formação territorial do oeste de Santa Catarina, percebeu-se que essa região já foi disputada entre Espanha e Portugal, Argentina e Brasil; internamente, entre São Paulo e Santa Catarina; por fim,

<sup>1075</sup> Cf. VICENZI; PICOLI, 2020.

entre Paraná e Santa Catarina. Porém, com a solução dos limites entre os vizinhos, graças ao apoio do Estado, dezenas de empresas colonizadoras partiram para a colonização controlada, explorando os recursos naturais, possibilitando a migração de milhares de migrantes sul-rio-grandenses (além de outros), de ascendência europeia, cristãos, que atravessaram o rio Uruguai para viver nesse lugar.

Em decorrência do fim da Guerra do Contestado, Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba) emanciparam-se de Palmas em 1917, assim como Mafra e Porto União. As quatro cidades foram criadas nas antigas terras contestadas – terras que já abrigavam indígenas, negros e caboclos, além de outros, mas em decorrência da política colonizatória, passaram a abrigar (em maior número) estrangeiros e outros migrantes nacionais. Esses migrantes eram, especialmente, provenientes das colônias velhas do Rio Grande do Sul, descendentes de italianos, alemães, poloneses, austríacos e outras etnias. Essa população branca e cristã criou pequenas propriedades agrícolas, extrativistas, voltadas para a subsistência, para o comércio e a indústria.

Na parte “Avanço colonizatório em direção ao oeste”, percebeu-se, através da análise de dois livros de época – *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*, de Arthur Ferreira da Costa, publicado em 1929, e *Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*, de José Arthur Boiteux, publicado em 1931 –, que em 1929, ano da viagem de Adolfo Konder e sua comitiva para o interior de Santa Catarina, essa região foi, por eles, considerada “desconhecida” e “abandonada”. A ótica dos cronistas que escreveram sobre a viagem deixou explícita a concepção dos participantes da comitiva: a ideia de “sertão bruto”, “inculto”, “atrasado”, “deserto”, “paraíso da criminalidade”, “zona de banditismo” em comparação ao litoral. Essa ideia foi nitidamente apontada pelos intelectuais que participaram da expedição, um olhar de palacianos que explicitou o racismo por meio de documentos oficiais. E os indígenas que viviam na região sequer foram mencionados nas obras. Viu-se que o tom da narrativa desses intelectuais foi

alterado ao escreverem sobre as localidades habitadas pelos migrantes sul-rio-grandenses, descendentes de europeus e cristãos: “terras ricas de gente idônea”, “sentinela avançada de civilização”, um “verdadeiro Éden”.

Os indígenas, negros e caboclos que há séculos habitavam a região foram ignorados no processo “civilizador” e “modernizador” da sociedade republicana racista. Porém, o mito, a utopia de que eles seriam extintos do território não se efetivou, a despeito de tantos esforços despendidos ao longo do tempo, especialmente pelo Estado. Houve uma ocupação do território indígena inicial. Esse território estava ocupado e permaneceu ocupado, tanto que os remanescentes desses grupos indígenas ainda vivem na região. Porém, houve um projeto sistemático por parte do Estado e da iniciativa privada (colonizadoras) para a eliminação e/ou exclusão desses indivíduos.

Esse é um processo que ainda se lê, ainda se percebe hoje no ensino, dentro da sala de aula, quando o indígena continua não tendo o direito à memória e à significação que ele teve no decorrer da história da região. Quando ocorre a invisibilidade pública dessas populações, quando essas populações são marginalizadas, desumanizadas, o que ocorre é a inviabilização de suas demandas, de suas necessidades a serem atendidas.

Algumas particularidades históricas sobre o oeste de Santa Catarina apresentadas ao longo do segundo capítulo permitiram compreender que a história regional pode se tornar um tema interessante para estudantes dos mais diversos níveis de ensino, para assim desencadear uma memória social democratizada, que vislumbre não apenas a história épica dos governantes, dos colonizadores, dos heróis, mas também a história indígena, negra, cabocla e de outros grupos que vivem ou que viveram nesse lugar.

Os remanescentes dos grupos Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) e dos Guarani, que já viviam na região séculos antes da construção do Estado-nação brasileiro, antes da finalização das fronteiras, na atualidade formam um contingente populacional que está em franco crescimento, conforme

o último censo demográfico. Esse crescimento realoca antigas demandas pelas terras negadas aos seus ancestrais. Porém, não apenas territórios lhes foram saqueados: suas histórias, sua cultura, suas memórias asseguradas constitucionalmente têm o direito de serem contempladas na sala de aula, de maneira respeitosa e não deturpada, nem invadidas pelo senso comum, conforme se constatou no quarto capítulo desta tese.

Ao longo do terceiro capítulo – “Os usos da memória, do patrimônio arqueológico, cultural e etnolinguístico indígena no oeste catarinense” –, notou-se a importância da cultura material e da diversidade linguística dos povos indígenas regionais como componentes legitimadores de uma ocupação humana milenar. Percebeu-se que parcelas da cultura material dessas populações estão salvaguardadas nos museus e instituições como o CEOM/Unochapecó, o LUPA/UFFS e o Centro de Arqueologia da Unoesc, que popularizam conhecimentos científicos sobre a história regional através de ações educativas. Em âmbito regional, os lugares de memória mencionados posicionam-se contra a memória seletiva, organizada oficialmente, que priorizou/prioriza o que é dito e não dito, o que é lembrado ou esquecido, o que fica dentro e o que fica fora da sala de aula. Nas escolas, frequentemente as memórias marginalizadas (a exemplo da indígena) foram/são sobrepostas pelas memórias dos grupos sociais dominantes.

Ao estudar as múltiplas visões sobre patrimônio e memória, notou-se que o patrimônio imaterial indígena está disposto em muitas práticas sociais da coletividade regional que se apropriou desses saberes. Por sua vez, o patrimônio material dessas populações possibilita “uma leitura” dos tempos remotos, através do estudo de seus vestígios. Tendo em vista que a patrimonialização é a criação, a conexão da sociedade com seus objetos, com seus espaços sociais, com seus bens culturais, e pensando justamente na patrimonialização da cultura material indígena, em 2019 buscaram-se dados no Cadastro Nacional de Museus e no Instituto Brasileiro de Museus. Reparou-se que, entre os 119 municípios do oeste catarinense, 36 (30%)

possuem instituições museais: 15 (36%) dessas dispõem de acervos da cultura material indígena. E 12 municípios (aproximadamente 10%) contam com instituições museais com acervo indígena.

Os museus e demais lugares de memória são locais em que os estudantes e o restante da população poderão vivenciar experiências sensoriais que permitirão um vínculo maior com o passado indígena. Tais lugares possivelmente motivarão o reconhecimento sobre a importância e o valor cultural dos povos indígenas, bem como do passado doloroso por eles vivenciado. Esses locais permitirão que as pessoas evoquem fatos que aconteceram e reflitam sobre esses fatos, promovendo impacto na maneira de pensar sobre posteriores condutas que elas próprias poderão ter.

Os museus abrigam acervos que despertam o pensamento científico, não a lógica do sentido comum; como registrou Tau Golin, “os museus são uma plataforma para se chegar à história, o público não chega na história sozinho”.<sup>1076</sup> Por isso, há espaços da vida que precisam de informações qualificadas. O sentido comum pode até coincidir com o conhecimento científico, mas de modo geral possui natureza diferente. A memória indígena, uma vez popularizada, patrimonializada entre estudantes não indígenas, poderá criar virtudes e melhorar a vida e a percepção das pessoas sobre múltiplos temas, entre eles o multiculturalismo e a diversidade étnica regional.

O grande desafio do patrimônio, das pesquisas e de instituições como CEOM/Unochapecó, LUPA/UFGS e Centro de Arqueologia da Unoesc é investigar o passado para compreender e dar sentido ao presente. De modo que o patrimônio indígena milenar deve ser preservado e popularizado como um direito das pessoas, seja um direito de experimentar a sensorialidade do passado em um determinado local, ou de observar um objeto, um espaço com característica cultural que gera conhecimento. Pensa-se que o conhecer

<sup>1076</sup> GOLIN, 17 abr. 2019.

transforma, um novo conhecimento transforma a percepção que se tem do mundo e seu entorno, não unicamente dos fenômenos que estão sendo estudados. A maior virtude do conhecimento é ser passível de aquisição numa esfera da vida e utilizado noutras esferas.

A Lei n.º 11.645/2008 tem a ver com a inclusão, em âmbito educacional, da história e das culturas afro-brasileira e indígena, que historicamente sofreram o autoritarismo do Estado e da sociedade classista. Essas populações foram desrespeitadas, por isso na contemporaneidade políticas de reparação são necessárias para atender suas demandas. Citou-se no terceiro capítulo desta tese a importância dos lugares de memória, também como exemplos dessa reparação social. Porque a memória existe não apenas para a disputa simbólica, mas para uma disputa simbólica que leve a uma maior visibilidade dessas populações e, especialmente, à visibilidade de suas demandas.


Para além desses assuntos, também se elencou resumidamente a legislação que trata da proteção do patrimônio arqueológico brasileiro e de licenciamentos ambientais. Nesse contexto, também se estudou a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva, entre 2015 e 2020, a partir da análise de 25 documentos (projetos e relatórios) mantidos no CEOM/Unochapecó que versam sobre as atividades realizadas nas escolas, pelos arqueólogos, no âmbito do licenciamento ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste de Santa Catarina.

Em relação à história indígena regional trabalhada nas atividades educativas realizadas em virtude dos empreendimentos, percebeu-se, por meio dos projetos/relatórios finais, que não são oferecidos cursos, oficinas, atividades práticas ou palestras aos professores das redes de ensino municipais, estaduais ou particulares. Também se identificou que, na maioria dos documentos, de forma equivocada, as ações educativas e/ou de extroversão do conhecimento são nominadas “Educação Patrimonial”.

As ações de extroversão são sucintas, pois, se o empreendimento for classificado de nível I ou II (de baixa e média interferências, respectivamente), não é exigido o Programa Integrado de Educação Patrimonial (PIEP); para os níveis III e IV (de média e alta interferências, respectivamente), sim. Há um único relatório, sobre a PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos (SC), que se configurou com o PIEP, de nível III, no qual foram encontrados vestígios arqueológicos de taipas do período colonial.

Na maioria dos documentos, notou-se que ocorreu repetição do aporte teórico relacionado ao contexto antrópico regional, mas essa é uma prática comum, aceita pelo Iphan. Comumente, nos relatórios finais, leu-se que apenas “uma unidade escolar”, a mais próxima da área diretamente afetada pelo empreendimento, ou apenas uma turma, foi contemplada com as ações de extroversão do conhecimento – diferentemente do que se leu na maioria dos projetos que registraram que as ações seriam realizadas “nas escolas” da rede pública dos municípios. De acordo com as diretrizes do Iphan, essa não é uma ação equivocada, pois a extroversão é uma proposta sucinta. Em nenhuma ação de extroversão ou do PIEP os alunos saíram dos muros escolares, nenhum sítio arqueológico foi visitado. Salienta-se que muitos entraves para a realização desse tipo de atividade ocorrem em função do tempo e do orçamento disponíveis para a execução das ações. Chegou-se ao entendimento de que o PIEP realizado por conta do empreendimento da PCH São Carlos, de Lacerdópolis e Campos Novos, também apresentou ações temporárias, embora tenha sido realizada uma postagem no *site* da empresa “Espaço Arqueologia”.

Por fim, considerou-se que a arqueologia consultiva interage e interfere em locais que abrigam a memória coletiva das comunidades, no entanto, a Educação Patrimonial, afetada pela mercantilização das práticas arqueológicas, não é realizada por meio de um processo sistemático e contínuo; as ações educativas não são a prioridade no contexto desse tipo



de projeto e, ao que parece, não se configuram como projetos de Educação Patrimonial (contínua e sistemática), pois são ações temporárias.

Dessa forma, seria possível o Iphan repensar a obrigatoriedade do PIEP e/ou simplesmente a “extroversão do conhecimento” em uma outra escala? Objetivando alcançar diretamente os docentes das redes públicas desses municípios, e não somente uma ou duas turmas da escola mais próxima da área diretamente afetada? São questões que não estão no escopo desta pesquisa, mas que surgem como reflexão dos dados levantados.

Além disso, os professores/estudantes poderiam receber materiais didáticos e audiovisuais sobre a história indígena regional, resultado das próprias pesquisas exigidas legalmente por conta dos licenciamentos ambientais. Além dos materiais, propostas de viagens de estudos, oficinas, palestras ou cursos destinados aos professores poderiam tornar a Educação Patrimonial e/ou as ações de extroversão do conhecimento voltadas à história indígena de longa duração do oeste catarinense uma práxi pedagógica distanciada do senso comum.

Porém, os docentes não são o foco dos programas. Além do que já é realizado, a visitação *in loco* aos sítios arqueológicos, terras indígenas, museus ou laboratórios que abrigam os vestígios arqueológicos desses povos poderia alastrar o conhecimento científico mediado, entre outros, pela Educação Patrimonial da arqueologia consultiva. Essa área do conhecimento poderia dar visibilidade à identidade cultural das comunidades escolares que têm a história local e regional ignorada, inexplorada, muitas vezes, em seus currículos escolares. A Educação Patrimonial configura-se num momento de partilha entre a ciência e os valores locais. Entre eles, o patrimônio arqueológico indígena do oeste de Santa Catarina, que se constitui em referencial para a América do Sul.

Para além do entendimento sobre alguns usos do patrimônio arqueológico indígena, a parte final do terceiro capítulo deu visibilidade a

outra forma de uso desse patrimônio: o imaterial. Investigou-se a toponímia indígena de municípios da região Oeste de Santa Catarina. Os nomes desses lugares derivados de línguas indígenas, assim como os vestígios arqueológicos, são provas que legitimam e indicam uma ocupação pretérita de longa data.

Então, por meio do patrimônio etnolinguístico, averiguou-se que, especialmente no planalto, no passado habitado por povos portadores das antigas tradições cerâmicas Taquara-Itararé, pertencentes ao tronco linguístico Jê, da família linguística Macro-Jê, falantes das línguas Kaingang e Xokleng, na topografia, ocorreu o predomínio de termos da família linguística Tupi-Guarani, pertencente ao tronco linguístico Tupi. No entanto, o principal fator da predominância tupínica na geografia regional e nacional foi a passagem dos bandeirantes que registravam a topografia em Tupi, além do legado deixado pelos jesuítas missionários que tinham no Tupi seu maior referencial linguístico. Dessa forma, conclui-se que, no oeste catarinense, muitas cidades que no passado abrigavam povos Kaingang e Xokleng têm seus topônimos registrados em Tupi-Guarani. Então, o nome da localidade nem sempre é uma evidência da ocupação do lugar por esta ou aquela etnia, falantes desta ou daquela língua.

Viu-se que, entre os 119 municípios do oeste catarinense, 32% possuem palavras de origem indígena na sua designação. Nas cidades que têm em seu nome próprio termos indígenas, aproximadamente 40% são fitotopônimos, seguidos por zootopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, geomorfotopônimos, entre outros. Notou-se que os nomes desses lugares são um patrimônio da família linguística Tupi-Guarani majoritariamente: dos 38 topônimos elencados, 32 são dessa origem, o que corresponde a 84%; os demais são originários da língua Kaingang.

Em alguns casos, os topônimos de origem indígena referentes à região oeste revelam características naturais das localidades, com funções

identificadoras de acordo com seu significado. Em outros casos, isso não se aplica. Ao observar os nomes dos topônimos, acredita-se que a abundância de determinadas plantas, animais, minerais, hidrografias motivou a nomeação dos lugares. No entanto, para obter dados mais precisos, é necessário buscar em diferentes ramos das Ciências Humanas dados científicos que esclareçam, deem sentido e façam relações com a toponímia dos lugares, ou seja, visando integrar a manifestação toponímica em uma rede para fazer interconexões.

Os resultados percebidos apresentaram uma versão do passado, incorporada à toponímia regional, que enalteceu a família linguística Tupi-Guarani e, em menor número, a língua Kaingang na nomeação dos municípios com palavras de origem indígena. Essa versão diz respeito à memória, à identidade, à biografia dos lugares e dos diferentes povos indígenas do oeste catarinense.

Por fim, no capítulo quatro desta tese – “A temática indígena e suas relações com a escola” –, foram analisadas as quatro coleções de livros didáticos mais utilizadas em 2021 e 2022 nas escolas da região Oeste de Santa Catarina.<sup>1077</sup> Essas coleções, das áreas de História e Ciências Sociais e Aplicadas, destinam-se aos Ensinos Fundamental II e Médio de escolas públicas não indígenas. No referido material, verificou-se a temática indígena regional – a partir da escala nacional – contemplada nos conteúdos e imagens. Além disso, investigaram-se percepções de docentes e discentes sobre a temática.

Notou-se que, entre os sete autores das quatro coleções destinadas ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, não há arqueólogos ou antropólogos. A ausência desses profissionais possivelmente tenha corroborado para a

<sup>1077</sup> “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior, do 6º ao 9º ano; “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior, do “antigo” Ensino Médio, PNLD 2018-19-20; “Prisma Ciências Humanas”, de Angela Rama e outros, de 2020, aprovada pelo PNLD 2021 para o novo Ensino Médio; “Multiversos Ciências Humanas”, de Alfredo Boulos Junior, Edison Adão e Laercio Furquim Junior, de 2020, aprovada pelo PNLD 2021.

invisibilidade da história indígena anterior à chegada dos europeus no Brasil, principalmente no material destinado ao novo Ensino Médio. Ao investigar o currículo dos autores das coleções, notou-se que 50% são geógrafos, 25% são historiadores e os demais são formados em Letras, Educação e Filosofia.<sup>1078</sup>

Averiguou-se que 100% dos autores, das quatro coleções analisadas, tiveram suas formações acadêmicas realizadas no estado de São Paulo; a própria editora FTD é de São Paulo. Essa espacialidade possivelmente tenha se refletido no olhar dos autores em relação à superficialidade da história indígena da região Sul do Brasil. O caráter da geo-história indígena apresentado ao longo das coleções tem um vínculo mais efetivo com a região Sudeste, além dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As ocupações indígenas do Sul aparecem raramente em algumas citações e imagens.

Constatou-se que, de acordo com o Parecer do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n.º 11.645/2008, é possível inferir que os autores das coleções da FTD demonstram, de forma positiva, esforços no sentido de superar distorções sobre as imagens e os discursos estereotipados sobre os povos indígenas. Também observou-se que, nas coleções da FTD para o novo Ensino Médio, não há imagens ou contextualização sobre nenhum patrimônio material arquitetônico anterior à chegada dos europeus no Brasil, diferentemente dos povos andinos e mesoamericanos. Outra característica comum nas três coleções do Ensino Médio é o fato de que os enfoques linguísticos, geográficos, culturais, econômicos ou sociais que identificam as populações Jê Meridionais ou Guarani são superficiais. Somente na coleção “Prisma Ciências Humanas”

<sup>1078</sup> Os dados estão no apêndice A.

há uma proposta que estimula a pesquisa sobre as populações indígenas antigas ou contemporâneas da região onde o estudante vive.

Diferentemente da coleção “História, Sociedade & Cidadania”, PNLD 2018-19-20, notou-se, claramente, que as duas novas coleções – “Multiversos Ciências Humanas” e “Prisma Ciências Humanas”, PNLD 2021 – contemplam o indígena no tempo presente. Além disso, as duas novas coleções não romperam a lacuna cronológica que antecede o ano de 1500. As inserções anteriores ao “Descobrimento” e a versão indígena sobre o contato foram tratadas com superficialidade; diferentemente da descontinuada coleção “História, Sociedade & Cidadania”, PNLD 2018-19-20, que, em relação ao Sul do Brasil, contempla os caçadores-coletores (portadores da tradição Umbu) e os povos dos sambaquis do litoral catarinense. Por outro lado, as duas novas coleções, de maneira positiva, apresentam mobilizações sociais e políticas em busca da legalização de terras e outras demandas das populações indígenas.

Passadas mais de duas décadas do terceiro milênio, o que pensar sobre coleções de livros didáticos que omitem os feitos de culturas milenares dos povos indígenas brasileiros? Nas duas coleções para o novo Ensino Médio, nenhum grupo indígena nacional anterior à chegada dos europeus no Brasil foi representado no seu universo cultural – houve uma parca tentativa em relação aos Tupi.

Por outro lado, nas coleções “História, Sociedade & Cidadania” e “Multiversos Ciências Humanas”, os povos andinos e mesoamericanos têm no período anterior à chegada dos europeus na América suas maiores referências. Para o mesmo recorte temporal, incas, maias e astecas ganharam mais destaque (em número de páginas, imagens e indicações de vídeos) do que qualquer grupo indígena brasileiro. Sabe-se que incas, maias e astecas, detentores de complexas organizações culturais, que viviam na América antes da chegada dos europeus, formaram Estados – os incas, por exemplo,

conceberam um império – e dominaram amplos territórios. Isso os diferencia dos povos indígenas brasileiros, que, para o mesmo período, não instituíram Estados. Possivelmente, essa seja uma das justificativas pelas quais esses povos da América espanhola obtiveram uma visibilidade maior do que os povos indígenas da América portuguesa. Incas, maias e astecas utilizavam-se das outras culturas preexistentes para impor regimes de trabalho, cobranças de tributos, o que não se deu no Brasil.

Retomando a análise das três coleções destinadas para o Ensino Médio, notou-se que os feitos da Europa ocidental para o período anterior a 1500 são mais realçados, ou seja, “usa-se um modelo no qual a Europa representa o máximo de todas as realizações humanas”.<sup>1079</sup> Esse fenômeno se reflete inúmeras vezes nos livros didáticos analisados, que contemplam uma “memória coletiva nacional voltada para a afirmação de um Estado-Nacional histórico-culturalmente eurocentrado”.<sup>1080</sup>

Ainda em 1996, referentemente à história indígena brasileira, Norma Abreu Telles, ao analisar livros didáticos, já havia diagnosticado que nesse tipo de material “não se estabelece nem uma relação com o espaço-tempo anterior ao século XV”.<sup>1081</sup> Lembrando que as arqueologias catarinense e sul-rio-grandense (a exemplo do que foi exposto no primeiro capítulo desta tese) têm muito a contribuir para superar o descompasso estabelecido nos livros didáticos analisados quanto ao espaço-tempo anterior ao século XV em relação ao sul do Brasil. Os indígenas são protagonistas de um passado milenar, não podem ser reduzidos a “vítimas” do processo colonizador europeu a partir do “Descobrimento”. Eles sobreviveram aos “mais hediondos atentados contra sua existência”.<sup>1082</sup> Eles têm sua própria agência

<sup>1079</sup> TELLES, Norma Abreu. **Cartografia Brasilis ou esta história está mal contada**. 3. ed. São Paulo: Loyola (1984) 1996, p. 148.

<sup>1080</sup> CAVALCANTE, 2019, p. 17.

<sup>1081</sup> TELLES, 1996, p. 146.

<sup>1082</sup> MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donisete; SILVA, Aracy Lopes (org.). **A temática indígena na escola**. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2004, p. 228.

na história brasileira, e a invisibilidade destinada ao seu passado não diminui sua representação social, seu “capital simbólico”.

Embora na escola, comumente, a disciplina de História seja a “ponte” para a entrada de informações acerca da história indígena mais remota, sem dúvida a arqueologia brasileira não está ocupando o lugar a que tem direito no livro didático, porque em ambas as coleções para o novo Ensino Médio não ocorreu a apropriação do passado e do patrimônio arqueológico indígena; o caçador-coletor e o Jê Meridional não apareceram.

Antes de ser Brasil, antes da composição de um Estado-nação brasileiro, há milhares de anos, já existiam muitas culturas indígenas espalhadas pelo território que hoje é traçado pelas fronteiras com os outros países da América. Antes de 1500, antes da chegada dos europeus, vários grupos indígenas, entre eles os Jê, os Guarani, por exemplo, ocupavam amplos territórios, incluindo o Sul do Brasil, que é o que interessa nesta pesquisa. Porém, em virtude da conquista, muitos foram os limites impostos. Passadas centenas de anos, outros limites continuam sendo impostos, como nos livros didáticos, que poderiam proporcionar, de forma mais contundente, a aproximação de estudantes e professores com a história do lugar onde vivem, dando sentido às próprias vidas e corroborando uma educação voltada à tolerância e ao respeito à diversidade.

Conclui-se que não se trata de passar conteúdos compostos por um conjunto de dados econômicos, políticos, sociais, geográficos, culturais dos diversos povos indígenas, mas de mudança de perspectiva, notando que existem muitas formas “de ser, de viver, de ocupar o espaço e de estar no mundo”, como citou Wittmann<sup>1083</sup> Os povos indígenas foram e são agentes na história da cidade, da região, do País, dos continentes; eles contam sua própria história. Os vestígios arqueológicos também contam as histórias de

<sup>1083</sup> WITTMANN, 2020.

seus antepassados, mas com base na análise dos livros didáticos, ao que parece, esta narrativa é pouco internalizada pelo público escolar.

Evidenciou-se, nas coleções, a necessidade de uma apropriação, de um olhar mais específico que aproxime o estudante (não indígena) ao patrimônio, à memória, à cultura indígena daqueles que viveram e que vivem no mesmo recorte geográfico que eles também ocupam. Possivelmente essa aproximação corroboraria a parte do Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 que pretende “diminuir o desconhecimento e o preconceito em relação aos povos indígenas, que ainda se faz presente com amplas ramificações em toda a sociedade brasileira, o que exige grande esforço interinstitucional para superar essa desinformação”.<sup>1084</sup>

Pensando em respeito à diversidade, como para os descendentes de africanos buscaram-se reparações através de cotas, para os indígenas, além das cotas, buscou-se reservar-lhes espaços onde pudessem viver sua cultura enquanto quiserem. Talvez, aos poucos, também eles recebam outros tipos de cotas, além das acadêmicas – por exemplo, para serem professores nas escolas não indígenas do País. Quem melhor que um professor indígena (efetivo) para transformar o “Dia do Índio” numa vivência contínua? Para isso, “é fundamental conhecer a população indígena e sua cultura (costumes e crenças), agora (etnografia), no período colonial (etno-história) e no período anterior à colonização europeia (origens e história antiga)”.<sup>1085</sup>

Inspirando-se nas ideias referenciadas por Schmitz, conclui-se que é possível aprender, a partir da perspectiva indígena de história, seja no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, no Ensino Superior, na Pós-Graduação ou em qualquer nível formal de educação. Para tanto, ao se pensar no material didático, faz-se necessária a integração da narrativa indígena regional. Também podem-se visitar reservas indígenas, sítios

<sup>1084</sup> BRASIL, 2015, p. 2.

<sup>1085</sup> Cf. SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Diferenciar os termos Tupi, Tupi-Guarani e Guarani.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 08 dez. 2020.

arqueológicos, museus regionais; literalmente colocar o “pé na estrada”. Para isso que o terceiro capítulo desta tese foi constituído: para mostrar os usos desse patrimônio indígena em âmbito regional. Ironita Policarpo Machado infere que é importante conhecer “a realidade regional e local, inserida numa totalidade social, significa interrogarmos sobre o lugar onde vivemos e atuamos e, assim, reconhecermos elementos de identidade”.<sup>1086</sup> O reconhecimento identitário, ainda de acordo com Machado, “possibilita a descoberta e a experiência, qualifica o conhecimento da realidade na qual o aluno está inserido, sua reflexão histórica e, ao mesmo tempo, o torna sujeito de seu próprio conhecimento”.<sup>1087</sup>

Então, para vislumbrar essa identidade regional, o professor também pode promover a socialização de publicações relacionadas à temática indígena regional, pois essas pesquisas existem, conforme comprovado no terceiro capítulo (a exemplo das contribuições do CEOM/Unochapecó). Além disso, pode-se estimular os alunos a produzirem vídeos, entrevistar, trabalhar com cinema, arte, música e literatura indígena. Pode-se convidar indígenas para dentro da sala de aula ou visitar escolas indígenas e propor debates, rodas de conversas, trocar correspondências entre os estudantes de escolas indígenas e não indígenas. Ainda, pesquisar e partilhar produções acadêmicas com temas indígenas ou que foram produzidas pelos Kaingang, Xokleng e Guarani da região. Muitos estudam em escolas bilíngues em suas “aldeias”, fazem graduação, mestrado, doutorado na UFSC, na Unochapecó, na Unoesc, na UFFS, em outras instituições; são pessoas que narram a história indígena com a *expertise* de quem a vivencia. Dessa forma, por meio do intercâmbio cultural entre indígenas e não indígenas, poder-se-ia construir o conhecimento de maneira coletiva e democrática.

Deixando para trás as reflexões sobre os livros didáticos, parte-se para as considerações sobre a “A temática indígena regional e a

<sup>1086</sup> MACHADO, 2014, p. 17.

<sup>1087</sup> MACHADO, 2014, p. 25.

multiplicidade de olhares” e, por fim, o fechamento da tese. Nesta parte, os dados quanti-qualitativos, da amostra, foram alcançados por meio de formulários *on-line* lançados na plataforma *Google Forms* e divulgados via *WhatsApp*. Recebeu-se o retorno de 167 docentes e 643 discentes de escolas públicas municipais e estaduais não indígenas de 17 municípios do oeste de Santa Catarina. Assim, constatou-se a percepção sobre a temática indígena regional. Para as interpretações, utilizaram-se, entre outras chaves teóricas, as obras *A reprodução* e *Escritos em Educação*, escritas e/ou organizadas por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.

Ao longo da investigação, notou-se que a condição real da história indígena regional do oeste de Santa Catarina, ao menos na amostra estudada, vai na contramão das propostas da Lei n.º 11.645/2008. A maioria dos docentes (56,9%) desconhece essa lei; 53,9% têm mais de 40 anos, ou seja, concluíram o Ensino Superior antes de sua implantação; 89,8% não receberam nas suas escolas cursos de capacitação sobre a história e a cultura dos povos indígenas constituidores de sua região; 73,7% sentem-se incapacitados para trabalhar a temática indígena na sala de aula. Esses resultados demonstram que a Secretaria Estadual de Educação e as Secretarias Municipais de Educação despenderam tempo insuficiente (ou não despenderam tempo) com a formação continuada sobre a temática indígena regional para os profissionais da Educação Básica.

Há outros resultados que denotam o parco conhecimento acerca da temática em pauta: dos 800 participantes, nenhum indivíduo nominou (em conjunto) as ocupações indígenas constituidoras do oeste catarinense – os caçadores-coletores, os Jê Meridionais (atuais Kaingang e Xokleng) e os Guarani; os caçadores-coletores não foram nominados por 100% dos docentes e discentes – embora sejam detentores da maior profundidade temporal na região, pois há 11.700 anos já viviam nesse lugar; apenas um estudante citou o termo “Ge meridional”; a expressão “não sei” se

sobressaiu no conjunto das respostas, seguida pela nomeação de um único grupo: o Kaingang.

Todavia, muitos resultados justificam as respostas apresentadas, entre eles o fato de que 83,8% dos estudantes jamais visitaram lugares relacionados à temática indígena; 87,3% não vivenciaram, no ambiente escolar, a experiência de uma pessoa indígena contar sobre suas histórias e cultura; 76% dos docentes informaram que nas bibliotecas escolares não há espaços específicos com obras sobre a temática dos povos indígenas da região ou do País escritas por especialistas ou de autoria indígena. Os estudantes, ao serem questionados sobre o passado dos povos indígenas da região (seu modo de viver e de ocupar o espaço), fizeram associações exclusivas com a alimentação e deram raros detalhes sobre a moradia. Os termos “caçavam”, “pescavam” e “coletavam” foram os mais registrados, seguidos por “viviam em ocas”. Nenhum grupo foi diferenciado étnico-culturalmente.

Os dados quantitativos da pesquisa denotam que a maioria dos participantes não internalizou conhecimentos simples sobre a temática indígena regional. Logo, para alcançar os objetivos propostos pela Lei n.º 11.645/2008, é necessário que a Secretaria Estadual de Educação e as Secretarias Municipais de Educação utilizem de forma ampla e adequada veículos de mediação entre a história indígena regional e o público escolar.

No percurso de formação dos quatro capítulos desta tese, a hipótese inicial foi confirmada: que a construção do patrimônio histórico indígena tem diferentes apropriações. No caso da região Oeste de Santa Catarina, ele tem se prestado para cumprir a Lei n.º 11.645/2008 e não é partilhado, de maneira efetiva, para o público geral e nas escolas. Muitas vezes a escola, por razões estruturais que perpassam políticas públicas, não trata esta memória e patrimônio de modo significativo, pois, historicamente, não os considera de seus antepassados diretos. Logo, a temática se refere a populações

“diferentes” e, até mesmo, “adversárias”, tradicionalmente apresentadas por olhos eurocêntricos; de modo geral, os docentes têm noções científicas limitadas a respeito do assunto, e o material didático acessado não apresenta a complexidade cultural dos povos indígenas da região.

Ao confrontar a história indígena regional e a própria produção desta tese, infere-se que a Educação Básica, distante da oferta de uma bagagem multicultural inclusiva das histórias e culturas pretéritas e contemporâneas de povos indígenas do oeste catarinense, submete o seu público a uma reprodução de conteúdos eurocêntricos, para a qual a história indígena regional margeia a periferia. Na escola, essa história é tratada, hierarquicamente, com *status* subalterno, em virtude da perpetuação de conteúdos considerados “superiores”, apesar das tentativas “frustradas” da Lei n.º 11.645/2008. A aplicação dessa lei, nas redes municipais e estaduais do oeste catarinense, de acordo com os dados levantados na pesquisa, ao que tudo indica ofusca estereótipos nos materiais didáticos, mas não desvia docentes e discentes para longe do senso comum em relação à temática indígena sobre o lugar onde vivem.

Nesse sentido é que nesta tese pensou-se em argumentar que é possível popularizar a cultura material/imaterial indígena e percebê-la como patrimônio para as populações atuais de indígenas e não indígenas, especialmente para as comunidades escolares da região Oeste de Santa Catarina. Neste contexto, entra o direito das minorias e o respeito devido às minorias que a legislação atual aponta. E, como esse respeito é devido às minorias de agora, ele entraria do mesmo jeito às populações indígenas do passado. Dessa forma, tornar-se-iam populações de caçadores-coletores, Jê/Kaingang, Xokleng, Guarani; e não mais caquinhos.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Jacqueline; MUÑOZ, Jenny González. Lacuma: experiência de educação patrimonial em el ámbito arqueológico. **Educación y Ciencia**, Passo Fundo, v. 8, n.º 52, jul./dez. 2019.

AHLERT, Jacqueline; GOLIN, Luiz Carlos Tau. Dossiê: Arqueologia e cultura material. **Revista História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 17, n.º 1, p. 9-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.17nº1.7233>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. [Título do Artigo]. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n.º 17, p. 55, janº/jun. 2008. (Nota: *Verifique o título deste artigo, ele não constava no original*).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n.º 17, jan/jun. 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de *et al.* **Atlas histórico escolar**. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n.º 35, p. 189-206, 2006. In: FARAGE, Nadia. **As muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 27. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 31 jul. 2020.

AMORIM, Vinicius Luan de. **As ameaças transnacionais na fronteira catarinense e a atuação das forças de segurança**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2019.

ANNIBELLI, Mariana Baggio. **Contestado: um território socioambiental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARGENTA, Denise. Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 26, n.º 39, 2013.

ARIZPE, Lourdes. Los debates internacionales en torno al patrimonio cultural inmaterial. **Cuicuilco**, México, v. 13, n.º 38, set./dez. 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo Seletivo de Documentos Relevantes aos Indígenas no Paraná Provincial 1853 – 1870**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba nos séculos XVIII e XIX)**. 1994. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BANN, Stephan.º **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Unesp, 1994.

BAPTISTA, Jean. A visibilidade étnica nos registros coloniais: missões guaranis ou missões indígenas? *In*: KERN, Arno; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 5).

BBC NEWS BRASIL. **Significado do nome**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BERNARDI, Aquiles. **Naneto Pipetta**. 9. ed. Porto Alegre: EST, 1990.

BERTONCELLO, Aline. **Análise da Educação Patrimonial em projetos de licenciamento ambiental realizados entre o Rio Peperí Guaçu e Rio Chapecó-SC (2002 a 2012)**. 2017. Monografia (Especialização em Arqueologia e Patrimônio) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BERTONCELLO, Aline. **Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental**: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no Oeste Catarinense (2012-2018). 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2020.

BERTRAND, Romain.º História Global, Histórias conectadas: um giro historiográfico. **Prohistoria**, Rosário, v. 24, 2015.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.º 19, janº/abr. 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**.º New York: Greenwood, 1986.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Prefácio: sobre as artimanhas da razão imperialista. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos em Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAICK, Patrícia Ramos *et al.* **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Natureza em transformação)**. São Paulo: Moderna, 2021. v. 1.

BRANDI, Rafael de Alcântara. **Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial**: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639... Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-189>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 2.502, de 16 de novembro de 1859. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 578, 1859.

BRASIL. IPHAN. **Instrução Normativa n.º 001, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental... Brasília, DF: IPHAN, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n.º 14/2015. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 43, 18 abr. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 9 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação; CONSED. **Guia de implementação do novo Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/Consed, 2018.

BRASIL. IPHAN. **O Iphan**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina>. Acesso em: 2 mar. 2020.

BRASIL. IPHAN. **Portaria n.º 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: uma reflexão sobre a Lei n.º 11.645. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe *et al.* (ed.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 37-65. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRITO, Edson Machado de. O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico. **Fronteiras**, Dourados, v. 11, n.º 20, p. 59-72, jul./dez. 2009.

BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n.º 2, p. 477-495, maio/ago. 2019.

CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS. **Museu Público**. Brasília: CNM, 2019. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CALDARELLI, Solange B. Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011.

CAMINOS, Diego. **Guaraníes: formas de organización, usos y costumbres**. Córdoba: Instituto de Culturas Aborígenes, 2016.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus (org.). **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARBONARI, Maria Rosa. De as explicar la región sin perderse em el intento: repassando y repensando la Historia Regional. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n.º 1, p. 32, 2009.

CARBONERA, Mirian *et al.* Aspectos tecnomorfológicos e estilísticos da cerâmica pintada Guarani do sítio Adão Sasanoviz (Alto Rio Uruguai). **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 18, n.º 35, p. 263-291, janº/jun. 2021.

CARBONERA, Mirian. **A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC: contatos culturais na volta do Uva**. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARBONERA, Mirian. **A Tradição Tupiguarani no Alto Uruguai**: estudando o acervo Marilandi Goulart. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CARBONERA, Mirian. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e início do século XXI. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p. 17-47.

CARBONERA, Mirian. [Comentário proferido na banca de defesa da tese de Valdirene Chitolina]. Passo Fundo: UPF, 18 out. 2022.

CARBONERA, Mirian. **Mapa com a localização dos grupos indígenas pré-coloniais do oeste catarinense**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 1 mar. 2022.

CARBONERA, Mirian. **Ocupações indígenas do oeste catarinense**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 5 ago. 2019.

CARBONERA, Mirian. Patrimônio arqueológico no Oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 22, n.º 1, p. 83-98, 2009.

CARBONERA, Mirian; CECCHIN, Cristiane. **Como era antes**: o patrimônio arqueológico pré-colonial do oeste catarinense. São José: Premier, 2015.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; ARGENTA, Denise. O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e o trabalho com o patrimônio arqueológico: possibilidades e desafios. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 26, n.º 38, p. 117-131, 2013.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. In: BASTOS, Rossano Lopes; FUNARI, Pedro Paulo. **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 306.

CARVALHO, Ludmilla Paes Landim de; FONTES, Mauro Alexandre Farias. A materialidade tupiguarani associada a rituais antropofágicos e sua possibilidade de correlação com os contextos arqueológicos. **Revista de Ciências Humanas Caeté**, Porto Alegre, v. 6, n.º 1, p. 89-118, 2019.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 49-69.

CAU/SC. **Divisão dos Municípios do Estado de Santa Catarina por Mesorregiões**: Municípios da Região Oeste. [2019]. Disponível em: <http://www.causc.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Relatório de estágio de pós-doutorado**: História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas. [S. l.: s. n.º, 20--].

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Regimento interno**. Chapecó: CEOM, 2012.

CHITOLINA, Valdirene. **Interfaces da colonização do oeste catarinense**: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

CHITOLINA, Valdirene. **Relíquias**: as fontes históricas e sua importância no ofício de historiador. Chapecó: Arcus, 2016.

CHITOLINA, Valdirene. **Velho Xaxim**: a colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito. 2. ed. Chapecó: Arcus, 2015.

CHITOLINA, Valdirene; CHITOLINA, Vanessa. Histórias silenciadas: a história indígena na Educação Básica: um olhar sobre o sistema de ensino Dom Bosco by Pearson.º **Conversatio**, Xaxim, v. 2, n.º 4, p. 198-217, jul./dez. 2017.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2. ed. rev. amp. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá, n.º 1, p. 119-148, 1976.

CHMYZ, Igor. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966. p. 14. (Manuais de Arqueologia, 1).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.º 3, p. 549-566, 2004.

COELHO, Ilanil; RADUN, Denis Fernando. Tombamento, destombamento e retombamento: o jogo do patrimônio cultural no Brasil. *In*: BERND, Zilá; SANTOS, Nádia Maria Weber (org.). **Memória social**: pesquisas e temas emergentes. Canoas: Unilasalle, 2016. p. 27-44.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL SUL. **Quadro das terras indígenas do sul do Brasil**. Documento XXXV Assembleia Regional. Florianópolis: CIMI Sul, 2012.

CORREIO DO POVO. **Mapa do Sul do Brasil com o extinto território do Iguaçu**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CORTELETTI, Rafael. **Arqueologia dos Povos Jê do Sul, com Rafael Cortelletti**. 2020. (2h19min30s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qNd-LWg>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CORTELETTI, Rafael. **Currículo Lattes**. [2020]. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CORTELETTI, Rafael. **Projeto arqueológico alto Canoas-Paraca**: um estudo da presença Jê no planalto catarinense. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORTELETTI, Rafael. Uma estratigrafia da paisagem proto-Jê meridional: um estudo de caso em Urubici, SC. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n.º 11, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net>. Acesso em: 20 out. 2016.

CORTELETTI, Rafael; DEBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. **Memorare**, Tubarão, v. 5, n.º 2, p. 132-164, maio/ago. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.º 34, 2011.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n.º 23, 2006.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbanguê**: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: CIMI Regional Sul, 1984.

D’ANGELIS, Wilmar Rocha; VEIGA, Juracilda. **Habitação e acampamentos Kaingang**. Chapecó: Argos, 2003.

D’EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: UFSC, 1992.

DA CUNHA, Lauro Pereira. **Índios Xokleng e colonos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX)**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 88.

DELFORGE, Alexandre Henrique. **O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa ítalo-catarinense. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

DIÁRIO CATARINENSE. **Atlas da Violência 2018**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/proporcao-de-vitimas-de->. Acesso em: 25 jan. 2021.

DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n.º 22, p. 25-39, 1995.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Origens históricas da toponímia brasileira: os topônimos transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.º 24, p. 76-96, 1992.

DURAT, Cristiano Augusto. Terras de aldeamentos: trajetória de Atalaia e Sepultura nos Campos de Guarapuava (século XIX). **Revista Crítica Histórica**, Macaíó, ano 2, n.º 3, p. 138-161, jul. 2011.

ENTLER, Ronaldo. Um pensamento de lacunas, sobreposições e silêncios. *In*: SAMAIN, Etienne (org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Unicamp, 2012.

FERNANDEZ, João Azevedo. **Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

FLEURY, Padua. **Relatório do presidente da província do Paraná: Conselheiro Padua Fleury na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 21 de março de 1865**. Curityba: Candido Martins Lopes, 1865.

FORD, James. **Método quantitativo para estabelecer cronologías culturales**. Washington: Union Panamericana, 1962.

FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société: cours au Collège de France, 1975-1976**. Paris: Seuil, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Cassiane Josefina de. A toponímia no estado de Minas Gerais: estudo dos zootopônimos. **Estudos Linguísticos (EL)**, [s. l.], v. 46, n.º 1, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1691>. Acesso em: 5 abr. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (org.). **Patrimônio cultural e ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GOIS, Izabela Cristina Melo de. **Da bruxa boa a inveja branca**: uma análise da arqueologia de contrato em Sergipe. 2016. Monografia (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2016.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. Apresentação do minicurso “A guerra guaraníca”. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU, 12., 2010, São Leopoldo. **A experiência missioneira**: território, cultura e identidade. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. *In*: BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua História**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 451-469.

GOLIN, Tau. **II Workshop da Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio: fronteiras culturais e representações**. Passo Fundo: UPF, 27 jun. 2019. Palestra.

GOLIN, Tau. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

GOLIN, Tau. **Seminário de Pesquisa “Cultura e Patrimônio”**: diário de aula. Transcrito por Valdirene Chitolina. Passo Fundo: UPF, 17 abr. 2019.

GOLIN, Tau. Território Kaingang: a conquista do norte-noroeste rio-grandense pelo estado-Nação: notas para conhecer um etnicídio. *In*: SOARES, Fabrício Antonio Antunes; FONTANELLA, Leandro Goya (org.). **Repensando os indígenas na história**. Criciúma: Unesc, 2020. p. 199-224. Disponível em: <https://www.academia.edu/29729949>. Acesso em: 18 nov. 2020.

GOLIN, Tau. **Arqueólogo que exumou o cadáver do presidente João Goulart**. Passo Fundo: UPF, 26 set. 2019. Palestra.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce de Castro. **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Ministério da Cultura. **Patrimônio, ensino e educação: formação profissional**. Porto Alegre: ISCMPA, 2017. p. 36-49.

GORTÁZAR, Aiara Galarraga. Zoológicos humanos, racismo disfarçado de ciência para as massas no século XIX. **El País**, São Paulo, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-05>. Acesso em: 9 jul. 2020.

GUARUJÁ DO SUL. **Histórico**. [2019]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarujá\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarujá_do_Sul). Acesso em: 19 mar. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 25-43.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEINSFELD, Adelar. **Limites ocidentais de Santa Catarina**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 23 fev. 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

IBICARÉ. **Histórico**. Ibicaré: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ibicare/historico>. Acesso em: 23 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.º 41).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (org.). **Características étnico-raciais da população, classificação e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil>. Acesso em: 25 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cadastro Nacional de Museus**. Brasília: Ibram, 2019. Disponível em: <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listar>. Acesso em: 15 jul. 2019.

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Educação Patrimonial**. Rio de Janeiro: IAB, 2020. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Lausanne**. Brasília: Iphan, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria n.º 230/2002**. Brasília: Iphan, 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: abr. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa n.º 001/2015**. Brasília: Iphan, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IOMERÊ. **Histórico**. Iomerê: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/iomere>. Acesso em: abr. 2019.

IRIARTE, José *et al.* Paisagens Jê meridionais: ecologia, história e poder numa paisagem transicional durante o holoceno tardio. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 11, n.º 22, 2014.

IRIARTE, José *et al.* Sacred Landscapes of the Southern Brazilian Highlands: Understanding Southern Proto-Jê Mound and Enclosure Complexes. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, v. 32, p. 74-96, 2013.

IRIARTE, José; BEHLING, Hermann.º The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition.º **Environmental Archaeology**, [s. l.], n.º 12, p. 115-127, 2007.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1996.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1998.

JESUS, Zeneide Rios de. As universidades e o ensino de história indígena. *In*: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (org.). **A temática indígena na sala da aula: reflexões para o ensino a partir da Lei n.º 11.645/2008**. Recife: UFPE, 2020.

JOLKESKY, Marcelo Pinho Valhery. Reconstrução fonológica e lexical Proto-Jê Meridional. *In*: SCHMITZ, Pedro Ignácio. **O mundo da caça, da pesca e da coleta: arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 13-30. (Documentos, n.º 5).

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme: revista de humanidades**, Caicó, v. 15, n.º 35, p. 38-68, out. 2015.

KERN, Arno Alvarez. Nosso passado terá um futuro? Reflexões sobre a arqueologia. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 17, n.º 1, p. 23-39, janº/jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.17>. Acesso em: nov. 2020.

KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 5).

KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau. Apresentação. *In*: KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 5).

KING, Thomas F. **Cultural Resource Laws & Practice**: an introductory guide. Walnut Creek: Altamira Press, 1998.

KING, Thomas F. Estudo de impacto ambiental, gestão do patrimônio cultural e bens históricos: aprendendo com os erros dos Estados Unidos da América. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaría**, [s. l.], v. 11, n.º 20, p. 209-228, jul./dez. 2008. (Dossiê Arqueologia Hoje).

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACAVA, Eloy Pereira. **O Brasil do imigrante**. Caxias do Sul: Ed. do Autor, 1976.

LANGER, Protasio Paulo; CEMIN, Valdir. **Conflitos étnicos no oeste de Santa Catarina**: diáspora e reagrupamento no Araçá'i. Chapecó: CEOM; Argos, 2003.

LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 11-50.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LÉVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. **História Crítica**, Bogotá, n.º 69, p. 21-35, jul./set. 2018.

LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil. **Geodiversidade do caminho dos tropeiros no estado do Paraná**. Ponta Grossa: [s. n.º], 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/59358518-Geodiver>. Acesso em: 18 set. 2020.

LIMA, Leandro Santos de. **Bandeirantismo paulista**: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil (Taubaté, 1645 a 1720). 2017. 266 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LINO, Jaisson Teixeira. **Arqueologia preventiva da linha de transmissão 69 KV PCH Rodeio Bonito – Chapecó I**: relatório de pesquisa. Içara: Arqueosul, 2009.

LOPES, Reinaldo José. Arqueólogos revelam ‘Game of Tribos’ entre índios do Sul no ano 1000 d.C. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 20 set. 2020.

LOPES, Sergio. **O Território Federal do Iguaçu**: no contexto da nacionalização de fronteiras e da “Marcha para Oeste” do governo Vargas. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian; SILVESTRE, Romina. Fishtail Projectile Points from South America: the Brazilian record. **Archaeological Discovery**, [s. l.], v. 3, n.º 3, p. 1-19, 2015.

LOURDEAU, Antoine *et al.* Debitagem laminar no sul do Brasil. **Journal of Lithic Studies**, [s. l.], v. 4, n.º 4, p. 127-143, 2017. Disponível em: <https://journals.ed.ac.uk/jls/article/view/2539>. Acesso em: 2 jul. 2021.

LOURDEAU, Antoine *et al.* Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 29, n.º 45, p. 220-242, dez. 2016.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; Laced/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição à história agrária do Paraná: formação da estrutura geral dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.º 3, 1963.

MACHADO, Ironita A. Policarpo. Configurações e significados históricos e jurídicos da propriedade da terra no Brasil do século XIX e XX. *In*: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana (org.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários**: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019. (E-book).

MACHADO, Ironita A. Policarpo. **História regional em sala de aula**. Passo Fundo: UPF, 2014. (Recurso eletrônico).

MACHADO, José Lucio da Silva. **O sertão e o cativo**: escravidão e pastoreio nos Campos de Palmas – Paraná (1859-1888). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A contribuição do indígena na formação territorial do oeste de SC.** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 27 jul. 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do império e início da república. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [snh2011.anpuh.org/resources/anais](http://snh2011.anpuh.org/resources/anais). Acesso em: 14 jan. 2021.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do Planalto Serrano. *In:* BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia (org.). **História de Santa Catarina no século XIX.** Florianópolis: UFSC, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Guerra no Contestado: cultura e resistência cabocla.** Chapecó; Florianópolis, 1 jul. 2020. 1 vídeo (aprox. 60 min). Publicado pelo perfil de Sérgio Scheffer.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **História FM #007 – Guerra do Contestado: guerra, terra e messianismo?** Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistados: Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues. [S. l.]: Leitura Obrigahistória, 29 jul. 2019. *Podcast.* Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.com>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. *In:* CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA, 1., 2007, Montevideo. **Anales...** Montevideo: IEHA; Universidad de la Republica, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Questão de limites.** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 15 set. 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e formação política das lideranças sertanejas do Contestado (1912-1916).** 2001. 514 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, escravos na formação do campesinato brasileiro. *In*: MAESTRI, Mário. **As portas de Tebas**: ensaios de interpretação marxistas. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, Mário. **Normas e recomendações para redação de trabalhos científicos**. Passo Fundo: [s. n.º], 2007. (Notas em processo de construção).

MAPAS de Santa Catarina. [S. l.: s. n.º, 2019]. Disponível em: [www.google.com.br/search?q=mapa](http://www.google.com.br/search?q=mapa). Acesso em: 4 jan. 2019.

MARCON, Telmo. Trajetória Kaingang no sul do Brasil. *In*: MARCON, Telmo (coord.). **História e cultura Kaingang no sul do Brasil**. Passo Fundo: UPF, 1994.

MARGIS, Simone Maciel. **O conceito de ‘Comunidade de Destino’**: na obra ‘Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie’ de Otto Bauer (1907). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n.º 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Fronteiras fluidas**: escravidão e liberdade na comarca de Palmas/PR (1860-1900). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

MASI, Marco Aurélio Nadal. **Relatório final**: projeto de salvamento arqueológico UHE Campos Novos. Chapecó: [s. n.º], 2005.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação patrimonial no contexto arqueológico**: reflexões acerca das práticas educacionais. 2017. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2020.

MEINERZ, Carla Beatriz; ANTUNES, Claudia Pereira; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul. **Revista Periferia**, Duque de Caxias, v. 7, n.º 1, p. 90-106, janº/jun. 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural dos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *In*: FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS/RS, 2., 1992, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 1992. p. 17-26.

MERILLAS, Fontal. **La educación patrimonial**: teoría y práctica en el aula, el museo e internet. Gijón: Trea, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Eixo**, Brasília, v. 5, n.º 2, p. 12-32, jul./dez. 2016.

MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4. ed. São Paulo: Global; MEC, 2004.

MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar**: a formação territorial do Oeste Catarinense (1880-1940). 2018. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

MORALES, Juliana. 83% dos professores ainda se sentem despreparados para dar aulas on-line. **Guia do Estudante**, [s. l.], 28 ago. 2020. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MOREIRA, Hélio. **A toponímia paranaense na rota dos tropeiros**: caminho das missões e estrada de Palmas. 2006. 269 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. **Historiapolitica.com**, [s. l.], 2010. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos>. Acesso em: 7 dez. 2020.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MUCHALOVSKI, Eeloi Giovane. **Conflitos entre facções indígenas e não indígenas**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 4 fev. 2021.

MUCHALOVSKI, Eeloi Giovane. Os povos Jê meridionais na aula de história: trajetórias e possibilidades. *In*: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6., 2020. **Anais...** União da Vitória: Unespar, 2020. p. 22. Disponível em: <https://simpohis2020.blogspot.com>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MÜLLER, Letícia Morgana; SOUZA, Sheila Mendonça de. Cremação e sepultamentos: as estruturas anelares no planalto. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio**. São Paulo: Callis, 2010.

NASCIMENTO, Valdelirio Pinto do; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **O legado quilombola de Palmas e a sala de aula**: uma proposta de intervenção pedagógica. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NETTO, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. 2007. 394 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC; Unesco, 1995.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana no Sul do Brasil**: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. 1999. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê do Sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 12, n.º 1, p. 57-84, janº/abr. 2017.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem tekohá, não há teco**: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Contracapa. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos em Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.º 10, dez. 1993.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Kelly de. Um caso de “regionalismos culturais” por meio do estudo da cerâmica pintada Tupiguarani de Itapiranga (SC). In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

OLIVEIRA, Naia *et al.* **Aglomerados urbanos da fronteira oeste do RS na perspectiva na integração latino-americana**: impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento; FEE, fev. 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Genebra: ONU, 2007. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org>. Acesso em: 29 set. 2021.

PAIM, Elison Antônio. Olhares sobre a constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. Valores sociales y valores patrimoniales: elementos para determinar la significación del patrimonio documental. **Biblioteca Universitaria**, México, v. 16, n.º 1, p. 34, janº/jun. 2013.

PEREIRA, Renato Rodrigues. **A Toponímia de Goiás**: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

PEREIRA, Renato Rodrigues; NADIN, Odair Luiz. Taxionomias toponímicas e relações com a terminologia. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n.º 1, p. 217-243, 2017.

PERES, Jackson Alexandro. A araucária e os contatos interétnicos em Santa Catarina no século XIX. **Revista História Catarina**, Lages, ano 2, n.º 7, p. 83-84, abr./jun. 2008.

PERIN, Edenir Bagio; HERBERTS, Ana Lucia; OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n.º 2, p. 581-609, maio/ago. 2019.

SILVA, Fabíola. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.º 30, p. 57-73, 1999.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil**: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PETROLI, Francimar. **Caminhos do Sul**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 8 fev. 2021.

PETROLI, Francimar. **Disputas territoriais**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 29 jul. 2020.

PETROLI, Francimar. **Famílias tradicionais**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 23 set. 2020.

PETROLI, Francimar. O ‘descobrimento’ dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no Sul do Brasil (1841-1853). *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SC, 17., 2018, Joinville. **Anais...** Joinville: ANPUH/SC, 2018.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC, 1983.

PICOLI, Bruno. Uma cidade branca: desafios para uma educação étnico-racial. *In*: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6., 2020. **Anais...** União da Vitória: Unespar, 2020. Disponível em: <https://simphis2020trans.blogspot.com>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia; SOUZA, Francisca Márcia Costa de. Ensino, Patrimônio Cultural e Sociedade. **História: Revista do Departamento de História da FURG**, Rio Grande, v. 3, n.º 3, 2012. (Dossiê história, memória e patrimônio).

PIOVEZANA, Leonel *et al.* Indígenas em Chapecó: resistência centenária. *In*: CARBONERA, Mirian *et al.* (org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *In*: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Unochapecó, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 3, 1989.

PONTAROLO, Fabio. **Degredo interno e incorporação no Brasil meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Terezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

POUEY, Viviane Vidal. Geoarqueologia dos sítios paleoíndios na formação sedimentar Touro Passo: processos de formação e perturbação pós-deposicional. **Revista de Arqueologia**, Buenos Aires, v. 32, n.º 1, p. 42-68, 2019. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs>. Acesso em: 7 jul. 2022.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.º 34, p. 27-45, 2012.

PRESTES, Ângela; PARAIZO, Lucas. Negros ganham 39% a menos do que brancos em SC, aponta pesquisa. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br>. Acesso em: 25 jan.º 2021.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

PUHL, Ewelina Cristine. A escrita da história do Oeste catarinense e a formação da identidade cabocla (1997-2020). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 31., 2021. **Anais...** [S. l.]: ANPUH, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org>. Acesso em: 22 jul. 2021.

QUEIROZ, Isabella Brandão de. **O ritual do Kiki de 2011**: uma interpretação etnoarqueológica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

QUINTANA, Vanessa Barrios. A cultura feita material: os instrumentos recorrentes dos cerritos do banhado do M'bororé e suas possíveis interpretações. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS, 10., 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: ANPUH/RS, 2010. Disponível em: <http://www.anpuh-rs.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representação sobre a civilização do sertão. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros**: na colonização do oeste catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Questão de Palmas. *In*: RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil (org.). **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: UFFS, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905658.0033>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

RANDI, Rafael de Alcantara. **Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial**: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2009.

RENK, Arlene. **Centenário de Chapecó**. Chapecó: Unochapecó, 9 ago. 2017. Palestra.

RENK, Arlene. Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009. v. 1.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Conformação agrária e a questão indígena no oeste de Santa Catarina. *In*: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana (org.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários**: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência Internacional *Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*. Budapeste, 2013.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao presidente dos Estados Unidos da América como árbitro...** Brasília: Funag, 2012. (Original de 1894).

RIRIS, Philip; CORTELETTI, Rafael. A new record of pre-Columbian engravings in Urubici (SC): Brazil using polynomial texture mapping. **Internet Archaeology**, n.º 38, 2015. Disponível em: <http://intarch.ac.uk/journal/issue38/riris>. Acesso em: set. 2015.

RODRIGUES, Gécica Pinto; LINO, Jaisson Teixeira. Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense: análise das publicações do jornal Diário do Iguazu (2001-2017). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n.º 2, p. 1-20, maio/ago. 2021.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n.º 1, janº/abr. 2016.

RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 28., 2015. **Anais...** [S. l.]: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **História FM #007 – Guerra do Contestado: guerra, terra e messianismo?** Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistados: Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues. [S. l.]: Leitura Obrigahistória, 29 jul. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://leituraobligahistoria.com>. Acesso em: 26 ago. 2020.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROGGE, Jairo Henrique. **Fenômenos de Fronteira**: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

ROGGE, Jairo Henrique; CARBONERA, Mirian. O contato cultural entre populações ceramistas pré-coloniais na região do alto rio Uruguai. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

ROHR, João Alfredo. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. **Pesquisas: Antropologia**, São Leopoldo, n.º 15, 1966.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região oeste. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n.º 1-8, 1995.

RUBIO, Davi Sánchez. **História e Direitos Humanos**. Passo Fundo: UPF, 26 set. 2019. Palestra.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são de sinuca: como pensam as imagens. *In*: SAMAIN, Etienne (org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Unicamp, 2012.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANTA CATARINA. **Fronteira com Argentina**. Florianópolis, [s. d.]. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Núcleo da faixa de fronteira**. Florianópolis, [s. d.]. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2019.

SANTANELLA, Tiago; NIENOW, Fabio. Origens de um povo catarinense. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14-15 fev. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. **Centro de Estudos Jurídicos**. São Paulo, 2007. Disponível em: <portal.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2007.

SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso**: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena no oeste catarinense. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n.º 11, p. 1-19, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Antropofagismo**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 1 jul. 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arte Oiampi**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 21 out. 2022.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **As casas subterrâneas de São José do Cerrito**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2014.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Diferenças entre termos Tupi, Tupi-Guarani e Guarani**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 8 dez. 2020.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Diferenças entre troncos, famílias e dialetos linguísticos**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 24 set. 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**. Criciúma: Unesc, n.º 11, p. 1-19, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net>. Acesso em: 23 jun. 2011.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Fase Xaxim e Guatambu**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 15 out. 2016.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Prefácio. In: CHITOLINA, Valdirene. **Xaxim pré-colonial**: obra em andamento. [S. l.: s. n.º], 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. 107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 21, p. 185-204, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issnº2448-1750>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SCHNEIDER, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n.º 60, p. 55-75, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 4 set. 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br>. Acesso em: 5 set. 2021.

SCHWENGBER, Valdir Luiz; NOVASCO, Raul Viana; MELLO, Alessandro De Bona. Contribuições para a arqueologia do planalto catarinense: escavações no município de Passos Maia. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 25, n.º 36, 2015. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br>. Acesso em: 2 abr. 2015.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, Maringá, v. 10, n.º 3, p. 55-78, 2006.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.º 20, p. 60-70, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (org.). **A temática indígena na sala da aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei n.º 11.645/2008. Recife: UFPE, 2020.

SILVA, Giovanni José da. Ensino de história indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino de história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Juliane Carla G. Lima e; BARBOZA, Matheus Belo G. Os lugares, os patrimônios e o ensino da história: a educação patrimonial nas salas de aula. In: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6., 2020. **Anais...** União da Vitória: Unespar, 2020. Disponível em: <https://anpuh.org.br>. Acesso em: 19 maio 2020.

SILVA, Maria da Penha da. Educação intercultural: a presença indígena nas escolas da cidade e a Lei n.º 11.645/2008. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (org.). **A temática indígena na sala da aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei n.º 11.645/2008. Recife: UFPE, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **A produção social da identidade e da diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SIMÃO, Thainá. **O patrimônio nos livros didáticos de história**: coleção História, Sociedade & Cidadania. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br>. Acesso em: 4 set. 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n.º 6, p. 14-18, maio 2003. Disponível em: <http://www.fics.edu.br>. Acesso em: 4 set. 2021.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n.º 19, p. 80-108, janº/jun. 2015.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia e ensino**: propostas para a aplicação no nível básico. [S. l.: s. n.º], 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SOUSA, João Carlos Moreno de. **Legislação Brasileira Relacionada à Arqueologia**. [S. l.]: Arqueologia e Pré-História, 2018. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com>. Acesso em: 26 fev. 2020.

SOUZA, Almir Antônio de. **Armas, pólvora e chumbo**: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. 2012. 420 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOUZA, Almir Antônio de. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro: conflito e cativo indígena nos caminhos do sul (1820-1832). **História Social**, Campinas, n.º 25, p. 60-80, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br>. Acesso em: 10 maio 2020.

SOUZA, Almir Antônio de; LINO, Jaisson Teixeira. Índios, milicianos e colonos no sul do Brasil: lideranças indígenas e o aldeamento de Atalaia na ocupação dos territórios Kaingang nos campos de Guarapuava (1810-1825). **História**, São Paulo, v. 40, p. 1-25, 2021.

SOUZA, Fábio Francisco Feltrin de. Notas a negrogovernança tropical. *In*: EN-CONTRO DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UPF, 1., 2020, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: UPF, 2020. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-souza>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA, Jonas Gregório de. **A cerâmica da Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê meridionais**: uma análise dos dados. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SUL BRASIL. **Histórico**. Sul Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

TAVARES, Marilze. **Qualificação de artigo**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 19 mar. 2019.

TELLES, Norma Abreu. **Cartografia Brasilis ou esta história está mal contada**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. (Original de 1984).

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.º 1, p. 27-56, janº/fev. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape**: places, paths and monuments. Tradução de Vanessa Barrios Quintana. Oxford: Berg, 1994.

TOMA, Maristela. **Imagens do degredo**: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TOMMASINO, Kimiye. **Histórico do contato**. [S. l.]: Instituto Socioambiental, 2014. Disponível em: [www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm](http://www.isa.org.br/pib/epi/Kaingang/hist.shtm). Acesso em: 20 fev. 2021.

TORRE, Angelo. Micromacro ¿localglobal: el problema de la localidad en una historia espacializada. **História Crítica**, Bogotá, n.º 69, p. 37-59, jul./set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História – Licenciatura, campus Chapecó**. Chapecó: UFFS, 2020. Disponível em: <http://historico.uffs.edu.br>. Acesso em: 25 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História – Licenciatura, campus Chapecó**. Chapecó: UFFS, 2019. Disponível em: <http://historico.uffs.edu.br>. Acesso em: 25 jun. 2019.

UNOCHAPECÓ. **Resolução n.º 013/C.Gestor/2020**. Aprova a criação do Regimento do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom). Chapecó: Unochapecó, 16 abr. 2020.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas indígenas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VENSON, Letícia. **“Donde se avista o caminho da roça”**: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepé. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

VICENZI, Renilda; PICOLI, Bruno. Uma cidade branca: desafios para uma educação étnico-racial. *In*: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6., 2020. **Anais...** União da Vitória: Unespar, 2020. Disponível em: <https://simpohis2020.blogspot.com>. Acesso em: 13 jan. 2021.

VICROSKI, Fabrício. **Imigrantes austríacos**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 21 out. 2022.

VITORIA, Fernando Antônio. **Uma nova história para o Velho Oeste**: o “resgate” da memória e a reescrita da história do Oeste Catarinense no projeto do CEOM [1986-2006]. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WIESEMANN, Ursula. Os dialetos da língua Kaingang e o Xokleng. **Arquivos de Anatomia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 197-217, 1978.

WIJK, Flavio Braune. **Instituto Socioambiental/Povos Indígenas no Brasil**. [S. l.]: ISA, 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng>. Acesso em: 31 jan. 2020.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino de história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

WITTMANN, Luisa Tombini. Indígenas, lutas e resistências: retomadas originárias. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 15., 2020, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: UPF, 2020. Disponível em: <https://aovivo.integra.tv.br/webinar>. Acesso em: 30 jul. 2020.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. **Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio**: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

XAMIRINHUPOTY, Valdelice Verón; REZENDE, Maria Aparecida. Nhan-de rekoha nhe'e ayvu arandu: para o bem viver da humanidade na cosmovisão Kaiowá. *In*: TEIXEIRA, Lumena Celi (org.). **Povos indígenas e psicologia**: a procura do bem viver. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 27-30. Disponível em: <https://www.crpsp.org.br>. Acesso em: 2 set. 2020.

XAVIER, Carine Rossane Piassetta. **Narrativas quilombolas**: saberes e teatralidade de mulheres idosas da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas, PR. 2016. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ZARTH, Paulo Afonso. Fronteira Sul: história e historiografia. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

### Fontes (Documentos, Entrevistas e Obras de Época)

BOITEUX, José A. **Oeste Catharinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos: ciências humanas**: Ensino Médio: área do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. São Paulo: FTD, 2020. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos: ciências humanas:** Ensino Médio: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. São Paulo: FTD, 2020. v. 1. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas:** política, conflitos e cidadania. São Paulo: FTD, 2020. v. 6. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas:** populações, territórios e fronteiras. São Paulo: FTD, 2020. v. 2. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas:** populações, territórios e fronteiras. São Paulo: FTD, 2020. v. 3. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas:** trabalho, tecnologia e desigualdade. São Paulo: FTD, 2020. v. 4. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al.* **Multiversos Ciências Humanas:** trabalho, tecnologia e desigualdade. São Paulo: FTD, 2020. v. 5. (PNLD 2021).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania:** 1º ano do Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania:** 6º ano: Ensino Fundamental. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania:** 7º ano: Ensino Fundamental. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania:** 8º ano: Ensino Fundamental. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português.** 4. ed. São Paulo: Brasil, 1986.

CARBONERA, Mirian. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina.** Chape-có, 14 abr. 2015.

CARBONERA, Mirian. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina.** Chape-có, 6 jan. 2021.

CHITOLINA, Valdirene. **A história indígena na escola: questionário aos estudantes.** [2021]. Disponível em: <https://docs.google.com/forms>. Acesso em: dez. 2021.

CHITOLINA, Valdirene. **A história indígena na escola: questionário aos docentes.** [2021]. Disponível em: <https://docs.google.com/forms>. Acesso em: dez. 2021.

CORTELETTI, Rafael. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina.** Urubici, 16 set. 2016.

CORTELETTI, Rafael. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina via Google Meet.** [S. l.], 10 nov. 2019.

COSTA, Arthur F. **O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista.** Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório final: projeto de diagnóstico arqueológico interventivo associado à implantação da CGH Dengosa, município de Abelardo Luz (SC).** Chapecó: Arqueoste Consultoria, mar. 2016.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da CGH Taborda, rio São João, municípios de Xaxim e Lajeado Grande (SC).** Chapecó: Arqueoste Consultoria, 2017.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico para a CGH Aliança, município de Calmon (SC).** Chapecó: Arqueoste Consultoria, 2017.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico para CGH Cobra Verde, municípios de Palma Sola e Anchieta (SC).** Chapecó: Arqueoste Consultoria, jan. 2019.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório final: projeto de diagnóstico arqueológico interventivo associado à implantação da CHG Jacu, município de Xaxim (SC).** Chapecó: Arqueoste Consultoria, mar. 2015.

DOM JOÃO VI. [Carta Régia]. 1º abr. 1809. **Assunto: Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os indios barbaros que infestam aquelle territorio.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DOM JOÃO VI. [Carta Régia]. 5 nov. 1808. **Assunto: Abre os portos do Brasil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos estancados.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 22 jun 2020.

FURTADO, Nelson França. **Vocábulos indígenas na geografia do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: PUCRS, 1969.

GARCIA, Jefferson Batista; SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Bom Retiro, municípios de Faxinal dos Guedes e Ipumirim (SC).** Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, ago. 2016.

GARCIA, Jefferson Batista; SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza, municípios de Iraceminha e Descanso (SC).** Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, nov. 2016.

HEINSFELD, Adelar. **Questionário estruturado sobre os limites ocidentais de Santa Catarina.** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br em 20 dez. 2020.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do empreendimento CGH Arabutã, rio Jacutinga, município de Arabutã (SC).** Xanxerê: Sol Energia Ltda, ago. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área afetada pela CGH 3 de Outubro, rio Jacutinga, municípios de Irani e Caçador (SC).** Xanxerê: CGH Usina Três de Outubro S/A, set. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da PCH Andromix, no município de Tangará (SC).** Xanxerê: Andromix Geração de Energia Ltda, out. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da CGH Sete Quedas, arroio Jaguatirica, município de Faxinal dos Guedes (SC).** Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda, set. 2017.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da CGH Marrecas, rio Ariranha, município de Sara (SC).** Xanxerê: Ariranha Geração de Energia Elétrica Ltda, nov. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico CGH Sete Quedas, Arroio Jaguatirica, Faxinal dos Guedes (SC)**. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda, jan. 2018.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório final de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico da PCH Andromix, rio do Peixe, município de Tangará (SC)**. Rio Grande: Andromix Geração de Energia Ltda, jul. 2017.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório final de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do empreendimento CGH Arabutã, localizada no rio Jacutinga, município de Arabutã (SC)**. Xanxerê: Sol Energia Ltda, dez. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca; FARHERR, Ramsés Micalauskas. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Duque, rio São Bento, Ibicaré e Treze Tílias (SC)**. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda, nov. 2017.

LOPES, Marina da Fonseca; FILHO PERILLO, Átila. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico, volume 1, CGH Udo Ary Callfass, rio Pesqueiro, Xanxerê (SC)**. Lages: Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda, jun. 2018.

LOPES, Marina da Fonseca; SILVA, André Ferreira e. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da CGH São Clemente, no rio Jacutinga, municípios de Irani e Jaborá (SC)**. Rio Grande: São Clemente Geração de Energia Ltda, set. 2017.

MAZÃO, Aparecida; FERRINI, Juliana Esperança. **+Ação na escola e na comunidade: projetos integradores**: volume único: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2020. (PNLD 2021).

MAZZ, José María Lopez. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Passo Fundo, 26 out. 2019.

PERILLO, Átila Filho; LOPES, Marina da Fonseca; FARHERR, Ramsés Micalauskas. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Cachoeirinha, rio Xanxerê, Xanxerê e Xaxim (SC)**. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda, abr. 2018.

RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: espaços em transformação: desigualdade e conflitos.** São Paulo: FTD, 2020. v. 4. (PNLD 2021).

RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade.** São Paulo: FTD, 2020. v. 1. (PNLD 2021).

RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade.** São Paulo: FTD, 2020. v. 2. (PNLD 2021).

RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade.** São Paulo: FTD, 2020. (PNLD 2021).

RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: mundo do trabalho: indivíduo e sociedade.** São Paulo: FTD, 2020. v. 3. (PNLD 2021).

RAMA, Angela *et al.* **Prisma Ciências Humanas: sustentabilidade em ação: sociedade e natureza.** São Paulo: FTD, 2020. v. 6. (PNLD 2021).

RIBEIRO JUNIOR, João Carlos. **“Ver o mundo” - projetos integradores:** volume único: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2020. (PNLD 2021).

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina.** São Leopoldo, 7 jan. 2018.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina.** São Leopoldo, 7 maio 2013.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina.** São Leopoldo, 10 jul. 2019.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório final de pesquisa arqueológica: programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC.** Tubarão: Espaço Arqueologia, abr. 2020.

SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos (SC).** Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, fev. 2018.

SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de pesquisa para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de Arabutã e Ipuimir (SC).** Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, set. 2017.

SOUSA, Vania Leandro de. **Relatório final de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de Arabutã e Ipumirim (SC)**. Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, jul. 2018.

SOUSA, Vania Leandro de. **Relatório final de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH Passo do Irani, municípios de Faxinal dos Guedes e Ipumirim (SC)**. Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, jul. 2018.

SOUSA, Vania Leandro de; GARCIA, Jefferson Batista. **Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e educação patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce (SC)**. Florianópolis: Artefatos Pesquisas Arqueológicas, nov. 2016.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi**. São Paulo: Traço, 1985.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário guarani-português**. São Paulo: Traço, 1989.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário tupi-português: com esboço de gramática de tupi antigo**. São Paulo: Traço, 1984.

## ANEXOS

ANEXO A – Termo de anuência

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “História Indígena na Escola” da pesquisadora Valdirene Chitolina, da instituição Universidade de Passo Fundo. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de novembro/21 a dezembro/21. Com a autorização da realização da pesquisa, ficam o/a pesquisador/a e seu orientador/a responsáveis pelos procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação, conforme prevê esta portaria.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. **Autorizamos** a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2022.

Maria Tereza Paulo Hermes Cobra

**Diretora de Ensino**

(Assinado digitalmente)

Pág. 01 de 01 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SED 00133989/2021 e o código C12J75MR.

12

Assinaturas do documento

Código para verificação: C12J75MR

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

**MARIA TEREZA PAULO HERMES COBRA** (CPF: 871.XXX.129-XX)  
em 14/01/2022 às 16:07:51

Emitido por: “SGP-e”, emitido em 10/09/2019 - 18:18:01 e válido até  
10/09/2119 - 18:18:01.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferenciadocumento/U0VEXzCwNTRfM-DAXmZM5ODIfMTM0MDM3XzIwMjFfQzEySjc1TVI=>

ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SED 00133989/2021 e o código C12J75MR ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

## ANEXO B – Entrevista com Adelar Heinsfeld: limites ocidentais de Santa Catarina

Este questionário integrará o capítulo dois, “Uma região de fronteira: fricções étnico-históricas e a delimitação geográfica do (atual) oeste catarinense”, da tese de Valdirene Chitolina, “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste de Santa Catarina”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), sob a orientação da professora doutora Jacqueline Ahlert. Serão abordados temas relacionados aos tratados, demarcações e limites sobre a fronteira entre Santa Catarina e Argentina. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e integra o projeto guarda-chuva: “Mapeamento dos artefatos arqueológicos da região norte do Rio Grande do Sul”, sob o Parecer n.º 4.415.855, o qual propõe a utilização de entrevistas como fonte histórica. A instituição proponente é a UPF/Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (Lacuma).

### QUESTIONÁRIO

Qual é a importância da Questão de Palmas para a formação de fronteira entre Brasil e Argentina e qual foi o papel do Barão do Rio Branco nesse contexto?

Qual foi a função da Colônia Militar de Chapecó na criação da fronteira entre Santa Catarina e Argentina?

Na história nacional, qual foi o papel do Território do Iguazu em virtude de se tratar de um lugar de fronteira?

Como se deu a ocupação e a organização territorial da zona fronteira entre Santa Catarina e Argentina?

### Referência

HEINSFELD, Adelar. Limites ocidentais de Santa Catarina. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 23 fev. 2021.

**ANEXO C – A história indígena na escola (docentes e discentes)****A HISTÓRIA INDÍGENA NA ESCOLA  
(DOCENTES)**

Tempo de resposta: 4 minutos

A pesquisa “História indígena na escola”, de Valdirene Chitolina, é o objeto de estudo do capítulo 4 da tese “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste de Santa Catarina”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), sob a orientação da professora doutora Jacqueline Ahlert. O perfil do profissional pesquisado exige que atue como professor(a), coordenador(a), diretor(a) ou outra função pedagógica no ensino básico (fundamental e médio) em escolas públicas da região oeste de Santa Catarina. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e integra o projeto guarda-chuva: “Mapeamento dos artefatos arqueológicos da região norte do Rio Grande do Sul”, sob o Parecer n.º 4.415.855, o qual propõe a utilização de entrevistas como fonte histórica. A instituição proponente é a UPF/Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA).

**PRIMEIRA PARTE: PERFIL DO ENTREVISTADO**

Qual sua função na escola? Professor, coordenador, diretor, outra.

Qual sua idade? Você atua há quantos anos na Educação?

Qual é a área de sua formação acadêmica?

Qual seu grau acadêmico?

Na Educação Básica, em que nível você atua?

**II PARTE: VISÃO DO ENTREVISTADO**

Você tem conhecimento sobre as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008?

Você tem sentido falta, na sua formação profissional, de conhecimentos relacionados à temática indígena?

Você tem recorrido a cursos, seminários, debates ou palestras sobre a temática indígena que não sejam oferecidos pelas redes/sistemas de ensino?

Você já participou de cursos ou palestras com temática indígena sobre a região onde você vive?

Você sabe o nome dos grupos indígenas de seu estado, de sua região e de sua cidade?

Você já realizou, juntamente com seus alunos, alguma viagem de estudo a museus, terras ou reservas indígenas, laboratórios, sítios arqueológicos de sua região (relacionada à temática indígena)?

Você se sente apto para trabalhar a temática indígena regional na escola?

Você considera o livro didático um bom subsídio para abordar a história indígena regional?

Você ouviu ou teve alguma formação oferecida pela sua rede/sistema de ensino com lideranças indígenas (pajés, xamãs, sábios, intelectuais em geral) sobre os saberes e conhecimentos indígenas?

Você participou de formação continuada, na sua própria escola, sobre a história e cultura dos povos indígenas e dos demais grupos étnicos constituidores de sua região?

Você participou de trabalhos colaborativos dos docentes, numa perspectiva interdisciplinar, para disseminação do tratamento adequado da temática dos povos indígenas no âmbito escolar?

Você já proporcionou encontros entre estudantes e representantes de povos indígenas do lugar onde você vive ou de sua região, com a finalidade de realizar atividades científico-culturais que promovam o tema da diversidade étnico-racial e cultural?

Há espaços específicos nas bibliotecas e salas de leitura com material de referência sobre a temática dos povos indígenas, bem como dos demais grupos étnicos e raciais constituidores da sociedade brasileira, que sejam adequados à faixa etária e à região geográfica dos alunos, incorporando tanto materiais escritos por especialistas quanto a produção de autoria indígena?

Você já participou de algum curso sobre história indígena com a participação de grupos indígenas entre os formadores?

Você tem alguma lembrança do que estudou sobre os indígenas na sua época de escola?

## A HISTÓRIA INDÍGENA NA ESCOLA DISCENTES

Tempo de resposta: 7 minutos

A pesquisa “História indígena na escola”, de Valdirene Chitolina, é o objeto de estudo do capítulo 4 da tese “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste de Santa Catarina”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), sob a orientação da professora doutora Jacqueline Ahlert. O perfil do estudante pesquisado exige que frequente o fundamental II (do 6º ao 9º ano), ou no Ensino Médio, em escolas públicas do oeste catarinense. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e intergra o projeto guarda-chuva: “Mapeamento dos artefatos arqueológicos da região norte do Rio Grande do Sul”, sob o Parecer n.º 4.415.855, o qual propõe a utilização de entrevistas como fonte histórica. A instituição proponente é a UPF/Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA).

## I PARTE: PERFIL DO ENTREVISTADO

Qual é o seu ano escolar?

Qual é o nome de sua cidade?

## II PARTE: VISÃO DO ENTREVISTADO

Hoje, na região oeste, onde você acha que os indígenas vivem?

Você sabe o nome dos povos indígenas de sua região?

Você tem alguma ideia de como os indígenas viviam no passado, o que comiam, como faziam suas casas?

Na atualidade, na sua cidade, onde você encontra os indígenas?

Há quanto tempo você acha que os indígenas viviam na região oeste de Santa Catarina? Há 200 anos, há 500 anos,

Há 1000 anos ou há mais de 10.000 anos?

Você tem algum parentesco com pessoas indígenas?

Você tem algum interesse em estudar a história indígena?

Você já encontrou ou conheceu pessoas que têm em casa pedras ou fragmentos cerâmicos dos indígenas do passado?

Na escola, você já desenvolveu pesquisas sobre os indígenas que vivem hoje sua região?

Sua turma da escola já visitou museus, sítios arqueológicos, terras indígenas ou outros lugares que tratam da temática indígena da sua região?

Você tem conhecimento sobre as condições atuais dos indígenas que vivem na sua região? Onde eles estudam? No que eles trabalham? Onde eles moram?

Seu (Sua) professor(a) já trouxe à sala de aula pessoas indígenas para falar sobre suas histórias e culturas?

APÊNDICE A – Formação acadêmica dos autores das coleções: “Prisma ciências humanas” FTD, PNLD 2021; “Multiversos ciências humanas”, FTD (PNLD 2021); “História sociedade & cidadania”, FTD, Ensino Médio, PNLD 2018-19-20

## Quadro – Formação acadêmica dos autores das coleções

“Prisma Ciências Humanas” FTD, PNLD 2021	
Autor(a)	Formação acadêmica
Angela Rama	Mestra em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Ensino de Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Franca (Unifran-SP). Formadora de professores. Atuou como professora no Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada e no Ensino Superior.
Gislaine Azevedo	Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História do Ensino Fundamental e Médio nas redes pública e privada.
Isabela Gorgatti	Bacharela em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Editora de livros didáticos.
Leandro Calbente	Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências (História Econômica), pela Universidade de São Paulo (USP). Editor de livros didáticos.
Reinaldo Seriacopi	Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS-SP). Editor especializado na área de História.
“Multiversos ciências humanas”, FTD (PNLD 2021)	
Autor(a)	Formação acadêmica
Alfredo Boulos Júnior	Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Lecionou nas redes pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

“Prisma Ciências Humanas” FTD, PNLD 2021	
Autor(a)	Formação acadêmica
Edilson Adão Cândido da Silva	Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Geografia há 20 anos no ensino médio e Superior.
Laercio Furquim Júnior	Mestre em Ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Geografia há 20 anos no ensino médio e Superior.
“História Sociedade & Cidadania”, FTD, ensino médio, PNLD 2018-19-20	
Autor(a)	Formação acadêmica
Alfredo Boulos Júnior	Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Lecionou nas redes pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em BOULOS JÚNIOR et al. (2020), BOULOS JÚNIOR (2016) e RAMA et al. (2020).

